

História da Literatura Portuguesa
– *Os Arcades*

de Teófilo Braga

vol. IV

ÍNDICE

HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA

(RECAPITULAÇÃO)

SEGUNDA ÉPOCA

(Conclusão)

3º PERÍODO: OS ÁRCADES

(Século XVIII)

Preliminares

Características do século XVIII

Termo da trajectória revolucionária

§ I

O pseudoclassicismo francês

Esquecimento das origens medievais

Subserviência ao gosto francês

Os poetas na corte de D. João V

1º – *A protecção oficial da Literatura* – Dois períodos do reinado de D. João V

Acção depressiva dos Jesuítas

Como se despendiam as riquezas do Brasil

Carácter de D. João V

As tentativas de reforma literária

Prestígio de Boileau

a) A persistência das Academias seiscentistas .

A imitação da Academia francesa

A Academia de História

Efeitos da munificência régia
Influência da *Arcádia de Roma*

b) A Sociedade dos Ocultos
Sua organização
Precursora da *Arcádia Lusitana*

2º – *Aparição do espírito crítico*
Projecto de tradução do *Novum Organum*
Perfidia do jesuíta Carbone
O ensino passa dos Jesuítas para os Oratorianos

a) Verney e o Verdadeiro Método de Estudar
A polémica com os Jesuítas

b) Estado da Poesia portuguesa antes da Arcádia

c) Alexandre de Gusmão e a Arte de Furtar
Como se descobriu este apócrifo do P.º Vieira
O processo bibliográfico
As Cartas de Alexandre de Gusmão

d) As Cartas do Cavaleiro de Oliveira e do Abade Costa

O CAVALEIRO DE OLIVEIRA

Sua biografia
O motivo da saída de Portugal
O processo do Santo Ofício

AS CARTAS DO ABADE ANTÓNIO DA COSTA

Notícia dada pelo musicógrafo Burnay
Dados autobiográficos das *Cartas*
O meio artístico em que viveu
Suas relações com o Duque de Lafões
Encontro com Gluck

3º *A baixa Comédia e a Ópera*

a) O Teatro do Bairro Alto Corro ou Pátio
O problema da sua identificação Pátio da Comédia, de 1734 a 1737
Depois do terramoto, é reedificado o definitivo Teatro do Bairro Alto
O empresário António Rodrigues arrendatário do teatro do Pátio da Comédia,
onde se revela o talento dramático de António José

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA

Nasce no Rio de Janeiro em 1705
Todos os seus parentes homens cultos
Vem com a família para Lisboa, para sua mãe entrar na Inquisição
Frequenta a Universidade de Coimbra
Amor por sua prima Leonor Maria de Carvalho
Preso em 7 de Agosto de 1721
Submetido à tortura
Seu pai era poeta
Vem para Lisboa, em 1726, formado em Cânones
A vida estudantesca
O *Doutor Judeu* começa a escrever para o Pátio da Comédia
A Comédia de *D. Quixote*
Impressões da primeira prisão
O Labirinto de Creta
O nome de António José da Silva em um anagrama
Preso subitamente em 5 de Outubro de 1737
Leonor de Carvalho, sua mulher, é também presa
Sentença de morte em 18 de Outubro de 1739
O Bispo do Grão-Pará mofa da sua execução
As Modinhas brasileiras, no teatro
A forma rudimentar da Ópera Cómica
b) A Ópera na Corte – Teatro da Rua dos Condes
Domenico Scarlati, mestre da infanta D. Maria Bárbara
Influência desta Infanta na corte espanhola
Talento musical da Infanta
Carta de Alexandre de Gusmão, referente a Scarlati
O gosto italiano, nas festas da corte
As quatro irmãs Paghetti (*as Paquetas*)

§ II

O século excepcional – As ideias francesas

Caracteriza-o a queda dos Jesuítas
Século das grandes audácias
Ministros e não filósofos atacam a Companhia de Jesus
O golpe parte de Portugal
Choiseul e Aranda, seguem em França e Espanha esse acto
O poder ministerial

1º – *As reformas pombalinas* – Coadjuvou-o o terramoto de 1755
Cria a Intendência-Geral da Polícia
Companhias mercantis e monopólios

a) *A Arcádia Lusitana* – Ideia de atrair para Lisboa as famílias dispersas pelo terramoto
Os três bacharéis fundadores da Arcádia

Restabelecimento da frequência da cidade
A Virgem, protectora da Arcádia, é tradição trovadoresca
Organização da Arcádia
Sua continuidade com a *Sociedade dos Ocultos* .
Pina e Meio, contrário à Arcádia
Dinis ataca as suas Églogas
Réplicas acerbas de Pina e Melo
Garção chama-lhe *Corvo do Mondego*
Sócios da *Arcádia Lusitana*

GARÇÃO – *Coridon Erimanteu*

Nasce em 29 de Abril de 1724
Notas pitorescas de sua família
Debilidade congénita de Garção
Casamento do poeta
Faz parte da Arcádia, vivificando-a
Seu primeiro lugar na sessão oficial da Arcádia .
O caso dos Távoras, celebrado pela Arcádia – Ode de Garção ao Conde de Oeiras
A Arcádia celebra as melhoras do Rei
Garção encarregado da redacção da *Gazeta de Lisboa* em 1760
O Ministro manda suspendê-la em 1762 por causa da guerra com Espanha
Sob o tenor do implacável ministro, Garção confina-se na *Fonte Santa*
Descrição pitoresca dos Serões
Convivência com famílias inglesas
A restauração da Arcádia
A Guerra dos Poetas (Grupo da Ribeira das Naus)
A Congregação do Oratório hostilizada pelo ministro
O chamado crime dos Távoras celebrado em sessão da Arcádia
Epístola de Garção elogiando o Marquês de Pombal
Que versos causaram a perseguição de Garção
O escândalo da Zamperini
Garção é preso em 8 de Abril de 1771 no Segredo do Limoeiro
Camilo interpreta o caso difamando o poeta
O facto positivo colhido pelo autor dos *Homens ilustres de Pernambuco*
Amores da filha (ou irmã) do coronel Elsdén
Lobo de Ávila e o criado de Garção presos pelo aludido caso
Ode de Dinis a Garção estando preso
O Marquês de Pombal, sabendo que o poeta está moribundo, dá ordem de soltura
O motivo fútil, alegado por Francisco Dias Gomes A *Cantata de Dido*

DINIS (*Elpino Nonacriense*) – Um dos fundadores da *Arcádia*
Notícias sobre a sua personalidade
Nasce em 4 de Julho de 1731
Neto da Medideira
Completa os estudos de Lógica e Retórica com os *Manigrepos*
Um Soneto erradamente atribuído a Garção
Concorre a um lugar de letras
Seu influxo nas sessões da *Arcádia*

Juiz de Fora em Castelo de Vide
Nomeado Auditor militar para Elvas
Academia dos Aplicados Elvenses
Frequenta as palestras do *Sótão do Falcato*
O caso celebrado no poema o *Hissope*
Elaboração do texto de *Hissope*
A suposta última sessão da *Arcádia*
Despacho de Dinis, em 1776, desembargador da Relação do Rio de Janeiro
Como o Génio das Bagatelas se vingou de Dinis . .
Membro da Alçada que julga a imaginada Conjuração de Minas
As Sátiras contra o Governo de Minas – *Cartas Chilenas*
Pretexto de repressão contra as ideias políticas norte-americanas
Os Poetas da *Arcádia de Minas* perseguidos
Falecimento de Dinis em 5 de Outubro de 1799

QUITA (*Alcino Micénio*) – Nasce em 6 de Janeiro de 1728
Aos treze anos trabalha para auxiliar sua mãe e irmãos
A sua descrição da torrente
Revelação do seu génio lírico
Tirceia, a musa dos seus amores, casa com Tomás José Xavier Pimenta
O seu talento poético fez com que o Conde de S. Lourenço o recomendasse aos
homens cultos
D. Teresa Teodora de Aloim protege-o
O Dr. Tara, segundo marido de *Tircea*, tratava da tísica
Zuniga e Tolentino satirizam Quita
A publicação de uns versos em 1760
Seu falecimento a 26 de Agosto de 1770
Tircea morre em 1773

MANUEL DE FIGUEIREDO (*Lícidas Cíntio*)

Nasceu em 15 de Julho de 1728
Vida em Madrid em comissão oficial do governo, seu intento de reformar o teatro
português
Não consegue ver representar no Bairro Alto as suas Comédias
Escreve para a *Gazeta*
Juízo de Garrett sobre o Teatro de Manuel de Figueiredo

b) *O Teatro do Bairro Alto e o Teatro da Rua dos Condes*
Fidalgos que protegeram a fundação da Casa de Ópera do Pátio do Conde de
Soure
Revelam-se aí Cecília Rosa e sua irmã Luísa Tódi Curiosas contos do Teatro do
Bairro Alto Golpe de morte no Teatro português pela proibição de representarem
mulheres
Garção aspira ao ressurgimento do Teatro
O público do Teatro do Bairro Alto
Cecília Rosa de Aguiar representa a *D. Inês de Castro* com assombro

Nicolau Luís, comediógrafo, continua António José

O Arcebispo-Confessor e a perseguição às ideias e aos livros
A nova devoção do Coração de Jesus
A reacção inquisitorial e policial

2º – *O Intolerantismo sob D. Maria I*

Abalos sucessivos que levam a rainha à loucura
A impressão de uma Ópera em Salvaterra

PROTO-ROMANTISMO

A influência do estudo da filosofia da natureza .
José Anastácio da Cunha
Filinto Elísio

D. Leonor de Almeida (ALCIPE) – Nasceu em 31 de Outubro de 1750
Prisioneira do Estado no Convento das Albertas, aos 8 anos
Aí passa com sua mãe (filha do Marquês de Távora) e outra irmã mais nova até
1777

É neste período que se educa a si própria e faz leituras
Garção saúda-a nos seus anos
Filinto Niceno, e Sebastião Barroco, têm as duas irmãs por suas musas
Correspondência com seu pai, preso no Castelo da Junqueira Consulta o pai nas
suas leituras e comunica-lhe o juízo sobre os autores
Volta do Conde de Lippe a Portugal e a grande parada do exército nos Olhos de
Água

Um jovem hanoveriano, que acompanha Lippe, vai à grade do
Convento das Albertas (o *tolaz* militar)
Abrem-se as prisões pela aclamação de D. Maria I
Alcipe esquece *Albano* (Barroco) e casa com Oyenhansen
O novo período depois da clausura é apagado e com pouco interesse
Ficou viúva aos quarenta e três anos
O Abade Costa cita-a nas suas Cartas

José Anastácio da Cunha
Nasce em 11 de Maio de 1744
Estudo de Humanidades na Congregação do Oratório
Nomeado tenente para o Regimento de Artilharia
Revela-se um génio extraordinário em Matemática
O artigo publicado em Londres em 1768
Como descobrimos este facto
O seu singular talento poético
D. Joana Isabel Forjaz pede-lhe a glosa de uma célebre quadra
Seus amores com uma rapariga de Caminha
Os seus versos são a única base de acusação no Santo Ofício
Versos seus dos 18 anos .
Revelação do génio poético
Belos Sonetos a Margarida

As declarações autobiográficas na Inquisição de Coimbra
João Baptista Vieira Godinho coligiu todos os seus versos
O manuscrito existente na Biblioteca do Porto
Fr. Joaquim de Fóios, oratoriano, seu antigo mestre
Depois da queda do Marquês de Pombal, é perseguido pela Inquisição
Monteiro da Rocha preparava-lhe a denúncia
A Margarida, de Caminha, avisa-o das pesquisas que se fazem
em Valença A tradução da *Oração Universal*, de Pope, base de acusação
de Deísmo Começo do processo em 19 de Setembro de 1778
Referência à sua viagem a Lisboa em 1777
O julgamento pelos Inquisidores de Coimbra
Sentenciado em 6 de Outubro pelo Conselho da Inquisição de Lisboa
Suas antigas relações poéticas com Monteiro da Rocha
Sai no Auto-de-Fé de 11 de Outubro de 1778 .
Angustiosa morte desse homem extraordinário

Francisco de Meio Franco e o poema *O Reino da Estupidez*
A que poetas foi atribuído o poemeto
A ficção herói-cómica
O Zelo, poema contraposto pelo partido antipombalista
Como se veio a conhecer o verdadeiro autor
Missão da poesia satírica

FILINTO ELÍSIO

Os dois modelos da Poesia arcádica
José Agostinho tenta ridicularizar as *Nicenadas* e *Bocageadas*
Nasceu em 23 de Dezembro de 1734
Sua origem plebeia e seu gosto literário
Música e latinidade foram os seus estudos exclusivos
Pela catástrofe do terramoto vem habitar com sua mãe e pai em casa do Patrão-
mor

Toma-se conhecido pelo nome de *Niceno* Os bens que herdou do Patrão-mor,
atiçaram a perseguição inquisitorial, que lhos confiscou Protege as filhas do Marquês de
Alorna, presas em Chelas Importância dos bens que lhe foram sequestrados pela
Inquisição

O grupo da Ribeira das Naus
D. Leonor de Almeida é denominada *Alcipe* por Filinto
Ela muda-lhe o nome arcádico de *Niceno* pelo de *Filinto*
A Guerra dos Poetas
Na grade do convento das Albertas
Alcipe increpa Filinto pela Ode à elevação da estátua equestre
Trama urdida contra Filinto
Emigra para França em 4 de Julho de 1778
O Marquês de Alorna persegue-o pela garra inquisitorial
A mãe de Filinto, dementada, vai acusá-lo à Inquisição
O facto referido por Midosi
O terrível lance da sua fuga
Chega a Paris a 18 de Abril de 1778

António de Araújo, embaixador na Holanda, convida-o para ir estar com ele
Regressa à sua livre indigência em Paris em 1797
Pelo falecimento de Alorna em 1803, pensa em voltar a Portugal
Alcipe, ao passar por Paris, evita encontrar-se com Filinto
A tradução dos *Mártires* de Chateaubriand
Paris é um *descampado* para Filinto
Morre desvalido em 25 de Fevereiro de 1818

§ III

O negativismo enciclopedista e a explosão temporal da Revolução

A Revolução foi o desfecho duma convulsão mental e social europeia
Todo o movimento dos séculos XII a XVIII é democrático
Reflexo na história portuguesa
O *Filosofismo*
O *Clube de l'entre sol*
O esquecimento da solidariedade histórica, levou os investigadores para a
Natureza
Os poemas didácticos
Academia das Ciências de Lisboa
O que faltou nas reformas pedagógicas pombalinas .
Necessidade de uma Faculdade de Letras
A doutrina de d'Alembert e o saber geral ou filologia moderna
Barbacena e Vandelli
Reitor da Universidade, projectou a fundação de uma Academia
Diticuldade que lhe opôs o governo
Regresso do Duque de Latões a Lisboa em Janeiro de 1779
José Correia da Serra sugere ao Duque o pensamento da Academia
D. Francisco de Lemos compreende a importância da fundação de uma Academia
em 1777
Aprovação dos Estatutos por Aviso de 24 de Dezembro de 1779
Suas Memórias submetidas à Censura em 1781

Tomás António Gonzaga

A Marília de Dirceu empolga o entusiasmo
Relação das Liras de Gonzaga com a sua vida
Nascimento de Gonzaga em 11 de Agosto de 1774
A Capitania de Minas
As *Cartas Chilenas* e os escândalos do Governador
A pequena Arcádia de Vila Rica
Carreira judicial de Gonzaga
Despachado Desembargador da Baía
Sua paixão pela sobrinha do segundo ajudante do governador
A gentil Manha
As intrigas e ódios do Arraial de Ouro Preto
Gerência escandalosa de Luís da Cunha Meneses
O novo governador Visconde de Barbacena
Denúncia contra Gonzaga pelos fraudulentos oficiais territoriais

Pelas alusões das *Cartas Chilenas*, descobre-se o fio da intriga
O infame coronel Silvério dos Reis
O Visconde de Barbacena iludido na sua imperícia
Cooperação do tio e tutor de *Manha*
Os Poetas de Minas envolvidos na rede da denúncia
Como se participou para Portugal a inventada Conjuração
Julgamento dos incriminados
Atrocidade das sentenças
Gonzaga desterrado por dez anos para Moçambique
A lenda infame do seu casamento em África
Faleceu alienado em 1807, não tendo usado a amnistia geral dada aos sobreviventes

BOCAGE (*Elmano Sadino*)

Ultimo fulgor do Arcadismo
Antepassados de Bocage, todos ponderados e normais
O problema do carácter insubmisso do poeta
Sua orfandade aos dez anos
O amor de *Getrúria* na sua adolescência
Nascimento de Bocage em 15 de Setembro de 1765
O pai de Bocage era também poeta
Gil e Maria Francisca, seus irmãos, também eram poetas
Getrúria, filha do Governador do Outão
Cadete do Regimento de Setúbal, Bocage jura bandeira em 1781
Criado o lugar de Guarda-Marinha, Bocage requer para ser admitido
A tradição marítima dos seus antepassados Requer passagem como Guarda-Marinha para a Armada da Índia
Embarca em 14 de Abril de 1786 com escala pelo Rio de Janeiro
A Epístola a Getrúria
A instabilidade da namorada
Ciúmes causados por seu irmão que cursava a Universidade
Sonetos inéditos a *Getrúria*
Tempestade durante a viagem
A sedução das crioulas no Rio de Janeiro
O novo governador da Índia, Francisco da Cunha Meneses
Intimidade com Barroco, secretário-geral
Chegada a Goa em 29 de Outubro de 1786
O poeta pressente a perfídia de *Getrúria*
Grandes tormentos de espírito pelas suspeitas que tem recebido
Sua vinda de novo a Lisboa, e verificar as suas desconfianças
Aparece em 7 de Novembro de 1787 em Lisboa, segundo urna carta de *lord Beckford*
No exame dos documentos da secretaria de Goa, lê-se *partiu* (Fevereiro de 1787)
O regresso a Goa, na carreira mercantil de Calcutá Alteração profunda do seu carácter, afastado de Goa pelo despacho de 27 de Fevereiro de 1789, como tenente, para Damão
O que motivou sua deserção de Damão
Partida de Surrate, errante pelo Cantão chega a Macau

Os sucessos da Europa, durante a sua ausência .
Chega a Lisboa em 1790
As quartas-feiras de *Lereno* e a Nova Arcádia .
Começa a perseguição
Amores com D. Maria Margarida
A publicação das *Rimas* em 1791
Anahia, novos amores do poeta
Sua prisão em 7 de Agosto de 1797
A apreensão da *Pavorosa*
Para salvar-se de Manique, requereu para ser entregue à Inquisição
Entregue ao Mosteiro de S. Bento e daí ao das Necessidades
Os amores com *Manda* (D. Maria Vicência)
A habitação de Bocage no Terreno de André Valente
Descrição do prédio e do andar em que habitara
Sua morte em 21 de Dezembro de 1805
Observações sobre o carácter literário de Bocage .

NICOLAU TOLENTINO DE ALMEIDA

Seu nascimento em 10 de Setembro de 1740
Matricula-se no Curso de Leis em 1760
Concorre à cadeira de Retórica em 1765, sendo provido para Évora e transferido para Lisboa em 1767
Os seus versos, de metrificação correctíssima, visam a obter favores dos fidalgos governantes
As lamúrias, para acudir à pobre irmã e desvalidos sobrinhos são repudiadas por sua irmã no seu livro de Memórias

JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO (*Elmiro Tagídeo*)

Nasceu em Beja, em 11 de Setembro de 1761
Professa aos 17 anos, nos frades da Graça
O seu talento prematuro para a prédica
Tropelias de rapaz tornaram-no incompatível com a vida monacal
Envilece-o a anarquia mental do seu tempo
Juízo de Maudsley
Primeiro esboço do poema *O Gama*
Ferreira da Costa presta notícias sobre sua mocidade
Factos aludidos na sua sátira *Elmiro*
Seu desterro para o Convento de Coimbra
Influência poética do autor do *Caramuru*
Desterrado para o Pópulo, em Braga
Os castigos absurdos tornam-no insubmisso
É expulso da Ordem graciana e faz-se presbítero secular
O talento literário torna-se o seu recurso
Sócio da *Nova Arcádia*
Insurge-se contra as *Nicenadas* e *Bocageadas*
Amores com a freira de Odivelas D. Joana Tomásia de Brito Lobo de Sampaio

Destrona-a D. Maria Cândida do Vale (do Convento de Cós)
As cartas de Amor à freira trina Feliciano, do Rato
Mais aventuras amorosas
Mudança do título do seu poema *A Natureza*
A conspiração de Maфра para a deposição de D. João VI
Seguiu a Revolução de 1820
Torna-se *vinagraste*, isto é, absolutista
Trabalha para a usurpação miguelista
História física e moral da sua propaganda
Os absolutistas pedem-lhe moderação
A sua morte foi um golpe decisivo no partido de D. Miguel
Expira em 2 de Outubro de 1831
As Memórias para a Vida íntima de José Agostinho
A riqueza do seu vocabulário
Necessidade da edição das suas obras Completas

AS TRAGÉDIAS FILOSÓFICAS

O espírito revolucionário em Portugal
As Tragédias de Voltaire traduzidas e representadas pelos estudantes de Coimbra
O Teatro é fechado pelo Reitor D. Francisco de Lemos
As teses filosóficas das Tragédias de Voltaire
O Romantismo irrompe da crise social de uma nova idade

Abrange o presente estudo o importante quadro do século XVIII em Portugal, no seu duplo aspecto de último reflexo da Renascença sob o pseudoclassicismo francês; e na corrente da Civilização moderna, a crise violenta da grandiosa luta mental e social, que desde o século XII actuou na dissolução do Regime Católico feudal. É por isso que o Século XVIII, é considerado na história como o *Século excepcional* pelas suas grandes audácias.

O estudo dos *Árcades* é um laborioso resumo dos livros em que já tratáramos os factos e os indivíduos que em Portugal singularizam esta época. Os livros que consubstanciamos, são: *História do Teatro Português* (século XVIII), 1871, de VII-401 pág.; a *Arcádia Lusitana*, 1899, com 644 pág.; *Filinto Elísio e os Dissidentes da Arcádia*, de 1901, com 732 pág.; *Bocage, sua Vida e Época*, de 1902, com 611 pág.; e especialmente, sob o aspecto mental (científico e pedagógico) a *História da Universidade de Coimbra*, tomo III, de 1898, com 619 páginas. A *Recapitulação* da época arcádica, contém os factos principais expostos nessas 3.017 páginas, que laboriosamente conseguimos condensar em 538 páginas deste livro. Seria isto indiferente ao leitor, se *Os Arcades* fossem apenas um apanhado; tem outro âmbito, retoco com materiais novos, as biografias de António José, o *Dr. Judeu*, Garção, Dinis, Quita, D. Leonor de Almeida, *Alcipe*, José Anastácio da Cunha, Filinto, Gonzaga, Bocage, moralmente, e José Agostinho de Macedo.

Uma parte do trabalho fez-se ao estampido do bombardeamento de Lisboa... (5 a 9 de Dezembro de 1917); mas silêncio, diante dos assaltos dos *apaches*.

HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA

SEGUNDA ÉPOCA

(Conclusão)

3º PERÍODO: OS ÁRCADES

(SÉCULO XVIII)

No seu espírito e acção revolucionária, o século XVIII é o término de uma trajectória, iniciada no século XII, em um constante conflito social e mental, em que da barbárie gótica ressurgiu o mundo moderno pela Renascença Greco-Romana, pelas revoltas comunais e terceiro estado, pelo Protestantismo, pela livre crítica, até que pela dissolução do Regime Católico-feudal irrompe a explosão temporal que se denomina – Revolução Francesa. Os seus efeitos foram vastos, pois que o assombroso fenómeno não era simplesmente local, mas a consequência da solidariedade do Ocidente, do concurso europeu. José de Maistre considerava o século XVIII como a continuação do século XVI, em que o Humanismo e o Jesuitismo disputam a disciplina dos espíritos, e o Protestantismo vem acordar duas fortes Nacionalidades; é como um prolongamento do século XVII, cujas sínteses filosóficas do Cartesianismo e do Baconismo vêm sistematizar o saber enciclopédico e generalizá-lo na instrução politécnica, alargando os moldes das Universidades medievais e das Academias da Renascença. Em uma frase luminosa sintetizou Comte esse período dos impulsos simultâneos do pensamento e da acção – o *Século excepcional*, e Guizot confessava, que se lhe fosse dado destacar na história o século da sua simpatia, apontava o século XVIII. É quando a França retoma a sua hegemonia medieval, influenciando de novo na mentalidade e na sociabilidade da Europa, pelos livros e pelas modas elegantes. As *ideias francesas* designavam entre as classes cultas esse estado de emancipação de todos os preconceitos religiosos e políticos, que os *Free-thinkers* ingleses fundaram mas não souberam universalizar.

§ I

O pseudoclassicismo francês

Desde o século XVI as nações da Europa esqueceram-se das suas origens medievais; resulta daqui a dupla decadência da liberdade política no cesarismo e das literaturas no maneirismo e afectação sob os cânones retóricos. A França chegou a desconhecer totalmente as suas tradições épicas, a ignorar a existência das *Canções de Gesta*, e a considerar os escritores retóricos da Corte de Luís XIV como o seu maior título de glória; a Itália e a Alemanha seguiam esses modelos convencionais de um pseudoclassicismo francês, que se reflectia em Inglaterra, em Pope, Dryden e Addison, abafando a impetuosidade do génio saxónico nas suas formas pautadas esterilizadoras; e pela dependência política da Espanha para com a França, no reinado de Filipe V, esta nação fecunda e original na sua literatura toma-se tradutora, Luzan legisla para o Parnaso espanhol subserviente ao gosto francês. Quando nações fortemente constituídas pela tradição étnica perderam no século XVIII as legítimas feições da sua

individualidade literária, como resistiria a essa decadência a literatura portuguesa tão separada do povo? A subserviência ao gosto francês datava do século XVII, desde que Richelieu julgou a bem da sua política fomentar a revolução em Portugal contra a incorporação castelhana, plano continuado por Mazarin com menos inteligência. Nas lutas religiosas do Protestantismo, a Casa de Áustria servindo a sociedade católica, adquiriu essa extraordinária preponderância política, que os hábeis políticos franceses souberam demolir, nas largas intrigas e lutas que terminaram na paz de Westfália. Luís XIV, continuando esta política, foi levado pela ambição pessoal a explorar a unidade católica entregando-se aos Jesuítas, tornando-se o seu instrumento de perseguição religiosa, extinguindo a liberdade de consciência pela revogação do edito de Nantes, forçando um milhão de franceses a exilarem-se na Suíça e Alemanha, na Holanda e Inglaterra. A literatura, sem uma íntima liberdade mental, limitou-se à imitação ostentosa das obras-primas da Antiguidade, tendo por ideal a bajulação de um monarca, que concentrava e substituía a nação na sua personalidade, *l'État c'est moi*. O absolutismo despótico de Luís XIV e a pompa oficial da sua corte, reproduziu-se nas outras cortes europeias, onde a literatura francesa era lida e admirada como a expressão dessa grandeza exterior, que mascarava uma orgânica decadência. Como Luís XIV, os outros monarcas também procuraram proteger *oficialmente* a literatura, desconhecendo que os escritores da plêiade que dera nome ao século de Luís XIV, ou eram anteriores a esse deprimente reinado, ou foram nele desconhecidos quando não perseguidos. A verdadeira influência intelectual da França do século XVII, manifesta-se nas doutrinas filosóficas de Descartes, foragido da sua pátria e nas lutas doutrinárias da moral e da pedagogia dos Padres de Port Royal contra os Jesuítas, que dirigiam o ensino público francês, imprimindo nas gerações escolares esse tipo medíocre, em que a compressão mental apagava todos os impulsos de individualidade; daí o pseudoclassicismo francês do século XVIII.

A política da restauração da nacionalidade portuguesa levava o ministro Castelo-Melhor, pelo casamento de D. Afonso VI, em 1666, a aproximar-se da corte faustosa de Luís XIV; imitava o viver dissoluto do bom tom palaciano, e os Jesuítas, à sombra do casamento real, foram-se tornando senhores deste pequeno estado, e por torpes intrigas para pôr termo ao governo de Castelo-Melhor, fomentaram o partido do *Encoberto*, que era o Infante D. Pedro, com quem manobraram para apearem D. Afonso VI, entregando o trono e a mulher ao irmão, D. Pedro II, em cujo reinado não mais se convocaram as Cortes. As *ideias francesas* ou o *filosofismo* foram duramente abafados pelos poderes conservadores do estado. Desde a Renascença, em que fomos grandes, até à primeira metade do século XVIII, Portugal persistiu em uma deplorável decadência, na apatia resultante da sofismação da *liberdade política*. O século XVIII tão rico de homens de talento e de ciência, contrasta com a profunda irracionalidade das instituições, por esse desacordo entre as liberdades civil e política. O próprio ministro reformador, o Marquês de Pombal, extremamente *regalista*, tornou essa liberdade um crime de lesa-majestade, a ponto de punir com cárcere e degredo o natural direito de representação.

Nestas condições depressivas, qual seria o destino do homem de letras? Em Portugal, no século XVIII, o poeta era um ser miserável, que se admitia à mesa dos criados, nas casas fidalgas, e como disse Nicolau Tolentino, retratando-se inconscientemente, terminava sempre as suas composições pedindo esmola; era um vestígio dos antigos bobos dos solares senhoriais, metrificando encômios hiperbólicos sobre todos os sucessos da realeza ou da aristocracia; as composições mais apetecidas eram as enfáticas sem pensamento, recitadas nos intervalos dos opíparos banquetes, aplaudidas nos *Outeiros* poéticos dos abadeçados, constituindo o género *joco-sério*, que se degradou até à *obscenidade*. A heroicidade épica descambava no género herói-

cómico. Os poetas, os primevos instituidores, tornavam-se populares, não por se inspirarem nas fontes vivas da tradição, mas como fábula da gente, chegando o nome de poeta a tomar-se na acepção de sórdido, desbragado e truão. Os vultos mais conhecidos brilharam na corte de D. João V, como Tomás Pinto Brandão, Alexandre António de Lima, o padre Brás da Costa, Fr. Lucas de Santa Catarina, Caetano da Silva Sotomaior, o *Camões do Rossio*. Este sintoma de degradação intelectual, é representado sob o reinado de D. José por António Lobo de Carvalho, poeta da *Madrágoa*; e Tolentino, Filinto Elísio e Bocage ainda malbarataram o seu talento.

1º *A protecção oficial da Literatura.* – É durante o longo reinado de D. João V, que em Portugal se macaqueou os hábitos faustosos da corte de Luís XIV, a ponto de serem combatidas as modas francesas na pragmática do monarca, o que era infringido pelos embaixadores em Paris, encarregados das encomendas e remessas dos figurinos das modas dominantes. O reinado de D. João V de 1707 a 31 de Julho de 1750, para ser bem compreendido tem de dividir-se em dois períodos mui caracterizados: um sob a influência dos Jesuítas, até 1742 em que o rei ficou paralítico pelo abuso dos prazeres, e o outro dominado pelo devocionismo de Fr. Gaspar da Encarnação, que por assentimento da rainha, afastava a interferência jesuítica. D. Maria Ana de Áustria, filha do imperador Leopoldo II, bem conhecia que a queda da Casa de Áustria em Espanha, e o domínio político da França eram devidos ao influxo dos Jesuítas. Torna-se explicável, como por indicação da rainha foi chamado Sebastião José de Carvalho ao ministério do novo reinado. O historiador João Muller, traceja assim o aspecto do reinado de D. João V, em que se continuava a acção da intriga da Companhia, dominando o jovem monarca pela sensualidade tolerada e absolvida pela sua moral capciosa. No reinado de D. João V, os jesuítas eram também ministros de Estado e confessores, ocupados em distrair o monarca na sensualidade molinista galante dos conventos das freiras, e em absolvê-lo dessas venialidades; entretinham-no com as extraordinárias e dispendiosas festas da canonização dos beatos Estanislau de Kotska, Luís de Gonzaga, de Toríbio Morovejo, de Peregrino, de Vicente de Paula, de Camilo de Lellis. Os jesuítas, como pedagogos literários, aproveitavam a tendência literatesca de D. João V, e querendo ir de encontro à corrente científica do século, fizeram com que o rei mandasse vir da Itália os dois jesuítas padre Domingos Cappace e padre João Baptista Carbone, para fundarem em Portugal o ensino da Matemática. O Padre Carbone teve a habilidade de tornar-se o mentor político do monarca, ou, como dizem os escritores do tempo: –aproveitando do grande talento deste último para o expediente dos vários negócios do monarca. Durou vinte e oito anos este intervencionismo governativo do Padre Carbone, embaraçando que entrassem em Portugal as doutrinas de Bacon, como o revelou em carta Jacob de Castro Sarmiento, que fora encarregado por D. João V de traduzir e imprimir o *Novum Organum Scientiarum*. O influxo deprimente da direcção pedagógica dos jesuítas era a natural consequência do seu método formal e imutável; tudo era típico e tradicional; tinham cristalizado o *Ratio Studiorum* de 1588; por isso dizia o autor da *Universidade, o Clero e os Jesuítas*: «Um caracter de esterilidade assinala tanto os seus actos mais importantes como os mais secundários. O seu sistema de educação é em muitos pontos admirável. Contudo nunca os jesuítas tiveram uma grande escola nem um grande homem. Examinem-se as ciências e os diversos géneros de literatura, vêem-se os mesmos resultados. A história dos Estudos clássicos em França é um exemplo. No século XVI a França estava no primeiro plano destes estudos; no século XVII eles caem principalmente nas mãos dos jesuítas, que os cultivam a principio com seriedade, mas a contar dos primeiros anos do século XVIII, estavam já quase reduzidos a nada. O espirito de Bèze, de Budée e dos Etienne tinha

passado para a Holanda protestante e para a Alemanha protestante.» E que diremos de Portugal, com os Gouveias no Colégio de Santa Bárbara, no de Bordéus; de Aires Barbosa, introduzindo o helenismo em Espanha, de Damião de Góis e de André de Resende comunicando com Erasmo; o gosto literário e o génio filológico esterilizou-se no esgotamento cerebral do método *alvarístico*. Pelo seu lado o poder temporal só se fazia reconhecer em *gastar*. Que fazia D. João V às enormes riquezas de ouro e brilhantes que vinham anualmente do Brasil? O pensamento de Rivarol o explica: «as *modas* acompanham os nossos melhores livros para o estrangeiro, porque em toda a parte se procura ser razoável e frívolo como em França.» D. João V resolveu proteger oficialmente a literatura; mas a opulência do seu reinado contrasta com o atraso miserável da nação, arrasada pelo tratado de Methwen, reduzida em 1732 à cifra de mais de dois milhões e meio de habitantes, em geral indigentes, porque a terra pertencia aos morgados, aos titulares, à Casa Real, à Casa do Infantado, à Casa de Bragança, às corporações monacais; a cultura mental entregue à monopolização fradesca era a estupidez crédula, e a indústria ou o trabalho *mecânico* era uma mancha de indignidade. A riqueza pública, despendida à doida em construções faraónicas de igrejas e conventos, era o produto casual das minas de ouro do Brasil e não produção da força transformadora da indústria pela acção do trabalho livre.

As minas do Brasil produziram de 1714 a 1746, em ouro amoadado, 96.000.415\$608 contos de réis; e em diamantes 12.000.000 contos. Com tais recursos à disposição arbitrária, um monarca era um poder sobre-humano, um prestígio ante o qual se quebrava a vontade individual, a dignidade, a consciência, na expectativa de uma graça régia. Esse extraordinário capital corrompia, não fecundava; isso se manifestou tanto na Arte como na Literatura. A Basílica de Mafra e a Patriarcal de Lisboa, não produziram uma escola artística, e o gosto de *rococó*, a *chinoiserie*, tomada da moda francesa com o chato estilo *jesuítico*, acabaram de perverter todas as noções do belo que eram imanes na alma portuguesa. A construção da esplêndida Biblioteca da Universidade de Coimbra, começada em 10 de Maio de 1712 e terminada em 1728, custou 66.622\$129 réis e a compra dos livros de Francisco Barreto por 5.600\$000 réis; a do P. Le Rue, em Paris, e a de João Baptista Lerzo, bem como as remessas de Lucas Seabra da Silva, tudo foi improficuo, porque os lentes estacaram no aristotelismo dos Comentadores jesuíticos que anatematizaram as ideias novas, tendo de ser arrancados à sonolência medieval em 1772, já sob o influxo das *ideias francesas*. A fundação, em 1720, da *Academia de História Portuguesa* parodiava a *Academia das Inscrições e Belas-Letras* nas suas investigações, mas não criou o critério histórico apesar de o rei a dotar com os maiores privilégios, mandando-lhe patentear os Arquivos e cartórios do reino, nomeando-lhe paleógrafos para tirarem cópias exactas, libertando as suas publicações da Censura, e impondo, por um decreto de 14 de Agosto de 1721, o respeito a seus vassallos por todos os monumentos arquitectónicos. Mau grado tão benéficos influxos. a decadência intelectual patenteia-se no estilo e resultados das Notícias, Práticas, Orações, Elogios, Dissertações e Catálogos dos seus associados.

Uma coisa faltava para que esses generosos esforços frutificassem – a liberdade. A nação não tinha parlamento, o povo não tinha terra, o trabalho *mecânico* era considerado degradante, a instrução pública era propinada pelos jesuítas, a consciência era abafada por um clero fanático canibal, o espírito crítico apagava-se ante a espionagem do Santo Ofício, que o extirpava nas fogueiras dos Autos de Fé, a Realeza era um fetiche respeitado pelo terror das forcas e a aristocracia exhibia-se em uma prostituição galante. Era um meio excelente para a indignidade campear infrene, nunca para se criarem concepções artísticas ou se revelarem génios fecundos. Um povo sem opinião, submisso a um regime que corta toda a manifestação do pensamento acerca dos

actos do governo discricionário, os espectáculos destinados a desviarem as atenções da causa pública, as ideias consideradas como um perigo social, tudo impelia para o cretinismo, para a idiotia, a degradação de uma raça. Esta decadência nacional agrava-se mais com os desvairamentos de um rei epiléptico, faustoso como Luís XIV, devasso como Luís XV, fanático como Filipe II; tal era D. João V, que o seu contemporâneo Frederico II, o violador da Pragmática Sanção, e portanto seu inimigo, retratava em frases sarcásticas: «*Ses plaisirs étaient des fonctions sacerdotales; ses bâtiments des convents; et ses armées des moines, et ses maitresses des religieuses.*» Isto dá o sentido das palavras do P.^o Teodoro de Almeida, na Oração inaugural da Academia das Ciências de Lisboa em 1779: «Que admirados ficaríeis, senhores, se soubésseis quão vil é o conceito que muitos estrangeiros fazem injustamente de vós. Quando lá fora aparece casualmente algum português de engenho medíocre, admirados se espantam, como de fenómeno raro: – E como assim? (dizem) de Portugal? do centro da ignorância? – Assim o cheguei a ouvir. – E onde estão os vossos livros? (me perguntam;) onde os vossos autores? as vossas Academias? os vossos descobrimentos? As gazetas literárias que correm guardam do vosso Portugal o mesmo silencio que de Marrocos. Ouvindo estes injustos opróbrios, os olhos se me fechavam com o pejo, emudecia a língua e a face se me cobria de confusão.»

As tentativas de reforma literária de D. João V, caducaram pela esterilidade do meio social e oficial, posto que daí vieram os impulsos para novos esforços; germes de iniciativa particular e individual, que se contagiam, se multiplicam e se tornam potências morais.

Para melhor actuar na subserviência do gosto francês, o quarto Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses traduziu a *Poética* de Boileau, e para estabelecer relações literárias com o ditador do Parnaso, enviou-lhe a sua versão acompanhada de uma Epístola, no género horaciano; passava-se isto por 1697, quando o Conde da Ericeira celebrava no seu palácio as *Conferências discretas*. Boileau escreveu cortesmente ao académico fidalgo a seguinte carta, que anda impressa nas suas obras desde 1716: «Posto que minhas obras tenham feito ruído pelo mundo, não me tenho por isso em grande conta; e se me desvanecem agradavelmente os elogios que me fazem, com certeza não me cegam; declaro, porém, que a tradução da minha *Arte poética*, que V. Ex.^a se dignou fazer, e os elogios que com ela me dirigiu, me provocaram verdadeiro orgulho. Como poderei considerar-me um homem vulgar, vendo-me tão singularmente exaltado? Tinha para mim que um tradutor da vossa capacidade e hierarquia me conferia titulo de mérito para distinguir-me entre os demais escritores deste século. Eu apenas conheço o vosso idioma imperfeitissimamente, sem nunca ter feito dele qualquer estudo particular; não obstante, pude compreender bem a vossa versão para a mim mesmo me admirar e julgar que sou mais hábil escritor em português do que em francês. E de facto, os meus pensamentos expressos por vós opulentam-se. Transmutais em rico ouro tudo em que tocais. Os mesmos termos, digamo-lo assim, em vossas mãos tornam-se em jóias. Como quereis, depois disto, que eu vos indique as passagens em que vos afastastes do sentido original? Se, em lugar das minhas ideias, tivésseis empregado as vossas, bem longe de reivindicar as minhas, antes me aproveitaria do vosso descuido e desde logo adoptando-as para com elas me honrar. Não vejo ensejo nessa prova. Tudo na vossa tradução é justo, exacto e fiel. E embora com adornos me exalçais, por agora em tudo me entrevejo. Não digais, pois, senhor, não me haver entendido. Dizei-me, antes, como fizestes para me perceber tão bem, e para alcançar na minha obra até essas cambiantes, que eu julgava que só podiam ser sentidas por pessoas nascidas em França e que frequentassem a corte de Luís, o Grande. Manifestamente reconheço que não sois estrangeiro em pais algum; sois de todas as cortes e nações,

graças ao vosso consumado saber. A carta e os versos franceses com que me honrastes são óptimo testemunho. Aqui, estrangeiro deparo apenas o vosso nome, e em França não há homem de superior espírito, que não quisesse tê-los escrito. Mostrei-os a muitos dos mais notáveis escritores. Não houve um único que os não admirasse bastante, e me não declarasse que, se tais louvores recebesse, vos teria dedicado volumes de prosa e verso. Em que conta me tereis, pois eu tão-somente vos respondo com uma carta de mero agradecimento? Inrepar-me-eis de ingrato ou descortês? Nenhuma dessas coisas sou, senhor. Dir-vos-ei, francamente que não faço versos ou prosa quando me apraz. Apoio é para mim uma divindade caprichosa, que me não concede, como a vós, audiência a toda a hora. Importa esperar o ensejo favorável. Quando acontecer de vir, aproveitá-lo-ei e mal me vai se morro sem desempenhar parte do débito dos vossos elogios! O que desde já vos asseguro é que na primeira edição das minhas obras será incluída a vossa tradução, e não perderei a ocasião de dar a saber à terra inteira, que desde os confins do nosso continente e tão longínquo como das Colunas de Hércules, me vieram os aplausos de que mais me ensoberbeço, e a obra de que mais me honro.» (1697). Boileau, imprimindo as suas obras em 1701, não incluiu a tradução da *Arte poética* pelo Conde da Ericeira, alegando o ter-se por um empréstimo extraviado em mãos de um amigo o primeiro canto; à parte esta *politesse française*, Boileau escrevia particularmente a Brossette confessando o motivo de faltar à promessa, «além disso, não acho que a versão seja digna de publicidade. É empresa de alto coturno escrever em língua estranha, quando não tenham convivência com os naturais do país, e tenho por indiscutível, que se Terêncio e Cícero voltassem ao mundo, ririam a arrebenhar das obras latinas dos Frenel e dos Sannazaros e de Muret. Não ponho em dúvida que haja nos versos franceses do ilustre português bastante espírito, mas, com franqueza, são portugueses de mais, pelo mesmo teor que há mais francesismo nos poetas franceses que hoje em dia escrevem latinamente.» Camilo, que aproximou esta carta das túmidas lisonjas ao Conde da Ericeira, deduz: «Esta carta apareceu pela primeira vez na edição de 1716, feita por Brossette, a quem ela fora escrita. O Conde da Ericeira, falecido em 1743, provavelmente viu a carta, e comparando-a com a outra, resolveu não publicar a sua versão da *Arte Poética*, desgostoso do seu trabalho e ferido no seu amor próprio pelo panegirista de 1696 e detraidor de 1701.» (*Curso de Lit.*, p. 143). As imitações da literatura francesa iniciam o *bom-gosto*; Pina e Meio, imita João Baptista Rousseau, como Garção as suas *Cant atas*; Cruz e Silva imita o *Lutrin* de Boileau, no *Hissope*, Cândido Lusitano traduz a *Athalie* de Racine e o capitão Manuel de Sousa o *Telémaco* de Fénelon.

Pina e Meio no Prolegómeno do seu poema *Triunfo da Religião*, diz dos poetas franceses: «Eu não tenho visto mais que alguns modernos: o Abade Gneist no poema da *Philosophie*, Racine no da *Religião* e da *Graça*, Voltaire no da *Henriade*, nas Tragédias e em outras poesias. Porém Despréaux me parece melhor que os outros.»

a) *A persistência das Academias seiscentistas.* – Em uma sociedade sem representação política nem liberdade mental, sob a espionagem das consciências e da censura clerical, continuaram a subsistir automaticamente esses focos do *mau gosto*, como já se consideravam essas tertúlias ou distrações das pessoas cultas. Do século XVII veio a *Academia dos Generosos* com várias metamorfoses, persistindo mais pelo poder da tradição do que pela evolução das ideias inaugurada em 1647 para a discussão dos preceitos da Oratória e Poética, regularmente congregada até 1667; por morte de seu pai, restaurou-a D. Luís da Cunha em 1685-86, tendo por secretário o conde de Vilar Maior. Em 1696, no seu palácio da Anunciada, o Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses continuava essa praxe académica com o título de *Academia das*

Conferências discretas e eruditas, celebradas aos domingos, à noite, disqueteando sobre *questões físicas e morais* e sobre a significação de Vocábulos da língua portuguesa. Duraram pouco tempo estas *Conferências*, desde 19 de Fevereiro de 1696 até ao termo da Guerra de 1703. O teatino D. José Barbosa, no Elogio do 2º Conde da Ericeira, escreve sobre a sua suspensão: «porque a entrada das armas, a que nos levou a guerra declarada de 1704 contra Castela e França, foi sempre contraria ao sossego e silencio que pedem as Ciências. Sossegados os ânimos pela renovação da paz em 1717, tornou a florescer a *Academia dos Generosos*, da mesma forma que dantes tinha florescido, e só com a diferença de se ver acompanhada de vinte doutíssimos mestres, que nas quintas-feiras em duas cadeiras sucessivamente liam alguns discursos sobre assumptos que eles mesmos escolhiam...» O mote da Academia *Ne extinguetur*, realizava-se na nova transformação de 1717. Disso fala o Conde da Ericeira no Elogio de D. Manuel Caetano de Sousa: «A *Academia portuguesa*, que na recente Livraria se renovou no ano de 1717, foi o teatro em que este atleta dominou... *Incorporou-se esta Academia e elevou-se muito na Academia real, prevalecendo ambas algum tempo separadas*, e quando El-rei a honrou, querendo que no dia do Evangelista de 1717 fosse ao paço...» Para solenizar os anos de D. João V, no dia de S. João Evangelista em 1719, pediu a rainha ao Conde da Ericeira para celebrar no paço uma sessão de *Academia Portuguesa*, criada dois anos antes. «Por emulação dos Scientes de França, ou com o exemplo do Cardeal de Richelieu, que no ano de 1635 estabeleceu em Paris a *Academia Francesa*, formou o Conde outra com o título de *portuguesa*, no seu palácio da Anunciada.» (*Oraç.*, p. 8). Nessa sessão aparatosa, a que concorreram consumados literatos, recitando discursos e Odes, o rei lisonjeado dignou-se conceder-lhe o patrocínio oficial, mandando que se regulamentasse a *Academia Portuguesa*, tomando-a sob a sua protecção em 4 de Novembro de 1720. Por decreto de 8 de Dezembro deste mesmo ano, manda que se estabeleça uma *Academia Real da História portuguesa*, «em que se escrevesse a Historia eclesiástica destes remos, e depois tudo o que pertencesse à historia deste e das suas conquistas». A primeira sessão solene, já com o título de *Academia Real da História portuguesa* celebrou-se em 9 de Dezembro de 1720, tendo além dos quarenta sócios da primeira fundação (os sócios da *Academia dos Anónimos* e os membros das *Conferências discretas*) mais outros dez escolhidos pelo rei. Por decreto de 4 de Janeiro de 1721 são confirmados os estatutos, com a divisa: *Restituet omnia*. Não era platónica a empresa; por decreto de 6 de Janeiro de 1721 é dotada com o subsidio anual de um conto 1.000\$000 de réis; e por Carta régia de 11 de Janeiro e Avisos de 16 e 18 de Março deste mesmo ano facilita-se à Academia as cópias de documentos dos arquivos e cartórios do reino. E no decreto de 29 de Abril de 1722 há o espírito revolucionário, isentando das licenças do Desembargo do Paço para serem impressos todos os livros da *Academia Real da História* apenas examinados pelos censores académicos. Quanto às despesas da impressão das luxuosas edições dos trabalhos especiais dos académicos, das lâminas e ornatos, tudo era auxiliado por D. João V. Pela primeira vez a *Academia Real da História portuguesa*, como observou Emílio Hubner, «apresentou investigações propriamente históricas e arqueológicas em substituição à literatura, por assim dizer, monástica, em que se haviam baseado até então...» Percorrendo-se uns catorze volumes de in-fólio grande, encontram-se obras ainda hoje de consulta permanente, como a *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado; as *Memórias para a História de D. João I*, por José Soares da Silva; o Catálogo cronológico das Rainhas de Portugal, de D. José Barbosa; *História de Malta*, por Fr. Lucas de Santa Catarina; *Memórias de El-Rei D. Sebastião*, de Diogo Barbosa Machado; *Memórias para a História da Universidade de Coimbra* (apenas publicadas as *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*), por Francisco Leitão Ferreira. (Descobriram-se cadernos dos quais uns existiam na

Biblioteca Nacional, outros possuía-os Teixeira Aragão, e deles foi extraída a *biografia de André de Resende* impressa no *Arquivo histórico*). É gigantesco o trabalho da *História genealógica da Casa Real de Portugal*, por D. António Caetano de Sousa, contendo nos seis volumes das Provas muitos documentos que foram destruídos pelo terramoto de 1755. *Obras*, de Bluteau, que fora da Academia, mas auxiliado pelos três irmãos Barbosa, publicou o grandioso *Vocabulário da língua portuguesa*, do qual Morais e Silva extraiu o Dicionário mais consultado no uso corrente. Nenhum lexicólogo tornou a pôr em prática o processo de Bluteau, consultando a linguagem oral portuguesa, tão rica e tão desconhecida. Bluteau passou a França para imprimir o *Vocabulário*. Como ensaio deu à estampa na imprensa real do Louvre um volume de Sermões; mas diante do preço e dos erros tipográficos regressou a Portugal, quando se quebrou a paz com a França. Julgaram-no espião, sendo mandado custodiar no convento de Alcobaça, onde durante três anos retocou continuamente o *Vocabulário*. Pelo favor oficial de D. João V foi terminada a impressão do *Vocabulário*: «Se com auxílio do real Erário não acudia V. M., no meio da carreira parava a obra e a suspensão dela era por agora uma espécie de sufocação e morte para a língua portuguesa.» A riqueza da língua era desconhecida, e a primeira condição para a transformação da Literatura consistia no seu conhecimento. Bluteau confessa: «depois de ajuntar as matérias para esta obra, eu mesmo fiquei admirado e justamente oprimido pela multidão de vocábulos que achei nos autores antigos e modernos.» Quando a *Arcádia Lusitana* tentou restaurar a poesia portuguesa, o seu sócio Cândido Lusitano (Francisco José Freire) pelas *Reflexões da Língua portuguesa*, aproximou os Literatos do conhecimento dos escritores mais considerados das diferentes épocas.

A munificência de D. João V fez desvairar o critério aos que almejavam uma nova orientação dos espíritos; proclamavam que só ele é que podia pela onipotente vontade decretar as transformações da intelectualidade. José de Macedo (pseudónimo António de Melo da Fonseca) no *Antídoto da Língua portuguesa*, publicado em 1710, apela para a intervenção oficial do monarca para o aperfeiçoamento da língua portuguesa: «Se alguma pessoa da autoridade falar ao nosso monarca sobre a reformação da nossa língua, mui facilmente se moveria o seu generoso animo a fazer-nos tocante a este negocio algum favor tão grande que parecesse dos maiores que um príncipe pode fazer a seus vassalos, e que por isso bem se pudesse contar entre as acções memoráveis de sua majestade, e as mais dignas do amor pátrio que se deve mostrar, e da suma propensão e benevolência com que nos deve favorecer.» (*Op. cit.*, p. 416). Este Macedo confessa «que no seu tempo se julgava a língua portuguesa inferior à castelhana pela grande frequência com que usamos do ditongo *ão*, que faz a nossa língua mui tosca e grosseira. Isto confesso, que nunca nela me pareceu bem; mas nem basta que eu a julgue inferior a alguma das vulgares, nem cuido, como cuidam geralmente todos os portugueses, que é irremediavelmente defeito.» Era aqui que recorria à onipotência do rei para que se substituísse a forma em *ão* pelo nominativo latino, como *solitude* por *solidão*, *mansuetude* por *mansidão*. Não chegou à insensatez do que decretou, *auctoritate qua fungor*, uma ortografia da língua portuguesa um século depois.

Na fusão das duas Academias dos *Anónimos* e *Conferências discretas*, na *Academia de História portuguesa*, a preocupação dos eruditos e dos arqueólogos deixou de parte a Literatura, quando começavam os estudos humanísticos a renovarem-se na Filologia. Em uma Oração recitada na *Arcádia* por Garção, alude a esta falta e aos esforços tentados para supri-la: «A teimosa guerra em que nos vimos obrigados a rebater a fúria dos espanhóis, ainda não permitia que entre o ruído das armas e o motim dos tambores se desse ouvidos à harmonia das Musas; continuava a decadência. Ajustou-se a Paz; sossegaram-se os ânimos; mas tão inveterado estava o contagio, (do

mau gosto) que, se houve quem a intentou, não houve quem não *desesperasse da restauração das Belas Letras, das Artes e das Ciências em Portugal*. O negócio era tão importante e de tão difícil êxito, que nem ainda o grande espírito e pródiga mão do magnífico D. João V, pôde conseguir mais do que lançar os primeiros fundamentos. Estimou os sábios, premiou os mestres, enriqueceu as livrarias do reino e fundou a *Real Academia de História*. Roubou-lhe a morte esta glória, *quando principiavam a amanhecer em Portugal as primeiras luzes do bom gosto*, da verdadeira erudição e da verdadeira crítica.» Era uma corrente nova, animada pelo espírito de iniciativas individuais. D. João V ainda protegeu essas quatro Academias dos *Anónimos, Aplicados, Escolhidos* e *Ocultos*, que tanto o bajularam na sua grave doença pelas imaginárias melhoras, e depois na sua morte, na esperança de obterem a protecção generosa que se estendera até a *Arcádia* de Roma.

Esta célebre Academia poética, que ofuscou todas as numerosas Academias italianas, celebrava as suas sessões no palácio da fantástica rainha Cristina da Suécia; D. João V estendeu a sua desvairada protecção oferecendo-lhe o capital para construir o palácio sumptuoso da sua sede. A *Arcádia* de Roma deu-lhe em homenagem o título de *Pastor Albano*. O Conde da Ericeira, que era a alma das Academias literárias do seu tempo, também foi eleito árcade romano com o nome bucólico de *Ormano Palisco*; outros portugueses figuram na lista dos seus sócios, como Luís António Verney, *Verenio Orgiano*; Inácio Garcês Ferreira, *Gelmedo*; José Peres de Macedo Tavares, *Libenco Orentejo*, e bem assim o beneficiado Francisco Leitão Ferreira, Filipe José da Gama, e o padre Serafim Pitarra. A morte de D. João V malogrou a aspiração dessas quatro Academias, *Aplicados, Anónimos, Escolhidos* e *Ocultos*, de se fundirem em uma *Arcádia Ulissiponense*, tal como se fizera para a *Academia Real de História Portuguesa*, largamente dotada pelo monarca, à imitação do que em Inglaterra dotava oficialmente a Sociedade Real de Londres, em 1660, e anteriormente a *Academia Francesa* em 1635. O favor concedido à *Arcádia* de Roma veio acordar a aspiração de uma *Arcádia* restauradora das Letras, que pela dotação régia faria brotar os talentos, sublimar-se a língua e brilhar a poesia.

b) *A Academia dos Ocultos, precursora da Arcádia*. – Entre as Academias que particularmente se formavam continuando o inveterado Seiscentismo, a dos *Ocultos* foi assim referida por Garção: «É verdade que alguns espíritos mais fortes, tentaram uma empresa ainda hoje árdua, e então impossível; mas, como nas primeiras escolas reinava certo espírito de opinião, que soberbamente sustentava o espírito de *mau gosto*, o verdadeiro método ou se não conhecia ou se desprezava. Fundaram-se Academias. Algumas permaneceram sem mais fruto que o da propaganda do contagio. Nos últimos anos do próprio reinado de D. João V, apareceram os primeiros crepúsculos do *bom gosto*. Já então a sociedade dos *Ocultos*, estabelecida em um palácio em que sempre habitaram as Musas, e fundada por um génio extraordinário, herdeira não só do sangue, mas também dos raros talentos e virtudes dos seus progenitores, trabalhava neste tempo na restauração da Literatura portuguesa, do estilo e da boa poesia. Podia ser que a ela se devesse toda a glória, se a publica desgraça (terremoto de 1755) não sepultasse tão útil e sabia companhia. Em um tempo de calamidades e aflições, quando parecia que os portugueses só tratavam de reedificar Lisboa e de restabelecer os seus particulares interesses, – quando seria desculpável que as musas fugissem do nosso continente, quando se julgava que as Artes jazessem sepultadas nas rumas da cidade – numa palavra, quando era impossível tratar da restauração das Ciências, então, oh Árcades, chegou o momento feliz de nos ajuntarmos, então fundámos esta Sociedade.» Sem estas reminiscências de Garção perdia-se a notícia da *Academia dos Ocultos* e a correlação

histórica continuada na Arcádia Lusitana.

Na biblioteca das Casas Alegrete, Penalva e Tarouca, guarda-se o Arquivo da *Academia dos Ocultos*, cuja inauguração se fez em 9 de Abril de 1745, chegando o registo dos trabalhos até Dezembro de 1751. Em uma folha impressa estão os *Estatutos que a Academia dos Ocultos deve observar para melhor direcção das suas Conferências e duração da mesma Academia*. Consta de nove artigos, que resumimos.

A assembleia conserva o *título de Congresso dos Ocultos*; haverá vinte e quatro académicos, que se ajuntarão uma tarde em cada mês, para fazerem suas Conferências, tendo um Presidente e dois Problemáticos ou Lentes, *todos feitos por sorte*, discursando os Problemáticos e dissertando os Lentes. Em poesia, tratam-se assuntos heróicos, líricos e joco-sérios. O resto dos artigos são meramente regulamentares. Celebrou-se a primeira sessão em 28 de Abril de 1745. Desta Academia escreveu Francisco de Pina e Melo, pondo em foco o seu fundador:

«Merece um lugar muito distinto o Conde de Vilar Maior, Manuel Teles da Silva, não só por cultivar com felicíssimo génio a afluência hereditária da sua casa, mas pelo egrégio patrocínio que tem dado à poesia com a *Academia dos Ocultos*, de que se tornou Mecenas e Secretario; aonde se ouvem todos os meses as obras dos melhores engenhos da Corte, *de quem produz o Catalogo da mesma sorte que me foi comunicado*». (*Triunfo da Rel.*, p. IV). Pode determinar-se a data deste Catálogo, porque aponta entre os sócios falecidos o Marquês de Valença, D. Francisco de Portugal e Castro; presidindo a uma sessão académica, celebrada no paço pelo aniversário da Rainha em 10 de Setembro de 1749, ao soltar as primeiras palavras caiu fulminado por um ataque apopléctico. A falta dos nomes de Pedro António Correia Garção e de Manuel de Figueiredo neste Catálogo, revela que não eram associados em 1749.

2º Aparecimento do espírito crítico. – Enquanto a cultura humanista dos Jesuítas, conservada pela sua direcção pedagógica exclusiva, mantinha Portugal afastado do movimento intelectual europeu, e as Academias literárias entorpeciam as vocações com a monomania de uma atrasada retórica, alguns espíritos como Jacob de Castro Sarmiento, em Inglaterra, Luís António Verney, em Roma, Francisco Xavier de Oliveira, na Holanda, e o Dr. Ribeiro Sanches, em França, compreenderam a situação da sua pátria reconhecendo a urgência de abrir-se às correntes da civilização moderna. Possuídos do espírito crítico do século XVIII, as suas iniciativas bem nos comprovam o juízo de Guizot sobre o século excepcional: «No século XVIII é a universalidade do livre exame o carácter dominante: a religião, a política, a filosofia, o homem e a sociedade, a natureza moral e material, tudo se torna ao mesmo tempo assunto de estudo, de dúvida, de sistema; as antigas ciências são demolidas, e ciências novas são architectadas. É um movimento que se expande em todos os sentidos, embora emanado de um mesmo e único impulso. Este movimento aparente, que porventura não se encontrou uma segunda vez na história do mundo, é o de ser puramente especulativo. Até ali, em todas as grandes revoluções humanas, a acção misturava-se prontamente com a especulação. Assim, no século XVI a revolução religiosa começa pelas ideias, pelas discussões puramente intelectuais, mas rapidamente passou ao domínio dos factos. Os chefes dos partidos intelectuais bem prontamente se tornaram chefes políticos; as realidades da vida envolviam-se com as realidades da inteligência. Assim aconteceu também na Revolução de Inglaterra. Em França no século XVIII, vimos o espírito humano exercer-se sobre todas as coisas, sobre as ideias, que, ligando-se aos interesses da vida, deviam ter sobre os factos a mais imediata e a mais poderosa influência. E contudo os agitadores, os actores destes grandes debates, observando como especuladores puros, julgam e falam sem nunca intervir nos acontecimentos. Em

nenhuma época o governo dos factos, das realidades exteriores, foi assim tão completamente distinto do governo dos espíritos. A separação da ordem espiritual e da ordem temporal, não foi realizada na Europa senão no século XVIII.

«Pela primeira vez, porventura, a ordem espiritual desenvolveu-se inteiramente à parte da ordem temporal. Facto gravíssimo, e que exerceu poderosa influência no curso dos acontecimentos.» (*Hist. Gen. de la Civil.*, Leç. XLIV).

Enquanto que em Portugal o governo marasmava sob a intervenção jesuítica, o Conde da Ericeira promovia junto de D. João V a resolução oficial de mandar traduzir para português o *Novum Organum Scientiarum*, como meio de operar um impulso de renovação do critério na intelectualidade portuguesa. O jesuíta João Baptista Carbone, que era o dirigente mental do monarca, não se opôs àquela audácia, mas contra-minou com os seus meios. Por intermédio do Conde da Ericeira recebeu ordem o médico Jacob de Castro Sarmiento para fazer a tradução do *Novum Organum* e tratar da sua impressão tipográfica. Começou-se o trabalho em 1735, e imprimiram-se as primeiras folhas para se ajustar o custo e a tiragem dos exemplares. Jacob de Castro Sarmiento esperou debalde a determinação do monarca. Depois do falecimento seu, queixava-se em 1751 o sábio em carta ao Dr. Sachetti: «Se v. m. lhe servir de algum modo o dizer que sabia que el-rei defunto me havia ordenado, pelo Conde da Ericeira, que Deus haja, *traduzisse as Obras de Bacónio na língua portuguesa*; e que este negocio estando tão avançado, que foi uma folha de papel impressa in-fólio e outra em quarto, para que Sua Majestade elegeisse em que forma se havia de fazer a impressão, se suspendeu e lançou de parte... Se v. m. digo, quizer fazer uso desta noticia, o pode fazer livremente. Eu bem creio que não só das Universidades hão de sair as setas contra v. m.^{ce} e o seu projecto; mas de cada cadeira ou Colégio desse reino ha de brotar contra v. mercê a mesma paixão ou o mesmo fogo.» (Ap. *Comp. Histor.*, p. 360). E em carta dirigida em 1750 ao Dr. António Nunes Ribeiro Sanches, revela-lhe a acção retrógrada do jesuíta P.^e Carbone, que faleceu em 5 de Abril desse ano: «Se v. m. lera duzentas e tantas cartas, que tenho do famoso P.^e Carbone, que já lá está descansando; os serviços que lhe fiz em anos de correspondencia, e o que tirei de conveniencia em *fructos, não foi outra cousa que a falta de fé*, de que me queixo. Não necessitarei de mais vivo exemplo para proceder com a maior cautela e não fazer caso algum nem de promessas nem de esperanças.»

Que perda, essas duzentas cartas em que Jacob de Castro Sarmiento expunha o movimento intelectual, que em 1735 se passava em Inglaterra e se contagiava à França! O Conde da Ericeira, que da França tomara o modelo da *Academia portuguesa*, o código disciplinar do gosto traduzindo a *Poética* de Boileau, quando se dirigiu a Jacob de Castro Sarmiento bem sabia que a renovação filosófica era em França ainda um trabalho secreto, reflectindo-se de Inglaterra. A influência que a liberdade de pensamento no domínio da política exercia sobre todo o século XVIII e em todos os países, começou a fortalecer-se em uma associação especulativa de livres-pensadores chamada *Club de l'Entresol*, da qual fala o Marquês de Argenson nas suas Memórias: «Era uma espécie de *Clube à inglesa* formado de indivíduos, que gostando de discorrer sobre o que se passava, podiam reunir-se e comunicar sua opinião sem terror de se comprometerem, porque se conheciam bem uns aos outros, e sabiam com quem e diante de quem falavam. Esta sociedade chamava-se o *Entresol* (sobreloja) pelo local onde se reuniam, que era a sobreloja em que habitava o Abade Alary. Ali se achavam sempre gazetas da França, da Holanda e mesmo jornais ingleses.» D'Argenson historia em suas Memórias esta associação iniciadora da primeira Escola dos *Economistas* franceses e dos próprios *Enciclopedistas*; muitos dos seus membros eram altos funcionários da política e do clero, mas basta citar esse tipo extraordinário de evangelizador da humanidade, o Abade de São Pedro, autor da *Paz perpétua*, para determinar a índole da

elaboração mental que se estava passando nos espíritos que precederam Montesquieu e Rousseau. Era a incubação da sociedade europeia a orientar-se pelo problema da *liberdade política*. Da Inglaterra se propagou para a França este espírito especulativo revolucionário dos *Free thinkers*, os Thomas Chubb, Wallaston, Tindal, Bolingbroke e Shaftesbury; foi nesse meio da liberdade legal, da imprensa livre e do julgamento pelo Júri, que Voltaire hauriu o ideal que serviu com o seu ironismo; era daí que Jacob de Castro Sarmiento escrevia as suas cartas.

Por influência misteriosa, ou da rainha D. Maria Ana de Áustria, o monopólio do ensino pelos Jesuítas, foi confiado aos Padres Congregados do Oratório das Necessidades, de Braga e Porto, «estendendo os seus privilégios a todas as Escolas públicas de Filosofia das Casas da dita Congregação de S. Filipe Néri de todas as cidades e vilas, já concedidos pela provisão de 25 de Janeiro e 3 de Setembro de 1747, ao Hospício junto à igreja de N. S. das Necessidades». A Companhia aparou este golpe, da provisão de 15 de Março de 1755, com aparente garbo: «em nada tem desmerecido a Companhia, e os Congregados devem também reconhecer que o Venerável Bartolomeu de Quental, fundador do Oratório de Lisboa, recebeu bastantes auxílios da Companhia para esta admirável fundação, essencialmente nos P. P. Sebastião de Magalhães e Luís Alvares, e se valeu de entrar com quem tinha conhecimento do tempo em que foi Colegial na Purificação de Évora, que tem uma grande gloria de ter sido aluno um espiritual tão benemérito e tão digno de uma eterna lembrança.» (Pina e Melo, *Resposta Compulsória*, p. 11). As duas disciplinas Filosofia e Gramática iam ser desenxertadas da *Lógica Conimbricense* e do opaco método *alvarístico*, que resistiam como blocos inabaláveis ante as correntes do pensamento moderno. No *Ritual teológico* do Colégio das Artes, de Coimbra, impunham os jesuítas o seu automatismo autoritário: «Não se defendam opiniões contra a *Lógica Conimbricense*; e, quando muito, se poderá propor a questão dogmaticamente, mas poucas vezes.»¹ O jugo aristotélico dos comentaristas coimbrões sustentava a autoridade peripatética que tinham contraposto à Renascença; mas esse prestígio dissolvía-se em França pela discussão dos jansenistas de Port Royal, que renovavam o ensino pelas doutrinas filosóficas de Descartes. Generalizava-se o conhecimento da língua francesa, que era uma primeira condição para a renovação científica. O próprio Luís XIV, protector dos jesuítas, teve em 1670 de increpar a Universidade pela acanhada rotina dos seus antigos métodos. A Portugal chegaram as doutrinas pedagógicas dos P. P. de Port Royal, primeiramente aplicadas à Gramática portuguesa por Contador de Argote; em 1718, renovam-se na ordem franciscana os estudos pela introdução das disciplinas matemática e física; em 1730, outras ordens monásticas, dos Crúzios, Beneditinos e Gracianos, abandonam o jugo aristotélico, admitindo o ensino da filosofia moderna, das obras de Bacon, Descartes, Gassendi e Locke. Os Padres da Congregação do Oratório tomaram em Portugal a mesma missão renovadora do Port Royal em França. No livro do P.^e Manuel Álvares, da Congregação do Oratório do Porto, *instrução sobre a Lógica ou Diálogo sobre a Filosofia racional*, ataca essa velha escolástica, essa faculdade, «que com o nome de Lógica, em que o seu instituto são entes da razão, primeiras e segundas intenções, conceitos objectivos, proemiais, universais, sinais e outros tratados deste género, próprios para perturbarem a nossa mente e diminuir o nosso engenho.» E contrapõe-lhe toda a corrente da filosofia moderna: «É pois a Lógica que exponho a mesma, que no passado e presente século seguiram homens de grande merecimento na republica literária; a mesma com que fizeram adiantados progressos Francisco Bacão, Renato Descartes, Pedro Gassendi, João Lockio, o autor da *Arte de Pensar*, Mariotte, Antonio Genuense, e ainda outros que

¹ Ms. da Mesa Cesária. Ap. Cenáculo, *Mem. Hist.*

desterraram das Escolas as monstruosas quimeras dos antigos e admitiam em seu lugar um novo corpo de doutrina, próprio para guiar o nosso entendimento para o conhecimento da verdade.» Essa livre crítica que fulgurava em Espanha com Benito Feijó e em Itália com Genovesi, aplicava-a a Portugal Luís António Verney nas Cartas sob a autoria anónima de um *Frade Barbadinho*, atacando de frente os jesuítas, dando base concreta para a reforma pedagógica pombalina.

a) *Verney e o Verdadeiro Método de Estudar*. – O autor das Cartas, em que com todas as formas de uma exterior respeitabilidade pelos jesuítas analisa implacavelmente os livros dos seus métodos de ensino, Luís António Verney, nasceu em Lisboa, em 23 de Julho de 1733, filho de Dionísio Verney, francês e de D. Maria da Conceição Arnaut, de Penela. Graduou-se pela Universidade de Évora em Teologia e em Artes, sendo nomeado Arcediago para o arcebispado. Conhecia intimamente todos os processos pedagógicos da Companhia. Na Universidade de Roma doutorou-se em Cânones, e pela Itália viajou em 1736, fixando depois a sua residência em Roma, trabalhando como secretário da Legação portuguesa, junto da Cúria. De Roma dirigiu as célebres Cartas de um *Frade Barbadinho* ao Provincial dos Jesuítas em Portugal, com o título de *Verdadeiro Método de Estudar*, fazendo o confronto do deplorável atraso das Escolas nesta Província de Portugal, com a marcha dos conhecimentos na Europa. Verney tinha uma cultura enciclopédica, o que dava à sua crítica um intuito de reforma. A sua parte negativa é para nós, hoje, documento histórico das formas do ensino jesuítico em Portugal. Do ensino nas *escolas baixas*, pela Gramática do P.^o Manuel Álvares, escreve: «Quando entre neste reino, e vi a quantidade de *Cartapácios* e *Arte*, que eram necessários para estudar somente a Gramática, fiquei pasmado. – Sei que em outras partes onde se explica a Gramática do P.^o Manuel Alvares, também lhe acrescentam algum livrinho; mas tantos como em Portugal, nunca vi. As declinações dos nomes e verbos estudam pela Gramática latina; a esta segue-se um *Cartapácio* português de *Rudimentos*, depois outro para géneros e pretéritos, muito bem comprido; a este, um de Syntaxe bem grande; depois um livro a que chamam *Chorro* e outro a que chamam *Prontuário* pelo qual apreendi o escólio dos nomes e verbos, e não sei que mais livro ha. – Depois disto devo dizer, que *ocupavam seis e sete anos estudando Gramática*; e que a maior parte destes discípulos, depois de todo esse tempo, não era capaz de explicar por si só as mais fáceis Cartas de Cícero.» (*Op. cit.*, t. I, p. 48). E nota o absurdo de estudar latim decorando materialmente a volumosa Gramática escrita em latim, e com regras em versos. Na Resposta às *Reflexões apologéticas*, vai declarando que o Rei da Sardenha na Reforma dos Estados *tirou todas as escolas aos Jesuítas e lhes proibiu de ensinar a mocidade*, dando a incumbência a outros que praticam outro método latino. «Não vos contarei, que nas melhores Universidade e escolas de Itália, se ensina o *Novo Método da Língua Latina Real*; e que os particulares fazem o mesmo. Já em Holanda, Inglaterra, França, grande parte da Germânia e remos setentrionais, é certo que no *Porto Real* ou o *Vossio* ou outro semelhante, é que se estuda.» (*Ib.*, p. 21). Esta revelação acordava a ansiedade das reformas.

A Lógica conimbricense era ensinada por outros cartapácios entregues à memória, as revoltantes *Lógica Barreta* e *Lógica Carvalha*, usando os mestres do estímulo da pancada (*Op. cit.*, II, 214). A Retórica ensinava-se por cadernos manuscritos do Padre Cipriano Soares, de Pomey e Juglar, em exercícios de recitações pedantes, declamadas em voz chorosa com accionado cómico. O livro de Verney provocou uma extraordinária reacção da parte dos Jesuítas, que atacaram com fúria o *Frade Barbadinho*, pseudónimo do atilado crítico, acobertando-se eles com outros pseudónimos, tais como *Frei Arsénio da Piedade* (Padre José de Araújo), *Dom Aletófilo Cândido de Lacerda* (Padre Joaquim

Rebello), *Teófilo Cardoso da Silveira* (Padre Francisco Duarte), *Teotónio Anselmo Brancanalco*, anagrama de Manuel António de Castelo Branco, e *Padre Severino de S. Modesto*. Esta polémica literária é um dos factos importantes da nossa história intelectual no século XVIII; os jesuítas sofismaram a defesa. As consequências da crítica de Verney foram imediatas (1750). Os Padres da Congregação do Oratório obtiveram a Casa e Hospício de N. S. das Necessidades para abrirem escolas ao público, e para isso compuseram novos compêndios, alcançando privilégios exclusivos da propriedade deles em resolução de 26 de Março de 1747 e 18 de Abril do mesmo ano. À medida que a luta pedagógica prosseguia, os Padres do Oratório iam-se aproximando dos intuítos de Port Royal, e traduzindo os seus principais livros elementares. O sistema *alvarístico*, das escolas dos Jesuítas, levou um golpe mortal no *Novo Método para se aprender a Gramática latina*, do Padre António Pereira de Figueiredo, que imitou a gramática de Cláudio Lancelloto; por último Pombal, nas Instruções régias de 1759, mandou adoptar nas aulas públicas, um Resumo do Novo Método. Pode-se concluir que as reformas da instrução pública feitas em 1770 pelo Marquês de Pombal, tomaram por base o *Verdadeiro Método de estudar*. Em uma carta de Verney, de 8 de Fevereiro de 1786 a um amigo da Congregação do Oratório, queixa-se ele da falta de reconhecimento pelo seu trabalho; só em 1790 foi nomeado deputado honorário da Mesa da Consciência e Ordens, falecendo em Roma a 20 de Março de 1792.

b) *Estado da Poesia portuguesa antes da Arcádia*. – Verney descreve no seu livro monumental o estado mental dos versificadores: «quando escrevem dez versos lhe chamam *Décima*; e quando unem catorze chamam-lhe *Soneto*, e assim das mais composições. De sorte que compõem antes de saberem o que devem dizer e como o devem dizer... Geralmente entendem que o compor bem consiste em dizer bem subtilezas, e inventar cousas que a ninguém ocorressem; e com esta ideia produzem partos verdadeiramente monstruosos, e que eles mesmos, quando os examinam sem calor, desaprovam. Os mestres de Retórica, em cujas escolas se faz algum poema... envergonham-se de poetar em português, e têm por pecado mortal ou cousa pouco decorosa fazê-lo na dita língua.» (I, 177). Caracterizando o falso engenho, Verney determina quais foram as formas poéticas mais predilectas da primeira metade do século XVIII: «o falso engenho consiste na semelhança de algumas letras, como os *Anagramas*, *Cronogramas*, etc., às vezes na semelhança de algumas sílabas, como os *Ecos*, e alguns consoantes insulsos; outras vezes na semelhança de algumas palavras, como os *Equívocos*; finalmente consiste também em composições inteiras, que aparecem com diferentes figuras ou pintura...» (p. 179). E diz da persistência destas formas: «aquelas ridículas composições que tanto reinaram... no fim do século XVI e metade do século XVII, e desterradas dos países cultos, *ainda hoje se conservam em Portugal...* » Atribui Verney a introdução dos poemas *pintados* ao P.^e Bluteau, quando já os achámos usados por D. Francisco Manuel no louvor da academia dos *Generosos*; fala da estultícia dos poemas *lipogramáticos*, nos quais não se empregava uma dada letra do alfabeto. No seu bom-senso crítico, Verney exclama: «Mas não se pode sofrer que homens modernos, e que mostraram doutrina em muitas cousas, caíssem nesta rapaziada, condenável ainda em um rapaz; e que fizessem composições, expressamente para mostrar que sabiam fazer *Eco*. Eu vi *Ecos* que respondiam em latim e outras línguas, e tive compaixão com o poeta que se cansara com aquilo... Quando eu li algumas das *Jornadas* de Jerónimo Baía, tive compaixão do dito religioso (escreve em *Equívocos*) e assentei que a jornada que devia fazer era da sua casa para o hospital. Esta sorte de poetas são doidos, ainda que não furiosos,... eu ainda conheço quem o pratica, e quando se lhe oferece ocasião de dizer um *Equivocozinho*,... estes chamados doutos,

frades, seculares, sacerdotes e estudantes... etc.» (p. 182). «Acham-se além disso mestres, que fomentam isto, dando prémios aos rapazes, que nas escolas ouvindo alguma palavra, descobrem nela um *anagrama* puro. Seria isto nada, se se contivesse dentro das escolas; mas o mau é que sai para fora e se introduz nos discursos graves...» Vai enumerando outras formas insensatas: «Os *Acrósticos*, são primos co-irmãos dos *Anagramas*;... Acham-se engenhos tão mariolas, tão infatigáveis, que no mesmo Soneto põem três vezes o mesmo nome, duas nas extremidades e uma no meio...» «Mas vulgar é em Portugal outra sorte de engenho falso, a que chamam *Consoantes forçados*. Quando querem experimentar um homem se tem engenho, dão-lhe consoantes estrambóticas para que complete os versos, e como isto seja o mesmo que obrigar um homem a que diga despropósitos, já se sabe que saem composições dignas de se verem.» (p. 185). «Também os *Laberintos de Letras* são mui mimosos em Portugal... Outros tem por cousa grande fazer *Laberintos* de quartetos, dispostos em certa figura, de sorte que se lêem por todas as partes, e sempre conservam a mesma consonância. Outros fazem *versos que se lêem para diante e para traz*; de uma parte fazem um sentido, de outra, outro contrario; empregam nisto tempo considerável, não só em fazê-lo, mas em decifrá-lo; e chamam a isto emprego do sublime engenho.» (p. 186). «Igualmente é estimada neste país uma espécie de Sonetos, em que se repete a mesma palavra em todos os versos... Podia citar mil exemplos, mas nenhum melhor que o Soneto que se atribui ao Chagas, e começa: *O tempo já de si me pede conta*, etc.» (p. 187). Muitas destas formas eram restos da poética provençal, outras da italiana, mas a falta de compreensão do elemento tradicional levava os poetas para o esmero exclusivo da forma forçando-os a absurdos que hoje vemos repetidos nos modernos *parnasianos*. Era contra este atrasado culteranismo que se erigia a *Arcádia Lusitana*, desvairada pelo seu lado com o pseudoclassicismo francês.

Em uma carta de Verney, dirigida de Roma ao oratoriano Fr. Joaquim de Fóios, em 8 de Fevereiro de 1786, narra-lhe as crises das lutas antijesuíticas em que entrara: «Eu, sim, tive no principio particular ordem da Corte de iluminar a nossa nação em tudo o que pudesse; mas nunca me deram os meios para o executar. Tive largas promessas de prémios, de rendas e ajudas de custo; e vieram recomendações aos ministros para me darem um conto de réis sobre os benefícios do reino, que cá se provessem. Mas tudo isto ficou na esfera dos possíveis, e nunca se verificou por culpa dos ministros e de outras pessoas, as quais sempre embaraçaram, *para adular os Jesuítas, que me perseguem com ódio mortal*. – E como eu tinha composto algumas obras em todas as faculdades (tirando a Medicina) para uso da nossa nação, e tinha gasto muito dinheiro nisso, e não tinha as rendas necessárias para tantos gastos, foi necessário que parasse, e me pus a observar o que lá e cá faziam, para assim ver o que eu devia fazer.» Em Junho de 1760 viu-se obrigado a sair de Roma, quando foram interrompidas todas as relações de Portugal com a Cúria. Verney, neste êxodo forçado, foi para Pisa: «Escrevi então de Pisa ao Marquês de Pombal, que tendo-me o rei D. José prometido de me pagar a importância de todas as minhas obras, como já tinha pago os primeiros tomos, mandasse verificar a dita ordem, para imprimir a *Física*. Mas o Marquês não respondeu nada, e somente me nomeou pouco depois (13 de Abril de 1768) secretario régio para servir a corte com o ministro Almada, que então tornou para cá.

«Logo eu previ os desgostos e desgraças que me podiam suceder. Porque o Almada era meu antigo inimigo, por causa de certos benefícios; não sabia escrever o seu nome; era soberbo, invejoso e muito mau, e fiava-se no parentesco do Marquês, o qual defendia todos os despropósitos do Almada. Contudo isso aceitei o cargo, e me recomendei à providencia. Imprimi então com o meu dinheiro a *Física*, (1769) que me custou muito, sem utilidade, porque as esperanças que me deram de se introduzir nas

escolas, se desvaneceram.

«Sucedeu pontualmente o que eu tinha previsto. O Almada não quis obedecer a nada do que eu lhe dizia. Fazia despropósitos de consequência; dizia sempre muito mal de mim; fazia-me pirraças todos os dias, para que eu me desgostasse e despedisse. – E vendo ele que nada disto fazia o efeito que desejava, recorreu às calúnias e escreveu ao Marquês; e depois *publicou por toda a parte que os jesuítas me tinham comprado por trinta contos de réis, para lhes revelar os segredos da corte*, e que o Papa por esta razão me tinha por suspeito.

«O Marquês não creu isto, porque conhecia a falsidade; mas para contentar o Almada, mandou ordem para que me despedissem e mandassem para a Toscana, onde estive dez anos, onde estive na cidade de San Miniato; e debaixo da capa me tirou algumas vendas de livros, e de outras cousas que me ajudavam a viver. Despedido que foi Pombal, o novo governo reconheceu e publicou a minha inocência, e me permitiu tornar a Roma. Deste modo ficou salva a minha honra; mas os gravíssimos prejuízos em todos os géneros que sofri e sofro nunca me salvaram. – Nisto vieram a parar as fadigas literárias de cinquenta anos que estou cá. Arruinei a saúde, destruí as posses, e não concluí nada. Contraí dividas para poder viver com decência e acudir a outros gastos, e destas nunca pude pagar todas. Cresceram com o tempo as moléstias, e com elas o desgosto e repugnância de escrever mais em tais matérias e com tal intuito.» Esquecido dos homens públicos de Portugal, narrava estes factos para se eximir aos convites da Academia das Ciências: «sou já velho e doente, e não me posso meter em estudos e matérias novas.» Ainda o nomearam para a Mesa da Consciência e Ordens em 11 de Setembro de 1790. Faleceu em Roma em 20 de Março de 1792, este emancipador da inteligência portuguesa.

c) *Alexandre de Gusmão e a Arte de Furtar*. – um dos mais lúcidos espíritos do século XVIII, dotado de uma visão crítica dos caracteres e da sociedade, que ele sabia desenhar no mais pitoresco estilo epistolar, e nos considerandos com que acompanhava os *Avisos* régios, quando despachava junto de D. João V, como seu escrivão da puridade. Todas estas excepcionais qualidades, e a situação particular como secretário quando o rei avocou a si as questões de política internacional, e o encarregava de interpretar as cifras diplomáticas e explicar-lhe as intrigas das cortes estrangeiras, tudo isto lhe suscitava a imaginação para uma Sátira da sua época, como a fizeram Rabelais, Cervantes e Pascal. Mas aonde existe essa obra? Só depois de um processo de crítica negativa se chegou à conclusão, de que a *Arte de Furtar*, não foi escrita pelo P.^e António Vieira, nem por nenhum dos preclaros espíritos do século XVII, Tomé Pinheiro da Veiga, João Pinto Ribeiro, António de Sousa Macedo e Duarte Ribeiro de Macedo; e que nos achamos com a *Arte de Furtar* já citada em 1742, reflectindo a corrente *anti-jesuítica* e afirmações de *regalismo*, um clarão intuitivo para reconhecer o ironismo sensato e dominante de Alexandre de Gusmão. Os dados biográficos é que conduzem a essa prova. Nasceu em Santos, no Brasil, em 1695, filho do cirurgião-mor do presídio militar, e foi educado aí no Colégio dos Jesuítas; muitos dos seus irmãos foram frades franciscanos, carmelitas, e um padre secular Bartolomeu Lourenço de Gusmão, célebre pela invenção de uma máquina aerostática, que lhe mereceu a perseguição monacal e a alcunha irrisória de *Voador*. Alexandre de Gusmão veio frequentar os estudos de Coimbra, formando-se em direito civil, acompanhando em 1715, como secretário da embaixada, o Conde da Ribeira Grande para Paris. Ali continuou os seus estudos jurídicos, tomando o grau doutoral, e no seu regresso a Portugal em 1720 incorporou-se na faculdade jurídica como lente; não se demorou em Coimbra, porque D. João V o despachou para a assistência em Roma, substituindo seu irmão junto da Cúria, em que

revelou a sua exímia habilidade diplomática, compondo todos os conflitos e resolvendo facilmente todos os negócios pendentes. Foi ele que obteve do papa Benedito XIII, o título de *Fidelíssimo* dado a D. João V, para não parecer menos considerado pela Igreja, do que eram o rei *Católico, de Espanha*, e o rei *Cristianíssimo*, de França. As duas cortes de Espanha e França melindraram-se com esta igualação pontifícia, mas Alexandre de Gusmão soube manter a dignidade nacional. O papa conferiu-lhe o título de *príncipe*, que não aceitou, porque D. João V negou-lhe o *exequatur*; mas chamou-o para a sua escritaninha; aí viu de perto o influxo jesuíta lisonjeando as galantarias do sensual monarca. Desde 1734 ficou encarregado dos despachos da secretaria do Estado para o Brasil; foi neste complicado serviço que ele descobriu as variadíssimas fraudes e continuados roubos da Fazenda, a que opôs hábeis regulamentos e expedientes sucessivos, que melhoraram as receitas do Estado. Acabou com o sistema das *devassas abertas* que ocasionavam prisões e confiscos, e tanto embaraçavam o comércio, estabelecendo em vez do pagamento do *Quinto* a capitação pelo número de escravos e censa o número dos homens brancos. Neste serviço se conservou até 1742 em que foi nomeado cavaleiro de capa e espada para o Conselho Ultramarino. É nestes curtos anos do despacho do Brasil, que ele experimentalmente foi coligindo os casos e circunstâncias, que coordenou nessa ficção artística de engenhoso apocrifismo, que tem o título *Arte de Furtar*, pelo Padre António Vieira. Como se conheceu este livro? Em 1740, o autor da *Biblioteca Lusitana*, Barbosa Machado, escrevera a Alexandre de Gusmão pedindo-lhe notícias dos seus escritos para o incluir no seu tomo bibliográfico; Alexandre de Gusmão desculpou-se, dizendo que embora membro da Academia de História Portuguesa, não tinha escritos por causa da sua laboriosa vida administrativa e política. Publicado o tomo I da *Biblioteca Lusitana* em 1741, aí se encontra a biografia do Padre António Vieira com o catálogo das suas obras, mas não vem apontado qualquer impresso ou manuscrito com o título de *Arte de Furtar*.

É pois entre 1742 e 1744, que se imprimiu subrepticamente em Lisboa o tomo intitulado:

ARTE DE FURTAR, *Espelho de enganos, Teatro de verdades, Mostrador de horas minguadas, Gazua geral dos Reinos de Portugal, Oferecida a El-Rei D. João IV, para que emende. Composta pelo Padre António Vieira, zeloso da Pátria*. Amsterdão. Na Off. Elzeviriana, 1652. 1 v.-4.^o, de XII fl. prelim., s. n. e 512 p. (Retrato do Padre Vieira).

A leitura deste título denuncia logo o embuste editorial; porque no contexto do livro consigna-se um facto acontecido em 1664, isto é, passados doze anos! Eis o facto: «Furtar o que vos hão de demandar e fazer pagar, isso que vos pesa, é a maior tolice de todas, como se viu no que sucedeu ao Carvalho, na semana em que compunha este capítulo. Era guarda da Alfândega e guardava as fazendas alheias muito bem, porque as punha em sua casa como se foram suas; foi recomendado por isso, e porque não deu boa razão de si, o puseram por postas repartido; pretendeu levantar cabeça à custa alheia, e levantaram-na dos ombros à sua custa.» Camilo apenas viu neste facto de 1664 a prova de que o livro «não foi composto de um fôlego, se não a pedaços.» (*Curso*, p. 121). Mas a incongruência entre as datas 1652 com a de 1664 é que é capital para se reconhecer quem é o «autor enigmático e até hoje oculto e talvez indecifrável». (*Curso*, p. 119). A crítica, sem a vista do conjunto torna-se estéril; sabendo-se que Alexandre de Gusmão fora ministro do despacho da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil de 1734 a 1742 em que entrara como membro do Conselho de Fazenda Ultramarino, entende-se esta passagem em que «refere um incidente de queixa contra a probidade dos ministros ultramarinos, e diz que – *esse caso lhe passara pelas mãos*. Esta ordem de processos incumbia aos Conselheiros da Fazenda». Camilo citava esta passagem pela edição de

Londres, p. 60, para aventar a hipótese de Duarte Ribeiro de Macedo, que logo rejeita por não ser o numeroso estilista da obra que se atribui a Vieira (*Curso*, p. 122).

Foi essa edição simulada de 1652, de Amesterdão, da *Arte de Furtar*, a que entrou na publicidade, por 1744. Contra a atribuição desse escrito ao P.^o Vieira, apareceu logo um opúsculo anônimo *Carta apologética, em que se mostra que não é autor do livro intitulado ARTE DE FURTAR o insigne Padre António Vieira*. Por um zeloso da ilustre memória deste grande escritor. Lisboa, 1744. In-4.^o, de 25 p.

Em breve se soube que o autor da *Carta apologética* era o sábio filólogo oratoriano Francisco José Freire, que brilhou catorze anos depois, com o nome de *Cândido Lusitano*, na fundação da *Arcádia*. Revelou-o Barbosa Machado no tomo IV suplementar da *Biblioteca Lusitana*. O oratoriano argumentou com as diversas grafias das três edições simuladas e incongruência de datas históricas das duas dedicatórias, e quanto à determinação do presumível autor lembrou-se de Tomé Pinheiro da Veiga.

Conhecido o apocrifismo da *Arte de Furtar*, vulgarizada nas três tiragens, em Março de 1744, aparece uma circunstância esclarecendo um pouco a combinação para a sua publicação, que remonta ao ano de 1741, depois de publicado o tomo I da *Biblioteca Lusitana*. Existe na Biblioteca de Évora, uma cópia de *Arte de Furtar*, que pertenceu ao P.^o João Baptista de Castro com uma Advertência por ele assinada em que declara:

«O original deste tratado manuscrito comprou João Baptista Lerzo, mercador de livros, genovês, que morava defronte do Loreto no espólio de um desembargador. Como eu era seu amigo, mo participou, e eu o tive quase um ano em meu poder; tanto assim que, compondo naquele tempo a minha *Hora de Recreio*, me aproveitei de algumas historias do tal traslado, que introduzi, e se imprimiram no ano de 1742 na oficina de Miguel Manescal, muito antes que saísse à luz a tal *Arte*; a qual se imprimiu subrepticamente na Oficina que o mesmo Lerzo tinha em sua casa, dizendo que era obra do P.^o António Vieira. Depois que saiu a publico fez um grande estrondo e se começou a duvidar do autor.» Vê-se como se fizeram três tiragens simulando de Amesterdão, a Elzevireana de 1652, a de 1744, in-4.^o de XII – 508 pág., e a de 1744, de 409 pág., com o retrato e com a data de 1745, e outro tipo. É natural que o livreiro italiano não soubesse a proveniência do livro; mas as três tiragens revelam a interferência de alguém que não olhava a despesas, e o interesse de conservar ignorado o facto na proveniência vaga do espólio de um desembargador. Alexandre de Gusmão, que fora escrevendo os casos anedóticos das fraudes que observara na administração relativa ao Brasil de 1734 a 1741, atirou esses apontamentos por essa forma engenhosa para a publicidade. Queria ele simular o estilo do Padre Vieira? Porque o atribuiria ao Padre Vieira? Os críticos acham analogias com o estilo de Vieira, mas não imitadoras; o que quer dizer que não houve artifício, porque Alexandre de Gusmão, brasileiro, educado entre os Jesuítas do Colégio de Santos, possuía essa mesma elocução que a longa residência de Vieira aí lhe inculcava. É mesmo admissível, que o *Sermão de Santo António*, do Padre António Vieira, praticando casos de moral sobre esse pecado, e notando a *Arte de Furtar* variadíssima nos seus processos, lhe sugeriria também o titulo. Aqui deu-se o caso de ter o titulo determinado a obra. Além disso era frequente atribuir-se ao Padre Vieira pela sua audácia crítica folhetos apócrifos, e nessa corrente fora também arrastado Alexandre de Gusmão.

Muito devera rir-se ao ver o afinco da *Carta apologética* de 1744, ainda então anônima, e em 1746 a *Dissertação apologética e dialogística que mostra ser o autor do livro Arte de Furtar o digno desvelado engenho ilustre do P.^o António Vieira, em resposta a uma Carta*, escrita por um ignorado zeloso da memória do dito Padre. Por dois curiosos génios, residentes em Madrid. Pertence este folheto ao padre metrificador Francisco Xavier dos Serafins Pitarra, sócio da *Arcádia* de Roma. Na sua discussão

quase que reconhece maliciosamente o apocrifismo de *Arte de Furtar*. Mas despreocupado de quem fosse o autor, Francisco José Freire volta à sua negação com outro opúsculo, *Vieira defendido. Diálogo apologético em que se mostra que não é o verdadeiro autor do livro intitulado Arte de Furtar o Padre António Vieira*: respondendo às razões de uma nova Dissertação, em que se pretende mostrar que a dita Arte é obra do mesmo Padre. Lisboa, 1746, in-4.^o. José Pereira de Sampaio (Bruno) acentuou esta frase do P.^e Pitarra: «Demais, tudo isto é arenga; a verdade do caso é, que se houve este grande manuscrito de uma livraria, vendeu-se a um homem, que informado por quem sabia da sua raridade, o imprimiu, fosse em Holanda ou na China, não faz ao caso.» (*Ib.*, p. 9). Faz todo o caso; porque Alexandre de Gusmão era hábil diplomata para manobrar neste meio crédulo em que lhe convinha fechar-se no anónimo. E enquanto os críticos combatendo a atribuição a Vieira, ou substituindo-o por escritores do século XVII, nenhum tratou de desvendar quem era o *regulista* e o antijesuíta do século XVIII, que tanto se aproxima pelo seu estilo e graça do Padre António Vieira, Francisco José Freire roçou pelo problema inconscientemente: «A *Arte de Furtar* não pode ser do Padre António Vieira, porque o contexto do livro implica uma notícia miúda da administração, da política e da justiça, que não se coaduna com a isenção sacerdotal do suposto e pretendido autor.» Esse conhecimento coaduna-se com a situação em que se achava Alexandre de Gusmão, no governo de D. João V. É deste ano de 1746 o quadro, que em duas cartas esboça Alexandre de Gusmão, mostrando-nos o monarca já paralisado e o seu governo sob a onipotência de Frei Gaspar da Encarnação. O embaixador D. Luís da Cunha escrevera-lhe da corte de Versailes para fazer sentir a D. João V, quanto para crédito do monarca era oportuna a sua intervenção para a paz, entre os principais beligerantes, e por todos tão ansiada. À carta de 6 de Dezembro de 1646 com o belo alvitre de D. Luís da Cunha, responde a Alexandre de Gusmão: «Sempre falei a Sua Majestade e aos Ministros actuais do governo:

«Primeiramente o Cardeal da Mota me respondeu, que a proposição de v. ex.^a era inadmissível em razão de poder resultar delia ficar el-rei obrigado pelo cumprimento do tratado, o que não era conveniente.

«Enquanto falamos na mesma matéria se entretinha o Secretario de Estado, seu irmão, na mesma casa em alporcar uns craveiros, que até isto fazem fora do lugar e tempo propilo.

«Procurei falar a Sua Rev.ma (Fr. Gaspar da Encarnação) mais de três vezes, primeiro que me ouvisse, e achei a Aparição de Sancho a seu Amo, que traz o Fr. Carmo na sua Corte santa, cuja historia ouviam com grande atenção o Duque de Alafões e o Marquês de Valença, Fernão Martins Freire e outros. Respondeu-me, que Deus nos tinha conservado em paz, e que v. ex.^a queria meter-nos em guerra, o que era tentação a Deus.

«Finalmente falei a El-rei. (Seja pelo amor de Deus!) estava perguntando ao Prior da freguesia, por quanto rendiam as esmolas das Almas e pelas Missas que se diziam por elas.

«Disse, que a proposição de V. Ex.^a era muito própria das *máximas francesas*, com as quais V. Ex.^a se tinha como naturalizado, e que não prosseguisse mais.

«Se V. Ex.^a caísse na materialidade (de que está muito livre) de querer instituir algumas Irmandades, e me mandasse falar nelas, havíamos conseguir o empenho e ainda merecer-lhes alguns prémios.» (2 de Fevereiro de 1747).

E noutra carta, ao mesmo embaixador, escreve Alexandre de Gusmão:

«Nem a proposição de V. Ex.^a nem a do Marquês de Alorna mereceram a menor atenção aos nossos Ministros de Estado.

«A primeira foi tratada na presença de El-rei com o Cardeal, o Prior de S. Nicolau,

Monsenhor Moreira e dois Jesuítas a quem se tinha comunicado. Antes que nenhum deles falasse resolveu El-rei com maior facilidade que uma jornada das Caídas, porém, não obstante aquela resolução, sempre votaram que era ditada pelo espírito da Soberba e da Ambição, com que foi bem julgado.

«A segunda mereceu a convocação de uma Junta, mas foi para maior castigo. Aí se acharam os três cardeais, os dois Secretários, Sua Ex^a Rev.^{ma}, eu e muita gente, não sei como. Desencadernaram-se as Negociações e se baralharam com a superstição e com a ignorância, fechando-se a decisão com o ridículo da

Guerra com todo o mundo
E paz com a Inglaterra,

cuja Santa Aliança me era muito conveniente e finalmente que V. Ex^a não era muito certo na religião, pois *se mostrava muito francês*. Acabado isto se falou no socorro da Índia e que consta de duas naus e três navios de transporte.

«O Mota disse a El-Rei, que esta esquadra há-de aterrorizar a Índia. O reitor de Santo Antão (Colégio dos Jesuítas): – Tomara já ler os progressos escritos com miudeza pelos nossos padres. É o que se passou na Junta... Como V. Ex^a me pede novidades, aí vão fielmente. Devemos ao Ex.^{mo} Snr. Cunha o livrar-nos dos raios, tempestades e trovões, que desterrou das Folhinhas do ano, com pena de negar-lhes as licenças.

«Devemos a Sua Rev.^{ma} o haver proposto a El-Rei que conseguisse do Papa o livramento dos Espíritos malignos e de Feitiços, que causavam tanto dano neste reino, e não ouvia que os sentissem outras nações.»

«Os *Padres Tristes* (os Jesuítas, assim chamados por acompanharem os sentenciados à forca) deram parte a El-Rei da confissão prodigiosa de uma feiticeira, que caiu em seu poder, e creio que será este negocio o maior do Estado deste governo...»

«Isto não são *Contos arábicos*, mas sim acontecem dentro da Europa culta.»

Assim era governado Portugal por esta barca da carreira dos tolos desde a paralisia que acometeu D. João V em 22 de Maio de 1742. Gramoza, nos *Sucessos de Portugal*, descrevendo este quadro, notava: «naquele tempo havia também empregado no Ministério um homem, que pelos seus talentos, instrução e conhecimentos vastos de todos os negócios civis e políticos, pudera sustentar e conservar o credito da monarquia, para o que ele cooperava com as suas representações, grandes e esforçadas diligencias; era ele Alexandre de Gusmão. Conhecia por desgraça, aqueles miseráveis árbitros da vontade de El-rei e cheio de uma terrível hipocrisia, de pasmoso fanatismo e de uma ignorância invencível desprezavam todas as ideias que ele propunha, fazendo só validas as suas grosseiras decisões.» (*Obr.*, t. I, 7).

Pelo falecimento de D. João V em 31 de Julho de 1750, extinguiu-se o cargo de escrivão da puridade, e Alexandre de Gusmão volveu à vida particular; os oito anos que teve ainda de existência dedicou-os à organização económica de sua casa, tendo para isso de contrair dividas que lhe amarguraram a alegria doméstica. Sucumbiu em 1758, depois do incêndio do seu palácio, a perda de seus dois filhos e esposa. Parece um lance *rocambolésco*, digno das tenebrosas vinganças dos Padres da *Companhia*, que não perdoariam a *Arte de Furtar*, que em 1755 era proibida em Espanha por um Edital da Inquisição. Não teve o gosto de ver a sua substanciosa Sátira incluída no tomo IV do Suplemento da *Biblioteca Lusitana*, de 1759. Nos seus *Subsídios para a História literária de Portugal*, Frei Fortunato de S. Boaventura, considera Alexandre de Gusmão como o melhor prosador da primeira metade do século XVIII, e fundava-se apenas nos Decretos e Avisos régios que, oficialmente, redigira. Hoje, restituída a *Arte de Furtar* ao

seu autor, forma-se uma ideia nítida do seu talento literário.

d) *As Cartas do Cavaleiro de Oliveira, e do Abade Costa*. – Dois espíritos superiores se acham nesta época homiziados de Portugal: Francisco Xavier de Oliveira, refugia-se na Holanda, que era, então, o asilo de todos os livres-pensadores da Europa, e donde veio o impulso de emancipação mental da geração que formou a Enciclopédia; António da Costa, depois de ter chegado a Roma através de mil trabalhos, e de seguir os cursos musicais de Veneza, fixa a sua residência em Viena de Áustria, onde é admirado pelo seu pasmoso talento artístico. As *Cartas* do Cavaleiro de Oliveira exprimem a sua situação desolada, e foram, desde muito cedo, admiradas como modelos de familiaridade.

O Abade *António da Costa*, que Burney comparava a Rousseau, escreveu algumas Cartas a amigos que deixara em Portugal, e era tal a graça, vivacidade e colorido das suas descrições, que o erudito António Ribeiro dos Santos tratou de coligi-las, obtendo ainda umas treze, que se acham actualmente impressas. Nada há na língua portuguesa mais bem escrito; nunca a prosa dos nossos homens de letras conseguiu essa naturalidade graciosa, esse vigor de impressões, essas pinturas dos caracteres, das emoções e do aspecto das coisas. O pouco que se sabe da biografia de António da Costa acha-se implícito nessas Cartas, modelos inexcedíveis para quem pretenda escrever português.

O CAVALEIRO DE OLIVEIRA

Nome por que é conhecido Francisco Xavier de Oliveira, que tendo convivido com os sábios e doutos da Academia Real de História, com a sua revolta de consciência e curiosidade de espírito, aproveitou um ensejo para sair de Portugal, vivendo em Viena de Áustria, em Amsterdão e em Londres, acompanhando a liberdade mental da sua época, principalmente como crítico. As notícias da sua movimentada vida encontram-se dispersas pelas suas obras, principalmente no processo inquisitorial de 1761 e no *Discours Pathétique*, publicado em 1756. Neste raríssimo livro, reimpresso em edição fac-símile em 1893, lê-se em uma nota: «Nasci em Lisboa em 21 de Maio de 1702 e fui eu administrado a baptismo na Paróquia de São Mamede, em 1 de Junho do mesmo ano pelo rev. P.^e Prior Tomás António Madeira.» (*Disc.*, p. 32, nota). Sentindo-se esquecido em Portugal, lembra a respeitabilidade da sua família e as relações que tinha com altas personagens: «A vaidade de me prevalecer do meu nascimento e dos serviços que seguindo o trilho dos meus antepassados eu possa prestar à Coroa seriam condenáveis e fora do propósito. Mas é importante para mim o lembrar a V. M. que seu falecido pai me honrou ha vinte e seis anos (1730) com a mesma real Ordem que ornou sempre o seu peito, como o de V. M. E como eu só podia tomar o habito desta Ordem (de Cristo) depois de cumprir todas as formalidades e todas as prevanças exigidas pelos Estatutos, nenhuma duvida pode haver da antiguidade da minha família e da pureza do meu sangue. Não sou pois, Maometano nem Judeu nem mesmo idolatra.» (*Ib.*, p. 9). E aponta o facto de ter tomado o hábito de Cristo na Capela Real da Igreja Patriarcal de Lisboa, em 11 de Dezembro de 1729.

A sua educação literária no Colégio dos Jesuítas deixou-lhe uma perene simpatia pela Companhia de Jesus, e uma admiração que era um culto pelo P.^e António Vieira. Compilara todas as suas obras e coligira importantes inéditos, que lhe ficaram em Lisboa. A sua família era numerosa, e era escritor um deles, Tomás de Aquino, Abade de São Bento da Vitória no Porto. O antagonismo entre a Companhia e a Inquisição reflectiu no seu espírito, sentindo-se humanamente incompatível com as barbaridades

monstruosas do Santo Ofício. Este estado de consciência tornava-se um perigo; e comunicou-o a pessoas de importância e de dignidade, já falecidas ao tempo em que pensava em sair de Portugal; foi uma dessas José da Cunha Brochado, membro da Academia Real de História, Conselheiro de Fazenda e Enviado extraordinário à Corte da Grã-Bretanha; Martinho de Mendonça de Pina, de Proença-a-Nova, grande hebraizante, helenista e latinista que malbaratou o seu saber em combater o Aristotelismo, também o P.^o Hipólito Moryra, jesuíta, liberto dos preconceitos dos seus colegas, sendo ao mesmo tempo da Academia Real de História e Qualificador do Santo Ofício; o P.^o Manuel Guilherme da ordem dominicana, grande pregador, e Qualificador e examinador da Inquisição, e cita também seu tio o P.^o Manuel Ribeiro, da Congregação do Oratório, de que era Propósito, Qualificador e examinador do Santo Ofício, e presidente diplomático na Corte de Madrid em lugar do Marquês de Abrantes. A esta lista de confidentes ainda acrescenta o bispo de Lamego, filho do Duque de Cadaval: «disse-me uma vez, a propósito de tantos bons livros, cuja leitura era proibida em Portugal, que *os Inquisidores eram umas bestas.*» (*Ib.*, p. 34). No texto do *Discours Pathetique*, aponta também: «Dois ministros públicos, e por ventura os dois mais famosos que tem servido a Coroa de Portugal no ultimo reinado, entravam tanto nos meus sentimentos sobre este ponto, que podem-se considerar como suas próprias as palavras que hei-de dirigir aos Inquisidores.» (*Ib.*, p. 35). E declara em nota, o Conde de Tarouca, falecido em Viena e D. Luís da Cunha, falecido em Paris. E depois de enumerar estes esteios ainda apresenta a confiante benevolência com que o tratava o Inquisidor Geral Nuno da Silva Teles, da casa do Marquês do Alegrete, e ex-Reitor da Universidade de Coimbra: «Pondo de parte a qualidade de Inquisidor, ele constantemente me honrou com a sua amizade, principalmente pela ocasião da minha partida de Lisboa em 1734. Durante três anos consecutivos ele sustentou comigo uma correspondência regular. Escrevia-me por quase todas as festas. Apesar das suas grandes ocupações, ele tinha a bondade e o cuidado de me comunicar tudo o que de mais particular se passava na família, na capital e na corte.» (*Ib.*, p. 51). O motivo da saída de Portugal, seria, em parte, determinado pelo falecimento de sua mulher D. Ana Inês de Almeida, aquiescendo ao convite do Conde de Tarouca para o acompanhar como secretário da embaixada na corte de Viena. O conde escolheu bem, e parece que a resolução de Francisco Xavier de Oliveira foi inesperada, porque se separou dos seus livros usuais, como os Manuscritos do P.^o Vieira. «O maior ornamento dos Jesuítas, esse homem capaz ele só de ilustrar a nação portuguesa. Os seus Manuscritos, que nunca viram a luz publica, acham-se actualmente na vossa Biblioteca real; e aí está uma parte copiada pela mão de meu pai e uma outra pelo meu punho. Estes manuscritos são muito raros em Portugal, contudo ha alguns em mãos de grandes fidalgos e dos mais instruídos do reino. Ao sair de Lisboa lá me ficaram todos os meus, e eu conto esta perda no numero das não menores, que me tem acontecido na vida». (*Ib.*, p. 62). Em uma carta dirigida pelo Cavaleiro de Oliveira aos Censores e Académicos, dizia-lhes: «Ha vinte anos que vós me honrais com a vossa amizade, e mesmo de uma amizade bem intima, e vós vos lembrais ainda dos úteis recursos que encontrastes para o aumento dos vossos estudos na minha numerosa e famosa Biblioteca, no tempo em que o falecido rei fundou a Academia real de Historia. Só pelo serviço deste monarca tendo de me afastar de Lisboa, é que me impediu de ser um dos vossos colegas. Os dois Senhores Marqueses do Alegrete e Marquês da Fronteira, José da Cunha Brochado e particularmente o Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes e alguns outros estão todos dispostos a conferirem-me esta honra; e eu tinha de antemão o privilegio de receber um exemplar de todas as produções da Academia, presente que ela fazia a um limitado numero de sábios, que eram considerados como académicos supranumerários.» (*Disc.*,

p. 92). A vida diplomática, cheia de frívolas impertinências protocolares, não se harmonizava com o carácter reconcentrado do já então denominado Cavaleiro de Oliveira. A corte de Viena era severa nas formalidades, e o Embaixador carecia de intervenção permanente de um secretário, que era um verdadeiro contra-regra, que tudo preparava, previamente. Demais, acima da etiqueta áulica estava ainda o *rigorismos* religioso, que o Cavaleiro de Oliveira, liberto da boçalidade dos Inquisidores, se sentia asfixiar pelo pietismo aristocrático. É certo que, ao fim de seis anos, Francisco Xavier de Oliveira abandonou o lugar de secretário, sem causa ostensiva, a que se procurou ligar certo mistério. Ele queria respirar na corrente das ideias modernas, e passou para a Holanda em 1740. Perdidos os seus recursos económicos, pela saída do serviço de Portugal, viu-se obrigado *a defrontar-se com infindas impertinências desde então (1740) até hoje (1751)*. Em Amsterdão achou-se em um meio liberto de todas as censuras e no foco donde saíam todas as obras da mais avançada doutrina moral, política e religiosa. Aproximou-se dos ricos Judeus portugueses, que na Holanda se tinham refugiado das perseguições da Inquisição de Portugal. No *Discours Pathétique* fala dos grandes serviços que a família Nunes da Costa tem prestado a Portugal. O Cavaleiro de Oliveira apresenta este quadro histórico, digno de ser conhecido: «Ha mais de cem anos, quase sempre um Judeu na qualidade de Agente do Rei de Portugal, se emprega no serviço dessa Coroa em Hamburgo, em Livorno, em Ferrara e em outras partes. Desde esse tempo a Família Nunes da Costa foi destinada ao mesmo serviço em Hamburgo e em Amsterdão. Eduardo Nunes da Costa, no começo do reinado de D. João IV, e quando este Príncipe tinha falta de recursos para se sustentar no trono, foi o primeiro que enviou de Hamburgo, onde o rei o tinha nomeado seu presidente, dois navios carregados de todas as espécies de munições, – Jerónimo Nunes da Costa, seu filho mais velho, tendo-lhe sucedido partir para Hamburgo e para a Haia, para assistir com seus conselhos a Tristão de Mendonça, que o Rei de Portugal tinha enviado aos Estados Gerais. Os bons officios que ele prestou a este ministro e a Francisco de Sousa Coutinho, seu sucessor, mereceu-lhes, da parte destes dois embaixadores, o glorioso titulo de *Braço direito* da Coroa de Portugal.» É gloriosíssima a página dos serviços relatados, em que, dado o estado de guerra entre Portugal e a Holanda, por causa das lutas no Brasil, em que o Presidente continuou as relações de Portugal com os Estados Gerais, vencendo a perfídia do embaixador espanhol Germano, e a traição de Fernão Teles de Faro, que se bandeou para os castelhanos. Na sua casa se hospedou Colbert, e de Thou confessava que não havia carácter mais puro e afável. Neste posto sucedeu-lhe seu irmão Álvaro Nunes da Costa, que viveu muito tempo nos reinados de D. Pedro II e D. João V. Escreve o Cavaleiro de Oliveira: «Foi este agente que eu conheci pessoalmente, ao chegar de Lisboa a Amsterdão no ano de 1734. Confesso, que à vista do Escudo das Armas de Portugal, arvorado sobre o grande pórtico da casa deste Agente, eu fiquei um pouco enleado, ignorando então o que acabo de referir, e impregnado dos preconceitos da minha nação contra os Judeus. Mas eu mudei de ideias imediatamente a seu respeito. Desde que tratei com Mr. da Costa, eu me apercebi do seu mérito e soube dos imensos serviços que ele tinha prestado e continuava a prestar à minha pátria. A Coroa de Portugal acabava de o embolsar dos grandes serviços que lhe devia, e tinha ainda além disto a receber mais de cem mil florins de atrasados. Mr. da Costa era visitado continuamente por toda a nobreza do país e por quase todos os ministros estrangeiros, que passavam por Amsterdão para irem para a Haia. Dois grandes ministros de Portugal, o Conde de Tarouca e D. Luiz da Cunha, tinham por ele uma grande admiração, que por mil modos procuravam manifestar-lhe. Por sua morte, o neto Nathan Nunes da Costa e seu genro Eduardo Nunes da Costa, herdaram toda a sua fortuna; porém, mais levados para o bem estar do que para a gloria, ambos tomaram o

partido de viverem tranquilamente dos seus rendimentos, renunciando o lugar de Agentes da Coroa de Portugal, que era hereditário na sua família havia já um século.» (Ib., p. 70). O Cavaleiro de Oliveira afirma que os outros Judeus portugueses que conhece não são inferiores aos Nunes da Costa, e que até para prova dá grandes sábios, principalmente na Medicina e na Jurisprudência. Ele chega a escrever que o grande terramoto de 1755, foi o sangue inocente derramado pela Inquisição durante dois séculos, que fora ouvido nas alturas. Vê-se que o Cavaleiro de Oliveira achou entre os Judeus portugueses auxílio para a nova carreira da sua vida. Em 1742 se publicam as suas *Cartas familiares*, que eram lidas em Portugal com interesse pela sua livre crítica, mas como *Farpas* eruditas. O crédito para a impressão dos seus trabalhos, e sobretudo a expedição para Portugal e toda a Europa, só os Judeus portugueses lhe podiam prestar esse auxílio. Esses lucros provenientes das publicações que ia fazendo equilibraram-lhe a existência, e assim logo no ano de 1743 contraiu segundas núpcias com Eufrosina de Puschburg em Viena, que o acompanhou nos anos mais escassos até quase ao fim da sua torturada existência. A exploração das *Cartas* cessou subitamente, pelo poder inquisitorial; ele mesmo explica o fracasso: «Disse eu na minha Carta 56, e ainda agora repito: que – *alguns Padres da Igreja, levados de certos princípios (emprestados, se pode dizer, dos pagãos, que tinham reconhecido a excelência do celibato) preferiam este estado ao do matrimonio...* – O padre Inquisidor Frei Manoel do Rosário, revendo o 2º tomo das minhas Cartas, faz a censura que vai ler-se. Tal censura que me alcunha de herege, apesar de lá me chamar católico romano, fez efeito e acertou o tiro. Não somente ocasionou a proibição dos meus escritos em Portugal, mas deu azo a que os Inquisidores se apossassem de todos os exemplares das minhas obras, que existiam em Lisboa. Este roubo que me fizeram *in nomine Domini*, e sem escrúpulo, causou-me grande perda.» E em nota: «Esta perda orçou por 6.000 cruzados ou 500 libras esterl.»

A proibição inquisitorial provinha especialmente do foco do livre-pensamento, da Holanda, onde o Cavaleiro de Oliveira assentara o seu lar. Portugal estava-lhe absolutamente fechado para a sua actividade literária, e teve disto tão clara intuição que, em 1744, foi assentar arraiais em Londres, onde o foco do livre-pensamento era mais reservado, mas intenso. Em Londres se encontrava representando Portugal o ministro Sebastião José de Carvalho, depois de ter servido na embaixada de Viena. Sebastião José de Carvalho aí acabava de disciplinar o seu génio político. O Cavaleiro de Oliveira teve relações frequentes com o diplomata, sócio da Academia Real de História portuguesa, como se deduz de uma carta, que acompanha o *Discurso patético* de 1756, quando ele era já o onnipotente ministro. Na forte orientação intelectual em que ambos se achavam havia uma cambiante que os separava, o Cavaleiro de Oliveira detestava e combatia a Inquisição como causa da ruína de Portugal e era um convicto admirador dos Jesuítas; pelo seu lado, Sebastião José de Carvalho tinha essa visão invertida, como o manifestou nos seus actos de governo: fez a expulsão dos Jesuítas e deu oficialmente o tratamento de Majestade à Inquisição.

A sociedade inglesa era muito falada, e os Judeus eram de *uma ignorância tão crassa em Inglaterra*, como nas outras partes; ele imaginara que esse carácter essencialíssimo do Judeu português era comum a toda a raça; em todo o caso confessa que em Londres o Dr. Jacob de Castro Sarmiento, Rebelo de Mendonça, Abraão Viana e Jácome Rattou eram doutos e de larga instrução. O seu espírito sofre decepções que o desalentam e o revoltam; é sob esta pressão que ele em 1746 resolve abjurar da religião católica-romana e por uma forma solene.

No *Discours Pathétique* refere esta nova e angustiosa situação da sua vida: «Verdade é que tendo abjurado da Comunhão da Igreja Romana para abraçar a Religião Protestante, os vossos preconceitos devem-vos naturalmente induzir contra mim, e tor-

nar-me odioso aos vossos olhos; caros parentes e amigos, desenganai-vos e dignai-vos de me ouvir. Mudando de Religião eu abandonei as delicias e o bem-estar da minha Pátria, bem-estar e delicias que eu nunca mais encontrei em parte alguma; eu me separei para sempre de uma digna e respeitável mãe, de muitos irmãos, e de vós todos. Nem o adiantamento da minha fortuna, nem as vantagens reais, nem as esperanças lisonjeiras que me sorriam do lado de Lisboa não puderam fazer-me mudar de resolução.» (*Op. cit.*, p. 35). Essa esperança risonha do lado de Lisboa, seria a importância de Sebastião José de Carvalho junto da rainha austríaca, antijesuítica e protectora da Congregação do Oratório. Pela apostasia solene o Cavaleiro de Oliveira afastara todas as boas vontades que o podiam patrocinar; não podia continuar a publicação das *Cartas familiares*, das quais conservava duzentas, inéditas, que completavam o 3º volume, e ocupariam os volumes 4º e 5º. Recorreu à assinatura para assegurar as despesas tipográficas, e em 1751, encetou a publicação das *Oevres Morales*, tendo de abandonar a língua portuguesa para alcançar alguns leitores, mas estimulado pelo sentimento patriótico nas *Memórias de Portugal*, replica e combate contra as deprimentes opiniões que apareciam na Europa aviltando a sua degradada nacionalidade. O efeito intelectual da apostasia, fazendo-o absorver-se no biblicismo monomaniaco dos protestantes, produziu no seu estilo uma chateza, pelas frases sacramentais untuosas de uma elocução presbiteriana, sempre alegórica e moralizante. Teve de concentrar-se na vida doméstica e na obscuridade de um confinado lugarejo para resistir às dificuldades económicas. No *Discurso patético* escreve: «Fortalecido pela graça de Deus em um partido tomado com um inteiro conhecimento de Causa, e reduzido a não comer de outro pão senão aquele que os Fieis me fornecem, eu me retirei para a aldeia, e aí vivo em um lugarejo a que vós chamais em Portugal um *recanto do Mundo*. Aí ocupo o meu tempo com a cultura de um pequeno jardim. Mas eu não cesso de louvar a Deus, no estado em que ele me colocou, e bem convencido de uma vida futura, eu o bem-digo por tudo quanto me acontece, repousando inteiramente sobre a sua misericórdia pela qual somente espero me salvar.» (*Ib.*, p. 37). Este recanto do mundo em que vivia era Hachney em que sua esposa o confortou até ao ano de 1783, essa triste Eufrosina de Puschburg.

Neste retiro, escrevendo contra a Inquisição de Portugal, desde 1751, ele teve o gozo íntimo de ver que a sua ideia se manifestava na acção do governo, lendo na *Gazeta de Londres* que não mais se executariam sentenças de morte dadas pela Inquisição para serem efectuadas pelo *Braço secular*, sem que elas fossem revisadas por um Conselho judiciário que as homologasse, e sendo assinadas pelo rei. Ele confessa que não esperava tão cedo ver esta intervenção do Poder real, que Sebastião José de Carvalho colocava acima da Inquisição e da Aristocracia, para base das suas reformas. Foi neste seu recanto de Achney, que o surpreendeu a noticia fulminante do grande cataclismo sísmico do 1º de Novembro de 1755: «As calamidades que acabam de acontecer em Lisboa, a perturbação e confusão em que vós todos vos achais, e o medonho castigo que a todos vós ameaça, só elas me poderiam arrancar à tranquilidade do meu retiro. Abandonei imediatamente todas as minhas ocupações, a minha sensibilidade e o meu dever me transportaram em ideia ao meio da minha querida e desgraçada Pátria, e me impeliram a vos dirigir a minha triste e débil voz, para vossa consolação e para vossa felicidade eterna. Eu empreendi esta penosa visita em um tempo em que a minha cabeça branca, minha mão tremula e o meu corpo alquebrado pelos sofrimentos vos são seguras garantias de que à beira da sepultura não pode entrar neste passo nenhum intuito de interesse mas em outra cousa apropriar-vos, de que contribuí com todo o empenho para a salvação das vossas almas, pelas repreensões que vos dirijo e pelos avisos que vos dou e pelas verdades que tendes ignorado até ao presente e que eu vos anúncio.» (p. 37). Tratou de escrever um opúsculo intitulado – *Discours pathétique au sujet des Calamités*

presentes, arrivés en Portugal. – Addressé à mes Compatriots et en particulier, à Sa Magesté très-fidele Joseph, Roi de Portugal, por le Chevalier d'Oliveira. Foi com este título impresso em Londres em 1756, e enviado para Portugal para os Académios da Real Academia de História e a Sebastião José de Carvalho. Neste mesmo ano foi traduzido em inglês: *Pathetic Discourse on the Present Calamitie of Portugal*. Aí se declara em nota (p. 36) que o rei de Inglaterra, sabendo do terramoto de Lisboa, dirigiu ao parlamento britânico uma mensagem para que se enviem a Portugal «cem mil libras esterlinas, mais de um milhão de cruzados, para acudir ao povo». O Cavaleiro de Oliveira acentua a acção moral do protestantismo; o *Discurso patético* funda-se no castigo do céu, pelo sangue inocente das vitimas dos Autos de Fé nas fogueiras do Santo Ofício. Desde que o *Discours Pathétique* se espalhou fora do círculo reservado a quem fora enviado, apareceu um Académico da Real Academia de História Portuguesa (!) o Dr. Joaquim Pereira da Silva Leal, a denunciá-lo ao Santo Ofício de Lisboa, declarando que lho mostrou um inglês, Lucas Foreman, «homem verdadeiro e de bom comportamento, apesar de herege». O processo do Santo Ofício começou logo por citar Francisco Xavier de Oliveira, e intimar todas as testemunhas de longa data apontadas, para virem depor o que dele sabiam ou ouviram dizer, estando concluído o processo, julgado à revelia, e sentenciado à morte em 12 de Junho de 1761.

O Conde de Oeiras servia-se então do poder terrorífico da Inquisição para atacar a Companhia de Jesus, que, mutuamente, se odiavam como o gato e o rato. Em 1761, celebrou-se em 20 de Setembro em Lisboa, um solene Auto de Fé, em que a Inquisição queimou o jesuíta P.^e Gabriel Malagrida, um místico algo irresponsável; nesse espectáculo canibal, como o Cavaleiro de Oliveira estava a salvo em Inglaterra, teve de ser o seu retrato queimado, ou na linguagem profissional *queimado em estátua*.

Nesse processo se deparam curiosas notícias sobre o Cavaleiro de Oliveira; não se encontra no Arquivo Nacional. Em 1875, Camilo tirou algumas notícias para a sua biografia pelo conteúdo da Sentença; do processo completo teve conhecimento Joaquim de Araújo, por tê-lo encontrado entre a papelada inútil do Conselho de Distrito do Porto, tencionando imprimi-lo em um projectado estudo que intitularia *O Cavaleiro de Oliveira e a Sociedade portuguesa no Século XVIII*.² O *Discours Pathétique*, foi desconhecido de J. Heliodoro Rivara, Inocêncio e Camilo³; ao fim de pacientes pesquisas soube Joaquim de Araújo da existência de três exemplares na Biblioteca de Paris, do Museu Britânico e Rebelo Fontoura, fazendo sobre eles uma edição fac-símile da edição de 1762, impressa em Londres. Depois deste opúsculo, publicou um folheto *Le Chevalier d'Oliveira Brulé en Effigie*, que foi considerado como Apenso da segunda parte do *Discurso*. Depois do falecimento de Xavier de Oliveira, em 1783, foram alguns trechos reproduzidos no *Gentleman Magazine* em 1784. A sua longa vida, cheia de amarguras e decepções, fê-lo contemplar, de longe, as reformas pombalinas, e assistindo à sua queda e à demolição sistemática da sua obra, sob o intolerantismo da rainha D. Maria I, dominada pelo Arcebispo-Confessor, aquando já a Inquisição era um refúgio para as perseguições tenebrosas e arbitrárias da Intendência da Polícia. Vinte e dois anos ainda viveu o Cavaleiro de Oliveira queimado em estátua pela Inquisição em Lisboa em 1762 até 1783, em que faleceu octogenário. Essa vida de isolamento aparece-nos iluminada por um sentimento sereno que o alentava com reminiscências da querida

² Perderam-se as esperanças de ser escrito este livro; Joaquim de Araújo inutilizou-se com um suicídio frustrado, por uma doentia imitação do suicídio de Antero, que ele tanto exaltara na poesia *Morrer é ser iniciado*.

³ O título de *Discursos Patéticos*, no plural, mostra que consideravam uma série; e como não lograram ler esse manifesto dirigido ao rei depós do terramoto, não puderam utilizar as alusões pessoais autobiográficas.

pátria.

Quando Garrett esteve refugiado em Inglaterra, na sua primeira emigração política, em 1823, comunicaram-lhe a notícia da existência de Manuscritos do Cavaleiro de Oliveira, que foi examinar com extrema curiosidade. E deixou notícia de umas anotações à *Biblioteca Lusitana*, que revelam a sua moral, pensando na pátria, recordando as suas tradições populares, vivendo em espírito com essas reminiscências simpáticas. Escreveu Garrett, no prólogo do seu *Romanceiro*, formado quase nas mesmas angústias do pobre Cavaleiro de Oliveira: «Havia entre esses livros um exemplar da *Biblioteca* de Barbosa, encadernado com folhas brancas de permeio, e escritas estas assim como as amplas margens do folio impresso, de letra muito miúda mas mui clara e legível, com anotações, comentários, emendas e adições aos escritos do nosso e laborioso mas incorrecto Abade (de Sever). – Via-se por muitas partes que o longo trabalho fora feito depois da publicação das suas *Memórias*, porque a miúdo se refere a elas, confirmando e ampliando, corrigindo ou retractando o que lá dissera. Nos artigos *D. Dinis, Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Fr. Bernardo de Brito, Francisco Rodrigues Lobo, Dom Francisco Manuel de Melo* e em outros que vinha a propósito, as notas manuscritas citavam e transcreviam como ilustração muitas Coplas, Romances e trovas antigas e até Profecias, como as de *Bandarra*, fielmente copiadas, asseverava ele, de Mss. antigos que tivera em seu poder na Irlanda e em Portugal, franqueados uns por Judeus portugueses das famílias emigradas, outros havidos das preciosas colecções que dantes se conservavam com tão louvável cuidado nas livrarias e cartórios dos nossos fidalgos. – Foi-me logo confiada a inestimável descoberta; percorri com avidez aquelas notas, examinei-as com escrupulosa atenção e extractando uma por uma quantas Coplas, Cantigas, Xácaras achei completas e incompletas; acrescentei assim os meus haveres com umas cinquenta e tantas peças, delas anónimas e verdadeiramente tradicionais, delas de autores conhecidos e que nas edições das suas obras se encontram – tais como Bernardim Ribeiro, Gil Vicente e Rodrigues Lobo, mas que diferiam das impressas, consideravelmente às vezes, muitas até na linguagem da composição, pois que algumas vezes ali achei em português, e manifestamente antigo e da respectiva época, as quais só andavam impressas em castelhano. Com este auxilio corriji de novo muitos dos exemplares que já tinha e completei alguns fragmentos que já desesperava de poder nunca vir a restaurar.» (*Rom.*, t. I, p. XI). Os Romances restaurados pela lição do Cavaleiro de Oliveira, são *Dom Aleixo, Dom Gaifeiros, Dom Duardos* originalmente escrito em castelhano, mas coligido da tradução oral açoriana em português, e o principio do *Marquês de Mântua* de Baltasar Dias; são estes os especialmente notados por Garrett; a proveniência de alguns desses cantares tradicionais coligidos das famílias dos Judeus portugueses de Amsterdão comprova-se agora com as excelentes colecções dos romances dos Judeus levantinos já hoje impressos nas colecções espanholas, e que tanto vivificam a tradição portuguesa.

AS CARTAS DO ABADE ANTÓNIO DA COSTA

Nos escritos do célebre musicógrafo inglês Burnay, sobre o estado da música na Alemanha, depara-se a notícia de um português, totalmente desconhecido entre nós, que era extraordinariamente admirado na alta sociedade de Viena em 1772 pelo carácter tão independente como o de Rousseau, e pela originalidade do seu génio artístico. O retrato que dele faz o erudito Burnay revela um tipo notável, que honrou bastante o nome português, e provoca um vivo desejo de conhecê-lo de mais perto; apenas se sabia que se chamava António da Costa, mas em Portugal nem o seu nome se conservava na

tradição da arte nacional. Na Biblioteca de Lisboa encontrou o dr. Ribeiro Guimarães um manuscrito doado pelo antigo bibliotecário Doutor António Ribeiro dos Santos com o título: *Cartas curiosas que escreveu António da Costa de várias terras por onde andou a várias pessoas da cidade do Porto*. (IV p. inn. 110 p. in-4.^o). O dr. Guimarães era bastante curioso de documentos históricos para deixar de explorar o conteúdo destas *Cartas*, e lendo-as não poderia resistir à sedução crescente que elas inspiram pela franca linguagem em que se revela um carácter verdadeiramente extraordinário. As *Cartas* haviam sido transcritas pelo sábio Ribeiro dos Santos, umas de cópias secundárias e outras de autógrafos, donde se vê que ainda no fim do século XVIII se conservava entre alguns indivíduos do Porto memória de António da Costa, e se sabia apreciar a sublime originalidade daquele carácter. Da comunicação do achado de Ribeiro Guimarães ao sr. J. de Vasconcelos, veio para este último o ensejo de verificar se o autor das *Cartas* era ou não o tipo descrito por Burnay, e do resultado afirmativo seguiu-se o dever de publicar essas *Cartas*, não só como um monumento autobiográfico do grande artista sobre quem pesava um injusto esquecimento, como de dotar a literatura nacional com as páginas mais vivas que possui a língua portuguesa do século XVIII.⁴ Foi um duplo serviço; podem exaltar as Cartas de Beckford, mas as de António da Costa são ainda mais belas, mais cheias de traços de uma individualidade exclusiva.

Na época em que o Abade Costa viveu, achamos apenas um carácter histórico capaz de nos fazer compreender pela comparação o seu superior desinteresse; é o autor do *Projecto da Paz universal*, o predecessor dos Economistas, o Abade de S. Pedro; em quanto à franqueza das ideias e do seu criticismo é ele um digno contemporâneo de *lord Bolingbroke*, o que inspirou a *Voltaire* a liberdade de pensamento, e a *Pope* a *Oração universal*. O Abade Costa merece ser conhecido como artista e como escritor, mas o homem que sobressai das suas *Cartas* é ainda mais simpático. Tiraremos das treze Cartas que chegaram até nós os elementos biográficos que se entremeiam por elas.

O Abade Costa nasceu na cidade do Porto no ano de 1714; esta data, importante para determinar o meio social em que se desenvolveu, acha-se determinada por quatro passagens das suas *Cartas*; em 20 de Maio de 1754 escrevia: «e eu como já passo dos quarenta» (p. 35); repetindo outra vez: «vi-me com quarenta anos, e com uma inclinação natural desde criança à vida descansada e retirada de todas as arengas do mundo...» (p. 40). Em outra carta ao seu amigo, o dr. Luís Gomes da Costa Pacheco, datada de 30 de Agosto do mesmo ano, alude mais uma vez à sua idade: «Saiba V. M. que cheguei ao banco autorizado dos quarenta; louvado seja Deus! que já somos homens, e largamos os cueiros para sempre.» (p. 48). Por último, em outra Carta ao citado Doutor, de 24 de Dezembro de 1774, enviando-lhe o seu retrato, acrescenta: «na idade *de vita hominis sexaginta annis*»; e termina com um certo bom humor: «peço-lhe que se fartem de rir, como eu faria, se visse os seus retratos com o acrescentozinho de vinte e cinco anos.» (p. 68). Se a data da saída de Portugal não estivesse bem autenticada em uma outra das suas Cartas, por esta se determinaria com certeza o ano de 1749.

António da Costa era filho de um negociante do Porto, de pequeno trato, e cuja fortuna se achou arruinada; tinha um outro irmão, bastante dissipado de costumes, e ele próprio tentou, primeiramente, dedicar-se ao comércio antes de começar a condescender com os amigos de sua família que o persuadiam com instâncias que seguisse a vida eclesiástica. Na Carta IX diz, aludindo aos bens que deixara ao irmão: «Sei que dessas poucas terras, se ainda eram suas, se assenhoreariam os credores antigos da casa... » (p.

⁴ *Cartas Curiosas do Abade António da Costa* Anotadas e precedidas de um ensaio biográfico por Joaquim de Vasconcelos. Porto, Imprensa Literária Comercial, 1879. 1 vol. in-8.^o XXVI – 80 p. e 22 de notas.

59). Na Carta X refere-se à mediocridade de meios de fortuna com que nasceu: «mas vai grande diferença de viver *num estado pobre em que se pode dizer se nasceu*, e tornar para ele de outro menos pobre.» (p. 60).

Costa detestava a vida do comércio, como quem se vira condenado pela família a sacrificar-lhe a sua vocação artística: «mas que jeito tinha eu para mercador? Pouco desejo ou nenhum de riqueza; pouca habilidade para comprar; para vender não falemos; pouca agilidade para acudir às fazendas, a ver umas, a acondicionar outras, a surtir outras, e enfeitá-las; pouco animo para pedir dinheiro, para o arriscar em grande quantidade, e para o meter em negócios incertos, deixando-me ficar sem ele, em perigo de não ter com que pagasse as letras que viessem sobre mim.» (p. 40).

Costa descreve todas as operações comerciais que conhecia por ter vivido entre elas; e pode-se inferir que os seus primeiros anos foram passados na prática do comércio, porque só isto é que explica o facto da sua viagem a França, alguns anos antes da saída definitiva de Portugal, em 1749. Desta primeira viagem, de que regressou ao fim de pouco tempo, sem que ela influenciasse no seu carácter exageradamente franco, escreve: «*já quando da outra vez vim a França* me deram pelo caminho mil arrependimentos da segura com que muitas vezes tinha tratado ao sr. Pedro Pereira, e fiz mil propósitos de me emendar quando lá chegasse; contive-me com trabalho os primeiros tempos, depois logo tornei ao meu natural.» (p. 39). Esta circunstância fundamenta o facto, de que foi depois do regresso de França que António da Costa viveu dois anos no Marco de Canavezes, porventura ocupado no comércio: «Eu pasmo às vezes quando considero na moderação com que me havia nas conversações aqueles dois anos e meio que estive em Canavezes, e na imprudência com que vim a falar diante de toda a casta de gente pelos anos adiante.» (p. 39). Estes dois anos e meio devem fixar-se antes da saída definitiva de Costa, em 1749, e a começarem depois da primeira viagem de França; portanto, esta não deveria ter sido anterior a 1745, e pode-se mesmo inferir que foi esta primeira viagem que lhe despertou o desejo de subtrair-se, um dia, ao meio asfíxiante da sociedade portuguesa católico-cesarista. Os amigos de Costa, conhecendo o seu natural sincero, desinteressado e com profundas faculdades artísticas, empenhavam com ele todos os esforços para que se fizesse padre; era o caminho mais seguro para se precaver contra as ciladas do Santo Ofício, e para se elevar, pelo talento musical, porque, então, D. João V despendia rios de dinheiro com as pompas exteriores do culto. António da Costa chegou a receber as primeiras ordens; na Carta VI o declara: «Nunca falo neste ponto de demissórias que me não lembrem os argumentos ou as perseguições com que me apertava o sr. Fernandes, com tanto zelo, *para que me acabasse de ordenar, pondo-me o caso em escrupulo de consciência*; o magano parece que adivinhava a minha transplantação para Roma, onde não é mau ser clérigo para um caso de necessidade, e é certo que, se eu o fosse, escusava de andar até agora a buscar modos de viver por rebecas, francês (que até mestre de francês fui aqui de dois portugueses!) e outras jangadilhas bem contra o meu génio; conheço que neste sentido tinha mil razões; mas que lhe hei de fazer, se me não vinha a cobiça dos tostões das missas, nem adivinhava o que me havia de suceder?» (p. 37) O que sucedeu foi o ter de sair repentinamente de Portugal, a pé, pelo caminho de Galiza, porventura para escapar a alguma perseguição. É este o principal problema da sua vida.

Por que motivo saiu António da Costa do seu país, sem recursos, entregue a todas as inclemências da sorte? Aqui dividem-se as opiniões; seria António da Costa *cristão-novo*, e como tal suspeito de mancha de judaísmo? O nome de Costa é peculiar de famílias de origem judaica; o abade ridiculiza, por vezes, o preconceito dos portugueses por trucidarem estupidamente esses pobres cristãos que, em Roma, eram tão bem conceituados; mas nada justifica que fosse este o motivo da sua fuga, porque seu irmão

morreu por causa de uma vida dissoluta sem que nunca fosse incomodado pelo Santo Ofício.

O carácter de António da Costa, franco na linguagem, um pouco raciocinador em uma época de intolerância religiosa e de obscurantismo sistemático, qualidades de que adverte os amigos para se absterem com reserva, posto que contribuísse para lhe dificultar a vida em um meio tão deprimente, não basta para explicar a sua fuga do Porto. Se lhe houvessem tentado qualquer começo de perseguição como livre-pensador, ter-lhe-ia sido impossível obter as cartas demissórias do bispado do Porto para poder receber em Roma as ordens sacras e fazer-se clérigo de missa. Isto é óbvio.

Para nós, o motivo é outro; basta descrever o seu carácter impressionista, o meio artístico em que vivia, enfim as condições da sua mocidade, para procurar o motivo da saída repentina de Portugal como produzido por intriga de amores. Na mesma Carta VI, em que Costa descreve a relutância em que estava, resistindo às mais apertadas instâncias dos amigos para completar as ordens, alude também à influência de certa pessoa, que assim como por causa dela se não ordenava, também se com ela houvesse falado, não se homiziaria no estrangeiro. Nem de um nem de outro facto se arrepende; se tivesse falado com essa pessoa não teria deixado a pátria, mas não se ordenava; é assim que entendemos a colisão dos dois motivos que se debateram na determinação da sua vontade. Eis o texto, que melhor se compreende recordando que António da Costa tinha trinta e cinco anos de idade, quando tomou a resolução inconsiderada de sair do Porto: «O mais é que nem agora, depois que conheço *quão prejudicial ao meu descanso e modo de viver foi o não me ter ordenado*, me arrependo nem pouco nem muito de o não ter feito, *assim como também me não arrependo de não ter falado com uma pessoa*, por cuja porta passei quando sai daí, ou ao menos lhe vi a casa; que era a mesma pessoa que me fez sair; desejava falar-lhe; podia-lhe falar naquela ocasião; já então esperava que me serviria de muito o falar com ela; e hoje, pelo que soube aqui, entendo que o mais certo era não sair de Portugal se lhe falava.» (p. 38). Havia já cinco anos, que António da Costa estava ausente de Portugal; isto que relata, escrevia-o ao seu íntimo amigo, o dr. Luís Gomes da Costa Pacheco, grande amador de óperas e comédias, satírico de costumes, bailador de minuetes, em cuja casa se davam excelentes concertos.

O Doutor conhecia o carácter amoroso e apaixonado de Costa, como este se retrata: «Quando eu era rapaz, *o amor* e outras algumas paixões que me moviam, me faziam muitas vezes arrepender de algumas cousas; etc.» (p. 38). A idade dos quarenta anos, como Costa a define, era aquela em que se deixava os cueiros de vez; por isso, não erraremos em considerar como causa de se não ter ordenado e de haver deixado o Porto uma questão de amores. Sabendo-se como Costa era inconciliável com a necessidade da bajulação, resistindo até ao heroísmo, como nos primeiros anos da sua vida em Roma, bastava uma simples recusa da parte da família da mulher que ele amava para quebrar para sempre qualquer ideia de dependência, ainda mesmo que lhe custasse a vida. Isto provou-o na sua vida desinteressada e isenta nas grandes capitais da Europa, onde os príncipes o cortejavam para obter, tantas vezes de balde, a atenção do pobre artista.

Precisamos acentuar o carácter de António da Costa, como o orientador da sua vida, e recompor a melhor parte da sua mocidade no Porto, para conhecermos o meio artístico donde saiu. Costa retrata-se com traços espontâneos: «o meu natural, que certo em muitas cousas é bem esquipático, e contra o comum do que se vê nos homens; não por estudo ou affectação, senão porque já nasci com estas inclinações, ou ao menos as tenho desde que me entendo, e sempre senti que se me foram cada vez arreigando mais no coração com os anos.» (p. 38). Condena em si próprio a sua «demasiada segura e aspereza, ou outros erros semelhantes que em si mesmo são cousa má, como abrir a todos o meu peito com demasiada sinceridade, dizer aos outros os seus defeitos na cara,

sem mais rodeios nem voltinhas, etc. Ora suponhamos que me nascia esta grande liberdade no falar por eu sentir que me não moviam a isso paixões, senão o amor da virtude e o aborrecimento do vício; poderei deixar de conhecer (e sempre o conheci mais ou menos, que é o pior) que era uma imprudência despropositada? – Uns homens têm uns defeitos, e outros, outros; eu tenho os meus. Se não faço mal aos homens por andar atrás das honras e do interesse, faço-lho pela minha imprudência e demasiada austeridade, e outros desfaropatórios semelhantes. Não é pouco que eu ao menos me conheça, ainda que bom seria que também me emendasse como devia; mas, como já disse, não está na minha mão.» (p. 39). Costa atribuíra este seu carácter ao «pouco caso que eu fazia de quanto tinha aprendido, e de quanto aprendem os homens, e do grande desejo que sempre tive de ver homens que dissessem e fizessem o que entendiam, e que não falassem, nem se metessem a fazer nada, quando não entendiam nada». (p. 39). Era uma natureza espontânea, assim um pouco à *Neveu de Rameau*, um carácter um tanto parecido com o músico Berlioz; este carácter devia determinar-lhe os principais actos da sua vida, tais como a saída brusca de Portugal, e o abandono do projecto de fixar-se definitivamente em Inglaterra e não em Roma. (p. 40).

Pelas *Cartas* de Costa se pode recompor o meio artístico em que vivera no Porto até 1749, e até certo ponto a vida da mocidade a cuja geração pertencia. Explicando o gosto musical dos portugueses, diz: «naturalmente são inclinadíssimos a ouvir tocar cousas bonitas, suaves e delicadas, *mas de ordinario não sabem quase nada da Arte*, porque não se aplicam a conhecê-la. V. M. bem sabe que a espada e os amores levam quase todo o tempo aos portugueses enquanto são moços.» (p. 16). Vivia-se ainda em Portugal com o platonismo do século XV, de um petrarquismo extemporâneo, e com a valentia do século XVI imitada dos *temerones* de Espanha. O exemplo partia de cima; D. João V era um Lovelace ideal, e o príncipe D. António um tunante de marca. Os bailes franceses e as modinhas brasileiras facilitavam uma sociabilidade que o génio sorumbático português chamava, com desdém, estrangeirismo. Em um país em que dominava o fanatismo, o culto tornou-se também sensual; nas igrejas representavam-se Oratórias tão boas como as óperas italianas. Um dos companheiros de Costa nesta sua vida de amores, de teatro, de saraus e festas de igrejas, era o Dr. Luís Gomes da Costa Pacheco, a quem ele, ainda de Roma, pergunta: «as funções de Martinho Velho bem sei eu que estão acabadas; diga-me em que alturas está em matéria *de vita et moribus*, e se lhe vem ainda alguns longes de desejo de sermão, ou de poesia, ou de bailar o *amable*, que se o faz ainda é sinal que ainda tem alguma substancia, e que ainda se não pode dizer que já está acabado.» (p. 36).

Podemos saber quem era este letrado, o Dr. Luís Gomes, que até à morte foi sempre o amigo predilecto de Costa. Na Carta V, retrata-o: «V. M. foi sempre desde pequeno tão tentado com estas cousas (Operas e Comedias)... (p. 24). A mulher do Doutor, D. Quitéria, também era apaixonada por música, e de Roma lhe enviara Costa algumas composições. (p. 47). Queixando-se da impossibilidade de humor para bajular poderosos, ele escreve ao velho amigo, aludindo talvez a um dos seus antigos amores: «e sabe muito bem que vai grande diferença de eu poder viver muitos anos em boa harmonia com uma rapariga portuguesa, que não pretende nada de mim, e me deixa de coração em toda a minha liberdade, a saber tratar um amo...» (p. 63). A paixão que Costa conservou sempre pelas portuguesas em geral, dando-lhes vantagem sobre as italianas, alemãs e francesas, ajudar a dar corpo a esta alusão amorosa; parece, pelas suas palavras, que conservou uma correspondência directa com essa a que ele chama – Ager haceldama – talvez pelo motivo dos desgostos da sua vida: «Sempre me tem esquecido dizer-lhe uma cousa: aquele Doutor, em que já lhe falei que foi um dos namorados de M. M. M. *hoc est* – Ager haceldama –» (p. 5). Na época dos seus

amores Costa foi perturbado por outros rivais, e foi talvez pelo despeito de algum pretendido casamento da que namorava, que desertou do Porto. A sua relutância em tomar ordens maiores proviria desses amores. Costa cultivava já a música com o afincado exclusivo do amador; frequentava a convivência de alguns amigos, também distintos; a música era uma necessidade do culto e da distinção profana; os padres da Companhia davam largas à sua liturgia espectacular com Oratórias cantadas na canonização dos seus santos. Falando da Ópera em Roma, diz ele: «Às vezes tenho comparada uma opera destas com a tragédia que fizeram os Padres da Companhia na canonização dos seus santos, e não sei se lhe diga que antes a veria hoje do que uma opera.» (p. 27).

Um dos amigos íntimos de Costa era João Peixoto, a quem ele em uma carta de Roma chama «capador insigne» (p. 6), isto é, sedutor useiro e vezeiro; João Peixoto tocava trios com um excelente solista de rebeca, António Nunes (p. 9), e o Costa, e em sua casa se reunia também o Dr. Luís Gomes, que eram *os da palestra*. (p. 9). João Peixoto apresentara em casa de Henrique Verne, já notável pelo seu talento, o jovem Costa (p. 8) e ali se encontrou com um capitão inglês, que tocava admiravelmente viola. Parece que os dois artistas se compreenderam, porque passados anos, quando Costa se achava em Roma, vivendo em uma extrema indigência, teve ideia de ir viver para Inglaterra, e procurou saber o nome do capitão inglês, com quem tratara no Porto. A música era cultivada com esmero no Porto, e pela Carta V se sabe que ali se chegou a representar uma Ópera, composta por um frade de S. Domingos: «Os vestidos dos homens são pelo estilo dos que V. M. aí viu em S. Domingos, na Opera portuguesa que fez Frei António...» (p. 25). As pessoas da palestra musical eram, além das que já citámos, José Lopes, João Alves Nogueira, e Santos; entre eles o grande mestre de rebeca, era António Vieira: «Ah! Vieira, onde estás!... Vieira com os olhos fechados pôde ensinar musica e bom gosto a Erba.» (p. 11). «Chamam cá a estes dous toca-dores (Ghilarducci e Erba) de que lhe tenho falado, os dois violinos primos de Roma, nem mais nem menos, como Vieira e José Caetano». (p. 11). Outros artistas figuravam neste tempo no Porto, como D. Pedro (p. 14), e estes que cita na sua Carta: «Antes o que creio quase como certo é que nenhum italiano depois de taludo poderia aprender a tocar um minuete, ou outra cousa como lá toca (não digo a V. M.) Vicente, Tomás Rocha, Tomás Cipriano, como tocava António Aniceto, Simão e o celebrado Cranner, etc. Certo que me parece impossível que nenhum tinha gosto para conhecer aquele jeito com que lá concertam as mãos, e vão pulsando as cordas com aquela certa graça; ora se o não conhecerem, como o hão de imitar, e por fim aprendê-lo? V. M. reparará em eu meter no rol Tomás Cipriano? tem razão; mas foi porque cá tocam o cravo pelo mesmo modo que a rebeca...» (p. 15).

Preocupado com amores e música, António da Costa mal teve tempo de completar os estudos para clérigo; foi com esses poucos conhecimentos humanistas que se encontrou nos transes difíceis de sua vida, e a sua animadversão contra o saber especulativo e exagerado fanatismo pelos livros, que sempre conservou, leva-nos a inferir, que ele não era um livre-pensador, e que a sua saída de Portugal não deve atribuir-se a uma perseguição religiosa. Os seus amores é que lhe fizeram adiar indefinidamente a ordenação; o seu carácter isento e inconciliável é que fez com que, por qualquer insignificante despeito amoroso, abandonasse para sempre a sua pátria. Contava então trinta e cinco anos; tinha mãe viva ainda, e seu irmão administrava a pequena casa que veio a arruinar por causa dos seus excessos com mulheres, morrendo também prematuramente. Foi nos fins de Março de 1749 que ele abandonou o Porto, seguindo a pé para a Galiza, e dali para Castela, caminho de França até chegar a Roma. Em uma das suas cartas alude aos cantares do Minho, que «a cada floreio que fazem parece que querem quebrar as cordas ou arrancar o cavalete». (p. 14). Enquanto se demorou na

Galiza, Costa serviu-se do seu talento da rebecca para resistir às asperezas da situação desprovida em que se achava; em Santiago tomou amizade com o sobrinho de um cónego, que era tentadíssimo com a rebecca (p. 10), e talvez lhe devesse por isso pousada e cartas de recomendação para Castela; mais tarde foi encontrá-lo em Roma tomando lições do violinista Erba. Em uma carta a João Peixoto, *de quem se não despediu*, conta algumas peripécias de sua jornada aventureira, que em uma carta ao dr. Luís Gomes (de Julho de 1749, perdida) descrevia mais miudamente. Eis alguns traços bastante pitorescos dessa viagem estouvada: «Até Galiza vim a tremer com medo de que me seguiriam. Em Galiza passei tristemente, sempre na duvida se estaria ali seguro ou não; até que me desenganei de que me era forçoso sair de Espanha. Pedi um passaporte em Santiago, e não mo deram por não mostrar outro. Não tive remédio senão meter-me a caminho sem ele. Em Castela, ao pé de uma cidade que chamam Santo Domingo de la Calçada, quis-me prender um oficial, e dali por diante vim sempre esperando todos os instantes o meterem-me num castelo; assim vim atravessando a França quase até ao fim, quando me começaram a perseguir por passaporte, e duas vezes estive prezo, se não foram as minhas mentiras, que me fazia dizer a necessidade. Tornei para traz trinta léguas onde havia uma grande feira, que me tinham dito que estavam lá ingleses que haviam de vir à Itália; mas não achei nenhum que quisesse fazer tal jornada. Enfim, senhor, eu não posso dizer numa carta *o que passei em quatro meses e tanto de vida de novelas*; por isso só lhe vou dizer duas palavras de substancia. Alcancei um passaporte com muitos trabalhos, vim andando com calmas, fomes, sedes, suores, cansaços e outras misérias, *até que cheguei a Roma a vinte e três de agosto pela manhãzinha*.» (P. 1 e 2). Por este trecho se vê que partira do Porto por fins de Março, e que a vida aventureira de novelas foi durante Abril, Maio, Junho e Julho. Costa, lembrando-se da índole do seu amigo João Peixoto, «capador insigne», dá-lhe logo a seguinte notícia: «As mulheres são da cor das portuguesas, formosas, alegres, e pode-se-lhe cá chegar muito melhor do que lá.» (p. 2).

Porém, logo na primeira carta ao amigo, lembra-lhe que é preciso ser muito reservado na linguagem: «Aqui entra toda a substancia da minha carta: Sr. João, um conselho, que lhe quer dar um homem que naturalmente sempre foge de dar conselhos inda quando lhos pedem. Vem a ser que trabalhe consigo quanto poder para moderar a sua língua. Veja as tolices e as velhacadas dos homens, mas não dê a entender que as conhece por modo nenhum; tape a boca e fuja deles; senão mais hoje, mais amanhã lhe sucederá o que me sucedeu a mim. Perder a sua terra, os seus conhecidos, as suas... e dar em uma cadeia de misérias continuadas, que V. M. nunca passou na sua vida.» (p. 4). Em uma carta ao dr. Luís Gomes, diz: «Quando lhe escrevo a V. M. esta carta e outras semelhantes, é com a esperança de que V. M. as não mostre a outrem, *para não me fazer mais ódio do que já lá me fazia...*» (p. 28). Destas passagens não se pode inferir uma perseguição religiosa, mas sim uma certa indisposição com pessoas poderosas.

Por Novembro de 1749 encontrou Costa, em Roma, o sobrinho do cónego galego, que era discípulo do rabequista Erba: «Veio aqui dar consigo poucos meses atrás de mim, e me agarrou de repente um dia na rua com um tal grito que me meteu forte medo, porque entendi que era outra cousa bem diferente.» (p. 11). Costa refugiara-se no Hospício de Santo António dos Portugueses, onde apenas achou abrigo e a conversação de alguns patrícios; a sua vida era então de uma quase extrema miséria. Na Carta a João Peixoto descreve-a: «De mim não tenho que contar-lhe depois que estou em Roma; porque não faço mais que passear por essas ruas, e à noute vir-me deitar no Hospício e conversar com cousa de uma dúzia de portugueses... Tenho feito diligencia para ver se podia achar em que ganhar um par de vinténs a copiar, mas não é possível. Até hoje

tenho passado com sete tostões, porque vendi as fivelas, e com seis tostões que dão de esmola a todos os portugueses, e daqui paguei lavagem de roupa e comprei cordas para a rebeca, mas sabe V. M. como passo? dez réis de pão ao jantar e dez réis à noite e se alguma vez comprei cinco réis de fruta era um banquete. Conto-lhe isto para que V. M. se console das suas misérias pondo os olhos na minha; todavia eu me dera por contente se sempre passasse como até aqui, mas o pior é que hoje se acaba o dinheiro e fico à providencia.» (p. 4). Os trabalhos de copista em Roma eram encomendados por D. João V, para a *Symicta Luzitana*, mas essa exploração estava acabada; a data desta carta é de 6 de Outubro de 1750, e portanto este assédio da indigência durava desde 23 de Agosto de 1749, em que chegara a Roma. A sua situação, porém, não melhorava; debalde projectou ir estabelecer-se em Inglaterra, mas repugnava-lhe o comércio, até que, por fim, resolveu-se a tomar ordens para se fazer padre de missa. (p. 40 e 41).

O Dr. Luís Gomes socorreu-o emprestando-lhe algum dinheiro, (p. 46) e procurou obter-lhe *cartas demissórias* do bispado do Porto (p. 29, 30, 32 e 37). Costa fez-se conhecer e estimar pelo seu grande talento musical em casa do Cardeal Spinelli; acompanhou Nardini em quatro sonatas (p. 12), frequentando os teatros, ouvindo Gizziello e Cafarelli, e condenando a insipidez da *comedia dei arte*, do génio italiano.

Apesar do seu génio severo e franco, Costa podia abrir caminho em Roma; ali recebeu ordens, achando-se já, em 1754, capelão do hospício de Santo António dos Portugueses: «já estou capelão de Santo António, de certos que chamam supra-numerários, que não tem mais paga do que a casa, cama, quem lhe cozinhe e dez *paulos* cada mês com a obrigação de dizer cinco missas se é clérigo; esta foi a minha renda este mês, mas para o de junho me disse o governador que serei capelão numerário, que é o mesmo que ter a comodidade da casa e três escudos cada mês do coro, e três da missa...» (p. 42). Parece que a este tempo ainda não havia recebido as *demissórias*, talvez por dificuldade das comunicações. As cartas eram, em geral, levadas por *Dispensantes*, isto é, por procuradores que iam a Roma com o encargo de negociarem dispensas canónicas, absolvições de pecados reservados; escreviam-nas em cifra (p. 46) ou com nomes supostos, porque, em Portugal, tudo servia para produzir uma desgraça de lesa-majestade divina ou humana: «se quiser que lhe escreva com mais liberdade *me mande dizer um nome de mulher fingido*, para lhe fazer assim o sobrescrito e lhe escrever dentro como a tal, para que, dado caso que a venham a ler, não saibam para quem ela ia. V. M. me avise quando tiver ocasião; e se quiser, para maior segurança, escreva o tal nome *na cifra com que escrevia algum dia*, que assim, ainda que a sua carta tenha descaminho, não entenderão.» (*Ibid.*).

A vida de António da Costa em Roma compreende-se entre 23 de Agosto de 1749 até pouco mais de 30 de Agosto de 1754. As impressões novas em uma natureza tão impressionável como a sua, são relatadas aos amigos com uma espontaneidade que torna o seu estilo um primoroso documento literário. Transcreveremos esses traços descritivos em que desenha Roma e a sua vida moral: «É muito grande, mas não enfada andar por ela, porque é quase toda plana. As ruas são formosíssimas, compridas, largas, direitas, limpas, cheias de palácios, de fontes pelo meio e pelas portas. A gente não é muita, pouca, assim como no Porto. As carroças também não são muitas; anda uma pessoa a seu gosto; atravessam-se os palácios e igrejas para sair de umas ruas às outras; serve-se cada um pelas suas mãos; vai-se buscar pão, carne, fruta, peixe, tudo quanto é necessário. Os homens são pacíficos e muito para a vida. As mulheres são de cor das portuguesas, formosas, alegres, e pode-se-lhe cá chegar muito melhor que lá. Enfim, cá para mim, Roma é uma terra excelentíssima, e o Porto não vale em sua comparação. Basta aqui uma casa de café ou uma loja de barbeiro para ver a diferença nas casas de cá às de lá, no asseio e no adereço. Quem gosta disso e de pinturas e de estatuas, e de

pedras preciosas, e de grandes edifícios não se pode sair de Roma. Que por mim também nunca daqui sairia se tivera com que comera um bocado de pão, não por gostar de ver grandezas, mas pelas comodidades que vejo aqui para levar vida regalada e descansada.» (p. 2). As dificuldades que António da Costa encontrou em Roma, vivendo primeiramente com o capital de sete tostões e entregando-se à providência, acolhendo-se ao Hospício de Santo António dos Portugueses, resistindo à mais desprovida miséria, esperando conseguir as cartas *demissórias* do Porto para se poder ordenar de missa, as suas lições de francês, e o fazer-se conhecido pelo talento na rebeca, resumem o seu esforço para assegurar a permanência em Roma até ao último quartel de 1754. Ainda neste ano escrevia Costa sobre a *resolução de se fixar de vez em Roma*: «Resolvi-me a ficar aqui em quanto não ha cousa que me obrigue a sair, como houve lá. Já me importa pouco que seja assim a companhia destes clérigos de Santo António; já me acho com valor para este ou aquele despropósito; porque em rezando ou cantando com eles no coro, não estou obrigado a mais; meto-me na minha casinha, e ponho-me a brincar numa viola, ou a olhar para os verdes, que tenho excelente vista da janela...» (p. 41). Por este trecho se vê que António da Costa não era indiferente aos despropósitos dos clérigos do Hospício, e ao despeito que lhe causava a decadência do gosto musical em Roma, de tal modo que, quando era convidado para tocar em alguma Academia «*Vinha para casa como a noite e com a paz do coração derrancada às vezes para um par de dias*»; (*Ibid.*).

Já a rude inteireza do seu carácter, e a aspiração a um elevado meio artístico se compraziam, nesse meio artístico que lhe faltava em Roma, como ele o declara tão frequentemente nas suas cartas, criticando com mordacidade o sistema ou estilo do canto italiano, as óperas, os libretos, a miséria do cenário, a irreverência das plateias, e ainda por último o estilo dos violinistas, tais como Erba e Ghilarducci, que dominavam o entusiasmo do público. Num momento inesperadamente viu-se Costa forçado a sair de Roma, apesar das explicações ou promettimentos do embaixador português, o visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, Francisco de Almada e Mendonça. O caso era extraordinário; o embaixador de Portugal mandou afixar um edital para que todos os portugueses que residissem em Roma se retirassem rapidamente! Em 1759 tinham sido expulsos de Portugal os Jesuítas, e o cardeal Razzonico, nepote do Papa, que os protegia, fazia sentir a sua má vontade ao governo de Portugal. Em 6 de Junho de 1760 declarou-se na corte o casamento da Princesa D. Maria com seu tio, o Infante D. Pedro, irmão do Rei; fez-se o casamento nessa tarde na Capela da Ajuda, pelo Patriarca Cardeal Gama, e não foi convidado o Núncio Accinoli, que foi expulso da corte, intimado a sair em três horas e de Portugal em três dias. A retirada dos portugueses de Roma, em 1760, foi um acto de força de Pombal. O Abade António da Costa teve de obedecer ao terrível edital; foi para Veneza, sendo de 22 de Novembro de 1761 a carta que subsiste, tendo-se extraviado outras. Assim, esse período que vai de 1754 a 1761, compreende seis anos de vida pacífica em Roma e deixa de ser misteriosa e enigmática a saída repentina, a que todos os outros portugueses obedeceram, pelo conflito com a Cúria.⁵ Ele teve de justificar aos amigos a sua instabilidade; em uma carta ao dr. Luís Gomes declara-lhe: «V. M. terá gosto de ver que eu até agora sou o mesmo António da Costa duro que fui lá, e quanto se enganam os que cuidaram, talvez lá como em Roma, que eu torcia as orelhas, e não me deitavam sangue, *por não ter querido servir o sr. visconde de Vila-Nova, (Souto d'El-rei).*» (p. 56). E, quando mais tarde, em Paris, não aceitou a protecção do embaixador D. Vicente de Sousa, também escreve: «Aqui pertence o eu ter recusado servir *os dous senhores*, que V. M. sabe» (p. 61); «mas não

⁵ No opúsculo *Triunfo della Virtu*, de Leonor da Fonseca Pimentel, ratificou este facto o nosso desgraçado amigo Joaquim de Araújo.

foram estas considerações as que me arredaram de servir *aquelas duas pessoas*, em quem não via certamente senão muitos sinais de o serem muito de bem; foi o considerar eu seriamente no meu préstimo e no meu natural, e o parecer-me verdade claríssima o que sempre até ali tinha entendido de não ter nenhuma capacidade para formar respostas, dar parecer quando mo pedissem, etc., sobre negócios do mundo, nem a mínima sombra ainda da boa política que é necessária para saber conservar-se no agrado do amo, e das pessoas a quem ele desejaria que o criado agradasse.» (p. 62). O homem que tinha resistido a todos os desalentos da miséria, achava nas considerações dos fidalgos seus patrícios mais um pretexto para o seu isolamento; depois que o artista português começou a ter em Roma a reputação bastante para ser convidado para as academias ou saraus musicais do cardeal Spinelli (p. 12), e mereceu a honra de acompanhar quatro sonatas ao eminente Nardini, então, a maior glória musical de Roma, é que, tardiamente, o embaixador Francisco de Almada e Mendonça lhe prestava consideração, mui oficialmente importante.

O génio leva-o para o foco da maior actividade musical do século, para Viena de Áustria; tendo-se fixado nesta capital em 1772, depois de haver feito uma viagem a Paris, ao falar desta viagem duas vezes alude à sua ida e regresso para Viena antes de 1774; diz ele, acerca de D. Vicente de Sousa: «intentou primeiro mandar-me para Lisboa; e depois, ao mesmo tempo que eu lhe ia dando negativas, para o Porto, para Inglaterra (para onde eu queria ir quando parti para Viena)» (p. 55). E ainda este outro facto: «e por saber que eu não tinha aceitado aqui uma carta de recomendação que me quis fazer para ele o sr. D. João de Bragança, é que se esquentaria mais a sua generosidade»; (*Ibid.*). Por estas passagens se conclui que António da Costa partiu de Viena, não tendo querido aceitar do duque de Lafões uma carta de recomendação para o embaixador português em Paris; é que ao sair de Roma em 1760 o seu intento era ir para Inglaterra, como em tempo revelara ao seu amigo do Porto (p. 40). A atracção *para a Inglaterra* pode-se explicar pela influência extraordinária que então exercia em Londres o génio portentoso de Haendel com os seus *Oratórios*; estas composições, executadas no Convent-Garden, sob a direcção, depois de 1751, de Smith, discípulo de Haendel, fariam conceber a esperança de ser admitido e distinguir-se como violinista em Inglaterra, onde os grandes concertos musicais estavam em moda na aristocracia. A preferência por Viena pode explicar-se cabalmente pelo encontro com Gluck, o grande reformador da música dramática, que, em 1754, fora a Roma, onde escreveu a *Clemenza di Tito* e *Antigono*. A amizade de Gluck e o duque de Lafões, a cuja vontade Costa não sabia resistir, o antagonismo que Costa professava pelas doutrinas musicais de Rameau, como notou Burney (ap. Vasc., em Burn. 1, 257) e a convivência com o próprio Gluck em casa do embaixador inglês lord Stormont, são factos bem positivos para se inferir qual foi o impulso que levou, por fins de 1761, o pobre clérigo português para Viena, que Burney chama tão pitorescamente *the imperial seat of music*. Quando Costa se achou em Paris, antes de se fixar definitivamente em Viena, diz de D. Vicente de Sousa: «e por fim quando conheceu que *eu queria deveras voltar para Viena*, quis em todos os modos dar-me dinheiro para a jornada...» (p. 56). Daqui se conclui que a viagem para Viena em 1774 foi simplesmente um regresso.

O silêncio deste período da sua vida, de 1754 a 1761, pode explicar-se pela falta de comunicações postais, como ele, mais tarde, o declara, desculpando-se para com o dr. Luís Gomes: «facilmente lhe podia fazer o gosto de lhe escrever dilatadamente, porque o furor de falar, quando não olho para as pessoas a que falo, nem elas para mim, ainda é como de antes; *mas aqui não ha dispensantes que levem os maços ou livros, que eu lhe mandava por eles de Roma...* » (p. 52). Neste período viveu António da Costa ignorado, assistindo ao movimento de transformação artística, conhecendo mas não

querendo aproveitar-se do alto valimento do duque de Lafões, que era imensamente considerado em Viena como um príncipe. Em casa do duque de Lafões reuniam-se as maiores sumidades artísticas; Gluck dedicava-lhe as suas mais revolucionárias composições, e é por isso que António da Costa consentiu em aproximar-se, sem quebra de independência, do seu ilustre conterrâneo. Em Viena acolheu o artista o eco das gigantescas reformas do marquês de Pombal, tais como a queda dos Jesuítas pela lei de 3 de Setembro de 1759: «Quem, (sc. diria algum dia) que os Padres da Companhia haviam de perder em pouquíssimo tempo o credito e autoridade que tinham adquirido injustissimamente no mundo, principiando dos príncipes a acabar no povo; e serem desfeitos inteiramente para sempre?» (p. 54). E referindo-se à extinção das ominosas e fanáticas distinções de *crístãos-novos* e *crístãos-velhos*, acrescenta: «E não obstante tudo isto e outras cousas incríveis, vemos hoje e veremos ainda mais, graças ao sr. Marquês de Pombal; pois assim, nem mais nem menos, o meu negocio, que algum dia era impossível de ajustar, agora se pode dizer fácil, ou ao menos tal o pareceu ao sr. Visconde de Vila Nova, quando se me ofereceu em Roma com a sua costumada generosidade para o fazer...» (p. 55). Qual seria este negócio não o podemos suspeitar, porque ao tempo que se achava em Roma ainda sua mãe não tinha morrido, e portanto não consistiria em liquidação de herança; levantamento de sequestro também não era, porque não estava processado pelo Santo Officio; supomos que ainda seria o negócio das *demissórias*, que nunca chegavam, e a que alude constantemente nas suas cartas. Ainda em 1754 escrevia de Roma: «Não tenho lugar para lhe dizer senão que *espero pelas demissórias sem nunca chegarem*; se V. M. puder concorrer para que elas venham depressa, fazia-me grande serviço para me armar capelão.» (p. 29). E no mesmo ano: «Tornando à *demissória*, monsenhor de Almada⁶ me prometeu ha quase um ano de escrever ao bispo governador daí a pedir-lha, mas até aqui não veio resposta...» (p. 32). E outra vez ainda, referindo-se a outra carta: «Nela lhe repetia a V. M. *o impertinente ponto das demissórias*...» (p. 37). É possível que a dificuldade de obter do bispo do Porto as *demissórias* fosse proveniente dos escrúpulos da sentença *de genere*, em que aparecessem parentescos de cristão-novo; isto se justifica com a alusão às reformas do Marquês de Pombal, e ao facto de se ter por isso tornado fácil o ajustar esse negócio, anos antes impossível.

No período de 1761, em que, pela primeira vez, reside em Viena, António da Costa pouco se correspondeu com os seus bons amigos do Porto por falta de correios, e a sua vida não foi menos dura do que no período subsequente, em que era procurado pelos príncipes e embaixadores, não deixando, por isso, de ser o clérigo mais pobre de Viena, tendo por único rendimento dois tostões por dia. Antes de entrarmos neste segundo período, importa acentuar o facto da sua estada em Veneza por 1761; sabemos-lo por uma carta sua de 22 de Julho desse ano, ao seu bom amigo Pedro Pereira de Sampaio, posto que se houvesse perdido uma outra de data anterior. (p. 49). A descrição que faz de Veneza, a sua topografia, o viver, os tipos dos homens, actividade mercantil, a iluminação pública, tem um vivo relevo, forma uma página que bem merecia ser transcrita; mas as notícias musicais interessam-no muito mais, e pelas suas palavras inferimos que ele viera frequentar um dos célebres conservatórios de Veneza: «A musica da cidade, ou de São Marcos, é uma peste, mas ha quatro conservatórios, ou seminários, em que aprendem esta arte *Puella Puellarum*, que tocam como homens e cantam belamente, especialmente no dos Incuráveis (todos estamos anexos a hospitais) onde ha uma tal *gregheta*, que me tem feito chorar algumas vezes com a graça e suavidade da sua voz; se eu fora a V. M., sabendo que havia algum navio em Lisboa

⁶ Francisco de Almada e Mendonça, Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei.

para estas partes, embarcava-me e vinha ouvi-la.» (p. 51). A actividade musical de Viena, onde então vivia Porpora, onde Gluck começava a revolução da música, e despontava o génio de Haydn, estimularia, porventura, o entusiástico António da Costa a vir aperfeiçoar-se a Veneza; o seu modo de falar, referindo-se ao Conservatório dos Incuráveis «*todos estamos anexos a hospitais*» só tem um sentido, e é que ele também o frequentava; a *gregheta* a que se refere é uma dessas ciganas, ou *grega*, como ainda então se lhes chamava, que saíam das escolas de Veneza para deslumbrarem o mundo pelo canto e pela desenvoltura, como em 1770 a Zamparini em Lisboa. É possível mesmo que esta cantora veneziana aceitasse o vir para Portugal por sugestão do abade Costa. É entre a saída de Veneza e a fixação definitiva de residência em Viena, antes de 1772, que colocamos a viagem de António da Costa a Paris. O duque de Lafões ofereceu em Viena («aqui» donde escreve) uma carta de recomendação para D. Vicente de Sousa, embaixador em Paris, para onde Costa partira com intuito de ir para Inglaterra em seguida; (p. 55) parece que o clérigo artista viera por Estrasburgo. É difícil distinguir se Costa desejava ir para Inglaterra, quando saiu de Roma, se quando foi de Viena a Paris; propendemos mais para a primeira hipótese. Em 26 de Junho de 1761 morreu o irmão primogénito de D. João de Bragança, D. Pedro, sucedendo-lhe na casa e título de Lafões; depois desta data é que foram mais íntimas as relações do novo Duque com Gluck, que lhe dedicou a sua ópera *Paride ed Helena*.

O duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, era uma das grandes figuras da sociedade de Viena, e desde 1767 a 1777 o seu palácio era o centro onde se encontravam os primeiros artistas do século, como Gluck, Metastasio, Hasse, Faustina Bordoni, Burney, o célebre crítico inglês, Costa e o próprio Mozart, recebido nos seus salões aos doze anos de idade. O duque de Lafões, que fundou em Lisboa a Academia das Ciências, nascera a 6 de Maio de 1719, sendo seu pai o infante D. Miguel, filho natural legitimado de Pedro II e de D. Luísa Casimira de Sousa, primeira duquesa de Lafões e segunda marquesa de Arronches; D. João de Bragança frequentou a Universidade de Coimbra como porcionista do colégio de S. Pedro, e depois da morte de D. João V, teve de sair de Portugal por ordem de el-rei D. José, a título de fazer acabar uma paixão amorosa que ele desaprovava. A princesa? Viajou D. João de Bragança por quase toda a Europa, França, Inglaterra e Itália antes de se fixar na Alemanha, sendo voluntário austríaco durante a Guerra dos Sete Anos, e distinguindo-se na batalha de Maxen. Era amigo íntimo do rei filósofo José II, com quem mais tarde veio a relacionar-se o príncipe D. José, primogénito de D. Maria I, falecido prematuramente. O duque de Lafões fixou a sua residência em Viena, em 1767, e pela queda do Marquês de Pombal (falecimento de D. José em 24 de Fevereiro de 1777) regressou de vez a Portugal. É presumível que, na sua viagem por Itália, encontrasse em Veneza António da Costa, convidando-o a que o acompanhasse para Viena, em 1767. O duque era um eminente amador de música; o erudito Burney chamava-lhe «*an excellent judge of music*». (I, pág. 255; ap. Vasc). Gluck na sua dedicatória de *Paride et Elena*, em Outubro de 1770, acha nele, «*meno d'un Protettore, che un Giudice. Un anima sicura contro i pregiudizi della consuetudine, sufficiente cognizione de gran principi dell'arte, un gusto non tanto su'grand modelli, quanto sugli invariabili fondamenti dell Bello e del Vero, ecco le qualità chio ricerco nel mio Mecenate, e che ritrovo riuniti in V. A.*» Este retrato do duque como artista, feito por dois homens eminentes como Burney e Gluck, explica-nos o apreço em que ele tinha o pobre clérigo António da Costa. Seria fácil atrair desde 1767 a António da Costa para Viena, como o primeiro foco de elaboração musical; mas, o que lhe foi sempre impossível, foi submeter esse carácter inflexível e melindroso a aceitar o seu dinheiro ou mesmo ainda o mínimo favor. O duque de Lafões é que se julgava favorecido em poder apresentar no seu salão o conterrâneo Costa, que nem uma

simples carta de recomendação aceitava.

A permanência de Gluck em Viena atrairia ali António da Costa, e o faria entrar na convivência do duque de Lafões. Ignoramos a circunstância que o levou a empreender a viagem a Paris, O embaixador português em Paris, D. Vicente de Sousa, poeta da *Arcádia Lusitana*, onde tinha o nome bucólico de *Mirtilo*, acolheu o pobre clérigo artista, que não quis aceitar favor algum do ministro. Nas suas cartas, Costa fala de D. Vicente, como «um fidalgo da casa de Redondo e presente embaixador de Portugal em França, que quando eu estive em Paris procurou de me tomar à sua conta e fazer bem com tal fogo e eficácia, que não tenho palavras com que lho explique; isto sem eu pretender nada dele, nem ninguém lhe pedir por mim...» (p. 55). D. Vicente de Sousa também se ofereceu para tratar *do seu negócio*, pedindo-lhe que se deixasse estar em Paris até chegar a resposta; não se trata nesta vida de um artista verdadeiramente heróico, de nenhum homízio por crime, nem de pretensão ambiciosa, como se vê pela sublime rudeza do seu carácter, e por isso insistimos outra vez nas *demissórias*. Sem elas o simples clérigo de missa não podia ter cargo de capelão ou qualquer lugar na hierarquia eclesiástica. A oferta de D. Vicente de Sousa «que me deixasse estar em Paris, senão em sua casa, em uma que me pagaria; e o comer, se eu não quisesse servir-me da sua mesa» bastou com certeza para ele não querer ficar em Paris o tempo sequer de uma ida e volta do correio a Portugal. Costa não queria contrair dependência moral de ordem alguma; D. Vicente ofereceu-lhe recursos para o mandar para Lisboa, depois para o Porto, para Inglaterra, para Madrid; mas o pobre clérigo tinha já a nostalgia da arte, e não querendo esperar pela resolução do seu negócio, regressou antes de 1772 para Viena. Então, D. Vicente, quando conheceu que ele só queria tornar para Viena, empregou todos os meios para lhe dar dinheiro, pedindo-lhe por último que levasse uma letra a cobrar em Estrasburgo (p. 56); «todos os verdadeiros intentos do sr. D. Vicente eram que eu estivesse em sua casa, e para que? Deus pergunte pelas suas causas. E é certo que ele é muito bem visto do sr. Marquês de Pombal, cujo segundo filho foi casado alguns anos com uma filha do sr. D. Vicente». A impressão que Paris produziu naquele espírito agitado pelo génio, foi muito má; a descrição da cidade plana, dos palácios escondidos para dentro de muros lisos, as igrejas pobres, as cadeirinhas de rodas puxadas por homens esfarrapados «fazem fugir a gente com os olhos pela sua porcaria». (p. 57). «Os seus casquilhos tão louvados não aparecem, mas não andarão a pé como muitos de Lisboa andam; as mulheres fazem nojo; parece que todas trazem o peito emprastado, porque não somente não usam de espartilho, mas de vestidos tão largos, que poderiam meter uma criança entre eles e a carne; coifas, camisas, vestidos, mãos e tudo porco; pouco elevadas de juízo e menos ainda de coração; serias, tristes, etc.; o mesmo digo dos homens com toda a sua leveza de juízo». (p. 58). Mais tarde, Mozart também veio a ser duro na expressão dos seus desalentos em Paris. António da Costa resignou-se à miserável posição de clérigo pobre e voltou para Viena.

A primeira carta datada de Viena de Áustria para o seu amigo Dr. Luís Gomes é de 23 de Julho de 1774, mas a sua residência é muito anterior; no livro do musicógrafo Burney, *The present state of Music in Germany, Netherland, and the United Prvinces*, é que se acham as mais preciosas notícias sobre este extraordinário artista português, que o erudito considerava tão original como Rousseau, mas com melhor carácter. No estudo do sr. J. de Vasconcelos, que acompanha a edição das *Cartas Curiosas*, a parte baseada sobre o livro de Burney é a mais interessante, e aproveitamo-la na impossibilidade de alcançar o livro. Burney chegou em Setembro de 1772 a Viena; o duque de Lafões, tendo-o encontrado em casa do embaixador inglês *lord Stormont*, falou-lhe no célebre artista português, carácter indomável, que vivia na convivência dos grandes génios musicais da corte, sem aceitar favores dos príncipes, simplesmente com

os dois tostões da sua missa, não pagando visitas a ninguém, embirrando que o louvassem, e detestando a música da escola de Rameau. M. de Angier, que conhecera em Portugal Scarlatti, também falara com entusiasmo no esquisito Abade, de modo que o ilustre musicógrafo inglês ansiava conhecê-lo. O duque de Lafões prometeu satisfazer esse empenho difícil, e trouxe o abade Costa a um sarau musical em casa do lord Stormont; o facto de aparecer ali Gluck, ao lado de Costa, revela-nos o meio empregado pelo duque de Lafões para o pôr em contacto com Burney. Costa entrou na sala, onde já estava a melhor aristocracia de Viena, os Condes de Thun, de Briihl, o príncipe de Poniatowsky, e ao primeiro convite pegou na guitarra e tocou um *andante* e um *presto*, cuja originalidade, pela ondulação e pelo ritmo, impressionaram Burney, que transcreveu os temas dos dois tempos. À mesa, Burney achou-se intencionalmente colocado entre Gluck e António da Costa; imagine-se o erudito entre aqueles dois vultos, o fundador da música moderna no drama, e o carácter original do artista português. Burney escreve: «todos três falámos mais do que comemos.» Depois de jantar, recomeçou o concerto, tocando Costa outra vez, então na rebeca, um duo, composição sua, com o violinista Stantzel, que este não pôde desempenhar. Passados dias, Costa procurou Burney, para lhe dizer que detestava os concertos com mais de dois ou três ouvintes, e convidava-o para ir à sua trapeira ouvir algumas peças de guitarra. Burney captou assim o génio indomável de Costa, que lhe serviu para relacioná-lo com outros artistas, tais como Wagensell, Gassman, e vários; e enquanto se demorou em Viena conviveu com ele, encontrando-se duas vezes em casa de Wagensell, e na despedida prometeram-se mutuamente, para alimentar a amizade, uma correspondência literária. Se não fossem as palavras que Burney consagra a este ignorado artista português, palavras motivadas pela impressão que lhe produziu aquele extraordinário carácter, o seu nome perder-se-ia na história, e faltaria o motivo para o fazer reviver pelas suas cartas. A situação de Costa, depois de 1772 até 1780, ano em que terminam as suas cartas, e em que se supõe, com razão, ter falecido, é profundamente desolada.

A miséria trazia consigo a doença e o desalento; em uma carta de Viena, de 23 de Julho de 1774, escreve para o Porto ao seu amigo Doutor: «acabou-se a minha saúde de vento em popa.» (p. 52). O pobre clérigo sofria de uma inflamação crónica da bexiga. Por outro lado, o seu amigo o Dr. Luís Gomes não estava em melhor situação, achava-se paralítico. As noticias que o artista recebia do Porto eram também lamentáveis, morte de sua mãe e irmão, e dos principais amigos: «As mortes de casa não me fizeram a grande impressão que V. M. temia; *minha mãe* já ha muito que eu fazia de conta que ela não vivia, visto a sua idade e pouca saúde; quanto a *meu irmão*, também quase que esperava que tivesse saído do mundo, porque ainda que parecia robusto, e se achava em anos de poder viver algum tempo, o seu grande desgoverno com mulheres prometia o não chegar ele a grande velhice;» (p. 53). Pela morte do irmão, António da Costa pede ao Dr. Luís Gomes que lhe receba o seu património, a que o irmão sempre pôs embaraços, para assim lhe poder pagar o quanto lhe deve. O seu desprendimento por tudo, como mostrou, em Roma, com Francisco de Almada e Mendonça, em Viena com o duque de Lafões e, em Paris, com D. Vicente de Sousa, continuou sempre, apesar de se achar na extrema penúria. O filho do Dr. Luís Gomes, Manuel Gomes da Costa Pacheco, continuou a interessar-se pelo velho amigo de seu pai, cultivando a mesma afectuosa correspondência; em carta de 4 de Dezembro de 1779, Costa responde-lhe a certas perguntas: «vamos ao que V. M. quer saber dos meus teres e haveres, que se reduzem todos a meio florim, (dois tostões) da missa, que me bastam, porque na nossa mão está o ser-nos necessário pouco; quanto a essas casas e campos, ainda que eu soubesse que tinha grande justiça para pretender disso alguma cousa, não queria por nenhum modo demandas.» (p. 71). Já quando o seu velho amigo Doutor o convidava

para regressar a Portugal, escrevia ele em 24 de Dezembro de 1774: «com eu ser um dos clérigos mais pobres de Viena, por não ter mais que a missa, posso passar aqui muito melhor que no Porto, pela conveniência e pela quietação: se eu quiser posso comer todos os dias em mais de uma casa, de modo que me ficam os dois tostões da missa para pagar a casa, que também podia ter sem dinheiro se quisesse, e para me vestir; e este ganho, sem mais trabalho que o de dez minutos de uma missa, e sem políticas nem rapapés, que antes na igreja me ficam obrigados; de modo que me fica todo o outro tempo livre para as minhas escrevinhaduras de musica e para beliscar com grande gosto na viola.» (p. 60). Costa referia-se sem dúvida às relações com o opulento duque de Lafões, que tanto desejava auxiliá-lo. O retrato que o artista fez do seu próprio carácter é de uma encantadora espontaneidade: «é natural ter-lhe chegado lá a V. M. aos ouvidos, como é de crer pelo que me soa até às vezes pelos meus, convém a saber: que sou pobre, porque sou filósofo; que podia andar em carruagem; que podia ter tesouros, e outras cousas assim; o que a V. M., com tudo que me conheça, não lhe parecerá talvez destituído totalmente de fundamento; e por isso lhe direi duas palavras na matéria... Certo que tenho estudado em musica mais do que ninguém poderá crer; bem; e então que se tira daí? Que conheço mais de rebeca para tocar com companhia de modo que se deleite mais o ouvido que se faz ordinariamente, ainda pelos que tocam melhor este instrumento; que toco viola, dizem alguns que bem, por esses ares; e que componho para rebecas, viola, cantar, etc., dizem alguns também que com grande mestria, profundidade e até gosto; ora suponho que digam verdade, parece-lhe a V. M. justo, como parece a tantos, que eu, que nunca suspirei por alcançar dinheiro e nome no mundo, me meta agora a isso, e à custa de fazer-me homem muito menos de bem do que sou, que por tais tenho eu todos os que andam mostrando as suas habilidades em publico ou em particular, quase sempre a quem não entende nada das suas ciências, arrastados vergonhosamente do interesse e vaidade que lhe roem o coração?» (p. 61). Neste estado moral António da Costa, apesar do seu génio, havia de cair na obscuridade; quem vê adiante tem de se impor ao seu tempo, e essa luta é o maior estímulo para as criações da arte. Costa submetia-se ao juízo dos outros e não reagia, porque, «na rebeca ninguém quer ouvir senão moscas por cordas; quanto à viola os mesmos que gostam muito dela, confessam que a toco de modo que a pouquíssimos pode agradar pela demasiada suavidade da voz que eu lhe tiro e das peças em si mesmas; das composições dir-lhe-ei somente que ninguém as sabe cantar, nem tocar». (*Ib.*). Em uma sociedade, em que surgia Gluck e após ele Haydn, e despontava o génio pasmoso de Mozart, que vasto campo para o conflito da concepção artística! Costa amesquinhou-se na sua luta obscura com a miséria. Costa julgava a rivalidade como inveja, aludindo a um caso que lhe contara o mestre da Capela da Imperatriz (p. 66); e por isso reduziu a arte a servir-lhe de consolação íntima: repugnava-lhe o tocar diante de mais de três ouvintes, como confessou a Burney. Em 1777 o Duque de Lafões deixara a sociedade de Viena, regressando de vez a Portugal; em 1778 o seu amigo Dr. Luís Gomes, já paralítico desde 1774, morreu (p. 69); a saúde de Costa declinava a olhos vistos, sendo-lhe difícil escrever (p. 70), chegando a noticiar ao filho do seu velho amigo: «Eu ceguei do olho esquerdo com uma catarata, e, conforme o parecer do nosso lente oculista, cegarei cedo do outro, de gota serena.» (p. 72). A sua última carta, de 7 de Outubro de 1780, diante desta declinação progressiva, seria talvez a derradeira que escreveu para Portugal> expirando ao abandono na sua água-furtada em Viena. O filho do seu velho amigo ofereceu-lhe casa no Porto (p. 69), mas o velho artista levava a isenção até ao heroísmo.

A situação de Portugal sob o intolerantismo ou *rigorismo* de D. Maria I não lhe era desconhecida: «V. M. saiba que quanto mais me afastar de Portugal, em mais horrendo conceito acho estarem os portugueses em matéria de costumes. Chamam-nos

aqui os homens mais bárbaros de todo o mundo, os mais odientos, mais vingativos, mais desconfiados, mais cruéis, e enfim de que se deve fugir como de uma nação de diabos, se a houvesse no mundo.» (p. 70). No Discurso de inauguração da Academia das Ciências o Duque de Lafões repete por outras palavras esta mesma acusação. Por último Costa sabe que as cartas são abertas em Lisboa, na mesa da Inconfidência (p. 77), e diz com uma certa ironia ao filho do seu defunto amigo: «V. M. se vá regalando com essas beatices, que, quando parece que vão a extinguir-se em Portugal, revivem com mais força e maior descaramento» (p. 79); a esta recrudescência do fanatismo sob o governo do Arcebispo Confessor, que imbecilizara D. Maria 1, corresponde a fuga de Portugal dos maiores espíritos, como José Correia da Serra, Félix de Avelar Brotero, Filinto Elísio, a perseguição de José Anastácio da Cunha, de Melo Franco, de Bocage e de outros mais. Neste coro das vítimas da obscuridade, surge o vulto do Abade Costa, considerado por Gluck; perderam-se as suas composições musicais, mas a prosa das suas *Cartas* fixou a beleza típica da língua Portuguesa.

3º *A baixa Comédia e a Ópera*. – A Comédia portuguesa criada por Gil Vicente com os costumes e tipos populares, que caracterizaram a burguesia, estacionou na forma rudimentar do *Auto*, pelas circunstâncias sociais que motivaram a invasão das *Comédias famosas*, no século XVII, pela introdução da Ópera nos começos do século XVIII, e pelas traduções das comédias italianas e tragédias filosóficas francesas no fim desse mesmo século. A literatura dramática não podia florescer, porque faltava um teatro estável, sem essa miséria dos *Corras* e *Pátios*; e ao génio artístico faltava essa independência moral que inspira a *graça*, e ao actor a dignidade profissional, que o torna um intérprete consciente, um criador. Persistiam ainda os velhos Pátios do século XVI, como o *Pátio das Arcas*, ou da *Praça da Palha*, e o *Pátio da Betesga* ou da *Mouraria*, que vieram até ao ano do terramoto; eram ocupados por Companhias volantes, de *comicos de la legua*. Como explicar esta extraordinária persistência? Pela circunstância de se tornarem os espectáculos etatrais um privilégio do Hospital de Todos-os-Santos, pela concessão de licença, arrendamento e quota-parte nos lucros das récitas. Esta influência caritativa rebaixava o teatro a uma exploração exclusiva, sem o mínimo intuito de arte; mas, sendo um mal, era o único meio pelo qual o teatro resistia aos ataques da insânia teológica e da fobia católica dos moralistas.

a) *O Teatro do Bairro Alto*. – Pelos documentos de ordem administrativa do Hospital de Todos-os-Santos é que se conhecem factos concretos que envolvem a evolução do teatro português. Desde 1588 até 1790 aparece o Hospital de Todos-os-Santos com o privilégio das licenças de espectáculo⁷; licenciava e contratava Companhias espanholas, aprovava a escolha das Comédias famosas com mais probabilidades de êxito, e cobrava dois quintos da receita. De um tal regime resultava a depressão das vocações dramáticas, a esterilidade e quase o apagamento do teatro nacional. A própria administração do Hospital de Todos-os-Santos reconheceu que lhe era mais conveniente a estabilidade dos Pátios, e por escritura de 9 de Março de 1591 contratou com Fernão Dias Latorre a construção de dois Pátios *cobertos*, com pedra de alvenaria e lavrada. Datam deste tempo os dois Pátios da *Betesga* e das *Arcas*, que foram dirigidos pelo mesmo Latorre, e mantiveram-se por todo o século XVII. O *Pátio das Arcas* era situado no segundo quarteirão da rua Augusta, e por malevolência dos seus vizinhos da rua da Praça da Palha, foi devorado por um incêndio em 1698. Deste acidente data o desenvolvimento de pequenas Casas para exhibições de Bonecos ou

⁷ *Arqueologia do Teatro Português*, por S. M. A. Nogueira. (*Jornal do Comércio*, nº 3736 e segs.).

Bonifrates, em diferentes locais, em que o Hospital mantinha o seu privilégio; esses espectáculos baratos e fáceis de Mogigangas, Entremezes, Bonifrates e Presépios, entraram então em voga no velho Pátio da Bitesga, mais conhecido pelo título da *Mouraria*, e um outro que substituíra o *Pátio das Arcas*, em que documentos de 1707, de 1711 e 1712 revelam os seus rendimentos, aparecendo já aí uma companhia portuguesa de José Ferreira. Como a exploração destes espectáculos se complicava com a administração do Hospital, D. João V, para aliviar o Provedor e Mesários, e também para facilitar a entrada das Companhias de Ópera italiana, converteu o privilégio exclusivo do Hospital em um subsídio anual de 1.300\$000 réis, em 1727. Este expediente do Poder real fez-se sentir no aparecimento da *Academia da Praça da Trindade*, para a Ópera italiana, e para o desenvolvimento do *Pátio da Comédia*, em terreno do Bairro Alto, ao fim da rua da Rosa. De 1727 a 1733, aí no *Pátio da Comédia*, é que floresceu a Companhia espanhola de António Rodrigues, com grande aplauso e entusiasmo. O seu prestígio fez com que o título restrito do *Pátio da Comédia* se convertesse no vulgo em *Teatro do Bairro Alto*, designação que não aparece em documento algum, e daí o problema de saber qual o local em que as Óperas do Judeu foram representadas no Bairro Alto. O problema esclarece-se pelo processo da Inquisição, em que se refere que António José da Silva morava ao *Pátio da Comédia e que ele o frequentava muito*; disto infere Fernando Wolf, que esta vizinhança actuaria sobre a manifestação do seu talento dramático. (*Bresil litteraire*, p. 30). Podemos concluir, em vista do processo inquisitorial, que o título de *Pátio da Comédia* era dado ao local em que, de 1734 a 1737, foram representadas todas as peças do *Doutor Judeu* António José da Silva; e que em 1742, reimprimindo-se o *Teatro Cómico*, do desgraçado escritor, já o título de *Pátio da Comédia* estava generalizado no de *Teatro do Bairro Alto*.

Desconhecendo esta dedução histórica, o Dr. Ribeiro Guimarães, formulou um problema, por sua maneira de ver insolúvel: «Em que local foi fundado o *Teatro do Bairro Alto* anterior ao terremoto de 1755? Em que local existiu? Durou até ao 1º de Novembro daquele ano? São interrogações estas a que, parece, não ha quem possa dar uma resposta decisiva ou ao menos plausível. Depois de ter consultado o autor da *Arqueologia do Teatro Português*, e de vagas noticias do autor do *Ensaio biográfico crítico* improficuamente, embalde também. – O sr. Teófilo Braga, sem embargo das suas incansáveis investigações para a Historia do Teatro português no século XVIII, também nada apurou a semelhante respeito, refere-se a Costa e Silva.» (*O Teatro do Bairro Alto*, Jornal do Com., 1873). O Dr. Ribeiro Guimarães não ligou a nossa narrativa do incêndio do *Pátio das Arcas* em 1698 com o aparecimento do *Pátio da Comédia*, em que depois da Companhia portuguesa de José Ferreira, veio a exploração de António Rodrigues, chefe da Companhia espanhola, de 1727 a 1733; é após ele que surgiu António José da Silva, de 1734 a 1737. Não basta ler ou coligir factos; é preciso relacioná-los e tirar-lhes deduções. Vejamos como se fez a transição da Companhia castelhana de António Rodrigues para o talentoso e original António José da Silva, que o público, pela sua apoteose, empurrou inconscientemente para a fogueira da Inquisição. É nesta passagem que se estabelece a continuidade do *Pátio da Comédia* no *Teatro do Bairro Alto*, destruído pelo terramoto de 1755.

O Cavaleiro de Oliveira, nos *Amusements Périodiques* (t. I, p. 41), dá noticia do cómico espanhol António Rodrigues nesse período de 1727 a 1734: «António Rodrigues, espanhol, sustentou-se com felicidade, muitos anos, no teatro de Lisboa. Era boníssimo poeta, filósofo, historiador e palaciano. Era homem de bem tanto às direitas como actor de mérito. Do seu porte honrado rendeu-lhe uma pensão anual de cento e vinte moedas de ouro que lhe dava o rei. Querido das mulheres, estimado da nobreza e

relacionado com muitos prelados do reino, até do povo se fez idolatrar...» O poeta satírico Tomás Pinto Brandão, o autor do *Pinto renascido* era íntimo de António Rodrigues; e por certo António José da Silva, escrevendo, em 1729, a zarzuela epitalâmica *Amor vencido de Amor* nas festas do casamento do Príncipe do Brasil, D. José, com a Infanta D. Mariana Vitória de Bourbon, faria a sua estreia no *Pátio da Comédia*, e ao influxo de António Rodrigues obedecia ao gosto espanhol na farsa *Os Amantes de escabeche*.

D. João V, nas suas aventuras amorosas era excitado pelo exotismo das damas das companhias estrangeiras; a fidalguia seguia-lhe o exemplo. O Marquês de Gouveia apaixonou-se pela dama da Companhia espanhola Isabel Gamarra, de quem o Cavaleiro de Oliveira alude a esta aventura: «Gamarra étoit certainement la plus belle actrice que nous avons vu sur le Théâtre de Lisbonne; ele étoit jeune, enjouée, engageante, ele avoit beaucoup desprit, de vivacité et de grand charmes dans toutes ses manières. Elle avoit son mari et un amant déclaré. File nevoit donc qu'un seul défaut, c'étoit celui detre affecté on infidele; ele trahissoit et son mari et son galant; ele avoit de l'aversion pour l'un et seulement l'estime pour l'autre... E o malicioso Cavaleiro de Oliveira conta nos *Amusements Périodiques*, como a Gamarra, arrependida, foi professor no convento das Agostinhas ou de Santa Mónica, até que, expirando o Marquês de Gouveia, ela apagou da mente a cena dos votos da clausura, e safou-se para Espanha, congraçando-se com o marido e continuou na vida desenvolta do teatro. O poeta chocarreiro Tomás Pinto Brandão celebrou em uma Décima a conversão dessa Madalena: «*Na profissão de Isabel Xamarra, representante famosa, que foi nesta Corte e primeira Dama*»:

De seguir melhor estrela
dão hoje em distinta voz,
El juramento ante Dios
Las firmezas de Isabella;
no teatro de uma sela
com Deus se quer desposar,
e em melhor papel mostrar,
que foi todo o seu viver
Querer por solo querer,
Cair para levantar.

(*Pinto Renasc.*, p. 954)

A Décima tira a graça do seu conceito dos quatro títulos de Comédias castelhanas, em que a Gamarra teria feito o papel de primeira Dama. Estava em moda esta forma satírica; já nas intrigas da corte da regente Dona Luísa de Gusmão, de D. Afonso VI e D. Pedro II foram representados todos os personagens dessas lutas partidárias por simples títulos de Comédias castelhanas, que eram geralmente conhecidas na segunda metade do século XVII. Às vezes estes títulos de Comédias sintetizavam uma vida, um carácter, como o de *Lances de A mor e Fortuna* para designar D. Francisco Manuel de Meio. Tomás Pinto Brandão publicou doze Décimas em *Resposta a uns Títulos de Comédias, que aqui saíram em uma folha de papel, aplicados mal às Senhoras de Lisboa, que algumas atribuíram à obra de Tomás Pinto...* O poeta chocarreiro glosou vinte e quatro desses títulos com o sentido lisonjeiro às Senhoras de Lisboa, ajuntando-lhes em sigla à margem de cada Décima dois títulos de Comédias castelhanas, reforçando o seu pensamento. Pelo exame desses títulos se pode formar o reportório das

Comédias famosas mais conhecidas do público. Neste género satírico tem um valor de Documento histórico a *Comédia famosa* intitulada *La Comedia de las Comedias*, cujo título precedeu Tomás Pinto Brandão com esta rubrica: «*Queriendo los Señores del Hospital despedir la Compañia, en fé de que venia la de Valencia, de que era Autor Garcez compuso el amigo Thomaz Pinto la Comédia seguinte por los titulos de otras muchas.*» O facto histórico para a evolução do teatro português, foi que o Hospital de Todos-os-Santos, voltou ao uso do privilégio dos espectáculos cénicos em vez do subsídio régio. Por este motivo despediu António Rodrigues e contratou um empresário de Valência, chamado Garcês, para vir com a sua companhia para o *Pátio da Comédia*. Pinto Brandão figura na *Comedia de las Comedias*, o assombro da Companhia de António Rodrigues, vendo-se forçado a abandonar Portugal e a demora de Garcês em partir de Valência. Todos os actores da Companhia de António Rodrigues são designados por títulos de Comédias famosas, o que nos dá o seu elenco em 1733. Transcrevemos os nomes com os títulos alusivos:

Antonio Ruiz, *El Rico hombre de Alcalá*.
Ignacio, *El hombre pobre tudo es trazas*.
Mandisla, *El Gana pan de desdichas*.
Antonio Bela (gracioso) *El Cavallero de la Gracia*.
Juan Lopes (barba 1) *Las canes en el Papel*.
Mexia (barba 2) *El Diablo predicador*.
Diego de Leon (vejete) *Don Diego de noche*.
Mathias (danzante) *El Maestro de danzar*.
Ferreira (musico) *El Licenciado Vidriera*.
Perro (musico) *El Chico de Granada*.
Criados, *Monteros y Capelotes*.

DAMAS

La Seilora Mariana (que era gangosa) *La desdicha de la voz*.
Francisca, *La Cismo de Inglaterra*.
Juana Orosca, *El Encanto sin encanto*.
Rita, *La Dama duende*.
La hija de Mexia, *La nina de Gomes A rias*.
Maria, *Maria Hernandez la Gallega*.
La hija dei Barba (que la tiene medio cerrado) *Abrir el ojo*.

O chefe da Companhia, diz na Comédia:

Pues no pueden tus gemidos
ni yo, vencer tanto mal,
vamonos de Portugal
Obligados e ofendidos;
que Dios castigue a quien
nos expone a tal rigor.

Desdenhando da Companhia de Garcês, diz a Mexia, barbas (*Diablo predicador*):

al Corral me fui al instante
y en lo que vi de Garcez,

para todos lances es
El mejor representante;
con la Cisneros ya veo
que andubo certo la fama,
por que es una grande Dama
La Estatua de Prometeo. (Por ser alta e magra)
De las de mas, sendo abono
la tercera es buena allaja;
puesto que con voz tan baja
que canta *El secreto a voces.*

.....
El Garcez no bade enoiarse
que lleguen a conocellas,
porque es lo intento de elías
Mudarse por mejorar-se.
Los mas acabado el año,
se daran a conocer;
y el Hospital hade ver
A su tiempo el desengano.

RITA y que dirá ei Hospital
quando llegue de Valencia
esta incurable dolencia.
MEX. Diral-a: *Ben vougas, mal.*

Depois *del buen Retiro* da Companhia de Rodrigues, em 1733, não chegou de Valência a Companhia de Garcês e o Hospital de Todos-os-Santos viu-se privado dos rendimentos do seu privilégio, ficando deserto o *Pátio da Comédia*. É nesta crise, que acode o talentoso António José da Silva, com as suas Comédias-Óperas, carregadas de pilhas de graça, que deram vida ao teatro, em um período áureo que vai de 1733 a 1738, deixando a inolvidável lenda do *Teatro do Bairro Alto*. Com actores rudes e sem escola, ele tirou partido dos seus defeitos como caracterização dos tipos cómicos, fez paródias mitológicas, com uma intuição offenbachica, mantendo a gargalhada franca. Lisboa sorumbática tinha necessidade de se desoprimir pelo riso. O efeito desse acontecimento, aponta-o Simão Tadeu Ferreira: «foi tão grande o aplauso e aceitação com que foram ouvidas as Operas que no Teatro Publico do Bairro Alto de Lisboa se representaram desde o ano de 1733 até ao de 1738, que não satisfeitos muitos dos curiosos com as ouvirem quotidianamente repetir, passavam a copiá-las, conservando ao depois estas copias com uma tal avareza, que se faziam invisíveis para aqueles que desejavam na leitura delas, uns apagarem o desejo de as lerem, pelas não terem ouvido, outros renovar a recreação com que no mesmo teatro as viram representadas.» Andava o poeta arrebatado na alma popular que o consagrava com o título de *Doutor Judeu*, e trabalhava em uma nova Comédia, *Os Principios de Faetonte*, quando o Santo Ofício lhe lançou as garras, aferrolhando-o nos seus cárceres em 5 de Outubro de 1737, onde jazeu sob os maiores tormentos físicos e morais até sair para a fogueira, no Auto-de-Fé de 18 de Outubro de 1739. Na sua vida se reflecte o espírito de uma época, que não podendo libertar-se por uma revolução, achou na convulsão de um cataclismo geológico o impulso para a sua regenerescência.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA

À desgraça que vitimou este talento, que depois de Gil Vicente soube achar a graça da comédia nacional, devemos o conhecer-se os traços característicos e íntimos da sua vida. Nela reverbera toda a iniquidade das instituições que atrofiavam Portugal, destruindo as classes sociais mais activas, inteligentes e produtoras. António José da Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1705, tendo por pais o advogado João Mendes da Silva e D. Lourença Coutinho; pelos seus avós e tios, vê-se que pertencia a uma família de *cristãos-novos*, e isto resume a causa de todas as suas desgraças e perseguições. O que era o *cristão-novo*? Era um descendente daqueles judeus expulsos de Espanha e de Portugal, cujos filhos lhes foram arrancados à força, baptizados e espalhados pelas províncias do reino, e também aqueles que para poderem trabalhar e viver, optaram em um prazo de horas entre o extermínio ou o baptismo. Essa classe civil tornou-se um elemento de ordem pela sua honesta sociabilidade, distinguindo-se espíritos cultos na medicina, na jurisprudência, no comércio e indústria, na riqueza e sua circulação internacional. A Inquisição viu ali um excelente espólio para o confisco, e a Monarquia deixava de conivência encherem-se os cárceres inquisitoriais, não só participando de uma quota-parte, como vendendo aos cristãos-novos os Perdões gerais, cobrando previamente somas avultadíssimas, e por vezes faltando vilmente ao compromisso. Os avós paternos de António José da Silva eram André Mendes da Silva e Maria de ...? nascidos em Portugal e falecidos no Brasil; tios paternos, Bernardo Mendes, André e Luís Mendes e Apolinária de Sousa, Josefa da Silva, Isabel Correia e Ana Henriques. Pelo lado materno eram seus avós Baltasar Rodrigues Coutinho, natural do Rio de Janeiro e Brites Cardosa, natural de Lisboa; e tios maternos, o médico Diogo Cardoso, Manuel Cardoso, Branca Maria, Maria Coutinho, Jerónima e Francisca Coutinho. Não é banal este detalhe genealógico para se conhecer esta família de cristãos-novos, que no Brasil exerciam a sua actividade, atraindo pela sua riqueza e importância a avidez da Inquisição. De facto, toda esta parentela sofreu os cárceres do Santo Ofício, com excepção de Diogo Cardoso e Manuel Cardoso, *que «moravam em Lisboa, mas ausentaram-se não se sabe para onde»*. Chegou também o raio infernal ao lar do Dr. João Mendes da Silva, em 10 de Outubro de 1712, em que os Familiares do Santo Ofício, prenderam a esposa Lourença Coutinho, sendo ainda nesse ano remetida para a Inquisição de Lisboa por *culpas de Judaísmo*. E que culpas eram essas? Simples denúncias de vizinhos ou serviçais da casa, acusando de vestirem roupa lavada à sexta-feira, de limparem os candeeiros também nesse dia e não comprarem porções grandes de carne de porco, em falarem em Deus sem nunca nomearam Santos! Tudo isto era interpretado por práticas culturais em apostasia do catolicismo e perfídia judaica, e por isto se encarceravam famílias, lhes confiscavam os bens, e as queimavam em Autos-de-Fé!

Segundo o processo inquisitorial, a prisão do acusado importava o despejo imediato da casa, pregando-se as portas com travessas, e nomeando-se curador para arrolar os bens, pelo confisco dos quais se teriam de pagar as despesas do Tribunal do Santo Ofício. Isto explica, por que motivo o Dr. João Mendes da Silva se viu forçado a mudar-se com seus filhos André Mendes, Baltasar Mendes e uma criança ainda não bem de oito anos, António José da Silva, que no desabrochar do talento sofreria as maiores calamidades.

Na Inquisição de Lisboa correu o processo de Lourença Coutinho; e como ela fosse estranha a questões teológicas ou dogmáticas, e as culpas de Judaísmo eram actos domésticos, saiu *penitenciada* em Auto público de Fé, em 9 de Julho deste mesmo ano

de 1713, com a designação de *reconciliada*.

O Dr. João Mendes da Silva facilmente achou clientela, porque então os principais advogados, preferidos pelas casas opulentas e Ordens ricas, eram cristãos-novos. Os Jesuítas, antagonistas da Inquisição, desde o século XVII defendiam esta prestantíssima classe social; persuadimo-nos de que a cultura de humanidades de António José da Silva, como preparatório para a Universidade de Coimbra, se fez nas escolas do Colégio de Santo Antão, como *estorninho* ou aluno externo. A matrícula nos cursos universitários era só admitida depois dos quinze anos; só podia portanto efectuá-la António José da Silva depois de 1720. Há depois de 1713, em que a mãe voltou ao lar doméstico, uns treze anos de insegura tranquilidade e de susto permanente da espionagem, emboscadas e maquinações sangrentas do Santo Ofício. É neste apaziguamento fugaz, que se encontram as condições para António José da Silva frequentar a Universidade de Coimbra. Nesse meio confinado era intensa a malevolência entre a Companhia e a Inquisição, e o objectivo das hostilidades era a protecção ou defesa dos cristãos-novos pelos Jesuítas. As relações de intimidade com seu primo João Tomás, estudante de Medicina, serviram para a Inquisição urdir a sua teia, que já de 1625 ia envolvendo aquela família. Sua tia paterna Ana Henriques, casada com o negociante Simão Carvalho, estabelecido na Covilhã, fora a Salamanca acompanhada por sua filha Leonor Maria de Carvalho, em negócios mercantis; aí foi presa com sua filha pela Inquisição espanhola em 18 de Novembro de 1725, sendo transferidas da prisão para Valiadolid em 8 de Dezembro; passam para os cárceres secretos em 29 de Julho de 1726; são julgadas pelo tribunal horrendo, em 26 de Janeiro de 1727, sendo Ana Henriques conduzida à fogueira do Auto-de-Fé, e a filha degradada de Valladolid, distante oito léguas para a Vila de Bergadino. Este processo reflectiu-se pelas referências pessoais obtidas nos interrogatórios sob a tortura, sobre a família do Dr. João Mendes da Silva; em 8 de Agosto de 1721, é arrastada ao cárcere da Inquisição de Lisboa, sua mulher Lourença Coutinho, pela segunda vez. Com a data de 7 de Agosto fora passada ordem de prisão contra António José da Silva, agarrado pelo familiar do Santo Ofício, o Conde de Vilar Maior, que o foi entregar ao alcaide Fernando Cardoso e nesse dia nomeado seu curador o beneficiado Filipe Néri. Em 16 de Agosto começou o interrogatório pelo inquisidor João Alves Soares, que encetou as suas perguntas para que declarasse os bens de raiz que possuía; confessou ser filho-família, possuindo apenas a roupa de seu uso. Já estava no cárcere inquisitorial desde 1 de Agosto seu primo, estudante de Medicina, João Tomás, e irmã Brites Eugénia; em 22 de Agosto era preso seu irmão Baltasar Rodrigues, casado com Ana Maria, de quem já tinha um filho, e nesta mesma data é passado contra António José da Silva o libelo declarando-o *apóstata, hereje, ficto, falso, confitente, diminuto e impenitente*, incorrendo na pena de excomunhão maior e confiscação de todos os seus bens. Começam as interrogações para a prova do libelo, recorrendo-se para as confissões à *tortura*; em 3 de Setembro de 1726 forçavam-no a novas confissões; em 4, requer o promotor que se lhe dê conhecimento de suas culpas; em 7, novas confissões extorquidas, e em 9 requer o promotor notificação ao réu de outras provas. É aí que conhece que é o seu delator, um Luís Torres Soares, a quem impedira o casamento com uma prima sua, por ser filho de um pescador, talvez a Brites Eugénia, também presa. Em 18, passou a Inquisição ordem para que seja o jovem escolar de vinte e um anos submetido à tortura, por ser confitente diminuto. Isto se lê no Auto do tormento:

«Aos vinte e três dias do mês de Setembro de 1726, em Lisboa, nos Estaus e casa deputada para o tormento, estando ainda em audiência pelas nove e meia da manhã, os srs. Inquisidores João Alves Soares e Filipe Maciel e deputado D. Francisco de Almeida, mandaram vir perante si a *António José da Silva*, réu prezo conteúdo nestes

autos, e sendo presente lhe foi dado o juramento aos santos evangelhos em que pôs sua mão, sob o cargo do qual lhe foi ordenado dizer verdade e ter segredo, que tudo prometeu cumprir; e logo lhe foi dito, que pela casa em que estava e instrumentos que nela via entenderia facilmente quão rigorosa e perigosa era a diligencia que com ele se queria exercitar; a evitaria se quisesse acabar de confessar todas as suas culpas. E por dizer, que não tinha mais culpas que confessar, foi mandado para baixo, e chamados à Mesa os Médicos e Cirurgiões, e muitos ministros da execução do tormento aos Santos Evangelhos em que puseram as mãos, de bem e fielmente fazerem seus efeitos e terem segredo; o que tudo prometeram cumprir. E sendo o réu despojado dos vestidos que podiam servir de embaraço ao tormento, foi lançado no *potro* e, começado a atar lhe foi protestado por mim notário, em nome dos srs. Inquisidores, que, se naquele tormento morresse, quebrasse algum sentido, a culpa seria sua e não dos srs. Inquisidores e mais ministros que foram na sua causa, que a sentenciaram conforme o merecimento delia; e por dizer que não tinha mais culpas que confessar, se lhe continuou o tormento; e sendo *atado em outras partes* e levando nelas *meia volta*, que corresponde a um *trato corrido* a que tinha sido julgado, foi mandado desatar e levar a seu cárcere, e *duraria o seu julgamento um quarto de hora, o qual gritou muito* e só chamou por Deus e não por Jesus ou Santo algum.» Deste *trato corrido* da *polé* ficou o desgraçado António José da Silva sempre sofrendo das brutais luxações; e passado esse transe de 13 de Setembro, saiu penitenciado no Auto-de-Fé de 15 de Outubro, que se celebrou na igreja de S. Domingos, sendo solto com a condição de doutrinar-se.

A pobre de sua mãe, Lourença Coutinho, continuou a jazer no cárcere mais dois anos, até que foi transferida em 12 de Maio de 1728 para os cárceres secretos onde gemeu mais um ano, sendo submetida a *tormento esperto*, às voltas completas da *polé*, saindo no Auto público de Fé de 16 de Outubro de 1729.

Como nestas refregas escapou o Dr. João Mendes da Silva à garra inquisitorial? Por Barbosa Machado soube-se que o advogado era também poeta, e dá a notícia bibliográfica de composições suas, o *Oficio da Cruz*, em verso, um *Hino a Santa Bárbara, Cristiades*, poema lírico, e o *Retrato de Leandro e Ero*, em oitava rima. Fernando Wolf, nota que estas composições revelam que ele era *un juif très rusé*. E se este recurso o salvou, ele inicia o talento poético do filho, que em 1729 compôs uma *Zarzuela* para ser cantada nas núpcias do Príncipe D. José com a Infanta espanhola D. Mariana Vitória de Bourbon, e da Infanta D. Maria Bárbara de Bragança com o Príncipe das Astúrias (Fernando VI). Foi na vida estudantesca de Coimbra que António José da Silva se entregou à poesia e adquiriu essa prega sarcástica da sua visão subjectiva. Quando cursou ele a Faculdade de Cânones, que era a mais fácil e que abria pronta carreira na sociedade? Em Junho de 1726 acha-se em Lisboa, como confessou na Inquisição, e só se viu livre depois do Auto-de-Fé de 15 de Outubro de 1726. Seria portanto o curso de 1727 a 1732; não se achará no arquivo da Universidade a matrícula de António José da Silva na Faculdade de Cânones, porque nesse tempo usavam-se as *matriculas incertas*, de três chamadas dos estudantes repentinamente por ordem do Reitor, e provava-se a frequência por declaração testemunhal. É mesmo natural, nestas circunstâncias, que o poeta praticasse durante os anos da formatura no escritório de seu pai, apresentando-se nas chamadas das matriculas incertas em Coimbra, ou também abrindo matrícula em Outubro, seguindo o costume geral dos demais estudantes, que após a matrícula debandavam para casa. Mas na sua vida há a *feiçãõ* da Coimbra escolástica, o ímpeto da troça ou *investida*, do sarcasmo diante do pedantismo autoritário e da burla de uma ciência formalística e convencional. Demais, a residência em Coimbra facultava-lhe a visita à Covilhã, onde vivia sua prima Leonor Maria de Carvalho com sua irmã na Fábrica Real de Panos, combinando o seu ansiado

casamento.

A Universidade atravessava uma terrível crise de depressão intelectual; desde que os lentes em claustro pleno juraram em 4 de Fevereiro de 1717 a doutrina da bula *In Caena Domini*, reconhecendo a autoridade do papa nas doutrinas dogmáticas, alegaram para justificar tamanha subserviência, *ser a Universidade considerada comunidade religiosa, como é notório e se tem por certo* e determinado; e sendo *as rendas dela pela maior parte eclesiásticas e que os Reitores eram também eclesiásticos*. Nesta opaca atmosfera ficou obumbrada a Universidade de Coimbra, até tirá-la desse pesadelo medieval a reforma pombalina de 1772. Em 1722, vê-se este estado da disciplina escolar: «Não havia ainda naquele tempo o costume de apontar-se faltas aos estudantes; frequentava-a quem queria; a consequência necessária disto era, que os estudantes, depois de se matricularem, vinham para suas casas; aí estudavam como e com quem lhes parecia, e só voltavam no fim dos anos para os actos; é verdade que, para remediar este inconveniente, havia duas chamadas *extraordinárias*, que o Reitor podia fazer quando lhe parecesse; e todos os estudantes que faltassem a estas chamadas, porque duravam só três dias, perdiam o ano; mas isto não era bastante porque sempre transpirava com antecedência o dia em que tinha de fazer-se a chamada.» (Doc. ap. *Hist. da Univ.*, t. III, p. 159). Dominava o uso das *Investidas* aos Novatos no começo dos seus cursos, por uma forma tão bestial, que o Reitor Figueiroa pediu a intervenção do poder real em carta de 4 de Fevereiro de 1726; na provisão de 7 de Fevereiro de 1727 se refere, que «em razão de serem muito antigas na Universidade as chamadas *Investidas* de Novatos, e de alguns anos a esta parte se faziam com tal excesso que padeciam barbaridades, de que resultava residirem pouco os Estudantes no seu primeiro ano da Universidade, ou porque temem estas *investidas* ou porque buscaram este pretexto para não residirem; e ainda alguns faltam no segundo ano, porque nele os perseguem de não terem sido investidos no primeiro, e além do dito mês de fevereiro na Igreja do Colégio dos Padres da Companhia mataram um estudante, do qual se dizia fora origem uma *investida* que na mesma igreja se fizera a um novato.» (*Hist. da Univ.*, t. III, p. 167). Vê-se que o escolar que se refugiou da *investida* na igreja dos jesuítas seria *cristão-novo*, com quem a Inquisição era implacável como provocação à Companhia. Foi neste meio terrível que António José da Silva, ainda dorido da tortura da Inquisição de Lisboa, se viu em Coimbra, nessa atmosfera de ódio inconsciente. Tinha-se operado uma transformação benéfica nestas troças tradicionais, que se chamava *boa feição*: «Não é como algum dia, quando *receavam todos vir a Coimbra só com medo das investidas*; porque o mais barato que se lhe fazia era pôr-lhe uma albarda ou meter-lhe palha na boca, dar-lhe uma dúzia de açoites e levai-os com cabrestos ao chafariz..., não diziam palavra sem serem perguntados nem saíam fora de casa sem veterano.» E nas regras da *boa feição*, parece que não queriam campar por *valentes*; era praxe: «dar coices, comer muito doce, *dizer pulhas*, dar ópios, testilhas por nenhum caso.» Assim se codificou na *Macarrónea*. Entre os livros que deve ler, deixando os compêndios com a nota de livros proibidos. «Não lhe escape *Gil Brás*, *o Diabo coxo*, *o Bacharel de Salamanca*, *D. Quixote* e *Gusmão de Alfarrache*, e tudo o mais que faz o entretenimento dos sábios». Era no gosto das Novelas picarescas do século XVII, que António José da Silva recebia a graçola plebeia com que ele faz empolgante pela gargalhada a baixa Comédia portuguesa. Ribeiro Sanches deixou-nos uma descrição do tipo estudantesco deste período em que ainda eram vivas as tradições do *Rancho da Carqueja* na sua criminosa turbulência: «Cada estudante era o senhor de alugar casa onde achava mais da sua conveniência, – conheci muitos que se levantavam somente da cama para jantar, estando de boa saúde, outros passando o dia e noite a tocar instrumentos musicais, a jogar as cartas e fazer versos. *Quase todos matriculados em Cânones*, nunca estudaram

nos primeiros quatro anos; o primeiro estudo era a Apostila pela qual haviam defender Conclusões no quinto ano. Não havia noite de inverno sem *Oiteiros* diante dos Colégios de S. Pedro e de s. Paulo; rondavam armados de noite, como se a Universidade estivesse sitiada pelo inimigo...» Verney, no *Verdadeiro método de estudar*, resume o estado da Faculdade de Cânones: «O primeiro ano passa-se com as *instituições* de Justiniano, se é que se abrem. Depois devem frequentar algum tempo as Leis civis. Daqui passam para as Escolas de Cânones e estudam uma ou duas Postilas triviais. *De Clerico venatore* ou *De Voto*, etc., e no quinto ano fazem Conclusões nelas. Depois bacharel, formatura pelo mesmo método dos actos de Leis, e pode formar-se em Direito Civil ou Canónico, segundo lhe parecer. Feito isto parte dali para o seu país mui consolado e com determinação de ser advogado ou concorrer aos lugares de Juiz.» Também D. Francisco de Lemos, o braço direito de Pombal na reforma da Universidade, descreve esta atonia mental: «Todo o exercício literário se reduzia aos Actos, *para os quais não era necessário ter estudado*, mas sim que corresse os anos do curso e chegar-se à medida de tempo nele marcada; porque os Pontos e Argumentos eram sabidos e muito vulgares, e além disso o estudante na mesma ocasião dos actos era instruído na matéria deles por um Doutor, o que acabava de consumir a obra de negligência inspirando-lhe em casa e na mesma sala dos Actos o que ele havia de responder e dizer.» É presumível que praticando António José da Silva no escritório de seu pai tivesse conhecimento normal dos Cânones. Contaminado pela vida de estúrdia escolaresca, na sua vida em Lisboa frequentava com assiduidade o *Pátio da Comédia*, de que era vizinho, para admirar as numerosas *Comédias famosas* representadas pela excelente Companhia castelhana de António Rodriguez, que explorava o teatro pagando dois quintos da receita ao Hospital de Todos-os-Santos. Esses espectáculos acordaram-lhe a vocação. Como se lançou o *Doutor Judeu* nesta sua actividade literária e artística?

Neste ano de 1733 ainda a Companhia de António Rodriguez representou a tragédia de D. Inês de Castro, *Reynar despues de morir*, por Velez de Guevara, da qual fala Manuel de Figueiredo, com a emoção que lhe acordou a paixão pelo teatro. Tinha então oito anos de idade: «Tais foram os berreiros em que entrei, quando de uma forçura do teatro – me pareceu que via morta na cena da morte de D. Inês de Castro, uma gentil rapariga que a figurava, que meu pobre pai foi obrigado a pôr-me na rua aos bofetões; e era de ver como se enfadou em casa com minha mãe... pois ela o obrigou a conduzir ali o pequeno, pois ele não era desses, levado das perseguições que eu lhe havia feito.»⁸ Neste ano de 1733 aparece em cena no *Pátio da Comédia*, no Bairro Alto, a *Vida do Grande D. Quixote de la Mancha* por António José da Silva, que até 1737 dominou a atenção e o entusiasmo de Lisboa. Esta perícia e vocação reveladas quando o Hospital de Todos-os-Santos, tendo despedido a Companhia de Rodriguez, se viu ludibriado pela Companhia de Garcês, fez-se sentir extraordinariamente, porque essas Comédias portuguesas salvaram as receitas do Hospital. Com certeza António José da Silva teria feito os seus primeiros tentames por essas representações familiares, que estavam muito em voga. Acha-se nos versos de *Pinto renascido* esta referência: «*A uma Comedia dramática intitulada – Oponerse a las Estrelas – que se representou em casa de João Correia Manuel, toda de moças graciosas e bonitas.*» (*Op. cit.*, p. 92). E na dedicatória de um Romance: «*Fazendo anos a Ex.^{ma} Sr.^a Marquesa de Marialva, uma Comédia em sua casa e Danças com bizarro estrondo.*» (*Ib.*, p. 312). No prólogo das *Óperas portuguesas*, queixa-se António José da Silva de escrever para actores sem cultura e sob o impulso alheio, que era a preocupação caritativa do Hospital de Todos-os-Santos «a

⁸ *Teatro* de Manuel de Figueiredo, t. VI, p. 147. O dramaturgo coloca esta anedota no Teatro da Rua das Arcas, por equívoco, porque em 1698 tinha ardido, sucedendo-lhe o *Pátio da Comédia*, onde representava António Rodriguez.

dificuldade da cômica em um teatro *donde as representações se animam do impulso alheio*; donde os afectos e acidentes estão sepultados na sombra do inanimado escurecendo estes muitas partes da perfeição que nos teatros se requiere, por cuja causa se faz *incomparável o trabalho de compor para semelhantes Interlocutores*, que, como nenhum seja senhor de suas acções, não as podem executar com a perfeição que devia ser; por este motivo surpreendido muitas vezes o discurso de quem compõe estas Obras, *deixa de escrever muitos lances, por se não poderem executar.*» Em Outubro de 1733 apareceu em cena *A Vida do grande D. Quixote de la Mancha*, em que os mágicos levam o herói da Triste Figura a ver o pagem Sancho Pança sob a imagem de Dulcineia; com muitas mutações cénicas que encantaram o público e o Hospital ganhou. Nesta corrente compôs e fez representar em Abril de 1734 a *Esopaida* ou *Vida de Esopo*; no meio da chalaça exibiam-se as mutações e tramóias dos maquinismos de Simão Caetano Nunes e de outros cenógrafos que abrilhantavam os espectáculos. António José da Silva já dominava o público, consagrando-o com a antonomásia de *Doutor Judeu*. Em Maio de 1735 compõe e representa-se a comédia mágica dos *Encantos de Medeia*, uma espécie de cosmorama grandioso. Os novos espectáculos tornaram-se prestigiosos e o poeta achava-se com bons recursos económicos; é então que se consorcia com sua prima Leonor de Carvalho, que contava agora os seus vinte e dois anos. O talento e o amor, suscitaram o ódio teológico e o ciúme da rivalidade, que começaram a colaborar no processo em aberto de 1726, arquivado da Inquisição.

Em Maio de 1736 representa-se o *Anfitrião* ou *Júpiter e Alcmena*, tema já tratado por Camões, em que se podia ver uma alusão aos amores de D. João III, quando príncipe com a mulher de D. António de Ataíde, e agora de D. João V e os seus devaneios com a *Flor da Murta*. É certo que António José da Silva já sentia minarem-lhe o chão debaixo dos pés, pelas calúnias propaladas por um tal Duarte Rebelo por via de uma alcaiole Maria Valença. As denúncias à Inquisição realizavam as mais terríveis vinganças. É nesta comédia de *Anfitrião*, que o poeta solta este íntimo protesto:

Sorte tirana, estrela rigorosa,
Que maligna influís com luz opaca;
Rigor tão fero contra um inocente!
Que delito fiz eu, para que sintas
O peso desta aspérrima cadeia,
Nos horrores de um cárcere penoso,
Em cuja triste, lóbrega morada
Habita a escuridão e o susto mora,
Mas, se acaso tirana estrela, ímpia
É culpa o não ter culpa, eu culpa tenho;
Mas se a culpa que tenho não é culpa,
Para que me usurpais com impiedade
O credito, a esposa e a liberdade?

António José da Silva perdera em Janeiro de 1736 seu pai, o Dr. João Mendes da Silva; faltava essa força moral; mas, ainda neste ano, nasceu-lhe uma filha, a que pôs o nome de Lourença, da avó já duas vezes arrastada aos antros do Santo Ofício! E que destino seria o dessa criança? Todas as recordações transpiram desses versos.

Na corte dera-se um luto compungente; falecera prematuramente a gentilíssima infanta D. Francisca; as composições poéticas eram as flores imarcessíveis que podiam com mais sentimento esfolharem-se sobre o seu féretro. Ao lastimoso caso apareceu a colecção dos *Acentos saudosos das Musas portuguesas*. 1ª Parte. Lisboa, 1736. In-4.º.

Aí vem assinada por António José da Silva uma *Glosa ao Soneto de Camões – Alma minha gentil, que te partiste – na qual exprime Portugal seu sentimento na morte da sua belíssima Infanta e Senhora D. Francisca*.

Tocada esta homenagem o rei D. João V, tão ostentoso, defendendo o desgraçado poeta dos chacais tonsurados que farejavam o seu sangue? Terminado o luto oficial da corte, ainda em Novembro de 1736, representou-se no Pátio da Comédia *O Labirinto de Creta*. Como podia o poeta calcar tantas angústias, para divertir o público entusiasta? O Hospital de Todos-os-Santos não podia perder a sua exploração teatral, e as necessidades da família obrigavam ao trabalho insano. Para satisfazer a urgência da Administração hospitalar, teve de compor para os efeitos das tramóias *As Variedades de Proteu*, salgando o prazer das mutações com as pilhérias que fazem rebentar de riso. Assim compõe a sua comédia típica das *Guerras do Alecrim e Manjerona*, dos conflitos dos *ranchos* de peraltas que veraneavam em Sintra. Essa Comédia que foi o encanto do Carnaval de 1737, manteve-se na cena e ainda se exhibe hoje para estudo como modelar no seu género. Estas duas peças imprimia-as neste mesmo ano de 1737 sem nome de autor, na oficina de António Isidoro da Fonseca. No prólogo ao Leitor desapaixonado revela a intenção de compilar as outras suas obras, e acompanha o volume com duas Décimas em *acróstico*, em que deixou autenticado o seu nome.

A migo Leitor, prudente
N ão critico rigoroso,
T e desejo, mas piedoso
O s meus defeitos consente,
N ome não busco excelente
I nsigne entre os escritores,
O s aplausos inferiores
J ulgo a meu plectro bastantes;
O s encómios relevantes
S ão para engenhos maiores.
E sta cómica harmonia
P assatempo é douto e grave,
H onesta, alegre e suave,
D ivertida a melodia.
A polo, que ilustra o dia
S oberano me reparte
I deias, facúndia e arte,
L eitor, para divertir-te,
V ontade para servir-te,
A fecto para agradar-te.

Quando Simão Tadeu Ferreira coligiu nos volumes do *Teatro cómico* estas Comédias, em 1742, não desvendou o autor anónimo, por não ter conhecido o acróstico que foi revelado passado um século pelo bibliógrafo Inocêncio.

Andava António José da Silva trabalhando nos ensaios da comédia *Precipícios de Faetonte*⁹, quando foi subitamente preso em 5 de Outubro de 1737, à ordem do Santo Ofício pelo Monteiro-mor Inquisidor Tomás da Fonseca Sotomaior¹⁰; sua mulher, com

⁹ Representou-se em Janeiro de 1738.

¹⁰ O Cavaleiro de Oliveira descreve em uma nota do *Discurso Patético* (p. 31) como os Fidalgos e os Burgueses ricos formavam esta classe dos *Familiars* do Santo Ofício, prontos à primeira voz a irem

uma filhinha de meses, foi presa no mesmo dia pelo familiar do Santo Ofício o Conde de Atouguia; sua mãe Lourença Coutinho, na viuvez de pouco mais de um ano, foi pela terceira vez presa no dia 12 desse Outubro. Qual o motivo deste atentado? Secretas instigações levaram uma preta escrava, que Lourença Coutinho trouxera do Brasil, chamada Leonor Soares, a ir fazer denúncia daquela família à Inquisição. Que percebia a boçal escrava de práticas culturais de ritos católicos ou judaicos? E para evitar que se reconhecesse o embuste de tal denúncia, deram cabo da preta no terror do cárcere em 11 de Maio de 1738. O cárcere inquisitorial era uma permanente e prolongada tortura; era um cubículo não tendo mais do que três a quatro metros, lajeado e recebendo a luz de uma fresta alta, suficiente para não morrer asfíxiado; dormia-se sobre palha, e em um caneco de pau se conservavam os dejectos durante oito dias, em que se fazia a limpeza, e em que se varriam os bichos desenvolvidos na imundície. A demora e lentidão dos processos levava ao desespero e às febres pútridas muitas vezes antes do suplício de ser queimado vivo para glória de Deus. Nesses cubículos cabiam apenas duas pessoas sendo uma delas escolhida para exercer espionagem secreta, no meio das angústias e lamentos do companheiro. António José da Silva teve em Abril de 1738 um companheiro chamado José Luís de Azevedo; era um suposto preso, que prestou informações do que vira e ouvira, no julgamento; em 10 de Setembro foi substituído por um soldado de cavalaria dos Dragões de Beja, chamado Bento Pereira. Este serviu por tal modo os intentos da Inquisição, que foi posto em liberdade no mesmo Auto-de-Fé, em que António José da Silva era levado à fogueira. E não bastando ainda este esmagamento, Leonor Maria de Carvalho, que entrara para o cárcere grávida de meses, aí abortou pelo terror do seu nascituro filho. Uma testemunha depunha no tribunal que António José da Silva não queria comer; outra, que apesar disso estava bem disposto, embora macilento; os *familiares*, que o espreitavam no cárcere, declaravam que ele pegara em umas Horas e não lera, nem se benzera depois de comer; outra, que estivera de joelhos virado para a porta do cárcere; e o tal soldado Bento Pereira, seu companheiro até Fevereiro de 1739, levou a malvadez a acusá-lo que o incitava a não rezar pelas contas e que não comia carne. Leonor de Carvalho, desde 5 de Outubro de 1737 a Fevereiro de 1738, gemeu na escuridade de uma enxovia, sem saber porque estava ali; e como negou tudo de quanto a acusavam, foi posta a *tormento corrido* em 10 de Outubro de 1739. Em 28 de Setembro deste mesmo ano, Lourença Coutinho também foi submetida à tortura.

Sempre ignorado o dia em que os presos eram sentenciados, lia-se-lhes a sentença na festa solene do Auto-de-Fé, quando saíam processionalmente para a morte aviltante e canibalesca. Assim nesta pávida surpresa se achou António José da Silva, enfeitado com uma mitra de papel chamada *carocha* e *sambenito*, uma opa amarela pintada com chamas e diabos, a ouvir ler a sentença de morte, que o satânico Tribunal, não lhe competindo fazer efusão de sangue, encarregava a Justiça civil de efectuar a ominosa execução. A esta degradação afrontosa do poder civil, chamava-se no formulário inquisitorial – *relaxar ao braço secular*. No Auto-de-Fé celebrado solenemente na Igreja de S. Domingos em 18 de Outubro de 1739, ouviu António José da Silva ler a sentença que o *relaxava ao braço secular*, e as sentenças que condenavam sua mulher e sua mãe a cárcere a *arbitrio da autoridade eclesiástica*. Neste transe, em que o sentimento humano estava abaixo do estado moral do homem das cavernas, veio um padre jesuíta Francisco Lopes fazer o ludíbrio de confortar o padecente com o palavreado

prender qualquer indivíduo por ordem do execrando Tribunal, quer fosse amigo, irmão ou mesmo o pai. O título de *Familiar* tornara-se honorífico, porque era uma afirmação da pureza de sangue, de raça sem mestiçagem. O fanatismo, que era o estado agudo desta pandemia religiosa, tornou-se um característico da alta nobreza, que se deixara rebaixar à insânia de fornecer os *esbirros* de um tribunal de sicários.

teológico, missão pela qual eram chamados os *Padres Tristes*. Acabado o Sermão do Auto-de-Fé, saiu a procissão da Igreja de S. Domingos; os *familiares* nobres acompanhavam os penitenciados a *cárcere a arbítrio*, e os *familiares* burgueses acompanhavam os que eram *relaxados ao braço secular*. Na fila destes que iam ser queimados vivos era o nº7 António José da Silva. Publicou-se uma *Lista das Pessoas que saíram condenadas no Auto-de-Fé, que se celebrou na igreja do Convento de São Domingos de Lisboa, no domingo, 18 de Outubro de 1739, sendo Inquisidor-Geral Nuno da Cunha*. Era como o bando de uma tourada, mas em que o ser humano era chacinado. Lia-se na lista das:

«*Pessoas relaxadas em carne*:

«Nº7. Idade 34 anos, António José da Silva, *x. n.* (quer dizer *cristão-novo*), advogado, natural da cidade do Rio de Janeiro, e morador na cidade de Lisboa Ocidental, reconciliado por culpas de judaísmo no Auto de Fé que se celebrou na igreja do Convento de S. Domingos desta mesma cidade em 13 de Outubro de 1726. Convicto, negativo e relapso.»

Desde 1713 deixaram de se fazer as fogueiras dos Autos-de-Fé no Rossio, passando para o Campo da Força ou Terreiro da Lá (hoje Terreiro do Trigo); aí estavam sete postes com pedestais de lenha, e a eles eram amarrados os desgraçados entregues ao braço secular, em seguida simultaneamente asfixiados e devorados pelas chamas, que lentamente se ateavam, de sorte, que era um favor especial o degolar-se a vítima previamente antes de ser pasto das chamas. António José da Silva teve este favor inquisitorial; o espectáculo horripilante acabava entre vaias dos fanáticos quando as cinzas dos executados eram espalhadas ao vento ou atiradas ao Tejo ¹¹. Segundo a praxe, no dia seguinte à execução, foi exposto o retrato de António José da Silva (a cabeça sobre brasas) na igreja dos dominicanos, tendo inscrito o seu nome e por baixo: *Convicto, negativo e relapso*. Pelo processo sabe-se que era de estatura mediana, magro e alvo, com cabelo castanho escuro. A mãe, então de 61 anos, morreu poucos meses depois.

O abade de Sever, publicando em 1749 o tomo IV da *Biblioteca Lusitana*, teve de incluir o nome de António José da Silva como comediógrafo, não aludindo à sua execranda morte na fogueira inquisitorial. O bispo do Grão-Pará, Frei João de S. José Queirós, nas suas *Memórias*, elogiando o teatro de Goldoni, ousa justificar a morte de António José da Silva: «Se o *judeu* António José da Silva soubesse as regras do teatro e aproveitasse seu grande engenho, seria um dos primeiros homens; mas a sua ignorância e falta de probidade fizeram que, atentando somente em fazer rir, perdeu de vista o aproveitar. Não atingiu o alto ponto de misturar o útil com o doce, antes caiu tanto que enxafurdou na imundície, e *deveriam ser queimadas suas Operas, imitadoras da fortuna do seu autor, que expirou tragicamente no fogo em Lisboa, por desertar da lei de Cristo*.» (*Mem.*, p. 120). E com este nariz de cera, legitima o crime de lesa-humanidade. Para refutar o seu critério sobre a imperícia do renovador da tradição

¹¹ Quando em 1871 traçámos a biografia de António José da Silva, fundada sobre o processo da Inquisição, que se guarda na Torre do Tombo, escrevemos sob angustiada emoção moral estas palavras: «Bastava esta violação da natureza e da verdade, para que a justiça eterna envolvesse a nova Babilónia no grande cataclismo de 1755.» (*His. do Teatro Português*, t. III, p. 186). Passados trinta anos, em 1901, referindo-se ao terramoto de 13 de Abril de 1755, escrevia o Dr. Sousa Viterbo: «Que admira, porém, que o povo ignorante e fanatizado, sugestionado por interesses ruins e paixões inconfessáveis, procurasse uma vítima expiatória, se um dos mais fecundos e notáveis escritores da actualidade considerou o terremoto de 1755 como pena merecida por se haver queimado, anos antes, nas fogueiras inquisitoriais, o poeta António José da Silva, cognominado o *Judeu*, o mais genuíno sucessor de Gil Vicente.

«Hoje, a não ser uma inteligência completamente rude, ninguém seria capaz de atribuir a causas sobrenaturais os fenómenos que estamos observando.» (*Diário de Notícias*, 29-IV-901).

cômica de Gil Vicente, copiámos as palavras do Arcebispo de Évora (Frei Fortunato de São Boaventura) nos *Subsídios para se escrever a História literária de Portugal*: «O teatro do judeu António José da Silva não é uma obra prima nesse género; mas é todavia farta de belezas que fazem lembrar Aristófanés, Terêncio e Molière...» (*op. cit.*, p. 192). Respirava-se já na atmosfera do século XIX.

Que mais se podia pedir a quem a morte arrebatou aos trinta e quatro anos, e nos breves intervalos de liberdade, viveu em uma sociedade privada de opinião pública, para a qual a ordem era a estabilidade do constituído, mantida pelas forças do rei e pelas fogueiras do Santo Ofício! O teatro, só podia ser um espectáculo de deslumbramento ou a facécia equivocada da farsa e a surpresa das tramóias ou mutações de cenário, por actores cuja actividade artística era mister infamante. António José da Silva fez a fusão heteróclita da *baixa Comédia* e da *Ópera*, que o povo aceitou com o título de *Operas do Judeu*; a elas aludira Garção:

As portuguesas *Óperas* impressas
De *Encanto de Medeia*, *Precipícios*
De *Faetonte*, *Alecrim* e *Manjerona*,
Em outras nunca achei galanteria.

Eram estas as principais Comédias do *brasileiro* António José da Silva, em que retrata os tipos populares, empregando em situações grotescas ou *pícaras* os seus modismos peculiares da língua portuguesa melhor conservados na colónia longínqua, parodiando os costumes e matizando os lances cómicos com melodias tradicionais, as *Modinhas*, que ouvira com encanto na sua juvenildade. O prestígio das Árias das Óperas italianas, e o *imbróglio* das Comédias de Goldoni, impeliram-no a essas paródias da Comédia popular com a figuração mitológica, temperando as situações burlescas com a graciosidade de trechos líricos, adaptados às melodias nativas das *Modinhas*, que se vulgarizaram em Lisboa, e da Corte se generalizaram a todo o país. Quando Beckford estacionou em Portugal, estava a *Modinha* na maior influência, e o atilado lorde assim a define: «Quem nunca ouviu este original género de música, desconhecerá para sempre as fascinantes melodias que têm subsistido desde o tempo dos sibaritas. Consistem em lânguidos e interrompidos compassos (*robatus*, como lhes chamou Chopin), como se faltasse o fôlego por excesso de enlevo e a alma anelasse de unir-se a outra alma de algum objecto querido; com infantil desleixo insinuam-se no coração antes de haver tempo de o fortificar contra a sua voluptuosa influência; imaginai saborear o leite, e o veneno da sensualidade vai calando no íntimo da existência...» (Carta VIII). António José da Silva, mais conhecido pela graça portuguesa da tradição estudantesca, era um poeta lírico sinceramente apaixonado, e muitas das pequenas Odes ou Árias, que foram a letra das *Modinhas*, lembram as *Liras* de Gonzaga, do fim do século XVIII. Transcrevemos algumas dessas Árias, que se cantavam na intriga da Comédia; ária do *Labirinto de Creta*:

Se foges, tirana
De ouvir meus suspiros,
Suspende os retiros;
Porque de meus ecos
Não podes fugir.
Oh quanto te enganas
No mal com que abrasas,

Se amor, que tem azas
Te sabe seguir.

(*Teatro Cómico*, II, 13)

O navegante
Que combatido
De uma tormenta,
Logo experimenta
Quieto o vento,
Tranquilo o mar.
Como eu, nem tanto
Se alegre, vendo
Que vai crescendo
Minha ventura
E vai cessando
De meu gemido
O suspirar.

(*Ib.*, p. 75)

Numa alma inflamada,
Em amor abrasada,
Cruel Labirinto
Fábrica o Amor;
Porém quem espera
O bem de uma fera,
Acertos de um cego,
De um monstro favor?

(*Ib.*, p. 89)

Confusa e perdida
Sem alma e sem vida,
Alívio em meus males
Aonde acharei?
Se infiel tirania
De um cego me guia
Em tantos enleios,
Que acentos terei?

(*Ib.*, p. 104)

Fazia-se uma linda Antologia destas letrilhas, que se cantavam a duo e em minuete. Strafford, na *História da Música*, considerou este tipo do *Lied* português: «Possui o povo português um grande número de Árias lindíssimas e de uma grande antiguidade. Estas árias nacionais são os *Lunduns* e as *Modinhas*. Em nada se parecem

com as de outras nações; a modulação é absolutamente original. As melodias portuguesas são simples, nobres e muito expressivas. É para sentir que os compositores portugueses abandonem o estilo da sua música nacional para adoptarem a maneira italiana.» (*Op. cit.*, p. 265, trad. franc.). Assim como o Auto vicentino estacionou sem se desenvolver na *Comédia famosa*, e nem esta se transforma na Comédia de carácter, molieresca, também a *Modinha* ficou rudimentar, sem formar a *Suite* que conduziu à estrutura da Sonata. Esta atonia era a consequência da atrofia nacional. A Corte, despendendo a riqueza pública em construções faraónicas de conventos e palácios, abrilhantava a sua sumptuosidade com as Óperas italianas, ficando sem expressão e apagado o sentimento nacional.

O título vulgar de *Óperas* do Judeu, define a sua forma histórica: simples Comédias declamadas, tendo intercalados vários cantares melódicos de Árias então conhecidas. Tal a forma rudimentar da *Ópera Cómica*, a que em França no princípio do século XVIII se dava o nome de *Vaudeville*. Como Piron, Vadé e Favart, gozavam do fervor público neste género, também António José da Silva obteve a simpatia geral. Faltou-lhe quem musicalmente lhe desenvolvesse as *Modinhas*, sem as suas se substituírem por composições italianas. Ficaram as suas Óperas subsistindo apenas pela declamação dramática. Não aconteceu assim em França, porque as poesias de Vadé, Favart e Sedaine, inspiraram as belas Árias de Duni, Philider, Gretry e Monsigny, criadores da *Ópera Cómica*. Perdemos o momento evolutivo para a criação da Ópera portuguesa.

b) *A Ópera na Corte – Teatro da Rua dos Condes*. –Depois de 1682, em que pela primeira vez se ouviu em Lisboa música italiana dramática, segundo descreve Arcourt Padilha nas suas *Memórias*, ficou interrompido esse novo gosto artístico, já dominante nas Cortes de Viena e Paris. Padilha revela que a Ópera italiana provocara bastante escárnio. É fácil explicar o fenómeno; os Jesuítas exibiam nas suas festas solenes representações declamadas e cantadas, em latim, com aparatosos cenários, mutações, tramóias e valentes coros, as suas Tragicomédias. A Ópera italiana vinha amesquinhar este espectáculo, já consagrado desde o século XVI; para sustar a nova corrente, reimprimiram em Lisboa, em 1690, o célebre livro do jesuíta P.^c Inácio de Camargo, *Discurso theologico sobre los Teatros y las Comedias deste siglo*. Aí se dá largas ao protesto contra a música dramática: «a doce harmonia dos instrumentos, a destreza e suavidade das vozes, a conceituada agudeza das letras, a variedade e doçura dos *Tonos*, o ar e sabor dos estribilhos, a graça dos quebros, a suspensão dos redobles e contrapontos, fazem tão suave e deliciosa harmonia, que tem os ouvidos suspensos e como fascinados. A qualquer letrilha ou Tona que cantem no teatro, lhe dão tal graça e um sal, que Hidalgo, aquele celeberrimo músico da Capela Real, confessava com admiração, que nunca ele pudera compor coisa de tanto primor; e dizia ele com graça, que sem dúvida o Diabo era nos Pátios mestre de Capela. Todos os *Tonos*, que se cantam nas Comédias, sem que nisto haja apenas qualquer variedade, são de matérias amorosas, ternuras e friezas loucas, expressões de afectos e de cuidados, queixas de amantes, pinturas de damas, louvor de formosuras –, tiranias de amor, milagres de beleza, vigores de mocidade, divinos impossíveis, laços de cabelo, neve de mãos, flechas dos olhos, corais dos lábios, Etna dos peitos, prisão das vontades, fogo dos corações. Não é isto?... Especialmente ouvindo soar entre aquelas vozes amorosas, os acentos doces e suaves das mulheres, cuja enganosa voz encanta e perverte as almas, como bem pondera Hugo de San Victor, assim como a sua mentirosa formosura inflama a carne em torpes concupiscências.» (*Op. cit.*, p. 82 a 85. Ed. Lisboa, 1690). Contra a admissão da Ópera italiana, era preciso vencer o costume e predilecção pelos

Vilancicos, cantados nas festas religiosas sobre letras de apaixonado lirismo; existem várias colecções impressas dos *Vilancicos*, cantados na Capela Real de Vila Viçosa, de 1669 a 1706 e de 1690 a 1715. D. João V tinha uma paixão exclusiva pela música religiosa, merecendo-lhe a maior simpatia o Cantochão, para o qual fundou uma escola em S. José de Ribamar, dirigida por um frade veneziano. Os seus principais cuidados foram para o engrandecimento da sua Capela Real e a transformação sumptuosa da Patriarcal em competência com a capela pontifícia. Como se tornou o reinado de D. João V o mais faustoso protector da Ópera italiana? Casou com a princesa Maria Ana de Áustria em 21 de Outubro de 1708; tinha ela vinte e cinco anos, e fora criada na corte de Leopoldo I, em que predominava em absoluto a ópera italiana. O prestígio dos cantores italianos era tal, que repeliam a cooperação com cantores alemães. Só no reinado de Leopoldo I se cantaram quatrocentas Óperas italianas, como refere Óscar Teube, historiando o Teatro de Viena. Este prestígio prevaleceu sob José II. Não admira portanto o influxo da jovem rainha Maria Ana de Áustria, continuado pelo atavismo dos Braganças. Para Mestre da Capela Real veio o mais célebre clavecinista europeu Domenico Scarlatti, que foi o educador da talentosa princesa D. Maria Bárbara, futura rainha de Espanha. Pelos libretes das primeiras Óperas representadas na corte, vê-se como D. Maria Ana de Áustria foi dando entrada nas festas da corte à Ópera italiana; apontaremos alguns desses documentos:

Fabula de Alfeo y Aretusa. Fiesta harmoniosa con toda la variedad de instrumentos, con que la Reyna, nuestra Señora D. Maria Anna de Austria, celebró el real nombre Del Rey, nuestro Señor D. Juan V, a 24 de Junio deste año de 1712.

El poder de la Harmonia. Fiesta de Zarzuela que à los felices años Del Rey nuestro Señor D. Juan V, se representó en seu real palacio el 22 de Outubro de 1713.

A vinda de cantores italianos para a Capela da Patriarcal, tornou mais frequente esta forma dos espectáculos da corte de D. João V. Em 1720 representa-se no dia 24 de Junho a *Cantata Pastorale*, serenata em duas partes. Em 27 de Dezembro de 1723 a serenata *Le Neinfe del Tago*; em 31 de Março de 1726, *Drama Pastorale* pelo nascimento da infanta de Espanha, D. Mariana Vitória, futura rainha de Portugal; em 22 de Outubro de 1728, aos anos de D. João V, a Serenata a seis vozes *Gli Sogni amorosi*.

Seguia-se o costume da corte de Viena de Áustria: «Todos os anos nos dias de carnaval se representava um *Componimento dramatico*, *Drama comico* ou Fiestas theatrales; nos dias de solenidades, tais como aniversários, consórcios, etc., executava-se uma *Serenata* ou *Cantata* alusiva; enfim, a propria *Oratoria*, invenção dos Padres Congregados de S. Filipe Néri, constituía propriamente uma variante religiosa das Festas profanas.» (E. Vieira, *Mus. port.*, t. I, 14). Cirilo Volckmar Machado, na Colecção de *Memórias*, escreve: «Os Padres do Oratório também tinham um Teatro, em que os seus estudantes representavam pelo Carnaval, cujo architecto decorador era Inácio de Oliveira...» (*Op. cit.*, p. 197). Estas representações carnavalescas eram do próprio Instituto Oratoriano, como escreve Nacci Aretino, na *Vita* de S. Filipe Néri: «Nel tempo del carnevale per levare loro l'occasione di andar ai corso, à alla comedie lascive era solito farfare delle rappresentazione.» (p. 130). E assim se criou esta bela forma de Ópera sacra.

Uma das causas mais directas do desenvolvimento musical, sobretudo da Ópera italiana, foi resultante do casamento da Infanta D. Maria Bárbara de Bragança (1711-1758) com o príncipe das Astúrias (depois Fernando IV) em 19 de Janeiro de 1729 e do príncipe D. José com a infanta D. Mariana Vitória de Bourbon. Nas festas em Évora representaram os Jesuítas uma extensa Tragicomédia intitulada *Lusitaniae Augustam*

Victoria coronatum, que levou dois dias ¹².

A infanta D. Maria Bárbara de Bragança, foi discípula genial de Domenico Scarlatti; levou para a corte espanhola a sua paixão pela música; era de uma técnica assombrosa como clavecinista; revelou-se também como compositora exímia. Domenico Scarlatti, que deixara Portugal pela ocasião do casamento da Infanta, partiu para a Itália a pretexto de visitar seu velho pai; mas em breve foi chamado para a corte de Madrid. Ainda Princesa das Astúrias, D. Maria Bárbara de Bragança compôs uma *Salve-Rainha*, extremamente admirada pela pureza e graça daquela saudação religiosa. O Mestre principal da Capela Real D. José de Torres, mandou uma cópia ao Mestre da Capela de Évora Pedro Vaz Rego; este escreveu um romance assonantado em louvor da *Salve-Rainha*, em que fez sentir os antecedentes atávicos do génio musical da princesa:

Esta musica no es de lo terreno...
Para esta provinieron sus influxos
Las *Leonoras*, los *Joanes*, los *Leopoldos*
y la sabia *Maria Ana*, augusta madre,
que ilustraran los numeros sonoros.
De *Austria* y de *Portugal* la soberana
agradecida aí Supremo Sólío,
procurando ei mayor divino culto
aumentan las peñas de sus tronos.
Assi nuestra doctísima Princeza
seguendo ei preclarissimo en notorio
exemplo de sus padres, tios y *abuelos*
gloriosamente imita, excede a todos.
La continua tarea en que lidiando
anda siempre su espirito estudioso.

.....
toma por diversion todo el trabajo
y en lo que lida encuentra el desabuego.
Por esto al expressar sus divisiones
sob esto formar obra de su trono,
que el de la Imperatriz de cielo y tierra
riende en primicias de sus sabios ocios.
Salvé pués, sorenísima Princeza...
Simulacro de gracias especiales,
de virtudes riquissimo tesoro.
Salve y mil vezes salve, o prodigiosa
esperança de España, que en sus votos,
anhelante suspira en flor tan bella...
sus principes, belissimos pimpollos.

O Mestre da Capela de Madrid José de Torres, respondendo em um romance encomiástico ao de Évora, alude à técnica assombrosa de D. Maria Bárbara:

Tan nunca vista singular destreza
tiene en herir las teclas, que al tocarlas

¹² Fr. José da Natividade publicou um grosso volume *Fasto de Himeneu* ou *História Panegírica dos Desposórios de D. José I e de D. Mariana Vitória de Bourbon*. Lisboa, 1753. (Págs. 301, 303 e 328).

a los dedos los ruegom que las pise
por besar su real mano quando passe.

Joaquim de Vasconcelos, que encontrou estas poesias em folha avulsa na Biblioteca da Ajuda, fixa-lhe a data em 1731, mostrando a importância mútua das escolas peninsulares da Música.¹³

A acção da rainha D. Mariana Vitória de Bourbon, desde o seu casamento com D. José, ainda príncipe herdeiro, sobre o esplendor da música na corte portuguesa, foi verdadeiramente extraordinária. Transcrevemos aqui o retrato feito pelo magistrado Gramoza, nos *Sucessos de Portugal* da individualidade artística de D. Mariana Vitória: «Na Música, que soube fundamentalmente, excedia a todas as princesas do seu tempo, e chegou a possuir a mais sublime *Orquestra*, que nenhum príncipe da Europa teve, nem será fácil juntar outra semelhante pelo concurso dos músicos raros, tanto em vozes como em instrumentos, que então floresciam, e os mandava vir de toda a parte, principalmente de Itália, dando-se-lhes avultados ordenados, como foram Gicieli (Gizzielo) *Cafareli*, Raff, Baptistini, Leonardi e outros muitos, que representaram no real Teatro que o Senhor Rei D. José edificou, o qual, pela sua grandeza verdadeiramente real, foi uma das maravilhas mais assombrosas daquele tempo, como foi constante em toda a Europa. E porque, além das representações teatrais, a mesma senhora em repetidas vezes os mandava cantar na sua Câmara, alcançou com este exercício de tanto gosto e apreço, as maiores luzes e as mais delicadas passagens da música, que executava na sua mesma Câmara, não só cantando como igualmente tocando no Cravo as Tocatas mais dificultosas e de melhor gosto, que eram as de *Scarlatti* (Domenico) mestre de música da senhora D. Maria Bárbara, rainha de Espanha, o maior homem neste género, que então se conhecia.» (*Mem. hist.*, t. II, p. 48). Em uma carta de Alexandre de Gusmão ao Arcebispo de Oliveira, de 5 de Outubro de 1744, vê-se a importância de Domenico Scarlatti na corte portuguesa: «Da vinda de *Scarlatti* (da corte de Madrid) não tenho por ora esperança, porque o intento que o cá trazia, que era pedir a El-Rei que o ajudasse para meter seus filhos em um seminário, S. Maj. lhe fez serviço mandando-lhes assistir com o necessário para este fim em Madrid mesmo.» (5 de Outubro de 1744). «Como v. m. me pede, lhe certifico o que houver sobre a vinda de *Scarlatti* e lhe digo que por ora está desvanecida essa ideia, porque de lá alcançou o que cá vinha buscar, que era assistência de S. Maj. para pôr seus filhos em um Colégio.» (31 de Maio de 1745). (*Rev. Literária*, t. X, p. 374. Porto, 1843).

Nas festas do paço real já se iniciavam as composições portuguesas segundo o gosto italiano; o nome que primeiro brilha é o de Francisco António de Almeida, que compôs para o Carnaval de 1733 o drama cómico *La pazienza di Socrates*, que se cantou na corte; no ano de 1735, para uma igual festa, compôs *La finta Pazza*, drama por música; e para o Carnaval de 1739, compôs e fez cantar-se *La Spinela o vero il Vecchio Matti*, em três actos. Já o moderno estilo aparece iniciado por Francisco António de Almeida, «a melodia moderna, e onde já não se encontra sombra sequer do contraponto flamengo. É muito notável este facto, porque poucos anos antes o estilo polifónico servia de base ao trabalho dos nossos compositores, entre os *Vilancicos* de Marques Lésbio, que trabalhou até 1709» (E. Vieira, *op. cit.*, t. I, p. 15). Para facilitar o desenvolvimento dos espectáculos melodramáticos, D. João V revogou o privilégio do Hospital de Todos-os-Santos para a exploração das representações teatrais.

O violinista do paço, Alexandre Paghetti, que tinha quatro filhas lindas e boas

¹³ *El-Rei D. João IV*, p. 138 a 166.

cantoras, obteve em 1733 o privilégio de dar espectáculos públicos de óperas italianas; para isso formou um teatro ou *Academia de Música*, junto ao convento da Trindade, defronte da praça. Desta célebre companhia lírica fala Volkmar Machado: «Vieram as *Paquetas*, famosas cantarinas, que representaram *Alexandre na Índia*, para cuja peça pôs o Anibalinho, que fez o templo de Baco...» As *Paquetas* eram Ana, Helena, Adriana e Francisca Paghetti, filhas do empresário Alexandre Paghetti. Aí se representara em 1735 a ópera *Farnaces*. A fidalguia da corte entusiasmara-se, e o Paghetti despendeu trinta e cinco mil cruzados para cenários e tramóias, e tudo corria às mil maravilhas, quando pelo falecimento da jovem infanta D. Francisca, pelo luto da corte, teve de ser fechada a Ópera da Trindade. Foi então a mesma Companhia estabelecer-se no Teatro da Rua dos Condes, o *Teatro Novo*, patrocinada pelos fidalgos. Alexandre Paghetti, no princípio de 1738, passou os seus direitos a António Ferreira Carlos, continuando-se as representações nas *Hortas dos Condes*, em 1738. Em 1739 já se representava a ópera *Mélope*, no *Teatro Novo*, como então se chamava ao Teatro construído na Rua dos Condes; foi a récita *Dedicada à Nobreza de Portugal*. D. João V manda construir no palácio de Belém um teatro destinado à representação de Óperas, inaugurado em 4 de Novembro de 1739; e deu toda a grandeza ao teatro chamado da Casa da Índia, que se tornou célebre pela sua sumptuosidade com o nome de *Teatro da Ribeira* e Ópera do Tejo. Ali apareceram os maiores cantores, os grandes compositores, os extraordinários cenógrafos, como Servardoni. Esse prestígio da realeza tornou-se para o ministro Sebastião José de Carvalho um recurso para acobertar a acção ministerial com a majestade absoluta do Poder real, e convertendo os teatros populares em um recurso para distrair a opinião pública desinteressando-a do juízo dos acontecimentos políticos.

§ II

O Século excepcional – As ideias francesas

Se o facto mais capital do século XVI foi a dissidência ou manifestação do Protestantismo, dando consequentemente lugar à organização das forças reaccionárias com a fundação da Companhia de Jesus, que se apoderou da disciplina das inteligências, concentrando em si a direcção da instrução pública europeia; no mesmo espírito da corrente revolucionária, o facto mais decisivo do século XVIII foi a abolição da poderosa Companhia, iniciada nos países que mais incondicionalmente mantinham o regime católico-feudal, e tendo por efeito dessa abolição de prover ao estabelecimento de uma instrução pública com o carácter *secular e nacional*. Estes dois sucessos estão ultimamente ligados, e não se poderá explicar a profunda transformação pedagógica sem observar as condições sociais em que se realizou a queda dos Jesuítas. Saint Priest mostra, com toda a clareza, que não foram os filósofos do século XVIII com o seu negativismo crítico, nem os ministros com as suas ideias filosóficas, que levaram os reis a derrubarem os mais fortes esteios da sua conservação, achando-se depois isolados na grande crise revolucionária; escreve o autor da *Histoire de la Chute des Jesuites au XVIII Siècle*: «Os panegiristas da Companhia mostram-no-la sucumbindo a uma conspiração preparada com arte, conduzida muito de longe, tornada inevitável por maquinações complicadíssimas. A dar-se-lhes crédito, os reis, os ministros e os filósofos coligaram-se contra ela, ou, o que vem a ser o mesmo aos seus olhos, contra a religião.

«Este ponto de vista é inexacto: para derrubar a Companhia, não houve no princípio nem plano nem concerto. Indubitavelmente, muitos interesses diversos desde

longo tempo se reuniram contra os Jesuítas, que haviam provocado vivas inimizades; mas, o que os perdeu não foi nem a filosofia, nem a política. O sinal para a sua queda não partiu nem de Ferney, nem de Versailles. Apesar das reminiscências da bula *Unigenitus*, ninguém em França pensava na destruição da Companhia; os únicos que tinham interesse em proscrevê-la, os Jansenistas, contavam muitos inimigos para estarem por auxiliares.

«Quase afastados igualmente dos dois partidos, os Filósofos não desejavam a destruição desse instituto, porque muito menos queriam o triunfo do Parlamento de Paris e a ressurreição do Port Royal. Não existia em França, embora mais tarde se sustentasse o contrário, um partido previamente combinado contra os Jesuítas, nem houve conspiração ministerial; o Duque de Choiseul não lhes suscitou inimigos no meio-dia da Europa, não procurou testa-de-ferro para uma intriga de que ele não foi instigador. Não foi a França, nem os seus escritores, nem os seus homens de Estado que tiveram o erro, ou a honra de proscrever os Jesuítas. A própria Filosofia não pode ser acusada disso senão indirectamente. E, o que é mais ainda, este acontecimento efectuou-se fora da sua influência.» Coube essa fundamental iniciativa a Portugal, então a monarquia mais arreigada à subserviência católica, e na qual os Jesuítas tinham dominado durante dois séculos como senhores absolutos da política e da instrução pública. Singularmente extraordinário! Comte explica este facto pela inevitável dissolução do regime católico-feudal, em que os próprios depositários dos poderes retrógrados caíram no desconhecimento das condições necessárias ao seu conservantismo egoísta. Guizot caracteriza também o século XVIII como uma idade das mais aventurosas e arrojadas audácias, em que ao mais vivo espírito crítico no campo especulativo correspondia

a impetuosidade reformadora na acção ministerial. Efectivamente, o poder real ou monárquico, cinde-se no século XVIII em um novo *poder ministerial*, que governa como absoluto enquanto o rei se diverte e goza o prestígio sagrado da soberania. A iniciativa do Marquês de Pombal foi uma resultante desta corrente, nitidamente caracterizada por Saint Priest: «A tendência dos governos no século XVIII pode traduzir-se por esta fórmula: – o reformar pela arbitrariedade; todos os príncipes, todos os homens de Estado de um valor qualquer, procederam assim e marcharam para tal escopo; para isso empregaram mais ou menos hipocrisia na aplicação do seu sistema, e se eles recorreram para o poder absoluto, deram-se também ares de pedir perdão à filosofia. Pombal era pouco instruído e não entretinha relações com os Enciclopedistas. Na imensa correspondência de Voltaire não se encontra uma única carta dirigida ao Conde de Oeiras. Pombal adiantou a obra dos Enciclopedistas sem os consultar.

«Excedendo-os em actividade e franqueza, não renegou, nem os desculpou, nem mesmo intentou balbuciar a palavra liberdade e proclamou a civilização legítima filha do despotismo. Nele não há reticências nem aplicações, nem palinódia; e seu espírito tacanho mas pertinaz, não quis entrar em compromissos doutrinários. Levou até ao fim o seu arbítrio e tirou dele tudo quanto podia dar. Os destinos gerais da espécie humana não tocavam este céptico em acção; a sua inteligência não ia tão longe nem tão alto; somente as chagas, as misérias particulares de Portugal é que o feriam vivamente; abrangeu-as no seu conjunto com a vista e com a mão. Daqui, uma multidão de decretos lançados uns após outros, que não tardaram a tirar os Portugueses da sua letargia secular.» Este retrato está traçado com a mestria e verdade com que Saint Priest conhece a história social e política do século XVIII; atribuindo a Portugal e ao seu arbitrário Ministro a iniciativa de um dos factos mais capitais dessa época, põe em relevo uma tal anomalia: «Os homens que primeiro atacaram os Jesuítas não eram adeptos da Filosofia francesa; eram-lhes estranhas as suas máximas; causas inteiramente locais, inteiramente particulares, inteiramente pessoais, atingiram a Companhia no seu poder por tão longo

tempo incontestado; e, para cúmulo de assombro, este corpo tão vasto, cujos braços se estendiam, como muitas vezes se disse, até às regiões outrora inexploradas; esta colónia universal de Roma, tão temível para todos, às vezes mesmo na sua metrópole; finalmente, esta Companhia de Jesus, tão brilhante, tão polida na aparência, recebeu o seu primeiro golpe, não de alguma grande potência, não em um dos principais cenários da Europa, mas em uma das suas extremas, em uma das monarquias mais isoladas e mais enfraquecidas.

«– Foi de Portugal que partiu este golpe. Poderia ser dali esperado? Não, se se pensa no poder da corporação, que neste país dominava a monarquia e o povo, o trono e o altar. Sim, se se considera o quanto uma tal situação tinha de excessiva, e por consequência de pouco durável; se se recorda sobretudo às circunstâncias que, quer fortuitamente, quer por um nexo lógico posto que secreto, se ligou a introdução dos Jesuítas na corte de Lisboa. – O estabelecimento da Companhia coincide com a decadência da monarquia portuguesa. Para a desgraça de Portugal, os Jesuítas e a influência estrangeira entraram nesta nação ao mesmo tempo. A decadência não foi lenta e progressiva, mas rápida e instantânea. Contra o testemunho de todos os escritores não a atribuiremos aos Jesuítas; constatamos somente que foi para eles lamentável o assistirem-lhe como testemunhas activas. Com ou sem razão, a responsabilidade dos acontecimentos recai sobre aqueles que exercem o poder e, ninguém pode negá-lo, o poder pertenceu-lhes em Portugal, sem interrupção, nem lacuna, em todo esse período de duzentos anos (1540-1750)». Nos preâmbulos dos decretos do audacioso Ministro estabelece ele sempre em difusíssimos períodos a responsabilidade histórica dos Jesuítas na decadência das instituições e da nação portuguesa, até ao ponto de forçar a nota caindo nos absurdos do ódio cego. No seu duelo com a Companhia de Jesus, ele serviu-se da arma do processo histórico, mais ainda do que da antiga política, e no meio de uma complicada actividade ministerial empregava o melhor de seu tempo em redigir a *Dedução cronológica e analítica* dos estragos jesuíticos, para assim melhor fundamentar perante as nações da Europa o que praticava em nome de El-Rei seu Senhor pela força da razão de Estado. A primeira consequência do grande acontecimento da expulsão dos Jesuítas foi a necessidade imediata e inadiável de suprir e reformar o ensino médio, depois de fechados os seus Colégios, e de proceder a uma reforma da Instrução superior ou universitária, tratando por último da criação de escolas populares. Eis como surgiu o problema pedagógico moderno. O grande Ministro atacou o problema de frente; sob os aspectos prático e teórico, urgia criar receita para pagar aos mestres, que não podiam ser *gratuitos* como arditosamente eram os Jesuítas, e determinar as disciplinas que deviam constituir a instrução secular dos cidadãos. A superioridade do Ministro revela-se no alto interesse com que acudia a todos os trabalhos pedagógicos para a reforma integral.

Durante o seu tempo a acção do Ministro foi atacada e exaltada pelas diversas correntes partidárias; Choiseul não se conformava com os seus processos, nem o aplaudia. Escreve Saint Priest: «Estes dois estadistas não estavam unidos, não se entendiam, nem se poderiam entender. Nada havia de comum entre o pesado e vingativo Ministro português, e o brilhante, o frívolo, o gracioso Ministro de Luís XV. Nunca Choiseul aplaudiu os actos de Pombal; nem falava dele senão com frieza, muitas vezes mesmo com desprezo. A sua rudeza parecia-lhe grosseira, a sua ênfase deslocada, a sua audácia impertinente. Mofava dele muitas vezes com o príncipe de Kaunitz: – Este senhor, diziam eles, tem sempre um Jesuíta escarranchado no nariz. – Como ministro, como favorito, mais ainda, como grão-senhor, o Duque repelia toda a comparação com o Marquês de fresca data. Tudo em Pombal chocava Choiseul, que o achava injusto, cruel, e o que é pior, de mau gosto.» Sabendo Pombal, por D. Vicente de Sousa, que

Choiseul dissera que em França e na Europa debatiam-se negócios mais importantes do que o dos Jesuítas, replicou-lhe indirectamente de cá: «*Não há negócio tão grande, que não seja menor que este, barateado pelo Duque de Choiseul.*» Os acontecimentos deram razão ao ministro de Portugal, desde que Choiseul e Aranda, expulsaram de França e de Espanha os Jesuítas. Para a política portuguesa, o facto era capital, porque a Companhia de Jesus era o apoio firme da acção do *Castelhanismo* sempre preocupado com a absorção de Portugal, e de mais, pelo facto do *Pacto de Família* fortificando-se com a França, ficando Portugal «*abandonado em presa às cobiças e às terribilidades castelhanas*». Assim escreveu em 1774 a Luís Pinto de Sousa quando enviado à Corte de Londres. O primeiro golpe que Portugal deu no *Castelhanismo* foi a Revolução de 1640; também então abandonado pela França pelo casamento de Luís XIV com uma princesa espanhola, teve de procurar-se apoio em Inglaterra pelo casamento de uma infanta com Carlos II. A expulsão dos Jesuítas por Pombal, foi o segundo golpe no *Castelhanismo*, e para o seu pleno efeito assim fundamentava a aliança da Inglaterra: «se um dia viesse infelizmente a suceder –, se se fizesse executar o sistema da união entre Portugal e Castela, estabelecido pelo imperador Carlos V, que durou tantos anos; e se com ele se conciliasse a outra incompatibilidade, que se tem considerado em ser a corte de Lisboa aliada da de Madrid, debaixo da interposição e garantia da de Paris, à qual certamente não conviria nunca, em que Castela se fizesse mais poderosa do que França pela união do continente de Portugal e de todos os seus vastíssimos domínios ultramarinos; se esta grande metamorfose desgraçadamente viesse a aparecer um dia, quais seriam as consequências dela para a Grã-Bretanha?» E ele próprio respondendo a estes problema mostra o quadro de um completo bloqueio à actividade marítima, mercantil e militar da Inglaterra. (Biker –, *O Marquês de Pombal*, Doc. inéditos, p. 30).

Para Portugal a expulsão dos Jesuítas era a defesa do comércio no Brasil e a segurança do seu território; era a reforma da instrução pública em Portugal; era a libertação da espionagem e das intrigas no paço e nas famílias fidalgas, e dessa infiltração do *Castelhanismo*. Choiseul não podia conhecer este alcance. Pelo seu lado os Filósofos não eram mais amáveis para com esse instrumento de demolição; no *Século de Luís XIV*, Voltaire alude aos processos políticos misturados com as cerimónias inquisitoriais, em que *l'excès du ridicule était joint à l'excès d'horreur*. Pombal incomodava-se muito com as opiniões emitidas acerca do seu Governo, e entendeu amordaçá-las em Portugal criando por Decreto de 17 de Agosto de 1756 um Juízo Camarário para sentenciar sumariamente, ficando uma devassa «sempre aberta sem limitação do tempo nem determinação de numero de testemunhas». Muitas pessoas foram presas por infamíssimas denúncias, como a que causou a morte do generoso poeta da Arcádia, Garção, o autor da primorosa Cantata de *Dido*. – Mas pior do que o Juízo Camarário forjaram-se leis da imprensa em Portugal feitas por ministros liberais, para impedir que se desvendassem os roubos e delapidações dos Governos de bacharéis pedantocratas, e mais abjectas, porque degradavam o poder judicial aplicando-as.

Ao cabo de um século, apagam-se as paixões e é já fácil apreciar o que houve de definitivo nas reformas pombalinas, e determinar a missão histórica do super-homem. Como os grandes Ministros do século XVIII, Pombal representa a última transformação da realeza no *poder ministerial*. Comte formulou lucidamente esta síntese sociológica: «Os reis, anteriormente simples chefes guerreiros na Idade Média, deveriam sem dúvida ser cada vez mais incompetentes para exercerem de um modo efectivo as imensas atribuições que tinham gradualmente conquistado sobre os outros poderes sociais. É em resultado disto que, quase desde a origem desta concentração revolucionária, se vê por toda a parte surgir espontaneamente, pouco a pouco, uma nova força política, o *poder*

ministerial, estranho ao verdadeiro regime da Idade Média, e que, posto que derivado e secundário, se torna de mais em mais incompatível à nova situação da realeza, e posteriormente vem adquirir uma importância de mais em mais distinta e mesmo independente.» O Marquês de Pombal, exercendo toda a sua enérgica actividade para fortalecer o poder monárquico absoluto, tornou subalterna a pessoa de D. José, revestiu-o de uma soberania teatral à altura de uma mediocridade, exercendo ele em nome do rei uma soberania efectiva. Augusto Comte deduziu as consequências contidas neste fenómeno da marcha política da Europa em que o *poder ministerial* se torna preponderante: «Ora, uma tal instituição constitui necessariamente a confissão involuntária de uma espécie de impotência radical da parte de um poder que, depois de ter absorvido todas as atribuições políticas, é assim levado a abdicar espontaneamente a direcção efectiva, de maneira a alterar gravemente e conjuntamente a sua dignidade social, e a sua dependência.» Pela extinção dos Jesuítas e pela subalternidade da Realeza vê-se que no Século excepcional, os dois poderes se achavam em uma decadência espontânea, antes mesmo da demolição revolucionária. O cardeal Pacca, nas suas memórias, observava que nunca o poder do papado se achara em uma situação mais fraca do que no século XVIII, obedecendo às imposições das monarquias católicas, dos Bourbons e Braganças, e em que as doutrinas do regalismo se propagavam pelos escritos de Febrônio. O que se nota no enfraquecimento do poder espiritual católico, manifesta-se também no poder temporal das dinastias reinantes como o define Cournot. «O século XVIII era um enfraquecimento da hereditariedade dinástica». Extinguindo-se a dinastia espanhola, sucedendo-lhe as pequenas dinastias italianas, depois o ramo austríaco, indo parar nos ramos colaterais, em Portugal, à imbecilidade de D. José segue-se sua filha dementada D. Maria I, e é sob a regência do idiótico e devasso D. João VI, que a nacionalidade portuguesa se encontra diante da grande crise da Revolução francesa e das reacções conservantistas que suscitaram a orgia militar napoleónica. A lição dos factos impõe-nos a marcha a seguir: acaba um século que não cumpriu o seu destino proposto pelo século revolucionário: fundar o novo poder espiritual na Ciência, e organizar o poder temporal pela Democracia.

1º *As reformas pombalinas.* – A entrada de Sebastião José de Carvalho para o ministério por favor da rainha viúva, significava o primeiro triunfo contra o elemento jesuítico. A catástrofe instantânea do terramoto de 1755, que subverteu Lisboa, dando largas ao ministro para pôr em prática a sua capacidade reformadora, coadjuvou-o no plano de se tornar o Mazarino deste jovem Luís XIV. Sebastião José de Carvalho tinha vivido em Viena de Áustria e Inglaterra, conhecia as formas do Cesarismo, que se convertia em despotismo legal, e as novas formas de administração que se sistematizavam em doutrinas económicas. Na situação em que se achava, já não podia ser um Mazarino, mas imitou à risca o seu discípulo Colbert; como ele, era também brutal e impassível, como ele procurava casar os filhos nas famílias mais opulentas do reino, como ele regulamentava tudo, instituíra Companhias de comércio e indústria, decretava monopólios, contratava operários estrangeiros para o aperfeiçoamento das artes, e o plano da ruína de Fouquet tem analogias com a perseguição canibal contra a poderosa Casa de Aveiro. O golpe vibrado contra os Jesuítas em 1757, obrigou o activo ministro a acudir ao vácuo deixado na instrução pública, decretando a reforma dos estudos menores até à hierarquia superior do ensino na Universidade de Coimbra. Na longa série das leis, decretos, cartas régias, avisos e regulamentos que mandou redigir, aparece sempre a França como um modelo do seu ideal político e económico; na criação da *Intendência geral da Polícia* em 25 de Junho de 1760, ele confunde a organização militar com o poder judicial como no sistema de Luís XIV, assim como nos alvarás

sobre os interesses e acções das Companhias, e sobre os juros do dinheiro, põe em jogo o *crédito* trazido por Law em 1720 ao conflito económico da intervenção do estado; o seu decreto contra os monopólios de trigo e milho, lembra o efeito reflexo da obra do abade Galliani, *Diálogos sobre o comércio dos Trigos*, na luta doutrinária das duas escolas exclusivistas, de Quesnay ou do *Sistema agrícola*, e de Gournay ou do *Sistema mercantil*. Voltaire, fala com a sua filosófica ironia do prurido destas questões económicas em França: «Pelo ano de 1750, a nação farta de versos, de tragédias, de comédias, de óperas, de romances, de histórias romanescas, de reflexões morais mais que romanescas ainda, e disputas teológicas sobre a graça e sobre as convulsões, pôs-se por fim a arrazoar sobre os trigos. Puseram-se de parte as vinhas para não falar senão de pão e centeio.» (*Dic. Fil.*, vb.º BLÉ). As dificuldades financeiras a que o regime perdulário do Cesarismo arrastara os estados, obrigavam à consideração da matéria colectável, e ao modo da percepção dos impostos; daqui nasceu a ciência da *Economia*, chamada *política* pelos fisiocratas, pela sua confusão com a acção governativa. A reacção contra os monopólios, barreiras e alcavalas do fisco na troca dos produtos do trabalho, sintetizada na fórmula *Laissez faire, laissez passer*, levou os novos Economistas a discutirem a origem, formas e condições de existência do Estado, à proclamação dos direitos individuais, estabelecendo-se assim uma transição lógica e evolutiva para a crítica revolucionária dos Enciclopedistas. Convém conhecer estas correntes gerais da Civilização da Europa, sem o que é impossível compreender qualquer manifestação artística, científica ou filosófica em um povo ocidental. O ministro de D. José não compreendeu esta nova fase das doutrinas económicas, e mandando destruir vinhas para que se semeasse trigo, proibiu o comércio individual para monopolizá-lo em Companhias privilegiadas. Ao exercer a sua forte iniciativa na reforma da instrução pública, os literatos esperaram receber do impetuoso ministro a protecção *oficial* para a Literatura, como se viu nas homenagens servis que lhe dirigiu a *Arcádia Lusitana*. O Ministro desprezou-os, servindo-se dos eruditos que podiam defendê-lo nos libelos contra os Jesuítas, nas questões do regalismo contra Roma, como na *Tentativa teológica* do P.º António Pereira, ou no *Compêndio Histórico e Dedução Cronológica*. Ainda sob este aspecto, transparece o carácter do literato no século XVIII, que, como o jurisconsulto da Idade Média, combate pela liberdade política e pela autonomia individual. O Marquês de Pombal não permitia esta liberdade mental da crítica; prendia os poetas como Garção, e proibia a entrada das obras dos Enciclopedistas, pelos Editais da Mesa Censória. Como o regime medieval das Universidades tinha sido extinto pelos Jesuítas, que as moldaram pelos seus Colégios, Pombal atacou-lhes esse reduto, organizando a *Junta de Providência literária*, e procedeu a um inquérito fundamentado. E a oportunidade desta reforma resulta pela decadência semelhante das Universidades de Espanha e França no século XVIII.

a) *A Arcádia Lusitana*. – A terrível catástrofe de Lisboa, a par das ruínas materiais, devia reflectir-se na depressão dos espíritos. Contraditando esta natural consequência, aparece um grupo de homens ilustrados, quatro meses depois desse cataclismo inolvidável, tratando de fundar uma Academia destinada a aperfeiçoar a Poesia, a Eloquência e a Língua portuguesa. Não escapou ao espírito do preclaro Garção esse imediato contraste, e em uma Oração que veio a recitar nessa Academia observava: «Em tempo de calamidades e aflições, quando parecia que os portugueses só tratavam de reedificar Lisboa, e de restabelecer os seus particulares interesses – quando seria desculpável que as Musas fugissem do nosso continente, quando se julgaria que as Artes jazessem sepultadas nas ruínas da cidade –, numa palavra, quando era impossível tratar da restauração das Ciências, então fundamos esta Sociedade...» Foi em 11 de

Março de 1756, que os três bacharéis, recentemente chegados de Coimbra, António Dinis da Cruz e Silva, Teotónio Gomes de Carvalho e Manuel Nicolau Esteves Negrão deram realidade ao pensamento, que vinha continuar o influxo da *Sociedade dos Ocultos*, que funcionara de 1745 a 1755, dispersada pelo terramoto. O projecto para o *estabelecimento de uma nova Academia, que com o nome de Arcádia se pretende fundar nesta corte de Lisboa, em Setembro de 1756*, é já uma consequência dos trabalhos da vida associativa. A prova autêntica da data inicial de 11 de Março de 1756, foi desconhecida a todos os críticos. Acha-se na Oração de *Ismeno Cisalpino*, que se guarda inédita na Biblioteca de Évora, de que apontamos o extracto: «*Oração que fez na Arcádia de Lisboa Ismeno Cisalpino, com assistência de muita parte da Corte, em 11 de Março de 1758, por ocasião de contar a dita Academia dois anos depois do seu estabelecimento.*» Começa: «Permiti-me, oh pastores da fértil Arcádia, que hoje me possa supor totalmente esquecido da grosseria da nossa profissão... Dois anos ha que gozamos a pureza do clima a que nos conduzimos... Oh, que sereno ambiente temos descoberto...»

Por esta Oração conhece-se a actividade dos Árcades, dando notícia da versão da *Poética* de Horácio, por Cândido Lusitano (P.^o Francisco José Freire, da Congregação do Oratório) e da Tragédia *Édipo*. Vê-se, que a preocupação dos Árcades era a luta contra o gosto seiscentista contaminado pela poesia castelhana; e exemplificava as demasias metafóricas com o verso: Ninhos de ouro em troncos de cristal – aos cabelos louros de uma dama; e Sombras sigilatas em túmulos de escuma, designando as letras no papel. E mostra donde provinham os obstáculos contra a Arcádia. A *Arcádia Lusitana* surgia: «no tempo em que no reino dominava o ardor das Academias de Belas Letras, das quais umas foram acabadas pela critica ou invectivas mal sofridas.» (Cenáculo, *Mem. Hist.*, t. II, p. 180). Mas no tempo de calamidades e aflições, como as do terramoto, a chamada das Musas espavoridas, torna-se explicável diante da narrativa de Sebastião José de Carvalho em carta de 13 de Novembro de 1755 a D. Luís da Cunha, em que diz *ter-se conseguido o restabelecer-se a frequência da cidade*. Os três bacharéis, achavam-se em Lisboa para fazerem a sua leitura para o despacho na magistratura; Teotónio Gomes de Carvalho e Manuel Nicolau Esteves Negrão pouco se importaram com as Musas; e António Dinis da Cruz e Silva recatava-se da versificação como de coisa reparável num magistrado.

Do terramoto de Lisboa, escreveu um espanhol contemporâneo do sucesso, que era a desgraça mais feliz, que podia acontecer a Portugal. Essa felicidade não foi tanto a reedificação pronta e alargamento da cidade de Lisboa, como de investir o ministro com a ditadura, que ele utilizou nas extraordinárias reformas políticas, económicas, industriais e pedagógicas, identificando Portugal com as nações cultas do século XVIII. Em carta de 13 de Novembro de 1755, dirigida a D. Luís da Cunha, em Londres, comunicava esta impressão: «do calamitoso dia primeiro do corrente, em que esta corte foi surpreendida por um terremoto tão violento, que em cinco minutos arruinou quase todos os templos e casas de Lisboa, com tão grande horror dos seus habitantes, que desamparando todos a cidade, se seguiram nela muitos incêndios que causaram outro grande estrago. Depois daquele dia se ficaram sentindo sempre outros abalos, que, posto que menos violentos, sempre inquietaram muito, achando-se tão vivas e recentes as impressões que deixou o primeiro.» E tendo já investigado os efeitos do cataclismo na nobreza, que lhe era geralmente adversa, escreve ainda: «Não consta que do corpo da nobreza falte mais do que a marquesa de Louriçal, a condessa do Lumiares e sua filha D. Ana de Moscoso, e o principal D. Francisco de Noronha, irmão da marquesa de Angeja. Nos outros estados também foi muito menor o numero dos mortos do que se entendeu ao principio, regulando-se o arbítrio pelas rumas dos edificios, que foram

tantas e tão consideráveis... *Tem-se conseguido o restabelecer-se a frequência da cidade;* conservam-se nela abundância de mantimentos ao mesmo preço que valiam o mês de Outubro próximo passado, extinguiram-se os incêndios e extirparam-se os roubos e insultos a que deu ocasião o desamparo em que os seus habitantes deixaram a cidade, cujos moradores pernoitam na maior parte em barracas nos subúrbios e praças principais.»

Parece ser redigida por Sebastião José de Carvalho a notícia do terramoto, que publicou a *Gazeta de Lisboa* no dia 3 de Novembro de 1755:

«*O dia 1º do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terremotos e incêndios que arruinaram grande parte desta cidade, mas tem havido a felicidade de se acharem entre as ruínas os cofres da Fazenda real e da maior parte dos particulares.*»

Quem teria a insensibilidade moral para no segundo dia do tremendo cataclismo, visionar a desgraça flagrante e clamorosa, que exprimem essas palavras sem alma?

Somente aquele que tudo mandou após a derrocada da cidade.

Fora de Lisboa, em Benfica, os três iniciadores da restauração da Poesia, da Eloquência e da Língua portuguesa «*se fingem Arcades*, e escolherão cada um o nome e sobrenome *adequado a esta ficção*, para por eles ser conhecido e nomeado em todas as funções da Academia.» Era o estilo da Arcádia de Roma, na qual D. João V tivera o nome de *Albano*, o Conde da Ericeira, *Osmânio Palisco*, e Verney o de *Verénio Orgiense*. «A divisa que terão os Arcades nos dias de Conferencias, será um *Lírio* no qual misticamente se figura a Virgem, Senhora nossa, que a Arcádia toma imediatamente por sua Protectora, com o titulo de Conceição, em cujo dia haverá sempre uma sessão, e nela serão todos os Arcades obrigados a repetir composições em louvor deste mistério.» Com certeza os Arcades lusos desconheciam a origem literária desta usança medieval. Data do principio do século XII, quando se instituiu a ordem dominicana dos *Irmãos da Virgem*. Estava-se no furor fanático da perseguição contra os Albigenses, que tanto repugnava aos trovadores occitânicos. Como era lei da galantaria trovadoresca, dirigirem às Damas as suas saudações poéticas, que denominavam *Aubades* alvoradas, e *Serenadas* ou *Serenas*, estabeleceu-se que essas saudações poéticas fossem exclusivamente dirigidas à Virgem; eram os Cânticos das Avé-Marias. Os trovadores que seguiram este piedoso estilo foram Bernardo Auriac, Guido Folquet (depois papa Clemente IV), Pedro Corbiac, Pedro Cardinal, Perdigon, Lanfrane Cigala e Guilherme Autpen. Daqui nasceram as *Ladainhas*, séries de epítetos os mais deslumbrantes dirigidos à Virgem, e as Saudações angélicas metrificadas pelo trovador que as valorizou quando papa. A organização era mais ou menos moldada pela da *Academia de História Portuguesa*, presentindo a necessidade da unificação das Academias literárias com as científicas, que tarde se estabeleceu. Em resumo, dispõem os estatutos da *Arcádia Lusitana*: Uma sessão particular cada mês e duas sessões públicas, não contando as extraordinárias. Os cargos de Presidente, dois Árbitros e dois Censores temporários, eram eleitos à sorte dentre os membros. Renovação do segundo Censor em cada Conferência. Eram perpétuos os cargos de Secretário, Vice-Secretário e Guarda. Admittiam-se sócios indivíduos de capacidade provada, por escrutínio secreto e unanimidade de votos. Obrigando a apresentarem os sócios em cada sessão uma peça de prosa ou verso em latim, espanhol, francês ou italiano, sendo preferida a escrita em português; eram depois distribuídas aos respectivos Censores, que apresentavam parecer escrito na sessão imediata, e admitida a defesa do autor, ficando a decisão ao Presidente e Árbitros e impostas as emendas. As Conferências eram secretas, podendo admitir-se convidados. O Livro dos Registos dos Pareceres e das Resoluções em casos controversos só podiam ser lidos pelos Arcades, e tinha pena de exclusão o sócio que os revelasse. A divisa da Arcádia simbolizada por um podão era *Truncat inutilia*,

condizendo no seu intuito de aperfeiçoamento, com a divisa da Academia de História, *Restituet omnia*, salvando tudo pela investigação. A sala das Conferências denominava-se *Monte Ménalo*, usando aí a insígnia alegórica de um Lírio.

Todas estas simulações anacrónicas imprimiam um espírito de futilidade deplorável entre homens graduados, magistrados e professores, velhos cultos, supondo-se em uma idade patriarcal, estranha à civilização. A linguagem tornava-se caricata pela convenção, e os assuntos dos Idílios, Églogas, Ditirambos e Odes ostentavam-se produtos falsos, sem gosto nem senso. Condizia com a metáfora católica-apostólica-romana, em que o Papa se diz o Pastor dos rebanhos, os povos a quem trata por *aves meas*. Demais, o excesso de regulamentação académica matava toda a espontaneidade que exige a inspiração em quaisquer criações artísticas.

O fim da *Arcádia* era imitar a perfeição clássica das literaturas greco-romana, e reagir com toda a veemência contra essa liberdade metafórica da retórica dos Seiscentistas. Garção filiou este contágio do Culteranismo na ocupação castelhana, desde o desastre de África até à expulsão dos Filipes. «Estas sucessivas desgraças – afugentando as boas artes até ali estimadas e conhecidas em Portugal, introduziram tão estranha desordem nas escolas, que em poucos anos perdeu a Poesia portuguesa seu antigo génio. A nobre simplicidade e pureza da frase, a verosimilhança dos pensamentos e maravilha das ideias, a energia das figuras, tudo foi tratado com desprezo. Jactava-se a liberdade daqueles tempos, que assim sacudiu o jugo das regras crimosamente austeras e que só serviam de oprimir a força do espírito tão prolixos eram em pontos de liberdade homens que arrastavam grilhões! Correu o tempo, e chegou o grande momento que quebraram os portugueses os cepos em que gemiam. – A teimosa guerra com que nos vimos obrigados a rebater a fúria dos espanhóis, (27 anos) ainda não permitia que entre o ruído das armas e motim dos tambores, se desse ouvidos à harmonia das musas; continuava a decadência. Ajustou-se a paz, sossegaram-se os ânimos; mas tão inveterado estava o contagio, que se houve quem o intentou, não houve quem não desesperasse da restauração das Belas Letras, das Artes e das Ciências em Portugal. – É verdade que alguns espíritos mais fortes tentaram esta empresa ainda hoje árdua e então impossível; mas como nas primeiras escolas reinava certo espírito de opinião, que soberbamente sustentava o espírito do *mau gosto*, o verdadeiro método ou se não conhecia ou se desprezava. Fundaram-se Academias. Algumas permaneceram sem mais fruto que o de propagarem o contágio. Nos últimos anos do próspero reinado de D. João V apareceram os primeiros crepúsculos do *bom gosto*. Já então a *Sociedade dos Ocultos* – trabalhava neste tempo na restauração da língua portuguesa, do estilo e da boa poesia. Poderia ser que a ela se devesse toda a gloria, se a publica desgraça não separasse tão útil e tão sabia companhia.» Estas palavras de Garção fazem compreender porque muitos dos membros da *Sociedade dos Ocultos* entraram imediatamente na fundação da *Arcádia Lusitana*, a começar per ele.

Garção em uma das suas Orações, de 1758, fala desta fase dos estudos: «Adoptamos o sistema da critica, da critica! fenómeno literário, se lhe posso assim chamar, – que era em Portugal espantoso prognostico de desastres, e que não era visto entre nós com menos susto do que um eclipse entre os godos! Pois veio a ser recebida com sereno gosto, veio a ser desejada, conheceu-se que era esta a estrela que nos devia guiar; e que sem as luzes da critica não podia descobrir-se o verdadeiro gosto. Persuadimo-nos que era amizade e não ódio a reciproca correcção das nossas obras, e quem expunha ao publico os seus escritos sem este dar com esta lima o ultimo polimento, sujeitava seu nome ao desprezo do mundo.» Dinis cai implacável sobre os modismos plebeus do Pina, afoga-os entre os modelos de várias literaturas, e pelos do seiscentismo em D. Francisco Manuel de Melo e em Rodrigues Lobo, vai incorporando

na série o autor da *Bucólica*. Elpino não estava na verdade; pode-se escrever em linguagem arcaica, quando artisticamente se quer produzir um efeito pitoresco, como fez Littré vertendo um canto da *Iliada* em velho francês. Também os modismos e plebeísmo vulgar tem Manuel de Figueiredo, Amaral França, D. Joaquim Bernardes. À sombra destes nomes os poetas seiscentistas pretendiam ser admitidos na academia nova. Daqui uma luta que foi uma das primeiras crises que pôs em perigo a constituição da *Arcádia Lusitana*.

O mais cotado dos pretendentes era o exuberante polígrafo Francisco de Pina e Melo, que já figurara nas polémicas do *Verdadeiro Método de estudar*, com o seu livro intitulado *Balança intelectual* e acérrimo partidário dos Jesuítas. Pina e Melo nascera em 1795, e como sexagenário mal adoptaria as doutrinas dos jovens reformadores da literatura. Era um dos membros da *Sociedade dos Ocultos* em magníficas relações com os fidalgos a quem lisonjeava em pomposos Epitalâmicos, em Genetlíacos e Odes. Garção tratava-o pelo nome de *Corvo do Mondego*, Valadares e Sousa criticara asperamente o seu poema *A Conquista de Goa*, e Dinis, em suas Conferências na *Arcádia*, discutiu largamente sobre a sua *Bucólica*. Para ser recitada na sessão de 30 de Setembro de 1757 por *Elpino Nonacriense*, escreveu Dinis atacando a expressão rústica das Églogas de Pina e Melo: «muitos prezados de críticos – pondo que a Poesia era uma imitação da Natureza, assentaram firmemente que se não pode chamar perfeita uma Égloga, nem imita a Natureza, se nela se não encontram injustos barbarismos e grande numero de acções e frases toscas e grosseiras, a que eles dão o nome de estilo rústico. Um homem que em quase todo o Portugal é respeitado como oráculo da Poesia, e a quem se não pode negar uma excelente fantasia ou grande engenho, dez são as Églogas deste estilo, que deu à luz, e não contente com isto, no Prólogo delas, sem mais fundamento ou autoridade que a que supõe em si, magistralmente decide, que as Églogas que se apartarem deste estilo, não merecem este nome.» E examinando o estilo rústico, segundo o entendia o erudito Muratori, diz Elpino sobre as de Pina e Melo: «Eu, senhores, nele não encontro mais que acções muito vulgares, vis, grosseiras e indignas de entrarem num Poema, cujo fim é excitar em nós um vivo prazer com a imagem de simplicidade declarada e algumas sentenças e moralidades triviais... E porque não parece que sentenciamos à revelia, citaremos alguns lugares destas novas Églogas.

«Um pastor chamado Nuno, que na Égloga VII, vem acordar o outro seu amigo, vendo que este se enfada de ele o chamar, lhe diz:

Com mui pouco te quebrantas;
E se o houvesse presumido,
Não te vinha erguer das mantas,
Mas estarás aborrido,
Que inda agora te levantas.

Está, como te aprouver,
Como gostas, como queiras,
E já que te fiz erguer,
Se hás-de ir ver as sementeiras,
É o que quero saber.

Ao que o tal Pastor, responde:

Hei-de ir, porque hei-de dar rega

E deitar à fêmea o macho,
Que lhe dei ontem uma esfrega;
E ver os homens do sacho,
E hei-de pôr outros na sega.

Ao que Nuno replica:

Por Deus, que quem tanto havia
De fazer, estar de borco
Na cama até alto dia
A ressonar como um porco,
Foi boa calaçaria.

Efeitos pitorescos de linguagem que bons poetas como Sã de Miranda ou D. Francisco Manuel de Melo, empregaram com fino gosto artístico nas suas Églogas. Manuel de Faria e Sousa tem na sua *Fuente de Aganipe* duas Églogas em linguagem popular do Minho, que bem mereciam ser estudadas filologicamente. Pina e Meio fez o mesmo para a linguagem popular da Beira Alta, nas suas dez Églogas, que intencionalmente compusera. Em sessão de 29 de Outubro de 1757, leu Elpino a segunda parte da sua Dissertação sobre o Estilo da Égloga. Aqui outra vez condena os modismos da representação da vida campestre, e cita estas passagens de Pina e Meio:

Se cansares pelo atalho,
Antes de entrar na chacota,
Para empurrar uma gota,
Cá levo broa e mais alho.

Mas adiante muda de ataque, para mostrar como Pina e Melo, põe na boca de seus pastores linguagem filosófica e política. «Quem haverá, que lendo numa Égloga destas:

Às acções, que na memória
Se tem fundado somente,
Não se deve alguma gloria;
Porque foi o seu agente
Não a virtude, a vangloria.

.....

imagina que está ouvindo um Pastor e não um Filósofo?» Não contente com as reflexões críticas lidas no Ménalo, Elpino também satirizava Pina em sonetos:

Alma triste do *Pina*, que orgulhosa
Em torno do Hipocrene andas vagando,
Por duas consoantes berregando,
Ocupação aos vates trabalhosa.

Se lá na sua margem pantanosa
Com as mãos e focinhos chafurdando
Do negro fundo alguns fores achando,

Bem mos podes mandar para uma Glosa.

Tu que foste no mundo forte asilo,
Da *rimada poesia*, e firme affecto
Mostraste ao sábio imitador daquilo;

Bem mos podes mandar, que eu te prometo
Ao teu nome compor em teu estilo
Um túrgido e enigmático soneto.

(*Poesias*, I, 133)

A estes Soneto e a outras composições análogas, respondeu Pina e Meio, por este:
«*Aos Arcades de Lisboa, Odistas e novísimos introdutores do seu chamado Verso branco, que o não podem fazer mais escuro:*

Dizei-me o que voz fiz, Arcades fracos,
Que tendes tanto empenho em destruir-me,
Se confessais que não podeis seguir-me,
Pedi a Deus vos dê melhores cacos.

Contra os vossos espíritos opacos
Tenho Flaco e Camões em que me firme,
Com que, se haveis depois em vão seguir-me
Vivei como as corujas nos buracos.

Cita-se o autor da *Eneida*. Eu, sim, venero
Tão grande autoridade, e a grega pluma,
De Homero em louvor vosso considero,

Porém, que intentais vós, que se presuma?
Virgílio foi Virgílio, Homero Homero
E vós, Arcades meus, cousa nenhuma.

Ao Dr. João Gomes Ferreira, que fora juiz em Montemor-o-Velho, a quem Pina ofereceu a sua última publicação de 1755, a *Bucólica*, fortemente censurada na *Arcádia*, escrevia: «Aqui notará V. m. um admirável impulso da Providencia, permitindo, que V. m. me louve, ao mesmo tempo que tem saído contra mim tantos Aristarcos no nosso Reino, que se tem convertido em Momos, não só para atassalharem as minhas Poesias, mas as minhas *prosas*. – Dizem que os críticos mais cruéis que tem saído a campo são os famosos Pastores da nossa *Arcádia Lusitana*; e tendo noticia que a maior parte destes senhores se acham ainda naquela idade que o rosto anima com tinta vegetante e sem preludio, parecia-me que seriam necessários uns bigodes postiços para fazerem o papel de Censores, imitando o Autor do *Novo Método*, com o nome de *Barbadinho*.

«Lastima é que as crianças que caem aos pés das parteiras lhes nasçam logo as barbas! E ainda ha peor para acrescentar a monstruosidade, que com as barbas lhe venham logo os dentes para morderem na dava de Hércules. Clava tão dura, que todos os que a mordem saem feridos e com os beiços ensanguentados.

«Eu quando ouvi, que se estabelecia uma nova *Arcádia* em Portugal, julguei seria para que os seus Pastores cultivassem os brejos incultos, e agora vejo que acrescentam espinhos nas terras maninhas.

«V. m. cuidará que eu me mortifico com estas surpresas dos engenhos da nossa era. Posso dizer a V. m. que desejo rir-me, e que mo impede a lastima que sempre tenho desta e de outras ninherias; e por mais que pretendo fazer a figura de Demócrito, sempre ajunto as sobranceiras e fico com o semblante de Heraclito. Que cousa mais digna de chorar-se, do que um Menino que ainda fede aos cueiros, queira empunhar a vara censória e queira ser mestre antes de ser discípulo. Porém, saiba V. m. que, ainda crianças como são estes nossos Poetas a que lhes é necessário trazerem babadouro para não sujarem a camisa, ainda assim imitam a velhacaria de Tibério...

«Pois aquele mesmo Árcade de que V. m. me manda neste correio, entre eles parece que faz a primeira figura, me está consultando quase todas as semanas sobre as suas Prosas e Versos, pedindo-me que lhos emende, com a maior eficácia, e posso encarecer a V. m. o que não tenho feito por modéstia própria.

«Enfim, este ajuntamento é uma Francesada, que intentou passar a moda dos vestidos para a Eloquência; e que por falta de espírito e de verdadeiro conhecimento desta faculdade empreendem constituir um *Novo Método* em que até as saloias possam ser espirituosas e discretas. Isto sucede e sucederá a todos aqueles que, chegando à raiz do Pindo não se esmorecem com a altura do Monte, mas não podem levantar os olhos para a altura do seu cume. E como não tem asas, pretendem que todos sejamos reptis para arrastarmos o peito pela terra. Miserável pedantaria, e que não merece outra vista mais que a do desprezo.

«Deixe V. m. caminhar esta gente sobre as suas muletas, que a posteridade há-de fazer justiça, posto que os bisouros queiram sufocar as vozes da fama com o seu importuno zunido. V. m. agradecerá da minha parte às Pessoas que se opõem a esta carcavelada toda, a mercê que me fazem. O correio é grande, e por isso me não posso demorar mais com V. m. a cujas ordens fico, etc. *Francisco de Pina e Melo.*»

A alusão que faz nesta carta ao árcade que o consultava frequentemente, condiz com Manuel de Figueiredo, *Lcidas Cintio*, que se abalançava à empresa da reforma da literatura dramática. Em uma carta datada de 15 de Dezembro de 1758, mostra a Pina o que conhece das suas obras: «não tenho mais que os papeis volantes, se não fora notória a minha ausência deste reino, a diligencia que fiz por furtar os que li, que são as *Rimas*, a *Ética Pastoral*, que me emprestou o meu amigo Negrão, e o poema da *Religião* que era de um fulano Gomes, que foi ministro nessa vila, etc.» Referia-se aos numerosos folhetos polémicos e às quatro partes das *Rimas* em que termina com a *Bucólica*, ou *Ética pastoril*, de 1755, e o *Triunfo da Religião*, poema épico-polémico, de 1756. Manuel de Figueiredo pede-lhe o seu juízo sobre um poema dramático, «e se dê ao trabalho de notar-lhe os erros». Trabalhava Pina e Melo no seu poema *Conquista de Goa*, que publicou em 1759 depois do seu rompimento com o árcade Valadares e Sousa, *Sincero Jerabicense*. Em carta de 1758, escrevia-lhe Pina: «Nesta semana tive uma carta de Joseph Freire Montarroio, em que me dava a noticia, de que V. m. estava fazendo uma cruelíssima crítica àquela obra, e por este aviso alcanço a razão de V. m. ma não ter restituído. Pobre *Conquista de Goa*, que foi buscar um asilo e achou a indignidade de um Libelo difamatório! – Do que tem servido a V. m. o nascer em um Reino civilizado, o dizer-me que está instruído em todos os ditames da critica; e estar já em uma idade avançada, aonde comumente se esfriam os impulsos mais ardentes de uma mocidade inconsiderada, etc.» Pina ambicionava desde novo, fazer uma Epopeia e tratar o assunto tradicional do *Abade João* de Montemor; não contente, queimou os seus rascunhos e tomou o da *Conquista de Goa* por Afonso de Albuquerque, a que deu publi-

cidade depois de tirado das garras do Capitão-mor de Alenquer, o velho árcade. No meio destas arrelias escrevia a Manuel de Figueiredo, a quem dava umas explicações de Versificação: «Eu estou envergonhado de me declarar com V. m. quando me consta por muitos amigos meus de Lisboa o desprezo que faz das minhas trovas na nova *Arcádia Lusitana*, de que V. m. é um digno consócio; e admira-me que V. m. queira ouvir uns homens que estão em tão pouca conta nesse sublime Congresso; que bem pudera advertir, que para ser bom não era preciso dizer mal dos outros. Os que reconhecem as dificuldades da Arte e génio poético, perdoam e não recusam as produções que saem deste divino entusiasmo: eu bem sei que todo o motivo destas acusações é quererem que os Poetas de Portugal sigam a simplicidade francesa; porém, os que adquiriram as brancas em um contínuo estudo tem para eles maior autoridade os antigos que os modernos; e à vista de tantos Poetas de espirito, que produziu o Pireu e o Lácio, não valem nada os Despréaux, os Rousseau, os Racines, os Corneilles, etc.; e eu não tenho visto de poeta francês cousa alguma que me contente...» (No tomo XIV, do Teatro de Figueiredo).

Pina e Melo também revela a sua hostilidade contra Domingos dos Reis Quita, *Alcino Micénio*, em uma carta a Valadares e Sousa, de 15 de Agosto de 1757; fere-o com a sua profissão de *Cabeleireiro*: «O Cabeleireiro bem pudera deixar de meter-se também a critico, visto não ter chegado ainda a ser poeta. Ele não tem outro instrumento de que se possa aproveitar senão da *çanfonina*; a trombeta ou a vara censória são insignias que pertencem à valentia de outro pulso. Estou vendo que os sopros que alguns pedantes dão a este pobre homem, o hão-de deitar a perder, fazendo-o pendurar o psaltério para tanger a Lira, não tendo algum gosto para ela...» Apesar do seu sentimento poético e gosto delicado, Quita «foi atacado com criticas e invectivas, que até o insultavam pela sua pouca ventura, mais ditadas pela inveja do que pela razão». Assim se expressa Dinis em nota a uma poesia; o satírico Nicolau Tolentino, tratava-o pela chufa de *Cabeleireiro da Travessa do Pasteleiro* (onde tinha a sua oficina). Tolentino revela-se nisto um dos dissidentes da *Arcádia*.

A hostilidade da *Arcádia* contra Pina e Meio podia porventura encontrar no onnipotente ministro apoio pelas relações literárias que com ele tinha. No Epitalâmio *Palácio do Destino*, às núpcias do primogénito do Conde de Oeiras, escreveu Pina e Mero na dedicatória: «Quantas acometia a empresa, mais difficil ma propunha a desconfiança; porém, não podia revocar o meu arrojio entre os generosos affectos com que V. Ex^a tem favorecido este humilde Solitário, e a vivíssima lembrança daqueles científicos golpes, que algum dia receberam as minhas trovas delicada lima.

«Ainda por esta parte *pedia a gratidão que eu empregasse tão proveitosas lições* em um assumpto que tanto arrebatava o aplauso da Corte e o gosto de V. Ex^a.» Isto escrevia Pina e Melo de Montemor-o-Velho em 20 de Setembro de 1765; coadjuva assim a frieza que o ministro onnipotente mantinha ante a iniciativa da *Arcádia Lusitana*.

Contra essa pretensão da autoridade dos anos, protestou Manuel de Figueiredo na sua Sátira II:

Olha a Velhice,
Que fiada nas brancas e nas rugas,
Queria levantar-se c'os respeitos
Dirigidos à sabia Antiguidade,
Que figura ridícula parece
À vista da robusta Mocidade!
Olha o maldito agouro já pisado

Pela altiva constância...

E anotando este penúltimo verso elucidado-o: «Todos assentaram que a *Arcádia* duraria quatro dias, quando muito.» (*Ob. Post.*, I, p. 86). Em uma Epístola de Garção a *Olmo*, José António de Brito, aconselha-o:

Não busques pensamentos esquisitos,
Em denegridas nuvens embrulhados
Nem tragas, nem metáforas violentas
Imitando esse Corvo *do Mondego*,
Que entre os Cisnes do Tejo anda grasnando.

Em uma Epístola de Cândido Lusitano dirigida a Garção, relata-lhe a conversa que tivera com um afamado seiscentista, que supomos ser D. Joaquim de Santana Bernardes, de se mostrar desdenhoso das Censuras dos Árcades:

Quanto quiseses
Podes falar de mim, não desconfio,
Porque o teu génio sei. Dos teus amigos
Sabes ser sofredor; oh, mal o haja
Essa *Arcádia*, a quem segues e apregoas
Pela mana mais íntima das Musas,
Essa senhora sempre desdenhosa
Tudo despreza; nem em flor se adorna
Se a não semeiam Gregos e Romanos
E a rega de Hipocrene o licor puro,
Jacta-se de ser bela por si mesma,
E posturas não quer ou vãos enfeites.

Dos primeiros trabalhos para a formação da *Arcádia* em 11 de Março de 1756, até à primeira reunião na Conferência de 12 de Julho de 1757, decorreu um tempo em que se manifestaram «*os terríveis embaraços que foi necessário vencer*», a que alude Garção.

A primeira Conferência inaugural da *Arcádia* está autenticada no primeiro idílio de Dinis, em 12 de Julho de 1757:

Oh dia mais feliz, mais venturoso,
Que quantos tem o *Ménalo* contado!
Sempre o sol com teus raios te ilumina.
Oh Árcades! notai com branca pedra
Dia tão fausto, e seja por famoso
Ás vossas festas sempre consagrado!
.....
Que doces ecos ferem meus ouvidos!
Ah, já vejo os pastores; já escuto
O suavíssimo canto, ali *Almeno*,
Aqui *Siveno* está; ali *Alcino*,

Tirse, Coridon e Nemeroso.

.....
Ali também – o doce canto
De Fido, de Silvano e da Siveno
Suspensos ouvireis; canto suave
E que igual nunca ouviu o Ismaro Trácio.

No seu texto autógrafo deixou Diis personificados estes nomes arcádicos; ampliamos aqui a sua lista, com novos sócios eleitos:

Dr. Teotónio Gomes de Carvalho, *Tirse Mintéu*, Presidente.
Dr. Manuel Nicolau Esteves Negrão, *Almeno Sincero*, Secretário perpétuo.
Dr. António Dinis da Cruz e Silva, *Elpino Nonacriense*, Censor.
Dr. Pedro António Joaquim Correia Garção, *Coridon Erimanteu*.
Manuel de Figueiredo, *Lícidas Cíntio*.
Domingos dos Reis Quita, *Alcino Micénio*.
P.º José Caetano de Mesquita, *Metalézio Klasménio*.
P.º Francisco José Freire, *Cândido Lusitano*.
Beneficiado José Dias Pereira, *Silvano Ericino*.
João Gonçalves de Moraes, *Fido Leucácio*.
Silvestre Gonçalves da Silva Aguiar, *Siveno Cário*.
Feliciano Alves da Costa, *Nemeroso Cilénio*.
Prof. Francisco de Sales, *Títiro Parteniense*.
José Xavier de Valadares e Sousa, *Sincero Jerabricense*.
Manuel Pereira de Faria, *Sílvio Aquacelano*.
Dr. Damião José Saraiva, *Dameta*.
D. Vicente de Sousa, *Mirtilo*.
Ab. Mariano Borgonzoni, *Mirtilo Felsíneo*.
Dr. José Rodrigues de Andrade, *Montano* (Guarda da Arcádia).
P.º Caetano Inocêncio, *Melibeu*.
Manuel José Pereira, *Albano Melino*.
Fr. Joaquim de Fóios, *Fábio*.
Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel, *Ergástulo Herculano*.
José Soares de Avelar, *Leucácio*.
P.º Manuel de Macedo, *Lemano*.
D. Joaquim de Santana Bernardes, *Fido Menálio*.
Fr. José do Coração de Jesus, *Almeno*.
Fr. Alexandre da Silva, *Sílvio*.
Dr. Inácio Tamagnini, *Alceste*.
Cura José de S. Bernardim Botelho, *Albano*.
Miguel Tibério Piedegache Brandão Ivo, *Almeno Tagídio*.
P.º D. António de Bettencourt, *Lusisto*.
Pedro José da Fonseca, *Veríssimo Lusitano e Lerenó*.
? – *Ismeno Cisalpino*.
? – *Silvandro*.
D. Francisco Inocêncio de Sousa.
Luís Pinto de Sousa (Visconde de Balsemão).

A *Arcádia Lusitana*, começa sob o regime sangrento com que Sebastião José de

Carvalho mandou uma Alçada ao Porto em 12 de Outubro de 1757, por uma arruaça de pobres homens e mulheres, alugados para protestarem contra a fundação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro. A Alçada canibal condenou à morte, às galés, aos açoites, ao degredo e ao confisco, sem provas, tudo quanto lhe caía na rede varredoura. Em 29 de Outubro desse ano, na conferência da *Arcádia*, *Elpino Nonacriense* leu uma Ode exaltando Sebastião José de Carvalho pela glória do seu governo, do *solto vulgo* – a fúria e a licença refreando. Atravessando as crises das lutas da expulsão dos Jesuítas, conspiração fictícia dos Távoras, a invasão castelhana, e os arbítrios do Marquês de Pombal, a *Arcádia* fez a sua última sessão em 1774 no palácio do Morgado de Oliveira, genro do terrível ministro. A história da *Arcádia Lusitana* resume-se em quatro nomes dos seus alunos, em factos biográficos que irradiam luz moral, na sua actividade sempre perturbada.

GARÇÃO

Coridon Erimanteu

Pedro António Joaquim Correia Garção nasceu em Lisboa em 29 de Abril de 1724, segundo Trigo indica na *Memória sobre o estabelecimento da Arcádia*. No registo dos baptismos da Freguesia do Socorro, vem o assento do dia em que lhe impuseram a unção. Lê-se a fis. 69 v. do Livro nº8: «Em treze de Junho do ano de mil setecentos e vinte e quatro pus os santos óleos a PEDRO, o qual foi baptizado em casa por necessidade, pelo padre Bernardo dos Santos, filho de Filipe Correia da Silva e de sua mulher Dona Luísa Maria da Visitação, moradores na rua de Benfornoso desta freguesia, e recebidos na de Santa Marta; padrinho o Marquês Mordomo-Mor, e madrinha D. Maria Ferreira Xavier por seu procurador D. José Joaquim da Silveira, de que fez este assento o Vigário *Baltazar Ferreira de A guiar*.» Era pois um dos treze filhos desse casal, que «vivia em muita limpeza e abastamento» como se vê das provanças para os graus honoríficos. Filipe Correia da Silva era natural de Braga, onde fez os seus estudos para padre, e em cuja Sé tinha um irmão, cónego, e também seu filho Luís António Roberto Correia Garção, que em 1751 renunciara a Comenda de Cristo e a tença de 12\$000 réis em seu irmão Pedro António Correia Garção. Por vezes nos documentos tabeliônicos aparecem traços pitorescos, que importa aproveitá-los; assim em um deles se declara, que Filipe Correia da Silva, pela muita devoção com Santo António, dava a seus filhos por vezes o cognome de *António*. Como inteligente, os estudos para a carreira eclesiástica, latinidade, lógica, moral e noção de história sagrada e profana, deram-lhe elementos que constituíram uma cultura normal, de que soube tirar todo o partido prático. Conhecia bem a língua portuguesa, redigia com correcção e clareza, e era de uma prudente reserva em todos os negócios de que o encarregavam. Elogiando o árcade Dinis ao poeta Garção o purismo da sua linguagem, respondera-lhe: «Devo isso a meu pai, porque, enquanto fui pequeno só queria lesse Vieira.» Pelas relações e serviço especial de uma família fidalga fez o seu casamento com D. Luísa Maria da Visitação de Orgier, em 1720, neta de uma dama francesa, que acompanhara para Portugal a Duquesa de Cadaval. Por esta influência aristocrática, entrou em serviço público, como oficial de Secretaria, e nos actos solenes dos contratos de casamento da Infanta D. Maria Bárbara com o Príncipe das Astúrias, e do príncipe D. José com D. Mariana Vitória, foi Filipe Correia da Silva que redigiu e assistiu à entrega mútua dos noivos, não se poupando a despesas para a pompa do acto oficial. Deste modo obteve várias tenças e a tesouraria da Bula da Cruzada, e como oficial de secretaria ponderado e conhecedor das línguas foi despachado *Assistente do Bufete*, isto

é, secretário particularíssimo do ministro, e que lhe preparava toda a papelada dos despachos. Era oficial maior das secretarias do Ministério dos Estrangeiros e da Guerra. Mas a que vêm estas minúcias? Para autenticar que Sebastião José de Carvalho, na sua actividade ministerial de 1750 a 1755, esteve em contacto, e com a mais segura confiança com Filipe Correia da Silva, e conhecia mui bem o valor do poeta seu filho. O ministro tinha um outro filho do oficial maior, Joaquim Manuel Correia Garção, também oficial da mesma secretaria, e de uma confiança tão pessoal, que o escolheu para ir a Paris em uma missão secreta extraordinária. Sabe-se que só um dos aliciados para os tiros contra a carruagem do rei, fora José Policarpo de Azevedo que escapou às garras da justiça policial militar, tornando-se misterioso e inexplicável o seu desaparecimento; em Lisboa constou que aparecera em Paris um *português* qualquer e Logo o ministro, sempre atento, encarregou o oficial de ir a Paris verificar se esse tipo estranho seria o *Policarpo*. A missão foi sem resultado. Refere o desembargador Gramosa este facto. Ainda mais: Filipe Correia da Silva, na sua intimidade com Francisco Xavier de Mendonça, irmão e braço direito do ministro, Capitão-General e Governador do Grão-Pará, escreveu-lhe em carta de 12 de Junho de 1751, recomendando-lhe uns parentes, e acrescenta: «V. Ex^a sabe muito bem que com o casamento de meu filho, se lhe seguiu ter a *Quinta da Fonte Santa*, junto ao Convento do Senhor da Boa Morte, e que necessita de algumas pranchas e varas para as parreiras; queira encomendar a algumas pessoas pelo meu dinheiro aí compre destas duas qualidades, até quatro ou cinco dúzias, e das varas até 200,... sacando-se letra sobre mim... e em ausência a meu filho *Pedro António Joaquim Correia Garção*.» (Ap. *Arc. Lus.*, p. 159). No seu regresso a Lisboa, Francisco Xavier de Mendonça entrou como Adjunto para o Ministério e governou até à sua morte o Arsenal da Marinha. Tudo isto conduz-nos ao conhecimento, que Sebastião José de Carvalho, ou já quando Conde de Oeiras ou no supremo favoritismo de Marquês de Pombal, conhecia muito bem o valor literário e moral do desgraçado *Coridon*, e que só por um ressentimento pessoal é que aproveitou um fútil pretexto para o esmagar sob o seu rancor.

Nasceu Garção com debilidade congénita e que actuou na sua infância enfermeira dependente dos cuidados femininos, desenvolvendo uma sensibilidade delicada, que constitui o sentimento artístico e o gosto literário, que o eleva acima da banal corrente do Arcadismo. Era uma natureza contemplativa, inábil para as lutas da vida, quer na carreira da magistratura judicial, quer na faina das secretarias e funções oficiais. Os anos de Coimbra, no seu curso de direito, só lhe serviram para mais aumentar essa tendência apática. A renúncia que nele fez seu irmão cónego em Braga de uma tença de doze mil réis, era uma previdente e simpática protecção. Conhecedor das línguas clássicas, e instruído nas mais importantes línguas da Europa, ele viria a ser um bom oficial de secretaria de Estado, como seu pai e irmãos. Mas a sua delicadeza moral diante dos actos impetuosos e violentos do governo levou-o ao retraimento, apesar das boas relações que com Sebastião José de Carvalho e seu irmão Francisco Xavier de Mendonça mantinha seu diligente pai. O conhecimento da poesia moderna inglesa, francesa e italiana abria-lhe novos horizontes; mas o seu temperamento, de aceitar a vida como ela é, vencendo-lhe as contrariedades pela complacente sociabilidade e efusão sincera e íntima de franca amizade fê-lo identificar-se com Horácio, nas suas Odes e Epístolas e Sátiras, e um crítico consciente das literaturas. Esse gosto horaciano, harmonizava-se com os hábitos e tom sensualista da boa sociedade do século XVIII; as damas provocavam-lhe os sonetos de galanteio, e os fidalgos eruditos colhiam os bons conceitos e odes filosóficas. Por Maio de 1751 casou Garção com a jovem e recente viúva D. Maria Ana Xavier Fróis de Sande e Salema, proprietária do Ofício do Escrivão do Consulado da Casa da Índia, que andava na sua família desde o tempo de D. João IV.

Foi Garção investido neste cargo por efeito do legítimo casamento por decreto de 19 de Maio de 1791, com a obrigação de pagar o encarte de Carlos Deleiro, primeiro marido falecido, e o seu dentro de um ano. Com este casamento veio-lhe a propriedade da Quinta da *Fonte Santa*, que logo o envolveu em despesas de granjeio, como revela a carta de seu pai ao Governador do Grão-Pará, mandando vir de lá duzentas varas para as ramadas da quinta. D. Maria Ana Salema pôde criar em volta do poeta uma atmosfera de paz e alegria moral; no lar doméstico cantava-se, e Garção enchia os seus ócios com trabalhos de pintura e de poesia. Vieram os primeiros filhos, Maria da Porta e José de Sande, mas os acontecimentos desencadearam-se em volta do poeta terrivelmente. Seu pai é uma das vítimas do terramoto do 1.º de Novembro de 1755; e essa perda lança-o nos embaraços da administração da sua casa, com demandas odiantas com os bens de sua mulher, com os pagamentos de encartes ante o rigor do fisco. Pela derrocada de Lisboa refugia-se na *Fonte Santa*, e aí como na sua Tibur, respirava no suave remanso nessa encosta sobre o Tejo, donde se goza os mais esplêndidos ocasos.

É então que alguns companheiros da Universidade o convidam para cooperar na fundação da *Arcádia Lusitana*, na qual ele sem intenção se torna o Árbitro da crítica, a alma da Academia, que por ele ficou memorável na nossa história intelectual. Apesar do seu notável retraimento em um meio social de perseguições políticas, de violências da autoridade em luta com classes poderosas, ainda assim foi quem mais trabalhou na *Arcádia*, doutrinando nos seus Discursos e Orações, em bela e casta prosa portuguesa e em um Lirismo modelar, de que derivaram as duas correntes do *Filintismo* e do *Elmanismo*. De todos os árcades foi ele o que com um seguro critério, dava à *Arcádia* uma reconhecida autoridade. Na tradução da *Arte poética* de Horácio, Cândido Lusitano que explicou certa liberdade na variante de uma metáfora, justifica-se escrevendo no seu Discurso preliminar: «O mesmo parece a diversos amigos nossos, que nesta matéria são bons contrastes, especialmente alguns de que se compõe a *Arcádia Lusitana*, Academia que honra a nação, com inveja à de Roma, quando seus Pastores publicarem as suas obras.» Infelizmente, as obras de Garção só vieram à luz depois da sua morte, ficando dispersas muitas composições inéditas, hoje reunidas na perfeita edição de 1888. Também foram publicadas postumamente as obras de António Dinis da Cruz e Silva, as de Manuel de Figueiredo, e as de Domingos dos Reis Quita. A extrema reserva com que Garção comunicava as suas poesias, tudo revela que se vivia em uma atmosfera hostil à floração do pensamento. E por esta circunstância foi Garção vítima da implacável desconfiança do ministro a quem desagradou uma poesia, segundo a tradição contemporânea, que revalidaremos.

As Sessões da *Arcádia*, que se realizavam com carácter oficial, aparatoso, versavam sobre os mais antiliterários assuntos, como os anos de D. José, ou as suas melhoras dos tiros na carruagem, os anos de Frederico II da Prússia, e as congratulações ao onnipotente ministro quando foi agraciado com o título de Conde de Oeiras em 1758 e com o de Marquês de Pombal dez anos depois, em sessões pomposas na sala da Junta de Comércio, à Cotovia ou na Livraria do convento dos Oratorianos nas Necessidades. Isto influiu no espírito da vaidade estéril, que faz ambicionar o título de *Arcade*, e à ambição de obter uma dotação régia, que convertesse os académicos em cônegos prebendados. Garção que tanto trabalhava com dedicação sincera, conheceu estes inconvenientes, e clama em uma das suas Orações: «Conhecemos, que sem imitar os antigos era impossível enriquecer as nossas composições das infinitas belezas poéticas que descobre a cada passo quem frequenta a lição dos gregos e latinos, e que neste ditame de Horário consistia o máximo segredo do *bom gosto*. Principiamos a familiarizarmo-nos com Homero, Virgílio e Terêncio; e estes nomes, que entre nós eram estranhos, e unicamente se viam nas Dedicatórias, passaram a ser os ídolos de nossos

estudos. E que devíamos, oh Arcades, esperar de tão súbita e feliz mudança? Ganharam as nossas obras nova reputação, conciliou respeito o nome de *árcade* e desejou o publico assistir às nossas Conferencias. Atrevemo-nos a louvar o príncipe a quem Plínio podia sem lisonja recitar o famoso Panegírico de Trajano. O mesmo foi ouvirem-nos que estimarem-nos os homens mais sábios e prudentes. Olharam para o fruto do nosso trabalho como para uma vantagem da nação. E a grande alma *daquele vigilante Ministro*, que não tira a atenção do adiantamento da Pátria, com publicas demonstrações nos *honrou* e animou, para não desistirmos da dificultosa, mas ilustre empresa a que sacrificávamos os nossos estudos.» Referia-se à sessão de 30 de Junho de 1758, celebrando o aniversário de D. José, à qual assistira o Ministro officiosamente. Prosseguindo no seu discurso: «Segunda vez nos ouviu, segunda vez nos honrou; da sua mesma boca ouvimos expressões com que em Portugal não costumam falar os ministros. Podemos asseverar que vimos aquele grande coração e que nele estava vivamente impresso o incansável zelo com que trabalha pelo bem dos seus compatriotas, com que honra e com que estima os portugueses beneméritos. Não tardará muito que o publico reconheça que este género de letras lhe merece uma séria protecção, e que as estima porque as conhece.» Esta segunda vez, a que o Ministro assistiu a uma sessão pública da *Arcádia*, foi a que se celebrou no Convento das Necessidades pelas melhoras do rei D. José dos seus pretensos ferimentos. Anunciara-se para todos os tribunais e municípios, que o rei já estava melhor, e a *Arcádia* não podia ficar estranha a esse júbilo encomendado. Na *Gazeta de Lisboa*, de 22 de Março de 1759, lê-se a conveniente noticia: «A Sociedade académica da *Arcádia Lusitana*, estabelecida nesta corte, determinou fazer publico o gosto de ver conservada a vida do nosso clementíssimo soberano e restabelecida a sua saúde, em uma sessão académica e conseguiu fazer a sua assembleia na Sala da Livraria do real Hospício de N. S^a das Necessidades, no dia 14 do corrente, a qual durou desde as 4 horas da tarde até às 10 da noite. A decoração da sala estava magnifica, a quantidade de luzes prodigiosa. Recitaram-se excelentes Poesias em diferentes idiomas, e todas alternadas com as musicas das melhores vozes e instrumentos. Foi o seu presidente *Pedro António Correia Garção* que lhe deu principio com uma eloquentíssima Oração, que o publico desejara já ver no prelo, como se prometeu. Assistiram a esta magnifica e obsequiosa função o eminentíssimo e reverendíssimo senhor Cardeal Patriarca, e os excellentíssimos e ilustríssimos Secretários de Estado de S. M., Sebastião José de Carvalho e Melo e Tomé Joaquim da Costa Corte Real, muitos da principal nobreza e um extraordinário concurso de gente.» (*Gaz.*, nº12, p. 95). No intuito de ser publicada a Oração inicial, teve Garção de entregá-la à censura official, recebendo diferentes cortes. Está hoje impresso o autógrafo conservado pelo cónego Figueiredo, e incorporado na edição de 1888; com referência aos trechos alterados, Garção achava-se em uma situação delicada, depois das canibalescas execuções patibulares com todos os horrores da mais germânica invenção, de toda a família dos Távoras. A festa das melhoras do rei cobriu a inigualável monstruosidade de iníquos suplicios. Garção estava forçado pela terrível situação que lhe impunha a sua autoridade na *Arcádia*.

A execução do Duque de Aveiro e família do Marquês de Távora, foi o desfecho trágico do máximo horror, emergente de um conflito de pragmáticas de primazias palatinas entre esses orgulhosos fidalgos e o ministro Sebastião José de Carvalho e Meio. Este teve o recurso de um hábil manejo para converter uma tentativa de ataque à sua pessoa, em um crime de lesa-majestade – o regicídio, na pessoa soberana de D. José. O ministro fizera com que o rei não consentisse a revalidação e regresso das antigas Comendas da Casa de Aveiro, o que ia aumentar a riqueza do Duque. Depois disto fez com que o poder real não consentisse no casamento do Marquês de Gouveia,

filho do Duque, com a filha do Duque de Cadaval. Diante destas provocações extremas de Sebastião José de Carvalho, só havia um recurso possível, a sua morte. Observaram-se os passos do Ministro, que da sua habitação nos altos da Ajuda, vinha em sege própria ao palácio, pela meia-noite até às quatro horas da manhã fazer o despacho, que o rei assinava. Um excelente ensejo para um assalto feliz. Ninguém suspeitava que este despacho singular, principalmente aos domingos, servia para cobrir a aventura amorosa do rei. Muito ciumenta a rainha, o rei esperava que no palácio da Ajuda estivesse tudo recolhido, e então fechando-se com o Ministro, deixava-o no gabinete, e saía na sua sege pela calçada do Galvão abaixo, indo encontrar-se com a jovem Marquesa de Távora, D. Teresa, no palácio de Belém. Acompanhava-o um guarda-costas destemido, o sargento-mor Pedro Teixeira. Estes amores do rei com a esposa do filho do Marquês de Távora, datavam das caçadas de Salvaterra, quando se achava ausente na Índia o velho Marquês de Távora, como Vice-rei. A família lisonjeava-se com esta distinção régia; para ela coadjuvara o Duque de Aveiro (daí o ódio da rainha), o ministro Sebastião José de Carvalho auxiliara a aventura com despachos da meia-noite às 4 da madrugada. Era moralmente impossível qualquer atentado contra o rei D. José por pontos de honra da parte dos grandes fidalgos. Um emissário francês, Malouet, escreveu nas suas *Memórias* (II, 302) que «A Marquesa velha e seu marido desde muito sabiam das amorosas relações da nora com o rei; não eram escrupulosos neste ponto, e até se compraziam enquanto dele esperavam vantagens». De súbito, este cenário tão bem preparado, transforma-se na mais execranda e monstruosa tragédia. Na noite de 3 de Setembro, quando o rei regressava da sua aventura, são atiradas três cargas de bacamarte contra a sege em que se cria que iria o ministro Sebastião José de Carvalho, por isso que a corte estava de luto rigoroso pelo falecimento da rainha de Espanha, irmã do rei D. José, que se conservava em nojo oficial, não saindo dos seus aposentos. Natural ilusão. Mas o rei, no terceiro dia do luto, saiu para a aventura amorosa, sendo os tiros apontados à sege! O grito do boleiro: – Vai aqui o Rei! fez desaparecer imediatamente os sicários. Foi sobre este equívoco que Sebastião José de Carvalho organizou durante três meses o processo, para cair de chofre sobre essas duas poderosas famílias. Deixou divulgar os boatos que os seus agentes propalavam; mistificou os embaixadores, com informações secretas de anónimos; fez o Tribunal Camarário, à porta fechada, com juizes que prepararam as peças simuladas do processo que conduzia ao extermínio dos seus inimigos pessoais. No fim dos seus triunfantes *manejos*, condecorou-se com o título de Conde de Oeiras. Quem não tremeria diante de um poder tão discricionário?

Já depois dos tiros da noite de 3 de Setembro, quando o mistério e silêncio da corte dava lugar a alarmantes boatos propalados intencionalmente, celebrou a *Arcádia* duas sessões em 8 e 28 de Dezembro, nessa atmosfera de terror, em que o Tribunal da Inconfidência dava cumprimento ao decreto de 9 do mesmo mês, que mandava prender toda a família do Duque de Aveiro e dos marqueses de Távora. A rapidez do processo não dava lugar a reflexões; em 11 de Janeiro de 1759 foram exautorados da sua nobreza e das Ordens militares, de que eram professos, em 12 reúne-se o Tribunal Camarário no paço real da Ajuda, lavra-se a sentença de morte com todos os requintes medievais e inquisitoriais, que se executaram no dia 13, com eterna afronta da civilização e da humanidade.

Passados dois meses, sob pressão moral celebrou a *Arcádia* em 13 de Março de 1759 uma sessão aparatosa de congratulação pelas melhoras do Rei, à qual teve de presidir Garção, perante o senado oficial como o vulto mais categorizado dessa Academia de Eloquência e poesia. Em 6 de Junho foi agraciado o sangrento ministro com o título de Conde de Oeiras com largas jurisdições e rendimentos. A *Arcádia* tinha

de celebrar oficiosamente o novo titular, em pomposa sessão na Sala da Junta de Comércio. Aí leram composições Dinis, Teotónio Gomes de Carvalho, Silvestre Gonçalves de Aguiar, e o terno Domingos dos Reis Quita, leu a Égloga *Carvalho*, e uma Ode aludindo ao *sangue de execranda rebeldia*; Amaral França lê também uma Égloga e uma Ode visando Cromwell, chama ao novo Conde «Oh nobre *Protector* do Luso estado!» No meio desta miséria moral, leu Garção uma Ode ao Ex.^{mo} Conde de Oeiras, a qual depois da sua desgraça foi conservada inédita. Começa:

Tu, difícil virtude, dom celeste,
.....
Tu me chamas aqui para em meus versos
Da venturosa Oeiras
Cantar a nova gloria
Do magnânimo Conde, o amor da Pátria.
.....
Não me instiga a lisonja, nem invoco
As Musas fabulosas,
O céu, o céu me inspira

Não era a lisonja, mas o terror, os pressentimentos aziagos que alucinavam o seu espírito e um meio de avivar as boas relações com Francisco Xavier de Mendonça, o irmão do ministro-adjunto do Conde de Oeiras:

«Abriu o *Grão Pará* aos fulos braços.» E aludindo ao prémio pela repressão do imaginário regicídio:

As nove ricas pérolas que brilham
No coronel dourado,
Que teu semblante plácido guarnecem
Por prémio te são dadas, não exemplo,
Virtudes coroam,
E virtudes, que *impávidas domaram*
A cruenta discórdia, a vil cobiça
.....
No Ménalo, se a *Arcádia* não levanta
Em honra de teu nome
Uma soberba *Estátua*
De rico jaspe, como tu mereces,
Seus hinos te consagra,
E neles louvará tua memória
Teu nome escrevêramos
Em nossos corações, em nossos versos.

Esta estrofe ia acordar o interesse pela eloquente *Fala do infante D. Pedro, Duque de Coimbra, aos Portugueses, querendo-lhe levantar uma Estátua pelo seu bom governo, e que ele não consentiu*. Garção com grande tino artístico, tomou este facto de Rui de Pina, na *Crónica de D. Afonso V*; e já na *Academia dos Anónimos* tratado em um soneto e um epigrama latino. A *Fala do infante D. Pedro* escreveu-a Garção em 1754; corria inédita. Mas na coligação dos fidalgos contra Sebastião José de Carvalho, eles

faziam o seu ponto de apoio acercando-se do *Infante D. Pedro*, o pobre lorpa, irmão do rei D. José, estabelecendo uma dissidência, que se apagou com o casamento do Infante com a sobrinha Princesa do Brasil. Qualquer cópia da *Fala do Infante D. Pedro* (há traslado de 1778) e omitido o título de Duque de Coimbra, bastava fazê-la chegar à mão do Ministro, para suspeitar que o poeta Garção pertencia à parcialidade fidalga do *Infante D. Pedro*, ante o qual foi representada a sua Comédia *Assembleia ou Partido*. Não foi esta poesia a causa exclusiva da perseguição contra o árcade, como se transmitiu na tradição; outras suspeitas se foram desastradamente acumulando, para se liquidarem subitamente aproveitando um equívoco oportuno.

Em 31 de Janeiro de 1760, terminou a *Gazeta de Lisboa*, pelo falecimento do seu redactor e proprietário Francisco Ferreira Montarroio Mascarenhas; publicação privilegiada, o governo concedeu-a aos Oficiais das Secretarias dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O poeta Garção, hábil intérprete de línguas vivas e clássicas, e acatado pelo reconhecido saber filológico, foi incumbido da redacção da *Gazeta de Lisboa*, aparecendo o 1.º número em 22 de Junho de 1760 (continuava a série iniciada em 10 de Agosto de 1715) com o título de *Gazeta dos Oficiais das Secretarias*. Garção possuía todas as qualidades para se desempenhar desta missão, traduzindo e abreviando as notícias das cortes espanhola, francesa, inglesa, austríaca, resumindo os acontecimentos com um laconismo cauteloso, segundo a índole paterna, e primoroso na linguagem sóbria e correcta. Era um recurso económico, por isso que os rendimentos da escrivania da Alfândega eram repartidos por um serventuário. Com o nº15 de 1762 foi por ordem do Conde de Oeiras suspensa a publicação da *Gazeta dos Oficiais das Secretarias*. Qual o motivo dessa resolução do Ministro? Segundo uma nota de Fr. Vicente Salgado, falando de Garção: «era o que fez as últimas *Gazetas Portuguesas* antes da guerra de 1762 com Castela, em que se mandaram suspender.» (Ms nº35 da *Bibl. da Academia*, G. 5; est. 8). Não foi portanto ódio do ministro, mas urgência política, porque a *Guerra velha*, como se designou esta de 1762, resultara do Pacto de Família, em que França e Espanha se coligaram contra Inglaterra, forçando Portugal a entrar nessa liga. O Conde de Oeiras sentia-se da política inglesa, que abandonara Portugal por mais de dez anos, e que só agora nos vinha acudir com uma instruída oficialidade. A suspensão da *Gazeta* era para evitar conflitos ou ressentimentos diplomáticos. O Conde de Oeiras mandou perguntar ao poeta qualquer pretensão que lhe conviesse, porventura por seu irmão oficial da Secretaria da Guerra. Garção retraiu-se em escusas de ordem moral, de que o ministro teve vago conhecimento, o bastante para considerá-lo um adversário incurso no seu rancor.

O sentido político desta guerra de 1762, frisou-o o ministro em carta ao nosso embaixador em Inglaterra, mostrando como ela resultara da indiferença com que o governo britânico «*nos tem abandonado em preza às cobiças e às terribilidades castelhanas*, e que expôs no ano de 1762 os seus domínios a sucumbirem debaixo do peso das forças com que *Espanha sustentada pela França, invadia este reino*, causa da manutenção da antiga aliança com a Coroa da Grão-Bretanha.» Durou este estado de angústia por dez anos, e portanto era matéria perigosa para conversas particulares, que suscitaria a *Gazeta de Lisboa*, logo suprimida. O ministro era implacável contra os bons ditos sobre a sua personalidade, e em especial contra versos satíricos. O Conde de Óbidos foi metido nos cárceres da Junqueira, por constar que dissera: «– Que *D. Sebastião* já não viria reinar em Portugal, como se cria, porque já cá estava *outro*.» Por se encontrarem versos satíricos em casa do juiz do Fisco, Salvador Soares Cotrim, e também em poder do P.^o António Rodrigues, foram atirados ao cárcere duro da Junqueira, onde morreram. Garção estava sujeito a que os inimigos da *Arcádia* e as invejas da sua superioridade literária, fizessem chegar às mãos do ministro a *Fala do*

Infante D. Pedro (pela confusão do nome do heróico Duque de Coimbra com o do irmão do rei D. José). Garção não renegava a sua amizade com o celebrado Conde de S. Lourenço, que se achava fechado no Convento das Necessidades, e aplaudia o talento da jovem poetisa *Aleipe*, D. Leonor de Almeida, filha do Marquês de Alorna, preso na Junqueira, e sua esposa e filhas fechadas na clausura do Convento de Chelas. Sob esta atmosfera asfíxiante *Coridon* confinou-se quanto pôde na sua vivenda isolada da *Fonte Santa*, onde o P.^o Delfim, capelão do Loreto, o ia encantar com a tocata da sua afamada rabeça, entregando-se à pintura e a composições poéticas, que tanto lucravam na expressão da objectividade que vivificava as suas idealizações, como se vê na maravilhosa *Cantata de Dido*.¹⁴ A oficialidade estrangeira, que viera formar os quadros do exército português para resistir à invasão castelhana, reorganizado e disciplinado pelo Conde de Lippe, veio influir na sociedade pelos casamentos, conservando-se muitos dos seus apelidos nas famílias que constituíram. Oficiais de artilharia e engenharia entraram na intimidade de Garção pela vivacidade do seu espírito culto, ao corrente do movimento político e intelectual da Europa. A *Fonte Santa* era um éden para esses oficiais, como Mardel, Bac Bean, Weinholtz, nos belos serões de Inverno, à luz azulada e cariciosa dos ponches. A galantaria entre as damas não era um retraimento desconfiado e temeroso das tentações da carne, mas essa coisa delicada e confiante do *flirt*, tão diferente do *coquetismo*. Nos versos de Garção ficaram os deliciosos quadros desta sociabilidade distinta e íntima, em um ambiente de alegria moral. A música, principalmente de Domenico Scarlati, dava um tom de corte às reuniões; mas os versos tinham uma preferência excepcional, para a adulação enfática das festanças. Francisco Coelho, no volume que fecha a colecção do Teatro de seu irmão, alude a este costume: «Ha cinquenta e sete anos, quando tratavam de ajuntar-se os alunos para formarem a *Arcádia* de Lisboa, conheci um curioso, que desejando introduzir-se em algumas assembleias distintas – o seu pensamento era copiar os versos mais conhecidos e mais celebrados, – e lá quando a ocasião o pedisse, entrar a ler os versos à maneira dos Entremezes e dos Sainetes, em musica dos espanhóis, pois ainda não tinha chegado nas assembleias ao zénite o frenesi do Jogo do Whist, a musica, a dança, que absorveram depois todo o tempo.» (*Obr.*, t. XIV, p. 464). Estes traços revelam-nos o meio em que compôs Garção a sua comédia em verso *Assembleia*, em que um personagem recita a *Cantata de Dido*; e a parte cómica dessa composição, veio a dar-se com ele que, quando menos o esperava, achou-se falho de recursos, tendo de recorrer a empréstimos de amigos e a confiar nas esperanças do tio rico, o cónego de Braga. O poeta tinha de manter a sociabilidade da *Fonte Santa*, para assim – zombar da má fortuna,

Que ilustres bons amigos o buscavam,
Como alívio da barbara tortura
De conversar com Getas e Tapuyas.

(*Epíst. III*)

Quita, no seu Idílio VI, esboça esse sítio e vivenda do poeta, como quem ali se

¹⁴ «O Conde de Caylus, que conhecia melhor a Pintura do que a Poesia, queria que o pintor tomasse os seus assuntos dos poetas, e considerava *o poeta mais perfeito* aquele que apresentava os seus quadros inteiramente compostos *à imitação da pintura*». (Crouslé, *Lessing et le Gont Franç.*, p. 138). Isto explica-nos a beleza das poesias de Garção, mesmo nos Sonetos do deslavado assunto mitológico, nos das relações da vida doméstica, como o chá e torradas, até à emoção subjectiva da dignidade moral nas suas incomparáveis Odes horacianas.

repassou da suave intimidade:

Lá no vale da *Fonte*, se divisa
De Coridon a choça rodeada
De altos loureiros enredados de hera;
Ah, sábio Coridon, que em doce abrigo,
Ao amigo calor de um brando fogo,
Gozas da paz que habita com um justo...

Coridon, o pastor da *Arcádia*, diante da vida quotidiana, deixa as ficções retóricas, e pinta o realismo da vida que tem também a sua poesia, que poucos sabem sentir, e que ele com tanta arte representa em alguns Sonetos:

O louro chá, no bule fumegante
De Mandarins e Brâmanes cercado,
Brilhante açúcar em torrões cortado,
Vermelhas brasas, alvo pão tostado.

Ruiva manteiga em prato mui lavado,
O gado feminino arrebanhado

.....
Depois de cochilar o chá se toma,
Eis aqui o *Long-Room* da Fonte Santa.

(*Son.* 16, 71)

Era nesse cochichar antes do chá, que o *flirt* se animava, e enquanto o P.^o Delfim fazia gemer a sua rabeça com as Modinhas travessas e desenvoltas. Esse *flirt* revela-o o poeta no Soneto XLVII: *A uma Senhora* a quem o Autor chamava *sua mãe*:

Comigo *minha mãe* brincando um dia
A namorar com os olhos me ensinava,
Mas Amor, que em seus olhos me esperava,
Com mil brilhantes farpas me feria.

De quando em quando, mais formosa ria,
Porque incapaz do ensino me julgava;
Porém, tanto a lição me aproveitava,
Que suspirar por ela já sabia.

Em poucas horas, aprendi a amá-la;
Ditoso se tal arte não soubera,
Não me custara a vida não logrará-la,

Certo, que aprender menos melhor era;
Pois não soubera agora desejá-la,
Nem de um louco amor enlouquecera.

Este tratamento de *mãe* e de *filho* com era então característico da afetiva familiaridade inglesa. Coridon no Soneto IX deixa qualquer elemento de realidade do seu estado passional:

Ao som da *Fonte Santa* que corria,
Na alva borda do tanque debruçado,
De cansados desejos já cansado,
O triste Coridon adormecia.

Que doce sonho, imaginando, via
De *Beleza gentil O rosto amado*,
Que na tremula veia retratado
Dos olhos cobiçosos lhe fugia.

Na sua comédia *Assembleia ou Partido*, intercalou Garção um Soneto, que é recitado segundo o estilo da época pelo personagem caricato Gaspar Picote como glosa do verso:

E ter um velho amor não é loucura.

Camilo imaginou em 1875 que esse Soneto, que vem na edição de 1778, era *inédito*, bordando sobre ele a cena de um escandaloso amor do poeta, e alegando um fictício comentário manuscrito do cónego Figueiredo, que o sábio editor de 1888 dá como simples invenção do romancista. Transcrevemo-lo, para aclarar a situação, que não vai além de um gracioso *flirt*:

Estavam as três Graças penteando
Os cabelos subtis de Amor um dia;
Qual co' marfim assírio lhos abria,
Outras andam mil gemas preparando.

Amar, como rapaz, de quando em quando,
Co'a dourada cabeça lhe fugia,
Porém, vê que Eufrosine se sorria
Porque Aglai lhe está as cãs atando.

O Menino, pasmado, vê no espelho,
Por entre os anéis de ouro reluzente,
Branquear a saraiva da velhice,

Suspira e diz: – Ah! saiba a cega gente
Que Amor, nascendo moço se faz velho;
E um velho ter amor não é tontice.

Para aplicar o caso a Garção, que contava então quarenta anos, Camilo pinta o *vulcão do amor que arquejava ainda debaixo dos flocos de neve, que lhe listravam os*

cabelos; e no arrebatamento da sua fantasia, conclui: «Eis aqui a funesta história referida em poucas palavras pelo cónego Manuel de Figueiredo, comentando o Soneto que fica transcrito.» (*Curso de Lit.*, p. 184). Azevedo Castro, que fez a edição de 1888, tendo obtido os aludidos manuscritos do cónego Figueiredo: «Nisto, nada encontrei sobre o assunto.» (*Ed. cit.*, p. LIX). E da alegação de Camilo diz: «O aludido manuscrito, parece-me pois carecer de autenticidade.» (*Ib.*, p. LXXIII). Qualquer *flirt* por Miss Elisabeth (*Belisa*, do Soneto IX) se teve realidade não passou do que era normal na boa sociedade portuguesa, pelas relações com famílias estrangeiras, não passou isso além de 1764. Garção sentia o grande desgosto da desmembração dos Arcades, que se não reuniam. Francisco Coelho ao imprimir o discurso de seu irmão *Lcidas Cíntio*, alude a este facto: «sendo maior a mania de poesias líricas, no tempo que durou a *Arcádia* de Lisboa desde 1757, que principiaram a reunir-se os alunos, até que se desvaneceu em 1764, pouco mais ou menos, como dá a conhecer no terceiro Discurso.» A vinda de Dinis de Castelo de Vide a Lisboa em fins de Dezembro de 1763, conseguiu insuflar o entusiasmo pela Academia, que se tomou por uma *restauração da Arcádia*. Na sessão de 13 de Maio de 1764, Quita proclama o influxo de Dinis e Garção nesse ressurgimento. Ainda se celebrou uma sessão em 19 de Junho desse ano; mas a nomeação de Dinis despachado juiz Auditor do 2º regimento da praça de Elvas, foi como o golpe de misericórdia na *Arcádia*. Aragão Morato, na sua *Memória* sobre o estabelecimento da *Arcádia*, revela a acção depressiva do Conde de Oeiras, estimulado por odiosas intrigas: «Um ministro poderoso e retraído, cujas heróicas virtudes ela (a *Arcádia*) mil vezes cantara, que mostrara amparar até com a própria presença seus felizes trabalhos – *deu fáceis ouvidos a vozes da calúnia*, e incautamente pretendeu subjugar a *Arcádia*, tomando por intermédio desta sujeição, um dos seus menos distintos sócios.»

Percebendo essa malevolência do ministro, os Arcades aterrados foram abandonando aquela Academia, que em 1759 Garção proclamara triunfante. Inocêncio considera que o árcaide que espionava em serviço do ministro era o mulato P.º José Caetano de Mesquita, que fora recentemente nomeado mestre de retórica. Garção deixara passar o sucesso do casamento do primogénito do Conde de Oeiras, bem festejado com uma Ode epitalâmica, tendo-lhe prestado essa homenagem Pina e Melo no poema alegórico do *Palácio do Destino*. A Paz celebrada em Paris, pela qual nos eram restituídas as praças e cidades ocupadas pelos castelhanos, fora o objectivo desse lampejo final da *Arcádia* em 19 de Junho de 1764, no opulento palácio de Lázaro Leitão Aranha. Seria isto o que desagradou ao ministro; pelo que, observou Aragão Morato: «*que mal se podia recear dos Arcades portugueses?*» Na Ode de Garção *À restauração da Arcádia*, vem a poética imagem que suscitou o antagonismo de poetas conhecidos pelo título *Grupo da Ribeira das Naus*, por se reunirem na habitação do P.º Francisco Manuel do Nascimento (*Filinto Niceno*):

Soberbo galeão que o porto largas
Aonde o férreo dente preza tinha
A cortadora proa, que rasgava
De um novo mar as ondas.

Ao alto pego torrão, nunca asado
Dos fracos lenhos que no Tejo surgem;
Já ferve a brava chama e se levanta
A náutica celeuma.

Os cabos passarás mais tormentosos,
Sem que as crespas torrentes te atropelem,
Ao pólo chegarás aonde brilha
A luz da eterna Fama.

Em vão ronceiras, barbaras galeras
Forçando os débeis remos, com que açoitas
O mar que lhe resiste e as afrontas
Trabalham por seguir-te.

Era um cartel de desafio aos jovens poetas que se lançaram no delírio das Sátiras pessoais, que se prolongou ainda por 1767 como indica Manuel de Figueiredo no seu Discurso VIII, em nota: «Pelos anos de 1767, pego na pena, escrevo o prólogo da *Escola da Mocidade*, principio a Comédia, daí a dias visitei o Bispo de Beja (D. Fr. Manuel do Cenáculo) falo nas composições em que gastavam o tempo os moços de génio, que tinha Lisboa, pois *naquele tempo se devoravam com Sátiras uns aos outros*, e o Teatro sustentando-se com traduções... (*Obr. Post.*, II, 211). Do *Grupo da Ribeira das Naus* fala Aragão Morato: «finalmente, uma nova Sociedade formada à imitação da *Arcádia*, e em cujo grémio entravam alguns moços de muita capacidade e engenho, contribuindo não pouco para fomentar a consolação literária e granjear aos Arcades a maior celebridade.» (*Mem. cit.*, p. 75). Na luta de Sonetos e Sátiras, que se desencadeiam, chega-se até às insinuações pessoais; em alguns se esboça o retrato de Garção e parodiam-se versos seus em que pinta a sua pobreza doméstica. Assim metrifica José Basílio da Gama:

AO GARÇÃO

Lisboa, três de Abril. *Cheio de sarro,*
Roto o vestido, hirsutos os cabelos,
A boca negra, os dentes amarelos,
Envolto em homem gira um certo escarro.

Roger das Musas o soberbo carro
Quis; mas porém frustraram-se os desvelos,
Mudo no chão, arranha-se de zelos
A frágil criaturinha que é de barro.

.....

Em um Soneto de Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral (*Motúzio*) a alusão à sua vida doméstica é pungente, mas convém fixar esses traços que dissolvem a lenda da aventura de amores com que quiseram explicar a sua perseguição iníqua:

Quem visse um mau Poeta atassalhado
De Odes mouras, e em torno um bonito indino,
De lapuzes crianças sem ensino
Brincar-lhe c'os papeis, ter-lhos rasgado?

Quem o visse c' o lenço entabacado

Enxotar um, porém outro malino,
Limpar o cu do irmão mais pequenino,
Com Soneto que estava começado?

Quem mais visse entre tanta porcaria
Um esqueleto em forma de macaco,
Poetando em frase turca, obscena e fria

Quem mais visse daquele estulto caco
Sair tanta obra má, – Este (diria):
Garção, nojento escarro de tabaco.

Domingos Monteiro de Albuquerque conhecia a vida desconfortada da *Fonte Santa*, causada pelas complicações das dificuldades económicas que envolviam o poeta, que nos seus versos se lamentava:

Mas do poeta, amigo, só me resta
Desastres e misérias, *filhos rotos*

.....
O Chico mostra rotos os sapatos;
Um quer lenços, outro quer roupinhas;

.....
À porta está batendo o alfaiate
Se alguém aos cães lançar os pátrios ossos,
Se for traidor à pátria, se é falsário,
Seja lançado a filhos e credores.

Pela data em que irrompeu e se prolonga a *Guerra dos Poetas*, vê-se que ignorando a vida de Garção, doente, pobre, torturado por credores, com uma numerosa família, é que se formou a lenda de uns amores com uma senhora inglesa, cobrindo assim o arbítrio do Marquês de Pombal pondo no segredo de cárcere *ad libitum* o indefeso poeta. Filinto Niceno, que comandava o novo *Rancho*, quando teve de fugir de Portugal ao intolerantismo que o perseguia, no seu angustioso exílio de Paris, lia com recolhimento as poesias de Garção copiadas por sua mão em três cadernos e citava esse nome como de um iniciador e modelo. A *Guerra dos Poetas* prolongou-se por 1770, tomando por objectivo o delírio causado pela cantora italiana Zamperini, que veio mais agravar os ódios dos médiocres contra Garção, e envenenar mais a malevolência do Marquês de Pombal.

O começo das hostilidades contra a *Arcádia* proveio de alguns de seus sócios que pertenciam à Congregação dos Oratorianos das Necessidades, e em 1760 ter-se dado o conflito do ministro com essa corporação que tanto o auxiliara nas reformas do ensino público após a expulsão dos Jesuítas. O esclarecimento desse conflito porá em evidência como o desgraçado Garção se achou envolvido no ódio do Conde de Oeiras. Pelo rompimento das relações de Portugal com a Cúria romana em 1760, para resolver quaisquer impedimentos matrimoniais ordenou que o fossem pelos bispos diocesanos, sem recorrer às dispensas de Roma, e ficando válidos os casamentos sem esse requisito. Para sustentar esta prerrogativa do regalismo foi encarregado Inácio Ferreira Souto de publicar um livro *De Potestate Regis*, que este jurisconsulto escrevera. Não podia

efectuar-se a publicação sem a prévia aprovação do Inquisidor-Geral (um dos Meninos de Palhavã). A censura inquisitorial ordenou que o livro fosse examinado pelo P.^o João Baptista, da Congregação do Oratório, que demorou tanto o seu exame, que o desembargador foi pessoalmente à cela do Padre informar-se do andamento. O oratoriano declarou que não aprovava essa extorsão do poder do *Regalismo*. O juriconsulto agarrou no livro, indo contar o caso ao Conde de Oeiras, que ante esta afronta do seu poder absoluto foi pessoalmente entender-se com o Inquisidor-Geral, do que resultou ordem de prisão para os Meninos de Palhavã e internados no convento do Buçaco. Por esta causa, como familiar do Santo Ofício foi encarcerado na Junqueira o Conde de S. Lourenço, onde jazeu dezoito anos. As seis Casas da Congregação, por autoridade episcopal foram suspensas de confessar e de pregar. O P.^o António Pereira de Figueiredo, em carta para o Prepósito de Goa, de 25 de Março de 1769, descreve este desagrado em que caiu a Congregação perante o monarca, opondo-se àquelas doutrinas. Por este tempo, o ministro publicava um decreto real, oferecendo 40.000 cruzados a quem denunciasse os murmuradores do seu governo. Quem estaria livre de uma malevolente emboscada? Pelas amizades de Garção com os seus colegas da *Arcádia* é natural que em conversa particular ouvisse falar do caso jurídico e expendesse reservadamente qualquer reflexão. É certo que foi essa sua familiaridade com os P.P. das Necessidades, que se considerou a causa da sua perseguição. Di-lo António Joaquim de Melo, no seu livro *Biografias de Poetas e homens ilustres de Pernambuco*: «O Marquês de Pombal o não olhava bem por ser parcial dos Padres Congregados e outros murmuradores do seu ministério.» (*Op. cit.*, I, 13). O autor citado não examina as circunstâncias, que são a prova do facto; o mesmo aconteceu com Inocêncio, cobrindo a sua falta de informação com a referência vaga: «Parece que este (Marquês de Pombal) andava desgostoso com o Poeta, pelas suas intimidades com os Padres da Casa das Necessidades, que ele Marquês olhava como inimigos do seu ministério, e não sem razão.» (*Carta Part.* de 18 de Fevereiro de 1861). Garção tinha o pressentimento do ódio que contra ele ia desabar, e com um natural instinto de defesa, escreveu uma extensa e pomposa *Epístola ao Senhor Marquês de Pombal*, glorificando-o pela ocasião em que era elevado à hierarquia nobiliárquica de Marquês, proclamando o seu espírito de justiça e comentando os feitos dos seus antepassados heróicos.

Nas cópias manuscritas dessa época, aparece esta composição com o título: *Carta: Ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Sebastião José de Carvalho* (ms. de 1772), e em outro da mesma data com a rubrica: *Ao Sr. Marquês de Pombal*.¹⁵ As Sátiras dos poetas do *Grupo da Ribeira das Naus*, não podiam ser desconhecidas do Marquês de Pombal, porque seu irmão Francisco Xavier de Mendonça aí governava como Director. No seu fundado susto, Garção contava com a defesa daquela antiga amizade; talvez que ele tivesse sustado qualquer golpe. Desde 19 de Julho de 1759, que Francisco Xavier de Mendonça Furtado fora despachado Ministro de Expediente junto de seu irmão o Conde de Oeiras, e no ano seguinte feito Ministro do Ultramar e Marinha. Era dotado de um carácter íntegro e humano. Garção podia contar com ele para lhe acudir nalguma surpresa. Por fatalidade, tendo de ir acompanhar o rei D. José a Vila Viçosa, aí foi vitimado por uma febre maligna. Outro acidente veio tornar mais delicada a sua situação ante o onnipotente ministro, que sabia vingar-se apoiando-se sempre nas circunstâncias imprevistas. Em 1770 Paulo de Carvalho e Mendonça, que desde 19 de Setembro de 1764 exercera o cargo de Presidente do Senado de Lisboa, com a mais inteligente e honrada administração, no reconhecido desenvolvimento da cidade, entendeu retirar-se desses instantes trabalhos. A opinião pública não ficou indiferente a essa resolução,

¹⁵ Na edição de 1888, traz a rubrica *Ao Ex.^{mo} Sr. Conde de Oeiras, Secretário de Estado*, talvez escrita em 1769, antes da nomeação de Marques.

estando preocupada sobre a nomeação da nova Presidência, para a qual se apontava já o Conde de Oeiras, primogénito do Marquês de Pombal. Garção escreveu um Soneto *Ao Senado de Lisboa*, em que exaltava o seu antigo Presidente. Ei-lo:

Fiel à pátria, ao rei, a si, a tudo,
Sincero sempre e sempre contundido;
Tão amplo benfeitor, quanto ofendido
Pelo dente voraz de um povo rudo;

Da viuva, do órfão sempre escudo,
Por parte da razão sempre atendido,
De insultos vãos por máxima esquecido,
De culto nas acções sempre sisudo;

Coluna de antiquíssimos direitos,
Voz da nação, que exactamente soa,
Qual eco pela estrada dos preceitos;

Este, o Senado, a quem perdeu Lisboa!
Vede pois, cidadãos, com novos feitos
Se a Câmara que vem vos é tão boa.

O Conde de Oeiras que sucedeu a Paulo de Carvalho em 1770 na Presidência do Senado de Lisboa, fez logo tais desvarios, que seu pai o Marquês de Pombal, conhecendo este Soneto, percebeu sob esse compromisso uma sátira pessoal. Foi a loucura pela cantora italiana Zamperini, que se continuou na *Guerra dos Poetas*, sendo um dos heróis o P.^o Manuel de Macedo, na Arcádia *Lemano*. O Conde de Oeiras para arranjar dinheiro para manter a empresa apenou os capitalistas da cidade, árbitro legalizado pelo Alvará de 17 de Julho de 1771, e Instruções para o estabelecimento de uma *Sociedade para a representação de Óperas em São Carlos*. O Marquês de Pombal, quando viu claro os desvarios do filho, deu uma ordem de expulsão da sedutora Zamperini, causadora da versalhada dos seus apaixonados.

Este escândalo acha-se pitorescamente relatado por Timóteo Lecussan Verdier, a propósito do verso do poema o *Hissope*, alusivo à extremada *Zamperini*. Destacamos algumas linhas, que farão sentir o alcance moral do Soneto de Garção:

«Zamperini actriz cantora, veneziana, que veio a Lisboa em 1770, com a qualidade de *prima dona* e à testa de uma companhia de cómicos italianos, ajustados e trazidos da Itália pelo sr. Galli, notário apostólico da Nunciatura e banqueiro dos negócios da Cúria romana. Entregou-se a esta *virtuosa* sociedade o Teatro da Rua dos Condes. Como havia tempos que não se ouvira ópera italiana em Lisboa, foi grande o alvoroço que causou esta chegada. Sendo forçoso custear esta especulação teatral, os Agentes interessados nela lembraram-se de recorrer ao filho do Marquês de Pombal, o Conde de Oeiras, então Presidente do Senado da Câmara de Lisboa, que já preso e pendente da encantadora voz da sereia Zamperini anuiu sem dificuldade ao plano que lhe foi proposto. Sob os seus auspícios, ideou-se uma Sociedade com o fundo de 100 mil cruzados, repartido em 100 Acções de 400 mil réis cada uma. Para alcance pronto desta quantia, lançou-se uma finta sobre alguns negociantes nacionais e estrangeiros, que em dia assinalado e em horas fixas, sendo juntos no Senado, sem saberem a que eram chamados, ouviram da boca do Conde-Presidente as condições dessa nova sociedade

teatral. Nuns o receio de serem mal vistos do governo, noutros a vontade de agradar ao filho do primeiro-ministro, foram as poderosas considerações que os arrastaram todos a assinar as ditas condições, das quais a mais penosa era a da soma, que logo preencheram. Parece que os inventores e agentes desta Sociedade tiveram por alvo singular o de multar a austera sisudeza de alguns negociantes velhos – que nunca haviam sido vistos em públicos divertimentos. Antes de findos dois anos, o fundo da sociedade teatral achava-se exausto, e as receitas montando a tão pouco, que mal cobriam as despesas indispensáveis do serviço mais ordinário... Esta negociação teatral apenas durou até meados de 1774 em que o Marquês de Pombal fez sair de Lisboa a Zamperini... achando-se a empresa empenhada e devedora a infinitos credores...» Teotónio Gomes de Carvalho foi um dos quatro administradores e inspectores da empresa, e no camarote da administração aparecia algumas vezes Dinis, o autor do *Hissope*. O Soneto de Garção *Ao Senado de Lisboa*, afigurou-se ao Marquês de Pombal um augúrio das burricadas do Conde-Presidente seu filho.

Desde a noite de 8 de Abril de 1771, que o Garção fora arrancado à sua família e metido no *segredo* do Limoeiro. O facto provocou lacónicos rumores: qual o motivo da prisão do poeta? Um *motivo fútil*. Outros adiantavam: *Uns versos que desagradaram ao Marquês de Pombal*. Mas, que versos? Ninguém conhecia o *Soneto ao Senado de Lisboa* que fora presidido por Paulo de Carvalho; foram examinar a *Fala do Infante D. Pedro*, escrita em 1754, sobre o facto histórico do Duque de Coimbra, e sem notarem que os melindres do *Infante D. Pedro*, irmão do rei, já desde 1760 estavam sanados pelo seu casamento com a sobrinha Princesa do Grão-Pará. O Marquês de Pombal, cobriu o seu ressentimento pessoal com uma circunstância fortuita. Como a ordem de prisão ficara até ao nosso tempo ignorada, desconhecia-se que mais duas pessoas tinham sido também presas. Apenas constou por tradição de Domingos Maximiano Torres (*Alfeno Cíntio*) que chegara até ao bibliógrafo Inocêncio: «que a tal carta, havia por fim nada menos que convidar para a fuga a menina, cujo estado de gravidez ia já suficientemente adiantado.» Pelas tradições da família de Garção é que um seu bisneto J. M. de Salema Garção, contava que essa menina era uma filha do Coronel escocês Mac-Bean, e que a carta era de um tal Lobo de Ávila, que seu bisavô por favor traduzira em inglês. Foi sobre estes elementos, em parte errados, que Garrett escreveu a apreciada nota no seu drama, que tanto interessou a atenção da crítica pela morte do árcade insigne. Camilo Castelo Branco serve-se da tradição errada da nota sobre Garção, deturpando iniquamente o seu sentido moral: «A mulher que o poeta amava, era sua vizinha, filha do Intendente de artilheria, Mac-Bean, escocês ao serviço de Portugal. Formosa e leviana, diz a tradição colhida por um neto de Garção; porém, esse descendente do poeta amoroso, em vez de dar a seu avô a personalidade activa e directa, na historia dos amores da escocesa ou inglesa, como ele dizia, constituiu-o simplesmente secretario dos afectos de um seu hospede, em uma carta de grande consideração escrita à menina. *Louvável disfarce*, se o intento de seus pais foi resguardar da irrisão um homem que delinquirá contra a honra em idade imprópria de desvarios eróticos.» (*Curso de Lit.*, p. 182). E depois deste crime, novas deturpações da verdade histórica, porque a ordem simultânea da prisão de Lobo de Ávila não é um *louvável disfarce*, ainda acha generosa a vingança do Marquês de Pombal, deixando-o morrer na cadeia sem julgamento judicial: «Não se lhe instaurou processo para evitar dois opróbrios, o de Garção, chefe de família na idade de quarenta e nove anos, e o da filha do queixoso, mulher cuja desonra ficaria oculta, se o prezo expirasse com o segredo do motivo da sua prisão...» (*Ibid.*, p. 183). Neste seu atentado moral, Camilo desconheceu o mandado de soltura que o Marquês de Pombal assinou quando já Garção estava nos paroxismos. Medonho acordo moral do ministro e do romancista.

Na Torre do Tombo existem os mandados da prisão do poeta, nos *Avisos*, Liv. 10 a 14, ffs. 42 e 47, com data de 8 de Abril de 1771: «Ordem de prisão para *Francisco António Lobo de A vila*, filho do Escrivão da Guarda (Real); para *Pedro António Correia Garção* e *Manoel José*, que se chama criado grave deste, devendo ser encerrados em separado X.»¹⁶

Na família do poeta ignorou-se quem era o oficial que se apresentara ao Marquês de Pombal reclamando as três prisões; como o filho José Maria Salema Garção era então muito criança, nada pôde precisar, e seu neto Pedro Salema Garção é que vendo versos a um Coronel Mac-Bean e a um outro chamado Mac-Lean, confundiu os dois. A crítica de bom-senso veio a reconhecer que o irmão do poeta que dirigiu a edição das poesias em 1779, eliminaria esses nomes, se tivessem cooperado na desgraça de Garção, como fizera à Ode ao Conde de Oeiras de 1759 e à Epístola ao Marquês de Pombal de 1769. Pelos documentos militares Mac-Lean, oficial inglês, viveu sempre longe de Lisboa, aonde veio já brigadeiro em 1772. O Coronel Mac-Bean, estava em 1766 em serviço em Valença. Por aqui se vê a inanidade da lenda familiar e do romanticismo improvisado de Camilo.

No livro já citado *Poetas e Homens ilustres de Pernambuco*, por António Joaquim de Melo, aponta-se o facto positivo: «*Pretextou* a prisão com a tradução que fez de escritos dos amores de uma filha do brigadeiro inglês *Elsden*, com um amigo do Poeta.» Com esta indicação precisam-se factos e datas importantes em *Avisos* da Torre do Tombo. Era Guilherme Elsdén pouco culto, que se insinuara no ânimo do Marquês de Pombal, que o fez de simples Ajudante de Infantaria (isto é sem curso científico) e despachou em 16 de Janeiro de 1762 em Engenheiro, pela prontidão com que em quinze meses de serviço cumpriu com felicidade as ordens; e em 23 de Dezembro de 1767 era despachado Tenente-Coronel da absoluta confiança de Pombal que em 17 de Outubro o encarregou de assistir em Coimbra à entrega do Colégio dos Jesuítas. Quando Guilherme Elsdén se ausentava de Lisboa em serviço, encerrava sua mulher Francisca Teresa da Conceição Elsdén no Recolhimento do Sacramento. Tinha este oficial uma filha, que veio a casar em 1782, e uma irmã com quem vivia em 1784. O caso da gravidez só podia entender-se com uma delas; a menina não carecia de que lhe traduzissem em inglês a carta para a fuga, mas sim a irmã de Elsdén, que não deixara de falar a sua língua. Demais, o caso não era único; em Aviso de 4 de Fevereiro de 1772, ordena-se o recebimento da *miss* Maria da Piedade Dodd no recolhimento de São Cristóvão, filha do inglês Teófilo Dodd. Elsdén tinha grandes entradas junto do Marquês de Pombal; em carta de 12 de Fevereiro de 1772 ao Reitor da Universidade de Coimbra, diz-lhe que envia pelo Tenente-Coronel Guilherme Elsdén o Laboratório de Química e o Observatório Astronómico, «*de cuja destriedade se aproveitará o Reitor tão utilmente, pois lhe tem mostrado a experiência dos serviços que lhe faz o referido oficial*». Foi sob a influência desta hábil criatura, que o Marquês de Pombal deixou cair o peso da sua autoridade sobre Garção. Jazeu o poeta longos meses incomunicável no *segredo* do Limoeiro; e só depois de muitos choros nas audiências públicas que o rei dava ao público, segundo o estilo, é que a desolada esposa conseguiu que Garção fosse mudado para os quartos altos. A prisão de Francisco António Lobo de Ávila, conhecido por aventuras de Lovelace, denota que era o signatário da carta, que ele enviara pelo criado Manuel José, por qualquer gorjeta, sem Garção saber. O nome de Elsdén não foi mencionado depois da morte do poeta, porque saiu em 1772 em comissão para Coimbra, e em várias comissões de engenharia em Leiria e Alcobaça em 1775 e em fazer a planta para as obras de resguardo em Valada em 1777, acabando a sua actividade

¹⁶ Estes Avisos, em separado, estão publicados na *Arcádia Lusitana*, p. 411.

com a queda de Pombal, pelo falecimento do rei.

Garção era absolutamente estranho à aventura de amores por que estava preso. No cárcere escrevia um Soneto: *A sua mulher a Sr^a D. Maria Ana Xavier de Sande e Salema*, em que transluz a sua consciência:

Ao som dos duros ferros que arrastava,
Na lira de ouro Coridon tangia,
De Macia o doce nome repetia,
Mas no meio do canto soluçava.

No rosto macerado que enfiava,
O lacrimoso pranto reluzia,
E nos olhos que aos altos céus erguia,
O pensamento intrépido voava.

Não se assombra de ventos insofridos,
Nem com ousado lenho arar intenta
O pólo do futuro nebuloso,

Menos choro terrenos bens perdidos,
De pouco um peito grande se contenta,
Antes quer ser honrado que ditoso.

(*Son.*, LV, Ed. 1888)

Quem exprime este estado de consciência com tanta firmeza moral, e à esposa onde reflectia toda aquela desgraça, era um justo esmagado pelo crime triunfante.

O Soneto XXIV a Teotónio Gomes de Carvalho, repassado da longa tortura física e moral, revela a esperança da sua influência junto do algoz:

E só tu, qual santelmo na tormenta,
Serenos tornas o furor das aguas,
Lhe dás alegres mostras de bonança.

Nas lentas, tediosas e desesperadas horas do cárcere, Garção entretinha-se a organizar a colecção dos seus versos, como quem pressentia a morte próxima. O Ms. das suas obras de 1777 (Catálogo Azambuja, n.^o 2862) tem a seguinte nota: «Como esta Colecção foi copiada do original, que Pedro António Correia Garção (estando preso no Limoeiro) deu a José Pedro de Medina, e que se copiou anos antes que se imprimissem, conferindo-os depois, se achou estarem algumas imperfeitas, ou que o Autor na prisão as emendara, ou quem as mandou imprimir, e por esta causa se fez a seguinte advertência.»

Por esta nota se nos revela como o desgraçado poeta procurava na arte a anestesia contra a desgraça a que não pôde resistir. Dinis, lembrado da última reunião de 1764, em que se celebrou a *Restauração da Arcádia*, enviou-lhe de Elvas uma Ode sentida em que descrevia a *Arcádia*, sob a alegoria de um Monte ermo e devastado pelas intempéries, sem vegetação, sem pastores; incorporámo-lo aqui como uma síntese poética:

ODE

A GARÇÃO ESTANDO PRESO

Quando te observo, descamado Monte,
Onde o céu nunca se declara amigo,
Nem erva brota, nem rebenta fonte,
Quase dos ermos infeliz mendigo;
Se os olhos corro
Do cume à falda,
Assim discorro:

– Que mal fizeste, mísera montanha,
Que a natureza, sempre mãe piedosa,
Contra ti mostra ser madrasta estranha,
Nessa que nega desnudez pasmosa.
Por certo, espanta,
Que nem te cubra
Rasteira planta!

Nunca rebanho te buscou faminto,
Nunca colono te surcou avaro;
Que mesmo ao longe, se te observo, sinto
Que a vista foge desse horror tão raro.
Vendo que brutos
De teus abrigos
Fogem astutos.

Mas, oh! que estranhos ecos repentinos,
Os ares ferem, longe retumbando,
Ou são combates de esquadrões ferinos
Ou é torrente campos alagando?
Mas claras soam
Do Monte as vozes
Que assim atroam.

«Oh, não me chores, néscio caminhante,
Tantas misérias não são meu desdouro;
Cubram mil plantas o vaidoso outeiro,
Que eu no meu seio guardo mil tesouros.
Avaros venham,
E a vil cobiça
Em mim mantenham.

Sim! felizmente, liberal pobreza,
GARÇÃO ditoso nesse estado pobre,
A sorte adversa, sabia contrapesa
Com as ricas minas que a tua mente encobre.
Em tanto ultraje

És deste Monte
A viva image.

Pela sua debilidade congénita de valetudinário e delicadeza moral do seu temperamento de artista, Garção ia caindo em um marasmo, que denunciava o passamento. Sabendo do caso, o Marquês de Pombal, ordenou por Aviso de 10 de Novembro de 1772, assinado por José de Seabra da Silva, dirigido ao Cardeal da Cunha para «que mande soltar a Pedro António Correia Garção e a Francisco António Lobo de Ávila, presos na cadeia da corte, assignando os ditos presos um termo perante o Corregedor do crime do bairro da Rua Nova, de saírem da referida Cadeia para fora desta corte, à qual não poderão voltar enquanto S. M. não mandar o contrario.» (*Avisos*, t. II, fl. 109. Arq. Nac.).

Quando este Aviso foi lavrado e posto em execução, já estava falecido o desgraçado poeta, e a cláusula de *saírem da cadeia para fora da corte* foi posta com o fim de manifestar desconhecimento de que o Garção já estava morto, tendo-se iludido sempre a viúva com promessas da soltura do marido. O termo do Óbito de Garção, no Registo Paroquial de São Tiago, fl. 40, mostra a má fé do mandado de soltura: «Aos dez dias do mês de Novembro de mil setecentos e setenta e dois, *faleceu na cadeia* da Corte, em uma camarata, Pedro António Correia Garção, professo na ordem de Cristo, casado com Dona Mariana de Sande Salema, filho de Filipe Correia da Silva, natural de Lisboa, na idade de quarenta e nove anos, e preso na Cadeia da Corte em nove de Abril de mil setecentos e setenta e um, e recebeu todos os sacramentos. Do que fiz este assento que assinei, *eva ut supra*, – O Cura Dâmaso Leal.» À margem, lia-se: «Nº60. Pedro António Correia Garção, jaz sepultado nesta igreja.» Há neste ponto equívoco do pároco sobre o local da sepultura, porque Garção foi enterrado na Igreja de Santa Marta, que fora demolida em 1835.¹⁷

Celebrando a morte de Garção o estudioso e sincero Francisco Dias Gomes em uma sentida Elegia, apensou uma nota, que só hoje é cabalmente explicada: «O Garção, insigne restaurador da Poesia portuguesa em nosso tempo, acabou a vida no fundo de uma prisão, motivada por *uma causa de si tão fútil, que é vergonha expressá-la.*» Uma inofensiva poesia, que se confundiu com a *Fala do Infante D. Pedro*, era esse Soneto ao Senado de Lisboa glorificando Paulo de Carvalho, quando o Conde de Oeiras, filho do Marquês, na sua presidência desde 1770 só praticava vergonhosos desvairamentos.

Estas particularidades tornam simpático o nome de Garção, em cujos versos se reflecte a singeleza da sua vida conformada em grande parte com o ideal horaciano. São belos os Sonetos, como expressão de uma íntima familiaridade, as Odes e Epístolas têm um tom sentencioso sempre afectivo, encobrimdo pelo efeito pitoresco a imitação clássica; as suas duas Comédias em verso hendecassilábico, *Teatro Novo* e *Assembleia ou Partido* são sátiras realistas, quadros dos costumes burgueses de Lisboa, onde a mania das representações particulares e em reuniões de famílias eram a simulação de uma sociabilidade, que não estava nos hábitos do viver português e se implantava pela corrente da moda e era condenada como *modernismo* e *peraltice*. Garrett considerava esta forma de comédia de Garção como um excelente modelo, em que o verso hendecassílabo solto e a dimensão, de um ou dois actos, tornavam um verdadeiro Provérbio. No lirismo, a Cantata da morte de *Dido*, Garção deixou-nos a mais bela composição de toda a época arcádica; conheceria, talvez, a expressão musical dos compositores do século XVIII, e pode-se dizer, que pela palavra recitada deu toda a

¹⁷ Informação de C. F. Borges, em carta de 23 de Outubro de 1909.

emoção a esse quadro, em que o efeito descritivo se reforça com o seu gosto pela pintura, a que se dedicava. A correcção da forma e o sentimento profundo e trágico com um tom religioso conseguiu-os pela compreensão do espírito da Arte grega, que revelara nos Discursos lidos nas Conferências da Arcádia. Este género poético a Cantata, seguido por outros árcades, recebemo-lo da imitação da forma adoptada por João Baptista Rousseau; este neoclássico francês descreve a sua iniciativa: «Os italianos chamam-lhe *Cantatus*, porque dependem particularmente do canto; têm por costume dividi-la em três Recitativos cortados por Árias de movimento, o que obriga a variar a métrica das estrofes, das quais os versos são inteiros ou quebrados, como nos Coros das antigas tragédias e na maior parte das Odes de Píndaro. Eu ouvi algumas destas *Cantatas*, e isto me deu ensejo de ensaiar se poderia, à imitação dos gregos, reconciliar a Ode com o Canto...» O discípulo de Boileau limitou-se «a dar uma forma a estes pequenos poemas, encerrando-os em uma alegoria exacta cujos recitativos constituíssem o corpo, e as Árias as almas ou aplicação...» (*Oeuvres*, I, p. XCIII).. Bocage seguiu o modelo de Garção, na sua Cantata de *Inês de Castro*. Mas, a acção das academias exclusivamente literárias é esterilizante, porque o seu canonismo das regras e norma do gosto, apaga o individualismo na arte.

DINIS (*Elpino Nonacriense*). – Pela gloriosa iniciativa da fundação da *Arcádia Lusitana*, e principalmente pela composição do belo poema herói-cómico *O Hissope*, a biografia de António Dinis da Cruz e Silva tem interesse histórico em todas as suas particularidades, que envolvem o aspecto geral do seu tempo. Tendo exercido funções públicas como magistrado, e muitas vezes em situações inolvidáveis, os documentos oficiais guardados nos arquivos encerram datas capitais da sua vida. Os investigadores, como Ramos Coelho e Brito Rebelo, que lograram o exame desses documentos, fixaram datas e factos para a sua nítida biografia. Em uma sociedade dominada pelos preconceitos de nascimento e de classe, nenhum passo podia ser dado sem que se procedesse a um inquérito de sangue, para provar que não tinha *raça* de judeu ou de mourisco, nem que pertencia a família operária, a que se chamava *ter mancha de mecânico*. Duas vezes teve Dinis de requerer estes dois inquéritos à sua geração, para poder ser admitido à leitura de bacharéis no Desembargo do Paço, e para receber o hábito de cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis. Dos depoimentos testemunhais destes inquéritos, que muitas vezes embaraçavam a carreira de um indivíduo, provêm notícias preciosas sobre a personalidade de Dinis. Como teve despachos vários na sua carreira de magistrado, esses diplomas, registados nas Chancelarias, fixam-nos as principais datas da sua vida oficial, que se ligava com os ócios poéticos, que revelaram o seu talento literário. Tais são os livros da Chancelaria de D. José, os das Mercês de D. Maria I, as residências, do Desembargo do Paço, Livro das Profissões do Convento de Jesus, do Conselho Ultramarino, e o das Mercês do Príncipe Regente. Todas essas datas iluminam ora o meio doméstico em que se formou a sua personalidade, ora as circunstâncias em que elaborou as suas obras literárias.

Para julgar Dinis pelo seu influxo na fundação da *Arcádia*, pelas relações pessoais com capacidades principais do seu tempo, e pela acção directa como alto magistrado, é preciso recompor o quadro, histórica e filosoficamente, do seu meio; as duas datas – 1731 e 1799 – do seu nascimento e morte, abrangem a parte mais característica do século XVIII. Dentre estes limites é que aparece a individualidade de Dinis. A desorganização dos estudos clássicos pela acção dissolvente dos Jesuítas sobre D. João V; o processo crítico instaurado aos métodos de ensino da Companhia pelo corajoso Verney, e as medidas postas em prática pela audácia reformadora do Marquês de Pombal explicam-nos esse humanismo extemporâneo do século XVIII, que rompendo

com o aristotelismo dos Jesuítas, tinha ao mesmo tempo medo de adoptar o enciclopedismo científico e crítico do génio francês. A preocupação principal era manter-se nesse meio termo, para não incorrer na suspeição de jesuitismo nem também de *filosofismo*; os espíritos educados sob este regime mental ficaram atrofiados e o seu humanismo de banal erudição foi estéril. Nesta situação equivocada e deprimente para a inteligência portuguesa, a arte foi uma convenção meramente formal, como se pode fazer ideia pelas Odes pindáricas de Dinis, pelos seus Ditirambos, e pelo juízo que ele tinha da poesia, nada publicando, por ser coisa incompatível com a dignidade de um magistrado. Assim o revelara a Nicolau Tolentino: «*que um magistrado se deslustrava cultivando as Musas.*» Mas estes dois poetas espontaneamente nos revelaram, que alguma coisa natural existia como reacção de protesto: foram os versos satíricos, picarescos e obscenos, que então abundavam na literatura, porque esse era o legítimo produto de uma sociedade sem direitos, sem liberdade, sequestrada ao movimento europeu, e entregue ao arbítrio e caprichos da autoridade (*graça régia*) que se impunha como a graça de Deus. Nos produtos mórbidos há também manifestações relativamente perfeitas como expressão do condicionalismo: no *Lutrin* de Boileau, e no *Hissope* de Dinis revelam-se as condições do meio social em que foram produzidos, porque o despotismo de Luís XIV era um ideal para D. José, realizado à risca pelo seu onnipotente ministro. O largo reinado da demente rainha D. Maria I, as imbecilidades ordenadas pelo seu director-ministro, o boçal Arcebispo-Confessor, caracterizam-se pela palavra apregoada no seu tempo, como síntese da situação moral e política o *Intolerantismo*. Era um novo abismo que se abria à inteligência; e os mais distintos espíritos tinham de inevitavelmente procurarem asilo nos países estrangeiros. Seguiu-se depois desta violência obcecada, a inauguração do regime policial garantido pelo terrível Pina Manique, sendo a sua *Intendência-geral* mantida acima dos próprios ministros; a este mal, que estabelecia na sociedade portuguesa a *espionagem* e a delação, vieram os esforços para conservar Portugal isolado da corrente das *ideias francesas* ou do *filosofismo*, para que as ideias da *Soberania nacional* não penetrassem na consciência portuguesa. É esta imposição que determina Dinis, a dar as tremendas sentenças contra os pobres poetas de uma inventada *pavorosa* Conjuração de Minas. Somente a vista de conjunto é que faz compreender como uma alma de poeta distribui a justiça com a insensibilidade moral do carrasco.

Pelo Livro dos Baptismos da Freguesia de Santa Catarina principiado em 1721, a f. 292, se regista que António Dinis da Cruz e Silva nascera *aos quatro dias do mês de Julho* de mil setecentos e trinta e um, ser filho legítimo de João da Cruz Lisboa e Eugénia Teresa, recebidos em 5 de Fevereiro de 1713. Nestes dezassete anos de consórcio nasceram o primogénito Francisco Caetano e duas meninas, sendo este quarto filho baptizado em 23 de Julho, quando já seu pai se ausentara para o Brasil a procurar meios de fortuna, donde do arraial de Thabira e depois de Paracatu, mandava subsídios, até 1739, em que cessaram as remessas pecuniárias, por falecimento. Aqui temos a situação da família, nas angústias de acanhados recursos: Eugénia Teresa vivia com suas filhas muito recolhidamente, e pelas singulares prendas de costura e bordados, trabalhavam para casas nobres, como a do Conde de São Vicente. O filho mais velho, Francisco Caetano, professou no Convento de Jesus com o nome de Fr. Francisco de Sales, e pelas suas diligências junto de sua avó paterna, que tinha lugar oficial no Terreiro do Trigo (*medideira*), acudiu sollicitamente a sua mãe e dirigiu a educação do irmãozinho. Uma das testemunhas para as provanças de admissão à leitura de Bacharéis, diz que sua mãe Eugénia Teresa e avó materna Catarina Maria: «viviavam com muito recolhimento, usando do trabalho de suas mãos, e que por serem *prendadas em toda a qualidade de costura*, vinham muitas vezes a casa da ex.^{ma} Condessa de San Vicente a

ajudar-lhe na factura dos seus vestidos e outras semelhantes alfaias; mas que disto não percebiam paga alguma, e o faziam tão somente por obsequiar a mesma fidalga; e que se sustentava e a mãe do que lhe mandava anualmente seu marido, que havia muitos anos, residia no Brasil.» Vê-se por este depoimento o intuito de afastar toda a suspeita de trabalho, porque isso inibia de subir na escala social por importar *mancha de mecânico*. Mas, ai! que uma outra testemunha, mulher talvez invejosa, depôs que o pai, João da Cruz Lisboa: «fora nesta cidade *carpinteiro de casas*, mas que deixando *este ofício*, sua mulher e filhos, se ausentara para as Minas a mudar de fortuna, aonde falecera...» E de Eugénia Teresa, diz a malévola vizinha: «depois de seu marido se ausentar, se exercitava em costuras, que uns e outros encomendavam, e de que percebia o justo estipendio; e da mesma sorte ganhava a sua vida a avó materna Catarina Maria, sendo ambas ocupadas por varias senhoras para simples costureiras, por serem muito prendadas neste exercício;... que a avó paterna Josefa da Silva – vivendo em casas próprias na rua da Cruz fora *Medideira*, tendo um lugar no Terreiro (do Trigo) em que vendia pessoalmente...» Uma testemunha que o conhecera sendo Sargento-mor de Ordenança em Paracatu, atravessador de cargas, acrescenta que João da Cruz Lisboa: «fora *carpinteiro de casas*, porque ele mesmo lho dissera repetidas vezes.» Outra testemunha depõe que o avô «fora oficial de calafate na ponte da Ribeira das Naus, onde trabalhou até morrer.» Todos estes factos mostram a estreita malha para ser admitido à leitura de Bacharéis e ao provimento em lugar de Letras; mas quanto à *mancha de mecânico*, para obter o hábito da Ordem de São Bento de Avis, foi preciso depois de muitos anos de embaraços, requerer em 1779 dispensa da *irregularidade*, só concedida em 9 de Julho de 1790. Por estas inquirições o professor de latim João Rodrigues da Rocha declara ter sido seu mestre de latim, na aula então na rua da Oliveira. Dinis foi completar os seus preparatórios de Lógica e Retórica nas aulas dos PP. Oratorianos do Convento das Necessidades, os *Manigrepos (Manu-grecos*, ap. Link) como lhes chamava o vulgo. Esta frequência de 1745 a 1747 foi-lhe mandada tomar em conta para o curso da Universidade de Coimbra. No livro das Provas dos Cursos, aparece matriculado no 1.º de Outubro de 1747 no primeiro ano da Faculdade de Leis. Esta época da sua formatura foi uma das mais agitadas, sob o governo do Reitor Figueiroa. A cultura da Poesia foi para ele um refúgio no meio da desvairada turbulência; já então usava o nome arcádico de *Elpino* e o de *Ergusto*, aparecendo entre os seus autógrafos uma composição de 1750. A amizade com Teotónio Gomes de Carvalho e de Manuel Nicolau Esteves Negrão data desses tempos de Coimbra. O manuscrito de *Jornadas*, em prosa e verso, continuava a tradição de Francisco Rodrigues Lobo, que abandonara para se apropriar das formas da poesia francesa. Competia-lhe agora entregar-se à faina da vida; suas duas irmãs já se achavam professoras no mosteiro das Clarissas de Santarém, cujos dotes lhe seriam alcançados por influência da Condessa de São Vicente e pela solicitude de Er. Francisco de Sales, a quem Dinis retribuía com o mais entranhado carinho.

Em Lisboa, em 1756, veio encontrar-se com Dinis o seu condiscípulo e poeta José António de Brito, com quem tomara o grau de bacharel no mesmo dia. Em um Soneto ao Conde de S. Lourenço, que o protegera em Coimbra, escreve José António de Brito:

Eu, Senhor, fiz as minhas *Conclusões*
Na alta Postila do Senhor Dinis,
Com ele mesmo o meu Bacharel fiz,
Bem ou mal, isso são opiniões.

Foram amigos íntimos, como consta de outras poesias, que aqui transcrevemos para evitar o erro de um Soneto, que desde 1812 anda em nome de Garção, erro ainda seguido pelo solícito Azevedo Castro na edição de 1888. Transcrevemo-lo do ms. n° 1728 da Torre do Tombo, contendo as *Poesias* de José António de Brito, fl. 44:

A um seu Amigo – Estando preso o Autor na Cadeia da Universidade

Quinze vezes a aurora tem rompido
E acendo outras tantas a candeia,
Depois que prezo estou nesta cadeia,
Sofrendo o que ninguém cá tem sofrido.

De todo trago o estômago perdido,
Como frio o jantar, mal quente a ceia,
E este mísero ornato que me arreia,
De noite é cama, de manhã vestido.

A um canto da boca arrumo um dedo,
Subo os olhos ao tecto, ao chão os mando,
Sem saber o que faço me arremedo.

Comigo mesmo estou filosofando,
Nego os mesmos princípios que concedo,
Vê tu, meu bom Dinis, quão louco eu ando.

E no verso desta folha 44 ele se parodia pelas mesmas rimas:

Ao mesmo intento, pelos mesmos consoantes

Dinis, a minha mágoa tem *rompido*
Em fazer tristes versos à *candeia*,
Assim divirto o tempo da *cadeia*,
Tão mal passado, como bem *sofrido*.

Tudo o que gasto em versos é *perdido*
Porque com versos não se aduba a *ceia*,
Nem a Musa gentil que o verso *arreia*
Me cose as rotas mangas do *vestido*.

Se tenho fome roo a unha a um *dedo*,
Que como em vão buscar a côdea *mando*,
Aos que vejo comer nunca *arremedo*.

Em jejum sempre estou *filosofando*,
Os *ergos* da pobreza não *concedo*,
Mas prova-se a miséria em que *ando*.

A Universidade de Coimbra tinha e continuou a ter Foro privilegiado para

disciplina penal académica. As suas prisões eram nos baixos quase subterrâneos do edifício da Livraria, com todo o aspecto inquisitorial. O pobre poeta Brito aí gemeu as semanas ou meses por qualquer troca escolar. Brito, que teve o nome arcádico de *Olivo*, faleceu prematuramente, muitos anos antes de ser preso Garção no Limoeiro em 1771. Fácil foi atribuir o Soneto a Garção, escrevendo no *segredo e incomunicável* ao seu amigo Dinis que se achava em Elvas na Auditoria militar, e isto aos quinze dias, sob o mais acabrunhante abalo moral e físico! Inocêncio e Azevedo Castro foram atrás da atribuição do *Jornal poético* de 1812, andando o soneto anónimo em cópias de 1802. Fique aqui memorado o companheiro de Dinis no curso de Leis e nos seus tentames poéticos, mas impedido pela morte de figurar na *Arcádia Lusitana*, que ele engrandeceria.

Apenas regressara a Lisboa, requereu *Elpino* em 23 de Julho de 1753 ao Desembargo do Paço apresentando a carta da sua formatura com o nome de *António Dinis da Cruz*. Tendo requerido admissão a um lugar de letras, é em 5 de Julho de 1754 que se manda proceder à inquirição de sangue, não *infecto de raça* judaica ou mourisca. É por esta exigência legal, que nos chega o conhecimento dos seus quatro costados, e daí as mudanças que o poeta apresenta nos seus apelidos, como António Dinis da Cruz e *Silva Castro*, ou da Cruz e *Silva Borges*, e *Cruz e Castro*. Não era prurido de afectar nobrezas de estirpe, mas a necessidade de evitar embaraços por causa da *mancha de mecânico* fechando-se-lhe a escala nobiliárquica. Por isso não adoptou os apelidos de seu pai Cruz *Lisboa*, nem de seu avô materno Borges; prevalecendo oficialmente Cruz e *Silva*, porque sua avó paterna Josefa da Silva, *Medideira* no Terreiro do Trigo, exercia um lugar de grosso trato. Todas estas vesânicas sociais explicam a decadência deste resistente povo sob o regime absolutista. A *feliz desgraça* do terramoto do 1º de Novembro de 1755, como já lhe chamaram, veio despertar a acção do seu governo e suscitar iniciativas individuais. Dinis, amigo íntimo de Teotónio Gomes de Carvalho seu condiscípulo e outro jovem bacharel Manuel Nicolau Esteves Negrão, elabora os Estatutos de uma *Arcádia Lusitana*, activando uma faina mental, enquanto se reedificava rápida e esplendidamente a cidade de Lisboa. Desde a inauguração da prestigiosa *Arcádia* até a sua entrada no quadro da magistratura judicial, frequentou as sessões mensais e solenes, lendo Discursos de crítica literária contra o seiscentismo, recitando poesias no novo estilo francês, e nos regozijos realengos. Esta parte da sua obra conservou-nos datas e nomes de poetas, que muito auxiliam o quadro histórico da existência da *Arcádia* na sua instabilidade, sustentada pela autoridade de Garção. Em 5 de Dezembro de 1759 é despachado Juiz de Fora para Castelo de Vide; achava-se, então, muito doente e de uma magreza esquelética, o que se explica pelas febres pestilentes endémicas no Poço Novo e ruas próximas da regueira de estrume líquido da rua de S. Bento, posteriormente aterrada. Do convento de Santa Clara, de Santarém, pedia-lhe sua irmã D. Ana do Paraíso uma composição dramática da *Degolação do Baptista*, para se representar, e uma *Loa a São Sebastião* para se recitar. Somente em 2 de Fevereiro, é que o poeta parte para Castelo de Vide a ocupar o cargo de Juiz de Fora (de comarca, na organização moderna), durante um triénio. Aí, nos seus ócios, metrificou por desfastio a celebração do consórcio da Princesa do Brasil com seu tio o Infante D. Pedro. Porventura esta bajulação lhe facilitou o acesso; porque em 19 de Dezembro de 1763, lhe foi concedida licença para vir a Lisboa. O motivo desta licença explica-se pela criação das antigas *Auditorias militares*, estabelecidas em 1614, que o Conde de Lippe fez renovar por lei de 18 de Fevereiro de 1764. Os Auditores militares junto de cada regimento, tinham a patente e o soldo de capitão. A amizade entre Dinis e Teotónio Gomes de Carvalho, muito ligado às regiões do poder, o informaria do que se passava, para entrar nas novas nomeações. A presença de Dinis na sessão da *Arcádia* de

13 de Maio de 1764, em que recitou a sua Égloga *Andrógeo*, em um esforço de *restauração* da enfraquecida academia, auxiliou por certo o seu despacho de Juiz Auditor do 2º Regimento de Infantaria estacionado em Elvas, importantíssima praça de Armas, de que era Governador Bernardo de Melo e Castro. Para Elvas acompanhou o poeta seu irmão e protector da sua mocidade Fr. Francisco de Sales, tão doente, que aí faleceu quatro meses depois, em 17 de Novembro de 1764, na sua habitação na rua de S. Francisco nº24.

Para aliviar sua tristeza, tomou Dinis conhecimento do estado conflituoso que existia entre o Bispo de Elvas D. Lourenço de Lencastre, megalómano, com fumos de sangue real pela bastardia de um filho de D. João II e o Governador das Armas, que se ria por ele se ter declarado Coronel dos Cónegos da sua Colegiada. Elvas abundava em uma galeria de figuras ridículas e personalidades grotescas, que eram o pábulo contra a monotonia da vida provinciana; tudo isso produziu em Dinis uma disposição para a sátira, que uma anedota prolongada o impeliu para um poema herói-cômico. Actuavam as mais auspiciosas circunstâncias em Elvas, sob o influxo da *Arcádia*, e moldando-se pelos seus estatutos, inaugurara-se em 20 de Junho de 1761 a *Academia dos Aplicados Elvenses*, em casa do bacharel Francisco José da Silveira Falcato. Formavam parte dela os concidadãos Joaquim José da Silva, António Caetano Falcato, D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, Bernardo José de Mira e Fr. Fernando. Segundo os seus Estatutos, que *deviam ser observadas inviolavelmente*, o número dos académicos será até *trinta*, entre quem reinará a melhor harmonia; admitiam-se às sessões obrigatórias no último dia de cada mês, pessoas estranhas mas em lugar separado. Na 3ª Sessão da *Academia dos Aplicados Elvenses*, em 2 de Agosto de 1761, leu o Dr. Joaquim José da Silva uma Oração demonstrando a utilidade das Ciências, e aí louva o Seminário de Elvas: «Enfim, sem sairdes da terra onde tiveste o berço, aqui estais vendo um sublime príncipe da igreja, abrindo com chave de ouro aquelas aulas onde estava fechado o maior bem dos seus súbditos...» Na sessão de 31 de Agosto, leu Francisco José da Silveira Falcato umas Oitavas *Ao feliz nascimento do Príncipe da Beira* (o malgrado D. José). O Dr. Falcato era Ouvidor da Comarca do Crato, e por acesso Desembargador da Casa da Suplicação com exercício de Provedor na Comarca de Elvas.¹⁸ Dinis achou-se cercado de velhos amigos da Universidade e recebido com a máxima intimidade em casa de Silveira Falcato, celebrando em 1765 em uma Ode os anos de sua esposa D. Maria Bernarda Mendes da Silveira. As reuniões formais da *Academia dos Aplicados Elvenses* restringiam-se ao fim de cada mês e a temas peculiares seiscentistas, com soporífera leitura e prosa erudita de banal ostentação; as palestras vivas e agradáveis, com as novidades chistosas da terra, constituíam o chamado *Sótão do Falcato*, onde chispava a livre crítica. Ao *Sótão do Falcato* não faltava Dinis, a ponto de, mesmo com o incómodo de uma oftalmia, comparecer ao agradável convívio. Ai tomou Dinis conhecimento dessa interessante galeria de excêntricos e grotescos personagens elvenses, que dão as vivas e festivas caricaturas do seu poema; ali se discutiriam os prognósticos da tempestade com que tonsurados intrigantes fomentavam a dissidência entre o soberbo bispo D. Lourenço de Lencastre e o espaventoso Deão José Carlos de Lara, que a qualquer propósito falava da sua viagem a Roma. Dinis já tinha quatro anos de residência e de extensas relações pessoais em Elvas, quando em 1768 irrompeu o conflito das contumélias entre o Bispo e o Deão da Sé; conhecia todas as anedotas e pequices de cada uma dessas figuras da classe clerical e burguesa. Tudo isso vivia em qualquer simples verso da sua veia satírica, já ensaiado no Pina e Meio, sustentando os créditos da *Arcádia Lusitana*.

¹⁸ Vitorino de Almeida, *Elementos para um Dicionário de Geografia*, t. II, p. 486.

O mundo clerical já estava bem representado no poema herói-cômico de Boileau, o *Lutrin*, a estante do coro, a que rezavam os Cónegos; em Elvas surgia-lhe esse mundo com os mesmos aspectos caricatos; todas as dignidades do Cabido passaram diante dos seus olhos; o cónego prebendado João Alberto de Barros; e o cónego vigário Pedro António de Sousa; com os seus dois manos alcunhados Aponos, um barulante e o outro ceruferário; o cónego doutoral João de Andrade da Fonseca, também prior e vigário-geral, o cónego penitenciário António Luís de Abreu, e o esquelético cónego prebendado Lourenço Marques; o Cónego magistral Francisco Rodrigues Ramallete, teólogo chapado; o tesoureiro-mor António Mendes Sacheti, e o chanfre Matias Franco Barreto; o beneficiado Manuel Mendes Milheira; e o Mestre de Cerimónias Frei Caetano Roquete, carmelita e Reitor do Seminário de Elvas; o Prior de Alcáçova Frei José da Costa Aragão, e o seu companheiro nas devassidões António Nunes, outrora oficial do correio. Nesta farândula visual perpassam-lhe diante da retina, o criado particular do Bispo, José António de Almeida e Silva, o barbeiro do prelado o *Casadinho*, alcunha de António José de Melo. Não é menos grotesca a bicha dos militares reformados, dos advogados, dos músicos e empregados burocráticos. Todos eles davam elementos de risota nas conversas desenfadonhas do *Sótão do Falcato*. Dinis vivia o seu poema herói-cômico em estado virtual. Um momento basta; e o que seria elemento para uma simples risada de anedota chula, cristaliza em um poema. Fixemos esse momento de imperecível emoção em que se quebrou a doce paz, em que:

O Bispo e o Deão ambos confessam
Em dar e receber o beato *Hissope*,
A vida em ócio santo consumiam.

Essa conformidade consistia em o Deão ir apresentar o *Hissope* ao Bispo quando entrava na Sé, sem aparato, por uma porta particular, dispensando a presença dos Cónegos capitulares. Havia tolerância mútua e afectiva entre os dois dignitários. O Mestre de cerimónias, o intrigante Fr. Caetano Roquete fez sentir ao Prelado, que o Deão Lara não registara uma ordem que determinara. Melindrado, o bispo chama o Lara, que se justifica por ter sido a ordem meramente verbal. Não satisfeito, o Bispo chama dois Cónegos, encarregando-os de regularizarem o assunto. Ante esta ofensa pessoal, o Deão Lara deixa de ir à porta particular apresentar ao Bispo o *Hissope*, que só lhe impende esse dever e obrigação canónica fazê-lo em entrada solene à porta da Sé à frente de toda a Colegiada. O Bispo insiste na frívola exigência, os Cónegos capitulares põem-se do lado do Bispo, que condena o Deão a uma multa, em Acórdão do Cabido. Agrupam-se os partidários das altas partes, o Deão Lara escreve uma carta íntima em 22 de Julho de 1768 ao prelado metropolitano D. Frei Manuel do Cenáculo, narrando-lhe a mesquinha peripécia. O bom do Arcebispo sorriu-se e deixou-se ficar na inércia; no ano seguinte, em situação de angústia moral, o Deão envia-lhe uns requerimentos, com esclarecimentos extra-oficiais, em 17 de Maio de 1769. E como o Arcebispo deixasse correr as multas impostas pelo Acórdão do Cabido, que o obrigava a ir entregar o *Hissope* à porta reservada em data de 23 de Dezembro de 1768, e diante de um indeferimento do metropolitano, Lara faleceu de desgosto, em 14 de Setembro de 1769. Todas estas peripécias se contavam na cidade e no *Sótão do Falcato*. Dinis seguiu os acidentes da campanha clerical. E ao improvisar uns hendecassílabos pitorescos, os amigos não o deixaram mais, para que elaborasse o poema de *Hissopaida*. Escrevia em casa e nas sessões do *Sótão* lia, ampliava, retocava, compondo o primeiro esboço do belo poema herói-cômico em pouquíssimas semanas. O poema ficou um organismo vivo;

acompanhou a existência de Dinis, retocando-o sempre; os amigos íntimos obtiveram cópias, a sua notícia chegou a Paris, a Londres, e nenhum texto existe escrito pela mão de Dinis. Leu-se sempre escondidamente e clandestinamente se imprimiu em 1802, três anos depois da morte de Dinis. Mas nunca deixou de ser lido com interesse, e o que mais é, sempre comentado com dados históricos, investigando o realismo das figuras caricatas que perpassam no Poema. É uma criação vivida, e que sempre vive pela impressão que deixa em quem o lê, e que hoje mal suporta as Odes pindáricas, os Ditirambos e Églogas do considerado árcade, sectário fervoroso do pseudoclassicismo francês.

Como uma sátira do clericalismo, e como tal sujeita a terríveis penalidades, o *Hissope* difundiu-se em cópias e traslados vários, incorporando versos acrescentados pelo autor, ou ampliando o texto primitivo. Assim, desde 1769, em que o poema estava escrito, até à edição de Paris de 1802 (com a indicação de Londres) e sua vulgarização depois das edições de 1817 e 1821, de Paris, anotadas por Verdier, o seu texto sofreu muitas remodelações, que bastante interessam para o processo estético. Na sua primeira redacção o *Hissope* constava de sete cantos; Dinis que nos últimos anos de sua vida ainda o retocara, aumentara-lhe mais um canto, e cortara certas amplificações deslocadas. Entre os onze manuscritos consultados pelo erudito Ramos Coelho para a sua fundamental edição do *Hissope* de 1872, descreve um exemplar da Biblioteca da Ajuda, de letra característica do último quartel do século XVIII e com todas as sátiras, que revelam as remodelações do poema. Assim o descreve Ramos Coelho: «Consta no principio de *sete cantos*, escritos pela mesma mão, posteriormente intercalou-se-lhe por letra diversa o que o poeta compôs quando dividiu a sua obra em *oito cantos*, isto é, parte do canto 4º e quase todo o 5º.» E mais adiante prossegue: «A ideia que primeiramente ocorre, vendo só a parte mais antiga do traslado em questão emendado por Dinis, é que essas emendas foram feitas quando o poema o *Hissope* constava apenas de *sete cantos*, que depois alguém lhe ajuntou a parte aumentada pelo poeta; e que as emendas deste foram escritas enter 1780 e 1790, pois a sua letra trémula e incerta denuncia semelhante época.» Crê-se que fora recensão do antigo bibliotecário da Ajuda Santos Marrocos. Foi este texto o que prevaleceu nas edições, salvo as variantes dos versos, em geral. Lecussan Verdier, afirma também que o canto 5º fora dividido por Dinis em dois, por forma que vinha o *Hissope* a constar de nove cantos; mas esta estrutura não prevaleceu, porque com a eliminação da parte do canto II, em que tratava do elogio do Marquês de Pombal, reedificação de Lisboa, expulsão dos Jesuítas e reforma da Universidade de Coimbra, isto depois da queda do ministro, voltava o poema aos seus oito Cantos definitivos. Quiseram daqui inferir, como aponta Verdier, que o poeta sofrera também da vertigem da *viradeira*, de que o satírico Lobo da Madragoa increpara os poetas desse tempo. Mas não deve prevalecer tal suspeita, porque no Canto V do *Hissope* conservou Dinis estes versos:

Por certo, que não pode duvidar-se
Do augusto Senhor, que em nossos dias
Tem tido Portugal por alto influxo
Do grande e forte e nunca assaz louvado
Rei, primeiro no nome e nas virtudes,
E do sábio Ministro que lhe assiste.

Pelo exame comparativo das edições do *Hissope*, todas elas se reduzem ao tipo das três primeiras 1802, 1817 e 1821, não sendo nenhum texto do poema proveniente de

manuscrito directamente pertencente a Dinis. Foi talvez por este motivo, que Ramos Coelho formou um texto *composto*, com a escolha das melhores variantes dos onze manuscritos que examinara; confessa ingenuamente ter-se colocado na situação em que Dinis vendo esses diversos textos procederia, adoptando os melhores versos e mais inteligíveis e desenvolvendo a situação: vendo-nos limitados a meras cópias e más, «*tivemos de substituir o poeta* – sem a faculdade de inventar cousa alguma, e somente guiado pela luz da razão no meio da perplexidade resultante de tão numerosos e incorrectos traslados.» Não é louvável este laborioso processo, já usado por Manuel de Faria e Sousa, retocando as líricas de Camões com as melhores variantes que escolhia nos diversos textos manuscritos. Lecussan Verdier, na sua edição do *Hissope* também cita este processo. Para nós a melhor recensão crítica do *Hissope* será a que tiver por base o texto manuscrito da Biblioteca da Ajuda, acumulando no fim do volume todas as variantes de textos manuscritos e impressos, que se prestam a elucidar a crítica, mas não a falsear a impressão estética. Era já conhecido o afamado poema herói-cómico também nas esferas oficiais, pelo chiste do ridículo com que Dinis revestiu essa questão de sacristia; o ministro Martinho de Melo de Castro, obtivera um traslado pelo Dr. Caetano José Vaz de Oliveira, e o Conde de Oeiras mandou receber noticia por carta de 23 de Dezembro de 1773 de uma cópia que mandara tirar por um tal Almeida. Por certo o Conde de Oeiras satisfazia a curiosidade do ministro, seu pai, pela questão do *Hissope*, que teve o devido desfecho. O Deão Lara resignara o seu alto cargo em um filho de sua irmã D. Caetana Maurícia Joaquina de Lara; tomando posse do Deão Inácio Joaquim Alberto de Matos, recusou-se a pagar as multas do Acórdão do Cabido, e a ir entregar o *Hissope* ao prelado ao entrar na Sé de Elvas pela porta reservada. À caprichosa imposição, Matos bem aconselhado, dizem que por Dinis, interpôs recurso para a Coroa. O governo mandou que o Juiz de Fora de Elvas tomasse conhecimento da questiúncula e procedesse como de direito. Bispo e Cabido, diante desta determinação lançaram-se de rojo, engolindo acórdãos, multas e reprimendas. O poeta começou a ser lido com um novo interesse; era uma jóia literária, que refulgia a par do *Lutrin* de Boileau, como uma obra-prima do género herói-cómico. Existia já a *Benteida*, por Alexandre António de Lima, cujo herói era o bobo do Infante D. Francisco, Bento António.¹⁹ É um poemeto bem metrificado, mas insulso, sem uma ideia a que vise. Só merece atenção por acentuar o costume medieval de todas as cortes, casas nobres e altos personagens, terem sempre um bobo ou bufão para distração doméstica. Frei Fortunato de São Boaventura nos seus *Subsídios para a história literária de Portugal*, fala da *Benteida*, com certa mordacidade contra o *Hissope* pelo seu espírito de classe: «o poema burlesco *Benteida*, mostra que já a esse tempo havia entre nós quem seguisse as pisadas do *Lutrin* de Boileau, e que não era necessário que esperássemos o decantado HISSOPE, afim de possuímos alguma cousa que nos acreditasse neste género de poesia.» (*Op. cit.*, p. 192). Como a *Benteida*, em três cantos, foi publicada em 1752 por *Andrónio Meliante Laxued* (anagrama de Alexandre António de Lima) e o *Hissope* escrito entre 1769 a 1773, o ex-Arcebispo de Évora dava a alfinetada na prova do *Hissope* quanto à prioridade do género. Dinis acabara a sua comissão de Auditor em Elvas, para ser promovido na escala da magistratura. No atestado passado pelo Governador das Armas, diz que durante o tempo que exerceu o seu lugar, «foi sempre com honra, exacção e desinteresse, sendo um dos mais hábeis ministros que tem havido nesta Província, em que se *distinguiu pela sua literatura.*» Ao fim de dez anos regressava Dinis a Lisboa em 1774; a sua presença fez com que se acordasse o entusiasmo poético, dando um carácter de solenidade académica à festa celebrada em 20

¹⁹ Escrevia disparates com o nome de Estêvão Pereira de Pinharanda.

de Janeiro de 1774 no palácio do Morgado de Oliveira em honra do seu sogro o Marquês de Pombal, no dia do santo do seu nome. Não foi a última sessão da *Arcádia Lusitana* como se tem imaginado, mas apenas o ensejo para a organização de uma nova Academia sob o influxo do Conde de Oeiras. Assinaram esta petição alguns antigos árcades: O. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel, Teotónio Gomes de Carvalho, António Dinis da Cruz e Silva, José Basílio da Gama, Inácio José de Alvarenga, Manuel Pinto da Cunha e Sousa, João de Saldanha de Oliveira e Sousa. Não foi propriamente uma sessão da *Arcádia*, mas uma homenagem *pombalista*. Não concorreram a ela os árcades Manuel de Figueiredo, Manuel Nicolau Esteves Negrão, Luís Correia do Amaral França, Feliciano Alves da Costa, Manuel Pereira de Faria, Francisco de Sales, P.^o Manuel de Macedo. No ano seguinte, em 6 de Junho de 1775, fez-se o grande festival da inauguração da Estátua equestre do Terreiro do Paço, a que concorreram os poetas com odes, sonetos, canções, epístolas; nessa corte interveniente figuram individualmente alguns árcades, mas não a sua academia. Entre a aluvião de versos à Estátua equestre, lá se ajuntaram os de Teotónio Gomes de Carvalho, António Dinis da Cruz e Silva, Luís Correia do Amaral França, P.^o Manuel de Macedo, D. Joaquim Bernardes, Bergonzene Martelli, que, se a *Arcádia Lusitana* ainda existisse, encontraria asado evento para uma sessão aparatosa.

Dinis, no seu regresso de Elvas a Lisboa, ainda ouviu a extremada Zamperini em camarote da empresa, junto de Teotónio Gomes de Carvalho, um dos administradores. Pela expulsão da Zamperini, Teotónio Gomes de Carvalho teria ensejo para revelar a Dinis o augúrio do Soneto de Garção ao *Senado de Lisboa*, quando Paulo de Carvalho foi substituído pelo sobrinho e jovem Conde de Oeiras, o motivo *fútil* do encarceramento de Garção e sua morte.

No pouco tempo que Dinis se demorou em Lisboa, escreveu a Comédia em verso *O Falso heroísmo*, na forma fixada por Garção. *Elpino* estava então submetido ao inquérito de sangue, para lhe ser conferido o hábito de Avis, em que testemunhou Teotónio Gomes de Carvalho. Mas a *mancha de mecânico* dificultava a resolução do tribunal; Dinis, na sua Comédia reagiu contra esse preconceito genealógico, na figura do fidalgo D. Tadeu de Montalto, que arrota baforadas das suas genealogias. No seu manuscrito achou Morato a nota: «Composta em Janeiro de 1775.» Pelas boas relações com a família do Morgado de Oliveira e solicitude de Teotónio Gomes de Carvalho, foi Dinis por carta régia de 16 de Abril de 1776 despachado desembargador para a Relação do Rio de Janeiro. A sua partida foi no semestre imediato. Em um belo Soneto descreve a sua viagem:

Sáimos pela barra com bom vento,
Mas ao terceiro dia de viagem,
Se alçou de noroeste tal aragem,
Que as vergas arrojou ao firmamento.

Sossegado este horrendo movimento,
Em que roncava o mar como um selvagem,
Vimos ao sexto dia de passagem
A viçosa Madeira a salvamento.

Na barba da cruel Serra Leoa,
Oito dias sofremos calma,
E o crebo fuzilar com que o Céu troa.

Passamos logo a Linha ao quarto dia,
E surgimos com toda a gente boa
Aos sessenta do Rio na baía.

(*Soneto XXI*, 2ª série)

Era de sessenta dias a viagem, que os transatlânticos hoje realizam em doze dias. Já no Rio de Janeiro soube que, por despacho de 6 de Agosto de 1776, fora ordenado o inquérito para as provanças da sua habilitação ao grau de Cavaleiro de Avis; e como eram intermináveis os embaraços, teve de requerer em 1779 à real demência que lhe fossem perdoadas as irregularidades; e ainda apesar deste aviltamento, se lhe procrastinou essa honra até 1790!

Nesta mesma viagem seguia também para o Rio de Janeiro o poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto, que usava o nome arcádico *Eureste Fenício*, despachado Ouvidor do Rio dos Mortos. É natural que nesse trajecto de sessenta dias com tempestades e calmarias, os dois poetas se familiarizassem, o que torna esse futuro momento em que *Elpino* teve de sentenciar cruelmente *Eureste*, num tenebroso drama judiciário. Dinis não foi indiferente às maravilhas da flora, da fauna e da paisagem americana, neste primeiro período da sua permanência, de 1776 a 1789. Na colecção dos seus versos documentam-se com várias composições as suas viagens no interior do Brasil, por vezes em sindicâncias oficiais. Na fundação da Academia das Ciências de Lisboa em 1779, foi incluído na lista dos seus sócios o nome de António Dinis da Cruz e Silva; este facto, achando-se *Elpino* ausente de Portugal, é explicado por Aragão Morato por se ter considerado que a nova Academia era uma continuação da *Arcádia Lusitana*. Ao governo duro e inteligente do Marquês de Lavradio sucedeu na vice-realeza o jovem D. Luís de Vasconcelos e Sousa, sempre preocupado em libertar o Rio de Janeiro da febre endémica que o devastava, e que denominavam por irrisão a *Zamperini*. Dinis conheceu o alto espírito de D. Luís de Vasconcelos, como homem culto e fomentador das letras, exaltando-o nos seus versos por diferentes vezes. Mas essa harmonia moral que Dinis vira perturbada em Elvas pelo Génio das Bagatelas, foi perturbada no Rio de Janeiro por uma fútil questão de etiqueta, em 1781. Em Elvas, Dinis ria-se à farta no *Sótão do Falcato*; no Rio de Janeiro ele tomou parte na refrega em que os Desembargadores da Relação protestavam pelo *absentismo*, pela precedência que lhes competia de ocuparem o lado direito da sala do dossel nas recepções oficiais do Vice-Rei. Nos documentos que se trocaram com os Desembargadores e com o Governo da Metrópole, se extrai a nítida narrativa, com o tom solene que o acontecimento teve e que dá relevo herói-cómico aos factos. Segundo a frase do Vice-Rei ao seu governo, era «costume e prática sabida não só nesta capital, mas em qualquer dos governos da América, festejarem-se os dias do feliz nascimento de Suas Majestades e Real Família – com um público ajuntamento na Casa do Dossel do Vice-Rei ou Governadores, que aí recebem o Cortejo que lhe fazem em memória daqueles grandes dias todos os Ministros, oficiais militares, e mais pessoas, eclesiásticos e senhores, que pela razão do emprego, dignidade ou alguma outra, não costumam faltar a este acto sem impedimento legítimo, esperando na mesma Sala a salva de artilharia – retirando-se todos ao costumado sinal de cortesias com que os Vice-Reis ou Governadores lhes dão a conhecer que está acabado o mesmo acto.» Declarara Luís de Vasconcelos, que em conversa familiar sobre este motivo, lhe disseram: «*Que na Bahia ia o corpo da Relação para a direita, e a Tropa para a parte esquerda.*» Aproximava-se o dia 21 de Agosto, do aniversário natalício do príncipe D. José, e como o Marechal Chichorro ficou, por acidente casual, acima do Chanceler da

Relação, falava-se em que os militares o acompanhassem na próxima recepção. Bem se quis precaver o Vice-Rei, mandando declarar que na recepção se *havia de praticar o mesmo*, que no tempo dos seus antecessores. Os desembargadores da Relação, ante a filáucia militar, não compareceram. Narra o Vice-Rei: «Com efeito houve cumprimento no dia 21 (de Agosto) em memória do feliz nascimento do sereníssimo senhor D. José, Príncipe do Brasil, porém só apareceram a ele três ministros da Relação e todos os mais (outo) faltaram, novidade que necessariamente devia dar nos olhos de todos...» O Vice-Rei oficiou a cada um dos absentistas perguntando-lhes os motivos; três estavam reconhecidamente doentes, e os cinco ladearam nas respostas. Dinis, na sua resposta, declara que se não tinha lembrado do dia do aniversário do príncipe, nem ter recebido convite para um acto que não fazia parte do seu dever de magistrado, sendo natural o esquecimento de quem «tantas cousas do seu ofício tinha para cuidar», nem era para estranhar o facto, por não conhecer lei, decreto ou ordem régia que declare aquela assistência uma das funções especiais do seu ofício. Dinis correspondia pelo seu desdém ao tribunal que o inabilitara pela *mancha de mecânico*. O Vice-Rei relata tudo bem documentado para a Metrópole, e foi-lhe respondido mandando que sejam proibidas todas as questões de precedência de lugares na sala do Dossel, limitando-se a que sejam repreendidos severamente.

Brito Rebelo, tendo encontrado estes documentos no Arquivo Ultramarino, publicou-os no *Arquivo histórico português*; ao trasladar as linhas referentes à repreensão severa, escreve: «Nesse dia, o Génio tutelar das Bagatelas, o Bispo e o Deão, de comum acordo riram a bom rir, exclamando satisfeitos: «lambem caiu na mesma rede. Mas se o Galo da ceia do Deão pudesse ainda levantar-se e fazer novos vaticínios, prognosticaria de certo ao Dinis, *o pesado e ingrato encargo com que, daí a dez anos, voltaria a esse mesmo Brasil.*» Alude às tremendas sentenças contra os supostos conjurados de Vila Rica. Ao Brasil chegou a noticia da morte do esperançoso Príncipe D. José, em 21 de Setembro de 1788; Dinis, como a totalidade dos poetas portugueses, celebrou em sentidos sonetos aquela fatalidade dinástica. Não deixaria Teotónio Gomes de Carvalho de fazer valer esses versos. Por Decreto de 22 de Agosto de 1789 foi despachado Dinis Desembargador da Relação e Casa do Porto, regressando à metrópole; durou pouco tempo o seu serviço na Relação do Porto, sendo promovido por Decreto de 21 de Julho de 1790 para a Casa de Suplicação. Vivia então *Elpino* na rua Formosa, já com relações literárias com a Condessa de Vimieiro, D. Teresa de Melo Breyner, com José Basílio da Gama e o árcade Feliciano Alves da Costa; mas não se passaram bem cinco meses, que graves acontecimentos se deram no Brasil, na Capitania de Vila Rica. Foi nomeada uma Alçada de três Juizes, entre os quais António Dinis da Cruz e Silva, para irem julgar sumariamente (sem apelação nem agravo) os réus da Conjuração. Partiu na Alçada em 15 de Outubro desse mesmo ano de 1790, na fragata *Golfinho*. A Alçada ia possuída de uma ideia que aterrava a monarquia. A proclamação da República na América inglesa, e o contágio das ideias revolucionárias no Brasil. Era pois preciso, por absoluta necessidade de ordem e segurança da coroa, extirpar pelo terror, quaisquer vislumbres de republicanismo. Eram os réus da Conjuração de Vila Rica, já presos e processados, que o Desembargador Ant6-nio Dinis tinha de ir sentenciar sumariamente.

Mas essa Conjuração não aconteceu, esse crime de alta traição da *Inconfidência Mineira* não se praticou; porém a justiça régia fez prisões por mera denúncia de um militar desconsiderado, fez inquéritos, interrogatórios e autos de processo, e sob as fórmulas dos tribunais condenou à morte e a degredo perpétuo homens de grande mérito pela sua capacidade intelectual e valor moral. Como foi possível tecer essa horrenda intriga? E porque é que as narrativas históricas lhe dão corpo?

Comecemos pelo facto primordial:

«Em 1783 foi nomeado Capitão-General da província de Minas D. Luís da Cunha de Meneses. Este homem vaidoso, tornara-se tão odioso quanto ridículo pelos actos culposos que cometeu, de tal sorte, que em nove epístolas em verso, as *Cartas Chilenas*, escritas por um poeta de Vila Rica sob o pseudónimo de *Critilo*, e endereçadas a um tal Doroteio, residente na capital. Estas Cartas, que apareceram em 1786, continham uma série de acusações contra o mau governo do Capitão-General, dando lugar a patentear-se o descontentamento geral, contribuindo para sustentar e aumentar a fermentação, dando-lhe o carácter de uma conjura (protesto). Com a chegada do sucessor de Meneses, o Visconde de Barbacena, em 1788, espalhou-se o boato que este exigiria ao mesmo tempo as 700 arrobas de ouro, que formavam a capitação da província, que estavam em dívida.» (Fernando Wolf, *Brésil littéraire*, p. 48). Os interesses dos exploradores das minas auríferas estavam ameaçados, e para evitar a cobrança da capitação em atraso de setecentas arrobas de ouro, era preciso embaraçar o Capitão-General e o Governo da metrópole com os perigos de uma exaltação revolucionária, fomentada por homens cultos que conheciam as ideias económicas de Adam Smith, e as doutrinas políticas de Mally. Era justamente o meio de envolver os supostos autores das *Cartas Chilenas*, que eram lidas desde 1780. Os indivíduos acusados e ridicularizados nessas *Cartas*, foram, pelo seu rancor, levados a fazerem ligar um sentido revolucionário a essas epístolas satíricas. Nas *Cartas Chilenas* atacava-se o privilégio da nobreza, que fruía os altos cargos da vice-realeza e das Capitánias das províncias. Aí com energia moral proclamava-se a doutrina das democracias:

Pelo escrutínio da virtude espero
Que regulados os seus votos sejam.

De uma estéril mortal genealogia
Que o mérito produz de seus maiores
Eles, amigo, argumentar não devem
Propagados talentos. A virtude
Nem sempre aos netos por herança desce.
Pode o pai ser piedoso, sábio e justo,
Manso, afável, pacífico e prudente,
Não se segue daqui que um ímpio filho
Perverso, infame, díscolo e malvado
Não desordene de seus pais a gloria.

.....
Para reger, ó Reis, a vossos povos,
Debalde ides buscar brasão e escudos.
Entre os vossos dinastas, Roma, Roma,
As faxas, as segures, mais as outras
Imperiais insígnias só tirava
Da provada virtude.

.....
Os Césares daqui, que os fastos ornam,
Que diferentes hoje os nossos grandes!
É filho do Marquês, do Conde é filho?
Vá das Índias reger o vasto Império,
Oh Deus! e que infelices os vassallos
Que tão longe do trono prostitui
O vosso império aos abortivos chefes.

Lá vai aquele que de avara sede
 E por génio arrastado, que tesouros
 Não espera ajuntar. E de teu cofre
 Se há-de esgotar a aferrolhada soma,
 Desgraçada Justiça! Da Igualdade
 Tu nem sabes o ponto: e o balanço
 Do interesse, que só per ti decide,
 Que despachos injustos, que despesas,
 Que mercês... e que postos se não compram
 Ao grave peso da selada firma?
 Outro vai, que lascivo e desenvolto
 Só da carne as paixões adora e segue,
 Honras, decoros, vós sereis despojos
 Do seu bruto apetite. Em vão, cansados,
 Paes de famílias, de zelar vós outros,
 De vossa casa o pundonor herdado;
 Aos vis ataques do atrevido orgulho
 Hão de ceder as prevenções mais fortes,
 Vitimas da voraz sensualidade
 Vossas filhas serão, vossas mulheres,
 Que direi do soberbo, do vaidoso,
 Do colérico e de outros vários monstros,
 Que freio algum não conhecendo, passam
 A sustentar no autorizado cargo
 Tudo quanto a paixão lhes dita e manda.

.....

O ataque ao privilégio genealógico resultava da Sátira dirigida a D. Luís da Cunha de Meneses; e embora estivesse já substituído, elas, as *Cartas Chilenas*, feriam:

Mas ah Critilo meu, que eu estou vendo
 Que já chegam a ler as tuas *Cartas*
 Estes bárbaros monstros são cobertos
 De vivo pejo ao ver os seus delitos,
 Em tão disforme vulto hoje aparecem.
 Destro pintor, *em um só quadro a muitos*
A maldade de todos compreende.

.....

Pela força brilhante da virtude,
 Que nos defeitos de um castiga a tantos.

Para combater esta doutrina os próprios visados nas *Cartas Chilenas*, fizeram denúncia de conversas democráticas, de aspirações de independência provincial, e para aproveitarem dos sustos dos devedores da capitação das 700 arrobas de ouro, incluíram na denúncia o secretário da Capitania, Dr. Cláudio Manuel da Costa, e o desembargador Tomás António Gonzaga, Ouvidor da Capitania e Inácio José de Alvarenga Peixoto, bom poeta, que indigitavam como autor das satíricas epístolas. Recebida a lista de pessoas indiferentes das relações destes homens probos e ponderados, foram *presos em consequência das notícias de que se premeditava uma conjuração*. Vieram esses trinta e

cinco homens de Vila Rica, trazidos a pé para o Rio de Janeiro e arrojados às masmorras da ilha das Cobras, onde diariamente o terrível juiz Machado Torres vinha fazer insolentes interrogatórios, passando-se a auto todas as frases trocadas, durante dois anos. Cláudio Manuel da Costa, o secretário da Capitania, foi assassinado no cárcere de Vila Rica, e desse acidente fizeram argumentos para dar realidade a responsabilidades revolucionárias. Preparado o processo e participado para a Metrópole, a Alçada dos três juizes foi mandada de Lisboa, simplesmente para homologar as sentenças de pena maior sem mais apelação, ou fazer as comutações. Lendo-se as referências pessoais das *Cartas Chilenas*, pelos críticos que as têm interpretado, lá se acha o nome do coronel denunciante Joaquim Silvério dos Reis, *Silvário*.

O *fanfarrão Minezio*, designa o Capitão-General D. Luís da Cunha e Meneses; *Marquézio*, é o Capitão de Cavalaria auxiliar José Maria Marques; *Maltúzio*, José António de Matos; *Alberga*, João de Freitas Braga, camarista, anteriormente estalajadeiro; *Padola*, José de Vasconcelos Parada de Sousa, Sargento-Mor do regimento de Cavalaria. Todos estes envolveram no seu plano de vingança esses três homens de letras, excelentes poetas e honrados funcionários, explorando o exaltado *Tiradentes* Joaquim José da Silva Xavier, que em um jantar fizera um brinde à independência da Província de Minas. A proclamação da República dos Estados Unidos foi considerada como um estímulo para realizar a independência da Colónia, e os intrigantes, tendo apavorado o Vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, propagaram a ideia de que esses três homens simples eram uns audaciosos revolucionários. Os cronistas que só lêem o que se escreve no papel e não vêem o lado esotérico, consagram esses três nomes como os mártires precursores da Independência do Brasil e da formação da sua República. Pobres revolucionários feitos à força de estilo patriótico. Camilo Castelo Branco, em um relance psicológico sentiu, que eles não eram revolucionários: «Nenhum destes conjurados tinha alma aparelhada para empreendimento de tal porte. Desde o momento em que foram presos retraíram-se a dimensões tão apertadas, que não ha senão a piedade que possa deplorar-lhe o trágico destino. – Mas os poetas de Minas, que apenas tinham de Chénier a qualificação, decerto nada sentiam arfar-lhe no cérebro, como aquele outro que cantava o hino da morte no caminho do cadafalso. Nenhum manteve o alento de um brioso plano em frente dos juizes. – Todos deploráveis na sua grande miséria em que ressaltam relevos irrisórios inseparáveis do mais lamentável infortúnio, quando a catástrofe se não sustenta majestosa.» (*Curs. Lit.*, p. 251). Camilo, no seu critério histórico, fiava-se na verdade das fórmulas judiciárias; mas a sua observação psicológica punha em evidência a inocência desses três homens de talento, monstruosamente sacrificados pelo egoísmo covarde à razão de Estado. Fazem estremecer de horror as palavras do Acórdão da Relação em Alçada de 18 de Abril de 1792 a que o condenado pelo barão e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre; e depois de morto lhe ser cortada a cabeça, pregada em poste alto no lugar mais público da Vila de... até que o tempo a consuma; declaram a este réu infame, e infames seus filhos e netos e os seus bens por confiscados para o fisco e câmara real.» E feita a pavorosa cerimónia até ao pé da forca, dava-se ao réu a surpresa de lhe ser comutada a pena em degredo perpétuo para os lugares mais inóspitos de África para morrer de doença e miséria. Tal foi o papel que nesta clamorosa tragédia social coube a António Dinis da Cruz e Silva, que foi agraciado pelo governo com o cargo de Chanceler da Relação do Rio de Janeiro por decreto de 4 de Novembro de 1792, que o obrigou por mais alguns anos a não mudar a residência para exercer a sua magistratura como profissional da Justiça com novos horrores.

Ainda sob o governo do Vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, formou-se uma

academia poética, por iniciativa de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, conhecido pelo nome arcádico de *Alcindo Palmireno*; tendo seguido o curso jurídico em Coimbra, ai publicou em 1773 o poema herói-cômico *O Desertor das Letras* exaltando a reforma da Universidade pelo Marquês de Pombal, e por ordem sua foi o poema publicado. *Alcindo Palmireno* tomou parte na Guerra dos Poetas contra a *Arcádia Lusitana* e em uma das suas sátiras ataca a corrente que impunha o gosto francês e a autoridade de Boileau. Da sua terra natal, S. João de El-rei, viera estabelecer no Rio de Janeiro uma aula de Retórica, em 1782, e pela convivência literária com alguns amigos, como José Basílio da Gama, as suas Conferências de eloquência e poesia vieram a ter o titulo de *Arcádia Ultramarina (à maneira da Arcádia de Roma)* como ele declara. O governo de Luís de Vasconcelos achava-se já ocupado pelo brutal Conde de Resende, para quem as associações literárias eram um perigo, porque mascaravam clubes políticos e revolucionários. Os frades franciscanos foram denunciar ao Conde Vice-Rei aquelas reuniões poéticas, e sem meias medidas essa suprema autoridade atirou com todos aqueles poetas para um cárcere em 1795, pretendendo continuar assim o processo da inventada Conjuração de Minas. Os desgraçados foram suportando a prisão, enquanto esperavam os despachos dos seus requerimentos, para serem soltos por não existir processo instaurado. O governo mandou que fosse consultado o Chanceler da Relação do Rio de Janeiro, o desembargador António Dinis da Cruz e Silva. Assim cumpriu o Conde de Resende, em ofício de 16 de Junho de 1796, se devia ou não soltar esses esquecidos presos. A resposta dada por escrito pelo Chanceler dois dias depois, é de arrepiar os cabelos. À pergunta se entendia que as culpas se acham suficientemente purgadas com o dilatado tempo da sua prisão? Responde, que não há senão cumprir a insinuação piedosa da Rainha, pelo que se dêem por perdoadas as culpas e soltados os réus, *cumprindo a piedosa vontade de S. Maj.*

«Ao que acresce, que segundo a crise em que se acham os governos públicos da Europa, me parece mais prudente e útil – antes soltar os presos, do que expô-los a serem representados pelos Franceses, e virem estes ao conhecimento de que os seus abomináveis princípios tem apaixonados neste continente. Sendo certo que para se enviarem com mais segurança *seria necessário dilatarem-se por mais tempo em suas prisões*, contra a vontade de S. Maj. tão significativamente declarada...»

É o profissional da justiça, que pelo exclusivismo das formalidades perde o senso moral e a consciência da Justiça. A demora de Dinis no Rio de Janeiro, como Chanceler da Relação, expô-lo a este abismo, em que se afundou. O isolamento e a ansiedade de regressar a Portugal acabrunharam-no, falecendo em 5 de Outubro de 1799, sendo ai sepultado na igreja da freguesia de São José. As suas obras ficaram inéditas, vindo para Portugal os manuscritos trazidos pelo Cónego Manuel de Figueiredo, que com os manuscritos da livraria Vimieiro, e do Marechal Matias José Dias Azedo se fez em 1807 a edição conscienciosamente dirigida pelo sábio académico Aragão Morato.

QUITA (*Alcino Micénio*). – Na actividade da *Arcádia Lusitana*, este poeta acompanha com fervor Garção e Dinis, na restauração da literatura, entre eruditos, latinistas, magistrados e padres cultos, ele, pobre, sem estudos regulares, e vivendo do seu trabalho mecânico, um simples cabeleireiro. É um fenómeno curioso na sociedade do século XVIII, que merece ser explicado pela sua estranheza, e nos dá o nexa da sua biografia, em que o talento realça sobre a desgraça pessoal. Nasceu Domingos dos Reis Quita em Lisboa (freguesia de S. Sebastião da Pedreira) em 6 de Janeiro de 1728; seu pai, José Fernandes Quita negociava em panos brancos, com o que sustentava família composta de seis filhos. Por dificuldades no comércio teve de se ausentar de Portugal, em 1735, indo para o Brasil com intuito de ressarcir a parca fortuna. Sua desolada

mulher, Maria Rosária, foi mantendo os filhos com alguns recursos que o marido ia remetendo, até que de vez cessaram, com a falta completa de notícias. Esse filho, que então contava treze anos, votou-se ao trabalho, compatível com a sua fraqueza, para obter um pequeno salário; a profissão mais acessível, era a de cabeleireiro, então com uma feição artística, com a perspectiva de relações com indivíduos poderosos. Já dizia Addison, que uma boa cabeleira actuava muitas vezes no êxito das pretensões. Em 1741, ainda a imaginação de Quita estava longe daquela época, em que o cabeleireiro Leonardo tinha um pleno prestígio na corte. Nos ócios e tranquilidade da oficina ia-se entregando à leitura, encontrando uma sedução extrema nas *Églogas* de Francisco Rodrigues Lobo; foi como caminhante sequioso que encontra uma veia de água límpida. Andava então nas mãos de todos a *Corte na Aldeia*, a *Primavera*, *Pastor peregrino* e *Desenganado*, na edição in-4º pequeno, de 1722; essa leitura bastava para lhe comunicar o bom estilo florido e sentencioso, e as formas líricas mais apaixonadas. Privado da cultura latina, não foi derrancado pelo pedantismo escolar, conservando-se na saudável naturalidade diante dos moldes petrificados da rançosa mitologia. A poesia do pastor *Lereno* fascinou-o, mas suscitando-lhe o desejo de ler os poetas espanhóis e italianos, que lhe eram acessíveis com um pequeno esforço. A imitação levou-o aos ensaios de versificação, que, segundo a opinião de Comte, se adquire a sua técnica em seis meses. Quita em uma *Égloga* da sua puerícia já usava o nome arcádico de *Alcino*, da mesma forma que Dinis, ainda estudante em Coimbra, usava o de *Elpino*, e o seu amigo Brito o de *Olivo*, à maneira da Arcádia de Roma, que tinha alguns sócios em Portugal. Quita mostrava os seus tentames, como obra de um frade das ilhas; lembra esta fraude da sua modéstia esse outro frade escocês Rowley, que o desgraçado poeta Charterton inventara para se fazer valer. Ao passo que ia Quita dando expressão da realidade aos seus versos, a emoção amorosa traiu-o com composições que já não condiziam com o estado de alma de um frade. No *Eptome* da vida de Quita, descreve Piedegache, como se reconheceu o seu talento poético: «Aparecendo, porém, o Soneto – *Benigno Amor, os ímpios que te ofendem*, e começou a descobrir-se o segredo; e finalmente em certezas se tornaram as suspeitas num divertimento que se fez na Moita, na quinta chamada de Santo António. Desde aquele tempo começou a dar brado o engenho de Domingos dos Reis, e todos os que eram inclinados à poesia procuraram conhecê-lo.» Piedegache nada mais acrescenta, ficando o facto sem relevo. Essa quinta da Moita pertencia a Manuel Gonçalves de Aguiar, pai da decantada *Tirceia*, D. Teresa Teodora de Aloim, que tão ligada se acha na vida de Quita, amigo e companheiro poucos anos depois na *Arcádia Lusitana* de Silvestre Gonçalves de Aguiar (*Siveno Cário*) irmão da celebrada dama. Esta intimidade de Quita na família Gonçalves de Aguiar devida às antigas relações com o honrado negociante de panos brancos, e daí a benevolência pelo talentoso moço. O Soneto revelador ainda hoje nos intriga, porque é uma confissão de amor:

Benigno Amor, os ímpios que te ofendem
E contra teus decretos se conspiram,
É porque os laços inda não sentiram
Destas doces cadeias que me prendem.

Os peitos, que a teu jugo se não rendem
E cheios de ternura não suspiram,
É porque os resplendores nunca viram
Que em viva chama o coração me acendem.

Vinde ver, desgraçados e queixosos,
O bem porque suspiro de contino,
E tereis uns instantes venturosos,

Mas nunca mudareis vosso destino,
Nunca, que aqueles olhos tão fervorosos
Outra luz não vêem mais que o seu *Alcino*.

(*Soneto XXIX*)

Esta ilusão amorosa dissipou-se pouco depois, como o revela magoado na *Égloga Alcino*, feita *na sua puerícia*; aí descreve a margem do Tejo caudalosa, o bosque sombrio e intrincado:

Aqui me lembra quanto me dizias,
E tudo o que entre nós então passava,
Quando tão enganado me trazias,
Lembra-me, quando as flores apanhava
Pela verde campina da floresta
Com que os louros cabelos te toucava.
E lembra-me também, que junto a esta
Fresca fonte, debaixo desta faia
Passávamos a calma pela sesta,
Lembra-me, quando andámos pela praia
As luzentes conchinhas apanhando,
Que o mar lança na areia, quando espraia.

.....
Eu sei que estava triste e descontente,
Mas não sei se de amor era o costume,
Ou se já receiava o mal presente.
Sentia a alma abrasar-se em vivo lume,
Mudar-me o coração também sentia,
O áspide venenoso do ciúme.

.....
Oh, como então soubeste, na ternura,
Ocultar os rigores desumanos
Da tua condição tirana e dura!

.....
Dize, cruel, porque de mim te escondes?
Já segues outro Amor, outra vontade?
Tirana, enleada estás, que não respondes?

(*Égloga XIII*)

Na *Égloga IX* descreve *Alcino* os sítios onde se passaram os seus amores por *Tirceia*, na quinta de Santo António, na Moita:

Ali, junto das margens do ribeiro,

À fresca sombra de uma rocha dura,
Foi o lugar aonde a vez primeira
Me criou com seus mimos a ventura.

Tão modesta, comigo aqui passava
A bela ninfa em pratica amorosa,
Que, quando respeitoso lhe beijava
A delicada mão branca e formosa,
Vergonhosa ficava um breve espaço,
Com os olhos caídos no regaço.

Quantas vezes dizendo que me amava,
No seu formoso rosto conhecia
Que cheia de ternura desejava
Inda dizer-me mais do que dizia;
Porém não lhe deixava o honesto pejo
De todo declarar o seu desejo.

Uma tarde me disse na floresta
Que lá junto da praia eu a esperasse,
Que ali iria ver-me pela sesta
Depois que das serranas se apartasse;
Que sem guarda o rebanho deixaria
Só por estar na minha companhia.

O caminho da praia fui seguindo,
Sentei-me sobre uns côncavos rochedos
Onde do prado estava descobrindo
Os verdes e frondosos arvoredos;
Té que depois da sesta já passada
A vi ao longe vir muito apressada.

Vinha por entre os ramos tão airosa,
Que dava graça a tudo quanto via;
Com a pressa de andar a cor formosa
Nas belas faces mais se lhe acendia;
Os cabelos, que de ouro a cor mostravam
Pelo nevado colo se espalhavam.

No Idílio IX descreve *Alcino* esta ansiedade da espera de *Tirceia*, cujo rumor as folhas das aveleiras simulam. Em uma Canção evoca a sua preocupação exclusiva, com que se alenta na prolongada ausência:

Doces, doces cuidados, que à memória,
Me trazeis num momento tanta gloria
Que vivamente estão na conjectura
Aqueles graciosos olhos vendo,
Que movendo-se cheios de ternura
Mil segredos de amor me estão dizendo.

Os dourados cabelos, que voando
Representam do sol os resplendores,
Aquele gentil boca, que falando
Me diz num só suspiro mil amores;
Aquele formosura incomparável
Mais que tudo, a meus olhos agradável.

Para quem vive ausente suspirando,
Não ha gloria maior, não ha ventura
Como estar solitário recordando
Da bem amada a graça, a formosura!
As promessas, a fé, os juramentos,
A ternura, as finezas e os agrados,
Oh causa de tão doces pensamentos!
Oh motivo gentil de meus cuidados!

Oh, graça de meu canto e minha lira,
Esperança, ventura, luz e gloria;
Por quem meu coração tanto suspira
Sempre te trago impressa na memória.

.....

Mas este grande amor tinha de ser perjurado; *Alcino* ignora o que se passa na família de *Tirceia*, e pressago o coração lhe inspira este soneto do mais puro camonismo:

Aquele gesto, que em teus olhos via,
De amorosa piedade ou doce agrado,
Já não está naquele mesmo estado,
Naquele puro extremo de algum dia.

Não sei que vejo em ti, que numa fria
Tristeza denuncia o meu cuidado;
Parece que em teu rosto retratado
Vejo quanto receia a fantasia.

Não sei como cruel, menos amante
Se me afigura teu rosto formoso,
Que em mil receios ando vacilante.

O coração palpita duvidoso
E só dizer-te sei, que o teu semblante
Não era assim enquanto fui ditoso.

(*Soneto XVII*. Ed. 1766)

Concretizando as alusões, D. Teresa Teodora de Aloim aparece casada com

Tomás José Xavier Pimenta. O pobre *Alcino* para o abastado burguês era apenas um bom rapaz. A fama do seu talento poético espalhava-se, e um condiscípulo de Dinis, o protegido pelo Conde de S. Lourenço, viera a Lisboa, José António de Brito; chegou à fala com o poeta cabeleireiro, e ficaram íntimos amigos. É mesmo natural, que *Olivo* desse alguns conselhos a *Alcino*, como instruído em boa literatura. Essas relações foram truncadas pela morte do auspicioso e engraçado Brito, muito da intimidade de Garção. A este falecimento inesperado escreveu Quita uma sentida Elegia, em que invoca os pastores do Lima:

Olivo, aquele *Olivo* que alguns dias
Os vossos frescos vales habitava

.....
Aquele que deixando o rude emprego
A ser por outros mestres ensinado
Passou aos férteis campos do Mondego.
Aquele que, por sábio respeitado
Foi naquela cidade antiga e forte
Por onde o Tejo passa a ser salgado;
Este vosso pastor, o fatal corte
Na mais perfeita flor da breve idade
Experimentou da feia e dura morte.

À parte as frases convencionais do estilo pastoril, a Elegia à morte de José António de Brito Magalhães, tem verdade de sentimento. Garção, que também prezava muito *Olivo*, na sua intimidade com o erudito Conde de S. Lourenço, que tanto protegeu Brito, mostrou-lhe a Elegia feita por Quita. Confirma-o Piedegache: «informado o excelentíssimo Conde de S. Lourenço, cujo merecimento se fazia respeitável pela literatura, do novo fenómeno, que aparecia na república das letras, este sábio cultor das boas Artes, desejou ouvi-lo. Na primeira conversação que com ele teve, ficou tão satisfeito da sua viveza e subtil penetração que muitas vezes o procurou em sua casa e lhe deu sempre, depois, as mais demonstrativas provas de affecto e amizade.» Pelo seu lado Quita, pelo desabrochar do seu talento, correspondeu à auspiciosa expectativa. Tudo isto se passara antes do terramoto do 1º de Novembro de 1755; esta catástrofe fê-lo aproximar-se de novo da família Gonçalves de Aguiar. Escreve o seu íntimo amigo Piedegache: «Depois da funesta catástrofe do tremor de terra que assolou Lisboa, viu-se desamparado, sem casa, sem abrigo, sem vestidos, sem dinheiro.» Foi neste transe extremo, que O. Teresa Teodora de Aloim o acolheu em sua casa, com carinhoso amparo. Assim o declara Piedegache: «Desde esta época viveu experimentando os efeitos daquele ânimo generoso, que desvelado prevenia, não só as precisões, porque nunca mais as conheceu, sim as coisas que podia apetecer.» Estava a dedicada senhora já viúva do seu primeiro marido e foi já no remanso desta santa hospitalidade que o *Quita* escreveu a *Silva sobre o lamentável terramoto de Novembro de 1755*, que imprimiu em folha volante e dedicou ao Conde de S. Lourenço, pelo grande desejo de mostrar-se agradecido: «Intentei nesta *Silva*, dar uma verdadeira ideia do lamentável estrago a que vemos reduzida Lisboa; conheço que não ficou completa, porque me falta o talento para formar imagens tão distintas.» No meio da versalhada que celebrou o terramoto, a *Silva* escapou à banal retórica pela emoção sentida e pela impressão da realidade:

Doirava o Sol nas terras do Ocidente
As montanhas das partes do nascente,
E nos profundos vales inda as flores
Não gozavam seus belos resplendores;
Naquele grande dia em que festeja
Os Santos todos a romana Igreja;
Quando a Terra as entranhas revolvendo,
Com forte impulso, com estrondo horrendo,
Dentro em seus próprios âmbitos se abala,
E em medonhas gargantas tudo estala.
Move-se o Monte e move-se a Cidade
Como as ondas na grande tempestade.
Da iminência da terra se despenha
Em pedaços desfeita a tosca penha...
Precipita-se a torre e faz a ruma
Maior do edifício em que se inclina.
Caem os templos; pórticos se abatem,
Os mares com os mares se combatem...
E aos homens este estrago, esta desgraça
A uns sepulta, a outros despedaça.
O pó se espalha em nuvens denegridas,
Ficam do sol as luzes escondidas.
Toda a região do ar se desfigura
Torna-se o dia claro em noite escura...
Em confusos tumultos levantados
Andam todos de sustos trespassados.
Braços, pernas se vêem espedaçadas,
E cabeças dos corpos separadas.

.....
Ainda os olhos bem não se informaram,
Da causa porque as lágrimas choravam,
Quando na confusão dos alaridos,
Correndo ainda mais espavoridos,
– Fugam! fugam! – gritando vem da praia
Que já pela cidade o mar se espraia.
Aqui, de novos sustos combatido
Confuso, cada um perde o sentido.
O coração de todo se esmorece
O sangue gela, o alento desfalece.

.....
Quando o hórrido fogo a chama ateia,
E da cidade os âmbitos rodeia,
Assim logo se acende, assim se enreda
Por toda a parte a horrenda labareda.
Agora só de horror a vista atroa
O largo campo aonde foi Lisboa.
Vêem-se os campos, montes, povoados,
De feridos, aflitos e magoados.
Aqui, falam e *abraçam-se os amigos*,
E também já sem ódio os inimigos.

Os irmãos uns aos outros aparecem,
Em tal estado, que se não conhecem.

Não foi indiferente ao Conde de S. Lourenço esta revelação de talento de Quita, e convinha conhecê-lo, porque no ano seguinte de 1757, ao tratar-se de instituir uma academia literária à maneira da *Arcádia*, o Conde de S. Lourenço lembrara a Garção, amigo também de Brito, o nome de Domingos dos Reis Quita para sócio da projectada Academia. Nessa crise de mútua afectividade apagavam-se as diferenças de nascimentos e hierarquias. *Alcino Micénio* foi do grupo constituinte da *Arcádia*, trabalhando sempre com fervor junto de Garção e de Dinis nas fases de *restauração*, por que ela teve de passar. Quita recitou entusiásticas composições nas sessões públicas da *Arcádia*, e o seu talento era reconhecido. Desde o terramoto, em que foi hospedado em casa de D. Teresa Teodora de Aloim, tendo por colega na *Arcádia* Silvestre Gonçalves de Aguiar (*Siveno Cário*), irmão dela, não careceu mais de se entregar ao mister de *Cabeleireiro*. Entregue aos *otia tuta*, tão necessários à elaboração artística, o seu talento desabrocha com esplendor diante de um amor *piiedade*. Pelo lado de Quita as aspirações literárias e aplauso dos homens cultos substituíram o amor *desejo*. Decorreram assim alguns anos de plena felicidade. De repente toda aquela existência paradisíaca se desmorona; em 1761 aparece o primeiro ataque da implacável tísica. D. Teresa Teodora de Aloim emprega todos os esforços para salvá-lo; a este tempo já casada em segundas núpcias com o Dr. Baltasar Tara, interessa seu marido para estas lutas, a que piedosamente se aplicou por nove anos, ininterruptamente até 1770.

Em 1766 os inteligentes livreiros franceses Borel e Rolland publicaram em dois volumes as *Obras poéticas* de Domingos dos Reis Quita, alegando a intenção de salvá-las da contingência de se perderem e «*erigir-lhes um monumento indelével pelo meio da impressão*». Estas palavras significam que a vida do poeta estava ameaçada pela terrível doença que se lhe manifestara em 1766, a tuberculose, a que sucumbiu quase quatro anos depois. Os dois belos volumes foram exacerbar odiosas invejas contra o desgraçado poeta. Na Censura obrigatória do Santo Ofício, Ordinário e Paço, o Dr. Caetano Francisco Xavier de Zuniga, censor episcopal, não se conteve na sua aprovação sem malévolas unhas: «se nele leio obras e Sonetos excelentes, também achei outros errados nos processos da arte com lunares de simultoantes, e simulcadentes, defeitos que os antigos não conheciam e quase todos os modernos ignoram; e este meu reparo não deve impedir a licença que se pede.» Zuniga só tinha encargo de Ordinário para o exame da ortodoxia e da moral; o dislate dos lunares, dois simultoantes e simulcadentes, acompanhou-o, como lata ao rabo de um cão.

Quita dirigiu um Soneto *Ao Dr. Zuniga Criticando-lhe os seus Poemas*:

Em métricos preceitos não repares,
Contraste não te faças de Tália,
Se outras regras não sabes da Poesia
Mais que *simulcadente* e *lunares*.

Em que Horário ou puros exemplares
Fundas a tua errada fantasia?
Sentir simultoantes são mania
De talentos incultos e vulgares.

Estas regras que antigos desprezaram

De que os sábios modernos se estão rindo
Só rançosos pedantes praticaram.

Estuda-as Aristóteles abrindo,
Queima as artes que a tinha te pegaram,
Ou de absurdo em absurdo irás caindo.

(*Soneto XI*, VII. Ed. 1781)

O censor replicou, acentuando na sua categoria de poeta:

Senhor *mestre*, o seu livro não o exalta,
Tome as lições, porque elas não são minhas,
A Musa já que a tem, meta-a nas linhas
Dar-lhe-ão o estilo crespo que lhe falta.

É mui boa a censura, é grande, é alta,
Não tenho aquelas cousas por cousinhas,
São erros grandes, sim; não são casquinhas
Se quer defenda-as; não se chame à malta.

Se é poeta também desses conversos
Leigos do Pindo, Padre de frioleiras
D'Apolo filhos mansos e perversos,

Tome um conselho, e não dirá asneiras.
Penteie sempre antes do prelo os versos,
Assim como penteia as cabeleiras.

Resposta de Quita pelas mesmas consoantes:

Quanto, amigo Doutor, quanto te exalta
O Soneto; mas sabe que são minhas
Estas sabias lições; e estas linhas
Verás quanto mais tenho que em ti falta.

Se cuidas que me ofendes, por ser alta
A pedante censura, tais cousinhas
Ainda são mais ridículas casquinhas
Que os brincos pueris que vem da Malta.

Poetas pode haver ainda conversos
Mas não que, como tu, digam frioleiras,
Por costumes antigos e perversos,

Tu mesmo o considera: Olha, que asneiras
São, dizeres: que enfim *penteio* os versos
Só porque me exercito em cabeleiras.

O poeta brasileiro Silva Alvarenga tomou parte nesta refrega, com três sonetos contra o *Zuniga*, exaltando Quita:

Dormindo, vi a cândida Poesia
Junto do Tejo aurífera sentada,
Virgíneo tinha o rosto, e adornada
De verde louro a fronte se lhe via.

Um alvo Cisne junto dela erguia
A grata voz, tão doce e concertada,
Que com terna saudade és lembrada
Do teu *Alcino*, Arcádia, a melodia.

Já a délfica Virgem sem demora
O louro descingindo mais glorioso
Coroava esta feliz ave canora.

Quando um *Zuniga*, insecto paludoso,
Gritou das verdes aguas donde mora,
E me acordou do sonho deleitoso.²⁰

Sobre as azas do Tempo equilibrado,
Guardar vi, que estava cauteloso
Um áureo vulto a que ele respeitoso,
Ficando à velha foice reclinado.

Absorto, louco, o herói representado
Na imagem a quem dava culto honroso,
Castas Musas em canto sonoro
Espalhavam seu nome venerado.

Quando um *Zuniga* cheio de vaidade,
Procurando ofuscar tão alta gloria,
Que observou na festiva variedade;

A mísera ignorância fez notória,
Deixando entre nós sempre a saudade
De teus versos, *Alcino*, na memória.

O satírico mestre de retórica, Nicolau Tolentino, também envolveu o mavioso Quita nas suas animadas facécias, como se vê pelas quadras aconselhando a um *Cabeleireiro que não continuasse a fazer versos*:

Mas, se de Autores antigos

²⁰ Na edição de 1781, vem em nome de Quita, com o nºLXXV.

Tens tido pouco exercício,
Eu te aponto um bem moderno
E até do teu mesmo ofício.

Foi este o famoso Quita
A quem triste fado ordena
Que a fome lhe traga o pente
E da mão lhe tire a pena.

E enquanto na suja banca
Pobre tarefa tecia,
Que espírito sublime
Sobre o Parnaso se erguia.

Cosendo sobre o joelho
Em dura e falsa caveira,
A sua alma conversava
Com *Bernardes e Ferreira*.

Mil vezes travessas Musas
Da baixa obra o desviam;
E mostrando-lhe o tinteiro
Pós e banha lhe escondiam.

Mas de que servem talentos
A quem nasceu sem ventura?
Vale mais que um soneto
A pobre *penteadura*.

Quita, na sua pobreza, nunca pediu esmola em verso, como Tolentino mascarando ignobilmente a pedinchice com o falso pretexto de acudir a suas irmãs. Piedegache, que colaborara com Quita na tragédia *Mégara*, protesta contra o desdém dos críticos: «Alguns zoilos invejosos da grande reputação que o deu a conhecer até aos estranhos, intentaram com pestilentas sátiras desassossegar a paz ditosa que gozava no regaço das musas e nos braços da amizade, deslustrando os seus escritos e o seu nascimento.» O neo-árcade Francisco Joaquim Bingre (*Francélio Vouguense*), idealizou o amoroso culto de *Alcino* por *Tirceia*, em um belo soneto, que bem caracteriza a situação do poeta:

Os fios de ouro de *Tirceia* bela
O namorado Quita penteava;
E sobre o seu tapete lhe formava
Uma pira de Amor com uma estrela.

Movendo a mão subtil, e os olhos nela,
As rosalinas faces lhe beijava;
Num espelho o toucado lhe mostrava
Que fazia bradar com gosto a ela:

«Que penteado é este? Oh céus! que vejo.
Uma pira? uma estrela? É um tesouro
Que contigo, meu Quita, ter desejo.»

Disse e gostosa c'um prazer vindouro
No pente de marfim pregou um beijo,
E o pente transformou em Lira de ouro.

Desde o mega-sismo de 1755, não trabalhou mais o poeta cabeleireiro na sua oficina da Travessa do Pasteleiro, à qual aludiu Tolentino; acolhera-o em sua casa D. Teresa Teodora de Aloim, talvez ainda não viúva do seu primeiro marido. A amizade com que o distinguia o Conde de S. Lourenço, a *Arcádia* recebendo-o por seu sócio em 1757, só provocavam os chascos dos mediócrs. *Tirceia* soube dar-lhe até à morte aquele bem-estar de que tanto carece o génio artístico. As filhas de Silvestre Gonçalves de Aguiar (*Siveno Cário*), D. Maria Rita e D. Maria Antónia, acompanhavam *Terceia* na sua viuvez; aceitando o casamento com o Dr. Baltasar Tara, em 1760, seria pelo empenho que mostrava em salvar o poeta da doença, que veio subitamente feri-lo. Transcrevemos aqui as palavras de Piedegache, seu íntimo amigo e biógrafo: «No ano de 1761, enfermou gravemente Domingos dos Reis Quita, quebrando-se-lhe as forças o avizinharam da morte. Nada pôde atalhar a caridade com que D. Teresa Teodora de Aloim o tratou na sua doença, nem o perigo de ser assaltada por um mal tão contagioso... Os caldos, os remédios com a sua própria mão lhe ministrava. De dia o alimentava solícita, de noite o velava cuidadosa, suavizando o tormento da moléstia, com maternal assistência. O Dr. Baltasar Tara, seu marido, não se mostrou menos assíduo, nem menos afectuoso. Restabeleceu-se, porém, quase milagrosamente depois de lutar mais de um ano entre a vida e a morte, devendo esta admirável cura à experiência e perícia do Dr. Tara.» Aproveitando esta convalescença e existência de valetudinário, os amigos de Quita animaram-no a organizar as suas *Obras poéticas*, que em Junho de 1766 já estavam submetidas à censura da Inquisição e nas licenças do Desembargo do Paço em Junho de 1767. Parecerá minúcia apontar estas datas; mas no epítome da sua vida lê-se: «Domingos dos Reis Quita, no ano de 1767, depois de uma terçã impertinentíssima, de que precedeu uma febre maligna – que degenerou em febre lenta, chegou quase à meta da mortal carreira...» Não faltaria quem chamasse a atenção do Dr. Baltasar Tara para os amorosos Idílios e Églogas a Tirceia, despertando-lhe um latente ciúme por aquele passado, embora anterior a 1760. A leitura desses quadros bucólicos ainda hoje impressiona pelo ingénuo realismo que os inspirou. O Dr. Tara era dado a experiências farmacológicas e fazia consultas à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra sobre os seus Pós antifebrífugos; por duas vezes salvou o Quita. Mas o poeta revela em um Soneto o desalento da situação desesperada:

Sem piedade de minhas mortais dores
De mim ligeira foges mais que o vento;
Depois de enlouquecer-me o pensamento
C'os belos olhos teus encantadores.

Para que com desprezos e rigores
Pagas os tristes ais com que lamento,
Se os espinhos cruéis do meu tormento
Mudar podias em suaves flores.

Vem, crua ninfa, onde Amor te chama,
Vem consolar um peito que suspira,
Que em vão ardentes lagrimas derrama.

Um instante sereno o rosto vira!
Que a Tigre seu consorte terno brama,
Muda em afagos a terrível ira.

(*Soneto LVII*. Ed. 1781)

É já com a apreensão da morte, a que se vê arrastado, que escreve o Soneto LIV, dos inéditos que deixara, coligidos por Piedegache para a edição de 1781:

Depois de longo tempo ter pisado
Medonhos vales, serras cavernosas,
Ora fugindo a serpes espantosas,
Ou de altos rochedos despenhado;

Sulco do bravo golfo dilatado
As desertas campinas procelosas,
O vento silva, as ondas escumosas
Me combatem de um lado a outro lado.

Sem piloto, que destro leme reja,
Contra a negra tormenta denodada,
A rota, débil quilha em vão forceja.

Mas lá descubro terra levantada!
Oh queira o Céu que amigo porto seja!
Ai! que é de Cila a hórrida morada.

Em 1769 ainda teve o gosto de ver representado o seu drama *Hermione*, em três actos em verso no Teatro do Bairro Alto, que estava na sua nova fase. Em 13 de Julho de 1770 sai o poeta para a companhia de sua velha mãe, mas agravando-se o seu estado por um ataque, é trazido ao fim de nove dias outra vez para casa do Dr. Baltasar Tara, sucumbindo em 26 de Agosto de 1770. A morte de D. Teresa Teodora de Aloim ocorreu em 11 de Novembro de 1773, e é de 1774 o requerimento do Dr. Tara à Faculdade de Medicina consultando-a sobre os seus *Pós*. Em uma nota do poema didáctico *O Passeio*, Costa e Silva escreveu: «Um sobrinho de Domingos dos Reis Quita me afirmou que o marido desta senhora, que era medico, envenenara o poeta, para vingar os zelos que dele concebera.» Um poeta contemporâneo, José Inácio Barbosa, em um Soneto à morte de Quita descreve a sepultura do poeta visitada pela mulher amada, e termina com este terceto:

Este letreiro Amor deixou gravado,
Em memória dos cândidos amores:
Alcino amou *Tirceia*, e foi amado.

É para notar como Piedegache, observando a morte tranquila de Quita, e encarecendo no Epítome da sua vida os cuidados extremos com que o Dr. Tara o tratou, publicasse na edição de 1781 a Égloga *À morte de Domingos dos Reis Quita* por Domingos Maximiano Torres (*Alieno Cíntio*) em que descreve o seu trânsito nas convulsões de um envenenamento:

*Ceava um dia (dia desgraçado!)
Dos seus frutos alegre o brando Alcino,
Come um pomo, talvez envenenado,
Do mortífero dente viperino.
Súbito, o acometem cruéis dores,
Ânsias mortais e frígidos suores,*
.....
*Jaz trabalhado do letal veneno
Fitos os olhos, fitas as pestanas...
Com o semblante angélico, sereno.*

Na Carta *Sobre a utilidade da Poesia* que apareceu na edição das Poesias de Quita de 1766, vem este final: «Mas que esperança não promete o nosso vigilantíssimo monarca e O seu incansável ministro de vermos a poesia restaurada à sua primitiva?» A vida de Quita é o desmentido absoluto desta faina majestática e ministerial; celebrou o Rei nos seus aniversários, o Marquês de Pombal, seu irmão ministro adjunto, os casamentos dos filhos e das filhas. A nada se moveram; vexava-os o talento do *Cabeleireiro*.

MANUEL DE FIGUEIREDO (*Lícidas Cíntio*). – Deveu a Garção a sua entrada na *Arcádia Lusitana*, ao constituir-se; esta circunstância revela-nos um merecimento, que ainda em 1757 não estava justificado, e que só no tempo em que esteve em Coimbra, na convivência escolar, poderia ser avaliado por *Coridon*. Importa esboçar a sua actividade literária, que explica as aspirações a reformador do teatro português; apesar do seu medíocre talento e deficiência da arte de escritor. Manuel de Figueiredo nasceu em Lisboa em 15 de Julho de 1728, e fez os seus estudos menores nas aulas do Oratório das Necessidades; recebeu lições de calígrafo como quem se prepara para as secretarias de Estado, e estudou desenho com o pintor André Nunes. A referência em um Soneto à sua estada em Coimbra em 1745 e à importância que mereceu a Garção, levam à inferência de ter frequentado a Universidade. Teve de partir para Madrid, nesse anos, quando se começou a negociar o tratado diplomático dos limites das fronteiras portuguesas e espanholas na América, que os Jesuítas tanto embarçavam. Em 1753 regressa a Lisboa com esse tratado, tendo-se patenteado a acção maléfica dos Jesuítas, que foi uma das causas da sua expulsão. Durante esses sete anos de vida folgada de Madrid, frequentou Manuel de Figueiredo todos os espectáculos e viu como a Comédia espanhola interessa pelo seu movimento da acção e pelos caracteres. Lembrava-se da música do Pátio da Bitesga e do Teatro do Bairro Alto, sustentado pelas Comédias do Judeu. Ao regressar a Lisboa em 1753, veio encontrar o teatro português ainda mais degradado, pela exclusiva paixão pelas Óperas italianas, e a cena portuguesa desvairada pelos *arreglos* que fazia Nicolau Luís para o Teatro do Bairro Alto, na sua segunda fase. Esta situação o impelia à sua audaciosa empresa. Despachado oficial da secretaria dos Estrangeiros e Guerra,

fruía a tranquilidade de uma vida em que podia dar largas à imaginação. Neste remanso, reconheceu que não lhe faltavam elementos para criar a Comédia portuguesa, tendo lido o melhor do teatro europeu e visto representar boas peças por excelentes actores. Mas, confessa-o ele próprio, o sentimento e conhecimento da língua portuguesa tinham sido prejudicados por sete anos de Madrid, que o castelhanizaram. A sua vida isolada, sem convivência, tomou-lhe a expressão literária e a linguagem dramática sem brilho e sem plasticidade. Essa concentração fê-lo esboçar à farta comédias, tragédias, farsas e poesias, que ele deixava em borrão para produzir mais; faltava-lhe o efeito da cena, para reconhecer os seus recursos dramáticos. Toda essa papelada, um dia foi metida e recalçada num saco, na ocasião do terramoto do 1º de Novembro de 1755, e transportada para fora de Lisboa para um barracão de Alcolena, onde estabeleceu a sua morada no sítio que ainda hoje conserva o nome da *Travessa do Figueiredo*. Na perturbação da grande catástrofe Manuel de Figueiredo perdeu a memória desse saco de papéis, que só passados anos veio a encontrar entre as coisas inúteis de um cadoz.

Ao recomeçar-se a vida literária e fundada a *Arcádia Lusitana*, *Lícidias Cíntio* foi um dos alunos que mais trabalhou, com fé e entusiasmo lendo memórias críticas sobre a forma da Comédia, esboçando tragédias, seguindo a linha de Garção, como quem o compreendia e secundava. Os seus numerosos Discursos doutrinários ficaram inéditos, até que depois da sua morte em 27 de Agosto de 1801, o seu dedicado irmão Francisco Coelho de Figueiredo os reuniu nas *Obras póstumas*, onde se encontram curiosas notícias para reconstruir a vida da *Arcádia*. Esta época da sua actividade de 1757 a 1774, passou-se toda identificada com a vida da corporação que ele estimulava nas crises de apatia e de dispersão. Sob o reinado de D. Maria I, o teatro sofreu as terríveis consequências do Intolerantismo, proibindo mulheres na cena, e somente farsas alvares. Manuel de Figueiredo perdeu de todo a esperança de ver representar qualquer das suas composições, diante da onnipotência de Nicolau Luís com empreitadas de imitações e traduções espanholas, francesas e italianas. Recolhido, após, às funções automáticas da secretaria de Estado, empregava-se todo a escrever variadíssimas Comédias e tragédias para a gaveta, com um fervor digno do cumprimento de uma missão. Todo esse trabalho se perderia e ficaria ignorado se seu irmão mais novo Francisco Coelho, que o respeitava muito pelo seu tino crítico e carácter, não tivesse a convicção da seriedade e importância daqueles escritos. Manuel de Figueiredo, que era parco no seu viver e os seus ordenados se acumulavam, ainda imprimiu três volumes do seu *Teatro*; como nenhum exemplar achasse comprador nos livreiros, abandonou a sua tentativa, e requereu desistência das gratificações que recebia da secretaria, por não lhe serem necessárias. Depois da sua morte o irmão resolveu deixar impressos todos esses trabalhos e falecendo contente, depois de ter gasto todos os seus haveres e satisfeito o seu sentimento. Manuel de Figueiredo datava as suas composições; seguindo essas datas melhor se aprecia o seu esforço sem estímulos.

Escola da Mocidade – 1 de Abril de 1773; *Perigos da Educação* – 15 de Agosto de 1773 (representado no Teatro do Bairro Alto em a noite de 8 de Maio de 1774); *O Dramático Afinado* – 12 de Maio de 1774; *Os Pais de Família* – 25 de Abril de 1775; *Apologia das Damas*, 27 de Julho de 1773; *Ósmia Lusitana* – 31 de Outubro de 1773; *Fastos do Amor e Amizade* – 21 de Setembro de 1773; *Mapa da Serra Morena* – 10 de Julho de 1774; *O Fatuinho em Lisboa* – 21 de Outubro de 1773; *Poeta em Anos da Prosa* – Lisboa, 30 de Novembro de 1773; *A Mulher que o não Parece* – 20 de Janeiro de 1774; *Inês* – Lisboa, 30 de Maio de 1774; *Os Censores do Teatro* – 29 de Agosto de 1774; *As irmãs* – 15 de Outubro de 1775; *As Ciências das Damas* – Lisboa, 17 de Maio de 1775; *O Jogador* – Lisboa, 8 de Junho de 1775; *O Cid de Corneille* – Lisboa, 4 de Setembro de 1775; *Cinne ou a demência de Augusto* – 4 de Dezembro de 1775; *Catão*

de Addison – 20 de Janeiro de 1776; *O Impostor Raderverto* – (Sem data); *O Bristo de Ferreira* – Lisboa, 4 de Agosto de 1776; *A mocidade de Sócrates* – 29 de Abril de 1776; *Ifigénia em Áulida* – 11 de Abril de 1777; *O Acre-dor* – 4 de Dezembro de 1776; *Andrómaca* – 11 de Abril de 1777; *Grifaria* – de 1777; *O Homem que o não Quer Ser* – (Sem data); *Fragmento duma Comédia* (intitulada *O Urso*); *O Avaro dissipador* – (Sem data); *O opulento miserável* – (Sem data); *O Fidalgo da sua própria casa* – (Sem data); *Lúcia ou a Espanhola* – (Sem data); *Os Amantes sin ochavo* – (Sem data).

Dando conta da impressão destas obras, escreve seu irmão piedoso, Francisco Coelho: «Quando em 1803 comecei esta empresa, subindo a grande preço o papel, todos me aconselhavam que suspendesse e esperasse que diminuísse aquele grande valor... ainda me não arrependo da minha constância.» (*Obras Post.*, II, 299). «A mim, que me faltava o tempo, pelo receio da minha idade, fiz aceleradamente imprimir aqueles escritos com tanta fortuna, que o consegui em 5 anos; e quando a 29 de Novembro de 1807 me entraram em casa os franceses, achava-me com aquela parte das Líricas toda feita...»

Que pensar sobre a obra de Manuel de Figueiredo? Temos o juízo do homem mais competente nestes assuntos – Garrett. Compondo a sua tragédia *Catão*, fala do *Catão* de Addison traduzida por Manuel de Figueiredo, e dela escreve: «Um homem sem talento, mas de grande tino, juízo e erudição de cujo volumoso *Teatro* poucos sabem até que existe; lê-lo é para exemplares paciências. Pois ganha muito quem o fizer, que ha ali ouro de Énio com que fazer muitos Virgílios.» E nas *Viagens na minha terra* escreve outra vez sobre Manuel de Figueiredo «que tinha inquestionavelmente o instinto de descobrir assumptos dramáticos nacionais, ainda às vezes a arte de desenhar bem o seu quadro, de lhe agrupar não sem mérito as figuras; mas ao pô-las em acção, ao colori-las, ao fazê-las falar... boas noites! era sensoria irremediável – mas rara é a que não poderia ser arranjada e apropriada à cena... Que mina tão rica e fértil para qualquer mediano talento dramático! Que belas e portuguesas cousas se não podem extrair dos treze volumes, e grandes, do *Teatro* de Manuel de Figueiredo. Algumas dessas peças, com bem pouco trabalho, com um diálogo mais vivo e com estilo mais animado, fariam comedias excelentes». Garrett aponta algumas dessas Comédias, e ao falar da que se intitula *Poeta em anos prosa*, e rindo-se da ingenuidade familiar e simpática do seu tom magoado e melancolicamente chocho, exclama: «Oh Figueiredo, Figueiredo, que grande homem tu foste, quando imaginaste este titulo, que só ele é um volume!» (*Viagens*, cap. IX). A sua tragédia *Inês de Castro*, é a única que apresenta situações tomadas em paixões naturais pela sua realidade, como a do velho D. Afonso IV receando que os filhos da amante do príncipe venham a afastar do trono seu neto D. Fernando. Contra a comédia seiscentista de *capa e espada* de Velez de Guevara, do caso de D. Inês de Castro, traduzida por Nicolau Luís, opôs a *Arcádia*, na sua obcecação clássica, a tragédia francesa de Lamothe Houdart, que tantas polémicas suscitara em França. Manuel de Figueiredo, o autor doutra, Domingos dos Reis Quita, remodelaram a peça de Lamothe. Neste género, viu Figueiredo surgir a Tragédia filosófica, mas já lhe era impossível ensaiar esse estilo revolucionário pela sua idade e isolamento social em que vegetava.

b) *O Teatro do Bairro Alto e o Teatro da Rua dos Condes*. – O calamitoso terramoto do 1º de Novembro de 1755, causara a derrocada do palácio do Conde de Soure. Essa parte arruinada foi tomada de arrendamento por uma sociedade composta por José Gomes Varela, João Luís da Silva Barros e Francisco Luís, para aí edificarem o teatro do Bairro Alto, pagando anualmente 240\$000, durante catorze anos, renováveis, salvo se o proprietário quisesse continuar a reedificação do palácio. Celebrou-se a

escritura de arrendamento em 1 de Outubro de 1760. Para fazerem a construção de *uma Casa de Opera*, entrou Varela com metade do capital, e a outra pelos dois sócios. Há tradição de que os Marqueses de Marialva e de Castelo Melhor auxiliaram o Varela, que pela sua inteligência e habilidade veio a achar-se proprietário do Teatro do Bairro Alto. Começadas as obras em fins de 1760, «*outo dias antes do carnaval de 1761, foi o primeiro dia que se representou nela*», como se lê no Apêndice às *Contas da Casa da Opera do Pátio do Conde de Soure*. Para realizar-se esta rápida transformação, a Tavares e José Duarte, por escritura de 13 de Outubro de 1760 arrendaram «toda a fabrica e preparos que tinham para a *Ópera dos bonecos*, que antes tinham tido na rua dos Condes». Varela, como entendido em cousas teatrais, formulou condições leoninas, e como senhor da caixa, tendo acudido às perdas nos anos de 1762 e 1763 e suprido às despesas da factura do edificio, preparos de ópera e cenários, achava-se o principal proprietário, tanto mais que os outros dois sócios eram um entalhador e o outro pedreiro. Deles escreveu o próprio Varela, «*eram tão pouco práticos das contas e das suas formalidades, que nem sabiam como era a pratica*». A despesa com a construção da Casa da Ópera, acomodação e abrigos, importou em 6.523\$853 rs.; vê-se que Varela dispunha de capital de opulentos protectores. Garção, em uma Ode pindárica *Aos Fidalgos que protegeram o Teatro do Bairro Alto*, enaltece esses potentados, cujos nomes a tradição conservou:

De tão honrados, ínclitos maiores,
Vós, netos generosos
Do fado das batalhas sois senhores;
Ilustres cavaleiros virtuosos.
Espíritos briosos
Vos inspira o ardor que vos inflama,
‘Té o grão Templo conquistar da Fama.

.....
Tempo, tempo virá, que as desprezadas
Musas do pátrio Tejo,
Por vossas mãos benignas levantadas
No porto vão surgir, *que inda não veio*;
Então, então *sem pelo*,
Em grave cena adereçando a História
Mostrarão quanto pode o amor da gloria.
Calcando o humilde soco, ao feio Vício
A mascara arrancando,
Hão-de ensinar ao *cómico exercício*,
Como verdade do alto céu mandando.

.....
O jugo vergonhoso,
O capo, em que jazem prisioneiras,
Como escravas das Musas estrangeiras,
Com animo brioso
Desejam sacudir, serão louvadas,
Dignas então de vós, de vós honradas.

Pelas palavras sublinhadas nesta ode vê-se que o poeta já alude ao teatro edificado, vaticinando a revelação da Comédia nacional, e ao pejo ou anonimato dos

Fidalgos que protegem o Teatro do Bairro Alto. No *Journal de Litterature et des Sciences et des Arts*, de 1781, um artigo do Estado actual do Teatro em Portugal, consigna estes traços descritivos do Teatro do Bairro Alto, ao referir-se à grande actriz Cecília Rosa de Aguiar: «O Teatro do Bairro Alto é o mais antigo, e o seu nome vem-lhe do bairro em que está situado. É espaçoso; a plateia divide-se em duas; tem uma ordem de camarotes ao nível da plateia, a que dão o nome de forçuras (do francês *frissure*, hoje frisa); é raro ver mulheres nestes camarotes, sendo onze de cada lado e cinco de fundo. De quarta ordem, somente metade do lado da cena tem camarotes, a outra metade forma galeria. O ponto, como é costume, está na boca da cena, mas em lugar elevado, de modo que de toda a parte se vê.» Era maior do que o teatro da Rua dos Condes, construído mais tarde em 1770, tendo somente nove camarotes de cada lado, como consigna a descrição referida. O Dr. Guimarães, no seu estudo sobre o Teatro do Bairro Alto opina, que esse teatro tivera uma ampla sala de espectáculo, e conclui: «A despesa feita na sua construção, mostra que não era solida nem grandiosa; as suas ruínas desapareceram de todo. Pessoas idosas lembram-se de terem visto apenas alguns vestígios do Teatro;...» Teve de sucumbir diante da corrente do gosto da Ópera italiana que alenta o Teatro da Rua dos Condes, e é substituído pelo Teatro do Salitre, explorado pelo Varela. Mas o Teatro do Bairro Alto, tomou-se importante pelas belas páginas que ofereceu à História da Literatura e da Arte, com o seu fecundo comediógrafo Nicolau Luís, e com a assombrosa actriz Cecília Rosa de Aguiar, que iluminavam as suas épocas teatrais.²¹

²¹ Transcrevemos para aqui um Soneto inédito em que se elogia a fundação do Teatro novo:

AO MAGNÍFICO
TEATRO
QUE NO PLANO DO PALACIO ILUSTRÍSSIMO E
EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONDE DE SOURE NOVAMENTE ERIGIU
O SENHOR
JOÃO GOMES VARELA
PELA IDEIA DO INSIGNE ARQUITECTO, O SENHOR
LOURENÇO DA CUNHA

OFERECE
O BAIRRO ALTO
ESTE
SONETO.

Outra sala de Sol nesta se inaugura,
Oh, quanta gloria dela se desata!
Quando esse César *João* maior se retrata,
Em Dédalo *Lourenço* se afigura.

Deste assombra a famosa Architectura
Daquele o generoso se dilata,
Ambos são harmonia de luz grata,
Egrégio misto que o primor apura.

Qualquer de vós, ilustres primorosos,
Já nos lembra de brio sem segundo,
Sustendo um globo de Safir vistoso.

E este Bairro tão Alto e tão jocundo,
O parabém vos dá, não duvidoso,
De que os vivas tens de todo o mundo.

O valor deste Soneto está em revelar-nos quem foi o architecto do Teatro do Bairro Alto.

No ano de 1764-65 os empresários do Teatro do Bairro Alto associaram-se com o empresário do Teatro da Rua dos Condes, Agostinho da Silva, para darem récitas alternadamente em conjunto das duas companhias. O resultado foi óptimo, tendo de lucro 1.227\$93 8 rs. Não continuou esta prestimosa exploração por falecimento de Agostinho da Silva e João da Silva Barros. Os espectáculos exibidos, segundo as contas, foram Comédias portuguesas, danças e alguma comédia italiana pelos dançarmos, em 136 récitas. Entre as Comédias representadas apontam-se nos róis de despesa *A criada astuciosa*, o *Médico holandês*, *Codro*, *Lavrador honrado*, *Amor da Pátria*, *A Dalmática*. No ano de 1765-66, os primeiros três meses foram de comédias portuguesas e danças; e de 5 de Julho por diante começaram as representações de Óperas italianas. O Teatro entrava na sua fase de esplendor. O grande compositor David Peres ensaiava e eram cantadas as suas óperas *Didone*, *Zenóbia* e *Semíramis riconosciuta*. Entre os cantores italianos figura já a celebrada Cecília Rosa de Aguiar, contando então dezanove anos de idade. Na Ópera cómica *L'amor arte giano*, de Labília, faz Cecília um papel secundário, mas nesse mesmo ano de 1776, substitui a prima-dona Berardi, na ópera *Tamire*. Mas a par do talento musical revela-se o talento dramático de Cecília Rosa de Aguiar e deixa o canto pela declamação, em que se tomou extraordinária. Em 1766-67, os Cômicos do Teatro do Bairro Alto arrendaram-no por sua conta por 8\$000 rs. por noite, com parte dos lucros para a casa e os vestuários feitos; deram 164 récitas com o lucro, cabendo à casa 1.211\$000 rs. Isto explica-nos a preferência que Cecília Rosa deu à sua vocação dramática. Nas contas dos cômicos portugueses do ano de 1767-68, aí nos aparece entre o pessoal contratado:

«CECÍLIA ROSA e sua irmã, ajustadas com casas pagas por708\$000 rs.»

Em seguida, vem a sua rival:

«Maria Jesuína e seu pai 500\$000 rs.»

E antes de ensaiador e ponto:

«NICOLAU LUÍS ajustado para dar as Comedias 200\$000 rs.»

Nas contas deste ano acha-se também uma verba interessante, pela dedução a que se presta:

«Por uma Ana, ao Pai da *Sezília* 1\$440 rs.»

«Música para a *Sezília* e D. Inês, Rol da Música a Manoel José 2\$560 rs.»

Este pai da *Cecília* é Manuel José de Almeida, copista de música, e segundo o musicógrafo Ernesto Vieira, porventura compositor; era professor, por isso que ensinava a música a suas três filhas Cecília Rosa de Aguiar, nascida em 6 de Setembro de 1746; Luísa Rosa de Aguiar (a Tódi) e Isabel Ifigénia.²² Foi talvez pelas suas relações como

²² O erudito setubalense Portela, comunicou-nos estas certidões autênticas das três insignes artistas, que engrandeceram o Teatro Novo:

professor em casas fidalgas, que obedecendo à sugestão dos *altos protectores* do Teatro do Bairro Alto, ele trouxe para a cena do teatro em que trabalhou como copista, as suas três belas filhas, artistas geniais. Cecília e Luísa representaram em 1767-68, a comédia *Tartufo*, de Molière, traduzida pelo capitão Manuel de Sousa, em que o papel principal era desempenhado pela irmã mais velha, e Luísa representava de lacaia. Com estas duas artistas dá-se o fenómeno notável: pelo canto, Cecília revela o seu génio determinando-se pela declamação; e Luísa, começando a sua carreira pela declamação, torna-se surpreendente no canto, recebendo lições de David Peres quando ensaiava as suas Óperas. As três irmãs apareceram em várias peças musicais, o que leva a inferir que tinham recebido uma cultura especial de seu pai. Em 1770, na ópera *il viaggiatore ridicolo*, de Scolari, Cecília cantava o papel de dama séria, Luísa, o principal papel de jocosa, e Isabel Ifigénia de criada; e no outono desse ano a ópera *L'injusta perseguitata*. Em 1771, cantaram as três filhas de Manuel José de Almeida pelo carnaval a ópera-bufa de Scolari *il Beriglierbei de Caramania*, fazendo Cecília de galã, Luísa o papel de dama, e Ifigénia uma parte secundária. Terminaram em 1771 as representações da Ópera italiana no Teatro do Bairro Alto, ficando o Teatro da Rua dos Condes sob a exploração da empresa que se formara por causa da Zamperini.

É na exibição das Comédias portuguesas cujo reportório era fornecido por Nicolau Luís com inesgotável abundância, e no esplêndido desempenho de Cecília Rosa, que o Teatro do Bairro Alto mostra essa vitalidade que em breve foi continuada pelo Teatro do Salitre pelo mesmo João Gomes Varela, que se separara da antiga empresa. A lei de D. Maria I, que proibiu a representação teatral por mulheres em 1789, foi o golpe de morte no Teatro português. O arrendamento do Teatro do Bairro Alto cessou e o Conde de Soure deixou-o desmoronar-se em breve tempo, e em 1782 erigiu-se o barracão do Salitre para a baixa Comédia. Garção, na sua comédia *Teatro Novo*, descreveu esta crise que desde 1770 determinara o desenvolvimento do Teatro português:

Inda o Fado não quer, inda não chega
A época feliz e suspirada
De lançar do Teatro alheias Musas,
De restaurar a Cena portuguesa.
Vós, manes de Ferreira e de Miranda,
E tu, oh Gil Vicente, a quem as Graças

«No livro nº14 dos termos de baptismos da freguesia de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal, a folhas 170, consta que:

«Aos seis dias de setembro de mil setecentos quarenta e seis baptizou de minha licença o P.^o Manoel Belto de Freitas a Cecília, filha de Manuel José d'Aguiar e de Ana Joaquina d'Almeida, recebidos nesta freguesia, nasceu em vinte e três d'agosto; e foram padrinhos Victorino José d'Almeida e D. Francisca Josefã Navel. O Prior Clemente Rodrigues Montanha.»

A fl. 141 v. do livro 15^o dos baptismos da freguesia de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal, está o assento seguinte:

«E aos trinta e um dias de janeiro de mil setecentos e cinquenta e três baptizei a Luísa, filha de Manoel Joseph de Aguiar e de Ana Joaquina de Almeida; nasceu em 9 do dito mês; e foram padrinhos D. Luísa de Sousa e Soror Inácia Jacinta. O Prior Clemente Rodrigues Montanha.»

Isabel Ifigénia de Aguiar:

Nasceu em Setúbal em 5 de Novembro de 1750. – Começou a figurar nas Óperas cantadas de 1770-71, juntamente com Cecília e Luísa. «Formosa, como suas irmãs, atraiu-a o casamento, consorciou-se em 18 de agosto de 1771 com Joaquim de Oliveira, tenor, cantor da Patriarcal. Daqui o apagamento do seu nome, comparado com a aura gloriosa de suas irmãs. Chegou a cantar na Itália, com aplauso, Como informam os jornais da época. A vida domestica levou-a a deixar a cena muito cedo. Ainda vivia em 1833; uma sua filha, casou com o coronel Turiani, e consta ter sido insigne pianista.» (Dr. Ribeiro Guimarães).

Embalaram no berço e te gravaram
Na honrada campa o nome de Terêncio;
Esperai, esperai; que inda vingados
E soltos vós sereis do esquecimento
Ilustres portugueses! ao Teatro
Não negueis um lugar às vossas Musas;
Elas, não as alheias, publicaram
Dos vossos bons avós os grandes feitos
Que eternos soarão em seus escritos;
E podeis esperar paga tão nobre
Se detestando parecer ingrato,
Lhe defenderdes o paterno ninho,
Quiserdes com honra agasalhá-las.

Por este eloquente protesto se vê que não podia Garção conformar-se com o plano em que entrava Teotónio Gomes de Carvalho, patrocinado pelo Conde de Oeiras, para se organizar uma *Sociedade estabelecida para subsistência dos Teatros públicos da Corte e Cidade de Lisboa*, mas tendo por fim exclusivo fixar por longo tempo em Lisboa a Zamperini no Teatro da Rua dos Condes. O Marquês de Pombal mandou prender Garção e metê-lo no segredo do Limoeiro em 8 de Abril de 1771, e em 1 de Julho assinava as bases dessa sociedade, que estoitou pelas burlas, maculando o Presidente do Senado de Lisboa, e o ministro seu pai, que teve de expulsar a Zamperini.

Na época em que o Teatro do Bairro Alto estava no seu esplendor, em que se cantavam as Óperas de David Peres, e Cecília de Aguiar arrebatava o público pelo seu génio dramático, Garção escreveu para essa cena a sua primorosa comédia, *Assembleia ou Partido*, ridicularizando o novo costume das *soirées* dispendiosas, que estavam no furor da moda. Em uma das cenas um dos visitantes recita a bela cantata de *Dido*, uma das jóias da poesia lírica. Garção ouvira a Ópera de David Peres *Didone abandonata* e deu a esse quadro musical e cénico a expressão verbal descritiva e impressionante. Em um dos Manuscritos a *Assembleia ou Partido*, traz a seguinte declaração: «*Este finalizado drama se representou no Teatro do Bairro Alto, em 23 de Janeiro de 1766, e o Povo espectador não deixou acabar com pateadas e assobios.*» (Arcad. Lusit., p. 471). A comédia de Garção como modelar não podia ser apreciada por uma plateia que era arrebatada pelas declamações cavernosas e retumbantes do *Capitão Belisário* de Nicolau Luís. Manuel de Figueiredo, que sofreu igual desacato com a sua comédia *Perigos da Educação*, ele mesmo descreve o estado mental desse público: «*Gentes que estavam loucas com o Belisano e que sabem o teatro dos bonecos.*» – «*Fez a casualidade que achando-me a jogar a um rober em casa de um amigo com quem jantara em Lisboa se moveu a conversação sobre o Belisário; e estranhando eu que ainda durasse, me respondeu um desta maneira: – E durará sempre! Nunca se viu uma obra como aquela, para quem entende de trágico. – E disse-o com valentia!.., acabei o rober e parti para o teatro. – Ao romper por ele (um grupo no corredor) fiquei vexado, e por entender que não se representava a tragédia, ouvindo uma risada semelhante à que presenciei em outra ocasião, quando no *Esposo fingido* apareceu o burro no teatro. Com efeito, porém, era o *Belisário* que os fazia rir.*» Em outra passagem refere a sua ida ao teatro da Ajuda (do Espírito Santo) aonde também viu representar o *Belisário*: «*achei-me em uma fressura vizinha ao camarote onde estavam muitas senhoras da corte. Ainda o Belisário me pareceu pior que quando ali, mas as risadas e os aplausos eram os mesmos que no outro teatro... Prodigiosamente, uma voz que vinha do alto e que não era de homem,*

mal pecado, me consolou os ouvidos, pois articulava estas palavras,... (cita algumas frases de desdém e quando chega o *Belisário* eis que lhe querem tirar a mulher). *Já não posso mais!* E dizia isto a Senhora, senão com ira, com aborrecimento.» (*Obr.*, t. II, discurso 6). Outra peça, que dava sempre enchentes, era a tragédia de *Inês de Castro*, arranjada por Nicolau Luís da Comédia famosa de Vellez de Guevara *Reynar después de morir*. Nicolau Luís eliminou certas grosserias do poeta castelhano e com vantagem para o êxito. Cecília Rosa de Aguiar representava o papel de Inês de Castro tão profundamente sentido, que as récitas se suspendiam, porque adoecia com os abalos morais. No *Journal de Litterature, des Sciences et des Arts* lê-se, acerca da extraordinária actriz: «A sua figura é verdadeiramente teatral, tem naturalidade na acção, o que a singulariza nos papéis de ingénua, mas conhece a fundo as regras da arte e não pode representar papéis affectados. Finalmente deixa-se dominar tanto pelo sentimento, que compenetra-se por tal modo do seu papel, que tem acontecido adoecer depois das representações da *Inês de Castro*, sendo necessário descansar alguns dias.» Manuel de Figueiredo alude a esta tragédia, quando causava o maior entusiasmo: «Findo algum tempo, visitando a senhora Cecília Rosa, a achei vestindo-se para ir ao ensaio, e falando-lhe eu em assumptos de Teatro, me disse, que se punha em cena o *Belisário*, vertido pelo mesmo poeta que traduzira em português a comedia castelhana *Reynar despues de morir*, que tempo antes me tinha emprestado para ler; mas a hora do ensaio era chegada, despedi-me, ela partiu.» Por este testemunho de Manuel de Figueiredo é que se sabe pertencerem a Nicolau Luís, porque todas as peças que traduziu, ou adaptou ou compôs, foram impressas em folhetos, que os cegos exploravam na venda, pelo privilégio que lhes fora concedido constituídos em classe ou irmandade do Menino Jesus. José Maria da Costa e Silva no *Ensaio biográfico crítico*, deixou os traços vivos desta figura singular com a paixão exclusiva por coisas teatrais: «Se era pouco zeloso da sua fortuna e bem estar, não o era menos da sua gloria literária; nunca houve homem que menos caso fizesse dos seus escritos e da fama que deles podia provir-lhe; as suas versões apenas compostas, passavam logo para as mãos dos actores; vendia os manuscritos das suas comedias aos cegos, que as imprimiam e vendiam sem que ele sequer tomasse o trabalho de corrigir as provas ou exigisse que o seu nome fosse estampado no frontispício. É indubitável, pelo menos um terço das *Comedias de cordel*, assim chamadas, porque os cegos as expunham à venda em papel (*pliego suelto*) pendentes de um barbante pregado na parede ou nas portas, pertencem a Nicolau Luís.» Apenas aparece o seu nome na comédia intitulada *Os maridos peraltas*, em 1783, quando entrava em actividade o Teatro do Salitre. O cego Romão José, que tinha o seu estendal de Comédias de cordel à esquina do convento de S. Domingos, ao Rossio, publicou o catálogo dessas peças sob o titulo *Notícia aos curiosos*, no folheto *Vingança de Alcmena*, de 1791. Aí se encontram enumeradas 51 comédias, que na maior parte pertencem a Nicolau Luís, segundo testemunho dos autores e contas do Teatro do Bairro Alto. *Os maridos peraltas* fecham a colecção do cego Romão José, que comprava os manuscritos a Nicolau Luís. Para guiar as investigações entre as comédias anónimas, Costa e Silva apontou aquelas que conhecia como atribuídas a Nicolau Luís pelos contemporâneos com quem tratou: «*D. Inês de Castro, Amor e obrigação, Aspásia na Síria, Dom João de Alvarado, Alarico em Roma, Escravo em grilhão de ouro, Córdova restaurada, O Conde Alarcos, A Restauração de Granada, Bela selvagem, A ilha desabitada.*» (*Ens. Biogr.*, t. X, 291). Nas Contas do Teatro do Bairro Alto de 1767-68, figura: *Nicolau Luís ajustado para dar as Comédias* 200\$000 rs.; e em 1768-69: *Nicolau Luís com obrigação de dar algumas Comédias entre novas e velhas* 70\$000 rs. Nas contas de José Gomes Varela, vêm apontadas duas Comédias pagas a Nicolau Luís, a *Filha obediente* e *Constância do futuro*. Pela grande quantidade de

Comédias, cujos títulos aparecem nas contas do Teatro do Bairro Alto, que eram apresentadas por Nicolau Luís, vê-se que ele não tinha tempo para elaborar composições originais; traduzia do teatro espanhol do século XVII e do teatro italiano do século XVIII, sem responsabilidade literária, por isso não assinando as suas imitações nem sequer revendo as provas das que o cego Romão José ou outros da irmandade lhe compravam. Entre as *comédias velhas*, que tinha de escolher, acham-se a *Guerra do Alecrim e Manjerona*²³, e o *Proteu (Variedades)*.

Nicolau Luís continuava António José. Conservava no seu espírito a impressão das Óperas do Judeu do *Pátio da Comédia*, e foi sobre esse modelo que escreveu *Os Maridos Peraltas*, tipo cómico e característico da comédia portuguesa do século XVIII, amplamente explorado pela comédia de cordel. Por ocasião do terramoto de 1755, figura um Juiz do Povo em Lisboa, Nicolau Luís da Silva, que Inocêncio identifica e bem com o poeta cómico; e este facto coloca a sua mocidade na época do entusiasmo pelas Óperas do Judeu, cuja feição literária continuou, segundo os gostos dramáticos.

Toda a paixão e entusiasmo era empolgada pela Ópera italiana, que dominava nos teatros régios de Queluz, de Salvaterra, da Ajuda e no da Rua dos Condes, chegando mesmo a ocupar o teatro popular do Salitre. O desastre vergonhoso da Sociedade, decretada em 1771, de que resultou a expulsão da Zamperini, originou o plano para a fundação do Teatro de São Carlos. O Teatro português achou-se rebaixado aos espectáculos dos idióticos *Elogios dramáticos*, e somente quase ao fim de um século é que a aspiração de Garção pôde ser compreendida e realizada.

2º *O intolerantismo sob D. Maria I.* – Bem compreendia o Marquês de Pombal, que todo o seu poder acabaria por morte do rei; e sabendo que se lhe tinham fechado as úlceras das pernas, teve logo o abalo da ameaça fatídica. Não tardou muito o golpe; em fins de 1776 foi atacado com «uma paralisia na língua, que a fez sair do seu lugar para fora da boca, muito inchada, de modo que lhe proibiu o uso da fala». (Gramosa, *Suc. de Port.*, I, 52). Em decreto de Novembro de 1776, transferiu os seus poderes majestáticos à rainha D. Mariana Vitória, sendo essencialmente referendados pelo Marquês de Pombal. Em 11 de Dezembro, quando o Marquês, segundo o costume, abriu a porta da câmara real para tratar de interesses de ordem pública, D. José acenou-lhe com a mão para que se retirasse. Dai até 24 de Fevereiro de 1777, em que faleceu o monarca, o omnipotente ministro sentiu a contrariedade da sorte, preparando a papelada referente aos actos mais graves do seu governo, sob a *rubrica e guarda* de seu amo e senhor, como égide nas responsabilidades de que lhe tomariam conta. Em 4 de Março estava investida da soberania D. Maria I. Acabou instantaneamente o terror da Junta da Inconfidência, podendo expandir-se opiniões sobre o governo do Marquês de Pombal. Os chascos livres, os insultos sangrentos receberam a expressão mais mordente na aluvião de versos satíricos, de que existem colecções manuscritas nas bibliotecas públicas. Tolentino designou esta crise moral dos espíritos a *viradeira*. Escreveu Gramosa nos *Sucessos de Portugal*: «e tanto foi avante esta desenvoltura, que apenas el-rei faleceu, apareciam todos os dias pela cidade uma quantidade espantosa de obras poéticas contra ele, contra as suas acções, e envolvendo nelas além dos factos

²³ Em uma carta de Goubier de Barrault ao Conde de Oeiras, de 9 de Fevereiro de 1771, lê-se: «Tous les ministres et dames vent ce soir au théâtre da Graça voir *Alecrim e Mangerona*, ainsi qu'un fandango dansé par la Joanna, qui, à ce qu'on dit, l'emporte sur la Pepa.»

E noutra carta do mesmo, de 11 de Fevereiro: «Samedi je fus au Théâtre de la Grace, où il y avait un monde prodigieux de dames, et les ministres étrangers s'y trouverent. On nous donna *Alecrim e Manjerona*, et ainsi l'un nouvel intermede intitulé *O velho peralta*, qui est salmigondi detestable et aussi d'un fandango insipide.» (*Colecç. Pomb.*).

criminosos que lhe acumulavam, todos os seus parentes, amigos e ministros a quem ele mais beneficiou.» (*ib.*, p. 94).

O Marquês de Pombal, conhecedor das normas protocolares, representou à rainha que a sua avançada idade e moléstias lhe não permitiam continuar no real serviço, sendo exonerado por decreto de 5 de Março de 1777. Para comprazer com a aristocracia e com o clericalismo, a rainha, mais para ressaltar a memória de seu pai, acedeu a mandar meter em processo o Marquês, e a conceder a revisão no processo dos Távoras, para libertarem da infâmia a sua geração. Pelo seu lado os jesuítas reclamavam a sua reinstalação em Portugal, com atrevidas ameaças. Mas a rainha, apesar da sua pusilanimidade, e fanatismo, resistiu a todas estas correntes pela sua própria fraqueza, tendo junto de si o génio hesitante de seu marido e tio. O Arcebispo-Confessor, Frei Inácio de S. Caetano, sendo sempre seu director espiritual até falecer em 1788, fora escolhido para esse cargo pelo Marquês de Pombal; tinha à absoluta confiança da débil rainha, a quem alentava no meio das correntes palatinas. Frei Inácio de S. Caetano, natural de Chaves, ai seguira a vida soldadesca e subira a postos militares; como quatro irmãos seus tinham adoptado a carreira eclesiástica, este seguiu também o mesmo pendor. Para ele a religiosidade não era um devaneio místico mas uma disciplina explícita. Foi esta qualidade que lhe conheceu o Marquês de Pombal, e com essa disciplina susteve a exaltação da rainha, demorando-lhe o acesso de loucura, que a derruiu em 1792. Gramosa explica o prestígio do Arcebispo-Confessor pela sua *admirável moderação e louvável desinteresse*.

Acabaram-se as perseguições políticas, mas começaram as perseguições religiosas, criando-se a Mesa Censória para o exame e censura dos livros, cuja entrada no reino estava entregue à alçada do Intendente da Polícia Pina Manique. Escreve Gramosa: «Introduziram-se por este tempo em Portugal as obras de João Jacques Rousseau, de Voltaire e de outros seus sequazes, cujas opiniões arriscadas e libertinas mascaradas com o Evangelho, *inoculavam a liberdade e a indiferença* nas matérias de fé e de religião. Doutrinas abraçadas pelos *filósofos modernos*, que se denominavam *Espíritos fortes e iluminados*, e que se jactam de só eles saberem ser cristãos, e na verdade abomináveis, e tanto mais perniciosos quanto disfarçados e encobertos.» (*Ib.*, II, p. 76).

No meio das convulsionadas correntes da reacção antipombalina e restabelecimento da influência de jesuítas, o espírito sobreexcitado de D. Maria I amparava-se na intervenção de seu tio e marido D. Pedro III, nas questões políticas, e especialmente na confiança absoluta no Arcebispo-Confessor Fr. Inácio de S. Caetano, que o Marquês de Pombal escolhera para seu director espiritual, e a quem ela fizera tomar parte nos conselhos dos ministros. Pelas ideias dominantes, a nação era o conjunto dos vassallos, e os interesses da sua família dinástica é que mais a preocupavam. Por esse egoísmo instintivo se viu D. Maria I ferida sucessiva e fortemente com desastres que abalaram profundamente o seu sentimento, lançando-a numa loucura atónita.

Depois da morte do rei D. José, foi a rainha viúva à corte de Madrid sob o pretexto de saudades, combinar os casamentos do infante D. João com a infanta Carlota Joaquina, filha de Carlos IV; e da infanta D. Mariana Vitória, sua neta, com o infante D. Gabriel. Estas ligações com a monarquia castelhana foram a fonte dos desastres políticos que a Espanha fez cair sobre Portugal: tratados leoninos, guerra da invasão, guerra civil e traições dinásticas desmembrando a Pátria. Nada disto poderia impressionar o espírito de D. Maria I; mas os seus escrúpulos religiosos forçaram-na a consentir no casamento morganático de sua mãe a rainha D. Mariana Vitória com o cirurgião-veterinário Queiroga. Sucedem-se os acontecimentos que mais a contristam;

em Maio de 1786 falece D. Pedro III; em 1788 morre de um ataque de varíola sua filha D. Mariana Vitória e poucos dias depois seu marido; e em 10 de Setembro falece misteriosamente o príncipe D. José, que tivera a leviandade de confessar o seu *pombalismo* a lord Beckford, e certa antipatia pela influência inglesa; e em 20 de Novembro deste mesmo ano falece o Arcebispo-Confessor, o único amparo moral no meio de tão inconsoláveis desolações. Quem poderia substituir Fr. Inácio, que pela prática de longos anos de confessor e director espiritual da rainha, conseguira fortificá-la com palavras que a levantavam da apatia? Nesta crise de coincidências de tantos desastres pessoais, era consequência fatal a loucura, que os acontecimentos europeus, como a Revolução francesa de 1789, e o seu reflexo doutrinário no Brasil, onde se discutiam ideias e instituições repúblicas, criaram na corte portuguesa uma atmosfera de terror. Era preciso nomear-se um Confessor e director espiritual; escolheram o bispo do Algarve D. José Maria de Meio, ex-oratoriano. Por que motivo? Ele era irmão de D. Teresa de Melo, filha do Monteiro-Mor que durante o tempo de solteira da princesa fora até 1760 sua dama de quarto com a maior dedicação. Quando a princesa casou com seu tio a Teresinha professou e foi priora do convento de Carnide; e quando D. Maria I foi ao trono, mandou erigir a sumptuosa basílica do Convento novo do Coração de Jesus, uma devoção da moda, sendo madre Teresa de Melo a abadessa. Por estas influências se escolheu o bispo do Algarve, que logo renunciou a mitra, sendo pouco depois nomeado Inquisidor-Geral do reino. Com a direcção espiritual de D. José Maria de Melo agravou-se o estado mental da rainha, cujos escrúpulos e ideias obsidiantes a atormentavam; culpavam o Inquisidor-Geral desse estado. Ele era, como toda a gente oficial em volta, ignorante dos fenómenos mórbidos da psicologia. Queriam distrair a rainha e levavam-na a passear pelo Tejo em estrondosas regatas, em excursão em escaleres reais, e no teatro de Salvaterra exibiram um dia uma Ópera do seu antigo professor David Peres, *Zanobia*, rainha com dois filhos, destronada e cativa do imperador romano. Quando ela saiu do teatro foi no delírio, em que ficou até à morte. O príncipe D. João, ficou regente, subordinado ao castelhanismo de sua mulher Carlota Joaquina, que o arrastou a todas as indignidades, até ao ponto de abandonar Portugal à invasão napoleónica, e tentar unir esta pátria a Espanha pelo casamento de sua filha D. Maria Teresa com o primo D. Pedro Carlos, quando estavam no Rio de Janeiro. Sem este quadro mal se compreendem os factos que são a história dos últimos cinco anos do século XVIII e a acção automática do Príncipe-Regente D. João VI, como sintetizou o pasquim: *Faço o que me dizem, e como o que me dão*. De facto, ele estava em Mafra, deliciando-se com o cantochão, quando teve de abandonar Portugal aos maltrapilhos de Junot.

A leitura dos escritores do fim do século XVII e principalmente dos que precederam a Revolução, era proibida pelo poder ministerial. Em data de 15 de Setembro de 1770, e Consulta da Mesa de Consciência, publicou-se uma extensa lista das obras filosóficas, científicas e literárias absolutamente proibidas, com ordem de serem apresentadas na secretaria daquela Mesa, no período de sessenta dias. A conservação de esses livros era punida como um crime, e alguns deles foram queimados pela mão do carrasco na Praça do Comércio; executou-se esse auto em 6 de Outubro de 1770, em presença de um Desembargador e do Corregedor do Crime do Bairro Alto, que assinaram o termo autêntico desta execução. O preâmbulo do Edital termina com esta justificação: «Tem ultimamente chegado ao nosso Real conhecimento a narração de todos os horrorosos estragos, que neste século, mais que todos os outros, terá causado na maior parte da Europa *o espirito da irreligião e da falsa Filosofia*, o qual tem excitado as mais vigorosas providências – procura prescrever os funestíssimos efeitos desse disfarçado veneno, *parece que ele consegue aumentar-se e difundir-se* ao mesmo tempo que uma inundação monstruosa dos mais ímpios e detestáveis Escritos para

atacar os princípios mais sagrados da Religião, para invadir os mais sólidos fundamentos do Trono... E porquanto me constasse, que muitos dos ímpios Escritos são abomináveis produções da incredulidade e da libertinagem de homens temerários e soberbos, que se denominam *Espíritos fortes* e se atribuem o especioso título de *Filósofos* – haviam chegado a penetrar neste Reino por caminhos indirectos e occultos; havendo mandado proceder com a mais exacta diligência ao exame deles, constou pelas Censuras conterem doutrinas ímpias só próprias a estabelecer os grosseiros e deploráveis erros do *Ateísmo*, *Deísmo* e do *Materialismo*...» O *intolerantismo* do reinado de D. Maria I, mantido pelo Arcebispo-Confessor, agravou-se por causa do terror político das ideias revolucionárias, que levaram ao estabelecimento da *intendência-Geral da Polícia*, com poderes discricionários exercidos por um desses Desembargadores, que o Marquês de Pombal tinha sempre à mão quando exercia clamorosas iniquidades. Pina Manique foi a encarnação desse novo poder policial independente do ministerial, acobertando-se com a realeza.

Em uma carta do Dr. António Ribeiro dos Santos, relata a um amigo íntimo as repressões furiosas que sucederam aos medonhos processos da *inconfidência* sob o Marquês de Pombal: «Pedis novidades, eu vos mando uma, que não pode deixar de vos ser inesperada; também me foi a mim. Corre aqui constantemente como certo, que o Arcebispo-Inquisidor inculca a necessidade de Tribunais, prisões e castigos da Inquisição para manter-se sistema que (D. Tomás de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira), propõe para o mesmo fim o sistema dos quatro *II*, que querem dizer: *inquisição, inconfidência, ignorância e indigência*.» (*Mss.*, vol. 121, Bibl. Nac.). Pina Manique fazia caça aos livros perigosos nas alfândegas, mandando abrir os caixotes e examinar o seu conteúdo, chegando mesmo a notar que obras eram destinadas ao Duque de Lafões e a José Correia da Serra. Os livros de doutrinas políticas democráticas eram solenemente queimados pela mão do carrasco; davam-se varejos às livrarias particulares e apreendiam-se. Alguns dos livros que Pina Manique deixou na biblioteca herdada por seu filho, provieram dessas apreensões policiais. Bocage foi preso por constar ter escrito papéis *incrédulos e sediciosos*. Os homens de Ciência, como Correia da Serra e Avelar Brotero, e o humanista Filinto Elísio viram-se forçados a refugiar-se em países estrangeiros. A *intendência da Polícia*, sob as prevenções de Pina Manique tornara-se mais temerosa do que a *inquisição* sob o governo do inquisidor-geral D. José Maria de Melo. A *inconfidência*, nome que se dava às doutrinas políticas da liberdade democrática, produziu tremendas perseguições, em que os Desembargadores pombalistas afrontaram a justiça com as mais cruentas iniquidades. É nesta asfixia nacional, que o génio português produziu excelsos poetas, altos jurisconsultos, exímios naturalistas e sérios eruditos. Sublime protesto.

PROTO-ROMANTISMO

O prestígio das imitações da forma clássica sofreu um primeiro ofuscamento pelos estudos das Ciências naturais considerando os fenómenos físicos e orgânicos como belos quadros para a renovação da poesia descritiva. Assim se multiplicaram os poemas do género didáctico, retoricamente por falta de uma verdadeira compreensão dos fenómenos naturais substituída por uma contemplação passiva. A essa nova sensibilidade melancólica deu-se o nome um tanto irónico de *romanticismo*, sem preocupação literária. Os *Lakistas* em Inglaterra generalizaram este estilo de poesia, que afinava com a *sensiblerie* do fim de uma grande revolução social. O alargamento dos estudos morais e políticos, das viagens e explorações geográficas, trouxeram o

conhecimento dos costumes de povos longínquos, das manifestações da sua cultura, provocando o gosto do *exotismo*, que o rei Salomão gozava com as mulheres sírias, cananeias e idumeias. Imitaram-se as obras das literaturas estrangeiras, de povos alheios ao gosto classicismo. Voltaire e Diderot alentavam esta fascinação do *exotismo*, depreciador dos modelos greco-romanos. A Alemanha, pelo efeito da Guerra dos Sete Anos, foi sugestionada pela vida das tradições anglo-normandas, que inspiraram a literatura inglesa, a recorrer às suas origens germânicas, libertando-se da influência francesa. Reflectiu-se essa orientação nos povos meridionais, coincidindo esta corrente do *Romantismo* com a expansão política do liberalismo constitucional.

Estas duas correntes do *Romantismo* aparecem-nos já iniciadas nos fins do século XVIII em Portugal. A necessidade de resistir contra as odiosas guerras castelhanas, trouxe-nos o contacto da oficialidade inglesa, ilustrada, das armas de artilharia e engenharia. Garção, perito no conhecimento das línguas modernas, conviveu com alguns desses oficiais e suas famílias. Entre os seus versos há uns a um pintor inglês, traduzidos. A profunda impressão da literatura inglesa aparece nas composições de José Anastácio da Cunha, tenente de artilharia, que nos longos contactos com esses homens cultos, lia, imitava e possuía as principais obras dos grandes poetas ingleses. Garrett conheceu muito cedo as poesias inéditas do genial matemático, compreendendo o sentimento realista do seu lirismo. Por esta primeira impressão nasceu em Garrett a simpatia pelo romantismo inglês, que a emigração de 1823 e de 1829 tornou a expansão fecunda do seu génio literário.

O outro reflexo *proto-romântico*, foi iniciado por D. Leonor de Almeida (*Alcipe*) que no seu arcadismo teve um primeiro vislumbre da poesia alemã, em Klopstock, Wieland e Voss; e chamando a atenção dos poetas portugueses para essa nova fonte. Por influência da ilustre dama, *Filinto* traduziu muitas das Odes do poeta prussiano Ramler, que andam inclusas nas suas obras. Ramier era um imitador de Horácio e de Catuile e tendo por ideal a apoteose de Frederico, o Grande, que nunca fez caso dele, O conhecimento de Ramler, no pequeno círculo de *Alcipe*, seria talvez devido às relações que na grade do Convento das Albertas tinha então com o oficial prussiano com quem veio a casar pouco depois da libertação da clausura. Bocage também tem uma canção traduzida de Lessing, que proviria da complacência com *Alcipe*, que ele tanto admirava. Efeito ainda dessa influência germânica *proto-romântica*, é a tradução em verso solto do faceto poema *Oberon*, de Wieland, por Filinto, já quase na indigência de Paris. Como Garrett, também Alexandre Herculano esteve sob a influência do *proto-romantismo* alemão, como ele confessou em uma notícia bibliográfica das Obras da Marquesa de Alorna: «eu devi-lhe incitamentos e protecção literária, quando ainda no verdor dos anos dava os primeiros passos no estudo das letras. Apraz-me confessá-lo aqui. – As críticas da senhora Marquesa de Alorna não affectavam o *tom pedagógico e quase insolente* de certos literatos, que às vezes nem sequer entendem o que condenam e tomam a brancura das suas próprias cãs por título de ciência, de gosto, e de tudo.» Alexandre Herculano referia-se aqui ao sábio D. Fr. Francisco de São Luís, que achava o gosto romântico desvairado, e em uma carta frisava o excessivo orgulho do redactor do *Panorama*. Preconizando a acção da Marquesa de Alorna, continua Herculano: «Como Madame de Staël, ela fazia voltar a atenção da mocidade para a arte da Alemanha, a qual viera dar nova vida à Arte ocidental, a qual vegetava na imitação servil das chamadas letras clássicas, e ainda estas estudadas no transunto indirecto da literatura francesa da época de Luiz XIV.» Nas palavras de Herculano já vislumbram os antagonismos dos pseudoclássicos contra o Romantismo. Um relance biográfico de D. Leonor de Almeida (*Alcipe*) de José Anastácio da Cunha, e de Francisco Manuel (*Filinto*) dá-nos o sentido do *Proto-Romantismo* em Portugal, abafado pelas reacções

políticas e desgraças do começo do século XIX.

D. Leonor de Almeida (ALCIPE) – Nasceu em Lisboa em 31 de Outubro de 1750 e faleceu em 11 de Outubro de 1839 quase nonagenária; achou-se envolvida nos grandes sucessos do seu tempo, tendo vivido dezoito anos em um convento clausurada como prisioneira de estado, brilhou na corte de Viena de Áustria na época de José II, viu Paris e residiu em Londres, e depois do triunfo das instituições liberais exerceu em volta de si uma simpática influência literária. É esta parte da sua vida a que mais interessa, porque tendo convivido com os poetas da *Arcádia Lusitana*, que a lisonjeavam, passou da escola arcádica para o gosto da poesia didáctica francesa, e foi uma iniciadora do Proto-Romantismo em Portugal. Foi pena que os documentos da sua actividade literária se limitassem a estas correntes do gosto dominante, não tendo aproveitado o seu talento elaborando as suas memórias pessoais, pela sua larga sociabilidade e participação dos acontecimentos históricos. Era filha de D. João de Almeida, 2.º Conde de Alorna, e de D. Maria de Lorena, e neta da orgulhosa Marquesa de Távora, executada pela forma mais horrenda com seu marido, envolvidos pelo Marquês de Pombal no caso dos tiros dados contra a carruagem do rei D. José, que os desembargadores converteram em crime de alta traição. Assinado em 3 de Dezembro de 1758 o decreto mandando prender o Duque de Aveiro e o Marquês de Távora, com suas famílias, em 13 de Dezembro deu-se-lhe cumprimento, sendo preso o Marquês de Alorna, pelo facto de ser casado com a filha do Marquês de Távora, recolhido no cárcere da Junqueira, e sua mulher, com duas filhas clausuradas no Convento das Albertas em Cheias. D. Leonor de Almeida, contava então oito anos, e D. Maria de Almeida seis anos, ficando uma criança de quatro anos, D. Pedro de Almeida, amparado pelo Conde de Arcos, que a mãe só conseguiu ver em 1768, já um rapaz distinto e estudioso. A clausura do mosteiro das Albertas era violada por pretextos banais, mas a família do Conde de Alorna era espiada pelas freiras malevolentes, e pela priora, que cumpria as apertadas ordens do Vigário-Geral e Arcebispo de Lacedemónia, D. António Caetano Calheiros Maciel, que informava o Marquês de Pombal do que se passava com aquelas prisioneiras de estado. D. Maria de Almeida viveu sempre doente, e por certo desconheceu os horrores a que a Marquesa de Távora sua mãe fora submetida, quando executada em Belém. Foi naquele meio odioso e traiçoeiro que se desenvolveu o espírito da criança de oito anos; ela era a enfermeira de sua mãe e a mestra de sua irmã. D. Leonor de Almeida escrevia a seu pai, que do cárcere da Junqueira dirigia as suas leituras. Ela e sua irmã tornaram-se dentro em poucos anos duas formosas senhoras, D. Maria loura e branca, e D. Leonor alta e levemente trigueira, ela apaixonada pelo estudo das línguas e do desenho, a mais nova pela música. O brusco Arcebispo de Tessalónica, queria que elas cortassem o cabelo, ao que reagiu Leonor, declarando que não eram noviças; e o impertinente prelado exigindo que não usassem vestidos de cores, dizia-lhes que elas não careciam de enfeites *porque eram muito bonitas*. Isto consta da correspondência com seu pai, em que relata os seus estudos e leituras filosóficas. D. Leonor de Almeida teve um momento de desalento, vendo prolongar-se a clausura das Albertas, e pensou em professar. Salvou-a desse fracasso Fr. Alexandre da Silva, seu director espiritual. O frade, missionário de Braneanos, era poeta, e D. Leonor de Almeida manifestou-lhe essa prenda, que ele lisonjeava, e o afastamento da ideia dos votos obedecia a uma reacção contra o *amor divino*. Frei Alexandre da Silva, que tinha o nome arcádico de *Sílvio*, traduzia-lhe odes de Alceu e Anacreonte, de que ela também deixou versões. O fradinho era um açoriano, que foi bispo de Malaca, e transferido depois para a Sé de Angra, na Ilha Terceira, e lembrado hoje por ser tio de Garrett, cujos primeiros estudos dirigiu. Um outro frade, Frei José do Coração de Jesus, que tinha o nome arcádico de *Almeno*, também trocava

poesias com D. Leonor de Almeida, que em breve se tornou conhecida com o nome de *Alcipe*, com que a crismou *Niceno*, o P.^o Francisco Manuel do Nascimento.

Alfeno Cíntio, Domingos Maximiano Torres, na Égloga *Os Pomareiros* deixou a descoberto a paixão destes dois poetas pelas reclusas fidalgas. *Filinto*, P.^o Francisco Manuel do Nascimento, amava loucamente D. Maria de Almeida, que usava o nome arcádico de *Daphne*, endereçando-lhe admiráveis Sonetos, e compondo canções que ela cantava. Barroco amava fervorosamente *Alcipe* e também lhe dirigia versos. Quando D. Leonor começava a entrever um futuro, em que se visse liberta da clausura, o Dr. Sebastião José Ferreira Barroco aparece despachado desembargador para a Baía, partindo quase imediatamente. Nos seus versos *Filinto* informa *Alcipe* da partida de *Albano*, que assim esquecia a contumaz janela do convento aonde vinha falar-lhe. D. Leonor de Almeida alude à grave doença, que tivera por 1768, que coincide com a partida inesperada de *Albano*. Contra este abalo moral encontrou remédio encarregando-se com os mais pressurosos cuidados de uma desvalida criança que andava pelo convento; educou-a desde a leitura, ensinou-lhe todas as prendas que sabia, e prometera fazê-la companheira da sua vida. Mas aos quinze anos a sua protegida, embaída pelo fanatismo estúpido de algumas freiras, começou a evitar a sua protectora! Em uma carta a seu pai, D. Leonor narra-lhe esta decepção de uma alma ingrata e inferior. Na vida ordinária do mosteiro das Albertas, a filha da Marquesa de Távora e suas duas filhas sofriam privações, de que se não queixavam; Francisco Manuel, na sua intimidade literária, conheceu esses sofrimentos e acudia-lhes com alguns recursos pecuniários, para satisfazer necessidades de *toilettes* de formosas donzelas, que têm horror ao ridículo. As freiras idosas não deixaram de intrigar venenosamente o chefe do valente grupo da Ribeira das Naus, da celebrada *Guerra dos Poetas*. O nome de *Filinto* por intervenção de *Alcipe*, ficou substituindo o de *Niceno*, e com ele se immortalizou Francisco Manuel do Nascimento. Em volta das duas formosas meninas formou-se uma corte de amor, junto da contumaz janela do convento,

onde os poetas galanteadores formavam torneios métricos com o nome usual de *Outeiros*, privativos dos Abadessados. A impressão da formosura de *Alcipe* acha-se celebrada por Garção na Ode XIV *Aos anos da Il.^{ma} Ex.^{ma} Senhora D. Leonor de Almeida*:

C'um doce riso e celeste agrado,
Que os ventos serenava, lhe dizia:
Hoje do céu dourado o Sol dourado
De *Alcipe* o claro dia.

Foi hoje, foi, que em seu gentil semblante
Amanheceu a luz da formosura
Nunca tão bela Aurora, e tão brilhante
Rompeu a noite escura.

As lindas Graças, os fieis Amores,
As Virtudes gentis dos Céus baixaram,
E cantando as acções dos seus maiores
O berço lhe embalaram.

Nos olhos vencedores lhe infundiram
O tirano poder da gentileza,
Humanos corações logo sentiram

A liberdade preza.

Crescem co' a idade os raios seus brilhantes,
Que os fecundos suspiros não atendem,
Apesar dos desejos anelantes
Que em seu altar acendem.

As quinze estrofes desta Ode de Garção versam sobre a beleza de *Alcipe*, nos seus dezasseis anos; o afamado árcade não hesitou em aludir às *acções dos seus maiores*, o que se fosse levado ao conhecimento do Marquês de Pombal o envolveria na rede das suas implacáveis vinganças. Além de *Sílvio*, de *Almeno* e de *Coridon*, da moribunda Arcádia surgia o grupo da Ribeira das Naus. *Filinto* tornou-se o mestre adorado, e com *Albano*, o Dr. Sebastião José Ferreira Barroco.

Em uma extensa carta a seu pai referindo as leituras que fazia, D. Leonor de Almeida explica-lhe o carácter das suas relações literárias, como resposta a qualquer solícita advertência: «Cuidei de distinguir bastantemente o caracter das pessoas a quem falo, e com quem estabeleço muito acauteladamente as minhas relações literárias, debaixo da inspecção adorável da minha querida mãe. Assentei que o numero devia ser muito pequeno, e com efeito o é. Mas, fixo este, tudo aquilo que não contradiz a ideia que eu tenho da virtude e da felicidade, que são para mim o mesmo, livremente o pratico e com isso me recreio. Assentando fixamente que os meus versos não encontram o parecer de nenhuma das pessoas a quem os mostrar, de quem quero o prémio, ora os dirijo a um ora a outro dos três amigos nossos que me entendem, e gosto de o fazer assim, porque me agradavam os ingleses bons e os alemães, onde vejo este método estabelecido, como um meio para facilitar e acender mais a imaginação e as circunstâncias do objecto a que dirijo as minhas palavras. O gosto das moralidades também me persuade a isto, porque mais facilmente se oferecem reflexões supondo haver quem nos escuta, do que só falando com as paredes. Parece-me além disto que o meu trabalho não é uma honra nem uma lisonja que faço àqueles homens, mas um sinal da minha gratidão pelo que eles contribuem para o meu adiantamento com as suas conversações, com os seus livros e com a emulação que me dão com as suas obras. Nenhum deles estima essas cousas vãs, que só tem valor entre as que sabem possuir. FILINTO é de um carácter original para a nossa terra. Conhece bem que a felicidade está em si, que lhe não vem das honras que lhe fazem os fidalgos; não os distingue senão pelas virtudes ou pelos talentos, é um filósofo incapaz de sujeitar-se a lisonjas, nem de gabar-se das que recebe. V. Ex^a o conhecerá e verá, que dista muito da ideia que V. Ex^a forma. Nestes termos, achando de portas a dentro quanto me era necessário para me ocupar agradavelmente, para aqui é que escrevo; não quero que me leia ninguém, que possa reparar no que digo, porque quero falar o que entendo e o que me inspira a razão e a virtude; não quero senão isto, que é o meu ídolo, quero paz, amizade, irmãos e pais.

«Toda esta perlanga se reduz a assegurar a V. Ex^a que em dizendo alguma cousa, é na opinião de ser bom; sabendo porém perfeitamente – que em lhe achando defeitos, – estou pronta a sacrificar as composições mais de meu agrado. Só a ternura e a submissão de que me preso, e que faz toda a minha felicidade, me pode dar forças para este sacrificio, porque tudo custa menos que o perder um verso que se não julga mau.»²⁴

²⁴ Marquês de Ávila e de Bolama, A MARQUESA DE ALORNA (ALCIPE), p. 106. É valioso este livro pelas Cartas inéditas da celebrada escritora. Infelizmente o autor desconhecia a arte de escrever,

Esta carta é de excepcional valor, porque justifica as alusões de *Filinto Elísio* contra a perseguição que lhe moveu o Marquês de Alorna logo que em 1777 saiu dos cárceres da Junqueira, e maquinou a intriga para o processo que contra o poeta correu pela Inquisição de Lisboa, vendo-se forçado a expatriar-se. Servindo-se da sua influência junto de D. Maria I e o Príncipe Regente, D. José de Almeida, tornou ineficazes todas as reclamações que o exilado *Filinto* fazia para reivindicar as propriedades de que se achava espoliado. O Marquês de Alorna serviu-se dos ódios clericais contra *Filinto*, e por trás dessas influências manobrou com tenacidade. As três pessoas a que alude D. Leonor de Almeida, que a dirigiam nos seus estudos literários são: *Filinto* (Francisco Manuel do Nascimento) o director espiritual, que a defendia da estupidez malévolas das freiras de Cheias, Frei Alexandre da Silva (*Silvio*) e o Dr. Inácio Tamagnii, médico, e também poeta. Estes bons amigos faziam a reputação literária da jovem reclusa e prisioneira de estado, que lia as obras dos poetas franceses e italianos e as obras filosóficas dos Enciclopedistas. Fr. Alexandre da Silva empenhava-se com o sábio Doutor António Ribeiro dos Santos (*Elpino Duriense*) para ir a uma grade de Cheias admirar o extraordinário prodígio da douda *Alcipe*. O sábio catedrático eximiu-se por uma carta, que esclarece esse meio literário: «Queixas grandes dá de mim a Senhora D. Leonor porque não apareço a sua companhia, e vós mas repetis com ar de compaixão por mim, que estou perdendo tanto bem. Que quereis que faça? Hei-de dizer-o, bem que por ventura não gosteis, *pelo muito que a amais*; apresenta-se com um livro de Poesias; lê-as, e a cada verso espera os meus aplausos; eu não os posso dar a todos; canso-me quando os louvo, canso-me quando os não gabo; e no fim de tudo saio mais moído que salada, e venho para minha casa doente para dois meses. Já ficais sabedor porque não frequento esta assembleia; se contudo julgais que o faço por ser gótico, julgai-me embora como quiserdes, contanto que me deixeis viver a meu sabor, e escapar das causticações de D. Leonor e do livro dos seus versos. Estou ha muito com Juvenal:

mentiri nescio: librum
et malus est, neque laudare et pescare

e se quereis que vo-lo diga com um dos Poetas franceses de que muito gostais,

Je ne sai ni tromper, ni ne teindre ni mentir.

(*Boileau, Sátira I*)»

Conhecendo os factos íntimos, razão tinha o Doutor António Ribeiro dos Santos em não ir perder tempo à grade do convento das Albertas; D. Leonor de Almeida estava no esplendor da idade e queria deslumbrar os seus admiradores. *Filinto*, que fora o seu mestre, conheceu que a admirada discípula estava entre dois fogos, que despertavam a atenção da formosa dama. Eram os galanteadores, Fr. Alexandre da Silva, o *túrgido capucho*, que estava eleito Bispo de Malaca, e o *tolaz militar*, com mais audácia e fundadas pretensões. *Filinto*, na sua sátira *Esfuziote*, em forma de epístola a *Albano*, o namorado de *Alcipe*, que estava na Baía juiz desembargador, fez-lhe esta magoada revelação:

porque a educação matemática sobrepujou a cultura literária; e a execução tipográfica acusa desconhecimentos à estética do livro.

Tu bem sentiste quanto é mau este uso,
 Namorado Barroco; *a tua dama*
 Que tão grandes finezas te devia,
Trocou por um soldado o amante vate
 Não soube o que trocou; que a estas horas
 Lhe teriam as casas entulhado
 Sacas de Odes, canastras de Sonetos
 Aos seus anos, a ausência e saudades,
 Tu o sofreste, porque assim se usava;
Mas, que hoje um... (tapa a boca Musa)
 Não digo as vezes do *tolaz marido*
Que casou por negocio ou fidalguia,
 Mas as vezes do *túrgido Capucho*
 Do Cadete taful aperaltado
 Não é posto em razão.
 Ora, tu, que és Doutor, que foste a Coimbra!

Este *tolaz militar* era o *afidalgado* conde palatino de Oyenhausen, um alemão de Hanover, que em 1768 apareceu aqui em Lisboa, acompanhando o Conde de Lippe, que veio com vários jovens fazer uma revista ao exército para ver como que estava desde 1762, em que o reorganizara. O Marquês de Pombal aprovou a ideia do Conde de Lippe, e fez-se uma extraordinária parada com artilharia e cavalaria e alguma infantaria, nos Campos dos Olhos de Água, entre Azeitão à Moita. Reuniu-se ali toda a corte e famílias fidalgas para assistir às manobras, que duraram três dias, com marchas, contramarchas, assédios, ataques, tomadas de reduto, triunfos, salvas e apresentação de armas triunfalmente. O Conde de Lippe sabia bem todas as marcas da estratégia, e encantou o mundo oficial, que ampliou a festa com o contingente de banquetes, danças, um delírio marcial. Garção tem umas quadras a esta vertigem bélica amorosa. Acabada a festança, Lippe partiu com os seus aventureiros moços alemães, mas o hanoveriano, com os seus trinta anos (n. 1738) conheceu que Portugal era uma Canaá do Ocidente, e deixou-se ficar em um país fortunoso; pediu para assentar praça no exército português. Aqui subiu postos, sempre encostado ao favor do paço, e reconhecendo que entre a aristocracia fanática, a sua apostasia do protestantismo, e o baptismo católico seriam um excelente reclamo para um casamento fidalgo. Falava-se nos talentos literários de D. Leonor de Almeida, filha do segundo Marquês de Alorna e quarto Conde de Assumar, prisioneiro político no forte da Junqueira. Oyenhausen facilmente achou apresentação para assistir às leituras da famosa *Alcipe*. Apesar de ter um filho natural, ele lançou olhares lânguidos a *Alcipe*, que se esqueceu do seu *Albano*, lá longe, na Baía, e foi correspondendo aos galanteios do Cadete taful, talvez como um recurso para pôr termo à sua clausura. O militar interessou o Infante D. Pedro, casado com a Princesa real sua sobrinha, para conseguir este casamento; nas cartas de D. Leonor de Almeida a seu pai, fala-lhe no único protector que a família Alorna tinha no *Infante D. Pedro*. Quando em Fevereiro de 1777, faleceu o rei, e D. Maria I herdou a soberania, em 25 de Fevereiro desse ano, abriram-se as prisões.

A doença progressiva do rei, tornara-se uma esperança para os desgraçados presos políticos, que há dezoito anos atulhavam as masmorras. A sua morte era inevitável, mas lenta. Era uma angustiada ansiedade para os que aguardavam o fim dos seus sofrimentos iníquos. Em uma carta de D. Leonor de Almeida ao pai que jazia nos cárceres da Junqueira: «A doença del-rei, que não tem ido a melhor nem a pior, tem posto os

negócios na sua louvável inacção; porém, não deixa de encher de esperanças a muita gente, e de sustos o Marquês de Pombal. – El-rei continua a repousar sobre uma falsa virtude, que é talvez a única que se conhece nesta terra. Tudo se leva pelo cerimonial e com isto se contentam.» (Ap. *A Marquesa de Alorna*, p. 74). Em outra carta torna a dar notícias da doença do rei, já em estado de completo desalento: «A el-rei propuseram-lhe o despacho de alguns papeis; respondeu que não estava para nada, que o seu corpo pedia ócio, que não queria, e que entregassem lá isso a quem quisessem. Tem continuado a achar-se pior; fez-se uma junta, de que resultou a continuação dos banhos ao Estoril, mas também se fala em Caídas.» (*Ib.*, p. 94). Respirava-se já uma aragem de esperança com aquela morte, que era uma desobstrução da justiça e da liberdade. Por estes últimos tempos da reclusão de Cheias, escrevia D. Leonor de Almeida, em um diário pessoal, balanceando o seu passado desde 1758: «Estes 18 anos e quatro meses e meio junto do leito de minha amável e infeliz mãe, foram um espaço em que só tinha exercício a minha imaginação, o meu desejo de conhecer meu pai, de consolar e distrair minha mãe; estes foram os incentivos que criaram em mim a vontade de saber mais alguma cousa do que sabia para os poder aliviar. Depois que se incendiou e destruiu-se a Torre de Belém, transportaram meu pai para o Forte da Junqueira – ficou só, num cárcere quase sem luz...» Dava-se este facto por 1768: «eu teria então dez para onze anos, e como já sabia escrever ainda que mal, lembrou-me fazer um plano de educação para as donzelas portuguesas...» Essa ideia foi o estímulo para conhecer o que ignorava, e interessar-se pelas leituras, que lhe sugeriam novas curiosidades mentais. Acordara a sua vocação literária a um apoio morai na terrível apatia de uma crassa atmosfera de mulheres beatas: «eu não sabia nem francês nem italiano, mas entrei com tal zelo a estudar uma e outra língua, que aos 13 anos entendia tudo. Li o *Telémaco* e varias outras obras de Mr. de Fénelon e a de mr. Ramsai, que traduzi toda em português, e que ficou nas mãos do *Bispo de Malaca, homem muito instruído e de muito engenho.*» Aludia a Fr. Alexandre da Silva, o seu apaixonado director espiritual, tio de Garrett, que lhe manteve o gosto da poesia: «começou-me a tentar a leitura de Ferreira e finalmente Camões; ele quase me fez endoudecer de entusiasmo e fez desenvolver em mim esse tal qual estro que tanto recreava meu pai; fui lendo tudo quanto achei e pude adquirir, – 600 volumes meus, quase todos cheios de notas, para meu estudo e instrução.»

A parte mais interessante das cartas de D. Leonor de Almeida a seu pai, e o que refere acerca das suas leituras na reclusão das Albertas: «Procurei minorar o horror desta melancólica inacção com a lição que me é permitida. Leio todas as manhãs Bourdaloue ou Fenelon, e depois disto Historia, Poemas, Lógica, Matemática e Física. São as matérias de que gosto, e creio que me são permitidos os livros em que me instruo, porque nenhum deles deixa de ser nomeado por V. Ex^a; a Historia natural faz as minhas delicias, e se V. Ex^a me privar disto, seguro que me priva daquilo que mais me recreia. Contudo estou pronta para queimar Mr. de Buffon e todos os que me vierem à mão dessa espécie. Eu creio bem que para uma tola seria prejudicial o conhecimento de alguns segredos de que tratam os naturalistas... A natureza desnudada e presente aos meus olhos não é mais do que uma maravilhosa obra do meu Criador que eu olho com respeito, com modéstia e com o receio que nas almas sensíveis produz a sublimidade...» Nesta mesma carta confessa que nunca lera as obras de Voltaire, mas tem um grande apetite de ler o *Século de Luís XIV*. Em outra carta comunica ao pai a nota dos sábios, de que tem conhecimento: «Mr. de Voltaire, que é famoso ha mais de meio século, ainda agora se conserva à frente de uma multidão de sábios que o adoram como oráculo do gosto. – Um grande numero de obras suas tem aparecido depois da prisão de V. Ex^a; sei que tem escrito sobre a Física, a Moral, a Política, a Agricultura e sobre tudo quanto se acha. Uma das mais celebres obras são as questões da *Enciclopédia* que por virem

sem nome de autor eu li, e V. Ex^a terá a bondade de perdoar-me, se lhe parecer que a minha humilde confissão o merece. J. Jacques Rousseau é, depois de Voltaire, o mais famoso pelo seu eloquentíssimo estilo unido a uma profundidade de conhecimentos muito grande e a um génio filosófico o mais raro e o mais estranho, que o tem levado a umas singularidades, que ou a visão ou as preocupações chamam ridicularia. O caracter deste homem é virtuoso, mas desgraçadamente segue essas ideias que não concordam com o cristianismo e se concordam estão expostas de um modo que revoltam o mundo cristão... Seguem-se Mr. D'Alambert e Diderot, dois homens raros, o primeiro do caracter mais amável que é possível, os seus escritos são a razão mesma, o seu estilo é claríssimo e mostra sem dificuldade a qualquer pessoa aquelas cousas que até agora eram só para um pequeno numero de escolhidos. A matemática é o seu forte, mas ele com igual habilidade maneja todos os escritos e tanto nas ciências como nas belas letras escreve excelentemente. Li deste autor quatro tomos, que contém diversas obras, e todos me encantaram. Diderot, menos encantador que o seu amigo e colega, é também estimável; tem composto um prodigioso número de artigos da *Enciclopédia*, é autor de um tratado celebre chamado *Código da Natureza*, e atribuem-lhe os dois mais celebres livros que tem saído neste século, o *Sistema da Natureza* e o *Sistema Social*, os quais são admirados e combatidos pelos dois partidos *filosóficos* e *anti-filosóficos*, em que está dividido o mundo literário. Mr. de Buffon vive ainda e compõe obras excelentes, agora saiu uma muito boa, *Acrecentamento à Historia Natural*. Marmontel, Thomas, Dorat, Colardeau, Arnaud de Baculard, Dismeric, Sedaine, (Gresset)... mas confesso em boa verdade que de nenhum gostei como de Boileau, Racine, Lafontaine e os do século precedente.» As cartas visavam a distrair seu pai na estreiteza do cárcere da Junqueira; a par dos seus juízos literários, também lhe enviava composições poéticas e planos de obras literárias; ufanava-se do pequeno círculo com quem convivia na frequência do mosteiro, como *Filinto*, a quem dava o nome do poeta inglês Prior, e *Albano* (Sebastião Ferreira Barroco) com o criptónimo de *Delille*. O Marquês preocupava-se com aquelas intimidades; o seu talento literário era uma condição para brilhar no mundo, e não consentiria que ela dispusesse do seu futuro pelo impulso da fantasia. É este o problema, quanto mais se acentuava a próxima libertação do cárcere da Junqueira.

Abertos já os cárceres dos desgraçados presos políticos, o militar Conde de Oyenhansen abjura do protestantismo e é baptizado no Oratório real de Salvaterra, diante de SS. MM. que foram seus padrinhos, tomando ele o nome de Pedro Maria José, e sendo depois reconhecido titular português o Conde de Oyenhansen. No ano de 1778 realiza-se o casamento de D. Leonor de Almeida com o alemão, ficando o Marquês de Alorna de mal com a filha que estimava, e que tão interessantes cartas lhe escrevera alumiando o seu tenebroso cárcere. O Marquês trabalhava incessantemente para conseguir a reabilitação de seus sogros e cunhado, os marqueses de Távora, sempre em agitação melancólica. Para evitar-lhe o contacto, D. Leonor de Almeida acompanhou o marido para o Porto, encarregado do comando de um regimento. Ela levou a sua pequena livraria de 600 volumes, e aí teve o seu primeiro filho. Após o comando no Porto, que era de comissão, o Conde de Oyenhansen foi nomeado para a Embaixada de Viena, vaga pelo falecimento do velho diplomata pai de Gomes Freire; com esse despacho de 1780 obteve da rainha, sua madrinha de conversão, a comenda de Vila Meã. Durante a assistência em Viena, é que D. Leonor de Almeida conseguiu reconciliar-se com seu pai. A transição da vida claustral durante dezoito anos de terror político para a corte faustosa de Viena, que era então a capital da arte e do deslumbramento aristocrático, davam ensejo para a poética *Alcipe* brilhar com o seu talento, cultura e beleza. Essa fase, na corte de Viena, passou-a com ininterruptas gravidezes e doenças emergentes. Tinha cessado a austeridade da corte pelo falecimento

da imperatriz Maria Teresa; reinava José II, inspirado por um fervoroso idealismo político reformador. Nesse meio o exhibir espírito era prova de mau gosto, como notara Varnhagen nas suas *Memórias*. As íntimas relações que o imperador tivera com o Duque de Lafões, que então se ocupava em Lisboa na fundação da *Academia das Ciências*, influíram nas manifestações de estima que prestou à Condessa de Oyenhansen dando-lhe a insígnia da Cruz Estrelada. Vivia então em Viena o celebrado Abade António da Costa, o amigo de Gluck, e insigne violinista; em uma das suas belas Cartas fez uma preciosa referência à condessa, que merecera a distinção do velho poeta cesáreo Metastasio. Eis o que se lê na sua carta de 7 de Outubro de 1780: «O novo ministro de Portugal chegou aqui nos primeiros dias de Setembro; para alemão, é agradável no trato, com seus laivos de português. *Falei já com a fidalga três vezes, e bastante*, mas não tanto quanto é necessário para formar conceito delia, com acerto; *tem o agrado de portuguesa*; e à primeira vista parece certo ser uma mulher de juízo; *faz bem versos*, sabe francês, italiano, inglês e latim, e já principia a entender alemão.» (Carta XIII). Viveu reconcentrada em Viena, entretendo-se, nas suas convalescenças, a pintar o seu quadro da *Saudade*, com que conseguira a reconciliação com seu pai. Nomeado o marido em 1788 marechal de campo, veio com licença a Lisboa em 1790; e para ficar em Portugal, foi encarregado o palatino Conde de visitar nas três províncias do norte as fortalezas e tropas respectivas, Miranda, Bragança, Chaves, Valença, Viana e Porto, sendo por decreto de 13 de Maio de 1791, nomeado tenente-general e inspector-geral de infantaria. A condessa ficou viúva em 3 de Março de 1793, na fresca idade de quarenta e três anos. A sua actividade foi grandemente dispendiosa em reabilitar seu irmão o marquês de Alorna, e reivindicar a Casa e título de que era herdeira. Assistiu a todas as grandes crises políticas europeias que se reflectiram em Portugal; as brutalidades da Intendência da Polícia, as invasões napoleónicas, a queda do Império, da Santa Aliança e a implantação do liberalismo de outorga, falecendo no agitado período de 1839, precursor do cabralismo. A sua vida literária confina-se nesses dezoito anos da clausura política nas Albertas de Cheias. Conviveu e foi admirada pelos poetas arcádicos e viu brilhar os iniciadores do Romantismo, mas só retoricamente é que se pode denominar a Staël portuguesa.

José Anastácio da Cunha (1744-1787). – Filho de um pobre pintor (brochante) do Alentejo, Lourenço da Cunha, e da sua consorte Jacinta Inês, das proximidades de Tomar; nasceu em Lisboa, em 11 de Maio de 1744, esta criança, quase desvalida pela precoce perda de seu pai, mas revelando-se como um assombro intelectual. Para que este obscuro produto do proletariado fulgisse através dos preconceitos de uma aristocracia de orgulho idiótico e de uma atmosfera de intolerantismo clerical deprimente, era preciso que as suas faculdades excepcionais fossem reconhecidas. Um momento histórico pôs em relevo o seu génio, mas para o tornar o alvo de todas as malévolas invejas, que o envolveram nas redes da Inquisição e da morte, aos quarenta e três anos, no vigor da idade e pujança do seu talento. O aparecimento de um génio é um fenómeno psicológico, que merece o máximo interesse; um bloco de ouro ou um enorme brilhante, que deslumbra o mineralogista, não revelam mais profundamente as forças da natureza física, do que este complexíssimo acordo entre as forças orgânicas e as energias morais. A biografia é a forma deste estudo psíquico, que tira toda a sua luz dos detalhes e acidentes que acumula. Nada é banal nesta ordem de fenómenos. José Anastácio da Cunha na orfandade foi protegido pela disciplina moral de sua pobre mãe, que fazendo notar o extraordinário talento do filho, obteve admissão na Congregação do Oratório, que substituíra no ensino público os Jesuítas expulsos pela reforma pombalina. Essas escolas do mosteiro das Necessidades tinham magníficos professores e excelentes

compêndios elementares. José Anastácio da Cunha ai estudou até aos dezoito anos (1762) a Gramática latina, Retórica e Lógica ou Filosofia. Ele não se contentou com esse saber verbalista; as doutrinas da Física, então denominada *Filosofia natural*, interessavam-no, como se vê pela forma da *Recreação filosófica* do oratoriano P.^o Teodoro de Almeida. A física newtoniana levou-o para os estudos matemáticos, que ele realizou *sem mestre, por sua curiosidade*, como o declarou no interrogatório na Inquisição de Coimbra. Pascal notara que a Matemática era uma ciência tão dedutiva, que um espírito lúcido, por uma normal reconcentração, pode realizar os seus processos. Assim se passou com José Anastácio da Cunha; tendo recebido uma regular cultura filológica dos notáveis humanistas da Congregação do Oratório, a sua aptidão matemática tornou-se mais reparável, pondo em evidência aquele excepcional talento.

Em 1762, por ordem do governo, organizava o Conde de Lippe o exército português, merecendo o seu principal cuidado as armas científicas de Artilharia e Engenharia, para cujos quadros foram contratados oficiais ingleses e escoceses pelo seu saber técnico; é neste esforço, que o talento matemático de José Anastácio da Cunha é aproveitado pelo Conde de Oeiras, indo ocupar o lugar de segundo-tenente de artilharia depois de organizado o Regimento da praça de Valença do Minho. Ai entre a oficialidade inglesa encontrou a mais calorosa simpatia pela facilidade com que se tornou perito na língua inglesa, e pela maravilhosa facilidade com que traduzia para versos portugueses os trechos líricos de Pope, e as cenas trágicas de Shakespeare, que recitava, de uma maneira impressionante. O coronel do regimento Ferrier, o major Frazer estavam sempre em íntima convivência mútua, conversando de literatura francesa, inglesa e italiana, e com expansões filosóficas dos livre-pensadores, que dirigiam o espírito criticista do século, como Hobbes, Shaftesbury, Rousseau, Voltaire e Diderot. Mas os estudos profissionais da sua arma, ocupavam-lhe o espírito, exercendo as suas considerações matemáticas sobre a balística, então exercitada pelos livros especiais de Belidor e Dulac. Estes autores eram tão considerados teóricos, que o Conde de Lippe os tornava obrigatórios no Exército, como completos cânones da ciência. José Anastácio da Cunha fez um estudo particular destes problemas em uma *Carta fisico-matemática*, refutando as ideias correntes de Belidor e Dulac. O Marechal Maclean, homem duro e de carácter implacável, quis ver esse estudo do jovem segundo-tenente, e remeteu-o para Lisboa ao Marechal-General Conde de Lippe. Este, deu ordem imediata, para que fosse preso o oficial atrevido; mas o Conde de Lippe, no seu íntimo examinou a *Carta fisico-matemática*, e reconheceu que o jovem oficial tinha razão, estava na verdade, e declarou-o a Maclean, para que restituisse José Anastácio da Cunha à liberdade e o louvasse. Passava-se isto em 1768, quando o Conde de Lippe regressara a Portugal, para verificar a eficácia da sua reforma do exército. Por sua influência, o ministro escreveu ao Marechal Maclean, para Valença, recomendando-lhe que nomeasse três jovens oficiais portugueses para irem fazer estudos matemáticos na Alemanha, e indicava ao mesmo tempo o nome de José Anastácio da Cunha. O Tenente-General Maclean, respondeu ao ministro acerca do seu recomendado: «que o não mandasse, porque ele sabia mais que a maior parte dos Marechais dos Exércitos de França, de Inglaterra e da Alemanha. *E que é um daqueles homens raros, que nas nações cultas costumam aparecer.*» Quando o Marquês de Pombal fez a reforma da Universidade de Coimbra em 1772, serviu-se destas palavras de Maclean, para fundamentar a nomeação e incorporação de José Anastácio da Cunha na Faculdade de Matemática, e lente da cadeira de Geometria.

A impressão produzida pelo contacto e conhecimento desse portentoso génio apareceu relatada com assombro em um jornal de Londres em 1768, por um oficial inglês, em carta que vamos transcrever a uma nova e inesperada luz. E isto, é que nos

explica as invejas que entre os oficiais portugueses da Praça de Valença surgiam, tramando a sua ruína em *denúncias* à Inquisição de Coimbra. Naquela ingenuidade de homem de génio, José Anastácio entregava-se à idealização poética, revelando novas formas de emoção lírica, inspirada pelo amor na sua florescente idade por uma rapariga da vila da Barca, desse tipo admirável da beleza das mulheres do Minho, de perfeitas formas plásticas, estatura acima da meã, pele fina, cabelos abundantes e pretos, fortes, saudáveis e delicadas, cantadeiras e confiantes. O seu génio matemático, só pode ser reconhecido por profissionais; mas o seu lirismo é dominante, para conhecer a elocução portuguesa. Eis os dois aspectos em que se nos desvenda a sua vida.

Este génio extraordinário, que aos vinte anos é conhecedor das Matemáticas e da Física newtoniana, *que estudara por sua curiosidade, sem mestre*, foi descrito em um jornal inglês, em um admirável perfil de quem com ele tratara de perto e com assombro. Esse juízo e apreciação psicológica foi traduzido pelo Dr. Vicente Pedro Nolasco e publicado no *Investigador português*, em Londres. Desconheceu o autor anónimo, para fixar as suas impressões em tão vivas páginas, e também a época em que tratara intimamente com José Anastácio da Cunha. Pelo estudo do processo da Inquisição de Coimbra, viemos a fazer essa descoberta; o juízo fora escrito pelo Major Frazer, que em 1764, estava no Regimento de Artilharia de Valença, e José Anastácio da Cunha contava *vinte e quatro anos* de idade. Ficam valendo mais as páginas que vamos transcrever, pela sua autenticidade:

«Não posso deixar Valença sem falar de um dos génios mais extraordinários, que jamais se ouviu. É um moço de quase vinte e quatro anos (1768), português, e tenente de artilharia naquela praça. É de uma família pobre e sem alguma colocação; veio a ser por força do seu engenho e grande aplicação, um prodígio deste século. É tão grande matemático, que o coronel Ferrier, profundo nesta ciência, me diz que este moço o excede em muito. Ele é senhor de todas as obras de *sir* Isaac Newton²⁵, ainda naquelas partes mais escuras, que os mesmos matemáticos julgam dificultosas; conseqüentemente, é um algebrista completo, e um bom astrónomo. Tem-se aplicado à ciência particular que se requer na sua profissão, que inclui engenharia, artilharia e outras muitas coisas pouco necessárias em matemáticas puras. Mas, o que é ainda mais extraordinário, este moço acrescentara a esta aplicação (que absorve a atenção de todos os que as estudam), um perfeito conhecimento da História, das Línguas e das Belas Letras. É *excelente poeta* e bom crítico, nas línguas mortas; sabe muito bem a italiana, francesa, espanhola e inglesa; e o coronel Ferrier, que possui perfeitamente estas línguas e pode ser juiz competente, afirma que este moço escreve a sua própria língua com mais pureza que muitos, e talvez que qualquer dos autores mais célebres deste país. Tem traduzido em elegante português, não só algumas das melhores obras de Pope, mas também algumas das nossas mais famosas Comédias. Também traduziu no mesmo idioma algumas peças do célebre poeta grego Anacreonte, por onde diz o coronel Ferrier, bem conhecedor do grego, que lhe parece que as graças destas peças, não só se conservam, mas se aperfeiçoam na sua tradução. –Parece que não emprega o seu tempo em estudar e pela sua grande timidez, não conversa ainda nas matérias mais indiferentes senão com os mais íntimos amigos. É tosco (desalinhado) na sua pessoa e familiaridades, e parece desconhecer tão-pouco os termos da civilidade, quanto é versado em todo o género de ciência e literatura. Com seus amigos várias vezes recita

²⁵ No catálogo dos cem volumes sequestrados pela Inquisição de Coimbra, vêm enumerados: Newton, *Aritmética Universal*, em um volume de quarto máximo.

Newton, *Opuscula mathematica e Filosofica*, etc. em seis volumes.

Aí se apontam as Obras de Euclides, em *latim e grego*, e quase todos os matemáticos do século XVII e XVIII em *inglês e francês*.

algumas das melhores obras dos nossos poetas ingleses, particularmente Shakespeare e faz nele tal efeito a sua recitação que parece arrebatá-lo; e nessas ocasiões uma só gota de vinho do Porto, de que ele gosta, o faz inebriar. Este homem extraordinário parece a qualquer desconhecido um simples. Ri-se muito, e em todo o seu proceder não se descobre nenhuma daquelas excelências de que é ricamente adornado.»

Esta bela página, sugerida por impressões directas, recebe todo o seu relevo sabendo-se quem foi o inglês que a escreveu e em que época. Pelo processo da Inquisição de Coimbra esclarecem-se estas circunstâncias. Em 17 de Janeiro denunciava o tenente de artilharia José Leandro Miliani da Cruz, que o tenente José Anastácio da Cunha tratava-se com grande amizade com o coronel do regimento Ferrier, protestante, «o qual lhe pedia traduzisse algumas peças e versos de alguns livros franceses e ingleses, que ele fazia em verso português, e destas traduções viu ele duas *Orações*, que continham algumas impiedades e se vulgarizaram na dita praça de Valença, entre uma grande parte dos officiaes, e ele as viu na mão de D. Ana Bezerra, mulher do Governador, – a qual as deu a ele réu para as ler; convém dizer, que o *Major Frazer, inglês e protestante*, que ao dito tempo residia na dita praça, *donde se ausentou para Inglaterra, sua pátria*, lisonjeava com a dita obra a dita Governadora.» (*Process.*, fl. 76). A mulher do Governador Pinto Ribeiro não era ainda viúva, e ao tempo da partida do Major Frazer para Inglaterra José Anastácio da Cunha ainda não tinha completos os vinte e quatro anos, podendo fixar-se a partida do Major Frazer por meados de 1767. Ninguém fez esta descoberta, porque só em 1896, na *História da Universidade de Coimbra* (t. IV, p. 698) é que divulgámos este elemento do processo inquisitorial. Na Carta do Major Frazer, aponta-se com toda a naturalidade um facto, que no Processo é apresentado com forma degradante. Refere Frazer, que José Anastácio da Cunha recitava poesias admiravelmente, e com tanta exaltação, que um cálice de vinho do Porto, bastava para inebriá-lo; no processo inquisitorial relata-se que ele se embriagava, que estava por vezes bêbado. Esse génio incomparável, ocupava-se a este tempo no estudo da *Aritmética universal* de Newton. Frazer escreveu de José Anastácio da Cunha dez anos antes da execranda e brutal perseguição de Coimbra em 1778. Como seria severo o seu protesto se soubesse desse crime, que não se apagará da história.

No processo inquisitorial faz referências à sua intimidade com o Major Frazer, «em que quase todos os dias, e muita parte da noite passava com os dois protestantes Ferrier e *Major Frazer*, lendo algumas passagens de Voltaire, e mais de Horácio, Ovídio e Pope, as traduzia para se entreterem e divertirem, as quais não tem lembranças fossem de pontos de religião, mas ou de matérias amorosas ou indiferentes...»

Em carta de 4 de Novembro de 1775, escrevia D. Joana Isabel Forjaz para Coimbra a José Anastácio da Cunha, desculpando-se da demora da sua resposta: «Os seus versos, que eu tenho lido muitas vezes, achando-lhe sempre uma nova beleza, bastam para dar um grande merecimento ao seu Autor; em que arrebatamento era necessário que a Alma estivesse quando se fizeram, quanto sofria o coração! além disso as informações de um tão bom conhecedor como o seu amigo (João Baptista Vieira Godinho) e agora de mil outras pessoas me falam no seu nome com respeito, tudo concorre para eu formar um justo conceito a seu respeito. *Tenho uma grande curiosidade de saber toda a sua historia*; não haverá umas férias que me dêem ocasião? e será certo o que me disse o D. Rodrigo (de Sousa Coutinho, *Linhares*): Um Filosofo! (um Filosofo!) traça um casamento! e eis aqui, a meu ver, uma contradição da Filosofia. A sua correspondência fará menos triste a minha solidão; eu espero que sempre m a continue; sempre terei a satisfação de confessar-me – muito sua verdadeira – *Joana Isabel*. Lisboa, 4 de Novembro de 1775.»

Porque razão não fizeste,
Justo Coo, porque razão
Menos áspera a virtude
Ou mais forte o coração?

«Quem sabe tão bem defender os direitos da Natureza, *glosará* muito bem este quarteto». (*Process.*, fl. 45).

Esta carta foi encontrada entre os papéis do Dr. José Anastácio da Cunha, quando a Inquisição de Coimbra fez a apreensão e sequestro de quanto o sábio ilustre tinha em casa. Serviu de carga para o julgamento, sendo interrogado sobre o caso. Pelas respostas à inquirição, sabe-se que o Dr. José Anastácio da Cunha viera nas férias de 1777 a Lisboa, e que visitara D. Joana Isabel Forjaz, à qual entregara alguns Sonetos amatórios, talvez com intuito de revelar-lhe o seu passado sentimental, *toda a sua história*, que esta tinha tanta curiosidade de saber. Eis o que se lê no processo:

«Perguntado se ele réu traçou algum casamento, e, sabendo-o alguma pessoa o arguiu deste intento, dizendo que ele contradizia a sua Filosofia? – Disse, que se persuade ser isto porque se lhe pergunta, o que se passou com Dona Joana Isabel Forjaz, a qual em uma ocasião lhe mandou dizer, escrevendo-lhe de Lisboa para esta Universidade, lhe parece que haverá três anos, que tinha ouvido dizer que este casava e que isto contradizia a Filosofia, ou que se admirava que um Filósofo quisesse casar, mas não sabe em que sentido ela dizia isto, pois ele réu nunca lhe deu noção alguma de Filosofia que contradissesse o estado de Matrimónio; e que com a dita senhora teve muito pouco trato, e só o de a *visitar algumas vezes* por cerimonia e a tempo que estava assistida de outras visitas; e se persuade que esta carta se achou entre os seus papeis e também a resposta minutada que lhe fez, na qual *ressaltava o nome de Filósofo*, que ela lhe dava. E que numa das ocasiões que a visitou em Lisboa lhe deu uns Sonetos amatórios, que havia muito tempo tinha feito, e nada continham contra a religião, *por ela lhe ter pedido com instância que desejava ver alguma obra sua*, e que nada mais se lembra a respeito desta pergunta.» (*Process.*, fl. 108).

Como a ilustre dama conhecia o grande valor intelectual do Dr. José Anastácio da Cunha, um génio matemático que se revelara *sem mestre*, pelo seu esforço pessoal, e que aos vinte e nove anos o Marquês de Pombal o incorporara como lente na Faculdade de Matemática, um fervoroso interesse lhe inspiraram as poesias líricas desse extraordinário espírito, arrebatado por um realismo empolgante. Era *toda esta história*, que tanto desejava saber. É natural que os amigos de José Anastácio lhe falassem da *Margarida*, a Marfida que celebrara nos seus versos, o que era notado no regimento de artilharia de Valença. Como essas relações eram do tempo da guarnição de Valença, e a Margarida lhe escrevia para Coimbra, daqui a pergunta insidiosa do *casamento do Filósofo*.

No seu interrogatório voltam os Inquisidores ao caso da glosa pedida por D. Joana Isabel Forjaz: «Perguntado se alguma pessoa lhe pediu que glosasse este quarteto: – *Porque razão não fizeste*, dizendo-lhe que quem sabia defender tão bem os direitos da Natureza, glosaria muito bem este quarteto; se O glosou? e como?

«Disse que este quarteto lho mandara a sobredita senhora, para glosar, do que ele se escusou, porque nunca se ocupou neste *género de composição de glosar Motes*, e o que também ela na mesma carta dizia – atribui a ter-se ele contradito do sistema que lhe queriam atribuir de Filósofo, e da extravagância de não querer casar por sistema de Filosofia... (Fl. 108, v.).

O sábio e poeta defendia-se do farisaísmo inquisitorial; mas é certo que glosou

vários Motes, e no Manuscrito dos seus versos, coligidos por João Baptista Vieira Godinho, lá se encontra este Mote com a sua glosa:

Quando te não conhecia,
Nada de ti se me dava,
Sem pensamentos dormia,
Sem cuidados acordava.

A que ajuntou: «*Glosa pedida.*» Achamos em muitos manuscritos dos fins do século XVIII muito glosada esta estrofe. O que incitaria D. Joana Isabel de Lencastre Forjaz a pedir ao poeta filósofo o desenvolvimento da tese implícita no Mote:

Porque razão não fizeste,
Justo Céu! porque razão,
Menos áspera a virtude,
Ou mais forte o coração?

Ela vira uma Glosa, com sentido amoroso, dirigida a *Tirse*, D. Teresa de Meio Breyner, poetisa do grupo de *Alcipe*, em que se lia:

É mais forte que o preceito
A minha terna paixão;
Por *Tirse* o meu coração
De amor e ternura estala!
Há-de ser crime adorá-la?
Justos Céus! porque razão?

Razão tinha D. Joana Isabel Forjaz em querer saborear o conceito filosófico daquele alto espírito. A glosa fez-se; em uma coleção poética de 1802, vem apontada no índice, pág. 162, mas a página respectiva foi bifada desse volume encadernado em pergaminho. Na *Pequena Crestomatia portuguesa*, de Hamburgo, de 1809 (pág. 162) vem transcrita sob o nome de José Anastácio da Cunha:

Triste humana geração!
Das obras da Natureza
Se tens a mesma beleza,
Tens a pior condição.
Na tua mesma razão
Mil estragos concebeste,
Tirano Céu! se quiseste
Só homens de peitos brancos,
Tudo pedras, tudo troncos,
Porque razão não fizeste?

Se uma Lei severa e dura
Contraria à lei do prazer,
Havia de desfazer

A doce lei da ternura,
De outra mais forte estrutura
Fora o nosso coração;
Insensível da paixão
Ao suave, brando efeito,
Porque razão não foi feito?
Justo Céu! porque razão?

Em que pode ser culpada
Uma alma terna, inocente,
Se de uma paixão ardente
É vítima desgraçada?
Não tem culpa em ser formada
De cera e não seixo rude;
O Céu que a fez, a mude,
Se não quer sua desgraça,
Ou mais compassivo faça
Menos áspera a virtude.

Toda a razão se despreza
Com o fogo das paixões,
Só furiosos dragões
Tem por si a Natureza.
A nossa alma vê-se preza,
E acha suave a prisão.
Torne o Céu por compaixão,
Por lei branda, lei afável
O crime menos amável
Ou mais forte o coração.

O manuscrito das Poesias, que se guarda na Biblioteca Municipal do Porto, começa por uma Ode sob a rubrica: *Tendo 16 anos*. Vê-se que já nas escolas do Oratório, em 1760, começara os seus ensaios poéticos, que foram dirigidos com felicidade, porque tomou conhecimento dos dois grandes líricos Camões e Francisco Rodrigues Lobo, que conservava na sua biblioteca apreendida pela Inquisição. Em Valença foi suscitado a exhibir a sua habilidade poética pela Academia dos Unidos à qual dedicou uma Ode pindárica. Há também aí três Sonetos *Ao Rancho do Alecrim, em oposição ao das Perpétuas, de Valença*. Ai também se encontra um *Elogio ao Marquês de Pombal*, que deve atribuir-se a 1770. Mas a sua revolução poética foi provocada pela leitura das poesias filosóficas de Pope, Voltaire e Shakespeare, e na expressão amorosa incomparável com os amores da rapariga da vila da Barca, Margarida, que se lhe entregou em absoluto dominada pelo génio surpreendente que ela adivinhava e admirava. Os versos que ela inspirou, como *A Espera, Noite sem sono, O Abraço, Saudades*, espalharam-se pelos curiosos, e foram coligidos, por apreciadores vários, com que Inocêncio Francisco da Silva em 1839 fez a sua edição, que hoje bem merecia ser ampliada com a parte que está inédita no texto de João Baptista Vieira Godinho. D. Joana Isabel de Lencastre Forjaz, sendo visitada por José Anastácio da Cunha, que ela tanto admirava, recebeu da mão dele *alguns Sonetos amatórios*. Assim o declarou o poeta em uma audiência da Inquisição. Esses Sonetos amatórios eram já no estilo

camoniano; perderam-se pelas colecções dos inconscientes curiosos. Em um Manuscrito de 1802, em que vêm Motes que José Anastácio da Cunha glosou, vimos os seguintes Sonetos que bem condizem com o começo dos seus amores com a Margarida. No que vai ler-se o matemático transparece a expansão do poeta:

Em ti mil graças sempre estão chovendo;
Se falas, graças mil se estão ouvindo;
Mil graças nessa boca se estão rindo,
Graças mil nesses olhos se estão vendo.

Umam beijam-te as mãos; outras, correndo
A teus mimosos pés te vão seguindo,
Umam por tuas faces vem subindo,
Outras por teus cabelos vem descendo.

Não são só Três as Graças! milhões delas
Que te acompanham a gentil figura
Ficam, postas em ti, sendo mais belas.

Já quis contá-las; mas achei loucura
Que é reduzir a numero as Estrelas
Contar as graças nessa formosura.

*

Ondeados, lindíssimos cabelos,
Um rosto encantador enamorado,
Em cada face um pomo sazonado,
Das purpúreas flores são modelos.

Um meigo coração que faz ter zelos,
Ao coração mais terno e sossegado;
Uma voz carinhosa, um doce agrado,
Um riso natural, uns dentes belos.

Tudo possui Marfida! Oh quem pudera
Doces prisões rompendo do segredo,
Explicar-te a paixão que n'alma impera.

Enfim, soltar-se a voz; mas, oh que medo,
De mais um desengano que me espera,
Mais imóvel me deixa que um rochedo.

*

Vão-se os leves instantes, vão-se as horas
Que vivo sempre em tristes esperanças;
Sem que tuas injustas esquivaças
Deixem de ser de mim perseguidoras.

Dize, alma gentil, porque demoras
Minha sorte feliz? porque descansas?
Acaso tens de mim desconfianças?
Inda a firmeza de meu peito ignoras?

Ah, quão louco te ilude o pensamento
Mas para que não julgues que te engano
Escuta meu sincero juramento:

«Se eu deixar de te amar, se for tirano,
Contra mim seja o Céu, Mar, Terra e Vento,
Conspirados por ti sempre em meu dano.»

*

Contra o poder de vossas mãos, senhora,
Quem há-de resistir? Se basta vê-las,
Para morrer de amor por gosto nelas,
Para vos declarar por vencedora.

A mesma Natureza se enamora
De tão formosas mãos, de mãos tão belas,
E se eu sou digno de jurar por elas
Juro que outras iguais não faz já agora.

Por elas deixa Amor da Mãe os braços,
E beijando-as, os férreos passadores
Nelas vos põe já feitos em pedaços.

Pois acha vossas mãos mais superiores
Mais suaves farpões, mais doces laços
Para prender, para matar de amores.

Nos processos da Inquisição exigia-se ao desgraçado preso a confissão declarando de quem era filho, quando nascera e os factos lembrados da sua vida; é nos documentos autobiográficos que se acham esses factos. Em sessão de 1 de Julho de 1779 fez José Anastácio da Cunha essa confissão, que é uma base segura e autêntica para a sua vida. Era natural de Lisboa, de trinta e cinco anos de idade (nascido em 1744) e filho de Lourenço da Cunha, já falecido, natural do Alentejo, pintor, isto é, brochante; e sua mãe se chama Jacinta Inês, natural de Tomar, e fora baptizado na freguesia de Santa Catarina. Pelo Assento do baptismo publicado por Inocêncio, fixa-se o dia do seu nascimento em 11 de Maio de 1744: «E que ele estudou Gramática, Retórica e Lógica na Casa da Congregação do Oratório de Lisboa de N^a S^a das Necessidades, e *Física e Matemática por suas curiosidades e sem mestre*. – Que tendo sido ele bem educado e muito cristãmente nos seus primeiros e tenros anos, por sua mãe, que é virtuosa, e depois até à idade de dezoito anos (1762) pelos Padres da Congregação do Oratório de Lisboa, onde fez os seus estudos, e com os quais tinha um trato muito familiar e íntimo. Na idade de dezenove anos, por lhe oferecerem a patente de Tenente (Bombeiros artilheiros) para o Regimento de Artilharia que se formava para a praça de Valença do

Minho, a aceitou e partiu para a dita praça, a exercer nela o seu posto; e como era instruído na língua francesa, e sem dificuldade apreendeu também a inglesa, foi tendo muito trato familiaridade e amizade com o Chefe e Oficiais do mesmo regimento, protestantes, e especialmente com o seu capitão Ricardo Moller, com o brigadeiro Diogo Ferrier, e com o barão de Hermenthal, e com os quais andou quase inseparável, em todo o tempo que residiu naquela praça, que foi de nove para dez anos, e lhe parece que até o de 1713 em que veio para Lente de *Geometria*, desta Universidade.

«Disse mais, que o seu génio, não só em Valença, mas nesta cidade, tem sido sempre retirado e de pouco trato familiar.» E explicando a omissão de várias particularidades, ele confessa «que ordinariamente lhe sucede não fazer memória de cousas passageiras, e ter ainda um grande descuido pelo que respeita à sua economia e interesses particulares, pois ocupado todo em suas meditações no seu estudo de Matemáticas, pois muita vezes lhe sucedia estar distraído das mesmas conversações que ouvia e não respondia a elas a propósito...»

De João Baptista Vieira Godinho, que fez uma compilação dos seus versos, a qual se acha hoje na Biblioteca Municipal do Porto, declara José Anastácio da Cunha, no processo: «que em Valença teve alguma amizade com um tenente do seu regimento, chamado João Baptista, ou para melhor dizer, este a procurava ter com ele, mostrando que muito a desejava, ainda que ele não se lhe entregou muito e se retirava disto por ser conhecido no regimento de génio intrigante; e tendo o sobredito muita paixão pela *Poesia*, fazia copias e colecções de todas as obras poéticas que podia haver à mão, e ele réu lhe deu algumas que tinha feito de versos amatórios, e então lhe parecia que também lhe deu a tradução das duas *Orações* de Voltaire e de Pope, que tem declarado, e foi tão astuto, que estando em Lisboa, e ele réu em Almeida, sabendo de um sargento que copiava a obra de Matemática, que andava trabalhando, conseguiu dele lhe mandasse uma copia para Lisboa, sem que ele réu soubesse, e tudo ali mostrou a seu mestre o P.^e Joaquim de Fóios, da Congregação do Oratório ou parte; de que resultou escrever-lhe o dito Padre, e mandar-lhe outro prólogo para a dita obra, por não gostar do que ele tinha feito, e ele réu lhe respondeu e lhe parece lhe escreveu nesta ocasião duas cartas, e recebeu dele outras duas, e tem alguma remota lembrança que o dito Padre, ao mesmo tempo que lhe louvava a obra, o repreendia de alguma liberdade nos versos, que julgo serem os amatórios, ainda que não pode com certeza dizer se o dito João Baptista veria a obra intitulada *Veritati Sacrum*, ou por lha mostrar o Brigadeiro ou porque ele réu lha mostrasse estando bêbado, porque não tem lembrança alguma de lha ter mostrado. E que também não pode dizer com certeza se o dito P.^e Fóios chegaria a ver a dita obra porque o João Baptista lha mostrasse, mas por lhe parecer se a visse, por ser muito escrupuloso, e muito seu amigo, não descansaria até não conseguir dele réu que buscasse o remédio da sua alma.

«Disse mais que o dito Padre reteve em seu poder todos os versos que lhe mostrou o dito João Baptista, pelo escrúpulo que fez deles se divulgarem por estarem muito livres nos costumes; e em uma ocasião em que ele foi a Lisboa, no primeiro ano em que ele veio para esta Universidade (1773) buscando ao dito seu Mestre, este não cessou de o exortar a que tivesse uma vida cristã e virtuosa, e que não esquecesse os bons princípios que tivera naquela Casa, e lhe mandou fazer e repetir uma confissão de fé, que ele réu fez, segurando-o de que o seu discípulo não o enganava.» Estas boas relações com os padres oratorianos de Lisboa, fizeram que na sentença a reclusão claustral de três anos fosse no mosteiro das Necessidades, tendo anteriormente escolhido para seu director espiritual o P.^e Teodoro de Almeida, autor da *Recriação filosófica*. A cópia dos seus versos, feita por Vieira Godinho, que se guarda na Biblioteca do Porto tem os versos *Veritati Sacrum*. Vieira Godinho faleceu no Rio de

Janeiro em 11 de Fevereiro de 1811, no posto de tenente-general. O livro esteve na livraria do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Godinho, donde por seu falecimento o roubaram, e adquirido por Camilo Castelo Branco, veio por doação do Conde de Azevedo para a Biblioteca Municipal portuense. O exemplar das suas poesias, que possuía só José Anastácio da Cunha, passou para o poder do Intendente Pina Manique, quando o desgraçado génio ensinava matemática elementar na Casa Pia, e nas apreensões de livrarias particulares passou do filho herdeiro do Intendente para a Biblioteca Nacional, como se lê no relatório de Peneira Gordo.

Assim que o Marquês de Pombal, pelo falecimento do rei, ficou afastado do poder, começou imediatamente a reacção contra a sua obra reformadora da Universidade de Coimbra. E o que é para reparos é reconhecer-se que esse impulso de retrocesso partiu do seio da própria Universidade, da sua alta direcção. Pela aclamação, vindo a Lisboa o reitor D. Francisco de Lemos, ficou exercendo as suas funções o Dr. José Monteiro da Rocha, vice-reitor. O ex-jesuíta tratou logo de preparar a intriga para entregar José Anastácio da Cunha à Inquisição de Coimbra; retirado desde logo do seu lugar de lente da Faculdade de Matemática. Lê-se na carta régia de 5 de Fevereiro de 1778: «Constando a S. M. – *pela noticia que ultimamente participou o Vice-Reitor da Universidade*, que no Bispado de Coimbra se tinham espalhado muitos Livros de perniciosa doutrina, não só capazes de corromper os bons costumes, mas igualmente contrários à santidade da religião católica, e ao sossego publico; ordena – apreensão de todos os Livros que se puderem descobrir daquela depravada doutrina em qualquer parte, onde e em poder de quaisquer pessoas em que forem achados, sem excepção alguma delas e applicando todos os meios mais eficazes para se evitar semelhante abuso.» O meio mais eficaz seria a intervenção do Santo Officio, que era discricionário e absoluto. Pela forma dos seus processos, a Inquisição tinha sempre meios de lançar as suas redes a qualquer indivíduo, porque a simples referência a um nome bastava para esse nome ficar inscrito em canhenho especial, e dando-se o caso de uma segunda referência, isso bastava para instaurar processo forçando esse indivíduo a declarar quem eram os seus acusadores, ou na gíria do tribunal, *quem lhe batia*.

No ano anterior de 1777 foram presos para a Inquisição de Coimbra alguns officiais do regimento de artilharia de Valença; a Margarida (*Marfida*) dos versos de José Anastácio da Cunha escreveu-lhe sobressaltada para Coimbra, porque ouvira dizer que ele iria fazer companhia ao Miliani. Com data de 12 de Dezembro lhe escrevia: «quando nisto falaram *também te invocaram, perguntavam-me se eu sabia da tua vida.*» A pobre rapariga pressentia que se tramava na sombra, e escrevia-lhe: «tomara saber o fim destas cousas, e se é certo o mais do mais que te relato, eu fico com grande cuidado.» O jovem lente não suspeitava que andava espiado por alguns lentes e estudantes, vivendo na intimidade de pessoas cultas que frequentavam esses serões literários no bairro de São Bento, e escreveu à apaixonada Margarida afugentando-lhe os terrores. Em data de 11 de Fevereiro de 1778, escrevia ela ao *adorado José*: «fiquei mais descansada da paixão que tinha havia poucos dias antes de receber a tua carta, que me afirmaram tu estares fazendo companhia a Leandro e aos mais todos. Estas malditas noticias me chegaram.» O processo estava a ser organizado sobre as denúncias. Em 7 de Janeiro de 1778, entrava no cárcere da Inquisição de Coimbra o Tenente de Artilharia aquartelado em Viana José Leandro Miliani da Cruz, e dez dias depois denunciava no interrogatório do tribunal o insigne lente de Geometria, pela sua grande amizade com o brigadeiro do regimento Ferrier e outros officiais ingleses protestantes, e que lhe pedia traduzisse algumas peças e versos de alguns livros franceses e ingleses, que ele fazia em verso português, e destas traduções viu ele duas *Orações*, que continham algumas impiedades, e as vulgarizou na dita praça de Valença, entre uma grande parte dos

oficiais e ele as viu na mão de D. Ana Bezerra, mulher do Governador..., e declara que quando a vira (a *Oração*) lhe não percebera logo o veneno que ela em si continha, mas que só admirou a elegância e engenho com que estava feita, e que por este motivo a aprenderam de cor, e se bem se lembra eram concebidas nestas palavras, a saber: a primeira:

Pai de tudo, a quem sempre, em toda a parte
Tributa os cultos seus,
O Santo, ou o selvagem ou Filosofo,
Jehovah, Jovis ou Deus.

Tu, oh Primeira Cousa, a mais oculta
Em cujo imenso pego,
Submergido, a minha alma só conhece
Que tu és bom e eu cego.

No Auto de denúncia da Oração universal, de Pope, apenas se lembrou Miliani de outras estrofes, alteradas e estropiadas, em relação ao texto impresso, que se publicou em 1839, tendo mais sete estrofes. Mas isto basta para fundamentar a acusação de *Deísmo*. No interrogatório de 12 de Fevereiro, cita o nome de todos os oficiais ingleses com quem convivia José Anastácio da Cunha «com os quais em diferentes vezes, tratavam-se pontos de religião, extraídos de livros ímpios, de que frequentemente se fazia eco, algumas vezes caiu na miséria de confirmar com palavras de aprovação o mesmo que eles diziam...» Este facto de um réu vir delatar outrem era uma prática generalizada pelos Sigilistas de Coimbra, o que tornava o tribunal de Coimbra mais terrível do que os de Lisboa e Évora.

No processo do cadete de Artilharia Henrique Leitão de Sonsa, em data de 7 de Janeiro de 1778, amplia a denúncia contra José Anastácio da Cunha, referindo a Oração poética, a Oração de Voltaire: «que haverá um ano vira nas mãos de José Leandro – entre outras obras manuscritas de versos... uma Oração, que a ele lhe parecera, ter alguns erros ímpios contra a verdade da Religião cristã, a quem ouvira também depois repetir a alguns dos mesmos oficiais protestantes, e achou finalmente em um dos livros de *Volter*, e ouviu dizer que havia anos a traduzira do original francês na língua portuguesa o tenente que então era do mesmo regimento, José Anastácio da Cunha, hoje lente de Geometria nesta Universidade, e pela ouvir repetir muitas vezes, como tem dito, a aprendeu de cor... e é como segue:

Oh Deus! a quem tão mal o homem conhece
Oh Deus! a quem todo o universo aclama
As palavras escuta derradeiras
Que a minha boca forma.

Se me engano, foi tua santa Lei buscando,
Pode o meu coração da boa estrada
Perder-se; mas de ti sempre está cheio.
Sem me atemorizar, diante dos meus olhos,
A Eternidade vejo, e crer não posso,
Que um Deus, que o ser me deu
Que um Deus, que tantas bênçãos

Lançado tem sobre os meus dias,
Agora, extintas eles, finalmente
Haja de atormentar-se eternamente.

São estes dois factos, a simples versão portuguesa das poesias de Pope e de Voltaire, os dois tipos de lirismo do futuro, as *O rações* que serviram de fundamento ao processo inquisitorial e condenação de *relaxe ao braço secular* (eufemismo de queimado vivo) que serviram para engendrar a sentença contra José Anastácio da Cunha. As outras denúncias espontâneas, de que entrara na igreja de Santa Clara e saíra sem ter ajoelhado; que oferecia em sua casa chá e torradas às visitas com leite e manteiga, sem se importar com o preceito da abstinência. Organizado com todas as formalidades, começou o processo em 19 de Setembro de 1778. Aí lhe fez carga um sargento Freire, de Valença: «que ele estava publicamente amancebado com uma moça chamada *Margarida*, que se dizia ser da vila da Barca, e tendo-a em sua casa continuamente; e nas suas poesias e versos que fazia se lembrava *da sua Margarida*, o que mostra bem claramente que ele fazia gala do seu pecado.»

Com ânimo sincero, ele declara o seu sentimento deísta, que tanto se manifestara nos mais altos espíritos do século XVIII, como se vê em Voltaire e Rousseau: «que no tempo dos seus erros se persuadiu muitas vezes, ser a Lei Natural a melhor, e a que só bastava para a salvação; e que todo o que obrava em observância dela, como a sua razão lho ditasse, lhe faria merecer o prémio eterno, pois que também considerava haver um Deus Justo e Remunerador, mas que não fizera desta crença sistema fixo, porque muitas vezes mudava de opinião, lembrando-se de não ter suficientes estudos...»

No interrogatório inquisitorial, de 27 de Julho de 1778, inquiriram qual era o valor que ligava aos filósofos do livre-pensamento: «Perguntado se esteve persuadido de que os Filósofos, tais como tem sido o apóstata Voltaire, o ateu Spinosa, o ímpio Hobbes, o céptico Bayle, o fatalista Collins, o temerário autor dos *Pensamentos Filosóficos* e toda esta multidão de escritores modernos, copistas e mestres de impiedades, não falam mais que a favor da Razão, e que eles amam a Religião e detestam a superstição, e que é necessário, não somente tolerá-las, mas respeitá-las como os Mestres e os benfeitores do género humano?» José Anastácio da Cunha declarou que especialmente a Voltaire é que reconhecia como um benfeitor do género humano pelos seus sentimentos de liberdade política e de consciência, como um puro Deísta. Ainda tinha de passar-se um século para que a *História do Materialismo* pudesse ser feita largamente, como a realizou Lange. Essas doutrinas alarmaram todos os espíritos; e José Anastácio da Cunha declarou mais: «Que haverá um anuo, (1777) achando-se em Lisboa, e indo uma manhã à cerca dos Padres da Congregação do Oratório e Casa de N.^a S.^a das Necessidades, desta cidade, em companhia de João Pinto Bezerra Seixas, estudante nesta Universidade, e D. Rodrigo Henriques, casado – na conversação que ali tiveram perguntou este a ele réu se tinha visto o *Sistema da Natureza*, e mais alguns outros livros que nomeou e de que agora se não lembra, modernos, e se não lembra da resposta que deu...»

Conclusos os autos em 15 de Setembro de 1778, foram de parecer os Inquisidores de Coimbra, que ele era «convicto do crime de Heresia e Apostasia, por se persuadir dos erros de Deísmo, Tolerantismo e Indiferentismo, tendo para si e crendo que se salvaria na observância da Lei Natural, como a sua razão e sua consciência lha ditassem...»

Em 6 de Outubro de 1778, o Conselho Geral da Inquisição de Lisboa, dava a sentença: «que vá ao Auto de Fé público em hábito penitencial e se declare que incorreu em excomunhão maior e em confiscação de todos os seus bens, recluso por três anos na Casa das Necessidades da Congregação do Oratório, e degradado por quatro anos para

Évora, não podendo tornar mais a Coimbra e Valença.» Foi este acórdão lido no Auto público celebrado em 11 de Outubro de 1778.

O sábio matemático José Monteiro da Rocha, que já em 1772 reclamava contra as ideias subversivas que corriam no bispado de Coimbra, cumpriu as indicações do Marquês de Pombal, na incorporação do lente de vinte oito anos, José Anastácio da Cunha na Faculdade de Matemática. As relações dos dois colegas foram amigáveis. José Monteiro da Rocha emprestava livros de matemáticos gregos; e José Anastácio da Cunha dirigia-lhe Epístolas em verso, a *Montézio*. A que está publicada tem a rubrica: *Contra os vícios que impedem o progresso das Ciências*. E apresenta a antítese entre o processo das investigações e o verbalismo da ostentação doutoral:

Que te serve, *Montézio*, envelheceres
Curvado sobre os livros noite e dia
Vendo esconder-se o sol, raiar a aurora,
Convulso, de cansado, o débil peito?
Que esperas de trabalhos tão contínuos?
Acaso esperas, que a tiara ou toga
Os teus duros cuidados premiando...

.....
Como enganado estás! Que mal conheces
O mundo sabichão como procede!
Para pingues prebendas desfrutarias
E rendosas comendas, não careces.

.....
Que tu do Pórtico ou do Liceu saibas
O sábio maquinismo – porque forma
O cérebro os ídolos que te amostram
As essências reais dos contingentes;

.....
Toma por graduação borla e capelo,
Em todos seus Direitos enfronhado,
Farás bem se fizesses um pecúlio
De engraçadas novelas do Supico,
Dos ditos agudíssimos galantes...

Este espírito achou a sua verdadeira expressão no poema herói-cómico *O Reino da Estupidez*, que a reacção antipombalina provocou. Monteiro da Rocha era um jesuíta, que o Marquês de Pombal tolerou na Universidade pelo seu saber matemático; organicamente odiava José Anastácio da Cunha, que ele ocultava por temor do grande ministro.

Logo que pela morte do rei acabou o poder do Marquês de Pombal, irrompeu esse ódio, que era por ele considerado como um espírito desvairado, *com o miolo desconcertado*. Teve suficiente astúcia para não ir depor no Santo Ofício, que arrancou da sua cadeira o matemático insigne e ao espectáculo de indignidade e repugnância de um Auto-de-Fé. A sentença inibindo-o perpetuamente de entrar em Coimbra, visava a servir o rancor do ex-jesuíta José Monteiro da Rocha. Para o autoritário lente de astronomia José Anastácio da Cunha tinha um *danado coração*. Indispusera-o a Sátira em tercetos ao *Dr. Botija*, que escrevera contra Francisco Dias Gomes, que tivera de deixar o seu curso da Universidade para vir gerir uma loja de secos e molhados em

Lisboa, por exigência de um tio. Dias Gomes, mau grado a apreciação exagerada que Herculano lhe fez, bem mereceu a Sátira, pela provocação que fizera ao poeta livre-pensador. Na *História da Universidade de Coimbra* fica traçado o quadro da sua vida com importantes transcrições do seu processo inquisitorial. Saiu no Auto-de-Fé de 11 de Outubro de 1778, dando nesse dia o Cardeal da Cunha, que renegava Pombal, que o fez gente, um lauto jantar aos padres e personagens que assistiram à odiosa cerimónia. A discussão matemática que teve com José Monteiro da Rocha foi entre 1785 e 1786 e pôs em evidência o ódio do ex-jesuíta, que se serviu da Inquisição para o lançar fora da Universidade de Coimbra. Morreu de um ataque de estranguria, em 1 de Janeiro de 1787, respondendo no seu paroxismo a um amigo que lhe perguntava se sofria muito no prolongado estertor, confundiu palavras inglesas, portuguesas e francesas: *Some dreams of humanity qui me dechirent plutôt qu' ils me consolent*. E apagando-se o seu espírito, iluminou esta verdade da consciência.

Francisco de Melo Franco e o poema *O Reino da Estupidez*. – Depois da queda do Marquês de Pombal deu-se uma forte reacção contra tudo quanto estabeleceu na sua longa administração; a Universidade de Coimbra reformada fundamentalmente em 1772, e que estava confiada à inteligente direcção de D. Francisco de Lemos, foi também atacada como um baluarte pombalino, sendo nomeado para Reitor e Reformador dela o estúpido Principal da igreja patriarcal José Francisco de Mendonça.

Todos os actos do Principal Mendonça representavam um manifesto intuito de retrocesso, e a Universidade parecia volver aos tempos medievais. Agravavam-se os conflitos contra os lentes mais instruídos que sustentavam o espírito moderno, como Monteiro da Rocha e Ribeiro dos Santos.

Neste momento crítico apareceu manuscrito em Coimbra um poema em quatro cantos, em verso solto, intitulado *O Reino da Estupidez*, descrevendo o estado mental dos lentes da Universidade e do seu Reitor o Principal Mendonça. Era em princípios de 1784; o poema correu anonimamente em cópias manuscritas, que foram lidas com avidez, provocando réplicas e Sátiras, que espalhavam suspeitas acerca do misterioso autor. Quando o governo do Principal Mendonça em uma situação tensa, e o corpo docente se dividiam uns a favor da Universidade *que Deus haja*, outros pela Universidade *que Deus guarde*, segundo as frases do tempo, o poema do *Reino da Estupidez* foi como um bólido caído naquele mesquinho microcosmo. Compreende-se que tempestade levantariam em uma terra pequena, fechada aos interesses do resto do mundo, esses arrastados e mal metrificadas versos hendecassílabos, mas que transudavam o mais fundamental desdém sobre o pedantismo doutoral e monacal, que imperava na Universidade de Coimbra.

Atribuiu-se o poema ao Doutor António Ribeiro dos Santos, homem grave, erudito, mas privado de todo o espírito irónico; atribuiu-se também ao jovem poeta brasileiro António Pereira de Sousa Caídas, que saíra da Inquisição de Coimbra e se achava em 1784 em Paris; também se chegou a atribuir ao lente Ricardo Raimundo Nogueira, e ainda aos dois Malhões, tio e sobrinho. Estavam todos inocentes desse louvável pecado.

Ninguém imaginava que *O Reino da Estupidez* era uma sublime vingança do estudante de medicina Francisco de Melo Franco, que jazera nos cárceres da Inquisição de Coimbra pela acusação de *enciclopedista*. O seu poema herói-cómico teve o poder da Némesis, da implacável justiça: lançou por terra o governo do Principal Mendonça e provocou as novas reformas encetadas pelo Principal Castro, continuando o espírito pombalino.

Hoje, passados cem anos, são os versos desse poema um quadro pitoresco, vivo,

sarcástico, pintado do natural e com flagrante realidade. Aqui a Arte serviu dignamente o progresso, empregando a sátira como instrumento de demolição contra o que prepondera além do seu tempo. Como o som da trombeta que fez ruir os muros de Jericó, agora o poema do *Reino da Estupidez* teve o prestigioso poder de libertar a Universidade, apeando o Principal Mendonça.

Isto basta para justificar a necessidade de conhecer este valioso documento literário que se tornou histórico.

Consta o poema de quatro cantos em verso solto, cuja estrutura geral lembra o *Laus Stultitiae* de Erasmo; a situação era análoga, apesar de três séculos de distância. A Estupidez, entidade alegórica, sente-se repelida do norte, vem descendo pela Europa, e não achando abrigo na Alemanha, na França e na Inglaterra, países em que prevalece a civilização, resolve, acompanhada do Fanatismo, da Superstição e da Hipocrisia, procurar as amenas regiões das Espanhas. O bando chega a Lisboa; é o assunto do canto segundo, em que se descreve a petulância dos fidalgos impunes em seus atentados, a exploração dos Padres Capuchos, exorcistas de mulheres, e a sensualidade de um bispo galante. É então que a Superstição sustenta que deve em Lisboa assentar a Estupidez o seu trono. Mas o Fanatismo opõe-lhe uma objecção geral: em Lisboa já funcionava a *Academia das Ciências*, fundada em 1779. A vista da situação resolveu assentar arraiais em Coimbra. O canto terceiro é uma descrição de Coimbra, cercada de aprazíveis campinas, apresentando «os mais belos passeios da Universidade». Espalha-se por Coimbra a fama da próxima chegada da Estupidez. Começa a carga ao Principal Mendonça, que convoca a Universidade para em Claustro pleno ser recebida condignamente a Estupidez, o que os teólogos e outros doutores declararam nesse ajuntamento magno é a crítica do espírito escolástico que pretendia impor-se à Universidade. Aí se deblatera contra «A barbara *Geometria* tão gabada – *Histórias Naturais, Foronomias – Químicas, Anatomias*, e outros nomes – difíceis de reter...» Quando chega a vez de falar Tirceu, o lente de matemática José Monteiro da Rocha, faz uma eloquente invocação à memória do Marquês de Pombal, e repele com desassombro o culto da Estupidez, que agora se implanta.

No canto quarto o Reitor manda pregar um Edital na porta da sala dos Actos Grandes para irem em Préstito receber a Estupidez, que se vai hospedar no Convento dos Cónegos regrantes de Santa Cruz, e que ali dá beija-mão, recebendo as mais entusiásticas felicitações. Recitam-lhe uma Oração de Sapiência, e a Estupidez aceitando «a geral confissão de vassalagem» abençoa-os, dizendo: «continuai, como sois, a ser bons filhos.»

O poema apareceu firmado pelo pseudónimo Felício Cláudio Lucrécio. Suspeitaram que seria escrito por algum lente partidário da reforma pombalina; como Ribeiro dos Santos incorrera nas iras do Principal Mendonça, foi ele por isso o mais visado. Escreve em uma carta inédita Ribeiro dos Santos:

«O argumento de que principalmente se valeram foi que falando-se no Poema no Colégio de São Pedro, e aparecendo pelo seu nome alguns indivíduos do de San Paulo, havia alto silencio a respeito do Colégio dos Militares; logo, diziam eles, o autor pertencia a este Colégio; e como sabiam que eu tinha feito algum verso noutra tempo, concluíram que também agora havia escrito esta sátira.»

Para contraminar o efeito do *Reino da Estupidez* compuseram um outro poema em sete cantos, em sextinas rimadas, intitulado *O Zelo*, oferecido aos admiradores da Estupidez, por Patrício Prudente Calado (evidentemente pseudónimo). Na cópia do *Reino da Estupidez*, que se guarda entre os manuscritos da Biblioteca de Évora, o poema traz como autor Francisco de Meio Franco. A atribuição a outros nomes, como Sonsa Caídas e Francisco José de Almeida, que se acharam com Meio Franco no Auto-

de-Fé da Inquisição de Coimbra em 26 de Agosto de 1780, obedecia a uma suspeita dentro do grupo de livres-pensadores da Universidade perseguido pelo Principal Mendonça. Melo Franco foi auxiliado pelo seu patricio José Bonifácio de Andrade e Silva, sendo *O Reino da Estupidez* escrito e copiado em quinze dias e sub-repticiamente distribuído por ocasião de umas festas da Universidade.

O poema só veio à publicidade pela imprensa em Paris em 1819; em Hamburgo em 1820; outra vez em Paris em 1821, e em Lisboa em 1822 e 1823. Meio Franco tendo falecido em uma viagem de regresso ao Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1823, ainda teve o gosto de ver esta consagração ao seu poema, que foi continuada nas edições de 1833, 1834 e 1868.

Esse poema revela-nos a missão da Arte, na sua função negativa: não sendo uma obra-prima, há-de, pelo seu destino, ser sempre admirado.

FILINTO ELÍSIO

Francisco Manuel do Nascimento, conhecido pelo nome poético de *Filinto Elísio*, exerceu uma forte influência na poesia, antes de se extinguir o arcadismo, não no sentimento e concepção das imagens com que se manifestava o Romantismo, mas pela estrutura da versificação. Sob este aspecto o *Filintismo* contrabalançou-se com o *Elmanismo*, ou a versificação de Bocage, reflectindo-se este gosto no primeiro quartel do século XIX em Garrett e em Castilho. Tentou reagir a esta influência José Agostinho de Macedo, propondo a Francisco Freire de Carvalho a formação de uma academia poética contra as *Nicenadas* e *Bocageadas*, como designava as imitações do estilo destes dois poetas. *Filinto* actuou exclusivamente na forma da versificação, que se sublimou em Garrett. A vida de *Filinto* é muito desconhecida; mas pelo processo que lhe fez a Inquisição de Lisboa, pelas denúncias e pelas notas avulsas que espalhou em volta dos seus versos, conhecem-se particularidades, que revelam todas as manifestações da sua individualidade, quanto à evolução psicológica e estímulos do meio social. Nasceu em Lisboa, em 23 de Dezembro de 1734. Desta circunstância tirou o apelido de *Nascimento*, alusivo às vésperas do Natal e gracejando da progénie dos antepassados pelo nascimento. Seus pais, naturais de Ílhavo, pertenciam a esta colónia aveirense, que ainda hoje moureja em Lisboa; o pai, Manuel Simões, era fragateiro, ocupado na carga e descarga de navios, no Tejo; a mãe, Maria Manuel, era uma linda rapariga, que vendia peixe de canastra à cabeça pela cidade, explorando também a venda de tremeços, burrié e pevides, como ainda hoje é costume na referida colónia. Como gentil, de uma pele branca e traços finos, o patrão dos escaleres reais, João Manuel, encantou-se com a tricana, fácil, como as congéneres. Nasceu o menino, criado entre as mulheres, comadres de sua mãe. A certidão de baptismo, fixa o dia do nascimento em 21 de Dezembro, declarando que fora baptizado em casa por se achar em perigo de vida pela sua fraqueza; mas isto foi um embuste de Maria Manuel para evitar que o seu filho fosse mergulhado brutalmente pelo cura da freguesia, que dias antes tinha amolgado a cabeça de um neófito, que não mais teve saúde. *Filinto*, nas amorosas poesias em que alude ao seu dia natalício, fixou sempre a data verdadeira, que contradita o documento oficial. A sua infância passada entre as mulheres comadres, vizinhas e amigas de sua mãe, pô-lo em contacto com toda a literatura de cordel do começo do século XVIII; ele lia-lhes a *imperatriz Porcina* e a *Égloga* de João Xavier de Matos *Albano e Damiana*, e os Autos do Presépio, e deliciou-se com as representações espectaculosas da *Criação do Mundo*, do velho teatro hierático. Também foi embalado com os Contos de Fadas e com as anedotas picarescas de frades. Francisco Manuel foi

estorninho, isto é, aluno externo das escolas baixas dos Jesuítas do Colégio de Santo Antão, e descreve o costume dos Jesuítas, que tinham substituído o Pendão negro da Santa doutrina, com que arregimentavam os rapazes pelas ruas, por um *Padre Doutrineiro*, que do pedestal do Pelourinho, e cercado de inúmero rapazio, dali perguntava o *Credo*, dando àquele que melhor o recitava uma medalhinha de latão, favor que também concedia aos meninos louros, por mistério só conhecido pelos jesuítas, como maliciosamente escreveu *Filinto*. Mostrando talento, Francisco Manuel continuou os seus estudos, pelos auxílios do patrão dos escaleres reais, que tinha um amor filial ao pequeno. João Manuel foi despachado Patrão-mor da Ribeira das Naus, onde tinha residência oficial; para a sua companhia levou Maria Manuel e o seu marido Manuel Simões. Nesse amorável convívio, fez Francisco Manuel os seus estudos para se ordenar de clérigo; ele mesmo confessa quais foram os seus estudos, que consistiram quase exclusivamente em muita latinidade e em solfa, ou música. Começou a dar-se à curiosidade de escrever e fazer versos aí pelos dezasseis anos, a pretexto de aparar as penas de pato e experimentá-las no papel. A escrita sugestionava-o para a expressão da ideia ao pobre aprendiz de clérigo. Em 1752 já era padre de missa, e por influência do Patrão-Mor da Ribeira das Naus, foi provido no lugar de tesoureiro da Igreja das Chagas, pertencente à Confraria dos Mareantes da carreira do Brasil, cuja confraria era rica e bem dotada pelos que regressavam das longas e trabalhosas viagens do Brasil. Francisco Manuel reconhecia a paternidade do Patrão-mor da Ribeira das Naus, aludindo aos seus serviços ao rei e à pátria, o que não podia entender-se com o fragateiro Manuel Simões. Na catástrofe do terramoto de 1755, foram viver promiscuamente. Ao fundar-se a *Arcádia* em 1757, Francisco Manuel não tinha notoriedade literária para ser convidado para sócio da nova Academia. Mas por esse influxo também formou um *Grupo da Ribeira das Naus*, e adoptara o nome de *Niceno*. O seu saber e gosto literário resumiam-se em estudos exclusivos de Latinidade, que se prestavam a larga erudição que mais tarde vem sistematizar-se na Filologia. O seu mestre de latinidade António Félix Mendes era um autoritário gramaticão, que embirrava com as novidades do classicismo francês; *Niceno* também se tornou partidário do purismo arcaico da linguagem dos *Quinhentistas*.

A Sátira de Garção, dedicada ao Conde de São Lourenço, foi um protesto contra a imitação dos *Quinhentistas*. Padre *Nice no*, como é designado Francisco Manuel em um Soneto atribuído a Garção, nada tinha publicado; mas exercia um certo impulso no *Grupo da Ribeira das Naus*. Contudo, escrevera muito desde 1752 até 1778, em que teve de fugir de Portugal ante a perseguição inquisitorial; na relação dos seus bens móveis e imóveis que lhe foram confiscados pela Inquisição, declara também: «*Todos os meus Manuscritos, trabalho de 28 anos.*» Que manuscritos seriam os que lhe foram confiscados, da sua actividade de 1750 a 1778? Provavelmente notas gramaticais, extractos dos escritores quinhentistas, cópias de livros portugueses de raridade, e a parte poética seria satírica um pouco entre o realismo do *dicaz* António Lobo de Carvalho e o facetó Tolentino. Alguns versos que aparecem nas colecções inéditas foram mais tarde coligidos por Inocêncio Francisco da Silva sob o nome do Lobo da Madragoa. O desgraçado poeta não podia evadir-se aos Familiares do Santo Ofício com os manuscritos rabiscados em 28 anos. Com certeza muitas notícias curiosas aí se perderam. O seu espírito satírico é que acordaria o facinorismo fradesco, representado no soneto *Cristo morreu há mil e tantos anos*, em que aludia aos peditórios para o Santo Sepulcro. Mas, o que mais aguçava o faro dos Inquisidores para um fácil e precioso confisco, eram os bens que Francisco Manuel possuía, deixados pelo Patrão-Mor João Manuel, ou comprados com o seu dinheiro em nome do tesoureiro da Igreja das Chagas. Esses bens foram como o tesouro dos *Niebelungen*, guardado por Fafnir, que causava a desgraça de

quem o possuísse. Eis a indicação sumária, que *Filinto* escreveu em 1807, e que importa conhecer para avaliar bem as suas relações protectoras com as meninas Alornas, na sua desconfortada reclusão política em Chelas, na sua intimidade com elas desde 1768.

«Lista dos bens que foram confiscados desde 1778:

IMÓVEIS: Uma Casa na rua do Telhal.

Uma Casa na rua do Vale.

Uma Casa situada na Cotovia de Cima, virada ao muro do picadeiro do Conde de Soure, e do Teatro do Bairro Alto.

Uma Casa de campo, situada em Camarate; uma em frente da igreja, rua do Rigueirinho; a outra em San Pedro, perto da mesma vila de Camarate; cada uma destas casas tem seu jardim, com celeiros e aposentos.

Os títulos e contractos da compra destes prédios foram igualmente confiscados pela Inquisição, eles acham-se nos arquivos e os seus traslados nos cartórios dos tabeliães.

MÓVEIS: Cada uma destas Casas estava mobilada de todas as qualidades de trastes e utensílios próprios de uma habitação luxuosa. Mas o principal mobiliário de Francisco Manoel, achava-se na casa da sua residência, que possuía na rua da Calçada do Combro, à esquina da travessa das Chagas.

Era um mobiliário variado e completo, com leitos, secretárias, cómodas, armários, mesas de madeiras preciosas, canapés, poltronas, tapetes, etc.

Um guarda-roupa considerável, contendo *as que foram de seu pai (Não aludia ao pobre fragateiro Manuel Simões)*.

Uma rica baixela de prata, roupa de mesa e cobertas, uma grande parte ainda na peça, e mais algumas peças de seda.

Dois serviços de porcelana da China, um em azul, dourado, o outro vermelho, dourado.

Os ornamentos completos de um Oratório, vasos em grés, quadros, tapeçarias, etc.

Um sacco cheio de esmeraldas, ametistas, topázios, rubis, e alguns diamantes, tudo ainda em bruto, de considerável valor.

Algum dinheiro na secretária.

A sua biblioteca de perto de 2:000 volumes, entre os quais todos os clássicos gregos e latinos, que tinham pertencido aos Jesuítas de Lyon, e de outros livros preciosos pela sua raridade, sobre tudo uma colecção de obras portuguezas.

Todos os seus Manuscritos, trabalho de 28 anos.

Falta-lhe ainda tornar a pedir (e é o objecto mais recente, e o mais disponível neste momento) o preço completo de uma tradução de Osorius, *De Rebus Emanuelis*, traduzida por ele em português, 3 vol. in-12, imprimé à l'Imprimerie Royale, de Lisbonne, dont le Docteur Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral est Administrateur.

O Príncipe Regente tinha prometido entregar ao Autor a edição completa, salvas as despesas.»

Além desta relação que se perdera, por não ter sido achada no espólio de *Filinto*, também encontramos declarações de dívidas, e declarações de pessoas a quem ele poeta

emprestava dinheiro a juros.

Tudo isto nos revela quanto Francisco Manuel recebera do Patrão-Mor da Ribeira das Naus, e os ódios que a parentela de João Manuel nutria contra ele; mas para o momento basta-nos considerar as condições excepcionais em que o poeta *Niceno* vivia para se entregar aos seus ócios literários, sem cuidar no pão quotidiano. Em volta dele reuniam-se vários poetas, e os seus versos satíricos manifestando ruidosa vivacidade contra a *Arcádia Lusitana*, à qual chamavam o *Arcadão*.

Os nomes destes dissidentes da *Arcádia* ficaram enfeixados em um Soneto, atribuído a Garção, e hoje incorporado na última edição das suas obras:

Pinto fidalgo, embaixador da Mancha,
Tu, *Monteiro* roaz, que na baralha
Vales por espadilha da canalha,
Que a fama alheia com ferretes manchas;

Padre *Niceno*, tu patrão da lancha
Carregada de drogas da antigualha,
Que o *Bandeirinha* alvar à toa espalha
Potro, que noutro potro se escarrancha;

Capitão Arquimedes, tu, zarolho
Manoel de Sousa, que parecias Mendes,
Que da récuia aproveitas o restolho;

Ulpiano venal, tu bem me entendes
Se para estas cousas tenho dedo e olho,
Em peralvilho jubilado tendes.

Este Soneto merece ser comentado, para se conhecer as principais figuras do *Grupo da Ribeira das Naus*. O primeiro caracterizado é Pedro Caetano Pinto, que estivera em Espanha em aventuras, donde trouxe uma mulher bonita. D. Leonor de Almeida fala dele nos seus versos, dando-lhe o nome de *Piério*. A embaixada da Mancha é um traço grotesco para ridicularizar a insignificância do poetaastro. Camilo não discerniu identificando-o com o personagem político importante Luís Pinto de Sousa Coutinho; a sua fidalguia, repele as pretensões párvoas de Pedro Caetano Pinto, que tinha aspirações diplomáticas.

O *Monteiro* roaz é o Dr. Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, cujas poesias chegaram a suscitar a rivalidade de Bocage, como o revelou a Lord Beckford. Camilo mais uma vez claudica, confundindo-o com o *Bandeirinha*, referido no segundo quarteto, sendo este propriamente o Domingos Pires Monteiro Bandeira, também metrificador e amigo de Nicolau Tolentino. Tinha o *Bandeirinha* tanto de ingénuo (*alvar*) como o Monteiro, maçónico e de influência pessoal.

Padre *Niceno* é o nome poético que antes de 1768 usava Francisco Manuel do Nascimento, do qual ainda se lembrava José Agostinho de Macedo, reagindo contra as *Nicenadas*, ou o prurido dos imitadores do seu estilo poético. Quando *Niceno*, junto com *Albano*, Sebastião José Ferreira Barroco, entrou em íntimas relações literárias com D. Leonor de Almeida, a jovem poetisa à qual deu o nome de *Alcipe*, com que fica conhecida, deu-lhe ela também o nome de *Filinto*, a que acrescentou o foragido poeta, na magoada saudade da pátria, o apelido *Elisio* que designa esta fase da sua vida. Assim

o nome de *Niceno* compreende toda a sua actividade de 1752 a 1778, cujos manuscritos se perderam no sequestro da Inquisição. *Filinto* define a sua época inspirada e acentuadamente lírica, de 1768 a 1778, em que apaixonadamente celebrava *Dafne*, a sua amada discípula de música D. Maria de Almeida, reclusa com sua mãe em Chelas. Também D. Leonor de Almeida fora sua discípula de Latinidade, e com muita admiração pelo seu carácter, lhe pediu que não despendesse o seu talento em Sátiras, com que o *Grupo da Ribeira das Naus* bombardeava a *Arcádia*, com quem *Alcipe* tinha relações. *Filinto* confessa em uma nota a uma Ode: «A ex.^{ma} snr.^a D. Leonor de Almeida foi quem em Chelas deu ao Poeta o nome de *Filinto*, e por tal o nomeou sempre em todos os versos que lhe dedicou.» (*Ob.*, t. XI, p. 111. Ed. 1838). No verso em que chama a *Niceno*, *patrão da lancha* há a alusão afrontosa a ser filho do Patrão-Mor João Manuel, com quem coabitava no Arsenal, em cujos aposentos reunia o Grupo dissidente, por isso chamado da Ribeira das Naus.

O Capitão Arquimedes (matemático) Manuel de Sousa, grande purista e tido por bom tradutor, é no Soneto comparado pela circunstância de ser zarolho, com o contínuo das Escolas do Colégio de Santo Antão, ridicularizado pelos estudantes como *Cocles*. Manuel de Sousa entrou na *Arcádia Lusitana* na última camada de sócios, pelo que se infere de ajuntar ao seu nome esse título no frontispício da tradução da *História Antiga* de Rolin.

O *Ulpiano venal*, segundo as notas que acompanham o Soneto é o Dr. Jerónimo Estoquete, advogado em cujo escritório se reunia *Niceno*, para os seus actos jurídicos de compras de prédios, arrendamentos e escrituras de empréstimos. No processo da Inquisição de Lisboa contra *Filinto*, lê-se: «Foi seu professor António Félix Mendes, que a 3 de Julho de 1778, o acusou ao Santo Ofício, com os seus companheiros Jerónimo Estoquete e Manoel Coelho de Lima, de que todos estes três sujeitos estavam exercitados e instruídos na lição dos Livros proibidos... digo, de Livros de Filosofias modernas... que afectam seguir a Razão natural.» Neste depoimento do velho mestre de Latinidade, que então contava setenta anos, insinua-se que em volta dele, além de muito estimado pelo bispo Cenáculo, se reunia uma pequena Academia poética: «geralmente é reputado por homem douto, e que por esta razão é muito procurado por varias pessoas para conferirem com ele algumas obras que compõem, principalmente em verso..., e entre outras pessoas é frequentemente visitado por alguns religiosos do Convento de Jesus, maiormente por um religioso por nome Barroco.» (*Process.*, nº14.048). Referia-se a Fr. Plácido de Andrade Barroco, irmão do amigo intimo de *Filinto*, Sebastião José Ferreira Barroco, o *Albano*, que tanto galanteava *Alcipe*. Por esta referência, a Inquisição chamou Fr. Plácido Barroco a depor, declarando que vira uma tradução da tragédia *Mahomet* por *Filinto*.

Nesta *Guerra dos Poetas* apareceu uma Sátira, que nos manuscritos da época ora se atribui a Francisco Xavier Lobo ora ao Dr. Joaquim Inácio de Seixas:

Deixa amigo Bandeira de secar-nos
Co'a antiga locução áspera e dura.
Confessamos que tem graça e energia
Lida nos bons Autores que nos honram;
Mas as palavras são como a moeda,
O uso unicamente é o rei, que faz
Que elas valham e que ele quer que valham.
Como elas corram co'a presente marca,
Fazem outra vez viver as esquecidas.
Adopta embora as novas, funde as velhas,

Lima as informes, pule as escabrosas.
Enriqueça-se a língua portuguesa
Com prudente licença e boa escolha;
Porém, nunca vocábulos nos digas
Que arranhem o bichinho dos ouvidos.
Nem a todos concede a natureza
Como sucede a *ti e à tua seita*,
Orelhas de aço, tímpanos de bronze.

Vê-se que *Filinto*, *patrão da lancha* dos antagonistas da *Arcádia* era acusado de uma versificação dura; completo engano. São do mais belo lirismo os Sonetos, Canções, Madrigais e Odes que lhe inspirou *Dafne* (D. Maria de Almeida, depois Condessa da Ribeira), nesses anos das grades, outeiros e lições musicais no mosteiro das Albertas. Essas poesias só apareceram publicadas já no século XIX, poucos anos antes do falecimento de *Filinto Elísio*, perdidas em uma salsada de composições indigestamente compiladas por Solano Constâncio. Se um dia se imprimir um livro das poesias a *Daphne*, reconhecer-se-à um lírico do mais puro camonismo, sem ser imitador, porque viveu essa poesia, como os bons *abbés* do século XVIII. D. Leonor de Almeida era cortejada por Sebastião Barroco, e professava por *Filinto* a veneração que se tem por um alto espírito, e nas cartas a seu pai, o Marquês de Alorna, fala-lhe descrevendo o seu carácter, como quem responde a quaisquer observações paternas suscitadas por intrigantes invejosos das distinções de *Alcipe*. *Filinto*, como se vê pelo arrolamento dos seus bens, era rico, e com toda a humanidade acudia às meninas Alornas com auxílios pecuniários, não só para as suas necessidades domésticas, porque toda a Casa de Alorna estava em sequestro, pela sentença dos Desembargadores manobrados pelo Marquês de Pombal, mas também as presenteava com jóias, vestidos e toucados, que o Arcebispo de Lacedemónia queria impedir que usassem, e quase obrigando-as a cortarem os cabelos! Esta fase da vida de *Filinto*, de 1768 a 1778, é a mais radiosa da sua existência, a que ele podia aplicar o verso de Garrett: *ali foi um céu na terra*. Esclarece-se hoje esta fase pelas cartas de D. Leonor de Almeida, escritas a seu pai, que vêm intercaladas no estudo biográfico da Marquesa de Alorna pelo general Marquês de Ávila e Bolama. Deu-se uma certa sombra entre *Alcipe* e *Filinto*; o poeta, por ocasião da elevação da estátua equestre em 1775, aparece inesperadamente entre os *poetas da manada*, que escreveram Odes, Silvas e outra cascalhada enaltecendo a glorificação do rei D. José pelo Marquês de Pombal. *Alcipe* estranhou aquela bajulação pombalista da parte de um carácter tão filosoficamente independente. Ninguém sabe que pressões vergaram *Filinto* àquele acto; mas conhecidas as relações com que o distinguia o bispo de Beja D. Fr. Manuel do Cenáculo, também literato de polpa, vê-se que só o mestre do Príncipe D. José é que podia actuar sobre o presbítero para que escrevesse qualquer Ode. Ele também não via com bons olhos o militar hanoveriano, conde palatino de Oyenhausen, o *tolaz* militar fazer o seu pé-de-alferes a *Alcipe*, e escrevia para a Baía ao seu intimo amigo Barroco, que aí ocupava o cargo do Desembargador. Ia continuando a escrever Cançonetas em mimosos versos, que ele mesmo punha em música, a coisa que mais sabia além da latinidade, como de si próprio confessou, e que *Daphne* cantava, ensaiada pelo poeta. *Alcipe* reconheceu a situação forçada em que se vira *Filinto*, escrevendo-lhe uma epístola – *A respeito de uma Ode que lhe mandaram fazer, e fez ao Marquês de Pombal*:

Não te esqueças, *Filinto*, o acerbo caso

Lateja-me no peito um fogo intenso,
Se esperdiças as jóias do Parnaso
Dando ao tirano o teu sublime incenso.

Bem sei que as Musas quando vão contigo
Em cativo, aflitas, algemadas,
É por salvar-se do extremo p'rito
Que sofrem ver-se assim tão degradadas.

A Ode em que *Filinto* representa o rei D. José – do malévolo combate saiu radiante do *vencido assalto*, foi acordar no espírito do Marquês de Alorna a dor de todas as torturas e iniquidades sofridas pela família dos Távoras e pela desmembração da sua própria família em reclusão claustral, durante dezoito anos, e ele na escuridão da Bastilha da Junqueira. *Filinto Elisio*, tarde reconheceu a origem insistente da sua perseguição, que Sané consignou no estudo que escreveu: «A trama urdia-se a ocultas; *desvendou-se por uma circunstância tão pequena*, como essas ridículas pretensões literárias que outrora lhe suscitaram. *Ele teve uma discussão vivíssima com um personagem de alta categoria...*» Não declarou quem era este personagem, mas *Filinto* nos seus versos chama-lhe o *Naire*, nome que se dá aos javaneses que juram vingança até à morte, e em nota desvenda nas iniciais M. de A., o Marquês de Alorna.

Aberto os cárceres dos presos políticos depois de dezoito anos pelo falecimento do rei D. José, em Fevereiro de 1777, logo em 4 de Julho de 1778, viu-se *Filinto* forçado a fugir do modo mais dramático à garra do familiar da Inquisição de Lisboa, que o envolvera em um traiçoeiro processo, de que resultou imediatamente o sequestro de todos os seus bens móveis e imóveis. Esses momentos trágicos da sua fuga são emocionantes, mas mais terríveis são as tramas com que converteram o ávido poder inquisitorial em instrumento de rancorosos ódios pessoais. Serviram-se do estado de demência senil de sua mãe Maria Manuel denunciando o próprio filho. *Filinto* o autentica em uma Ode:

*Nova Megera, ao filho que gerara,
Deu (quem pensá-lo pôde!) o duro golpe
C'o braço novereal, c'o hervado alento,
Bafejou-lhe a inocência.*

Em nota à frase – hervado alento – esclarece o poeta: «Induzimentos do seu Confessor, que lhe intimou revelações de uma freira da Madre de Deus, que vira no inferno numa cadeira de braços de ferro em brasa, que me esperava.» (*Obr.*, t. IV, p. 146). E em uma Ode a Billing refere outra vez a denúncia da mãe:

Eu, da calúnia e inveja alvo patente,
No seu bojo aparei ódio de frades,
Angustias, perdas, ameaçados fogos,
E a novereal Megera!

Em uma Ode ao seu aniversário em 23 de Dezembro de 1779, na desolação de Paris, vendo mais a claro os seus desastres, alude a mais dois personagens cooperadores

poderosos.

Maldito o Bonzo e mais maldito o *Naire*
Que, caluniosos urdiram o meu desterro,
Malditíssimo o estúpido fanático
Que encomendou a queima.

(*Ib.*, p. 150)

O *Naire* personifica o Marquês de Alorna, cujo nome revela nas iniciais da nota à Ode comemorando passados oito anos a sua fuga em 4 de Julho de 1778, descrevendo a saída da barra:

Vê no monte os amigos que derramam
De prazer, de saudade muito pranto,
Vê a masmorra, o *Delator raivoso*
E os verdugos mordendo
As mãos, a que magnânimo reparte,
Vê a feroz calúnia
Que nos teus bens se vinga.

(*Id.*, p. 192)

Em nota à frase *Delator raivoso*, pôs em iniciais O M d'A, que se lê *O Marquês de Alorna*, como se comprova por testemunhas directas. Eis o personagem de alta categoria, caracterizado por Sané, que acrescenta: «Francisco Manuel tinha prodigalizado a este indivíduo as mais activas consolações em uma época em que ele incorrera na desgraça do Príncipe e na de um ministro onnipotente. Este fidalgo, de um carácter pouco nobre, julgando-se ferido no seu orgulho, concebeu baixas ideias de vingança. Os inimigos de Francisco Manuel alentaram as paixões *deste ingrato* e incendiaram-lhe o rancor, e tendo readquirido outra vez as graças fez-se o indigno instrumento de suas maquinações. Carregou de falsas acusações um súbdito submisso, caluniou a sua religião, influiu na soberana actuando nos seus escrúpulos, e servindo-se da mão régia para vibrar o golpe mais inevitável e o mais mortal. A Inquisição, fortalecida com o assentimento régio, não guardou mais atenções.» (Sané, *op. cit.*, p. XIII). Costa e Silva conheceu e aludiu a estes factos; e o Dr. Paulo Midosi, nas *Cartas ao Compadre Lagosta* (algunha do P.^e José Agostinho de Macedo) é bem explícito: «Os mesmos vampiros (*os Padres tristes*) por satisfazer um *Naire*, (o Conde: ler *Marquês de Alorna*) a quem ele *na sua desgraça sustentara e que então fechara os olhos nos amores dele com sua filha*, estiveram a ponto de empolgar Francisco Manoel do Nascimento, que foi acabar pobre e desvalido em França, confiscados seus bens na pátria, a quem dera tanta gloria em seus escritos.» (*Carta 10^a*. Ms. hoje na Acad. das Ciências, por doação de H. Midosi).

No *Ramalhete* (t. IV, p. 101), narra Costa e Silva este caso: «Este *Naire* (é o nome com que Francisco Manoel o designa em seus versos) talvez cioso de honra, talvez afrontado de que a família tivesse sido socorrida por um plebeu, quis perder o poeta, e para este fim usou de manejos verdadeiramente aristocráticos. Foi-lhe fácil achar um frade, o instrumento de que precisava. Um franciscano, confessor e director espiritual da

mãe do poeta, que era uma mulher crédula e supersticiosa (*a peixeira de Ilhavo*) – fazendo persuadir a pobre velha da visão de uma freira grila, lhe fez crer que o único meio de salvar o filho estava em ela própria o denunciar ao Santo Ofício.» Tendo *Filinto* fugido em 4 de Julho de 1778, e imediatamente confiscados os seus bens, a velha mãe e seu marido foram postos na rua por expulsão inquisitorial, e por informação de 23 de Março de 1779, se lê: «os ditos pais Manoel Simões e Maria Manoel vivem, *ele se acha cego e pedindo esmola... e a mãe se acha com pouco juízo* em casa de uma afillhada.» Os bens que formavam o património do clérigo, feito pelo Patrão-mor, estavam na posse de uma sobrinha deste.

Depois de ter escapado às garras dos Familiares, esteve *Filinto* escondido por casas de amigos, indo embarcar em Paço de Arcos, no navio *Nicolau Jorge*, em que também ia foragido Félix de Avelar Brotero, o criador da *Flora portuguesa*. A 13 de Agosto de 1778 chega a Paris. A Inquisição procura atraí-lo a Portugal, como fizera no século XVII com Manuel Fernandes Vila Real, queimando-o; mas *Filinto* preferiu ir amparando a vida com algumas lições de Português. Todas as tentativas para lhe restituírem os seus bens foram baldadas, porque o Marquês de Alorna, até 1803, em que faleceu, actuou incessantemente: na Rainha até 1792, em que irrompeu a sua loucura, e depois no Príncipe Regente, que não tinha vontade própria e os ministros sempre aristocratas eram pelo ódio do Alorna, e sabiam que Francisco Manuel tivera sempre boas relações com o Dr. Paulo de Carvalho, tio do Marquês de Pombal, e com o ministro da Marinha, Francisco Xavier de Mendonça, irmão do poderoso favorito. Os pequenos valores que pôde trazer consigo de Portugal foram perdidos com a falência do banqueiro Jullien. Os grandes sucessos que se passavam no mundo, a Revolução da América inglesa e os pródromos da Revolução francesa não passaram indiferentemente, reflectindo essa emoção nos seus versos. António de Araújo, embaixador na Holanda, convidou-o para ir para a sua companhia, como secretário particular. *Filinto* foi com todas as dificuldades do transporte. O clima da Holanda, húmido e sombrio, minava de uma tristeza nostálgica a sua natureza de meridional. O embaixador facultava-lhe a sua valiosa colecção de livros portugueses; mas tinha pretensões literárias e uma delas era fazer uma tradução de Horácio em versos portugueses. *Filinto Elísio*, que era a alma transmigrada da corte imperial de Augusto para o século XVIII, achava falhas e muita ganga no estilo venasiano. As reflexões, os retoques, as emendas, as substituições não agradavam à pretensão de António de Araújo, e uma atmosfera de antipatia com a tristeza de Holanda fizeram regressar o poeta para a sua livre indigência em 1797, de Paris. Com o falecimento do Marquês de Alorna em 1803, ainda teve esperanças de regressar a Portugal, mas esse sonho desvaneceu-se ante a indiferença do meio oficial, mais pela sátira de D. Catarina Micaela de Sousa, esposa do ministro intrigante Luís Pinto de Sousa, que era hostil a António de Araújo. Ele ressentiu-se intimamente que a Condessa de Oyenhausen ao passar por Paris para Londres, não lhe desse notícia da sua passagem. Ela tinha consciência da ingratidão com que seu pai promovera a ruína do homem que mais elevara o seu espírito na cultura humanista. De Londres manda-lhe a sua tradução da *Poética* ou Epístola de Horácio aos Pisões, por sua filha a Condessa da Ega. Nas Cartas, que *Filinto* lhe escreveu, mantém o culto respeitoso e admirativo da época de Cheias. Ele saúda com entusiasmo o aparecimento de um astro novo na poesia portuguesa. Bocage, ao ler os calorosos versos de *Filinto*, exclama na sua resposta: «Zoilos, tremei! Posteridade, és minha.» E sofreu pouco tempo depois o golpe da morte prematura daquele génio excepcional, em 1805. Com a ideia de auxiliar o desgraçado poeta, que não saía à rua por não ter nem calçado, imprimia pequenos folhetos com poesias avulsas que mandava para Lisboa aos amigos, que pela venda lhe enviavam algum dinheiro. Lamartine, um dos renovadores do lirismo romântico, foi seu discípulo

da língua portuguesa, delicado pretexto de socorrê-lo, e dedicando-lhe uma elegia, que é uma jóia na coroa de Filinto. As traduções dos *Mártires* de Chateaubriand, aumentando a sua beleza pela forma versificada, e a tradução do poema *Oberon* de Wieland, tornaram um verdadeiro precursor do gosto e época do Romantismo em Portugal. Ele vaticinou a queda e extinção da Inquisição; não teve o prazer de ver realizada a sua previsão, pela Revolução de 1820, falecendo em 25 de Fevereiro de 1819, com oitenta e cinco anos, tendo assistido à publicação das suas Obras completas, material acumulado para dar belos volumes, quando lhe for feita uma edição crítica.

Filinto desenha a traços lancinantes a implacável miséria em que vivia em Paris, em 1799, aos sessenta e cinco anos: «*desvalido e só, vivendo em Paris como num descampado, embrulhado no manto da pobreza, e diante dele todos os cuidados da vida – as lembranças do passado, e mais que tudo a seca melancolia – sem me poder valer de outra arma que da pena...*» Fazia tradução de tragédias francesas, escassamente pagas. Em 1804, em nome do Príncipe Regente, encomendaram-lhe a tradução em português do livro *De Rebus Emmanuelis*, do bispo D. Jerónimo Osório. A obra é uma inferior narrativa retórica de falso estilo ciceroniano. *Filinto* pô-lo em português castiço, e ficaram de lhe pagar o trabalho, quando as despesas na Imprensa Régia estiverem pagas pela venda da obra. Nunca recebeu um ceutil pela sua fadiga. As tristezas íntimas tomaram um maior relevo com as desgraças que sobre Portugal caíram: a invasão das hordas napoleónicas, tendo o Príncipe Regente preparado a fuga para o Brasil, antes da chegada do Junot. Quem, na corte do Rio de Janeiro, que fazia contínuos saques de dinheiro do espoliado Portugal, atenderia a voz do velho clamando pela sua justiça? Ele, pelos emigrados portugueses, que fugiam ao draconiano Beresford para França, ouviria a narrativa do enforcamento do heróico general Gomes Freire. Todas essas amarguras lhe encheram as medidas da aniquilada existência durante o ano de 1818, vindo a expirar em 25 de Fevereiro do novo ano. Não viu a aurora do ano de 1820, da Revolução do sul da Europa, Portugal, Nápoles e Grécia moderna; mas a sua sepultura no cemitério de Père La Chaise, começou a ser visitada como um altar da Pátria, e aí se foram fortificar nos seus desalentos, os grandes renovadores do génio nacional, o pintor Sequeira, o compositor Bontempo, e o poeta Garrett. Aí tinha *Filinto Elísio* a sua consagração; mas, um prurido patriótico, fez que oficialmente, em 1842, quando irrompia o Cabralismo, marca do Coburgo real-consorte, os ossos do poeta fossem importados «e aqui esperaram catorze anos, (1856) que lhe abrissem uma cova no cemitério do Alto de S. João anteposta a um insignificantíssimo anonimato». (Camilo, *Curso de Lit.*, p. 209).

§ III

O Negativismo enciclopedista e a explosão temporal da Revolução

A convulsão contínua, em que desde o século XII, se organiza a sociedade moderna, chegou ao seu termo, no fim do século XVIII, pela explosão temporal da Revolução francesa. É lógico esse percurso determinando-lhe as causas. A organização da sociedade moderna foi iniciada pelos jurisconsultos do fim da Idade Média, que fundaram a *igualdade civil*, a lei igual para todos, ou como lhe chamaram os gregos a *isonomia*. Atacando a prepotência dos barões feudais, ou a organização senhorial, que

se impunha pela influência arbitrária, procuraram estabelecer a lei explícita que formulando as garantias locais ou fazendo renovar as leis romanas, como norma prescrita a que se subordinavam as vontades. Assim fortificavam a vida das populações trabalhadoras dos campos e dos burgos, e formaram o poder real tomando do imperialismo romano as prerrogativas soberanas. Acordava a consciência da individualidade, proclamada nos cantos vulgares. *Nous sommes hommes comme ils sont*, que suscitava estes movimentos revolucionários das comunas, que deram em terra com a desigualdade feudal. Era o grande facto da obra que fundava a ordem na estabilidade do direito; o Terceiro Estado ou a existência jurídica do proletariado tomou-se a condição para o desenvolvimento de um poder central, a quem convinha reconhecer e manter o natural princípio da *Igualdade civil*.

Esse poder era a Realeza, definindo-se, tornando-se independente, como elemento ponderador entre o poder católico-feudal e o povo, ou a totalidade da nação. Estabelecida a hereditariedade dinástica e o patronato da coroa, independente do feudalismo e igreja, a Monarquia impôs-se como *absoluta*. O trabalho dos Jurisconsultos coadjuvara esta ditadura monárquica pela renascença erudita do Direito romano, copiando os direitos reais, e pela tradição histórica da *Monarquia universal*, utopia mórbida, que predominou no século XVI.

Preocupados exclusivamente com a noção jurídica da *Igualdade civil*, os jurisconsultos abandonaram o outro elemento orgânico do individualismo humano, a *Liberdade política*, ou autonomia, na justa expressão do génio grego, que teve a noção nítida deste elemento imprescindível de todo o progresso, realizado na Civilização helénica. Deste abandono resultou que as Repúblicas da Idade Média e as Comunas foram caindo pela absorção do poder monárquico, e por último, a mesma *Igualdade civil* ficou exposta aos caprichos da graça régia e do arbítrio irresponsável. O Protestantismo, acordando a liberdade de consciência, induziu o espírito crítico para a discussão dos poderes políticos, e essa expansão doutrinária ou teórica avançava para uma explosão temporal. O que se não fez pela força da tradição e evolução histórica, completou-se pela especulação filosófica e pelas aspirações sentimentais que inspiraram os literatos. É por isso que o problema da *Liberdade política* pertence ao século XVIII, ao século dos Enciclopedistas, que satisfazem a necessidade do saber geral, a *clarté de tout*, esse poder do génio individual. Esse espírito brilha nos literatos como Voltaire e Rousseau, e nos filósofos, como Montesquieu, Diderot, Condorcet e Turgot, vindo as revoltas comunais a encontrar o seu complemento decisivo no grande fenómeno, acidentalmente local, da Revolução francesa.

Em Portugal tinha-se vindo da vida local, pelos *Forais* e *Beetrias*, para a lei civil geral das Ordenações de D. Duarte e de D. Afonso V, no século XV; trabalharam nesse movimento da reorganização social moderna os grandes jurisconsultos codificadores João Mendes, Rui Fernandes, Rui Boto e João Façanha. Mas a ditadura monárquica manuelina atacou todos os elementos da liberdade política, e só no meado do século XVII é que Velasco de Gouveia, afirma o princípio da *Soberania nacional*, base de toda a liberdade política, para justificar a Revolução de 1640, que restabeleceu a autonomia de Portugal. A dinastia dos Braganças mentiu ao seu mandato, atribuindo a sua soberania à *graça de Deus*, e portanto irresponsável no seu absolutismo. O nosso século XVIII não teve filósofos, e os literatos eram imitadores banais de cânones retóricos provindos de épocas de decadência clássica, estavam submetidos a três censuras, inquisitorial, episcopal e real, bajulando todos os poderes que os aliciavam ou abafavam com a razão de Estado. Os raros espíritos, que no meio do horror oficial do *Filosofismo*, conheceram as doutrinas dos Enciclopedistas e dos Fisiocratas, calaram-se com o terror da repressão policial, ou emigraram de Portugal, ainda antes do mandarínismo da

Intendência do terrível Pina Manique, que fechava os portos à entrada dos livros franceses, mandando-os apreender nas lojas dos livreiros Borel, Roland e Semiod, mandando queimar na praça pública pela mão do carrasco os livros heterodoxos em política e religião, ou devassando mesmo as livrarias particulares, como a de Fr. Joaquim de Santa Clara. Bocage era preso por se lhe encontrarem *papéis sediciosos*, meras poesias filosóficas, e os livros que vinham do estrangeiro para o Duque de Lafões, eram examinados na Alfândega, e o fundador da Academia das Ciências de Lisboa, denunciado como sectário do *filosofismo*, apesar de ser tio da rainha D. Maria I. O sentimento ou manifestação de *liberdade política* era duramente abafado como *ideia francesa* e *Filosofismo*. Desde a Renascença, em que fomos a par com a civilização europeia até ao primeiro quartel do século XIX, Portugal resvalou em uma deplorável decadência, pela apatia mental, mantida por todos os modos de sofismação da *liberdade política*. O próprio Marquês de Pombal, que deve a sua iniciativa ministerial às ideias económicas, era um *regalista* tão exaltado que castigava com o cárcere a arbítrio quem ousasse exercer o natural direito de representação. Este terror das ideias não era privativo da sociedade portuguesa; mesmo em França, o trabalho de reorganização mental fizera-se secretamente. A influência que a liberdade de pensamento exerceu sobre os fenómenos políticos, em todos os países, no século XVIII, começou a exercer-se em uma associação de alguns livre-pensadores, denominada *Club de l'entre sol*, que assim descreve o Marquês de Argenson, em suas *Memórias*: «Era uma espécie de clube à inglesa, formado de indivíduos que gostando de discursar sobre os acontecimentos, podiam reunir-se e comunicar sua opinião, sem terror de se comprometerem, pois se conheciam bem uns aos outros, e sabiam bem com quem e diante de quem falavam. Esta sociedade chamava-se o *Entresol* (sobreloja), lugar onde se reunia, que era a sobreloja em que habitava o abade Allary. Ali se achavam sempre gazetas de França e de Holanda, e mesmo jornais ingleses.» Nas suas *Memórias* dá Argenson notícia histórica desta associação iniciadora da primeira escola dos Economistas franceses e dos próprios Enciclopedistas; muitos dos seus membros eram altos funcionários da política e do clero; basta porém citar o nome desse extraordinário evangelizador do Projecto da *Paz universal*, o Abade de São Pedro, para que iluminasse a norma da elaboração mental que se estava fazendo nos espíritos que precederam Montesquieu e Rousseau. Era a incubação da sociedade europeia inclinada para o problema da *liberdade política*, mesmo sem o contacto com esta nova corrente da crítica, da filosofia e da literatura; em Portugal manifestam-se caracteres altamente salientes, como Jacob de Castro Sarmiento indicando o *Novum Organum Scientissime* de Bacon a D. João V, revelando-lhe uma das fontes do espírito moderno, para o faustoso rei orientar as suas reformas literárias, ou no Dr. Ribeiro Sanches, um dos iniciadores da Antropologia, dando elementos científicos a Buffon, e comunicando ao Marquês de Pombal as bases para as reformas científicas da pedagogia portuguesa, e pelas suas descobertas celebradas por Vic d'Azir, um dos fundadores da fisiologia moderna. Em Portugal tê-lo-iam queimado. Mais tarde, quando as ideias filosóficas se acentuavam, começou uma reacção tremenda, primeiro pelo esperançoso príncipe D. José, o amigo de José II e do Duque de Lafões, morto misteriosamente depois de ter revelado a lord Beckford as suas opiniões *pombalistas* e as ideias filosóficas; José Anastácio da Cunha arrastado da sua cátedra de matemática para a Inquisição, ou também Félix de Avelar Brotero, Filinto Elisio, José Correia da Serra, secretário-geral da Academia das Ciências, procurando refúgio expatriando-se.

Apesar da sua grande e poderosa iniciativa, Pombal não pôde actuar sobre o desenvolvimento da Literatura, porque expungiu o sentimento da liberdade política pelo seu exagerado regalismo, com que mascararia a atroz ditadura ministerial. O que inspirou os génios superiores da literatura do século XVIII, e os fez em relação à

independência da sociedade os verdadeiros cooperadores dos Filósofos e continuadores dos Jurisconsultos da Idade Média, só penetrou em Portugal com o regresso do Duque de Lafões, fundando a Academia das Ciências, a qual chegou a comemorar com veneração a morte de d'Alembert, o autor da síntese-prólogo da Enciclopédia. A Academia era observada com hostilidade pelas classes conservadoras, que a consideravam como propagadora das *ideias francesas* em Portugal, e despedida da sala do palácio das Necessidades, onde celebrava as suas sessões, não tendo então subsídio oficial, nem a chancela de *real*. Em Portugal reflectiram-se todos os abalos da reacção contra a grande Crise; depois da perseguição de Correia da Serra e do falecimento do Duque de Lafões, a Academia perdeu a consciência e a coragem da sua missão sintética.

A falta de compreensão da continuidade histórica assim como fez que a Idade Média renegasse a dependência da Civilização heleno-romana, levou a Renascença a por seu turno renegar e desprezar a Idade Média, como bárbara e indigna de estudo; igual contra-senso actuou na mente dos filósofos do século XVIII, que no seu negativismo revolucionário, desprezaram as duas grandes épocas da história moderna, Idade Média e Renascença, ficando desorientados sem o critério da continuidade. Renegando conjuntamente as duas bases da Civilização moderna, regressavam à Natureza, entidade que nem mesmo compreendiam. Procurando entrar em uma fase de organização remontavam em tudo à simplicidade da Natureza.

O *Contrato social* de Rousseau é absurdo em colocar os homens das cavernas a codificar os progressos gradativos de cinco mil anos. No seu *Emílio*, Rousseau funda um sistema de educação natural, ante este negativismo doutrinário: «A literatura e o saber do nosso tempo, tendem muito mais para destruir do que para construir.» Os fenómenos sociais mais importantes são subordinados a essa entidade, que os complica, pela fantasia literária e metafísica, como Religião *natural*, Direito *natural*, Razão ou lógica *natural*, e até as Ciências cosmológicas e biológicas se denominam ainda *Ciências naturais*. Neste fervor de contemplação subjectiva, a Natureza deu os temas poéticos da literatura do século XVIII, que se desentranhou em poemas didácticos, sem gosto nem vida, género parasitário do pseudoclassicismo francês de Delille, Castel, Chenedolé, Esnenard, Lebrun, Luce de Lancival, Campenon; os imitados ou traduzidos pela Marquesa de Alorna, Bocage, Nolasco da Cunha, José Agostinho de Macedo, Costa e Silva e Mouzinho de Albuquerque.

A decomposição do regime católico-feudal, que dirigiu pelo racionalismo a transição afectiva da Idade Média, chegou à crise violenta da Revolução francesa. A manifestação foi local, mas pela generalidade da crise a todo o Ocidente, é que os Reis, como José II, e ministros como Pombal, Aranda e Choiseul cooperaram pondo em acção as ideias; por este impulso, a crise revolucionária encontrou eco em todas as nacionalidades da Europa. A Revolução francesa, ficou assim chamada pelo lugar da explosão; mas é organicamente de toda a Europa, que ainda está tirando as suas consequências. Em Portugal, Pina Manique, um magistrado autoritário por officio, fez da Intendência-Geral da Policia, instrumento para por todas as violências obstar à propagação das notícias da Revolução que se passava em França, e denunciava a presença de um convencional Brussonet, refugiado na Academia das Ciências por permissão do Duque de Lafões. Perdia a cabeça ao ouvir cantar em botequins as Canções francesas, chegando um grupo de populares a cantarem o *Çà ira*, debaixo das janelas do paço real. Espionava com furor a propaganda dos livreiros franceses, que espalhavam exemplares da Constituição da República. O teatro, que servira sempre para entreter o espírito burguês, afastando-o do interesse das questões públicas, agora era o veículo das ideias revolucionárias. Entrava-se em um mundo novo.

Academia das Ciências de Lisboa. – Na grande reforma pedagógica da instrução superior de 1772, compreendeu-se a insuficiência do ensino universitário, fechado no quadro docente das Faculdades, quando as descobertas modernas traziam novas conclusões, que revolucionavam as doutrinas estabelecidas; no reconhecimento do espírito dogmático e conservador das Universidades, os diligentes reformadores planejaram uma Congregação trimestral das Faculdades científicas para a ratificação dos factos novamente adquiridos, conjugados com os elementos doutrinários dominantes. Não se realizou esse pensamento, pela terminação da acção ministerial do Marquês de Pombal. Essa função crítica pertencia especialmente às Academias, fundadas em França e Inglaterra no século XVIII; a Congregação das Faculdades científicas não podia ter essas iniciativas críticas e renovadores. Essas Academias obedeciam na sua fundação a um novo espírito científico, claramente revelado por Bacon quando mostrou que era necessário dar aos materiais científicos a luz sintética. Assim mostrou como os fenómenos sociais de línguas, literaturas, Artes, Religiões, Instituições sociais, políticas, económicas e industriais, eram elementos de ordem moral tão importantes como os fenómenos cosmológicos, e portanto, ciências especiais que só se compreenderiam no conjunto pela generalização. Esta moderna ideia sugere a Vico a concepção da *Ciência Nova*, que era a coordenação do variado saber dos eruditos, tendo em vista o seu destino e condição filosófica. Por esta aliança dos conhecimentos enciclopédicos com a Filosofia, é que a velha erudição humanística de Curiosidades ou Amenidades banais, do meado do século XVII por diante a Erudição se transformou em Filologia. As Academias foram este organismo de generalização e de síntese. Uma Academia sem o espírito dirigente de um bom Secretário perpétuo, cai na estreiteza das memórias especiais das monografias, confina-se no pedantismo livresco, incapaz de acção social. Nesta actividade especializada ou sintética se concentra toda a história das Academias. No fim do século XVIII, na agitação de novas ideias e de generosos ideais, Portugal só podia participar da marcha da civilização pelo impulso de uma Academia. Isto ilumina o aparecimento da *Academia das Ciências de Lisboa* em fins de 1779. O filósofo Fichte compreendeu em 1812 o poder de um tal recurso intelectual, quando expôs à Alemanha devastada e impotente pela incoerência dos espíritos, a necessidade de uma fundação que vivificasse os elementos espirituais daquele seu marasmo ante a orgia militar napoleónica. Fichte renovava a ideia de Leibnitz, que um déspota retardou até à fundação da Academia de Berlim, por Frederico II. Um carácter nacional é o elemento primário destas instituições, na sua urgência imediata; mas como o mais elevado factor pedagógico, a Academia moderna, tinha de ser o quadro da sistematização dos Conhecimentos científicos. Essa realização tornou-se fácil e necessária depois da introdução de D’Alembert na *Enciclopédia*. O seu alto espírito soube conciliar as Classificações subjectivas das ciências com a classificação histórica, que foi levada à perfeição por Comte, que evidenciou o estado de *positividade* a que chegara cada ciência na evolução das sociedades antigas, como a Matemática, a Astronomia e a Física, e na civilização moderna o seu complemento teórico, na Química, ciências de organização (Biologia) e morais e políticas (Sociologia). Como este segundo grupo de ciências se desenvolveu, a começar do século XVII, é justamente nesse século que se estabelece o novo tipo das Academias fundadas em Inglaterra e França, propagando-se por os outros povos cultos.

A reforma pombalina da Universidade de Coimbra de 1772 reconheceu a necessidade desta orientação académica, incompatível com o ensino universitário essencialmente dogmático em lições concretas destinadas a um fim exclusivo, a habilitação; para vencer este óbice, projectou-se a Congregação geral das três Ciências naturais. Foi inexecutável o intento, porque de 1772 a 1779 não se redigiu essa Parte IV

dos Estatutos. Fora da Universidade é que poderia ser realizado o pensamento de uma Academia moderna, que dirigisse a regeneração nacional, e portanto com uma orientação sintética. E interessantíssima esta origem da *Academia das Ciências de Lisboa*, sendo o seu brilho alcançado quando os seus dirigentes tiveram a compreensão do critério sintético. Os primeiros esforços partiram dos dois lentes da Universidade, Vandelli e Visconde de Barbacena, que actuaram sobre o espírito de Correia da Serra, que obteve a influência absoluta e decisiva no meio oficial e palatino do Duque de Lafões.

A Universidade estava entregue ao governo do boçal Principal Mendonça, ao serviço da reacção antipombalina. Era impossível formar a Congregação geral das Ciências. De Lisboa, escrevia o Visconde de Barbacena ao Dr. Domingos Vandelli acerca dos Doutores Filósofos (naturalistas): «A nossa *Sociedade* poderia ser bem suprida pela *Congregação geral das Ciências*, que se intenta fazer em Coimbra; mas receio que este estabelecimento se não execute tão cedo.» Para norma da nova Academia, Vandelli remeteu-lhe os Estatutos da *Sociedade Científica de Londres*; Barbacena escrevia-lhe: «A nossa *Sociedade* não me esquece, e já cuido em convidar os primeiros sócios, porém, a sua abertura não se fará sem V. S.^a vir, e para esse tempo espero que tudo esteja pronto. Queira V. S.^a ir fazendo lembrança das cousas mais necessárias, em que a *Sociedade* deverá primeiro ocupar-se e dos assumptos dos primeiros prémios.» Estas cartas eram de 1778 e em carta de 27 de Maio, escrevia: «todo o principal trabalho me parece estar pronto, porém confesso a V. S.^a que com tudo isto sinto dentro em mim uma tal frieza, causada não sei se pelo estado das cousas, se pelas poucas luzes da Nação, sobre as matérias que fazem o nosso objecto, que me não tenho com animo a pôr-lhe a ultima mão.» Barbacena sofria o colapso da grande crise intelectual que se passava na dissolução do regime católico-feudal. Esta frieza resultava das contrariedades que surgiam contra a Academia: em Ponte de Lima inaugurou-se em 8 de Maio de 1779 uma *Sociedade económica dos Amigos do Bem público*, com sua sede no palácio do Visconde de Vila Nova de Cerveira, onnipotente ministro. O vaidoso fidalgo, para dar a preponderância à associação da sua terra, embaraçava com os seus conservantismos a criação da *Academia das Ciências de Lisboa*. Em uma carta do P.^e Teodoro de Almeida para um dos fundadores da Sociedade Económica de Ponte de Lima, alude a estas dificuldades, que tanto alquebravam o Visconde de Barbacena. Escrevia o P.^e Teodoro de Almeida para Ponte de Lima: «se com efeito levamos avante uma grande empresa em que andamos de formar na Corte uma *Academia Real das Ciências*, como bom seria que nos Estatutos mutuamente nos ligássemos, para nos ajudarmos mutuamente. Ha grandes dificuldades, como sempre em tudo que é bom; contudo, temos esperanças que se desvanecerão. – Tenho demorado a resposta, imaginando que pudesse nela dar essa alegre noticia da fundação da *Academia*; porém ainda não pode ser. Ainda que esse segredo ainda se quer guardar até ver o que sai, para uns sócios tão merecedores não o deve haver. Lástima má, que tão bons princípios caíam por terra;...» Este segredo era o recurso achado para vencer o cabeçudismo do Visconde de Vila Verde que embaraçava as primazias gloriosas de Ponte de Lima, e o esperado regresso do Duque de Lafões a Lisboa, realizado em Janeiro de 1779, tendo vindo José Correia da Serra, de Serpa à capital para saudar o seu grande e generoso amigo. Estava-se em um momento crítico, em que o êxito dependia das mais cautelosas reservas.

Importa consignar aqui alguns traços biográficos deste vulto superior. José Correia da Serra nasceu em 6 de Junho de 1750 em Serpa (Alentejo) sendo seu pai o Dr. Luís Dias Correia, médico pela Universidade de Coimbra, e D. Francisca Luísa da Serra. Como seu pai saiu para Roma em 1758, com sua família, o filho seguiu ai os estudos,

revelando logo uma grande precocidade. Os seus interesses mentais foram o conhecimento da Botânica e das línguas francesa, inglesa, alemã, grega e latina, a portuguesa e italiana, que lhe eram nativas. Ao tempo destes seus estudos, o Duque de Lafões visitou Roma e conviveu com o Dr. Luís Correia, tendo ocasião de conhecer de perto a criança inteligente e dócil, o que o levou a pedir ao pai para levá-lo em sua companhia na excursão que ia fazer pela Itália e Alemanha. Foi incomparável o efeito destas excursões, recebendo as maneiras distintas do Duque e o alargamento da sua intelectualidade, pelo horizonte que se lhe abria. Duraram um ano estas viagens, voltando a terminar os seus estudos, graduando-se em cânones e seguindo a clericatura, como o bom tipo do Abade do século XVIII. Assim se estabeleceram as circunstâncias para a criação da Academia.

Para o acto solene da aclamação de D. Maria I, D. Francisco de Lemos, reitor-reformador da Universidade de Coimbra, veio oficialmente a Lisboa, e durante os meses em que se demorou na corte, percebendo a corrente de reacção que se estava formando contra a reforma universitária, escreveu uma longa *Relação geral do estado da Universidade de Coimbra* desde 1772 (da nova fundação) a Setembro de 1778. Neste quadro valiosíssimo para a nossa história pedagógica em Portugal, mostra que as três Faculdades de *Matemática*, de *Filosofia Natural* (Astronomia, Física e Química) e *Medicina*, careciam que se estabelecesse uma quarta Faculdade com o titulo de *Congregação Geral das Ciências*, para o adiantamento, progresso e perfeição das Ciências naturais, cuja organização viria a formar a Parte IV dos Estatutos da Universidade. Este trabalho não chegou a ser realizado, por complicados sucessos; mas ficou manifesto o intuito dos reformadores, que bem reconheceram que o ensino das Universidades carecia de ser ampliado nas novas *Academias*. D. Francisco de Lemos frisa o problema fundamental da natureza improgressiva das Universidades: «que todas estas ciências se aperfeiçoam cada vez mais e se enriquecem com descobrimentos novos, que logo devem incorporar-se nos respectivos cursos das lições publicas, – tem mostrado a experiência que as Universidades nem tem infelizmente promovido estes conhecimentos, nem tem recebido com a prontidão necessária os descobrimentos que de novo se tem feito em todas estas Ciências, porque sendo destinadas ao Ensino publico, se julgam limitadas a um curso de lições positivas e só trabalham e se ocupam em conservar e defender as que uma vez começaram a ensinar, com grande prejuízo do Bem publico e do adiantamento das Letras.» (*Relaç. Ger.*, p. 61). Isto foi confirmado por um facto capital, quando em 1872 a Universidade de Coimbra celebrou o Centenário da fundamental reforma pombalina, as Comemorações das Faculdades nos seus relatórios afirmaram com orgulho que a obra do grande ministro se mantivera intacta.

D. Francisco de Lemos, não vendo realizável em 1777 a Congregação geral das Ciências das três Faculdades, lembra o grande influxo das *Academias* em Inglaterra, França e até na Rússia, aludindo ao que «se tem praticado e pratica nas *Academias mais conhecidas da Europa*, melhorando os conhecimentos adquiridos e adquirindo outros de novo, os quais logo se fizessem passar aos cursos respectivos...» A experiência das outras nações da Europa não nos deixa duvidar já do sucesso. A quem deve a Inglaterra a sua opulência e o florescente estado das suas Artes da Paz e da Guerra senão à *Sociedade Real de Londres* e à *Academia Real das Ciências*? A quem devem os mais Estados o melhoramento e vantagens, que todos os dias vão recebendo em todos os objectos do seu Governo, senão às muitas *Sociedades* e *Academias* que nelas se tem instituído à semelhança das de Paris e Londres? «Quase em nossos dias, ainda estava ao Norte da Europa um vasto país submergido nos horrores da barbaridade, a Rússia. Quis Pedro-o-Grande introduzir as instituições políticas, civis e militares, que pessoa alguma

tinha observado nas regiões do Meio Dia. Que medidas tomou? Levantou-se a *Academia de Petersburg* e tudo foi feito.» (*Ib.*, p. 63).

O austero reitor-reformador, que salvou a Universidade da reacção boçal do novo reinado, chegara a este perfeito julgamento pelos esforços que empregavam os dois lentes de Matemática e Astronomia, Visconde de Barbacena e Vandelli, para realizarem a instituição de uma *Academia de Ciências*. Importa conhecer este facto sobre que assentou a influência de Correia da Serra actuando no ânimo do Duque de Lafões, que dispunha do máximo valimento palatino. Em 1771 o Dr. Luís Correia regressou a Lisboa, por negócios de família, e achando influências favoráveis para o filho, que se ordenara de presbítero em 1773, chamou-o a Portugal, por 1776; a viagem foi demorada por falta de navio, e só pôde chegar a Mértola em 29 de Novembro de 1777. Cessara o poder do Marquês de Pombal e seu pai falecera. Demorou-se em Beja junto do erudito Bispo da diocese D. Fr. Manuel do Cenáculo, que mantinha um certo fervor literário, a que se acolhera *Filinto*. Depois de rainha D. Maria I, o Duque de Lafões pôde regressar a Lisboa e readquirir a antiga simpatia da princesa, de que Pombal o afastara. Em 3 de Janeiro de 1779 chegava a Lisboa o Duque de Lafões, e os iniciadores da *Academia* viram nele o único e poderoso influxo para se realizar esse pensamento. Correia da Serra, pela intimidade com o Duque, é que podia convencê-lo a conceder a sua excepcional influência; chamaram Correia da Serra a Lisboa, obtendo da clara inteligência do Duque a aquiescência, e em Agosto de 1779 realizava-se no palácio de Queluz a primeira reunião preparatória. Era este êxito o trabalho que estava *em segredo*, de que fala o P.^o Teodoro de Almeida a um consócio da *Sociedade económica* de Ponte de Lima.

Durante vinte e dois anos estivera D. João Carlos de Bragança afastado de Portugal, vivendo sumptuosamente nas cortes de Viena, de Londres, Paris e Roma, vendo também o Oriente, convivendo com os grandes artistas como Gluck, e gozando a confiança do imperador filósofo José II. Distinguiu-se como verdadeiro cavaleiro na Guerra dos Sete Anos, merecendo a Frederico II a referência de que os seus granadeiros confessaram que nunca tiveram na sua frente homem mais intrépido e mais generoso. O Duque de Lafões, vendo de perto o atraso do país e a boçalidade dos seus governos, tornou-se mais do que um protector da *Academia das Ciências*, foi o seu Presidente, defendendo a nova instituição dos assaltos do Intendente Pina Manique, que em tudo via o perigo do Filosofismo. Os Estatutos foram aprovados por Aviso de 24 de Dezembro de 1779, celebrando-se a sessão inicial particular na Sala da Junta dos Três Estados, no paço das Necessidades em 16 de Janeiro de 1780. Era dividida em três classes: *Ciências naturais*, *Ciências exactas* e *Ciências morais*, segundo o espírito de D'Alembert. O Visconde de Barbacena, secretário-geral, escrevia a Vandelli, ausente na Universidade: «Tenho o gosto de dizer a V. S.^a que tudo o que pretendíamos para a *Academia* está conseguido. A Rainha aprovou o novo Projecto por um Aviso do Secretario de Estado – e nos dá casas no Palácio das Necessidades, com o que estamos contentes.» O Patriarca de Lisboa recusou-se a aceitar o título de sócio honorário, o que revela donde provinham as hostilidades contra a *Academia das Ciências*. À excepção de Pascoal José de Melo, de António Ribeiro dos Santos e José Monteiro da Rocha, os lentes da Universidade também mostravam malevolência contra a *Academia*.

A sessão solene foi celebrada em 5 de Julho de 1780, no Paço das Necessidades, depois da recepção pela Rainha, e sendo encerrada pelo Duque de Lafões. Desde que D. Maria I deixou o governo, em 1792, imediatamente a *Academia* foi expulsa do Paço das Necessidades, estabelecendo-se no palácio do Beco do Carrasco até 1797. Neste deplorável meio social a *Academia*, para exercer uma influência progressiva, tinha de elevar-se acima dos trabalhos especiais, traçando planos de uma actividade sintética.

Isso compreendeu bem José Correia da Serra, que ficou secretário efectivo desde que o Visconde de Barbacena foi como Governador para a Província de Minas. A nação carecia de História literária de Portugal, do Dicionário da Língua portuguesa, de um Corpo de Autores clássicos: Historiadores, Viajantes, Poetas, em edições acessíveis ao público. Com esse espírito apontava a necessidade da formação de uma *História civil de Portugal*; a obra jurídica de Pascoal José de Melo, sistematizando a Legislação portuguesa, começava fundando as bases da história da Lusitânia. Os trabalhos dos dois decénios da *Academia* são ainda hoje o melhor e mais glorioso documento da sua acção nacional. Em 1797, Correia da Serra viu-se perseguido. O Duque de Lafões teve de sofrer derrotas dos invasores castelhanos, porque a indigna Carlota Joaquina obrigava o marido, o Príncipe Regente (D. João VI) a dar contra-ordem e a retirada no momento dos triunfos. Fechada nas especialidades, a *Academia* que consagrara o falecimento de d'Alembert, prestava homenagem a Junot, e tornava-se o baluarte da reacção do Infante D. Miguel. Em 1781 tornou-se a submeter as Memórias à censura; conseguiu a sua independência, realizando a liberdade intelectual e científica.

Tomás António Gonzaga e a Marília de Dirceu. – No último quartel do século XVIII, manifesta-se um entusiasmo pelas canções denominadas *Modinhas*, do gosto *brasileiro*, pela expressão musical lânguida e comovente, e pela poesia veemente e terna. A alma portuguesa, na sua amorosa emotividade, recebeu nesse clima da América meridional uma sobre-excitação, que se reflectiu no seu lirismo. A *modinha*, correspondeu a um estado fisiológico geral, popular e literário ou artístico. Veio-nos da colónia americana para a metrópole actuar sobre o apagado lirismo arcádico, e recebeu na corte a sua consagração que a fez actuar nos costumes. Lord Beckford na sua carta de 1787, descreve a fascinação que lhe causaram as *Modinhas*, cantadas pelas açafatas ou meninas fidalgas, que acompanhavam a Rainha: «divisamos as duas formosas irmãs Lacerdas, damas de honor da rainha –, duas jovens mui elegantes, as quais acompanhadas do seu mestre de canto, um frade baixo e atarracado e de óculos verdes, garganteavam *Modinhas brasileiras*. Quem nunca ouviu este original género de música, ignorará para sempre as mais feiticeiras melodias que tem existido desde o tempo dos sibaritas. Consistem em lânguidos e interrompidos compassos (*robato*) como se faltasse o fôlego por excesso de enlevo, e a alma anelasse unir-se a outra alma idêntica, de algum objecto querido. Com infantil desleixo insinuam-se no coração antes de ter tempo de o fortificar contra a sua voluptuosa influência: imaginais saborear leite e o veneno da sensualidade vai calando no mais íntimo da existência, pelo menos assim sucede àquelas que sentem o poder dos sons harmoniosos... Uma ou duas horas correram quase imperceptivelmente no delicioso delírio que aquelas notas de sereia inspiravam, e não foi sem mágoa que eu vi a companhia dispersa e o encanto desfeito.» O grave e ponderado erudito Dr. António Ribeiro dos Santos insurge-se com cólera contra as *Modinhas*, e tendo assistido na grade do convento de Cheias em reunião dada por D. Leonor de Almeida (*Alcipe*) escrevia ao apaixonado bispo de Malaca D. Fr. Alexandre da Silva: «Tive finalmente de assistir à assembleia de *Alcipe*, para que tantas vezes tinha sido convidado: que desatinos não vi. Mas não direi tudo quanto vi; direi somente que cantavam mancebos e donzelas cantigas de amor tão descompostas, que corei de pejo... Hoje – só se ouvem cantigas amorosas de suspiros, de requebros, de namoros refinados, de garridices. Esta praga é hoje geral, depois que o Caídas começou de pôr em uso os seus romances e de versejar para as mulheres. Eu não conheço um poeta mais prejudicial... a tafularia de amar a *meiguice do Brasil* e em geral a moleza americana, que faz o character das suas trovas, que respiram os ares voluptuosos de Pafos e de Citera, e encantam com venenosos filtros a fantasia dos moços e o coração das damas.

Eu admiro a facilidade da sua veia, a riqueza das suas invenções.» Em uma variante a este texto, acentua mais: «em seus cantares somente respiram as imprudências e liberdades do amor, os *tonilhos extenuados da moleza americana*.» E contrapõe ao Caídas Barbosa o satírico Nicolau Tolentino: «os seus versos são o retrato do que se passa no mundo e são uma viva censura dos costumes corrompidos do nosso século.» (Ms. 100, fl. 156. Bibl. Nac.). O quadro dos costumes dominados pela sedução das *Modinhas brasileiras* é assim traçado artisticamente por Tolentino:

Em bandolim marchetado,
Os ligeiros dedos prontos,
Louro peralta adamado
Foi depois tocar por pontos
O doce *lundum chorado*.

Já dentre as verdes murteiras
Em suavísimos acentos,
Com segundas e primeiras
Sobem nas azas dos ventos
As modinhas brasileiras.

Aquele padre baixo e atarracado, de óculos, de que fala Beckford, parece ter sido retratado por Tolentino, como um tipo característico:

L'Abbé que encurta as batinas
Por mostrar bordadas meias,
E presidindo em matinas,
Vai depois às assembleias
Cantar *Modas* com as meninas.

.....
Cantada a *vulgar Modinha*
Que é a dominante agora...

(*Ob.*, p. 140)

Neste fervor do gosto, em que a música dominava a letra das canções, apareceu em 1792 em Lisboa um pequeno folheto em 8º pequeno, de 118 páginas, impresso na Tipografia Nunesiana, com o título *Marília de Dirceu*, por T. A. G. Contém apenas a Parte I. Neste mesmo ano (sem data), é publicada a *Marília de Dirceu*, por T. A. G., pela Oficina Bulhões. Traz já esta nova edição a Parte II. A tiragem foi de dois mil exemplares, que se venderam em seis meses. Eram belas *Modinhas*, a inspirada letra poética, sem música que as realçasse. Vê-se por estas duas edições do mesmo ano, que a *Marília de Dirceu* suscitou a atenção pública. Que poeta designavam aquelas iniciais T. A. G.? Simplesmente um grande desgraçado, que viera condenado do Rio de Janeiro a dez anos em Moçambique, e esperava na Torre do Bugio, que partisse para África uma nau que o levasse. Esse desgraçado poeta era o Doutor Tomás António Gonzaga, que estava despachado Desembargador da Relação da Baía, depois de ter exercido o cargo de Ouvidor junto do governador de Vila Rica, por ser homem de letras e de toda a confiança, como se lê no decreto da sua nomeação. Tinha ainda vivo seu pai o

Desembargador Agravista, e uma irmã, à qual comunicava os seus versos, remetidos com as suas cartas familiares de Vila Rica, onde exercera o seu alto cargo de 1784 a 1789. Mas, qual foi o seu crime, para tamanha derrocada? Uma *pavorosa* ou Conjuração inventada, de que nada se provou ao fim de três anos de devassa, e de ferrenhos interrogatórios. Uma atrocidade da Razão de Estado mais violenta do que a intolerância e rigorismo do Dogma católico, duas forças desvairadas, uma pelo terror pânico, a outra pela exaltação fanática. A *Marília de Dirceu* é a colecção dos versos em que Gonzaga declarava o seu amor a uma menina, com quem tinha justo o seu casamento, antes de ir tomar posse na Relação da Baía. A biografia de Gonzaga é a explicação da terrível calamidade que lhe desmoronou a existência, atirando-o para a morte afrontosa, com a insensibilidade moral e profissional da justiça, e com a severidade implacável das fórmulas tabeliônicas. As Canções da *Marília de Dirceu* com esta luz tornam-se um gozo eterno pela verdade do sentimento. A sua biografia, embora assente sobre datas seguras, tem-se escrito erradamente pela incompreensão dos factos lendários considerados históricos, e com a ausência completa do critério psicológico.

Tomás António Gonzaga, filho do desembargador João Bernardo Gonzaga, e de D. Tomásia Isabel Clark, o pai de origem brasileira e a mãe de origem inglesa, nasceu no Porto, em Miragaia, em 11 de Agosto de 1744. Na freguesia de S. Pedro de Miragaia foi baptizado, guardando-se aí o livro do registo paroquial, que passou para o arquivo eclesiástico. Quando, em 1850, se tirou uma cópia desse registo, declarou o pároco ou cartorário, que se não podia indicar o dia certo do nascimento por se achar ilegível. Felizmente, o dia 11 de Agosto está hoje determinado pelas investigações do açoriano Canto Moniz.²⁶

Nas *instruções* dadas ao Visconde de Barbacena, quando em 1788 veio governar a Capitania de Minas, insiste-se neste carácter da população: «Entre todos os povos de que se compõem as diferentes Capitánias do Brasil, nenhuns talvez custaram tanto a sujeitar e reduzir à obediência e submissão – como foram os de Minas Gerais.» No seu estudo biográfico de Gonzaga, notou José Veríssimo esta circunstância que trazia sempre em alarme os Governadores da Capitania, e, até certo ponto, na atenção aos coronéis de tropas milicianas, que era um outro factor, porque traziam contratos com o estado: «Daqueles habitantes, grande parte eram grosseiros colonos reinóis, ávidos emboabas, rudes caipiras, restos dos descendentes dos Bandeirantes, que tinham vindo de Taubaté – havia para menos de um século.» (*Op. cit.*, p. 19). Ainda estava fresca a memória de dois levantamentos seus no primeiro quartel do século XVIII. Era uma camada social, que devia as 700 arrobas de ouro dos *quintos*, que pagavam da lavra das minas. Ao Intendente do Ouro competia o tratar desta Cobrança, e Gonzaga, como Ouvidor, só podia dar a sua opinião e mais nada. Os vários Coronéis de regimentos milicianos abusavam deste espantoso revoltoso, impondo-se aos Governadores. No meio desta anarquia íntima, que tudo dissolvia, Gonzaga organizou, em 1786, uma *Relação dos Contratos que se acham por pagar, pertencentes a esta Capitania de Minas Gerais*, cuja importância em 22 de Setembro de 1786, montava a 2.460.787\$813

²⁶ O crítico brasileiro José Veríssimo, na biografia de Gonzaga, que acompanha a sua edição da *Manha* de 1912, omitiu a data 11 de Agosto, e diz, a pág. 30: «Ignoro o que autorizou a assentar o dia 11 de Agosto de 1744 como o do seu nascimento. Não conheço documentos que justifiquem esta exactidão.» No jornal *A Folha*, nº141, 3º ano, que se publica em Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel), deu o sr. Canto Moniz a notícia desse achado, em 1905. O escrivão da Câmara eclesiástica do Porto, Júlio Albino Ferreira, mandou-lhe uma cópia exacta da atestação, aí encontrada. No número 145 da *Folha*, narra o investigador os trabalhos que empregara para essa descoberta. José Sampaio (Bruno) também em um artigo biográfico publicado na *Voz Pública*, do Porto, nº745, ano XIII, de 20 de Agosto do mesmo ano, também descreve a descoberta, e pô-la em circulação. Eis pois a autenticidade; não admira que o crítico brasileiro desconheça estas notas avulsas de tão longe.

réis. Todo esse elemento miliciano e proprietário, explorador das arrematações dos trabalhos de estradas custeadas em mais de trezentos contos anuais, trataram de se coligarem com o Governador Luís da Cunha Meneses, gritando: Comam todos! e mostraram, pela marcha dos acontecimentos da fundação da República em 1787 na América inglesa, que o pedido dos *quintos* envolvia a ideia de atear a Revolução na América brasileira. O procedimento desaforado da clientela de Luís da Cunha Meneses suscitava a exibição de tipos caricaturescos, e espontaneamente começaram a correr umas Sátiras anónimas, manuscritas, em nome do *Critilo*, pseudónimo arcádico, com o título de *Cartas Chilenas*. São Epístolas juvenalescas em verso solto hendecassílabo, com um vago sentimento democrático, e dando nomes em alcunhas.

No decreto da nomeação de Gonzaga alude-se à necessidade de um ministro de letras e de toda a confiança para aquele lugar, que ocupou, com a entrada do novo Governador em fins de 1783, Luís da Cunha Meneses. A administração do seu antecessor fora froixa, no meio daquele conflito de ambições, diminuindo sensivelmente o rendimento do *quinto* de ouro, e desconheciam-se os devedores ao estado, e as obrigações de seus contratos. Com a entrada de Luís da Cunha Meneses as coisas pioraram, porque ele era faccioso, com favoritos que o lisonjeavam, e pelos seus vícios pessoais, o poder arbitrário tornara-se impudente, provocando as sátiras pessoais. Gonzaga conhecia intimamente a vida brasileira, e adaptava-se bem a esse meio tão característico de Vila Rica. Foi também aí encontrar homens cultos, contemporâneos da Universidade de Coimbra, que conheciam as belas letras e se davam à poesia. Cláudio Manuel da Costa, que fora segundo secretário do governador antecedente, advogava em Vila Rica; e Inácio Alvarenga Peixoto, proprietário, ali vinha constantemente, sendo coronel de um regimento miliciano. Era em casa de Gonzaga, que se reuniam para se distraírem nos seus ócios literários, conversando sobre os acontecimentos da Europa. É em 1784, que Gonzaga assume, também, a função de Provedor dos defuntos, ausentes, capelas e órfãos. Novo, com talento e um claro espírito de justiça, tudo lhe augurava prosperidades. Perdera sua mãe em 1778, e esse afecto fazia-lhe sentir a necessidade moral de instituir o seu lar doméstico, tendo no fim do triénio de ir tomar posse do lugar de Desembargador na Baía, em 1788.

Como, neste meio em que Gonzaga conhecia perfeitamente as pessoas e classes com quem tratava, se enlearam os fios da mais inesperada e estupenda tragédia, que lhe demoliu toda a sua elevada carreira social, com o ferrete de penas infamantes e a morte pela angústia, mas isto tudo sem haver um facto praticado, sem testemunha autêntica, que fundamentasse a monstruosa e execranda sentença! Diante deste quadro, é que os factos aparentemente banais se conjugam, par esclarecer a trama das intrigas locais, manobrando a ininteligência dos Governadores e dos Vice-Reis fidalgos. A povoação de Vila Rica, de quinze mil habitantes, formada, em grande parte, dos antigos bandeirantes paulistas, que vieram à procura de ouro e aqui estabeleceram o seu arraial sedentário; a classe dos adventícios era extremamente irrequieta, e dava sempre cuidado ao governo da metrópole. Nas Leituras de Bacharéis, no Desembargo do Paço, concorreu Gonzaga aos lugares da magistratura judicial. Em 1777 tinha-se acabado o poder do Marquês de Pombal com o falecimento do rei D. José, e sendo Gonzaga um *Pombalista*, como o revela a dedicatória do seu *Tratado de Direito Natural*, reconheceu que tinha contra si todo o fervor da reacção, capitaneada pelo Principal Mendonça. Saudou o sol nascente, em uma Ode, que nos revela que cultivara a versificação durante a vida académica, onde, porventura, já usara o nome arcádico de *Dirceu*, como Dinis usara aí o nome de *Elpino*. Nos Manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra (nº340) encontra-se uma sua composição inédita, *Congratulação do Povo português na feliz Aclamação da muito alta e muito poderosa Senhora D. Maria I, Nossa S^a*, pelo Dr.

Tomás António Gonzaga. Pela primeira vez se consigna este facto, porque leva a inferir da autenticidade da parte terceira da *Marília de Dirceu*. Foi esta Rainha que assinou a truculenta sentença da clamorosa desgraça do Poeta na inconsciência do seu poder soberano. Gonzaga, como Doutor-Opositor para encetar carreira, entrou no quadro da magistratura judicial como Juiz de Fora de Beja, ou de primeira instância. Terminado o seu quadriênio, foi nomeado Ouvidor junto do Governador da Província de Minas Gerais, cuja sede era em Vila Rica. Em 1782, em 12 de Dezembro, competia-lhe, também, a provedoria dos bens dos defuntos, ausentes, órfãos e capelas, competindo-lhe ao fim do seu quadriênio o despacho de Desembargador para a Relação da Baía. Parecerá isto uma coisa de favor, mas conhecendo-se as terríveis dificuldades da Administração de Minas Gerais, em que os Governadores consentiam ou exploravam todas as traficâncias, vê-se que Tomás António Gonzaga foi atirado a esse báratro, onde, pelo seu carácter afável, sincero e natural ingenuidade, ia destinado a terríveis catástrofes nesse meio anárquico, e tão perturbado pelas diferentes camadas sociais dos colonos, dos conflitos de interesses dos exploradores de ouro e dos erros de administrações imbecis e corruptas.

A infância e primeira mocidade de Gonzaga passou-se em Miragaia, isolada do Porto velho, à margem do Douro e em contacto com campos cultivados; pela situação oficial de seu pai viveu nessa classe média activa e honesta, com uma educação e trato de sociabilidade primorosa. O desembargador, terminada a sua comissão da Ouvidoria, foi despachado Desembargador para a Baía, a antiga capital do Brasil, onde ainda se conservam os velhos costumes portugueses; tinha então quinze anos Gonzaga, em 1759; e nos seus versos alude a esta quadra da juventude passada na Baía, onde se identificou mais com os costumes brasileiros. Aí cursou os estudos preparatórios para seguir o curso de Leis. Terminado o triênio de seu pai, veio com a família para a Europa em 1762, instalando-se em Coimbra, frequentando as disciplinas de Direito civil. Não se limitava à habilitação de simples magistrado judicial; interessavam-no as questões gerais da Jurisprudência, estudando as formas dos poderes do estado. Estava então o Conde de Oeiras no fervor do seu favoritismo, que se fundava no engrandecimento do Poder real. Era a doutrina dominante, e Tomás António Gonzaga deu-se ao trabalho de escrever um *Tratado de Direito natural*, em que sustentara as doutrinas do *Regalismo*, que dedicou ao onipotente ministro. Nessa obra, que se conserva entre os Manuscritos Pombalinos na Biblioteca Nacional, assina-se como *Opositor às Cadeiras na Faculdade de Leis, na Universidade de Coimbra*. Vê-se que, terminado o curso em que se matriculara em 1 de Outubro de 1763, achava-se habilitado para concorrer aos lugares do magistério. Chamava-se *Oposição* à inscrição dos Doutores na série dos concorrentes, que pelos precedentes de antiguidade do grau assim iam ocupando as vagas na Faculdade. A este direito para o despacho de lente, chamava-se *longa oposição*. Gonzaga matriculou-se no Livro dos Opositores na Faculdade Jurídica da nova Reforma da Universidade, isto é, em 1772, como consta de um atestado do Dr. Pascoal José de Melo, de 20 de Setembro de 1778. Vê-se, por estas datas, que se operara uma transformação no plano da vida do poeta. Desistindo da serena carreira do magistério, vemo-lo defrontando-se com os vários personagens aí retratados pelas suas anedotas pessoais e traficâncias conhecidas. Quem seria o autor das *Cartas Chilenas*, que chegaram a onze, e não sendo obra artística, têm, contudo, o alto merecimento de retratar ao vivo o meio moral em que se inventou a denúncia de uma *Conjuração de Vila Rica*, com o fim exclusivo de envolver o poeta Cláudio Manuel da Costa, Inácio de Alvarenga Peixoto, e, principalmente, o Doutor Tomás António Gonzaga, em cuja casa esses poetas, em uma pequena *Arcádia de Minas*, se desenfasiavam lendo versos, emendando-os e recordando-se dos bons tempos de Coimbra? Em uma terra sem

interesses mentais e longe do convívio da civilização que tratava agora do problema social, as *Cartas Chilenas* provocaram ressentimentos e a intenção de armar qualquer intriga odiosa contra os considerados poetas, Gonzaga estava, então, em um estado de espírito de uma serenidade e harmonia moral, apaixonado por uma menina, órfã de pai e mãe, tutelada por seu tio João Carlos da Silva Ferrão, segundo ajudante do General Governador. Como em 1785 entrara Gonzaga no exercício do lugar de Provedor dos Órfãos, teve ocasião de ver de perto D. Maria Doroteia Joaquina Brandão Seixas. Foi, por ocasião das espectaculosas Festas, que se fizeram em Vila Rica ordenadas por carta régia de 19 de Abril de 1785, para regozijo público pelo casamento da Infanta de Portugal D. Mariana com o infante de Espanha D. Gabriel (que tão desditosos foram) e do Infante de Portugal João com a infanta castelhana Carlota Joaquina, que tanto infelicitara Portugal com as suas intrigas reaccionárias e clericais. Esses casamentos foram celebrados em Maio de 1785. Na Carta V, de *Critilo*, foram descritas estas festanças estrondosas, que deram lugar a despesas de verdadeira pilhagem oficial: 4.000 cruzados na iluminação, consumindo-se 11 arrobas de cera, em 6.000 luminárias e foguetório. Gonzaga teve de assistir oficialmente à recepção do palácio do Governador, e neste júbilo em uma cidade morta, em que as famílias viviam confinadas em pequenas casas, detrás das adufas e gelosias. Da casa de Gonzaga, construída sobre um morro da antiga exploração mineira, via-se a casa do tenente-coronel Silva Ferrão, onde habitava sua sobrinha e pupila. Foi nestes dois anos, de 1785 até 1787, em que já estava ajustado o seu casamento, que *Dirceu* escreveu as Cançonetas que mandava à gentil *Manha*, de pele branca e de fino cabelo preto, tornando-se mais simpático para ela o namorado, cujo cabelo e barba era louro, provinha da origem inglesa de sua mãe D. Tomásia, filha do inglês João Clarck. Os versos de Gonzaga eram a correspondência mútua dos seus amores, cujo realismo deu alma e eterna beleza às *liras*, moldadas no velho tipo da *Modinha* baiana, com que fora embalado desde 1759 a 1762, na velha capital brasileira. O poeta trazia o seu coração cheio, e a poesia era a sua confidente. Durante este tempo, mandava a sua irmã para Lisboa cópia destas Liras, que eram como que as notícias que lhe dava do seu amor e do destino risonho da própria vida. Estas coisas passavam-se no meio da tranquilidade provinciana, em que nenhum sintoma de perturbação se manifestava na população; Luís da Cunha Meneses ia deixar o seu governo em condições normais, findo o triénio. Mas, um facto misterioso se estava passando sem que alguém pensasse em explicá-lo. Estavam-se construindo no Rio de Janeiro numerosos cárceres nas Fortalezas da Ilha das Cobras, em Villegaignon e Conceição, nos palácios da Relação e do Vice-Rei; o implacável Conde de Resende de combinação com o novo Governador de Minas, Visconde de Barbacena, que trazia ordens draconianas nas Instruções que recebera em Lisboa. Uma dessas ordens secretas era a extinção dos regimentos milicianos, se fosse necessário, caso tentassem insurgir a província feita a exigência do pagamento de 700 arrobas do ouro em dívida ao Fisco. E essa previsão era sugerida pelo que se estava passando na América inglesa, e para atalhar de uma forma absoluta esse incêndio de autonomia colonial. No seu enlevo de amor, *ledo e cego*, Gonzaga tratava de obter a autorização régia para o seu casamento, mandara alugar e mobilar casa na Baía, onde ia ocupar o seu lugar de Desembargador, e com o seu talento artístico bordava a fio de ouro o vestido de seda branca para a sua noiva. Antes de ver-se a mutação ou *tramóia*, da assombrosa desgraça do poeta, convém conhecer o cenário, o aspecto de Vila Rica, o essencial para melhor avaliar esses transes. Muitos dos nomes criptónimos que figuram nas *Cartas Chilenas*, hoje laboriosamente personalizadas, aparecem nos depoimentos da devassa acerca da sonhada Conjuração de Vila Rica.

Uma breve mas exacta descrição de Vila Rica, o antigo arraial de Ouro Preto, tornada a sede da Capitania de Minas Gerais é indispensável conhecer para reconstruir o

drama amoroso da *Manha de Dirceu*. Servimo-nos dos traços corográficos de José Veríssimo no prólogo à edição de 1912: «Situada irregularissimamente nos morros e cabeços adjacentes ao pequeno e torrentoso rio de Ouro Preto, tinha a Vila um aspecto tão pitoresco como extravagante. Erguia-se entre gargantas e grotas e grôtões ou sobre serras de penedos, uns cobertos de escassa vegetação, em que já sobressaem os frígidos pinheiros, outros inteiramente nus, muitos deles cavados ou com a rocha arrebetada pelos garimpeiros na ávida rebusca do ouro. Suas mesquinhas casas baixas, ou apenas de um escasso andar, com as janelas tapadas por gelosias ou empanadas, erguiam-se sobre um solo negro ou escuro da pedra minéria, que o constituía, abundante em ferro. – Quase sempre enevoad a cidade, com um aspecto sombrio e melancólico. Aquele milheiro de casas espalhadas pelas anfractuosidades no sopé, nas faldas e até nos cimos e cabeços dos morros, penduradas das suas encostas, escorregando-lhe pelas íngremes ladeiras do chão negro, mas isoladas entre verduras, outras amontoadas, enfileirando-se em ruas e vielas, todas mais ou menos iguais, na sua mediocridade e feio; apenas conteriam no máximo uns quinze mil habitantes. A maior parte delas, muito grosseiras barracas ou casebres de sapupo, palha ou sapé, tinham quintais compridos e descuidados. Cercavam-nas paus a pique... Nenhum edifício notável, mais que a casa dos Governadores, um grande e grosso quadrilátero alongado, massa de edificações incoerentes, pesadíssimas e feias,... a da cadeia em frente do palácio, um pobre quartel...» (Ed. *March.*, p. 17 a 21).

As *Cartas Chilenas*, sátiras juvenalescas, que atacam todo o governo da Capitania de Minas Gerais, sob a gerência de Luís da Cunha Meneses, desde 10 de Outubro de 1783 a 11 de Julho de 1788, pintam com traços realistas essa galeria de figuras intrigantes, alicantineiros e devassos que lisonjeavam o Capitão-General e exploravam a sua vaidade despótica e desvairamento administrativo. Só poderia escrever esse extraordinário documento literário e histórico, um homem de talento, que, de perto, fosse notando toda essa tragicomédia que envolvia o desmoronamento económico da colónia mineira. As *Cartas Chilenas* corriam anónimas, mas a incerteza do seu autor fazia que se atribuissem ora a Cláudio Manuel da Costa, que era um bom poeta, ora a Inácio José de Alvarenga Peixoto, que mantinha a tradição arcádica. Tomás António Gonzaga, também empregava a poesia para expressão das suas emoções amorosas, que parecia afastá-lo do ironismo e exprobações da Sátira política. Não se falava no nome de *Dirceu*, mas é certo que se desenvolveu contra Tomás António Gonzaga uma malevolência surda, que se converteu em *denúncias*, que chegaram até ao Governo da metrópole, e muitas das testemunhas que aparecem depondo contra ele, são figuras acentuadas das *Cartas Chilenas*, como o *Saltério*, o infamíssimo Coronel Joaquim *Silvério* dos Reis, que entregou ao novo Governador, Visconde de Barbacena, uma denúncia de uma imaginária Conjuração, apontando nomes e tornando Gonzaga o principal caudilho! É contra Gonzaga que dirigem as imputações vagas de outros militares de Vila Rica, e nas *instruções* que traz da metrópole o Visconde de Barbacena, já vem visado o *Ouvidor* Tomás António Gonzaga. Conhecido o viver íntimo do poeta da *Marília*, em que concentrava toda a sua vida afectiva, e nada constando contra ele durante a Devassa no Inquérito aberto durante três anos, e considerando a enormidade da iníqua sentença da Alçada, que o condenou e o privou da amnistia de atenuações do poder real, defronta-se o espírito crítico: Porque tão profunda malevolência? Seria Gonzaga o autor desse honroso e simpático pecado das *Cartas Chilenas*? Uma alusão fortuita em certos versos, levam a inferir que *Dirceu* molhara o cálammo na tinta de Juvenal.

Alberto Faria no seu estudo *Cartas Chilenas – seus principais Criptónimos*, inclina-se para este ponto de vista: «Ao concluir apresentaremos por ultimo o da Epist.

III, fl. 19-22.

O nosso bom *Dirceu* talvez que esteja
Com os pés envolvidos no capacho
Metido no capote, a ler gostoso
O seu Virgílio, o seu Camões e Tasso.

«Por associação dos dois, em que se menciona igualmente uma peça comum à guarda-roupa de *Critillo* e à de *Dirceu*, infere-se que o conviva de Cláudio Manoel da Costa era o seu incomparável amigo Tomás António Gonzaga, emprazado para o destroço gastronómico de um quarto de mamota (vitela) humedecido – com bom vinho das Canarias», Ágape, que alguém julgou incompatível com a indigência de *Glauceste*.

«Até a *vecchia zimarra* do grande lírico invocada nos autos processionais da Inconfidência sacudida agora do pó de mais de um século, concorre para no-lo denunciar como o glorioso atagantador do *Fanfarrão Minezio et reliqua*.

«Imitando os cães do Nilo, que bebem de corrida, os nossos antecessores não repararam nesses elementos algo significativos para os avezados a análises meúdas, nem sempre desprezíveis». (*Revista de Ciências, Letras e Artes*, de Campinas, 1912, p. 31).

No atestado do desembargador Monteiro Barbosa, Intendente do Ouro (fundição da Comarca de Vila Rica), refere-se a uma situação de Gonzaga, em que se acha envolvido no *capote*: «tenho lembrança de que um dia jantando em casa de Cláudio Manoel da Costa, em companhia de Tomás António Gonzaga e outros, se levantava da mesa com uma dor de cólica, que lhe costumava dar; por isso se foi deitar na varanda das mesmas casas, em uma esteira junto à escada que vai para o quintal, sem me lembrar se estava de capote ou – sem ele, – e apertando mais a dor o conduzi logo para sua casa.» (Cit. *Rev.*, de 1913).

No processo judicial, esta minúcia era indicada para justificação de Gonzaga, como alheio às conversas que se passavam *inter pocula* em casa de Cláudio Manuel da Costa; no estudo literário tem a suma importância para provar que o poeta satírico das *Cartas Chilenas*, foi Gonzaga, escritas no período do Governador de Minas, Luís da Cunha Meneses, e conseqüentemente, que esse *Tole, crucifige eum*, das denúncias e falsos testemunhos contra o poeta como réu de alta traição ou Inconfidência, preparando-lhe a morte, foi uma represália que, de longe, se vinha tramando, envolvendo os seus mais íntimos amigos e os que lhe frequentavam a casa.

Um dos criptónimos, *Marquésio*, sócio do *Fanfarrão Minésio*, reconhece-se ser o capitão de cavalaria auxiliar José Pereira Marques, que figurava na tratantada da arrematação das estradas, que era um dos escândalos do Governador Luís da Cunha Meneses, que o protegia nestes arranjos. O procurador da Fazenda, Monteiro Barbosa, e o Ouvidor Doutor Tomás António Gonzaga, opuseram-se ao voto do Governador, que queria se lhe entregasse o ramo, pelo lanço: «Pugnava o Governador por José Pereira Marques (*Marquézio*) em razão do seu maior lanço; opunham-se os ministros (Procurador da Fazenda e Ouvidor) asseverando que ele não tinha fundos, nem credito, nem fianças tão idóneas.» O Governador não se levava com razões, e resolveu pelo seu arbítrio, como se lê nas *Instruções*:

«e nesta determinação continuando as contestações – determinou o Governador-presidente, de sua própria e particular autoridade, que o contracto se desse a seu afilhado José Pereira Marques, de que resultaram os protestos e mais procedimentos que constam.» O que é de tremer é ver nestas *Instruções* os dois altos magistrados equiparados nas suas reclamações a favor da Fazenda ao *Fanfarrão Minésio* e como

exploradores da afilhagem «porque não querem perder os seus emolumentos e propinas». Vê-se que o infamador, tendo aludido aos escândalos patentes do *Fanfarrão Minésio* e do *Marquésio*, malsinava traiçoeiramente os dois honrados magistrados, que cumpriam o seu dever. Daqui a prevenção malévola com que o Visconde de Barbacena, entrara no governo de Minas, esperando cair com o peso da sua autoridade sobre o ingénuo Doutor Tomás António Gonzaga, e a vileza com que o nobre fidalgo empregou logo a espionagem, aliciando um amigo de Cláudio Manuel da Costa. As *Instruções* recomendavam-lhe: «Esta é enfim a forma e método com que se administra a Fazenda real na Junta daquela Capitania. Não são os interesses da mesma Fazenda os que ali se promovem; são os particulares em que somente se cuida.»

O Visconde de Barbacena, matemático académico, e estranho a assuntos sociais e de administração pública, estava assim habilitado para acreditar nas *denúncias* políticas contra Gonzaga, que fora visado nas *Instruções* que trouxe da metrópole. Em 29 de Janeiro de 1788 vai ser o contra-regra da horrenda tragédia.

Chegara ao Rio de Janeiro o novo Vice-Rei, Conde de Resende, homem estúpido e autoritário, que compreendia o poder como prepotência; com o Visconde de Barbacena, Capitão-General da província de Minas, matemático entregue a observações, desconhecendo os homens e facilmente sugerido pelos intrigantes militares empreiteiros de Vila Rica, era inevitável uma grande catástrofe de perversão e desonra da Justiça. Trazia o Visconde de Barbacena a indicação da cobrança das 700 arrobas de ouro dos *Quintos*, em dívida. Gonzaga, como Ouvidor, era uma autoridade consultiva, porque o funcionário respectivo era o Intendente do Ouro, Desembargador Monteiro Barbosa, e por isso deu-lhe a sua opinião da inoportunidade e perigo de tentar essa cobrança no momento em que os povos da América do Norte se tinham revoltado do poder da metrópole e constituído uma República. Como Jurisconsulto e Opositor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, competia-lhe falar assim. E quando se tratava de lançar uma *Derrama*, cotização especial de certos milhões, pedidos aos proprietários da província, também observou o perigo de que isso seria o melhor impulso para um levante ou sublevação dessa irrequieta população mineira. Pois levaram estas opiniões ao matemático Visconde de Barbacena, mostrando-lhe por *a* mais *b*, que Gonzaga preparava uma Revolução na província de Minas.

No artigo 50 das *Instruções* que trazia o novo Governador, vinha a de dissolver os Regimentos territoriais pagos pelo povo e anular as patentes dos seus coronéis milicianos, de que tanto abusara o antecessor Luís da Cunha Meneses. A notícia espalhou-se entre essa classe, rosnando alguns farroncas de resistência. Foi um desses, o coronel Joaquim Silvério dos Reis, alcunhado pela sua boçalidade e traficância, o *Saltério*, que gozou a protecção do ex-governador na arrematação do contrato das estradas, e tendo incorrido no despeito desse Capitão-General, atribuiu esse desvalimento a Gonzaga, e é natural que soubesse como nas *Cartas Chilenas* estava representado o ignóbil *Saltério*. É certo que ele, tendo falado desabridamente contra a reforma militar, para se salvar da queixa de que fora ameaçado, escreveu uma carta ao Visconde de Barbacena *denunciando-lhe* uma Conjuração em Minas, planeada em Vila Rica, apontando nomes de todos os amigos de Gonzaga, sendo ele o que tudo organizava. Fez esta denúncia em carta datada de 13 de Março de 1789, sendo-lhe passado atestado da miseranda vilania em 20 de Novembro de 1791. O Visconde de Barbacena engoliu a suja pílula do execrando Yago, recebendo outra denúncia especial contra Gonzaga, feita pelo tenente-coronel Basílio de Brito, em 15 de Abril; este facto levou o Visconde de Barbacena a lançá-lo como espião à cola de Cláudio Manuel da Costa de quem se dizia amigo, para, por essa circunstância, apanhar algumas palavras que compromettessem o desgraçado suicida. Gonzaga conhecia bem quem era este dela-

tor, mas ignorava em absoluto a primazia do *Saltério*, um mês antes. Como se trabalhava na treva, já de acordo com o Vice-Rei, Conde de Resende, para se utilizarem as masmorras feitas no Rio de Janeiro para o esperado levante pela cobrança dos *Quintos*? Já preso, Gonzaga, em 12 de Maio de 1789, interrogado acerca da Conjuração e dos motivos por que estava preso, respondeu: «que para estar prezo bastava ter sido denunciado, o que lhe consta por assim ter ouvido dizer na véspera da sua prisão – que sua denuncia fora dada por Basílio de Brito, homem de muito má conduta e seu inimigo, pelo prender em virtude de uma precatória de Tejuco, conluiado com o sargento-mór José de Vasconcelos Parada (o *Padela das Cartas Chilenas*?) seu maior inimigo – chegando o excesso da sua paixão a dizer publicamente na parada, que havia de perseguir-me até às portas da morte.» (Interrogatório de 18 de Novembro, em 1789, na masmorra da Ilha das Cobras). Era gente desta laia que o Visconde de Barbacena ouvia, encomendava denúncias e era manobrado! Dessas palavras revoltosas do *Saltério* ao referir o boato de que seriam anuladas as patentes aos coronéis dos regimentos territoriais, foram ouvidas pelo tenente-coronel João Carlos Xavier da Silva Ferrão, tio e tutor da formosa *Manha*, e ajudante do Capitão-General; sabia portanto a *denúncia* que deu causa à prisão de Gonzaga, e acobertadamente cooperando para embaraçar o casamento da sobrinha rica, à qual tinha de entregar a riqueza que administrava. Nada disto via o exacto espírito matemático do ex-lente da Universidade de Coimbra.

Todos os actos e situações da vida de Gonzaga, eram na transmissão oral interpretados no intuito e plano de uma conjuração política; referiam-se frases soltas ouvidas à toa, mas com o único fundamento banal – diz-se. Predominavam nesses depoimentos os militares, como quem descarregava sobre o preclaro magistrado as suspeitas em que se envolviam figuras da íntima confiança do *Saltério*. Assim, o Tenente-Coronel de cavalaria de Minas, Domingos de Abreu Vieira, repetiu as atoardas que ouvira: «que o desembargador Tomás António Gonzaga entrara – naquela Confederação (o levante na Capitania) prestando o seu conselho; e que todos se juntavam algumas noites para esse fim. – Que em casa do desembargador Gonzaga se formavam as Leis para o novo governo da nova República.» Por aqui se vê como as reuniões literárias dos velhos amigos dos tempos da Universidade de Coimbra, e cultores descuidados da poesia arcádica, no suave convívio sodalício, se convertiam em tenebrosas conjuras. E como Gonzaga era Doutor de Capelo e Opositor, conhecia além das Ordenações do Reino, as obras jurídicas de Grocio e Puffendorf, disso tiravam a base para o criminares de planear a constituição da sonhada República. Pelo primeiro interrogatório feito a Gonzaga, declarou ele que havia dois anos que contratara o seu casamento, em 1787, que não foi logo realizado, porque dependia da licença régia, que esperava pela vinda do novo Vice-Rei, Conde de Resende. Como ao terminar o seu triénio em Vila Rica, a licença para o consórcio não chegasse, pediu em requerimento ao Visconde de Barbacena, que lha suprisse pela sua autoridade, para poder partir para a Baía com sua esposa. A demora por parte do Visconde foi interpretada nas denúncias miseráveis como uma habilidade de Gonzaga, para estar em Vila Rica até ao levante da província de Minas. Foi exclusivamente com estes elementos tolos, em denúncias de falsidades militares como o coronel *Saltério* (Silvério dos Reis) que o Visconde de Barbacena mandou o seu Relatório participando ao novo Vice-Rei, o bronco e malvado Conde de Resende, para que desse as suas ordens terminantes. Se um do Rio de Janeiro dizia – mata! o outro berrava: enforca! E das enxovias de Vila Rica, fronteiras ao palácio do Governador, Visconde de Barbacena, foram arrancados, algemados e esfrangalhados, a pé, por sertões e povoações perdidas, esses homens exautorados das suas posições sociais durante trinta e cinco dias, como um rancho de piratas, até serem baldeados nas masmorras, de longe preparadas para a eventualidade de levante do

elemento civil por causa da derrama, ou do elemento militar, pela supressão dos Regimentos territoriais e anulação das patentes dos seus coronéis. Estes viraram o bico ao prego, denunciando os homens cultos, que eram a honra e a glória da Capitania. O Visconde de Barbacena, seguindo as doutrinas do direito cesáreo, mandou imediatamente fazer sequestro em todos os bens dos denunciados, e apreensão imediata dos seus papéis e do que tivessem em casa. Era a forma do processo inquisitorial adoptado pela razão de estado. Deste sequestro viu-se com toda a evidência que Tomás António Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto não possuíam dinheiro, além dos meros recursos domésticos; e nos seus papéis, colhidos em sacos cosidos e lacrados, não apareceu um único documento suspeito, proclamação ou plano, além dos seus versos de que eram dignos autores. E para coroar a obra, os desgraçados presos por Inconfidência, isto é, apostasia da vassalagem à monarquia, jazeram três anos nos cárceres da Ilha das Cobras, enquanto se manteve aberta a devassa para receber as denúncias públicas, para sobre isso se fazer o processo judicial de acusação. E para vergonha da magistratura, nada apareceu de positivo pondo de parte o pobre louco Tiradentes (excitado *ad hoc*), que fundamentasse as sentenças tão escuras e monstruosas, tendo o próprio poder real, de motu-próprio, de ordenar que fossem atenuadas as odiosas sentenças. Para se ver como se mente à história, transcrevemos a notícia em que se torna oficial a imaginária Conjuração de Minas, conforme a refere o desembargador Ferraz Gramosa, nos *Sucessos de Portugal*: «No anuo de 1789, sendo governador o Capitão General Luís António Furtado de Mendonça, sexto Visconde de Barbacena, foi-lhe denunciada uma Conjuração contra o Estado, intentada por varias pessoas daquele continente, constituídas nos maiores postos militares e nos lugares dos Governos civil e eclesiástico, tendo ajustado entre si subtraírem-se ao Domínio de S. M. e formarem no mesmo continente uma Republica independente e sendo governada por eles mesmos.

«Fez o Governador suas pesquisas sobre o caso, e vindo na certeza dos autores dela, os fez prender e formar processos de culpa. Imediatamente fez presente a S. M. este successo, informando-a de todas as particularidades até àquele tempo sabidas; resultou a mesma Senhora enviar àquele continente o Desembargador Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, Conselheiro da Real Fazenda.» (*Op. cit.*, II, 64). Tudo isto frases abstractas. Nomeada a aterradora Alçada para obter factos, nada se apurou. O mesmo se repetira em 1817 com o processo de Gomes Freire. Beresford, também sentindo essa falta, exclamava: – Tenho juizes! A Alçada do Rio de Janeiro procurou dar corpo à fórmula abstracta de Barbacena; e para cobrir o degradante fiasco revestiu as sentenças de uma atrocíssima barbaridade. Como possível enganar tanta gente? O governo da metrópole, que se viu forçado a ordenar atenuantes e comutações, e mesmo os historiadores? Por uma circunstancia única, porque o processo foi secreto, e os seus autos ficaram arquivados e, por isso, ilegíveis, desconhecidos em absoluto. O sexto Visconde de Barbacena foi oficialmente glorificado, sendo elevado a Conde do mesmo título, e ainda viveu tranquilo na sua inconsciência moral mais quarenta anos; em 1831, Silvério recebeu a Ordem de Cristo e tença.

No julgamento dos incriminados, o Chanceler seguiu à risca a Carta régia de 18 de Julho de 1790, dando em resultado a condenação de onze réus à morte na forca, e os restantes a degredo perpétuo em África. Prevendo a implacável interpretação que dariam a essa carta régia, em nome da rainha foi enviada para o Rio de Janeiro uma outra Carta régia datada de Queluz, a 25 de Outubro de 1790, apontando as circunstâncias em que ordenava que as penas fossem comutadas. É por isso que Gonzaga, tendo sido condenado a degredo perpétuo para Angoche de Angola, lhe foi comutada em degredo por dez anos em Moçambique. E, receando a rainha que não chegasse a tempo essa carta, mandou-se aprontar uma fragata, que saiu imediatamente para o Rio

de Janeiro, com ordens peremptórias: «Foi felicidade dos mesmos réus chegar a fragata ao Rio de Janeiro ao tempo em que tinham sido sentenciados em pena ordinária *onze réus do mesmo delito, os quais estavam no Oratório dispostos a sofrer a pena última* em que foram julgados, em cumprimento da mesma carta de 15 de Outubro de 1790, foi relaxada a pena de morte em degredo perpetuo para presídios da costa de África, com pena de morte se voltarem aos domínios da América.»

Deu-se nesta comutação da parte dos juizes um acto tão atroz como a execução da pena última; onze réus saíram do Oratório para o campo da forca, e ali se lhes leu a nova conclusão aberta nos Autos pela Carta régia relaxando a pena de morte em degredo perpétuo. As feras mais sedentas de sangue não têm destes requintes de malvadez moral. Tiveram de assistir à única execução do Alferes Joaquim José da Silva *que foi enforcado e espotejado*. Um testemunho da época alude a ter Gonzaga dado uma volta em roda da forca para assim se lhe imprimir o ferrete da infâmia. Depois de alterado o Acórdão (fl. 74 dos Autos-crimes) que condenava Gonzaga pelo *meditado levante de Minas*, em degredo perpétuo para Angoche, no Acórdão de fl. 114, que transfere o degredo para Moçambique por dez anos, requereu Gonzaga que se admitissem os fundamentos, pelos quais esperava a sua absolvição completa. Admitidos por via de advogado, ele desfez completamente esses boatos da Devassa. São pungentes as palavras com que conclui: «que ainda que não estivesse, como está, nos termos de uma total absolvição, estaria assaz punido com a *dilatada prisão de três anos de rigoroso segredo*», desde 17 de Maio de 1789 até ao Acórdão final de condenação de 1792 incomunicável. E à mudança do degredo de Angola para Moçambique, opõe: «não tendo contra si mais que alguns leves indícios e isso mesmo destruídos, parece que a justiça da Soberana o não podia contemplar na ordem da pena de morte, que são os que só manda degradar para Moçambique e Ricos de Seman.» E ainda observa: «que neste mesmo degredo de dez anos se devem computar os anos da sua rigorosa prisão.» No caso de lhe negarem a absolvição completa, pedia a mudança do degredo para Angola. Vê-se que os juizes da Alçada serviram-se da carta régia, que mandava alterar a conclusão dos autos, para agravarem mais a situação do seu colega atirando-o para uma região mortífera da África oriental. Proferidas as condenações das vítimas da imaginária Conjuração em 13 de Abril de 1792, mandaram embarcar os degradados para África na nau da carreira da Índia, Nossa S.^a da Conceição, Princesa de Portugal, que partiu para Lisboa em 23 de Maio desse mesmo ano, para ali esperarem saída de navio para a África. Nos *Sucessos de Portugal*, o desembargador Ferraz Gramosa, com os nomes desses condenados, com os seus cargos formando três grupos, os militares, os civis e os eclesiásticos, transcreveu o trecho referente aos civis: «Por efeito da sentença foram perpétuos para os Presídios das Pedras Negras, os seguintes réus: o Desembargador Tomás António Gonzaga, o Capitão Vicente Vieira de Melo, o Capitão João Dias da Mota, o tenente-coronel Francisco José Vieira e o coronel José Aires.

«Vieram conjuntamente com estes alguns réus condenados a pena ultima, mas que por virtude do perdão de S. M. lhe fora relaxada na de degredo perpetuo para os presídios de África. *Todos foram reclusos na Torre de S. Lourenço da Barra*, até que se passavam para os presídios que lhes foram determinados.» (*Op. cit.*, II, 67). Aqui esteve recluso Gonzaga em situação ainda mais angustiada do que na masmorra infecta da Ilha das Cobras, esperando a ocasião de ir qualquer navio do estado para a África Oriental, longa e temerosa viagem. Nas semanas ou meses que jazeu na Torre de S. Lourenço da Barra, conta-se que seu pai o Desembargador João Bernardo Gonzaga, octogenário, ia ver em um bote, de longe, seu desventurado filho. Passava-se isto em meados do ano de 1792, eis que aparece um pequeno in-8.^o de poesias líricas intitulado *Manha de Dirceu*,

impresso na tipografia Nunesiana, com as iniciais T. A. G. Consta de 118 páginas contendo a Parte I, ou propriamente as Liras que compusera entre 1785 a 1787 em que contratara o seu casamento com a gentil D. Maria Doroteia, que contava os seus dezassete anos. Norberto de Sousa, na sua edição da *Manha de Dirceu*, de 1862, desconhecia a edição Nunesiana, que chegou a ser posta em dúvida. Esta publicação, em 1792, quando o poeta estava sob a pressão da autoridade militar da Torre de S. Lourenço, na Barra, foi, por certo, feita com intenção piedosa. Quem em Lisboa, possuía essa Parte I da *Manha de Dirceu*, a não ser sua irmã, à qual dera notícia do seu amor e do já tratado casamento? Ninguém suspeitaria que aquelas iniciais T. A. G., designavam uma individualidade ilustre, vítima de uma Alçada de juizes obcecados. Pouco antes da chegada ao seu degredo de Moçambique, ainda em 1792, apareceu em Lisboa uma edição mais completa que a Nunesiana, feita na Oficina Bulhões (*sem data*) em cadernos com uma Parte II das Liras. Sabe-se que fora de mil a tiragem dos exemplares. Com certeza, esse aumento de texto é anterior ao sequestro dos papéis de Gonzaga, cosidos num saco e entregues à Alçada do Rio de Janeiro. Esse aumento contém, pois, composições já concebidas na masmorra da Ilha das Cobras, cópias de canções avulsas que o poeta comunicaria a algum amigo. Mas, o que é intimamente comovente é lembrar-nos que essas Liras se cantavam em Lisboa e por esse país fora, enquanto o Desembargador Tomás António Gonzaga, desembarcava em Lourenço Marques arrojado ao degredo infamante e privado de quaisquer recursos. Todos esses abalos, desde 1789 até 1792, quebrantavam a organização mais robusta, quanto mais a um temperamento afectivo e de uma delicada sensibilidade. Num dos interrogatórios do carrancudo desembargador Coelho Torres, aludiu Gonzaga aos frequentes ataques de cólicas biliosas; à chegada, pois, a Moçambique foi assaltado por essa febre, agravada pelo clima africano, e sucumbiria no infecto presídio, se alma piedosa lhe não acudisse com natural compaixão de tanta miséria. O negociante português Alexandre Roberto Mascarenhas, casado com uma mulata D. Antónia Maria, levou o desgraçado poeta para o seu domicílio, dando-lhe todo o conforto; tinha ele uma filha, que estava nos seus dezanove anos, D. Juliana de Sousa Mascarenhas, que se tornou dedicada enfermeira, e por seu cuidado o salvou. Alexandre Roberto era abastado de meios, mas a filha, completamente inculta, era analfabeta, predominando nela o elemento negróide, porque acabou a vida dissipadamente e na dissolução moral. Já por aqui se vê o valor de um simulado Auto de Justificação de 9 de Maio de 1793, que se fabricou para autenticar um ajuste de casamento entre o Desembargador Tomás António Gonzaga e D. Juliana de Sonsa. Entre a chegada do poeta a Lourenço Marques em fins de 1792 e a data da Justificação de 9 de Maio de 1793, como é que o poeta mal convalescido de uma grave doença biliosa, poderia pensar em casar-se? O documento foi fabricado com o fim de produzir o seu efeito em Vila Rica, porque D. Maria Doroteia esperaria o cumprimento da pena em 1802. A frase que se lhe atribui revela isto tudo: Gonzaga *alienado*, é que poderia faltar ao que prometera. E era essa a realidade; Gonzaga passava pelas ruas, exposto às fortes calmas, com a cabeça descoberta, monologando com veemências bruscas, a que chamavam fúrias. Pelo falecimento do pai já octogenário, faltaram-lhe os socorros, e daí a ideia de tentar abrir escritório e advogar no tribunal; mas não lho permitia o seu estado mental, em que se afundava na inconsciência e na morte obscura em 1807. Esta data precisa é estabelecida por Norberto de Sonsa, que coligiu notícias da sua vida em Moçambique de indivíduos que de lá regressaram e lá o conheceram. A incerteza dos outros biógrafos em 1808, 9 ou 10, proveio de desconhecerem a amnistia dos *sobreviventes*, em 1808, que não incluiu o seu nome. O poeta não teve conhecimento das edições da *Manha de Dirceu*, que se fizeram em Lisboa, em constante interesse:

1799 – *Marília de Dirceu*, por T. A. G. Primeira parte na Oficina Nunesiana. – Ano de MDCCXCIX. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço. In-8º com 118 pág., contendo só 33 Liras.

1800 – *Marília de Dirceu*. Terceira parte, na Oficina de Joaquim Tomás de Aquino Bulhões. Lisboa, in-8.^o pequeno de 110 pág. Compreende poesias da época anterior aos amores de Gonzaga, que ele queimara em 1787, e que escaparam por curiosidade de amigos, ou de sua irmã. (Vem esta Parte III reproduzida no Rolandiana de 1820).

1801 – *Id.*, na Oficina Nunesiana. Compreende já a Parte III.

1802 – Na Oficina Nunesiana (designa-se 3ª edição). In-8º de 110 págs. – Parte II. *lb.*, com 108 págs. (Traz as 37 Liras).

1804 – Segunda Parte. Lisboa. – Na Tipografia Lacerdina. Vende-se na Loja da Gazeta. In-16º. (Na Colecção Rodrigues).

Foram estas as edições feitas em vida de Tomás António Gonzaga, que tinha expiado a sua iníqua pena em 1802. Porque não regressou ele à metrópole? Ele estava completamente alienado, desconhecendo a aclamação gloriosa da *Marília de Dirceu*, cujas Liras eram postas em música pelo grande compositor Marcos Portugal. Para que servia repatriar o desgraçado se ele já não tinha família? As edições feitas da *Manha* em sua vida são aqui apontadas para justificar o seu dito: que no meio das suas desgraças e catástrofe pessoal, tudo suportava lembrando-se que era amado por uma mulher bela.

BOCAGE (*Elmano Sadino*)

Quando o Arcadismo ou a poesia pseudoclássica estava condenada, ante o espírito da renovação romântica, esse gosto anacrónico recebia um vigor sustentado por *Filinto Elísio e Elmano Sadino*, que actuaram unicamente na versificação. É numerosa a corrente dos seus imitadores, os *filintistas* e os *elmanistas*, que chegaram nas suas diferenças até Garrett, que ainda se assinava *Jónio Duniense*, e Castilho que se designava *Mémnide Eginense*. A versificação de *Filinto* tinha o vigor que dá à frase e sentido ideológico, o conhecimento da sintaxe latina, e os efeitos das transposições que impõem o laconismo essencial à expressão poética; Bocage era, também, uma latinista educado sob o regime do *orbilianium* ou da palmatoada do professor régio D. Juan de Medina, e também a beleza dos seus versos vem dessa construção, mas a cultura retórica perverteu-lhe a expressão natural com todo o guarda-roupa da velha e incompreendida mitologia grega, e com as figuras de retórica que mais lhe facilitavam a *improvisação*, e tomassem mais brilhante a recitação, em que era surpreendente. É por isso que Bocage impressionou a sociedade do seu tempo, que o considerou um génio extraordinário, um assombro. Mas, lendo-se hoje a obra poética de Bocage, já obliterado esse gosto tradicional do arcadismo, vê-se que este génio tem duas fulgurações, a verdadeira, sentida e incomparável inspiração que vem da sua vida afectiva, dos seus amores, dos abalos morais que sofreu, e essa outra retumbante e declamatória versificação escrita, como ele confessa, *pela mão da dependência*, imposta pela sociabilidade que o aclamava e se via arrebatado pelo raro improvisado irreflectido, sobre assuntos banais e transitórios. Quem conhecer Bocage pelos documentos oficiais, que nos dão o quadro biográfico, verá esse génio sob um aspecto pouco justo, como um desvairado, em revolta com o meio social, de que é vítima, sem plano de vida; só conhecendo-o nos seus *amores*, é que aparece o espírito genial, sincero, que por vezes

se identifica com Camões, por um ideal que ia revigorar a alma de um povo em um novo século. É este génio que à crítica filosófica compete esclarecer de entre os enigmas da sua vida, que os contemporâneos incompletamente compreenderam. E para julgar um vulto desta importância, é preciso seguir a observação de Maudsley, que o indivíduo só pode conhecer-se na sua família e parentes, ainda os mais remotos, pelo poder do atavismo. Em Bocage dá-se felizmente a circunstância de serem conhecidas as duas linhas genealógicas, a paterna e a materna, avós, tios, primos e sobrinhos; desse exame, ressalta logo um facto fundamental: todos esses tipos ou personalidades eram criaturas ponderadas, moralizadas, honestas e activas. Como sair desta trama hereditária um ser impulsivo, incoerente, provocador satírico, aventureiro, acabando prematuramente vítima da sua agitação? É este o primeiro problema ou *enigma* da sua vida. No quadro da sua vida afectiva deu-se uma decepção moral, ao despontar da ingénua sentimentalidade. O seu primeiro amor foi uma catástrofe, que para um organismo vulgar o arrastaria ao suicídio ou ao crime. Fixado este facto capital, por elementos históricos que os seus contemporâneos não podiam conhecer, a vida inteira de Bocage deriva por uma fatalidade psicológica dessa decepção.

Importa conhecer a genealogia do poeta; o seu avô paterno, Luís Barbosa Soares, que nascera em 1686 e falecera com 86 anos, coligiu muitas notícias da família, sendo continuado esse trabalho por seu primo. O poeta desconheceu o valor desta ascendência paterna dos *Soares Barbosa*, e ele e seus cinco irmãos adoptaram o apelido materno de *Du Bocage*, de seu avô Gilles Hedois du Bocage, que chegou a Vice-Almirante, na Armada portuguesa.

Quando o poeta no Idílio marítimo *A Nereida*, diz que para merecer a sua amada, vai seguir a vida do mar, como os seus Antepassados, desconhecia o que o seu bisavô paterno desempenhara nas guerras do Alentejo contra os Castelhanos, que duraram vinte e sete anos:

E se o que digo é pouco, e mais desejas,
Irei, pois, outros méritos ganhando,
Até que tu de mim contente estejas.

Tentarei por fazer teu génio brando
Nunca tentados, nunca vistos mares,
Os meus Antepassados imitando.

Referia-se ao francês Gilles Hedois, que em 1701 viera servir na Armada portuguesa contra os Castelhanos, e continuando ao serviço de Portugal depois da Paz de Utrecht; batendo no Rio de Janeiro o assalto do aventureiro Duguay Trouin em 1711, e ainda em 1717 combatendo contra os Turcos na expedição naval vencedora em Matapan.

E celebrando em um belo Soneto a revolução de 1640, invocando Viriato e os heróis que lutaram contra os Romanos, termina com pompa, que os restauradores – «Fizeram mais, salvaram-na num dia». A libertação de Portugal levou 27 anos de campanhas, e nelas batalhou esse bisavô João António Barbosa, que tendo sentado praça em Elvas, combateu na batalha de Arronches, na tomada de Valência de Alcântara, na Asseiceira e dos Montes Claros. Do casamento deste heróico patriota com Bárbara Barbosa Soares, em Lisboa, servindo na Armada, que foi a Sabóia. Assim, a imitação dos seus Antepassados, na vida náutica compreende bem as duas linhas. Já esta referência se liga aos seus amores, sem revelar no Idílio o nome de *Getrúria*, que

aparece com o mesmo intuito em outras composições poéticas.

O avô paterno do poeta, Luís Barbosa Soares, adoptou como apelido *Soares*, de sua mãe, mas o pai o Dr. José Luís Soares Barbosa, adoptou o apelido paterno, como seus irmãos Egídio Soares Barbosa e Francisco António Soares Barbosa. Este avô do poeta comprou em 1710 um Ofício judicial (escrivão-tabelião) que serviu por mais de trinta anos, passando-o depois a seu filho Francisco António Soares Barbosa. Este facto mostra o que o levou a cursar a Universidade e graduar-se em Cânones José Luís Soares Barbosa, que seguiu a carreira da magistratura judicial, sendo despachado Juiz de Fora para a comarca de Castanheira de Pêra, chegando a Ouvidor em Beja. Nascera em 29 de Setembro de 1726 e casara em 1758 com D. Mariana Joaquina Xavier Lestoff, filha de Gilles Hedois, então capitão de mar-e-guerra, e de Clara Francisca Lestoff, filha de Leonardo Lestoff, cônsul de Holanda, e proprietário em Setúbal. Deste consórcio houve o Dr. José Luís Soares Barbosa os seguintes filhos:

– D. Maria Agostinha, nascida em 1759, que casou com um rico proprietário de Olhalvo, Soutomayor, de que existem os Góis de Bocage.

– D. Ana das Mercês, nascida em 1760, que casou com o filho do Governador da Fortaleza de São Tiago do Outão, e se chamava José do Prado da Cunha e Eça. Não é indiferente tal facto, porque por este enlace, as duas famílias do Governador do Outão e do Dr. José Luís muito se intimaram, como se vê:

– Gil Francisco Xavier de Bocage, nascido em 1762, frequentou a Universidade de Coimbra, e graduou-se em Leis. Era também cultor da poesia, e casou com a filha do Governador de Outão, D. *Gertrudes* Homem da Cunha e Eça. (Na notícia genealógica, que acompanha a versão de *Paulo e Virgínia* por Bocage, em 1905, incluímos acerca deste Gil, irmão do poeta: «do qual se contam as aventuras amorosas com a filha do Governador da Fortaleza do Outão». O que foram essas aventuras? Lidas as *Rimas* de Manuel Maria (*Elmano Sadino*), de 1791, vê-se que a *Getrúria* tão celebrada nos seus versos, com a mais ardente inspiração, e com as pungentes queixas da sua versatilidade e do poder de sedução do seu rival, a que em um verso chama *Infame*, era essa menina D. Gertrudes Homem da Cunha e Eça, que *Elmano* tanto idealizara. É este facto inteiramente omisso nos biógrafos do Poeta, a que não demos o seu relevo, porque o obtivemos, quando estava quase impresso o estudo de 1902).

– Manuel Maria Barbosa du Bocage, nasceu em 15 de Setembro de 1765. Esta diferença de três anos, actuou na preferência de *Getrúria*, vendo no bacharel em Leis melhor garantia de felicidade conjugal.²⁷ O poeta nascera já em Setúbal, depois de seu pai se aposentar no quadro da magistratura, e estabelecer banca de advogado em Setúbal, onde seu irmão carecia do seu saber para as questões forenses e mercantis. Apesar de não viver com largueza, recorrendo a alguns empréstimos, ainda lhe floriu a prole:

– D. Maria Eugénia, nascida em 8 de Setembro de 1768, que faleceu em tenra idade.

– D. Maria Francisco, nascida em 13 de Abril de 1771, e acompanhou o poeta nos seus últimos anos.

²⁷ MANUEL, filho legítimo do Dr. José Luís Soares e de D. Mariana Joaquina Xavier du Bocage, nasceu a 15 de Setembro de 1765, e foi baptizado na freguesia de S. Sebastião a 29 do dito mês e ano, como consta do Livro 8º dos Baptismos da mencionada Freguesia a fls. 176, v.

«O que acima transcrevo foi por mim verificado em presença do respectivo termo. No nome do pai falta o apelido *Barbosa*, omissão talvez devida a quem lavrou o termo».

M. M. PORTELA

Este quadro genealógico dá-nos a desolada situação em que ficou a família sem a providência materna, falecendo em 1775 D. Mariana Joaquina Xavier Lestoff. As duas filhas mais velhas, enquanto não casaram, é que continuaram a acção maternal; Bocage (*Elmano*) tinha, como ele declara, *dois lustros* (dez anos), e elas foram suas mestras, antes de ir aos doze anos aturar o boçal professor de latim, e decorar a retórica. As faculdades poéticas irrompiam nele, como confessa: «*Versos balbuciei na voz da infância.*» Recitava poesias de seu pai, em geral do género satírico, e a sua prematuridade era uma consequência atávica. Cabe aqui uma mostra da musa paterna:

«A certo pregador, que orando nas exéquias de João Tomás Farinha, chamou à eça, que estava ao centro da igreja um – *fúnebre armazém de saudade*:

SONETO

Meu padre Pregador, largue o capelo,
Feche a coroa, ajouje-se aos donatos,
Tempere ou lave na cozinha os pratos,
Que em púlpitos não há quem possa vê-lo.

Vá na horta plantar alface e grelo,
Tome o bastão e vá pedir chibatos,
Pregue lá aos pastores insensatos,
Que entre burros é sábio inda um camelo.

Nas exéquias do bicho da cozinha
E de outros figurões desta entidade,
Pode pregar, que tem licença minha.

Ali, meu padre, espoje-se à vontade,
E se houver urna, a João Tomás Farinha
Empurre-lhe o *armazém da saudade*.

Dr. José Luís Soares Barbosa.»²⁸

Além de seu pai, também um tio-avô materno, Ficquet du Bocage, inspector-fiscal em Rouen, escrevia e imprimia versos, e era casado com a autora do poema *Colombiade* (traduzido em português para as festas do Centenário de Colombo pelo Visconde de Seabra, aos 95 anos!). Na família de *Elmano*, também seu irmão Gil e sua irmã D. Maria Francisca cultivam a poesia, segundo testemunhos contemporâneos. A família do poeta frequentava a intimidade da família do Governador de Outão – Suave habitação da minha amada – como começa o *Adeus a Getrúria*. Em um verso pinta Bocage a beleza dessa mansão principesca, a uma légua de Setúbal, tendo a leste a encosta verdejante da serra, defendendo-a dos ventos de leste, tendo em frente o Atlântico, com todo o seu aspecto ora azul, ora plúmbeo, gozando os mais surpreendentes ocasos, que nenhum artista imita, os luares espelhados argenteamente nas águas, o clima sempre igual, e os belos passeios de mar, e as divertidas mariscadas. Neste meio edénico era impossível não amar. *Elmano* serviu-se da poesia para declarar o seu amor a *Getrúria*,

²⁸ *Revista Liter. do Século*, nº216. – Barbosa Machado, no tomo IV da *Biblioteca Lusitana* nomeando José Luís Soares de Barbosa, aponta-lhe o Epicédio à morte do Rev. P.º José de Faria, sem data nem lugar de impressão. Inocêncio e Brito Aranha não fazem menção deste poeta, pai de *Elmano*.

tão criança como ele; mas dois ou três anos fazem uma grande diferença de uma rapariga para um adolescente. *Elmano* começa a sentir retraimentos da que tanto correspondera aos seus ímpetos. O casamento de D. Maria das Mercês, veio dar alento à esperança de um enlace. *Elmano* via seu irmão seguir a carreira jurídica na Universidade, e os seus regressos mais estreitavam a confiança; o poeta sentia que o irmão possuía também na sua distinção e delicadeza o dom da sedução por uma linguagem animada e lisonjeira. É nestas crises de sentimento, que pensa em um plano de vida, e aos dezasseis anos, em 1781, foi sentar praça como Cadete, no Regimento de Setúbal (hoje nº7). Depois de se achar em uma arma de vasta promoção, e criando-se nova organização de estudos para o quadro da Marinha, fácil lhe foi a concessão da sua transferência, vindo para Lisboa em 1782 frequentar essas disciplinas.

Este acordar do sentimento, manifesta-se pela consciência da perda de sua mãe em 1775:

Aos *dois lustros*, a morte devorante
Me roubou, terna mãe, teu doce agrado.

Em um Soneto, celebrando o falecimento de *Armânia* (anagrama de Mariana) consagrou Bocage a memória de sua mãe D. Mariana Joaquina Xavier, com estes traços de uma impressão indelével:

Os garços olhos em que Amor brincava,
Os rubros lábios em que amor sorria,
As longas tranças de que amor pendia.
As meigas vozes onde Amor soava;

As melindrosas mãos que Amor beijava,
Os alvos braços onde Amor dormia,
Foram dados, *Armânia*, à terra fria,
Pelo fatal poder, que a tudo agrava.

Seguiu-te Amor ao tácito jazigo,
Entre as Irmãs, cobertas de amargura
E eu que faço? ai, de mim, como os não sigo.

Que há no mundo que ver, se a formosura,
Se o amor, se as graças, se o prazer contigo
Jazem no eterno horror da sepultura?

(*Rimas*, p. 79. Ed. 1791)

Este Soneto é a forma bela de uma viva recordação dos seus dez anos, em que viu a consternação de suas irmãs D. Maria Agostinha, de dezasseis anos, e D. Ana das Mercês, de quinze anos. Os traços descritivos acentuam a origem holandesa e o seu carácter de providência doméstica.

Pelo registo dos Oficiais inferiores do Regimento de Setúbal, Bocage jurara bandeira em 22 de Setembro de 1781, como cadete. Por esse mesmo assento se declara a sua *passagem a Guarda-Marinha por despacho de 5 de Setembro de 1783*. O que

motivou esta mudança de Infantaria para a Armada, os factos o explicam. Por decreto de 14 de Dezembro de 1782, foi criado o Corpo de Guardas-Marinhas, com o fim especial de instruir a mocidade nobre com as ciências náuticas e militares, sendo admitidos apenas quarenta e oito alunos, que não excedessem a idade de dezoito anos, e provassem ser cadetes. Bocage ia fazer dezoito anos em 1783 e por isso foi-lhe permitida a transferência. Para estas passadas necessárias ainda obteve licenças registadas em Julho e Setembro de 1783.

No Arquivo militar, encontrou o sr. General Brito Rebelo, no *Livro 3º* do Regimento de Setúbal, fls. 77, as seguintes notas referentes a Bocage:

REGISTO DOS OFICIAIS INFERIORES,
CADETES, TAMBORES E SOLDADOS DA 6ª COMPANHIA

Número ... 84.

Nome – Manuel Maria Barbosa du Bocage.

idade – 16 anos.

Altura – 5 pés e 4 polegadas.

Praça – A 22 de Setembro de 1781.

Sinais – Cabelos castanhos, olhos pardos.

Lugar do nascimento – Setúbal.

Tempo do juramento – 22 de Setembro de 1781.

Passagem ou baixa e a razão – A Guarda-Marinha 1º do 8, por despacho de 5 de Setembro de 1783.

LICENÇAS

De 10 até 15 de Agosto de 1782.

De 26 de Junho até 15 de Julho de 1782.

De 16 até 31 de Julho de 1783.

De 31 de Agosto até 13 de Setembro de 1783.

(Publicado no número do *Diário de Notícias*, de 21 de Dezembro de 1905, no artigo: *Bocage no Exército*).

Foi, portanto, Bocage um desses 48 novos Guarda-Marinhas da primeira fundação, que teve depois de 1792 a 1836 várias remodelações. As disciplinas científicas eram frequentadas na *Academia Real de Marinha*, criada no ano de 1779. Vê-se que o pensamento da *Companhia dos Guarda-Marinhas*, destinada aos cadetes, era interessar a mocidade dourada para a carreira marítima. Bocage sentiu acordar-se a tradição dos seus antepassados, e acabados os três anos do curso em 1786 é que requer a sua passagem para a Armada da Índia. O Curso constava, no 1º ano: Álgebra, Cálculo e Mecânica; no 2.º, Trigonometria esférica; e Náutica, ao 3º ano. No Idílio marítimo, descreve a sua amada o aproveitamento do seu curso no Colégio dos Nobres:

Não devo à natureza um grato aspecto,

É verdade; o meu mérito consiste

Num claro entendimento, e puro affecto.

.....

Que mais provas, que as lagrimas que choro

Dar pode um terno amor? E finalmente
Do meu mister, que requisito ignoro?

Na *manobra*, quem lia mais diligente
Que eu? Quem tem do mar melhor o prumo?
Quem no *leme* e na *Agulha* lia mais ciente?

A *carga no porão* com regra arrumo,
Sei *pôr à capa*, sei *mandar a via*
Como qualquer piloto, e *dar o rumo*.

Sei como hei-de correr *com travessia*
E pela *Balestilha* e pelo *Outante*
Achar a *latitude* ao meio dia.

Sei qual *estrela é fogo* e qual errante,
A *Lebre*, o *Cisne*, a *Lira*, a *Nau* conheço
E *Orion*, tão fatal ao navegante.

Talvez muito vaidoso te pareço
Mas devo assim falar, para que vejas
Que teus desdêns, oh Ninfa, não mereço.

(*Rim.*, p. 139)

O decreto que nomeia o poeta Guarda-Marinha da Armada do Estado da Índia, em 31 de Janeiro de 1786, traz o seu nome oficial Manuel Maria Barbosa *Hedois* du Bocage. Começou a usar o apelido de seu avô materno, que deixou depois cair em desuso, empregando-o no pseudónimo de *Lídio* (*L'Hedois* e *Le Doux*). O Conselho Ultramarino o despachou em 4 de Fevereiro, e em 15 do mesmo mês concedeu-lhe o adiantamento do soldo de cinco meses, por Aviso da Secretaria de Estado, para lhe serem descontados. Até 14 de Abril, em que embarca na Nau de viagem *N. S.^a da Vida, Santo António e Madalena*, comandada por José Rodrigues de Magalhães. Este período do seu despacho até à partida foi passado nas emoções da despedida dos seus amigos íntimos, condiscípulos, e da sua amada *Getrúria*, verdadeiramente inspirado.

Na Canção I, invocava a Fortaleza do Outão «Suave habitação da minha amada», de *Getrúria*, D. Gertrudes Homem de Noronha Eça, filha do Governador, apontando o seu destino:

Quer a sorte, propicia a meu desejo,
Manda-me a honra, cujas aras beijo,
Que com férvido brio
Contemple os mares da invencível *Dio*.

.....
Adeus, sócios fiéis; e tu, querida
Cujos olhos nesta alma, à tua unida
O primeiro empregaram
Amoroso farpão, que dispararam,
Abafa os tristes, férvidos suspiros

Com que me vibras perigosos tiros.

Eu te levo, meu bem, no pensamento,
Não me armes contra mim neste momento
O novo e doce encanto
Que recebem teus olhos do teu pranto.
Um generoso amor é quem me afasta
De ti, *Getrúria*. Adeus; não chores, basta.

A Epístola de *Elmano* a *Getrúria*, em que descreve a sua viagem para a Índia, e já receoso do gênio versátil da namorada, recorda-lhe a cena do adeus da despedida:

Ai, gesto encantador, face amorosa
Que me inspiraste da paixão mais pura
A doce chama, a chama deleitosa

Que torrente de gozo e de ternura,
Fizeste borbulhar no meu semblante,
Enquanto permitiu minha ventura.

.....
Oh lúbrico prazer! fortuna instável,
Apenas fui feliz, fui desgraçado!
Oh catástrofe acerba, deplorável.

Mas tu, *Getrúria* bela, ídolo amado
Tu, meu único bem, cuja mudança
Me fará acabar desesperado;

Por piedade, não percas da lembrança
O terno adeus, e as lágrimas e os motos
Com que ele vigorou minha esperança.

Vê, que entregue ao furor de horríveis Notos
Vim, só por me fazer de ti mais digno,
A climas do meu clima tão remotos.

Semblante, para mim sempre benigno,
Reserva-me um sorriso; ele, somente
Pode o meu astro serenar maligno.

Este só me fará viver contente.
Só neste está suspensa a minha gloria,
Só dele o meu sossego está pendente.

.....
Obra, a mais singular da natureza,
Erário dos seus dons, conheça o mundo
Que és tão rica em amor, como em beleza.

Abunda nas saudades em que abundo,

Manda-me lá desses ditosos Lares,
Nas azas da ternura um ai profundo.

Na sua viagem para a Índia, o poeta achava alívio na lembrança de *Getrúria* e na esperança de tornar a vê-la:

Pelas túmidas ondas anojado,
Ora aos abismos, ora ao firmamento,
Aberto o peito, o coração rasgado
Pelo agudo punhal do apartamento;

Mas, tantas aflições, tantos pesares
Tudo é pouco, *Getrúria*, tudo é pouco
Se inda eu vir os teus olhos singulares.

(*Ib.*, p. 29)

O poeta, já durante a viagem pressentia a instabilidade do génio de *Getrúria* e o seu efeito letal:

Enquanto os bravos formidáveis notos
Por entre os cabos trémulos zunindo,
O fendente baixel vai sacudindo
A climas do meu clima tão remotos;

.....
Ao meu ídolo amado, ausente e lindo
Formo nas mãos de Amor sagrados votos.

Mordaz tristeza o coração me corte,
Sofra tudo, oh *Getrúria*, por amar-te,
Farte-se embora a cólera da sorte,

Mas, talvez (ai de mim!) que se não farte,
Que, ou tua vivacidade ou minha morte
Me roube as esperanças de lograr-te.

(*Ib.*, p. 43)

E comparando-se ao avarento, sempre preocupado na guarda do seu tesouro, volve à ideia, que se torna fixa:

Tal eu, meu doce amor, minha esperança,
De suspeitas cruéis atormentado,
Receio que a distancia, o tempo e o fado
Te arranquem meus carinhos da lembrança.

Receio, que por minha adversidade

Novo amante, sagaz e lisonjeiro
Macule de teus votos a lealdade.

Ah, crê bela *Getrúria*, que o primeiro
Dia fatal da tua variedade
Será da minha vida o derradeiro.

(*Ib.*, p. 30)

Parece que conhecia o rival pelas qualidades de sagacidade e poder de adulação, pela convivência. Em outro Soneto, Bocage acusa mudança na sensibilidade:

Temo que a minha ausência e desventura,
Vão na tua alma, *docemente acesa*,
Apoucando os excessos da firmeza
Rebatendo os assaltos da ternura.

Temo que a tua singular candura
Leve o tempo fugaz nas azas preza,
Que é quase sempre o vício da Beleza
Génio mudável, condição perjura.

(*Ib.*)

Este receio, impiamente se confirmava, porque em outro Soneto alude ao próximo casamento de *Getrúria*:

Os frutos que produz tua ternura
São (que assombro!) a *vileza*, a *tirania*,
Sacrificas a tua idolatria
Com tuas próprias mãos em Ara impura.

Que louco coração! que torpe amante!
Vende o seu gosto! oh mísera Beleza,
Eu te choro, eu te choro, outrem te cante.

Excedeu-se em formar-te a Natureza,
Divina te julguei pelo semblante,
Humana vejo que és pela fraqueza.

(*Ib.*, p. 44)

Esta *vileza*, denuncia a crua realidade, porque era o próprio irmão de Bocage que desposava *Getrúria*; e a *tirania* denuncia a intervenção do pai dela, o velho governador da fortaleza de São Tiago de Outão, que via melhor futuro para a filha no irmão do poeta, de vinte e cinco anos e frequentando a Universidade de Coimbra, do que no volúvel guarda-marinha da Armada da Índia, com vinte e dois anos e todo poeta. A

ideia da morte obsidia-o:

Se a minha lastimosa desventura
Irremediável é, se trago escrito
No rosto cor da morte o meu delito
Que louca ideia os passas me segura?

(*Ib.*, p. 56)

Em um dos Sonetos em glosa, faz sentir as torturas do ciúme que lhe causa *Getrúria* por uma forma lancinante:

Eu deliro, *Getrúria*, eu desespero,
No inferno de suspeitas e temores,
Eu, da morte as angustias e os horrores
Por ti mil vezes sem morrer, tolero.

Na Canção I, *O Adeus*, reconhece que fora injusto muitas vezes contra *Getrúria*:

Quantos injustos ciúmes
Me arrancavam mil prantos, mil queixumes,
Quando à bela constância de *Getrúria*
Fiz com suspeitas vás cruel injúria.

(*Rim.*, p. 148)

Estas suspeitas e ciúmes do jovem poeta não eram fantasias de um temperamento vibrátil; Manuel Maria, mais novo três anos que seu irmão Gil Soares Barbosa; achava-se este em grande intimidade com a família do Governador da Torre de São Tiago do Outão, pelo casamento de sua irmã D. Ana das Mercês com José do Prado Homem da Cunha e Eça, filho do Governador. Os dois irmãos acharam-se ambos enleados pela formosura de D. Gertrudes Homem de Noronha, que os tratava com a mesma afabilidade e desenvoltura de criança. Gil Soares teve longas ausências em Coimbra, onde seguia o curso de Leis, e Manuel Maria, vivendo até 1782 em Setúbal, estava a uma légua da Torre do Outão. Pela sua imaginação poética e sensibilidade moral apaixonou-se pela menina, idealizando-a com o nome de *Getrúria*. O irmão habilitava-se para seguir carreira na magistratura, e *Elmano* entendeu que para tornar-se digno do seu amor compreendeu que era forçoso ir servir com o seu posto de guarda-marinha na Armada da Índia. A preparação para a larga ausência enterneceu *Getrúria*, acendendo mais a paixão de *Elmano*.

O motivo da sua viagem para a Índia é confessado no belo Soneto:

Olhos suaves, que em suaves dias
Vi nos meus tantas vezes empregados,
Vista, que sobre esta alma despedias
Deleitosos farpões no Céu forjados.

Troquei-vos pelos ventos, pelos mares
Cuja verde arrogância as nuvens toca
Troquei-vos pelo mal que me sufoca,
Troquei-vos pelos ais, pelos pesares,
Oh cambio triste! oh deplorável troca.

(*Rimas*, p. 16)

Nas poesias publicadas em 1791 por Bocage apenas se encontram dirigidas ou alusivas a *Getrúria*, as expressões da saudade do apartamento, o receio da versatilidade dela pela ausência, e o ciúme despertado por novos amores, de que suspeita, o desengano atroz, que lhe desnorteou a vida. É indubitável que aos seus primeiros amores, conhecida a sua espontaneidade e impressionismo, que *Getrúria* lhe inspirou as suas composições líricas; ela devia tê-las recebido, e o poeta pela sua dura decepção, ou por motivo intimamente moral, abandonou-as, não as incorporou nas suas *Rimas*. Da mão de *Getrúria* ter-se-ia espalhado. No *Livro curioso*, de 1803, de Setúbal, vêm muitos Sonetos, tão belos, e descrevendo situações do primeiro amor de Bocage, que levam quase a afirmá-lo. Transcrevemos alguns:

Uns graciosos olhos matadores,
Que às vezes por amor ficam mais belos,
Uns dourados, finíssimos cabelos,
Das madeixas de Sol desprezadores:

Uma face, onde as purpúreas cores
Da matutina luz tiram modelos,
Uns agrados tão doces, sem fazei-os,
Que por eles Amor morre de amores;

Um riso, tão parcial da honestidade,
Que no insensível causava destroço,
Quanto mais na razão e na vontade!

Esta é a minha... Oh tímido alvoroço!
Eu tomo de dissei-o a liberdade;
Esta é a minha..., a minha... Mas não posso.

*

Por mais que faça um aturado estudo
De expor à excelsa., o meu desejo,
Buscando vê-la só, só porque a vejo,
Em lugar de dizer-lho fico mudo.

Animo-me outra vez, falo, e contudo
Não sei se por temor se por cortejo
Abaixo os olhos, encho-me de pejo
E fico então mais triste que sisudo.

Ela, que estes afectos me tem visto
Pergunta-me: – Que tens? – Para explicá-lo
De mais valor o ânimo revisto.

Vou a dizê-lo, balbuciando fala,
Formo algumas razões, ateimo, insisto,
Mas de novo suspiro, tremo e calo.

*

É tão grande em ti a formosura,
E tão rara a beleza, o agrado,
Que a teu império feliz, sujeitado
Tem minha liberdade com ventura.

Inclinação tão suave como pura,
Busca sempre adorar-te com cuidado
Procurando com ânsia desolado
Significar-te o afecto e ternura.

Não pretendo de ti mais que o amar-te,
Que desinteressado te venera,
E desejo somente o explicar-te.

Nada mais apeteço, nem quisera
Que continuo o ser eu adorar-te
Como quem nisto e nisto só se esmera.

*

Do vosso amor me vejo penhorado,
Penhorado por vós ando perdido;
Perdido, pais me vejo sem sentido
Sem sentido, que em vós anda empregado.

Empregada, meu bem, trago o cuidado,
Cuidado, que me traz tão distraído,
Distraído, em tal sorte, que esquecido
Esquecida de mim, de vós lembrado.

Lembrado estou tão bem, que ando pensando
Pensando que por vós ando morrendo,
Morrendo enfim por vós vou acabando.

Acabando, me veja padecendo
Padecendo, bem vejo o não ser quando
Quando tivesse a gloria que pretendo.

Estes versos revelam uma paixão nascente em que desabrocha o génio do poeta.

As *Rimas* de 1791, só contêm a fase amorosa na decepção da pérfida *Getrúria*. O período das primeiras emoções foi apagado pelo roubo dos seus cadernos, talvez por efeito dos melindres das duas famílias aparentadas. Agora acompanhemos Bocage na viagem para a Índia, sempre embalado nas reminiscências de Camões.

Em 14 de Abril de 1786 partia de Lisboa a Nau de Viagens *Nossa Senhora da Vida, Santo António e Madalena*, para Goa, levando escala pelo Rio de Janeiro, para conduzir o Governador-Geral Francisco da Cunha Meneses, que ia suceder no poder a D. Frederico Guilherme de Sousa (o Calhariz) que terminara o seu tempo. Bocage ia despachado Guarda-Marinha da Armada da Índia; levava o intuito de se adiantar na promoção dos postos e poder realizar os seus amores (tornar-se digno de *Getrúria*). As saudades do lar paterno, a que se vê arrancado, a separação de amigos íntimos, que celebra com emoção nas estrofes, os perigos do mar e dos inóspitos climas são excedidos pela preocupação que assalta a cada momento a incerteza da constância do amor de *Getrúria*. Confessa-o o soneto, que explicará toda a sua vida:

Temo, que a *minha ausência e desventura*
Vão na tua alma, *docemente acesa*,
Apoucando os excessos da firmeza,
Rebatendo os assaltos da ternura.

Temo, que a tua singular candura
Leve o tempo fugaz nas azas preza,
Que é quase sempre o vício da beleza,
Génio mudável, condição perjura;

Temo, e se o fado mau, fado inimigo
Confirmar impiamente este receio
Que na meu coração gemendo abriga;

Com o rosto, alguma vez, de magoas cheio,
Recorda-te de mim, dize contigo:
– Era fiel, amava-me, e deixei-o.

(*Rimas*, p. 45)

Sobrevem, na viagem, uma forte tempestade, que Bocage descreveu nos seus versos, mas mais profunda era esta procéla moral, que lhe desmoronava o sonho dos seus vinte e um anos. Ele faz o confronto do seu curto mas ditoso passado:

Olhas suaves que em suaves dias
Vi nos meus tantas vezes empregados,
Vista, que sobre esta alma despedias
Deliciosos farpões no céu forjados.

Santuários de amor, luzes sombrias,
Olhos, olhos de cor dos meus cuidados,
Que podem inflamar as pedras frias,
Animar os cadáveres mirrados;

Troquei-vos pelos ventos, pelos mares,
Cuja verde arrogância as nuvens toca,
Cuja horríssonas voz perturba os ares;

Troquei-vos pelo Mal, que me sufoca,
Troquei-vos pelos ais, pelos pesares,
Oh, cambio triste! Oh deplorável troca.

(*Rimas*, p. 20)

Na *Epístola a Getrúria*, descreve o temporal e chegada ao Rio de Janeiro, em tercetos deliciosos, comparáveis com a Elegia III, de Camões, inspirada por idêntica situação. Os traços autobiográficos revelam-nos quão profunda teria de ser a decepção ou conformação dos seus receios:

Se o teu fiel caracter não desmentes,
Se inda em teu coração não teve entrada
A variedade, o vicio dos ausentes;

Se, do voto reciproco lembrada
Suspiras por me ver como suspiro
Por oscular-te a dextra delicada;

Chorando escutarás o que profiro:

Da santo abrigo de meus deuses Lares
Pela sorte cruel desarraigado,
E exposto em frágil quilha aos bravos mares,

Sabre as espaldas do Oceano inchada,
Dirigindo tristíssimo lamento
Contra o céu, contra o amar, e contra o fado;

.....
Pus finalmente os pés onde murmura
O plácido Janeiro, em cuja areia
Jazia entre delicias a ternura.

Elmano referia-se à sedução ou *candonga* das gentis crioulas, com um toque da fascinação da raça amarela. A paragem no Rio de Janeiro não foi rápida, porque o Governador Francisco da Cunha Meneses, e o secretário de Estado e desembargador Sebastião José Ferreira Barroco tiveram de ser festejados pelo faustoso vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, prolongando-se esse júbilo oficial até à partida para a Índia: paradas militares, recepções, banquetes, bailes, sessões literárias, digressões e passeios. Bocage produziu o deslumbramento pelas suas surpreendentes recitações, pelos improvisos fulgurantes dos brindes e saudações, pelo fogo amoroso e vaga melancolia que o inspirava. Este poder moral é-nos revelado por *lord* Beckford, artista opulento e desdenhoso, que nenhum tipo vulgar poderia impressionar. Luís de Vasconcelos e Sousa, com os seus sorrisos mais afectuosos, distinguiu o jovem Guarda-

Marinha, o rapazola de vinte e um anos, mas desabrochando na expansão genial. Na sua Ode IV, Bocage refere-se a essas simpáticas distinções:

.....Vasconcelos, que ainda
Na dilatada América opulenta
Pela intacta justiça.
Pela terna saudade é suspirado,
Que de um sorriso, oh Musa, honrou teu Canto,
Lá na tépida margem
Do límpido Janeiro

O desembargador Sebastião José Ferreira Barroco, que terminara o seu triénio na Relação da Baía, que partia para Goa como secretário de Estado e como braço direito do Governador Cunha Meneses, também foi empolgado por uma grande simpatia por *Elmano*. Poucos poderiam apreciar Bocage, como Barroco, que também era poeta, e usava o nome arcádico de *Albano*, quando frequentara as conferências discretas das grades do Convento de Chelas, e *Alcipe* o amava a ponto de ter ficado doente, quando ele, entrando no quadro da magistratura, obteve um despacho para o Brasil. A intimidade de Barroco tinha um fundamento especial; *Elmano* sabia toda a história de *Alcipe*, desde 1777, em que saiu da clausura, seu imediato casamento com o *tolaz* militar, e a sua partida para Viena de Áustria pela enviatura do marido. Foi esta amizade de Barroco, também companheiro de viagem para Goa, que se tornou para Bocage uma salvação, no angustioso lance dos seus amores. É a essas semanas passadas no Rio de Janeiro, de folguedos entre atractivos femininos, que alude na sua Epístola a *Getrúria*:

Ali, como nas margens de Ulisseia,
Prendendo corações, brincavam, riam
Os filhinhos gentis de Citereia.

Mil graças, que a vangloria trocariam
Em vergonhosa inveja a tua vista,
Usurpar-te meus cultos presumiriam;

Eis, olham como fácil a conquista
Mas a fé me acompanha, a fé me alenta
E constância me dá com que resista.

Este combate a gloria me acrescenta;
Conhece-se o valor do Navegante
Em tenebrosa, horrísona tormenta.

Contemplando na ideia o teu semblante
Pude evitar o escolho onde naufraga
O coração mais livre e mais constante.

A formosa *Getrúria* não devia ter gostado desta gabolice de *Elmano* na passagem pelo Rio de Janeiro. É natural que o irmão do poeta Gil Francisco Soares Barbosa, que cursara a Universidade, fizesse sentir à namorada D. Gertrudes Homem de Noronha e

Eça, a impressionabilidade do poeta, e que sua irmã D. Maria das Mercês, casada com o filho do Governador de Outão, patrocinasse a mudança dos afectos para o irmão que melhor garantiria o futuro de uma esposa. O poeta pressentia esses efeitos da ausência que *docemente* se infiltrava e actuaria no ânimo de *Getrúria*.

Em 29 de Outubro de 1756 chegou a Goa a Nau *N.^a Senhora da Vida, Santo António e Madalena*, que partira de Lisboa em 14 de Abril. Em 17 de Novembro é registada a sua carta-patente, com o *Cumpra-se* do Governador, em 18..., e com o visto de guarda-marinha incorporado na Armada da Índia. Entra em serviço de embarque, em 20, saindo na fragata *Temível Portuguesa*. No idílio *A Nereida*, celebrando o Mandovi sereno e brando, alude ao serviço naval:

Topamos há três dias o inimigo,
Na altura de Chaul; travamos guerra
Sentiu do Português o esforço antigo.

Fez-se uma preza; repartiu-se em terra
Inda agora; o quinhão que lá me deram
Este pintado cofrezinho encerra.

Nas mãos um colar de ouro me puseram,
Sobre aljófares mil, vi que, por belos
De teu colo e teus pulsos dignos eram.

O mesmo foi pegar-lhe que trazê-los
Para oferecer-tos; vem (não é desdouro)
Vem aceitá-los, ou sequer, vem vê-los.

Mas, que precisas tu, se és um tesouro
Se tens mais lindas pérolas na boca,
Se tens ouro melhor nas tranças de ouro!

Em Fevereiro de 1787, acha-se Bocage matriculado na *Aula Real Militar*, de Pangim; aí cursaria especialmente a carreira da pilotagem. Em uma indicação do registo escolar aponta-se: «*não fez exame, por causa legitima.*» Nesta nota começa a acentuar-se a situação extraordinária, que é o enigma da sua vida. Bocage andava com a preocupação dos amores de *Getrúria*; exprime-o bem a frase do versículo dos *Cantares* – *amore languet*. Ele bem queria fortificar-se no seu sentimento, e descrevia no seguinte Soneto essa profunda ansiedade:

Pelas túmidas ondas arrojado
Ora aos abismos, ora ao firmamento,
Escutando o furor e o som violento
Do Bóreas, de Aquilão, de Noto irado.

Aberto o peito, o coração rasgado,
Pelo agudo punhal do apartamento,
Qual o punho que foi de aço cruento
Pelas guerras mortais atravessado.

Assim de um cego amor já cego e louco,
Envio, alma querida, envio aos ares,
De quando em quando um ai tremulo e rouco.

Mas tantas aflições, tantos pesares,
Tudo é pouco, *Getrúria*, tudo é pouco
Se inda eu vir os teus olhos singulares.

(*Rim.*, p. 29)

Em outro Soneto, glosando-o acerca dos *roubos* que lhe fez a má ventura, exclama:

Eu deliro, *Getrúria*, eu desespero,
No inferno de *suspeitas* e temores,
Eu da morte, as angustias e os horrores
Por ti, mil vezes, sem morrer tolero.
Pelo céu, par teus olhos te assevero
Que serve esta alma em cândidos amares
Longe o prazer de ilícitos favores,
Quero o teu coração, mais nada quero.

(*Ib.*, p. 106)

A paixão caminha para a catástrofe; as *suspeitas* vão-se tornando temerosa realidade:

Alva *Getrúria* minha, a quem saudoso
Mando magoados ais enternecidas,
Getrúria, que encantas os meus sentidos
Com um meigo riso, com um Amor piedoso.

Amor, o injusto Amor, nunca doloso,
Insensível penedo a meus gemidos
Me repete sobre os tímidas ouvidos
Estas vazes cruéis em tom raivoso.

Tu, que já desfrutaste os meus favores,
Tu, que na face de *Getrúria* bela
Néctar bebeste, mitigantes ardores;

Não tornarás, não tornarás a vê-la,
Lamento, desgraçado, os teus amores,
Acusa desgraçado, a tua estrela.

(*Rim.*, p. 60)

Elmano tem a certeza de *Getrúria* ter aceitado o amor de outrem, daquele de quem temia o efeito das palavras serenas sobre o ânimo da ingénua criança e pela frequência e contacto das duas famílias. Ainda lhe falta o desengano brusco, e o resultado irremediável do seu consórcio. Ele sente-se invadir pela *letal doença*, e pensa no suicídio. É nesta desolada situação que achou justas simpatias no secretário de Estado, Sebastião José Ferreira Barroco, que era poeta sem compreender o genial *Elmano*.

Nada pode exprimir o desalento moral que lhe desvairou a vida, como esse Soneto, que tem o valor de documento histórico:

Da pedida *Getrúria* o juramento
Parece-me que estou todo escutando,
E que inda o som da voz suave e brando
Encolhe as azas, de encantado, o vento.

No vasto, infatigável pensamento
Os mimos da perjura estou notando...
Eis Amor, eis as Graças festejando
Dos ternos votos o feliz momento.

Mas, ah! Da minha rápida alegria
Para que acender mais as vivas cores,
Lisonjeiro pincel da fantasia?

Basta, cega paixão! loucos amores,
Esqueçam-se os prazeres de algum dia,
Tão belas, tão duráveis, como as flores.

(*Rim.*, p. 21)

Na Canção *O Desengano*, em que chega a afrontar a leviana, quase que aponta o rival, a quem chama *Infame*, epíteto que nesta crise afectiva não poderia dar-se a um estranho. E exclama a si próprio:

Conhece o baixo Objecto
Que em triunfo te arrasta,
Cuidas que um meigo, deleitoso aspecto
A desculpar os teus excessos basta?
Cuidas que um belo riso, um ar benigno
Filho da *Infâmia*, da ternura é digno?

Que engano! A formosura
Sem modéstia, sem pejo,
Tédio, tédio merece, e não ternura,
Eis, porque, de um frenético desejo
Enfim, apaga os ímpetos, a chama
E lava a nódoa com que Amor te infame.

Na Canção IV, o *Delírio amoroso* desvenda os deliciosos momentos que lhe

devia:

Vai, fementida, que a paixão perfeita
Os seus dons não reparte;
Vai gemer noutro peito e noutros braços
Pérfidos mimos desse Infame aceita
Enquanto juro aos céus de abominar-te,
Enquanto arranco meus indignos laços
Enquanto, ah! que falei? Meu bem, dest'arte
Abafa a minha voz, – dize que mente.

Bocage sabe que seu irmão Gil Francisco Barbosa du Bocage vai casar com D. Gertrudes Homem da Cunha Eça, a *Getrúria* de seus primeiros amores. Ninguém da sua família, as irmãs e o pai teriam ânimo de dar-lhe essa angustiada notícia. Mas pessoa da idade de *Elmano*, também poeta e apaixonado, é que lhe poderia comunicar essa traição da *Getrúria* e de Gil Barbosa. O *Josino* da Epístola em que alude a letífera doença, é que saberia esse segredo de família; *Josino*, é seu primo João José Barbosa du Bocage, filho do tio Francisco António, casado com uma sobrinha da mãe de *Elmano*. Bocage pensou em vir a Portugal para certificar-se por si da intrigante notícia. No livro das notas do curso de que não fez exame por *causa legítima*, lê-se: «24 de Fevereiro (de 1787) esta palavra: *Partiu*», e como observa o sr. Ismael Gracias, no seu importante trabalho já citado, sem se dizer para onde veio e em que navio.

A ideia de vir a Lisboa conhecer de perto a situação criada pelo casamento de *Getrúria* com seu irmão, leva-o a conseguir a excepcional permissão de ausentar-se de Goa por alguns meses; no Soneto alude ao *ir explicar-se* ao doce objecto:

Medroso coração, recebe o alento,
Seca as inúteis lagrimas que choras,
Tu cevas o teu mal, porque demoras
Os voos ao feliz Atrevimento.

Inflama, inflama a voz, que o pejo esfria,
Um Deus tão suspirado e tão subido,
Como se há-de ganhar sem *ousadia*?

Ao vencedor afoite-se o vencido
Longe o respeito, longe a cobardia
Morres de fraco? *Morre de atrevido.*

(*Ib.*, p. 43)

Quando sustentávamos a permanência de Bocage em Goa em 1787, a Epístola de *Elmano a Josino*, em que alude à *Conjuração dos Pintos*, denunciada e perseguida nesse ano, e narrando que escapara por se achar retido por *letífera doença*, pareceu-nos irresponsável este argumento. O sr. Ismael Gracias acha *suave* esse fundamento, notando que essa Epístola fora escrita em fins de 1788: «Nesta (Epístola) trata *Elmano* de vários assuntos, e entre outros da tal *Conjuração*, resumindo em 18 versos apenas toda a história do grão caso, desde a sua descoberta – Agosto de 1787 – até ao seu

juízo e a execução dos réus – Dezembro de 1788.» E conclui deste facto: «Bocage podia muito bem ter estado ausente de Goa em 1787, e voltando no ano imediato saber dos princípios e do termo da Conjuração, *cujo processo ainda estava correndo*, inserindo depois tudo isso – desde o começo até ao fim – na *Epistola* em que muito pela rama a descreveu.» (*Ib.*, p. 25). O sr. Ismael Gracias tira a conclusão de que Bocage não saíra de Goa, nada consta do registo de licença, nem nos livros das Monções, nem do seu destino. E quanto ao seu regresso, apresentando-se em Fevereiro de 1788, também nenhuma referência nos documentos oficiais; e até nas promoções ulteriores, se alega *merecimento e serviços*. Com toda a probidade consigna os factos contrários à sua opinião: «diz-se no Documento e Arquivo da Fazenda – que Bocage *partiu em 24 de Fevereiro de 1787* (sem se declarar para onde) e que *se apresentou em 28 de Fevereiro de 1788* (sem se declarar também donde vindo). Não será licito suprir esta dupla omissão, acrescentando-se que tal partida foi para Lisboa, e a apresentação feita de volta?» (*Op. cit.*, p. 27).

A esta pergunta, o sr. Ismael Gracias diz peremptoriamente – não. Passou-se um *facto extraordinário*, que por isso mesmo não foi registado oficialmente, conforme as praxes normais. Portanto a omissão das formalidades, não importa negação do facto, mas a causa excepcional que motivou um tal favor, e o motivo também excepcional que impeliu o génio impulsivo de Bocage a vir pessoalmente a Lisboa, nesse período de 24 de Fevereiro de 1787 a 28 de Fevereiro de 1788. Se o sr. Ismael Gracias, tão leal na sua crítica, conhecesse o *motivo íntimo*, que impeliu Bocage, reconheceria a verdade do facto, e apenas trataria de explicar como materialmente se efectuou a viagem a Lisboa, e como estando em Lisboa em 8 de Novembro de 1787, poderia achar-se de regresso em Goa em 28 de Fevereiro de 1788. Enquanto não conhecemos esse *motivo íntimo* que actuou de um modo absoluto na vida de Bocage, também tínhamos como hipotético esse facto, isolado e insignificativo.

O sr. Ismael Gracias fundamenta e bem a data da carta, 8 de Novembro de 1787, e portanto o jantar a que assistiu Bocage. O abade Xavier elogiando o heroísmo dos portugueses, dizia a Beckford: «D. Frederico vos pode contar as proezas de alguns dos vossos heróis, *ainda não há muito*, contra os gentios de Goa, o que deixa a nítida impressão de que o jantar se realizou pouco depois do regresso do ex-governador...» (*Op. cit.*, p. 24).

Este juízo reforça-se com outras passagens da carta de Beckford, em que representa Bocage «*um pálido e esquisito mancebo*», expressão que exclui a idade da completa varonia. Pelo seu lado estranha a condescendência com que lhe prestava atenção, «*a um moço obscuro, a um novel versejador*». Bocage, em 1787, contava vinte e um anos, e ainda nada publicara. As *Rimas* publicadas em 1791 começam pelo verso: «*Incultas produções da mocidade*»; tinha ele então vinte e quatro anos, e essas composições pertencem à época da sua adolescência. Ainda uma outra circunstância fixa cronologicamente a data de 1787: depois de jantar, Beckford saíra para ver as luminárias e fogos de vistas, com que se festejava oficialmente o nascimento de um príncipe, filho da Infanta portuguesa D. Mariana, filha de D. Maria I, e casada com D. Gabriel, filho de Carlos III e irmão de Carlota Joaquina. A criança era D. Pedro Carlos, que foi trazida para Portugal com 5 anos, em 1792, por lhe terem morrido pai e mãe de bexigas confluentes com poucos dias de diferença.

O sr. Ismael Gracias opõe ao facto da vinda de Bocage a Lisboa a impossibilidade do regresso no decurso da segunda semana de Novembro de 1787 ao último dia de Fevereiro de 1788. Parte do ponto de vista exclusivo de ser feita essa viagem em Naus de viagem das carreiras do Estado, que apenas neste ano saíram duas Naus, *São Luís e Madalena*, em Abril, chegando em Outubro a Goa, e *Santíssimo Sacramento* (a

Campelo) em 8 de Julho, e chegando em 8 de Março de 1789. Conclui-se daqui, não ter Bocage regressado a Goa em Nau do Estado. Existia a carreira de dois navios de Calcutá a Lisboa, estabelecida em Fevereiro de 1787 por Estêvão Lucatelli, com permissão do Governador Francisco da Cunha Meneses. Em um desses navios, o *Mediterrâneo* ou o *Tejo*, veio Bocage a Lisboa e partindo em outro, sabendo perfeitamente as escalas da dupla carreira. O sr. Ismael Gracias é que achou o facto do estabelecimento da carreira de Estêvão Lucatelli, sem lhe tirar as ilações. Também a intimidade do Conde de Lucatelli com o ex-governador D. Frederico Guilherme de Sousa, que só se apresentou na corte em Agosto de 1787, nos revela que viera para a metrópole no grande navio *Mediterrâneo* da carreira de Lucatelli, porque estava então despeitado com o desfavor da corte. Eis aí, pois, porque não há *registro* da partida nem do regresso de Bocage, e porque o encontramos apontado na Carta de Beckford de 8 de Novembro de 1787, acompanhando o Conde de Lucatelli então inseparável de D. Frederico. A ausência de Bocage considerada um *serviço* e tempo *de serviço*, seria por ter sido destacado como oficial *às ordens* do ex-governador D. Frederico Guilherme de Sousa em navio mercante. Deduzimos, portanto, que Bocage se achava em Lisboa em Agosto de 1787, tendo tido tempo para se esclarecer da realidade do facto do casamento ajustado de *Getrúria* (D. Gertrudes Homem da Cunha Eça) com seu irmão o Dr. Gil Francisco Barbosa du Bocage. Quando Beckford o conheceu em 8 de Novembro, desse ano, estava o poeta em uma agitação nervosa excepcional, ora sombrio e triste, ora fulgurante de espírito, de ironia, e sempre apoiado em uma idealização poética, que lhe deu alento para dominar a sua emoção.

Para a solução do *enigma* bocageano o sr. Ismael Gracias trouxe no seu opúsculo *Bocage na Índia*, a provada saída do poeta em 24 de Fevereiro de 1787, e a sua apresentação em 28 de Fevereiro de 1788; trouxe a notícia do estabelecimento da carreira de dois navios em 1787, de Calcutá a Lisboa, por Estêvão Lucatelli. Porque é pois que conclui: «O enigma continua e continuará sendo um verdadeiro *cassetete* para os investigadores»? (*Ib.*, p. 28). Se o sr. Gracias conhecesse o caso da *pérfida Getrúria*, e as poesias da raríssima edição das *Rimas*, de 1791, e depois a vida dissoluta do poeta desde 1789, com certeza diria – *eureka!*

Depois de conhecido o *determinante motivo* que impeliu Bocage a vir disfarçadamente a Lisboa (nesse período da sua ausência provada de Goa entre Fevereiro de 1787 a 28 de Fevereiro de 1788), é que a carta de Lord Beckford que descreve a impressão que lhe causara Bocage, se torna um documento histórico.²⁹

Devem aqui ser encastoados os trechos da carta de 8 de Novembro de 1787, em que Beckford nos dá a fisionomia moral do jovem poeta, que passava pelo transe angustioso que lhe desorientou a vida.

Deixando o seu architecto Verdeil entregue à contemplação dos Medalheiros dos P. P. Caetanos, Beckford dirigiu-se no seu coche para ir ver os corvos da Sé, encontrando no seu caminho o Ab. Xavier, depois um popular pregador da Boa Morte (Fr. João de Nossa Senhora), Grão-Prior e por último o Marquês de Marialva, que não quis ficar de fora: «encheu-se completamente a carruagem, e toda esta carregação foi jantar comigo. Verdeil já tinha voltado com o seu reverendo numismata, e havia

²⁹ Somente depois de formado o quadro biográfico é que se pode notar a problemática congruência dos factos. Nesse quadro, *Bocage, sua vida e Época*, publicado em 1876, anotámo-lo. Passados vinte e seis anos, publicou o prof. Ad. Coelho, na *Revista crítica de História e Literatura*, de Madrid (Setembro de 1896), uma indecorosa objurgatória *Um enigma na vida de Bocage*, de que trata em quatro linhas: «Não há motivo para registar o testemunho de Beckford nem a data dele. Assim, torna-se admissível a segunda hipótese da vinda de Bocage de Goa a Lisboa em 1787.»

O sr. Augusto de Castra dá-lhe as honras da iniciativa do problema, que não foi além da casual informação.

também recrutado o vice-rei da Índia, D. Frederico de Sousa Calhariz, o Conde Lucatelil, fanfarrão piemontez ou saboiano, seu inseparável companheiro, e um moço pálido, franzino e de aspecto singular, o sr. Manuel Maria, o mais extravagante e talvez o mais original dos poetas que Deus tem criado.

«Aconteceu estar ele numa dessas extraordinárias e exaltadas disposições de espírito, que, como o sol no rigor do Inverno, aparecem quando menos se esperam. Mil agudos conceitos, mil alegres e estouvados registos, mil dardos satíricos saíam de sua boca, e nós estávamos em convulsões de riso; porém, quando ele começou a recitar algumas das suas composições, em que a grande profundidade do pensamento se alia aos mais patéticos lances, senti-me comovido e agitado. Deste estranho e volúvel carácter é que se pode dizer, que possui o verdadeiro condão mágico com que, segundo lhe apraz, ora nos anima, ora nos petrifica!

«Percebendo quanto eu me sentia atraído para ele, disse-me Manuel Maria:

«— Eu não esperava que um inglês condescendesse em prestar atenção alguma a um verzejador moço, obscuro e moderno. Os senhores pensam que nós não temos nenhum outro poeta, além de Camões, e que Camões não escreveu nada digno de menção senão os *Lusíadas*... Aqui está um Soneto que vale metade dos *Lusíadas*:

A formosura desta fresca serra,
E a sombra das verdes castanheiras,
O manso caminhar destes ribeiras,
Donde toda a tristeza se desterra,

O rouco som do mar, a estranha terra,
O esconder do sol pelos outeiros,
O recolher dos gados derradeiros,
Das nuvens pelo ar a branda guerra.

Enfim, tudo o que a rara natureza
Com tanta variedade nos oferece,
Me está, se não te vejo, magoando;

Sem ti, tudo me enoja e aborrece,
Sem ti, perpetuamente estão passando
Nas mores alegrias mor tristeza.³⁰

«— Nem uma só imagem da beleza rústica esqueceu ao nosso divino poeta; e com

³⁰ Na primeira versão portuguesa incompleta, das Cartas de Lord Beckford, publicada no *Panorama*, o tradutor deixou de parte este Soneto de Camões, deixando ao cuidado literário da redacção o restitui-lo ao seu lugar. Por descuido ou inconsciência, o Soneto ficou suprimido. Anos depois o compilador Bernardes Branco, publicou no seu livro *Portugal e os Estrangeiros* esse texto incompleto e truncado das Cartas de Beckford. Começa agora a erudição postiça. No artigo da *Revista Crítica da História e Literatura*, de Madrid, Adolfo Coelho, no seu ódio cego, acusa-nos de enganarmos os leitores impingindo-lhes um Soneto de Camões, intercalado por nosso arbítrio nesta carta. Citámos-lhe as edições inglesas de 1834 e 1839, com este Soneto de Camões. Publicando pelo Centenário de Bocage, em 1805, a sua versão inédita de *Paulo e Virgínia*, o sr. Cândida de Figueiredo, nas apreciações literárias do *Diário de Notícias*, também repete a estulta increpação de Ad. Coelho. As aves do Capitólia continuaram a avisar da ratoeira. E, em 1917, o sr. Ismael Gracías no seu opúsculo *Bocage na Índia*, omitindo o Soneto de Camões, explica-se em nota: «Neste lugar o sr. Teófilo Braga *intercalou* o soneto descritivo de Camões, que não se lê no *Panorama* nem no *Portugal e os Estrangeiros*, mas que diz transcreveu das edições inglesas de 1834 e 1839, das Cartas de Beckford.» Isto é amostra dos meus erros e dos meus julgadores.

que profundo sentimento ele as transporta da paisagem para o coração! Que fascinadora languidez envolve, como os últimos raios do sol poente, toda esta composição! Se eu sou alguma coisa, foi este Soneto que me fez o que sou. Mas, quem sou eu, comparado com Monteiro?

– Julgue (continuou ele, passando-me às mãos versos manuscritos deste autor, de quem os portugueses são ardentes admiradores).

«Eram, na verdade, cheios e sonoros; porém, devo confessar, que o Soneto de Camões e muitos dos próprios versos do sr. Manuel Maria, me agradaram infinitamente mais, mas de facto, eu não conhecia suficientemente a peça e propriedade da língua portuguesa, para ser juiz competente, e foi somente imaginando que eu o podia ser, que este poderoso génio manifestou alguma falta de penetração.

«O jantar foi animado e alegre.» Terminado o opíparo jantar foram todos ver os lendários corvos sustentados pela Sé em honra de S. Vicente, e dali foram «dar uma volta pelas principais ruas, para ver as iluminações em honra da Infanta casada com D. Gabriel, a qual acabava de dar à luz um príncipe. Caminhávamos com dificuldade, tantos eram os vadios que saíram à rua com o mesmo fim que nós». Beckford descreve o fogo de vistas. Mas, o que interessa é a referência ao parto da infanta D. Mariana Vitória, filha da rainha, que precisa a data irrefragável desta carta aludindo ao regozijo oficial pelo nascimento de D. Pedro Carlos.³¹

É um precioso testemunho esta impressão reflectida em um alto espírito como o de Lord Beckford, excelente observador psicólogo. Aí se vê o estado de agitação nervosa em que se achava Bocage, já conhecedor da traição de *Getrúria*, instigada pelo irmão casado com D. Ana das Mercês a preferir o cunhado bacharel. O poeta aí alude à sua mocidade; e recitando ao *lord* os versos, que imprimiu em 1791, dava-lhe ao recitá-los o máximo da comovente expressão. O Soneto de Camões lembra-lhe aquela paisagem do vale de Azeitão, que ele tantas vezes contemplara, quando ia ao castelo de Outão falar a *Getrúria*. Tendo-se apresentado à corte D. Frederico Guilherme de Sousa em Novembro de 1787, podemos supor que a intimidade com o ex-governador da Índia seria estabelecida em viagem. Bocage agora não tinha tempo a perder para o regresso a Goa, só possível em quatro meses em uma carreira mercantil.

Em Goa o poeta malquistava-se com os poderosos elementos locais pela irreflectida expansão do seu génio satírico e pelas intrigas suscitadas pelos versos amorosos com que deslumbrava. A saída de Goa tornava-se uma necessidade, mais para o salvar das consequências da sua audácia, do que por ideia de castigo. Assim aconteceu a Camões quando despachado para Macau. Bocage foi despachado em 25 de Fevereiro de 1789 tenente de infantaria da 5ª companhia da guarnição de Damão com o fundamento de serviços; deixou *os mil feitiços das filhas delicadas* dos magnates de Goa, partindo em 8 de Março na fragata *Santa Ana*, e entrando em serviço do seu posto a 6 de Abril desse ano.

Depois do registo de 24 de Fevereiro de 1787, em que se lê: *Partiu*, sem se declarar para onde fora Bocage, aparece matriculado pela 2ª vez na *Aula Real de Marinha*, em Fevereiro de 1788 (sem dia designado) e adiante a nota: Não frequenta *por causa legítima*. Em 23 de Fevereiro de 1788 lê-se: *apresentou-se*, também sem se declarar donde viera. Nas informações oficiais, é-lhe contado um ano de serviço e são-lhe reconhecidos merecimentos para a promoção de tenente. Que serviços tão especiais foram, que apenas são aludidos? Para nós, esses serviços foram o ter sido nomeado oficial às ordens do ex-governador D. Frederico Guilherme de Sousa, e acompanhá-lo até Lisboa oficialmente. Assim se explica como obteve licença e recursos para vir a

³¹ Na tradução portuguesa das Cartas de Beckford, publicada em 1901, com o título *A Corte de D. Maria II*, esta carta tem o nºXXIV, e na tradução inglesa XXX.

Lisboa em 1787, e acompanhar o ex-governador da Índia ao jantar de *lord* Beckford, como o seu pronto regresso a Goa. O que ele soube em Lisboa da *pérfida Getrúria*, desorientou-lhe a existência. Lançou-se ao tabaco, ao álcool e como diz – ao tropel das paixões. A sociedade de Goa repeliu-o. Na sua sobre-excitação, Bocage fez terríveis Sonetos a Goa e aos fidalgos pobres da classe dos velhos reinóis. Suscitou ódios que maquinaram vinganças. Em 17 de Novembro de 1788 embarca na fragata *Santa Ana e S. Joaquim*, sendo em 25 de Fevereiro de 1789 nomeado tenente de infantaria da 5ª companhia do regimento da guarnição de Damão. Lê-se na portaria referendada pelo desembargador Sebastião José Ferreira Barroco: em atenção *aos seus merecimentos e serviços*. Em 6 de Abril de 1789 tomou posse do seu cargo. Dois dias depois, em 8 de Abril, Bocage, no seu desvairamento, desertava de Damão.³² O governador da praça, em ofício de 6 de Abril, comunicava ao governo de Goa: «Com a chegada da fragata *Santa Anna*, desembarcou para esta praça Manuel Maria Barbosa, provido por v. ex. em tenente para a 5ª companhia do regimento dela, e sentando praça no dia que desembarcou, se ausentou no dia 8 do corrente com o alferes da 1ª companhia Manoel José Dionísio, indo ambos pela Porta do Campo. Não posso dizer a v. ex. do motivo do primeiro, e do segundo atribuo a muitas dividas para seus jogos...»

Sobre os motivos da *deserção de Bocage, de Damão*, coligiu o oficial Oliveira Mascarenhas, quando esteve em Damão a seguinte tradição:

«Foi, e ainda é crença dos habitantes mais ilustrados desta nobilíssima cidade, que num *guddon* ou pequena casa que ali vimos há cerca de dez anos (1895) – *guddon* que fica junto às referidas *Portas da Terra*, se encontrava certo dia de guarda o tenente Manoel Maria Barbosa do Bocage, quando ele vira e lhe disseram de seguida que um frade de S. Francisco – munido duma precatória da Inquisição de Goa – seguia a rua D. Constantino, na direcção da guarda, afim de intimar ao poeta um mandado de captura.

«Bocage, segundo a tradição, ficou como que fulminado.

«E porque a sua consciência lhe dissera que havia nos seus versos praticado irreverências contra a fé, desafiou a espada, muniu-se de alguns recursos, e correu a esconder-se no *Pragana*, até que – protegido por um amigo – conseguira transportar-se para a hedionda *Surrate* (Fortaleza no Golfo de Cambaia), onde embarcara para a Indo-China.

«Firmar-se-á em base solida esta antiga tradição do Guzerath?

«Cremos que sim. Porque a nossa bela Índia portuguesa – mercê da ilustração dos seus filhos, e por eleito da distancia a que se encontra de irrequietos iconoclastas, – não só é o fiel repositório dos nossos costumes de outrora, como é também o arquivo venerando das nossas velhas tradições.»³³

Esta tradição é mais verdadeira do que a notícia crua dos documentos oficiais, apontando a deserção como conivência com o alferes Dionísio, jogador e caloteiro incorrigível. Bocage tinha ofendido em terríveis Sonetos as famílias de Goa. A vingança

³² «A antiquíssima cidade de DAMÃO compõe-se de três bairros conhecidos pelos nomes de *Damão Pequeno*, *Praça* e *Damão Grande*. O primeiro está situado na margem direita do caudaloso rio *Sandalcal* ou *Demanganga*, e os restantes na outra margem, mas separados pelas portas da cidadela denominada da *Terra*. Quem vem de *Damão Pequeno* encontra ao lado do rio o antigo cais da *Trapicha*; e a seguir as *Portas do Mar*, junto às quais vimos nós em 1906, as ruínas do vetusto convento de S. Francisco – antiga sucursal da extinta e ominosa Inquisição de Goa. Depois segue a extensa rua de D. Constantino de Bragança, onde demoram o palácio do governo e varias repartições, a qual termina junto às *Portas da Torre*, seguindo-se-lhe o *Campo dos Remédios* e outros largos e ruas do populoso *Damão Grande*.»

OLIVEIRA MASCARENHAS

³³ *Ilustração Portuguesa*, nº113. – 1 de I 1906.

achou o seu instrumento – a Inquisição, denunciando o poeta por qualquer verso ou frase de *filosofismo*. No Soneto em que Bocage narra como se viu forçado a abandonar a margem do Mandovi, como o poeta Ovídio aponta como causa: «Da vil Calúnia a Vingança viperina», e a *Serpe que devora tantos mil*. A fuga de Damão tem certa analogia com a de *Filinto*, dez anos antes:

Do Mandovi na margem reclinado
Chorei de balde minha negra sorte,
Qual o mísero vate de *Corina*,
Nas tironianas praias desterrado.

Mais duro foi ali meu duro fado,
Da vil calúnia e língua viperina,
Até que aos mares da *longínqua China*
Fui por bravos tufões arremessado.

Atassalhou-me a Serpe que devora
Tantos mil; perseguiu-me o grão Gigante
Que no terrível Promontório mora,

Por bárbaros sertões gemi vagante,
Falta-me inda o pior, *falta-me agora*
Ver Getrúria nos braços de outro amante.

(*Rim.*, p. 87)

Vê-se, que nesse pouco tempo que Bocage se demorou em Goa, à margem do Mandovi, já sabia que estava justo o casamento de *Getrúria* (D. Gertrudes Homem de Noronha Eça) com seu irmão Gil Francisco Soares Barbosa, recém-graduado em Leis. Todos esses sofrimentos da vida errante pelo Cantão, em que a *piedade humana lhe faltava* (frase de Camões em igual situação) eram mais do que ver a eleita do seu coração e destino, desposada, pelo braço de seu irmão. Bocage, anotando este Soneto autobiográfico, indica a «peregrinação por terras barbaras em que suportou os horrores da penúria». Bocage dirigira-se a Surrate para se refugiar em Bombaim, contra o assalto da Inquisição de Goa, e nesta pequena viagem é que foi arrebatado pelos tufões para o mar da China e desembarcou depois no Cantão.

A vida da guarnição, e o espectáculo desolador da ruína do império português no Oriente, levava-o a um desespero tal, que ao fim de dois dias desertou da fortaleza pela Porta do Campo em companhia de um estouvado alferes cheio de dívidas, um tal Manuel José Dionísio, que facilmente o suggestionou. Esta parte da vida do poeta é conhecida apenas pelos versos que fizera à célebre Manteigui que fora amásia do passado governador D. Frederico Calhariz, e que ele encontrara em Surrate; daí, aproveitando as monções, seguiu para Bombaim, e arrojado pelas tempestades do mar da China foi parar a Cantão, onde andou errante e mendigando. Nos versos à morte do príncipe D. José, cheio de esperança de pôr um dia em prática as ideias do Marquês de Pombal, escreve Bocage:

Triste povo! e mais *mísero eu, que habito*
No remoto Cantão

Misérriimo de mim, que em terra alheia,
Cá onde ruge o mar da vasta *China*,
Vagabundo praguejo a morte feia!

E comparando a sua vida errante com a malevolência que encontrara em Goa, exclama em traços que elucidam a sua vida:

Mais duro fez ali meu duro fado
De vil calúnia a língua viperina,
Até que *aos mares da longínqua China*
Fui por bravos tuft3es arremessado.

Bocage chegou ao fim da sua prolongada miséria a Macau por fins de Julho ou Agosto de 1789. O negociante Joaquim Pereira de Almeida o acolheu em sua casa e o relacionou com as famílias macaístas; ali o protegeu o desembargador Lázaro da Silva Ferreira, sendo então governador interino de Macau, por parte do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Corte Real. Pôde Bocage ali compreender a tradição de Camões, cotejando o seu destino com o do cantor dos *Lusíadas*, quando em Moçambique se encontrara em tão pura pobreza, que comia de amigos.

Por auxílio de alguns amigos obteve Bocage recursos para regressar a Lisboa, aonde chegou por Agosto de 1790, trazendo apenas como fruto das suas viagens mais originalidade de carácter, enfim uma liberdade de critério, que tinham de completar-lhe a desgraça. A chegada a Lisboa em 1790, fixa-se pela Elegia que fez à morte desgraçada do filho do Marquês de Marialva, afogado no Tejo, quando seguia rio abaixo para a romaria da Nazaré.

Durante a ausência de Bocage tinham-se passado extraordinários sucessos na Europa: o mundo moral assentava em novas bases. Em 17 de Junho de 1789 constituíra-se a Assembleia Nacional; em 14 de Julho a tomada da Bastilha simbolizava a queda do despotismo ou do direito divino; em 4 de Agosto decretava-se a abolição dos privilégios, e iniciava-se a igualdade civil e política perante a lei. Essa aurora dos tempos modernos era a Revolução Francesa. Em 21 de Março de 1790 decretara a Assembleia Nacional a supressão das gabelas; a 5 de Abril institui o Júri, e em 13 de Maio decreta a alienação dos bens nacionais, por onde a França inteira coopera na dissolução do regime católico-feudal. A Revolução Francesa reflectia em todos os estados da Europa, assim como as ideias dos Enciclopedistas encontraram sectários nos tronos dos déspotas, em Catarina da Rússia, Frederico da Prússia, e José II, imperador da Áustria. Contra esta corrente das ideias, o cesarismo bragantino abraçou o sistema da polícia francesa, criando a *Intendência-Geral da Polícia da Corte e Reino* por alvará de 25 de Julho de 1760. Como as ideias modernas espalhavam-se em Portugal pelas associações maçónicas, a Intendência da Polícia exercia a sua actividade incessante, perseguindo e expulsando do território português os *Free-Maçons* (*Flamações*, na linguagem popular). Do terror desse tempo ficou o hábito de considerar pedreiros-livres os liberais de 1820 e 1831. O desembargador Diogo Inácio de Pina Manique, nomeado em 1764 Intendente-Geral da Polícia, exerceu este cargo com a mais terrível prepotência até ao ano de 1805. Pina Manique era de uma actividade satânica: desembargador do Paço, administrador da Casa do Infantado e das Alfândegas, das estradas, encarregado da censura, tinha um poder discricionário, chegando, por vezes, a invadir os poderes dos ministros; e quando se aludia ao facto de dispor dos dinheiros públicos nos trabalhos de uma apertada espionagem, Manique mostrava-se fortalecido

com umas instruções secretas dadas por alvará de 15 de Janeiro de 1780, que o isentavam de toda a responsabilidade. Com esta carta branca para todo o arbítrio e tropelia, Manique tirou partido da sua situação excepcional, principalmente desde que se deram os factos capitais da Revolução Francesa, e que alguns emigrados e a tripulação de navios franceses cantavam pelas ruas de Lisboa o *Çà ira*.

Foi neste meio opresso, que Bocage se achou repentinamente envolvido. Os sucessos da Revolução haviam de impressionar aquele espírito *muito amante da sua liberdade e figadal inimigo da escravidão*; ele celebrou-a em alguns versos. Não era preciso mais para o Intendente Manique se apoderar da sua pessoa, sumi-lo em uma enxovia, eliminá-lo. Em bem pouco tempo caiu sobre Bocage a garra da polícia. Bastava a sua figura, a sua linguagem e amizades pessoais, para se tornar suspeito a Manique.

Beckford revela-nos que Bocage exercia em volta de si a fascinação de um génio deslumbrante, e que para ele Camões era um ideal que o alentava nas decepções pessoais e no sentimento da pátria.

Quem era este poeta *Monteiro* que o preocupava como uma obsessão? Esse versejador era Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral (*Dorindo*), que veio a ser um dos grandes partidários das ideias liberais, tendo-se distinguido na *Guerra dos Poetas* nas sátiras contra a *Arcádia Lusitana*. Lord Beckford, na sua *Excursão a Alcobaca e Batalha*, em 7 de Junho de 1794, declara que levava então na algibeira para o acompanharem na viagem as poesias de *Monteiro* e *Bocage*. Vê-se pela *Excursão a Alcobaca* que se harmoniza no mesmo sincronismo com a Carta XXX, em que a data de 1787 manifestamente se justifica. A rivalidade de Monteiro era suscitada pelas lutas dos Neo-Árcades, versejadores medíocres que elevavam os méritos de *Dorindo*.

Logo que chegou a Lisboa, em 1790, teve Bocage relações íntimas com José Agostinho de Macedo, frade graciano, que foi expulso da sua ordem, por díscolo, e influindo no desequilíbrio do carácter do recém-vindo. Macedo mostrara-lhe a tradução que fazia da *Tebaida* de Stacio; a vida literária era quase nula, e apenas alguns versejadores se reuniam na *Academia das Humanidades de Lisboa*, sem sede definitiva. Estava cortada toda a comunhão intelectual de Portugal com a Europa; era perigoso ter ideias; mas para passatempo de amigos, a *Academia das Humanidades* foi transformada na Academia de Belas-Letras pelo mulato brasileiro, o P.^o Domingos Caídas Barbosa, reunindo-se às quartas-feiras no palácio do Conde de Pombeiro. Continuando o espírito da *Arcádia Lusitana* chamaram-lhe *Nova Arcádia*; Bocage e Macedo foram aí as principais figuras, ambos irascíveis. Dentro em pouco tempo Bocage feria em um tiroteio de sátiras pungentes os Neo-Árcades, que o acoimaram o Sultão do *Parnaso*. Foi vítima das sátiras o P.^o Caídas, que presidia às sessões literárias, e à maneira italiana brindava os neo-arcades com chá e bolos, cantando *Modinhas brasileiras*, tornando faladas as quartas-feiras de *Lereno*. Bocage não podia suportar tanta chateza, caricaturando o velho Amaral França, o Nestor das Academias, atacando os ditirambos de Curvo Semedo, e as traduções do Abade de Almoester. As réplicas foram violentíssimas e depois de o terem ferido pelo lado fraco, o abuso das tautologias ou *elmanismos* (do nome arcádico que adoptara *Elmano Sadino*) e a decadência da sua inspiração depois do regresso do Oriente, para o arrojarem à desgraça denunciaram ao Intendente Manique os versos de Bocage em que se espalhavam as *ideias francesas*. A *Nova Arcádia* tinha passado do palácio do Conde de Pombeiro para uma sala no Castelo de São Jorge, cedida pelo Manique, sob os auspícios de D. Maria I, com obrigação de celebrarem os régios aniversários.

Repelido da Nova Arcádia desde 1793, a Academia de Bocage era nos botequins de Lisboa, então centros das conversas políticas, que o Manique espiava constantemente

com as suas *moscas*, e contra os quais chegou a propor que se abrissem os teatros e se jogasse a *tômbola* para evitar que os cidadãos falassem das coisas perigosas da governação. Era nestes centros de convivência que Bocage lançava os seus arrebatados improvisos, segundo os ímpetus da emancipação religiosa e política; estão neste espírito os Sonetos *Contra o Despotismo*, *Aspirações do Liberalismo*, e a bela Epístola das *Verdades duras*, que começa: «Pavorosa ilusão da eternidade.» Manique andava acirrado pelas Cantigas francesas revolucionárias, pelo uso dos cocares, pela entrada de caixões de livros franceses para a Academia das Ciências; trazia de olho o Duque de Lafões, apesar do seu parentesco com a rainha, acusava de jacobinismo o Abade Correia da Serra, desconfiava das relações do P.^o Teodoro de Almeida, e julgava evidente o liberalismo de Ferreira Gordo, e até do revisor da *Gazeta de Lisboa*, onde encontrava um certo relevo na descrição dos triunfos da República. Os Neo-Árcades aproveitaram-se da garra de Manique, entregando-lhe *papéis ímpios, sediciosos e críticos*, que haviam de causar a ruína de Bocage.

Bocage, depois da repulsa inflexível de *Anarda*, sua namorada, fora refugiar-se em Santarém em casa do morgado José Salinas de Benevides. Pode fixar-se este facto por 1795 a 1796. Manique, sempre em combate contra as *ideias francesas*, querendo defender Portugal da corrente revolucionária, fazia espionar Bocage; o poeta sentiu-se visado e fugiu para bordo da corveta *A viso*, do comboio que partia para a Baía. Foi preso imediatamente e metido no segredo do Limoeiro, em 10 de Agosto de 1797. No Ofício desta data, dirigido pelo Intendente ao Juiz do Crime do Bairro de Andaluz, no qual declara que Bocage já está preso, manda fazer-lhe apreensão «em todos os seus papeis, assim manuscritos como impressos, e ainda aqueles que estiverem em poder de terceiros seus sequazes, que devem ser igualmente presos, e averiguada a sua vida e costumes, para ver se imitam por eles o referido Manoel Maria Barbosa du Bocage, etc.».

O poeta morava então com o cadete do primeiro regimento da armada André da Ponte do Quental e Câmara (avô do poeta Antero do Quental) que foi também remetido para o Limoeiro, e apreendidos «livros ímpios e sediciosos» que eram os de Rousseau, Helvetius, Diderot e mais alguns Enciclopedistas. Entre os papéis de Bocage encontrou-se o que se intitulava *Verdades duras*, mais tarde conhecido pelo título de *Pavorosa*, e que hoje anda impresso com o título de *Epístola a Manha*. Em um manuscrito de 64 páginas, que possui o sr. Abreu Malheiro, de Ponte do Lima, traz esta Epístola o título de *Cartas a Dona Maria Margarida*. É um raio de luz sobre a situação moral de Bocage em 1797, revelando o novo amor, com que procurou curar-se do despeito. Essa a quem dedicara a Epístola inspirada pelo livre pensamento, *D. Maria Margarida*, era filha do célebre cirurgião de D. Maria I, Manuel Constâncio. Era então um exaltado amigo de Bocage, e companheiro de aventuras Pedro José Constâncio, prior em Sintra, e também poeta. No *Estudo literário* sobre Bocage, Rebelo da Silva conservou inconscientemente a tradição destes amores, referindo-se a – «*Irmã de um amigo*, formosa, da beleza que atrai os sentidos, e das *graças de espírito que elevam a inteligência*; capaz de entender a existência atribulada, que vinha domar-se a seus pés, etc.». Rebelo da Silva servindo-se sempre das indicações de José Feliciano de Castilho e de Inocência no seu *Estudo literário*, afasta-se deles neste ponto, por lhe ter chegado outra tradição. Bocage, dirigindo-se na *Epístola a Manha* a Dona Maria Margarida, irmã de Pedro José Constâncio, alude ao velho cirurgião, pai dela, homem austero que não via o poeta com bons olhos:

Escuta o coração, *Manha* bela,
Escuta o coração que te não mente;
Mil vezes te dirá:

«Se a rigorosa,
Carrancuda expressão de um pai austero
Te não deixa chegar ao caro amante
Pelo perpétuo nó, que chamam sacro,
Que o bonzo enganador teceu na ideia,
Para também no amor dar leis ao mundo;
Se obter não podes a união solene,
Que alucina os mortais, porque te esquivas
Da natural prisão, do terno laço
Que em lágrimas e ais te estou pedindo?
Reclama o teu poder, os teus direitos
Da justiça despótica extorquidos.
Não chega ao coração o jus paterno,
Se a chama da ternura se afogueia.

Dona Maria Margarida Constâncio era um espírito ilustrado, na comunhão intelectual de uma família de homens cultos, como esse outro seu irmão, o Dr. Francisco Solano Constâncio, que imprimiu as Obras de *Filinto*. Confiado na sua razão clara, Bocage assim lhe escrevia:

Eia, pois! do terror sacode o jugo,
Acanhada donzela, e do teu pejo;
Destra, iludindo as vigilantes guardas,
Pelas sombras da noite a amor propicias,
Demanda os braços do ansioso *Elmano*,
Ao risonho prazer franqueia os lares.
Consiste o laço na união das almas.
Caladas trevas testemunhas sejam.
Seja ministro o Amor e a terra o templo,
Pois que o Templo do Eterno é toda a terra.

Dona Maria Margarida estava já sem mãe, e o cirurgião Manuel Constâncio, conhecendo porventura os versos de Bocage, ou para afastar da filha o poeta, não deixaria de usar a sua grande influência no paço, principalmente junto do Intendente Manique, sempre pronto a exercer a repressão desvairada. Quando Manique oficiou ao Juiz do Bairro de Andaluz, em 10 de Agosto de 1797, para ir dar busca à casa onde morava Bocage, refere a *denúncia* dos versos ímpios: «Consta nesta Intendência, que Manoel Maria Barbosa du Bocage é o autor de alguns papeis ímpios, sediciosos e críticos...» Bocage conheceria donde lhe ventava a perseguição? A série dos seus Epigramas contra os Médicos obedece ao ressentimento contra *o pai austero de Dona Maria Margarida*. Duraram estes amores até pouco depois da saída de Bocage do cárcere; na época de 1801, em que Bocage sustentava uma nova pugna literária com José Agostinho de Macedo, escreveu em um Soneto dirigido a *Manha* (Ms. de Ponte do Lima):

Em veneno letífero nadando,
No roto peito o coração me arqueja;
Ante meus olhos hórrido negreja

De mortais aflições o espesso bando.

Por ti, *Manha*, ardendo e suspirando
Entre as garras aspérrimas da inveja...

Pior do que estas garras da inveja do *Macedo*, parece-lhe ainda mais atroz o *ciúme*. De facto, D. Maria Margarida, obedecendo às observações do pai, pensou em um casamento sério, e deixando o idílio amoroso, casou-se com Brás da Silva Consolado. Em umas Quadras glosadas, que encontramos entre os papéis de Quintanilha (*Eurindo Nonacriense*) refere-se Bocage a esta situação de *Manha*:

Ao ditoso *Alcipe* unida,
Vive sem um só pesar;
Ele o teu doce amor seja,
Enquanto eu vivo a chorar.

Corações como o de *Elmano*
Assim se sabem vingar;
Sê feliz, caro inimigo,
Enquanto eu vivo a chorar.

Quando Bocage chegou a Lisboa em 1790, ainda não tinha publicado pela imprensa nenhum dos seus versos. A fatalidade da morte do terceiro filho do Marquês de Marialva afogado no Tejo, levou-o a concorrer com os outros poetas com uma Elegia, impressa com as iniciais M. M. B. B. Esses sentidos tercetos abriram-lhe as portas da Academia de Belas-Letras, onde recitou os seus *Idílios marítimos*, publicados nesse mesmo ano com as iniciais de Manuel Maria Barbosa du Bocage. Admiraram o poeta; e ele provou o prazer de se ver em letra redonda. Então em 1791, imprime em opúsculo in-4.^o de 14 paginas os *Queixumes do Pastor Elmano contra a falsidade da pastora Urselina*. E foi esta Écloga impressa em 1791, na oficina de Simão Tadeu Ferreira. Esses versos exprimem a intensa mágoa da dura realidade, de ver a pérfida *Getrúria* casada com seu irmão, o Dr. Gil Francisco Barbosa du Bocage. Nessa veemência de expressão há por vezes cruezas de realismo, que fizeram que esse idílio da falsidade de *Urselina*, não entrasse na colecção das *Rimas* que imprimiu na oficina de Simão Tadeu Ferreira. A sua história amorosa começava a ser conhecida; dai o oferecerem-lhe 40\$000 réis pelo tomo I das *Rimas*, em que adiante do seu nome põe: Na *Academia de Belas-Letras de Lisboa –Elmano Sadino*. Contém esse tomo I todos os seus versos da mocidade, em que a musa inspiradora fora *Getrúria*. As alusões amargas e referências indiscretas, fizeram com que o volume, apesar de aprovado com as Licenças da Real Mesa da Comissão-Geral para o Exame e Censura dos Livros, se tomasse desde logo raríssimo na circulação; e o tomo II das *Rimas* só veio à luz em 1800; e quando em 1801 se fez nova edição desse tomo I, foram eliminados dez Sonetos e duas Canções. Seriam ressentimentos de família; Bocage alude ao roubo do manuscrito dos seus versos, quando esteve em Santarém em casa do morgado José Salinas de Benevides. Seria esse caso que demorou até 1800 a publicação interrompida.

Pelo entusiasmo poético que as *Rimas* de 1791 causaram, e pela sua preponderância na Academia de Belas-Letras, Bocage entrou na intimidade de António Bersane Leite, que com o nome arcádico de *Teónio* também se entregava à versificação.

Na maior confiança moral Bocage com o pseudónimo de *Lídio (L'Heddois*, apelido de seu avô materno) dirigiu a *Anélio* as quadras da *Voz da Razão*, do mais acerado *filosofismo*, de uma crítica negativa racionalista, expressão do bom senso, a que deu o nome de *Verdades singelas*, cujas cópias correram sob o nome de José Anastácio da Cunha, falecido em 1787. Essa *Voz da Razão* nas cópias manuscritas correu sob o nome do desventurado matemático, e só se imprimiu em 1822, fora de Portugal. Tal era a depressão mental em que se estava, que em 1839, ainda foi chamado ao tribunal criminal Inocêncio Francisco da Silva por publicar a *Voz da Razão* com os versos de José Anastácio da Cunha. Por isto se vê os perigos novos a que se expunha Bocage, escrevendo poesias revolucionárias no espírito crítico do fim do século XVIII, e também o grau de íntima confiança com António Bersane Leite. O poeta convivia intimamente com a família desse funcionário administrativo, que era numerosa. Entre esses seus sete filhos, teve quatro meninas formosas. Bocage apaixonou-se por uma delas, que logo cantou com o nome de *Anália*. Era D. Ana Doroteia, nascida em 24 de Dezembro de 1773. Tinha dezoito anos quando inspirou este novo amor a Bocage.³⁴ Esses amores foram tormentosos, porque D. Ana Doroteia era na sua beleza extremamente leviana. Di-lo este Soneto inédito:

Prometendo a *Lemano Doroteia*
Guardar-lhe a fé que a seu amor devia,
Tomou por testemunha a luz do dia,
E o juramento escreveu na areia.

O vento que a revolve e que a meneia
Pouco a pouco a escritura desfazia,
Vendo isto a Senhora! o que faria
Lemano, que tão bem riscou da ideia.

Vejam lá como a fé está tão segura
Em peito feminil, e que ele mente,
Ao que crê na mulher ou na ventura.

Pois essa que desdiz sem fundamento
Quanto diz, quanto escreve, quanto jura
E areia que move qualquer vento.

Bocage empregou aqui o nome de *Lemano*, em vez de *Elmano*, empregado nas *Rimas* de 1791; também D. Ana Doroteia, filha de António Bersane Leite, tornou-se mais conhecida entre os poetas contemporâneos pelo nome de D. Ana Perpétua, celebrada pelo nome arcádico de *Anália*. Este Soneto inédito pertence ao *Livro Curioso* de 1803. Todos os versos em que celebra a sua paixão por *Anália* exprimem esse estado de alma a que chamou o *inferno do Ciúme*. Como criança, nos seus dezoito a vinte anos, D. Ana Perpétua ficou fascinada pelo espírito fulgurante do poeta, admirado por todos, e admitido na intimidade da família na quinta de Arroios, em Colares. Seria a leviandade de *Anália*, que a levou a mostrar-se arrefecida e *vária*? Bocage era um doente,

³⁴ O sr. Augusto de Castra, nas suas investigações dos Cartórios findos, achou todas as datas do nascimento dos filhos de António Bersane Leite, fixando-se assim os amores de *Anália* antes dos que sentiu por *Maria* (Maria Vicência) confundidos pelo Morgado de Assentis, por D. Gastão e por Inocêncio.

debilitado pelos excessos passados e sem ocupação, que lhe garantisse o futuro. Sua mãe, D. Teresa Doroteia, compreendeu a situação, e *Anália* tratou sensatamente do seu casamento. O idílio amoroso transformou-se no seu consórcio com Manuel Joaquim de Moura Leitão, escrivão em Lisboa e também da Casa da Suplicação. Este facto destrói completamente todos os equívocos em que caíram o Morgado de Assentis, D. Gastão Fausto da Câmara, Bingre, Inocência (e nós com eles) que consideravam *Anália* como o último amor de Bocage. O poeta alude a este casamento:

Foi dos cuidados meus *primeiro* objecto,
Anália desleal, encantadora
Que do vário Martínio te cegaste
Ouvindo que morri, talvez tu julgues
Depois que a Morte amiga houver cortado
Dos meus dias fatais a débil teia.

.....
Ide, Amores gentis, onde verdeja
A amena, salutífera *Colares*,
De mil benignos zéfiros lavada,
E ante a Deusa que adoro, ali passando,
Dizei-lhe:

Exulta, ingrata; *Elmano* é morto.

(Epíst. I)

As queixas de amor, como diz o provérbio espanhol, são como a mancha da amora, que com outra verde se tira. *Elmano* borboleteou para outra flor humana, a *Anália* seguiu-se *Manha*, no último quadriénio de 1790; a formosa e inteligente D. Maria Margarida, filha do celebrado cirurgião Manuel Constâncio, e irmã do íntimo amigo de Bocage Pedro José Constâncio, também poeta crítico e livre-pensador. Com estes amores continuaram os *ciúmes* de Bocage, e daqui o equívoco dos seus contemporâneos, que desconhecaram este facto, encabeçarem em *Anália* todos os versos em que Bocage exprimira este estado de alma nos fins do decénio. Bocage reuniu estes dois tormentosos amores, glosando a quadra:

Ponham-me na sepultura
Aonde enterrado for,
A cada canto uma Letra:
A – M – O – R – Amor

Olha o A, que significa
Anália, cruel e vária;
M – *Manha* contraria,
E por enigma se explica:
O, por ódio e furor:
O R, mostra o rancor,
Que eu tive enquanto vivo,
Sendo de tudo motivo
A–M–O–R: Amor.

Era com o jovem morgado André da Ponte de Quental e Câmara, cadete da Armada, que morava à Praça da Alegria, que vivia Bocage, quando fugiu para bordo da corveta *Aviso*, que estava a largar para a Baía; foi preso a bordo, em 7 de Agosto, como se autentica pelo livro de entrada dos presos do Limoeiro nesse ano de 1797, com o seguinte termo:

«Manuel Maria de Barbosa Bocage, solteiro e filho do Bacharel José Luís Soares Barbosa, natural da vila de Setubal, de idade de 31 anos, morador à Praça da Alegria. – À ordem do Snr. Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, executada pelo juiz do crime do Bairro da Rua Nova Francisco Manuel Pinto de Mesquita e conduzido pelo alcaide do 1.º Bairro Caetano Alberto da Silva em 7 de Agosto de 1797.

PALUIO»³⁵

As circunstâncias da prisão de Bocage acham-se autenticadas no ofício do Intendente Manique ao Juiz do Crime do Bairro de Andaluz para apreender os papéis do poeta na casa em que morava, à Praça da Alegria.

No artigo *Bocage no Limoeiro*, o sr. Rocha Martins diz que a prisão «parece ter sido a 7 do mesmo mês e não a 10, como no mesmo livro afirma aquele erudito homem de letras». Não sou eu que o afirmo, mas o próprio Bocage que nos *Trabalhos da vida humana* descreve a sua entrada no Limoeiro:

*A dez de Agosto, esse dia,
Dia fatal para mim,
Teve principio o meu pranto,
O meu sossego deu fim.*

A prisão a bordo da corveta *A viso* efectuou-se, como o prova o documento inédito em 7 de Agosto, ficando o poeta detido pelo Juiz do Crime do Bairro da Rua Nova até

³⁵ Rocha Martins, que publicou este documento ignorado por ocasião do Centenário de Bocage, acrescenta-lhe: «À margem da folha numa letra agatafunhada há uma observação que parece indicar ter sido entregue na secretaria qualquer documento relativo à prisão do poeta, e que eles registraram em 10 de dezembro, do mesmo ano. Na mesma letra do registro de entrada, vê-se também na margem o seguinte sg – o que parece indicar que o poeta, como de resto ele confessa nos seus versos, foi metido no segredo:

Para a casa dos Assentos
Caminho com pés forçados;
Aqui meu nome se junta
A mil nomes desgraçados.

Para o volume odioso
Lançando os olhos a medo,
Vejo pôr Manoel Maria
E logo à margem *Segredo*.»

Vê-se, pois, que enquanto o juiz do bairro de Andaluz procedia à busca nos papéis, Bocage estava no Limoeiro, onde fora conduzido pelo Alcaide do bairro da Rua Nova, o que nos faz julgar que a corveta *Aviso* onde ele tentava embarcar estava a levantar ferro.

ao *dez de Agosto*, em que deu entrada no Limoeiro. Os *quarenta e três dias* de segredo³⁶ contam-se de 10 de Agosto a 22 de Setembro, em que terminou a sua narrativa.

II.^{mo} e Rev.^{mo} sr. bispo inquisidor geral:

«Constando-me que nesta corte e reino giravam alguns papeis ímpios e sediciosos, mandei averiguar quem seriam os autores deles, e encontrei que de uma parte dos mesmos era o seu autor Manoel Maria de Barbosa du Bocage, o qual vivia em casa de um cadete do regimento da primeira Armada, André da Ponte, que é natural da Ilha Terceira: mandei proceder contra um e outro, e à apreensão dos seus papeis, e não se achando o sobredito Manoel Maria, se encontrou somente o André da Ponte, que foi prezo e apreendidos os papeis, entre os quais se achou um infame, ímpio e sedicioso, que se intitula *Verdades duras*, e principia:

Pavorosa ilusão da eternidade

e acaba por

Oprimir seus iguais com o ferro e fogo

como consta do auto do achado, que acompanha a conta que me deu o juiz do crime do bairro de Andaluz, a quem eu havia encarregado esta diligencia. Do mesmo auto vera v. ex. os mais papeis e livros, ímpios e sediciosos que se apreenderam ao dito André da Ponte, os quais remeto inclusos com a devassa a que mandei proceder para averiguações da verdade, e as perguntas que se fizeram aos ditos Manoel Maria de Barbosa du Bocage, que passados alguns dias também foi prezo a bordo de uma embarcação em que hoje ia fugindo no comboio para a Bahia, e André da Ponte do Quental da Câmara. Remeto também a declaração que me fez da cadeia o dito Manoel Maria de Barbosa du Bocage, para que esse santo tribunal lhe dê o peso que merece. V. ex.^a me insinuará o mais que quer que eu faça sobre estes dois réus, os quais conservo na prisão, esperando a restituição destes papeis, logo que forem examinados por esse santo tribunal pela parte que lhe toca. Deus guarde a v. ex.^a. Lisboa, em 7 de Novembro de 1797. – *Diogo Inácio de Pina Manique.*»³⁷

Fora também com Bocage preso André da Ponte do Quental e Câmara, cadete; mas o poeta, pela altura moral que manteve, não renegou a sua amizade, quando foi ao interrogatório do juiz do bairro de Andaluz. Exalta também a dedicação de António José Álvares, que lhe acudiu com o preciso enquanto esteve na masmorra. Bocage sabia de

³⁶ O *segredo* do Limoeiro fica nos subterrâneos do edifício, sob o corredor que era a antiga prisão do carrasco. Tem entrada por umas portas de pesadas grades e ferrolhos, pelo pátio das oficinas, recebendo luz por outras grades que dão para os corredores das prisões.

Antigamente, chamava-se àquele recinto a *casa forte*, por ser constituído por um casarão enorme, onde os presos indisciplinados eram metidos a monte, indo aqueles que não acatavam o castigo para um cubículo anexo conhecido pelo *segredo escuro*, o qual ainda hoje subsiste, sem luz, mas arejado e amplo.

A *casa forte* foi, porém, dividida em sete celas, para evitar a promiscuidade dos presos e os desatinos a que eles se entregavam, dos quais eram sempre vítimas os mais fracos e menos conhecedores dos hábitos da cadeia. Essas celas ficaram sendo conhecidas pelos *segredos*, cada qual com o seu número de ordem.

(*Século*, 14-V-19 11)

³⁷ Entrou no cárcere da Inquisição em 14 de Novembro de 1797; nele se demorou, saindo em 17 de Fevereiro de 1798 para o Mosteiro de S. Bento da Saúde, donde foi, em 22 de Março de 1798, transferido para o Hospício das Necessidades, a fim de ser doutrinado pelos P. P. do Oratório. (Soriano, Prim. Época, t. II, p. 104).

quanto era capaz o Manique, pois que para agarrar os refractários refugiados em Caparica incendiara os palheiros da povoação; o menos que o esperava era o degredo das Pedras Negras, então reservado aos que seguiam as ideias francesas. O desalento assaltou-o um instante, mas recorreu aos seus versos formulando pedidos aos potentados para que lhe acudam; assim, escreve belíssimas Quintilhas a D. Mariana Joaquina Pereira Coutinho, mulher do ministro José de Seabra da Silva, versos também ao Marquês de Ponte do Lima, ao filho do Marquês de Pombal, ao Marquês de Abrantes, ao Conde de São Lourenço. Era tudo baldado; o Manique não largava a presa. Foi preciso uma subtilidade, fazendo consistir o crime dos *versos sediciosos* ou políticos, em *críticos*, ou pecado de *filosofismo*; e a seu requerimento, por bem aconselhado, Bocage reclamou para ser entregue à Inquisição.

Tal era o estado de Portugal, que a própria Inquisição estava mais benigna que o Cesarismo bragantino; e recebido o requerimento do poeta em 14 de Novembro de 1797, foi entregue pela Intendência à Inquisição que o reclamara, mandando-o doutrinar no Mosteiro de São Bento, em 17 de Fevereiro de 1798. Aí foi tratado com o esmero que merecia o seu singular talento; os frades Bentos inscreveram o seu nome no livro do *Dietário*, ou das efemérides históricas, memorando a entrada. Seis meses depois era transferido para o Mosteiro das Necessidades, em 22 de Março, melhorando de situação pelo valimento do ministro José de Seabra da Silva. Durante este remanso entregou-se Bocage ao estudo, começando a tradução das *Metamorfoses* de Ovídio. Pouco depois era restituído à liberdade, dando-lhe o Manique uma esmola de roupa em nome do Príncipe Regente, recomendando-lhe que empregasse os seus talentos para lustre da pátria e dos amigos. Bocage, que até aos mais humildes e obscuros amigos se patenteou sempre reconhecido, nunca aludiu a esta degradante esmola do Intendente, que lhe era defeso rejeitar.

Em 1801, restituído à sociedade civil, e ocupado pelo P.^e José Mariano da Conceição Veloso, director da Imprensa régia, em fazer traduções de Poemas didácticos franceses, rompeu por causa disso a terrível polémica com José Agostinho por ver pouco considerados os seus poemas didácticos, como a *Contemplanção da Natureza*, de 1801. Em volta de Bocage reuniu-se uma nova falange de poetas *elmanistas*, que se encontrava na *Arcádia das Parras*, como se chamava ao botequim de José Pedro da Silva, no Rossio, em um gabinete denominado *Agulheiro dos Sábios*. Tendo de ausentar-se para França a Marquesa de Alorna, em casa de quem vivia a irmã do Poeta, D. Maria Francisca, veio ela para a sua companhia, encetando ele então uma vida regular de trabalho, principalmente fazendo traduções do francês. Por 1788 fora publicado o romance de Bernardim de Saint-Pierre *Paulo e Virgínia*, que produziu uma grande emoção por causa das descrições da natureza tropical, começando então o gosto do *exotismo* na literatura, adoptado por Chateaubriand na *A tala*. A pequena novela de *Paulo e Virgínia*, mesquinho arremedo do idílio amoroso de *Dafnis e Cloé*, lisonjeava a *sensiblerie* do fim do século XVIII, e ao ateísmo enciclopedista contrapunha o Deísmo retórico de Rousseau, de quem Saint-Pierre era muito admirador e amigo. Alguém encarregou Bocage da versão desta novela, que deixou inédita. Seria talvez por esse mesmo deísmo banal, que não teve publicidade, apesar de Bocage ter atenuado as passagens em que se referia à tirania. Enfim, essa versão tem o mérito de ser um dos seus últimos trabalhos.

Parece que um novo amor iluminou a vida de Bocage nesta crise de forçada actividade. Depois do falecimento da esposa de Bersane Leite, o poeta restabelecera a sua convivência na família de *Teónio*. O Soneto ao falecimento da mãe de D. Maria Vicência era comovente; terminava com o verso incomparável: «É nos eleitos um sorriso a morte.» D. Maria Vicência entendeu acatar os conselhos da mãe, e sacrificando

o seu amor, votou-se a acompanhar com a dedicação de filha a viuvez de seu pai. Já então a irmã mais velha, D. Ana Perpétua Bersane, Anália, se casara. Deslumbrada pelo talento de Bocage, o seu entusiasmo toma a aparência de amor; *Márcia* é a nova e última musa do Poeta, e a que lhe faz sentir uma ternura que contrastava com os mais desolados ciúmes, que lhe causara *Anália*.

O Morgado de Assentis Francisco de Paula Cardoso e D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho, companheiros de Bocage e que lhe sobreviveram, afirmaram que a *Anália* celebrada no último período da vida do poeta era D. Ana Perpétua Bersane Leite. Inocêncio, anotando os Sonetos CLVII a CLXI, segue esta opinião: «durante o ultimo período da sua moléstia foram endereçados (conforme a indicação e autorizado testemunho de D. Gastão e do Morgado de Assentis) à senhora D. Ana Perpetua, filha de Antonio Bersane Leite, constante e familiar amigo do Poeta. Esta menina parece ter sido o derradeiro objecto das mais ternas e carinhosas afeições de Elmano.» É inadmissível tal opinião, porque D. Ana Perpétua era casada.

D. Maria Vicência, *Márcia*, a *alma suave*, que convertera o seu amor por Bocage em uma imensa piedade, mostrou-se para ele carinhosa na angústia da doença. Foi a ela que Bocage dirigiu um dos seus últimos Sonetos e dos mais profundamente sentidos. No Brasil, para onde em 1807 Bersane Leite se retirara com a família, pela invasão napoleónica, ai sobreviveu em Minas por muitos anos D. Maria Vicência, e na tradição dos seus parentes ouviu José Feliciano de Castilho, que a *Márcia* tão celebrada por Bocage era D. Maria Vicência. (*Excertos*, II, 262). O amor de *Márcia*, na sua ideal pureza, tinha sido, ainda quando era uma irrealizada esperança, uma aura moral de pacificação.

Bocage teve ainda o prazer da maior glorificação a que podia aspirar; *Filinto* proclamara-o como seu continuador, e depois das objurgatórias de Macedo pôde exclamar: «Zoilos, tremei! Posteridade, és minha.» Na atmosfera de fanatismo em que se vivia, novos desastres se lhe preparavam; em 23 de Dezembro de 1804 é acusado ao Santo Ofício por pedreiro-livre por uma mulher fanatizada, Maria Teodora Severiana Lobo Ferreira. Instaurou-se o processo secreto, que não teve andamento, por se conhecer o estado da grave doença de Bocage. Um aneurisma nas carótidas perturbava-lhe a circulação, de modo que, por vezes, esteve em perigo de morte. Durante a sua doença, Bocage era visitado por todos os poetas seus contemporâneos; para acudir à falta de recursos, o antigo dono do *Botequim das Parras* coligiu os versos que lhe dirigiam, e imprimiu os *Improvisos* de Bocage *na sua mui perigosa doença*, vendendo os folhetos e entregando-lhe o dinheiro. Bocage, glorificando essa generosa simpatia, dizia em um Soneto: «que pagava em verso o que devia em ouro.»

Na folha 156 da aceitação de doentes, no Hospital de S. José, sendo então enfermeiro-mor o Visconde de Mesquitela, lê-se depois de dois nomes de desconhecidos: «Manoel Maria de Barbosa du Bocage, que disse ser solteiro, e filho de José Luís Soares Barbosa e de D. Mariana Joaquina du Bocage, defunta, baptizado na freguesia de S. Julião, da Vila de Setúbal, deste patriarcado, sem ocupação; morador no Terreiro, de 34 anos, fatos usados. Entrou na enfermaria Jesus, Maria José em 24 de Agosto e teve alta em 31 do mesmo mês (1799).» O Terreiro aqui designado, era junto ao convento dos Paulistas, onde era a travessa de André Valente, na qual o poeta teve morada nos seus últimos anos (1802 a 1805). A irmã mais nova do poeta, D. Maria Francisca, que era dama de companhia em casa da Marquesa de Alorna veio, por ocasião de esta se ausentar para Londres, para a sua companhia. O poeta alude a *hiperbórea mana*, ao seu trato frio, o que se explica pelo bigotismo religioso junto do

irmão livre-pensador.³⁸

O último amor de Bocage, como uma aurora vespertina pacificadora foi D. Maria Vicência, a quarta filha de António Bersane Leite, nascida em 10 de Agosto de 1783. Tinha ela dezasseis anos, quando o poeta saiu do hospital. A piedade levou-a a interessar-se pelo glorioso *Elmano*, que ela desde os dez anos admirara nos deslumbrantes improvisos, na graciosidade impressionante, que até dominava o temperamento do milionário lord Beckford. Os amigos de Bocage mal conheceram este amor que foi um lampejo de serenidade na sua agitação nervosa exacerbada pelo despotismo policial e pelo deslumbramento das ideias revolucionárias. *Márcia* era o nome arcádico com que a designava nos seus Sonetos, e também *Armia*, que é um dos seus mais inspirados idílios e inigualável na poesia portuguesa do século XVIII. D. Maria Vicência o visitava e acompanhava na sua prolongada doença de 1800 a 1805. Neste período ocupou-se Bocage em traduções de poemas didáticos, e o trabalho remunerado dava-lhe dignidade e força. Na *Epístola a Márcia* descreve a situação moral, que o vivifica:

Cândida amiga do extremoso *Elmano*,
Minha *Márcia* gentil, se eu a teu lado
Te entretinha os ouvidos e te influía,
Por eles, no formoso e ebúrneo peito
O encanto da suave melodia,
A maga sensação das almas belas.
Se te aprazem meus versos incessantes,
Se teus olhos brilhantes, como os astros,
Volves benignamente ao grato amigo
Que em termos perfeitos, de que és tão rica,
Que o virgíneo candor te não profana.
Com torpes, sequiosos pensamentos,
E nos dons da tua alma embelezado.
Como se ama no céu, no mundo te amo.

A admiração pelo génio levou D. Maria Vicência a dulcificar as decepções que sofrera Bocage:

Descansei mansamente os olhos nela,
Mudo lhe expus meu mal, e vi, e achei-a
Fagueira, maviosa além de bela.

Tu, toda nos meus versos se recreia,
Minha lira lhe apraz, e em meus louvores
Não sofre se antecipe a língua alheia.

Eis se arma em nosso dano, eis se conjura
Contra a nossa alegria um maldizente
Tão mordaz, como as feras na espessura.

³⁸ Em Outubro de 1812, ela denunciou à Inquisição de Lisboa José Diogo Contador de Argote, pela sua incredulidade da Virgem depois do parto, o que fez por ordem do seu confessor, e por escrito, por não poder ir pessoalmente, por ser donzela e viver em casa de sua irmã.

Este pois, com sagaz aleivosia,
Sem que de mim, jamais, sofresse ofensa,
Um sedutor me finge à mãe de *Armia*.

Ela acredita o monstro, em raiva intensa
Arde contra a paixão que em nós conhece,
Olha-nos já com ríspida presença.

.....

As perseguições policial e inquisitoriais de Bocage, o ódio de José Agostinho de Macedo e, sobretudo, a doença mortal do aneurisma das carótidas, tocaram profundamente a piedade de D. Maria Vicência. A sua visita à morada do poeta, tornara-se um alívio. No *Livro Curioso*, de 1803, compilado em Setúbal, encontramos esse Soneto inédito em que define o seu conforto:

Fugi, prazeres de quem chora e sente
Não ver de *Márcia* a divinal figura;
De alegres corações não falta gente
Que em vão por vós trabalha e vos procura.

Mostrai-me, se podeis, a formosura
Da minha *Márcia*, por quem choro ausente,
E vinde; então chamar-vos-ei ventura,
Que antes não me podeis fazer contente.

Pois se nenhum alívio podeis dar-me,
Para que vindes, tendo esta certeza,
Para que vindes sem razão cansar-me?

Mostrai-me *Márcia*, eu diante da surpresa...
Porque sem ela, sempre haveis de achar-me
Posto à sombra das azas da tristeza.

Os poetas contemporâneos de Bocage que só conheceram a paixão por *Anália*, por ignorarem que ela casara com o escrivão Moura Leitão, não compreenderam este protesto final que o angustiado poeta pouco antes de falecer dirigira a *Márcia*:

Contigo, alma suave, alma formosa,
Celeste imagem de que o céu me priva,
Que eu vivesse não quis, não quer que eu viva
Lei, (sendo etérea) ao coração penosa.

Vendo sumir-se por morada sombrosa
Ah, não desmaies, a constância aviva,
E por artes de Amor, de Amor, oh diva,
Do não gozado ausente os mares goza.

Mais doce orvalho de teus olhos desça

Ah, linda como tu, melhor das flores,
Que em torno à campa se abotoe e cresça.

Passeia entre os meninos voadores,
Une a mãe aos filhinhos, e pareça
Da Morte a solidão jardim de flores.

Dona Maria Vicência visitou o poeta na sua angustiosa doença, no miserável terceiro andar do prédio nº10 do Beco de André Valente, em que desde 1802 residia ³⁹; o poeta ainda lhe dirigiu os versos:

Meu mal dorme, repousa embriagado
Das mil delicias que me dá teu pranto.

Em 21 de Dezembro de 1805 sucumbia o poeta no fim da sua prolongada doença do aneurisma das carótidas, sendo o seu enterro notabilizado por um grande vendaval. Tendo feito o paralelo da sua vida com a de Camões, perfeitamente, foi mais feliz na

³⁹ No estudo sobre a Casa onde faleceu Bocage, pelo sr. António César Mena Júnior vem a seguinte descrição: «o terceiro andar, onde habitou e faleceu Bocage, tem três janelas de peito. – Consta de quatro compartimentos: uma casa de entrada (a maior de todas) comunicando à esquerda com um pequeno vão sobre a escada, e à direita com a cozinha e com um quarto que tem porta de caixilhos com vidros pequenos. É provável que fosse este o quarto do poeta. A casa de entrada tem duas janelas de peito, e o vão sobre a escada uma janela também de peito.

A cozinha recebe luz de uma pequena janela que dá para um saguão estreitíssimo; tem uma porta para o quarto e outra para a escada.

Os tectos são de madeira. Os pavimentos estão muito carunchosos; devem ser os primitivos.

O pé direito é muito baixo, tem talvez 2,m8.

Eis aqui minuciosamente descrita a casa onde passou os últimos quatro anos da sua existência, onde padeceu e se finou um dos maiores poetas portugueses.» (*Diário de Notícias*, de 14 de Junho de 1905).

No Livro do Arruamento e Descrição dos Prédios, e outros Objectos da Colecta da Décima e Novos Impostos da Freguesia das Mercês pelo presente ano em conformidade do real Decreto de 8 de Junho de 1805, e das Leis anteriores a que ele se refere.

Páginas 88 v.

Beco de André Valente nº297.

Casas dos Herdeiros de Maximiano Fernandes de Oliveira, n.ºs 10, 11 e 12.

Loja – Veríssimo José de Oliveira – Criado de servir, dezoito mil réis 18\$000

Sobrado – Francisca Magna – vinte e quatro mil réis 24\$000

Sobrado – José Caetano – Arqueiro, vinte mil réis 20\$000

Sobrado – *Manuel Maria du Bocage* – Sem officio, vinte e um mil e seis centos 21\$600

Sobrado – Um embarcação, dez mil réis 10\$000

(No Arquivo do Tribunal de Contas). O sr. António César Mena Júnior no artigo *A casa onde faleceu Bocage*, acrescenta a este documento:

«Compulsando o Livro de Arruamento e Descrição dos Prédios anteriores a 1805, fiquei sabendo que o nosso poeta residia naquele andar desde 1802, pagando sempre a mesma renda; e desejando saber quem ficou morando na casa depois da sua morte, vi que foi sua irmã D. Maria Francisca de Barbosa du Bocage, companheira inseparável do vate e que recebeu o seu ultimo suspiro.

«Aquela senhora residiu ali até o fim do primeiro semestre de 1810, pagando de renda nos anos de 1806 e 1807 a mesma importância que seu irmão pagava, a qual foi elevada a 24\$000 reis desde 1808 até o ano em que deixou de habitar a casa.

«A histórica propriedade é hoje do sr. conde de Simas, abastado capitalista residente na ilha Graciosa.» (*Diário de Notícias* de 14 de Junho de 1905, p. 3).

morte, porque não assistiu à invasão napoleónica em 1807 e à ignominia das classes dirigentes.

Em volta do leito de Bocage se agruparam Pato Moniz, Pimentel Maldonado e outros que seguiram a corrente liberal do Constitucionalismo, que vieram a morrer pela traição do absolutismo ou jazeram fechados nas masmorras até à implantação de um novo regime político. Em 21 de Dezembro de 1805 expirava Bocage; neste mesmo ano terminara também a actividade repressiva do Intendente Manique, como se tivesse cumprido o detestável destino de comprimir e atrofiar aquela alta expressão do génio português. O juízo sobre Bocage resume-se em poucas palavras: as coincidências pasmosas entre as várias situações materiais da sua vida e a de Camões levam a concluir – que, em uma época de decadência nacional como o século XVIII, Camões não teria sido mais do que Bocage; comprimido em uma sociedade apática, sequestrada ao convívio europeu pelo regime policial, se a sua obra ficou abaixo do seu talento, ela há-de ser sempre na história da civilização portuguesa o mais eloquente protesto. Foi esse o espírito da celebração do Centenário de Bocage.

O nome de Bocage é conhecido pelo povo português, que por uma pasmosa intuição o associa ao de Camões; o povo tem os profundos pressentimentos, e por uma espontânea simpatia revela a relação moral que existe entre a individualidade do génio e a colectividade anónima. Sem ler as obras de Camões, sabe que esse nome sintetiza a voz das grandes glórias e dos protestos da nacionalidade portuguesa; também não conhece de Bocage mais do que uma ou outra anedota pitoresca do seu espírito em revolta, mas pela simpatia adivinha que era um génio fecundo atrofiado pelo meio deprimente de uma sociedade impelida a extrema decadência. Sob este aspecto, quase negativo, é um dos representantes da civilização portuguesa. Bocage não foi um iniciador e instaurador de uma época, mas subordinou a sua vida ao motivo ideal, que determina sempre a acção das individualidades superiores, como os heróis ou os mártires, e por isso em uma sociedade imbecilizada pelo obscurantismo religioso e pelo terror do cesarismo, a sua vida consumiu-se na revolta contra o erro constituído, no protesto irreprimível que o precipitava na desgraça. «Meu ser evaporei na lida insana», sintetizara o poeta no seu último soneto; os amigos que o conheceram na intimidade desprevenida, como o Bingre, deixaram traços que o definem: «*Foi honrado, verdadeiro, liberal, muito amante da sua liberdade e figadal inimigo da escravidão.*» Possuía todos os dotes para ser esmagado sob uma avalanche de iniquidades, em uma sociedade degradada em que a espionagem policial e a inquisitorial eram os sustentáculos da ordem pública; em que a bajulação tornava a mentira um recurso de segurança e de bem-estar pessoal, em que a liberdade em todas as suas manifestações era um atentado, que se abafava sangrentamente como um perigo que podia perturbar a irresponsabilidade das instituições anacrónicas.

Bocage, pelas qualidades morais descritas por Bingre, com o relevo de um excepcional talento e um temperamento impulsivo, achou-se à entrada da vida em conflito com esse meio social; sem o apoio da noção da dignidade humana, que é a força das sociedades livres, bajulou também, como todos os outros poetas cesáreos, e nos ímpetos da indignação que lhe irrompia da alma, os protestos audaciosos eram a sublime inspiração desse repentismo admirável, que assombrava *lord* Beckford, a que dava forma poética nas Sátiras racionalistas e lhe abriram os cárceres da Policia preventiva e do Santo Ofício. A vida de Bocage resume-se nestas palavras com que um génio igualmente impetuoso, Byron, se retrata na Epístola a Augusta: «A minha vida inteira não foi senão uma luta, desde que recebi o ser e com ele alguma coisa que devia destruir-lhe o benefício – um destino e uma vontade caminhando fora da estrada batida.» Na sua luta da vida inteira, Byron defronta-se com um poderoso meio social,

em que a noção ideal contrasta com o egoísmo de uma aristocracia orgulhosa, e com a materialidade do industrialismo exclusivista; podia avançar livremente fora da estrada batida, sem sucumbir ao pessimismo doentio, porque a opulência dos seus rendimentos dava-lhe à ironia o tom de um soberano desdém. Na *lida insana* em que Bocage dissipou a existência, poeta pobre, criado prematuramente sob a disciplina militar, favorecido protecionalmente por dignatários oficiais e eruditos eclesiásticos, ele próprio reconheceu que os seus versos eram – «escritos pela mão do fingimento, – Cantados pela voz da dependência». E esse espírito *honrado, verdadeiro, liberal*, ao romper com a chateza geral da sua época, teve de ficar suplantado, passando deslumbrante como um asteróide, queimando-se em uma improvisação de momento, sem deixar as criações da arte imperecível. A sua influência directa na poesia portuguesa foi vasta, embora meramente formalista, sem sair do gosto ou escola arcádica; chamou-se-lhe o *Elmanismo*.

No fim do século XVIII e primeiro quartel do século XIX, duas correntes de gosto dominavam na poesia portuguesa, o *Filintismo* e *Elmanismo*; uns poetas seguiam as normas e elocução de *Filinto Elisio*, imitando-lhe as Odes horacianas com as suas transposições alatinadas e palavras compostas e arcaicas; outros admiravam cegamente *Elmano* (anagrama de Manoel, e nome arcádico de Bocage) e reproduziam a pompa enfática dos seus versos, nos quais sacrificava a ideia à cadência perfeita, às figuras de retórica *Anáfora*, *Simploca* e *Epanadiplosis*, combinando as repetições das palavras no princípio e fim dos versos, que facilitavam a *improvisação* e lisonjeavam o ouvido. Vê-se que estas duas correntes não penetravam a essência da poesia, não se elevando acima de banais efeitos de linguagem, e da mecânica da versificação. No primeiro quartel do século XIX, ainda Garrett (*Jónio Duriense*) sustentava a corrente *filintista*, e Castilho (*Mémnide Eginense*) reproduzia as ressonâncias métricas do *elmanismo*. Pela sua obra e influxo literário, Bocage ocupa lugar primacial, que lhe assinala a crítica e a história.

Nicolau Tolentino de Almeida. – O erudito Dr. António Ribeiro dos Santos desdenhando do lirismo das *Modinhas*, cantadas de uma maneira impressionante pelo mulato Joaquim Manuel, e escritas pelo brasileiro Caídas Barbosa, contrapunha-lhes como dignas de serem lidas e admiradas as sátiras de Nicolau Tolentino, porque moralizava os costumes. Vistas as causas na realidade, Nicolau Tolentino era uma natureza parasitária, que fez da poesia um instrumento de bajulação aos fidalgos, para obter favor dos poderes públicos, mentindo por forma indigna, dizendo que nascera nas faixas da pobreza, e que pedia para acudir às necessidades de uma irmã e de tristes sobrinhos. Os factos biográficos provam que era de uma família distinta, bem aparentada na melhor fidalguia, e contra essa abjecta pedinchice protestou sua irmã com abundantes documentos. Nasceu Tolentino em 10 de Setembro de 1740, em Lisboa, sendo seus pais o Dr. José Soares de Almeida, advogado da Casa da Suplicação, e D. Ana Teresa Fróis de Brito, vivendo à lei da nobreza, com certa abastança. Nicolau Tolentino partiu para Coimbra, para seguir o curso de Leis, matriculando-se em 1760. Era na época de maior desolação mental na Universidade, em que a vida estudantesca era uma troça desvairada. No *Palito Métrico* ou *Macarrónea* acham-se desenhados ao vivo esses hábitos escolares. Nesse meio é que Tolentino adquiriu a usual feição de poeta jocoso, de pedinte impertinente, e essa visão da vida social, que o povo exprime na máxima: «O céu, é de quem o ganha; e este mundo é de quem mais apanha.» A vida estudantesca contagiosa e apática ociosidade inibiu Tolentino de se conformar com a faina peculiar da advocacia. Pela expulsão dos Jesuítas, o grande ministro teve de reorganizar a instrução secundária, que era exclusivamente da Companhia. Criaram-se numerosas cadeiras de Latim, de Lógica e de Retórica. Tolentino lançou-se a essas

Cadeiras novas, sendo nomeado substituto de Retórica em Évora em 1765. Concorre à cadeira em Lisboa, sendo provido em Agosto de 1767, voltando a Coimbra em 1769 para terminar o curso de Leis. A sua vida em Lisboa passou-se frequentando as Casas fidalgas, e as tendências literárias foram-lhe despertadas por essa convivência, em que era sinal de bom-gosto a apreciação da poesia. Assim é um dos frequentadores da casa de D. Joana Isabel Forjaz, que tanto admirava o genial espírito de José Anastácio da Cunha. Como ele veio a cultivar os versos de redondilha e a forma da antiga *quintilha*, revela-o na carta dirigida ao conde de Vila Verde: «as proveitosas lições dos nossos dois portugueses Bernardim Ribeiro e Francisco de Sá de Miranda, com que v. ex.^a fazia úteis no seu espírito aquelas horas que a natureza, e muito mais a moléstia lhe tinham destinado ao descanso do corpo, insensivelmente no meu coração amor a esta espécie de poesia. V. Ex.^a me fazia a honra de mandar que lhe lesse estes dois preciosos livros, e a musa que preside às minhas trovas, afeita àquela lição, rimou, rimou em quintilhas e carregou de moralidades, talvez intempestivas, o memorial que ponho nas mãos de V. Ex.^a». Ele tinha achado a forma bela das Sátiras mirandinas, elevando-o da improvisação faceta ao quadro de costumes e ridículos dos tipos caricatos. Mas essa forma era cultivada para fazer lidos os seus Memoriais, pedindo sempre, ignobilmente assoalhando a indigência das irmãs e sobrinhos, e lamentando incessantemente o purgatório de aturar rapazes na aula de Retórica, suspirando pelo dia em que pudesse *pendurar a palmatória*, e assentar-se em uma repartição pública como oficial de Secretaria. Era o seu ideal e conseguiu-o depois de muita choradeira, em 21 de Junho de 1781. Teve, portanto, de tomar parte na *viradeira*, fazendo versos contra o decaído Marquês de Pombal, e seguir as parcialidades que davam, e por isso, apesar de nomeado sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, satirizava o Duque de Lafões pela *retirada* diante do exército espanhol, quando o triunfo era certo, sem saber que essas ordens do Príncipe Regente eram exigências da esposa Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, que assinara com Bonaparte o tratado de Fontainebleau, para a invasão e partilha de Portugal. Tolentino dava a forma de *Modinha* às sátiras contra o Duque de Lafões. Os seus versos acham um verdadeiro comentário nas Cartas de Lord Beckford, que podiam ser anotadas com os tipos caricatos da corte de D. Maria I. Tolentino viu desaparecer todo esse mundo oficial, na fuga do Rei com a sua corte para o Rio de Janeiro em 1807. Nessa debandada, apenas resistiu três anos, finando-se na tristeza em 22 de Junho de 1811, em que a nossa nacionalidade ia sucumbindo.⁴⁰

José Agostinho de Macedo (Elmiro Tagídeo). – Nasceu em Beja em 11 de Setembro de 1761, na época em que o absolutismo pombalino estava no seu esplendor, e faleceu em 1831, quando o regime liberal, que ele combatera polemicamente, se implantava em Portugal pela força das armas, pelo exército formado na emigração. Lutou sempre; fizeram-no professor aos dezassete anos no mosteiro dos frades da Graça, mas a sua mocidade impetuosa e talento natural o lançaram na indisciplina, sofrendo as torturas do cárcere penitencial e por fim a expulsão por *discolo*. Por uma vasta leitura adquiriu essa erudição enciclopédica, viciada pelo seu teologismo, e sem uma ideia filosófica, a retórica foi a exibição exterior com que se tornou um pregador inesgotável, e ardente polemista acirrado pela vaidade pessoal, e temível pelo vocabulário adquirido na adolescência plebeia. Como orador, como poeta e como escritor doutrinário é exclusivamente retórico, declamador, exagerando as paixões, que

⁴⁰ Sanches de Baena publicou sob o título de *Memórias de Nicolau Tolentino*, as mais interessantes notícias que a irmã do poeta D. Joaquina Teresa Fróis de Brito reunira, repelindo as indignas lamúrias assoalhadas nos seus versos. Esta senhora foi durante cinquenta anos Regente dos Expostos, e pela sua admirável gerência, D. Maria I a visitou atenciosamente.

as facções reaccionárias exploraram, lisonjeando-o. No fim da sua vida de luta, disse de si: Eu não fui mais do que um escritor com imaginação.

Tendo professado no mosteiro da Graça em 1778, ao fim de doze anos de revolta contra a disciplina claustral, foi expulso solenemente da comunidade em 18 de Fevereiro de 1792. Passou então a presbítero secular, fazendo da prédica o seu ganha-pão, vindo a ser nomeado pregador régio em 1802. Acompanhou a revolução de 1820, tendo sido eleito deputado às cortes constituintes, pondo-se desde 1823 até à sua morte ao serviço da reacção absolutista. A sua vida literária foi uma constante e virulenta polémica pessoal, dando largas aos sentimentos mais desumanos e à linguagem a mais abjecta. O seu orgulho pessoal levou-o a pretender acabar com a glória de Camões, elaborando em 1811 o poema *O Gama*, para suplantar os *Lusíadas*; três anos depois refundiu este acervo de oitavas retóricas acrescentando aos dez mais dois cantos, com o título mais sonoro *O Oriente*. O padre em um longo prólogo fez-se o eco da crítica de Voltaire no *Ensaio sobre a Poesia épica*.

As falsas ideias sobre poesia levaram-no para imitar esse enfadonho naturalismo didáctico-clássico dos sempre deslavados Delille, Chenedollé, Esmenard, Lebrun, Luce de Lancival, Campenon, que eram lidos e apregoados pelos que cultivavam as Ciências Naturais. José Agostinho seguiu esta corrente, no seu poema didáctico *Newton*, e na *Viagem estática ao Templo da Sabedoria*. Em 1812 as paixões políticas fizeram-lhe escrever um poema herói-cómico *Os Burros*, emendado e adaptado às novas crises políticas do constitucionalismo. D. Miguel nomeou-o Cronista-mor do reino, em 1830, exerceu a Censura literária oficial, e morreu quando triunfou no cerco do Porto o regime representativo.

Entre os espíritos superiores do fim do século XVIII que aspiravam à transformação de uma nova época social, este escritor pôs o seu talento ao serviço da retrogradação, dando à propaganda odiosa a impetuosidade do seu temperamento plétórico, em que a sinceridade das ideias era suprida pela intolerância das afirmações. Foi por isso rancorosamente odiado pelos que serviam a corrente progressiva do século XIX, e fanaticamente divinizado pelos que lutavam pela estabilidade do regime absolutista. Torna-se difícil a apreciação desta individualidade, cuja biografia é recheada de factos vergonhosos, pondo em relevo um carácter baixo, uma inteligência superficial, uma moralidade afrontosa; mas esse temperamento impetuoso é o próprio a reconhecer os seus defeitos, a amesquinhar o seu orgulho, e a confessar a simpatia que o animava quando os ódios da ocasião o não empolgavam. Em José Agostinho verifica-se este grande princípio de Maudsley, na *Patologia do Espírito*: «Na etiologia das desordens mentais, as investigações devem fazer-se sob o ponto de vista social.» Macedo nasceu em Beja, em 11 de Setembro de 1761 e faleceu em Pedrouços, em 2 de Outubro de 1831, quase nos últimos arrancos do governo absolutista de D. Miguel. Entre estas datas compreendem-se profundos abalos sociais, que se reflectiram na sua organização e desenvolvimento individual. Foi gerado ainda sob a emoção do terremoto de 1755 e sob o terror pombalino das prisões de estado e execuções tremendas; criado sob o regime da loucura de D. Maria I e da boçalidade do Príncipe Regente, quando o Intendente Manique reagia canibalmente contra a entrada das *Ideias francesas*. Bastava o grande facto da Revolução de 1789 para desorientar o cérebro da pobre criança feita frade graciano por vontade régia. A invasão napoleónica e a fuga de D. João VI para o Brasil quebraram-lhe todo o equilíbrio da disciplina de costumes; a estupidez da Regência e o despotismo militar de Beresford em contraste com a Revolução de 1820 que vindicava a independência nacional, fizeram-no pender momentaneamente para as ideias liberais, que ele abandonou servindo a reacção dos Apostólicos, que explorou o seu talento até ao esgotamento e morte. No meio destas correntes desencontradas é que

se lhe manifestaram todos os defeitos pessoais e se praticaram os actos que constituem a sua biografia, convertendo todos os ódios que provoca em uma piedosa simpatia final. O temperamento de lutador expande-se nos factos decisivos da sua existência: reagindo nos seus primeiros anos contra a situação da clausura fradesca; contra Bocage e os poetas elmanistas, que ele atacou no primeiro esboço do poema *Os Burros*; contra os sebastianistas e pedreiros-livres, contra a Carta constitucional e os liberais; contra os admiradores de Camões, visando principalmente Garrett, então redactor do *Português*. Transcrevemos aqui uma nota autobiográfica posta por Macedo ao poema dos *Burros*, em que ele próprio se incluiu:

«José Agostinho de Macedo, natural de Beja, onde nasceu a 11 de Setembro de 1762 (aliás 1761) filho de Francisco José Teixeira e de Angélica Freire de Andrade; o pai foi prateleiro, e a mãe era ilustre, mas pobre; é pregador de Ofício, come sem dever cinco reis; fala sempre verdade, dorme sem remorso de crime algum; ralha e ralhará sempre, porque tem a mania de amar sinceramente este Reino. É digno de um lugar neste poema dos *Burros*, por se haver metido com eles.» Por esta nota se verifica a malevolência dos seus críticos; do pai disseram que se chamava *Tegueira* e não Teixeira, que era *pasteleiro*; a mãe, ainda parente do ilustre bejense Jacinto Freire de Andrade, é acoimada de trato ilícito com o pai do desembargador Francisco Eleutério de Faria e Melo, ajudante do Intendente-Geral da Polícia. Inocêncio em uma cópia das *Memórias* para a vida de Macedo, apontou que esse indivíduo pagou a sua educação e o meteu a frade graciano. Estas imputações odiosas azedaram-lhe o carácter. Nos apontamentos coligidos pelo grande admirador de Macedo Francisco de Paula Ferreira da Costa, tomamos estas linhas curiosas sobre os seus primeiros anos: «O pai, *ourives* de Beja, passou a Lisboa, onde se tomou grande oficial de ourives e cravador de diamantes, e também em Lisboa casou com Angélica dos Serafins Freire, natural de Lisboa. Faleceram em Beja na rua da Capelinha, em casa própria e decente para aquele tempo.» Sobre a entrada da pobre criança para frade, refere Ferreira da Costa:

«O P.^o José Agostinho aos seis anos prometia já um talento raro, de sorte que ouvindo um sermão o repetia no dia seguinte (a substancia) com atavios seus e tão engenhosamente, que admirou os seus ouvintes... O sermão era o pregado na festividade de S. Brás. Vendo D. Pedro III o pai do padre, pediu a este (porque quis satisfazer o alto empenho dos Gracianos) para que consentisse na entrada do filho para aquela Ordem, o que teve effeito, não obstante *não serem esses os desejos do pai e do filho.*»

Deste facto se explica todo o percurso da sua existência de revolta. Em 1778 professa nos Gracianos de Lisboa com o nome de Fr. José de Santo Agostinho. Na Sátira *Elmiro*, conta Pato Moniz que fora reprovado em latim pelo seu mestre Fr. António de S. Luís, e depois também reprovado em filosofia e teologia. (Nota 6). Não era a falta de inteligência, mas a reacção dos dezassete anos contra a apatia e estupidez claustral, que o tornavam um cábula e um díscolo. Foi mandado para o Convento de Coimbra, onde se demorou junto do bondoso poeta brasileiro Fr. José de Santa Rita Durão, o autor do poema *O Caramuru*; ali adquiriu o gosto pela poesia, conservando agradabilíssimas impressões dessa convivência literária. Procedendo-se à eleição do Provincial, veio José Agostinho a Lisboa para a votação, sendo por esse tempo o começo da sua luta com os frades. Lê-se em uma nota do citado Ferreira da Costa: «foi por alguns anos residir em Coimbra. Veio a Lisboa, e pela eleição do Provincial, faltando Orador, ele subiu ao púlpito pela primeira vez, e improvisou uma oração tão eloquente, que espantou a todos.» Bastava isto para o assaltarem as invejas fradescas. Diz Ferreira da Costa: «Algumas *travessuras de rapaz* e intrigas fradescas, deram motivo a bastantes maus tratamentos, que recebeu dos Frades.» As travessuras reduziram-se ao furto de umas gulodices, e o castigo a prisão no tronco. Em 1780, foi

mandado para Braga para uma cadeia no Convento do Pópulo, donde fugiria em 1782, sendo sentenciado em 17 de Agosto no Convento de S. João Novo no Porto, por apostasia e roubo de livros na livraria do Pópulo. Sendo removido para o Convento da Graça, em Évora, por segunda sentença em 21 de Março de 1785, aí escreveu o seu Panegírico ao arcebispo Cenáculo, primeira manifestação do seu talento literário; voltando a Lisboa, mas fugindo da violenta clausura em que se achava, foi remetido por castigo para o convento de Torres Vedras, donde se evade. Por terceira sentença dada no convento da Graça, de Lisboa, em 22 de Julho de 1788, por apostasia, roubo de livraria e fuga do cárcere, meteram-no outra vez no in-pace do mosteiro; aí se dedicou à poesia começando o esboço do poema épico *Descobrimento da Índia*, que veio com o tempo a desenvolver no poema *O Gama*, que transformou depois no *Oriente*. José Agostinho recorreu para o Núncio contra a terceira sentença, em 1789, sendo em 7 de Agosto de 1790 dado acórdão contra a resolução do Núncio. Neste ano é que se fixa a chegada de Bocage de regresso da Índia; do seu cárcere saudou-o José Agostinho, com ênfase de admirações, tornando-se pouco depois seu companheiro e comunal na vida desvoluta. Pelos documentos oficiais que precederam a sua expulsão da Ordem graciana em 1792, é que se recompõe a vida tormentosa de anarquia moral a que o impeliram; em 1790 estava sob a alçada do Intendente Manique. O Núncio, em carta de 9 de Julho de 1791, pede ao Reitor do Convento de S. Paulo para mandar prender com o auxílio da polícia Fr. José de S. Agostinho, que fugira daquele convento onde fora depositado; por um ofício de 14 de Julho de 1791, ao juiz do crime do Bairro de Santa Catarina, sabe-se que ele furtara na Livraria dos Paulistas vários livros que vendera a João Baptista Reicend, livreiro francês. E por ofício do Intendente Manique de 8 de Outubro de 1791, dirigido ao Prior do Convento da Graça, manda-lhe entregar Fr. José de S. Agostinho, apanhado em trajos de secular e descomposto pelas ruas. Por fim é expulso solenemente da Ordem, que era o que ele pretendia, sendo impellido para a vida airada em 1792. A predilecção da literatura serviu-lhe de equilíbrio, enquanto não irromperam outros impetus de vaidade pessoal; em 1793 já elaborava o poema *O Gama*, e fazia parte da *Nova Arcádia*, onde tinha o nome poético de *Elmiro Tagídeo*, que também usava como membro da Arcádia de Roma. Não acompanhou Bocage, quando, em 1794, *Elmano* rompeu com os poetas da *Nova Arcádia*, começando aí a muda dissidência que veio a irromper em 1801, entre os dois, por motivo da poesia didáctica. Em 1794, por breve de 27 de Fevereiro, ficou considerado como presbítero secular; seria a necessidade de manter-se em equilíbrio moral que o afastou ostensivamente de Bocage; duraram as suas relações até 1797, quando José Agostinho trabalhava na versão do poema *Tebaida* de Stácio, que Bocage retocava, como se gaba na sátira *Pena de Talião*.

Sem recursos para se manter, José Agostinho lançou-se à prédica, fazendo disso uma indústria lucrativa; lia muito, e com uma tendência enciclopédica, adquiriu o entono de pedantismo erudito, e a ênfase retórica, que tanto influiu nos seus versos. Os seus sermões eram facilmente improvisados, e com o seu temperamento violento exaltava-se, impressionando o auditório. Teve ocasiões de pregar no mesmo dia cinco sermões; e essa fonte de receita tornava-o independentemente orgulhoso. Em uma Epístola a Francisco Freire de Carvalho, ele próprio se ri dos seus Sermões e da armadilha que fazia aos vinténs dos saloios. Como suspenso de missa, só lhe restava a prédica; e tanto se assinalou na popularidade, que em 1 de Dezembro de 1802 foi nomeado pregador régio. Conta Ferreira da Costa: «Por este tempo foi o P.^o Macedo um açoite constante contra as extravagâncias de Jacobinos e Maçons, com os multiplicados escritos que publicava, e por isso todos o temiam, e procuravam escapar-se às chicotadas introduzindo-se à sua conversação.» Ferreira da Costa, que tanto o admirava, e que corrigiu pacientemente todos os seus escritos, escreveu em outra nota ao poema

dos *Burros*: «Isto é segredo; mas é necessário aclarar o sentido do verso: José Agostinho teve a fraqueza de se apaixonar por duas freiras, ambas de Cister; a primeira extinguiu-se o fogo; ficou porém a segunda. Por muito tempo foi diariamente a Odivelas, e o facto é que ela existe há uns poucos de anos fora do claustro, e a murmuração publica o argúe de viver na sua companhia com o titulo de sua irmã.» A freira de Odivelas era D. Joana Tomásia de Brito Lobo de Sampaio, sendo os seus amores substituídos pelos de D. Maria Cândida do Vale, que viera do convento de Cós transferida para o de Odivelas, e daí para a casa de José Agostinho, em cuja companhia ele faleceu. O facto de serem estas duas freiras da Ordem dos Bernardos influenciou na actividade polémica de José Agostinho, quando em 1826 os frades de Alcobaça lhe pagavam para ele escrever os folhetos da *Besta esfolada*, com que era combatida a Carta constitucional. Depois destes amores freiráticos, e quando já D. Maria Cândida do Vale estava desfeida por moléstia da pele, virou-se José Agostinho para uma freira trina do Convento do Rato, que o admirava, e com ela conservou uma activa correspondência desde 30 de Janeiro de 1820 até fins de 1822, em que transpira um certo idealismo³; chamava-se ela D. Feliciano, e quando estava para falecer José Agostinho pediu para ser enterrado no Convento do Rato. As suas aventuras com mulheres constam dos documentos officiaes, como o de 12 de Junho de 1788, em que se autentica a sua mancebia com Cláudia Maria Benigna, e o de 25 de Abril de 1807 em que é denunciado ao Santo Officio por Domingas Eberard, e pela criada do padre por nome Josefa.

Depois das terríveis sátiras trocadas com Bocage, reconciliou-se com ele à hora da morte, e fez-lhe um veemente Epicédio; mas Pato Moniz, que desde as lutas do *Botequim das Parras*, nunca mais se reconciliara, espalhou que Macedo furtara à irmã de Bocage os manuscritos de *Elmano*⁴¹, a pretexto de formar um volume em beneficio da desvalida senhora. Em 1806 escreve Macedo o poema *A Natureza*, que o tribunal da Censura entendeu mandar mudar-lhe o título para *A Criação*, porque a palavra natureza implicava a ideia de ateísmo. José Agostinho pelo seu influxo pessoal entra nas intrigas políticas; em 1807 é empregado como policia secreta para se descobrir a conspiração de Mafra, pela qual D. Carlota Joaquina pretendia destronar seu marido D. João VI. Acusam-no de ter denunciado o seu amigo o Dr. Sepúlveda. A publicação do poema *O Gama*, terminado em 27 de Março de 1811, acordou todos os ódios dos amigos e discípulos de Bocage, distinguindo-se entre todos Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, que o ridicularizou no poema herói-cómico *Agostinheida*, e refutou as doutrinas de Macedo contra os *Lusíadas*, que ele tentava substituir pelo *Oriente*.

No ano de 1820, o ano decisivo da vida política de Portugal, Macedo, que servira a inepta regência, que embaraçava a elevação de uma estátua a Camões, conservou-se em completo silêncio; mas em 1822 chegou a ser eleito deputado, dando-se logo em seguida a restauração do absolutismo de D. João VI em 1823 por imposição dos *Apostólicos* de Espanha. Ele não se determinou logo na orientação política a seguir, porque em officio para o Intendente-Geral da Policia, se diz que José Agostinho invectivou publicamente em 1824 o governo, e que seria conveniente mandá-lo para um convento do Minho ou do Algarve. Nomeado nesse mesmo ano de 1824 censor literário do patriarcado por indicação de Monsenhor Rebelo⁴², tornou-se imediatamente o paladino da reacção política religiosa que irrompeu desvairadamente desde a morte de

⁴¹ Por favor de Brito Aranha, obtivemos as *Cartas* a Soror Feliciano, freira trina, e imprimimo-las a expensas da Academia Real das Ciências, em 1900, nos *inéditos*, de José Agostinho de Macedo. São 57 Cartas, que datam desde 1820. Revelam o estilo affectivo do polemista.

⁴² Obtivemos, por favor de Brito Aranha, esta colecção das *Censuras* de 1824 a 1829, e publicámo-las a expensas da Academia Real das Ciências em 1908, com um *Estudo sobre a História da Censura em Portugal*.

D. João VI, com a regência da histórica Isabel Maria até ao sanguinário governo de seu irmão D. Miguel, que ela ajudara a implantar. José Agostinho foi um dos mais ferrenhos inimigos de Garrett, fazendo com que o cantor de *Camões*, como redactor do *Português* fosse encarcerado durante três meses no Limoeiro. Por ordem do odioso Intendente da Polícia, José Joaquim Rodrigues de Bastos, o soporífero autor da *Virgem da Polónia* e dos banais *Discursos religiosos*, José Agostinho foi encarregado de intimidar a opinião pública incutindo-lhe o horror do liberalismo, identificando-o com o maçonismo, e pervertendo a apreciação da Carta constitucional outorgada, de 1826. Assim ele preparava as vias para a revolução absolutista de D. Miguel e do império das forças do Cais do Tojo e da Praça Nova. A barbaridade dos actos políticos do governo de D. Miguel foi acompanhada pelo doutrinário violento de José Agostinho de Macedo, que era então o espírito dirigente do partido conservador. A sua violência de frase fez rezear o próprio poder miguelista, a ponto de na censura prévia lhe ser embaraçada a publicação de certos números do jornal *O Desengano*. D. Miguel encarregava-o de traduzir os artigos com que o defendiam os absolutistas franceses, e encomendava-lhe folhetos e objurgatórias contra o que escreviam os emigrados portugueses no *Padre Amaro* e no *Chaveco liberal*. Chamavam-lhe então o *Padre Lagosta*, por causa da sua face pletórica, e da sua residência do Forno do Tijolo, ele fazia frente a todos os foliculários do liberalismo. Pela sua grande influência no ânimo de D. Miguel, ele estava sempre rodeado de pretendentes, explorado na sua actividade e talento, no arrebatamento de quem se sentia com uma missão social. Combater a pedreira, como ele chamava aos liberais e *esfoliar a besta*, como ele denominava a Carta outorgada, era para José Agostinho de Macedo o ideal a que votara a existência. Apesar da sua robustez hercúlea, este estado de violência e de rancor moral alteraram-lhe o organismo, prostrando-o em poucos anos.

Escreve Ferreira da Costa nas citadas notas ao poema dos *Burros*: «desde 1825 padece grave moléstia de bexiga. Primeiro deitou sangue e depois pedras. Tem sofrido fortes inflamações, mas tal é o seu espírito e tal a natureza da moléstia, que nos intervalos dos seus ataques não deixa de escrever.» Como o único espírito pensante no regime miguelista, ao passo que ele foi combatido e se ia desmoronando pela selvajaria e pelos atentados diplomáticos, mais recrudesciu o trabalho polémico de José Agostinho de par com a doença. É angustioso o quadro em que nos aparece, revelado nas suas cartas, hidrópico, dormindo à força de láudano duas horas por noite, bebendo na febre contínua chá preto, e no meio das dores da sua estrangúria, escrevendo sempre para manter as polémicas com o doutrinário liberal. É neste sofrimento que ele se retira da casa do Forno do Tijolo, para Pedrouços, nos arredores de Lisboa; mas nem aí o deixam. D. Miguel passa-lhe pela porta para o lisonjear, os Jesuítas recém-introduzidos em Portugal vão pedir-lhe vénia, a Pedrouços o vão buscar para os Sermões políticos. Em Pedrouços começou a ser atacado pela gota, e aflige-o a hematúria, mas o trabalho é já de um forçado. D. Miguel nomeia-o em 1830 Cronista-mor do Reino, para atenuar o efeito de lhe pedirem moderação nos artigos da *Besta esfolada*; em 14 de Junho de 1831 é-lhe dada por decreto a pensão de 300\$000 réis anuais como cronista. A sua morte foi o prenúncio da derrocada do sistema absolutista. Em um artigo da *Gazeta de Lisboa*, nº243, lê-se: «O Padre José Agostinho de Macedo, residente no sítio de Pedroços, faleceu no dia dois do corrente Outubro (1831) depois das 11 horas da manhã, por efeito da enfermidade vesical, que havia anos padecia, complicada com a da gota, a que no dia 17 de setembro sobrevieram sezões, provavelmente sintomáticas, precipitando a doença a sua carreira. . .» Sepultado por seu pedido na Igreja das Trinas, do Ratos, foi a chave do caixão entregue a D. Miguel, para lembrança do seu defensor. Macedo, em um relâmpago de bom-senso, confessou que

não fora mais do que um homem com imaginação; que não tinha ódio pessoal a ninguém, mas que a única coisa que lhe fazia perder a cabeça era a Carta constitucional. Literariamente apreciado, Macedo foi um dos escritores que empregou o mais numeroso e variadíssimo vocabulário, com que enriqueceu a língua portuguesa; neste ponto de vista está a par de Vieira e de Camilo. Tinha a graça popular com toda a espontânea grosseria da chalaça; o seu estilo é fundamentalmente retórico com ênfase ora da eloquência do púlpito, ora dos versos pautados pelas normas arcádicas: discursa em verso nos seus poemas didáticos, e devaneia na crítica como censor oficial. É um vulto que sintetiza uma época, como essa deplorável regressão de 1823 a 1834, cuja compreensão está dependente da sua biografia. Inocência, que estudou longos anos e reuniu materiais para a *Vida íntima de José Agostinho de Macedo*, desde 1848 a 1863, ainda o tratou com ódio, como inimigo do liberalismo.⁴³ A bibliografia das suas Obras é vasta, pelas suas numerosas edições, e também pelas polémicas que provocou e que sustentou. Infelizmente não se fez ainda uma edição das suas Obras completas, e quando na Academia das Ciências se iam imprimindo os seus Inéditos, um académico em sessão da Assembleia Geral de 5 de Abril de 1900, increpou esses livros como pornográficos! Assim ficou interrompida essa valiosa publicação.

As Tragédias Filosóficas. – A decomposição do regime católico-feudal, que dirigiu a transição afectiva da Idade Média, chegou ao seu período violento na Revolução Francesa; a manifestação era local, mas pela generalidade do fenómeno a todo o Ocidente, é que os reis, como José II, e os grandes ministros, como Pombal, Aranda e Choiseul, cooperaram pondo em acção as ideias; pelas mesmas causas a crise revolucionária encontrou eco em todas as nacionalidades da Europa. Em Portugal o Intendente Manique obstava por todas as violências para se não espalharem as notícias da Revolução Francesa, e nas Contas para as Secretarias acusa o Duque de Lafões de dar abrigo na Academia das Ciências ao convencional Brussonet, e delata com espanto o crime de se cantarem cantigas franceses nos botequins, chegando a audácia ao ponto de entoarem o *Çà ira* debaixo das janelas do palácio real. Espalhavam-se por todas as mãos exemplares da Constituição, e Manique espiava com furor a propaganda dos livreiros franceses estabelecidos em Lisboa. Todos os homens cultos aderiam às novas ideias filosóficas, que se vulgarizavam pelas representações em teatros particulares; as peças preferidas eram as tragédias de Voltaire, que aparecem traduzidas completamente em folhetos avulsos. De facto nessas tragédias debatiam-se novos problemas, que lisonjeavam a aspiração de independência moral, na decaída sociedade portuguesa. *Alzira* é o protesto a favor da liberdade de consciência e a condenação da intolerância religiosa; *Zaira* é o combate entre o amor e a religião, *Mérove* é a apologia do suicídio, *Semíramis* apresenta o parricídio em nome da divindade, e *Maomet* a hipocrisia cínica impondo-se triunfante pelo prestígio de uma entidade monoteísta. A tragédia filosófica prestava-se também à propaganda política; em Coimbra, onde a ciência doutoral mantinha o respeito pelo antigo regime, formigaram os teatros particulares, onde os estudantes davam largas ao seu jacobinismo. O reitor D. Francisco de Lemos mandou fechar todos esses teatros particulares, e foi mais tarde nesta corrente das tragédias filosóficas que se formou o talento de Garrett, servindo com a sua tragédia *Catão* o movimento revolucionário de 1820. O século findou com os grandes desastres da *Orgia militar* napoleónica, que pesaram duramente em

⁴³ Salvámos esta obra e conseguimos imprimi-la sobre três redacções incompletas, com o título de *Memórias para a vida íntima de José Agostinho de Macedo*, publicada a expensas da Academia Real das Ciências, 1 vol. In-8º grande com XXIII-435 pág. 1908. – Ajuntámos-lhe documentos da Inquisição completando a Bibliografia, interrompida desde a notícia do *Dicionário Bibliográfico*.

Portugal, sendo aqui o ponto de apoio da resistência que destruiu essa monstruosa anomalia guerreira. Sem o conhecimento destes factos não se compreendem, nem as novas instituições parlamentares implantadas no século XIX em Portugal, e muito menos a acção política exercida pelos literatos portugueses sob o regime liberal, simultâneo com a transformação do Romantismo.

Obra digitalizada e revista por Ernestina de Sousa Coelho. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2002

<http://www.ipn.pt/literatura>
